Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo.

1930-1945



Jeferson Selbach

Jeferson Selbach

Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo.

1930-1945

Cachoeira do Sul
2007

FICHA DE CATALOGAÇÃO

S464m SELBACH, Jeferson Francisco. *Muito além do praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945*/ Jeferson Francisco Selbach. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2007, 392p. il.

ISBN 978-85-905426-7-4

CDD 981 HISTÓRIA DO BRASIL
CDD 300 CIÊNCIAS SOCIAIS
CDD 710 PLANEJAMENTO URBANO

Adaptação da tese de doutorado defendida no PPG de História da Unisinos, em 2007, sob orientação de Dr. Eloísa Capovilla da Luz Ramos, e co-orientação da dra. Rosemary Fritsch Brum

Capa:
Foto diurna e noturna da
rua Sete de Setembro,
no final dos anos 20,
depois das reformas.

De acordo com a Lei n.10.994, de 14/12/2004,
foi feito depósito legal na Biblioteca Nacional

Para Paula,
meu eterno amor

O pior crime para com
os nossos semelhantes
não é odiá-los,
mas demonstra-lhes indiferença:
é a essência da desumanidade.

Bernard Shaw,
Sociolismo poro milionórios

Sumário

Apresentação

É com satisfação que apresento este livro, adaptação da Tese de Doutorado em História, defendida na Unisinos pelo Jeferson Selbach. Tata-se de pesquisador com percurso multidisciplinar. Sua graduação em Ciências Sociais levou-me a conhecer sua capacidade de trabalho principalmente durante o trabalho de conclusão ao qual tive o prazer de orientar. Seu mestrado em Planejamento Urbano foi por vezes discutido comigo, quando as dúvidas assolavam sua auto-confiança. O que é bastante esperado nessa condição de estudos. Seu ingresso no PPG de História assinala o momento em que passei a atuar efetivamente, após a qualificação do projeto.

Em todas essas situações, demonstrou o afã e o perfil do pesquisador arguto e disciplinado. Criou uma metodologia de busca, sistematização e disponibilização de banco de dados que utilizou para a coleta de fontes jornalísticas. Terror para qualquer historiador, essa metodologia facilita enormemente o trabalho da escrita historiográfica, permitindo acessar enorme volume de informações com um simples sistema de busca. O princípio teórico dessa história por fragmentos, por certo é da genialidade de Walter Benjamin, mas o candidato soube traduzi-la para o cenário da construção narrativa do século XXI.

Historiador das cidades, já trabalhara sobre Novo Hamburgo (RS). No Mestrado, à luz de narradores, mesclando literatura ensaística da fonte jornalística, revelando um traço que é seu, Jeferson, a melancolia do olhar sobre o urbano.

Apresenta-nos Cachoeira do Sul, pela "voz" de um jornal local, o Jornal do Povo. Aplica o mesmo método testado - e aprovado - no Mestrado. Não contente, busca precioso acervos existentes nas instituições públicas da cidade e eis as fotos, os mapas. E temos uma história visual de Cachoeira do Sul. Lança estatísticas e traz o perfil sócio-demográfico das elites, a par do quadro epidemiológico dos "bárbaros que estão chegando" registrando como as elites e as camadas populares têm modos diversos de representação pelas Ciências Sociais. Números que traduzem inserções sociais diferenciadas e portanto valores distintos. Os sobrenomes, pertencem aos primeiros.

Sua visão do social é dicotômica, mas não é estática. Se de um lado contextualiza o pêndulo histórico que fez da cidade, a capital do arroz no Brasil, seu momento de glória e afirmação simbólica para o presente próximo da melancolia e de um certo saudosismo de cachoeirenses e seus cronistas, não se fixa nisso. Se olhar simpatiza com aqueles deixados à margem dessa crônica dominante sobre a cidade e seus locais de freqüentação elitista. Embora os traga para a escrita historiográfica à luz da visão conservadora do jornal, como afirma expressamente, essa estratégia mal disfarça sua opção crítica.

Sua Tese é uma resposta a uma e apenas uma pergunta: saudades de quem? Se a cidade pode abrir um leque de oportunidades econômicas aos não-proprietários, durante décadas, ela não foi desfavorável para todos, o tempo todo. A melancolia de Benjamin não se aplica, talvez Proust retenha melhor essa sensibilidade de época.

A história da cidade de Cachoeira do Sul, que Jeferson nos apresenta "abre novas páginas da história", como um ex-professor meu costumava dizer nas suas aulas de Teoria da História. O que estava distribuído e relegado ao tempo, foi pacientemente tecido pela narrativa benjaminiana aqui mostrada.

A nostalgia ontem e hoje, é relativa a uma historicidade que pertence aos que socializados em determinado imaginário social, lamentam pela cidade que acostumada a ver-se como microcosmos de uma civilidade européia, sofisticada, vê-se estagnada economicamente. Enredada numa vocação que não consegue mais cumprir.

Seu olhar de urbanista, aliado ao do sociólogo, conjugam-se para dar ao historiador os argumentos, as balizas para fazer andar essa história urbana. Em momento nenhum apelou para as soluções fáceis, macro-explicativas e técnicas.

Percorreu o chão da História, o detalhe, o corte na rotina e na cotidianidade que apontava para o novo compasso do tempo e do espaço e das gentes.

Porto Alegre, março de 2007

Rosemary Fritsch Brum

Prólogo

nostalgia do tempo perdido



Prólogo: nostalgia do tempo perdido

Nos anos 1980-90, a imprensa de Cachoeira do Sul/RS, em especial o Jornal do Povo (JP),[1] potencializou fortemente certa nostalgia ao passado perdido, implicitamente os anos 20, período pelo qual a cidade passara por transformações urbanas que modificaram profundamente as feições da sua zona central, conseqüência do enriquecimento produzido pela cultura do arroz irrigado, tempo tido pela elite local como pujante.

Foi essa nostalgia que me fez voltar os olhos para a Cachoeira dos anos 30-45, porque nas décadas subseqüentes a 20, a cidade recém-urbanizada começou a sofrer fortemente o impacto da chegada dos imigrantes subalternos, fruto do êxodo rural em curso. No curto período que compreende a instauração do governo Vargas até o término da Segunda Guerra Mundial, transformaram-se muitas das relações entre a elite moradora da área central de Cachoeira e a população pobre que vinha do campo e instalava-se nos subúrbios da cidade.

O episódio que ficou conhecido por ***Tira*** o ***Chapéu***, publicado na Revista Aquarela em 1957, exemplifica os limites explícitos que a elite cachoeirense, mônada da brasileira, traçava para demarcar as diferenças sociais na alvorada do século XX.[2] Em meados dos anos 1920, a praça José Bonifácio, outrora praça do Pelourinho, zona central de Cachoeira do Sul, acabou servindo de palco da brincadeira que acabou tragicamente. Neste tempo, era clara a divisão entre elite "branca", de origem lusa, germânica ou mesmo ítala, e os subalternos, o povo ou a população pobre, constituída principalmente por negros e mestiços. No logradouro central,

[1] Utilizarei daqui pra frente, em alguns momentos, a abreviatura JP para designar o Jornal do Povo, não só por questão de repetição mas porque comumente a comunidade cachoeirense refere-se ao jornal dessa maneira.

[2] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Tira* o *chapéu*. Revista Aquarela, outubro de 1957.

o marco divisório para a prática do ***footing***, passeio que se fazia a pé para espairecer e aparecer, era a confluência das ruas Sete de Setembro, ex-rua do Loreto, com a então 24 de Maio, ex-travessa do Ilha, denominada também de rua Cantagalo, atual Silvio Scopel, face sul da praça. O espaço da elite era à direita, a leste, e o da população pobre à esquerda, a oeste. O sujeito "de cor" que tivesse a "petulância" de "entrar na seara alheia" era prontamente retirado.

Um novo modelo de chapéu feminino havia sido lançado no Rio de Janeiro e já causava frisson na capital gaúcha. Antes de ser vendido nas lojas locais, o conhecido cachoeirense Balthazar Patrício de Bem, que tinha residência bem em frente à praça, encomendou certa quantidade e distribuiu-os em segredo para suas serviçais, todas mulheres negras, com a condição de exibirem-no na praça do "belo sexo branco", o que foi feito.[3] Em resposta a iniciativa, a elite local protestou com gritos de "não pode", "abaixo os chapéus" e "fora, fora da praça". Algumas noites depois, a persistência das mulheres negras de usar o chapéu no espaço destinado às brancas fez exaltar os ânimos. A Revista Aquarela descreveu o fatídico momento da seguinte forma: "Toldaram-se os horizontes e a chuva de pau desandou sobre a praça com violência, onde além da madeira, correu o relho, o rabo de tatu e o facão, enquanto se viam roupas cortadas, chapéus espedaçados e gente ferida". A luta assumiu aspecto de maior violência, sendo necessário intervenção policial.

Embora as diferenciações mostradas nesse episódio tenham-se tornado mais implícitas nos anos seguintes, nem por isso desapareceram completamente. Muitas, na verdade, assumiram novas roupagens, como o sentimento de nostalgia desencadeado pelos descendentes dessa elite cachoeirense. Os escritos jornalísticos dos anos 1980-90, em especial os do Jornal do Povo, ao remeterem a narrativa ao tempo da segregação social explícita que marcou o fazer urbano até a explosão da subalternidade referida, reivindicavam tacitamente o desejo do seu retorno, como pretendo mostrar daqui pra frente.

Quando conheci Cachoeira do Sul, no início de 2001, comumente ouvia frases do tipo "nós éramos..." ou "naquele tempo é que era bom, era

[3] O autor da brincadeira foi omitido na Revista Aquarela, mas a professora Ione Carlos, do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul/RS, revelou-me essa informação em 2004.

diferente...". Essa busca do passado idealizado é presentificada em muitas rodas de conversa atuais. Posteriormente, descobri que esse saudosismo dos "bons tempos", de lembrar nostalgicamente o passado como o tempo perfeito e idealizado, foi conseqüência do crescimento, na segunda metade do século XX, em menor grau do que outras cidades, o que tirou dela muito do prestígio econômico de outrora. Saltava aos olhos durante as primeiras inserções na pesquisa ao jornal o fato de muitos textos - reportagens, editoriais, crônicas ou mesmo as charges - explicitarem incessantemente em seu conteúdo o tempo passado como "perfeito" e "idealizado".[4] Coincidentemente, remetiam-se a um período onde os indivíduos sabiam o seu lugar na sociedade, onde os territórios espaciais e simbólicos tinham zonas limítrofes bem demarcadas, de certa forma segregadas, e onde a elite transitava com a liberdade de quem comanda o espetáculo da rua.

Chamo de nostálgico esse retorno ao passado porque é feito de forma distorcida, mitificada e seletiva, enxerga o ontem em acontecimentos desconexos, resgatando somente partes do ocorrido, normalmente as mais favoráveis, retirando essas partes de seu contexto original de tal maneira que desvirtua a história do momento em questão. Esse olhar nostálgico é feito efusivamente pelo Jornal do Povo, a quem intitulo porta-voz da elite cachoeirense, tanto a dos anos 30-45, quanto sua remanescente dos anos 80-90.

Comparo essa nostalgia da elite local, potencializada pela imprensa, ao que Walter Benjamin denunciou de historicismo, olhar histórico que carrega os despojos do passado dos vencedores no cortejo triunfal do presente, espezinhando "os corpos dos que estão prostrados no chão", dos vencidos na batalha. É o olhar que traz consigo somente os bens culturais dos dominadores ao contar a história, banindo os dos dominados. Para Benjamin, realizar a contra-leitura seria olhar o passado de forma a detectar as falhas que estruturam o presente, única maneira que permitiria a "redenção". Dar uma espécie de "salto de tigre em direção

[4] Esta tese nasceu da idéia desenvolvida no projeto de pesquisa intitulado *Jornal do Povo 1929-2001: a influência do discurso jornalístico na construção da identidade de Cachoeira do Sul/RS*, desenvolvido em parceria com o filósofo Paulo Ricardo Tavares da Silveira, desde 2001, em parte financiada pela ULBRA/Cachoeira do Sul. Por esta razão, o banco de dados de notícias de jornal totalizou 8.017 fragmentos (1.633 páginas) de 1929 a 2001.

ao passado", para buscar o "tempo-do-agora", saturado de experiências e orientado para a construção das condições de emergência do presente. Ao detectar essas pequenas falhas que estruturam o sentido do passado, o crítico que lança o olhar retrospectivo corrigiria decisivamente a concepção historicista, nesse caso também a nostálgica.[5]

O olhar nostálgico que impera no Jornal do Povo dos dias de hoje prende-se, ao meu ver, a uma concepção distorcida da realidade porque remete-se ao passado para nele buscar a parte valorizada, as lembranças de determinado grupo social. Na leitura que faço do JP, procuro entender o que esses nostálgicos buscam no passado e o porquê dessa busca. No meu entender, resgatar os chamados tempos áureos no presente dá-se em razão da inconformidade da presença dos "bárbaros" ou *outsiders* no meio urbano, que na época a que se referem estava livre da sua presença. Sem os pobres ou subalternos, a área central era higienizada e limpa. Acredito que essa busca do tempo perdido esconde no íntimo sentimento elitista, segregacionista e excludente, típico da sociedade dos anos 20-40.[6]

Em vários momentos dos anos 1980-90, a nostalgia aparece com muita força nas páginas do Jornal do Povo. No início da década de 80, por

[5] BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de histório*. In: ___. *Obros Escolhidos 1. Mogio e técnico, orte e político. Ensoios sobre literoturo e histório do culturo*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: 8rasiliense, 1987. Ver ainda: PROUST, Marcel. *Em busco do tempo perdido*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003; RICKES, Simone Moschen. *A construção do memório e o condição do perdo*. In: Revista Horizontes, v.23, n.1, jan/jun 2005, p.39-46 [disponível em http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/revistas/horizontes/ Horizontes-2005-1/horizontes-5.pdf - acessado em 10/1/2006]; POLLAK, Michael. *Memório, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos Históricos, v.2, n.3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, p.3-15 [disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf - acessado em 10/1/2006] e ENNE, Ana Lucia; TAVARES, Cristine. *Memório, identidode e discurso midiótico: umo revisão bibliográfico* [disponível em http://www. castelobranco.br/pesquisa/vol1/docs/memoria2.doc - acessado em 18/3/2006]. Interessante ainda a concepção de MORIN, Edgar KERN, Anne 8rigitte. *Terro-Pótrio*. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2000, para quem a nostalgia surge com muita força no fim do século XX, em razão da perda das certezas no futuro.

[6] Me aproprio, ao longo desta trabalho, do conceito de "estabelecidos" e "*outsiders*" de ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estobelecidos e os outsiders. Sociologio dos relações de poder o portir de umo pequeno comunidode*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

[7] JP, 6/1/1980 Opinião. Carnaval "Anos 30", p.2

exemplo, a coluna ***Opinião*** elogiou a iniciativa de promover o carnaval "anos 30", através da enquete realizada com presidentes de clubes, como José Noeli Lopes, da Sociedade União Cachoeirense (SUC), para quem "reviver o passado é uma das coisas mais lidas que se pode fazer".[7] A coluna ***Panorama*** defendeu a feira-livre, algo que deveria ser preservado "com muita carinho", encarado com "mais ternura", pois era a "fotografia sempre presente do nosso passado", quando "a vida era calma, pacata e civilizada", "gostosa de ser vivida".[8] A mesma coluna desejava a volta do passado glorioso, incentivando os cachoeirenses a mudar o dito popular de "terra do já teve" para "terá de novo e muito mais", respeitando o passado mas sempre pensando no futuro, sem "contemplações amorfas de um tempo que já está sepultado".[9]

A coluna social ***Helena***, assinada por uma das proprietárias do jornal, também contribuiu para este resgate, ao destacar os encontros das senhoras cachoeirenses residentes no Rio de Janeiro, para relembrar "os tempos vividos em Cachoeira do Sul, sua terra natal".[10] Refutou a idéia de que debutar estaria fora de moda, ultrapassado, *démodé*. Para ela, seria a forma mais elegante de dar notícia para a sociedade de que a jovem passou a constituir o grupo social: "sempre haverá debutantes, enquanto houver sociedade e civilização. Enquanto houver poesia e amor", ponderou.[11]

As matérias e editoriais do Jornal do Povo dos anos 90 acentuaram esse apego ao passado. Em 1991, a reportagem *Desemprego* é ***a maior preocupação dos cachoeirenses*** trouxe pesquisa de opinião pública realizada com 347 cachoeirenses da zona urbana, apontando o desemprego como o maior problema da cidade (82,4%). Segundo opinião expressa no texto, Cachoeira sofria com "erros do passado, quando centrou sua economia num comércio e indústria dependentes exclusivamente do setor primário, liderado pela agricultura".[12] No mesmo ano, a coluna ***Panorama Geral*** destacou a opinião dos vereadores Natalício Morais, para quem Cachoeira do Sul teve no passado representatividade política que nenhum outro município de porte médio jamais alcançou, "só que os cachoeirenses

[8] JP, 20/5/1982 Panorama, p.4

[9] JP, 3/3/1983 Panorama, p.3

[10] JP, 22/7/1984 2° caderno. Helena. As cachoeirenses no Rio, p.3

[11] JP, 30/6/1985 2° Caderno. Helena. Debutantes 85, p.3

[12] JP, 25/8/1991 Desemprego é a maior preocupação dos cachoeirenses, p.8

não souberam tirar proveito", e Henrique Möller, que culpou o fato da cidade ter ficado ilhada em meios às rodovias federais.[13]

Em junho de 1992, o jornal publicou *Um Roteiro do possodo oo presente*, destacando os sinais que "restam" do passado. No itinerário, a Aldeia, núcleo primário do povoamento cachoeirense, a praça Itororó, local da primeira hidráulica, o hospital, o cemitério das Irmandades, o prédio da prefeitura municipal, construído para abrigar cadeia civil, Câmara Municipal e Justiça, o *Choteou d'Eou*, a catedral Nossa Senhora da Conceição, a praça Balthazar de Bem, o teatro que desabou, a rua Sete de Setembro, cenário de vários prédios históricos, como a sede da União dos Moços Católicos, Clube Comercial, Jornal do Povo, Banco da Província e da Escola Superior de Artes Santa Cecília (ESASC), a praça José Bonifácio, antiga praça do Pelourinho, que abrigou o Mercado Público, o cinema Coliseu e a fonte das Águas Dançantes, a praça Honorato de Souza Santos, local da estação férrea, os bairros Rio Branco e Santo Antônio, e o Parque Municipal da Cultura, com museu, zoológico e jardim botânico.[14]

Neste resgate nostálgico, as ruínas do Coliseu - o desabamento do telhado ocorreu em 1985 - estariam encobrindo as glórias do passado. Poucos cachoeirenses lembravam-se do tempo em que o prédio abrigara o cinema "mais glamouroso" da região. A reportagem de 1994 resgatou parte de sua história, desde a inauguração em 1938, com "toda a pompa que merecia a então progressista cidade de Cachoeira do Sul", a sua infra-estrutura sofisticada, com projetores, microfones e eletrola importados, o perfume borrifado pelo auditório, as poltronas de "estilo moderníssimo", as escadarias de mármore, os lustres, espelhos, galerias e palco, as apresentações teatrais, como a de Procópio Ferreira, até a perda de encanto nos anos 80.[15]

Três charges de Roni Fortes, publicadas nos anos 90 no Jornal do Povo, mostram a decadência do cinema Coliseu e da Casa da Aldeia. A primeira [fig.1], em 1º de novembro de 1994, exigia o tombamento do cinema antes que causasse algum acidente. A segunda [fig.2], de 1º de junho de 1998, leva a crer que o abandono da Casa da Aldeia seria devido ao pouco interesse da população. Na terceira [fig.3], publicada em 10 de

[13] JP, 12/11/1991 Panorama Geral. Verdades, p.6
[14] JP, 4/6/1992 Um Roteiro do passado ao presente, p.7
[15] JP, 19/11/1994 Ruína do Coliseu encobre a glória do passado, p.8

fevereiro de 2001, insinua que a pretensa demolição do Coliseu não apagaria suas lembranças.



Figuras 1, 2 e 3 - Charges de Roni Fortes, publicadas no Jornal do Povo, sobre a decadência do cinema Coliseu e da Casa da Aldeia. Fonte: Jornal do Povo

Outros dois ícones deste passado perdido foram o porto e o Rota 21. Em 1999, foi lançada a idéia de transformar o porto em centro de lazer e cultura, semelhante à Usina do Gasômetro de Porto Alegre.[16] Já em 2000,

[16] JP, 6/11/1999 Cultura no Paredão, p.1

o jornal fomentou o Rota 21, projeto importado de outras cidades que chegou a ser considerado pelo JP a redenção de Cachoeira do Sul. A proposta era uma espécie de agenda política-empresarial firmada por segmentos da comunidade para atacar temas mais urgentes para desenvolver o município e a região. O jornal considerou que os cachoeirenses teriam de decidir entre "ficar presos a esperanças do passado" ou "buscar novas soluções".[17] O evento mais serviu para destacar os nomes dos dirigentes empresariais do que qualquer outra coisa. Basta ver a forma como foi organizado: coordenadorias temáticas elaboravam propostas e posteriormente apresentavam para a "comunidade", que estaria, conforme o próprio jornal, "representada" no jantar realizado na Sociedade Rio Branco.[18]

Nos anos 90, o editorial *Bom dia, leitor!* foi usado em várias ocasiões para explorar as mazelas cachoeirenses, quase sempre num misto de fim definitivo, renascimento e resgate da pujança do passado, olhar histórico impregnado da condição simplista que caracteriza o fazer da imprensa. Em 1992, criticou a banalização do festejo farroupilha, que não ensinava a história "do que foi realizado por nossos antepassados", limitando-se à cachaça, dança e comilança, relegado a segundo plano o aspecto cultural da festa.[19] Em 1993, afirmou que o episódio da federalização das faculdades cachoeirenses garantiriam o "resgate histórico de um erro de interpretação do passado recente".[20] A promoção do concurso Rainha do Arroz do Rio Grande do Sul, em 1995, proporcionaria a Cachoeira do Sul manter "elevado o moral" da comunidade, funcionando "como impulso" para o município.[21]

Em 1996, três episódios foram marcantes nesta rememoração mitificada. A Praia Nova, área do antigo passo do Jacuí que foi dotada de infra-

[17] JP, 15/1/2000 Bom dia leitor. A rota e o Rota 21, p.2 e 11/4/2000 Bom dia, leitor!, p.2

[18] JP, 11/4/2000 Cachoeira dá hoje passo decisivo para o futuro, p.1. Nas coordenadorias, aparecem: Rosinha Cunha, Augusto de Lima, Sheila Boustany e Eládio Vieira da Cunha (Motivação e Imagem); Homero Tatsch, Paulo Sanmartin, Antônio Trevisan (Economia); Fábio Figueiredo, Cláudio Petrucci, George Schreiner e Glênio Altenbernd (Infra-estrutura); Hilton De Franceschi (Política); Erli Calvet, Marta Caminha, Gilvan Dockhorn, Angela Schuh, Nelson Schirmer, Samir Boustany, Lya Wilhelm, Rosita Bulsing e Milton Kelling (Saúde e Educação). JP, 12/4/2000 Suplemento Especial Rota 21, p.4

[19] JP, 17/9/1992 Bom dia, leitor! Uma semana para o comércio, p.2

[20] JP, 24/9/1993 Bom dia, leitor! O caminho certo da incorporação, p.2

[21] JP, 30/B/1995 Bom dia, leitor! Rainha do arroz, p.2

estrutura, era exemplo da especialização humana: "Cachoeira do Sul, pela antiguidade de sua existência e pelo subsídio deixado pelos antepassados de alguns séculos, situa-se entre os núcleos humanos capazes de liderar esta especialização. Por isso a liderança regional e sua importância estadual".[22] A não inclusão da BR 481 no plano viário do Estado - "aglomeramento de erros e negligências do passado" - foi "duro golpe para a intenção da comunidade cachoeirense em fazer funcionar o porto do Jacuí", transformando o município em "corredor da produção".[23] O engavetamento do projeto da segunda subestação urbana da CEEE mostrou como a cidade tinha perdido sua "força econômica", era "lerda no crescimento" e estava "parada no tempo", um lugar onde "o futuro não chegou".[24] Numa das edições do projeto ***JP na Sala de Aula***, o jornal fez retrospecto do passado cachoeirense, iniciativa que considerou "ótimo subsídio para estudos na sala de aula".[25]

Nos anos seguintes, o editorial abordou temas conflitantes, sempre na perspectiva do passado mitificado. O fato de José Otávio Germano ter sido nomeado Secretário de Transportes do Estado foi algo "absolutamente inesperado e altamente positivo para Cachoeira", ainda mais que o município tivera simultaneamente o vice-governador do Rio Grande do Sul e o chefe da Casa Civil do Presidente da República.[26] Essa condição poderia transformar a cidade em "pólo de transportes no Rio Grande do Sul", trazendo "dias de otimismo fácil e de confiança absoluta", "novas pitadas de luz" que distanciariam "Cachoeira de uma de passado recente e derrotista".[27] Nesta perspectiva, reascendeu o debate em torno do porto e da hidrovia, exaltando a figura do secretário, único que poderia encontrar empresários que percebessem a "vantagem" de utilizar a hidrovia, ao invés da rodovia, "trazer gente para ver o cais, propor sua utilização, mostrar a boa vontade da cidade". Para fazer o "casamento" do "longo noivado" entre Cachoeira do Sul e o rio Jacuí era preciso "padrinhos ricos e fortes".[28]

[22] JP, 4/1/1996 Bom dia, leitor! A Praia da Cidade, p.2

[23] JP, 18/1/1996 Bom dia, leitor! A estrada e o porto, p.2

[24] JP, 6/9/1996 Bom dia, leitor! Energia e desenvolvimento, p.2

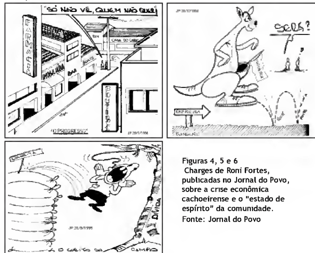
[25] JP, 27/4/1996 Bom dia, leitor! A Cachoeira de dez anos na sala da aula, p.2

[26] JP, B/2/1997 Bom dia, leitor! O momento e a oportunidade, p.2 e 5/5/199B Bom dia leitor! Os vices de Cachoeira, p.2

[27] JP, 5/3/1997 Bom dia, leitor! Transporte e iniciativa, p.2

[28] JP, 2B/10/1997 Bom dia, leitor! O porto e o Jacuí, p.2

Nesse sentido, algumas charges publicadas no JP contribuíram para mitificar a situação. Numa delas [fig.4], publicada em 28 de julho de 1994, intitulada "progresso", critica a concentração econômica no comércio. Noutra [fig.5], de 29 de outubro de 1994, a figura de um canguru pulando para trás representa o grupo empresarial que ensaiou instalar unidade industrial na cidade, propósito nunca concretizado. Na terceira [fig.6], de 28 de setembro de 1995, a crise do setor primário, atolado em dívidas, leva o agricultor ao suicídio pelo enforcamento, utilizando como trampolim sacos de arroz.



Figuras 4, 5 e 6
Charges de Roni Fortes, publicadas no Jornal do Povo, sobre a crise econômica cachoeirense e o "estado de espírito" da comunidade.
Fonte: Jornal do Povo

Outras três charges procuraram refletir o "estado de espírito" da comunidade, segundo a visão do jornal. Na primeira [fig.7], publicada em 14 de julho de 1993, a pobreza seria sinal de que Cachoeira "ainda" existia. Na segunda [fig.8], em 3 de agosto de 1993, a maior miséria cachoeirense foi motivo de vitória sobre o município rival de Santa Cruz do Sul. Na terceira e última [fig.9], de 17 de agosto de 1993, a rasura do "en" no quadro deixa transparecer a decadência, ou o "fim" da cidade.



Figuras 7, 8 e 9
Charges de Roni Fortes, publicadas no Jornal do Povo, sobre a crise econômica cachoeirense e o "estado de espírito" da comunidade.
Fonte: Jornal do Povo

Este retorno ao passado era feito seguidas vezes e de várias maneiras: publicação das memórias de cachoeirenses que participaram da "tarde de lembranças e resgates de uma sociedade cachoeirense que não existe mais", organizada pelo Museu Municipal; bricolagem de imagens da cidade presente e passada; projetos *Memória*, *Grandes Temas* e *JP/Sesc na Sala de Aula*; coluna *Páginas do Passado*, etc. Para o jornal, essa era sua missão: reportar fatos passados, recuperar o pensamento das lideranças em épocas passadas, trazer para o presente o que os mais antigos viveram, encontrar gerações, fazer um "*feed back* comunitário viável de aproveitamento para o presente". Rever o passado seria a "melhor maneira de começar a trabalhar os problemas mais presentes", pois o passado ofereceria "referenciais e dados sobre os erros cometidos". Os erros históricos comporiam a base para o acerto.[29]

[29] JP, 19/5/1999 Bom dia, leitor! O encontro de gerações, p.2 e 15/7/2000 Bom dia, leitor! Volta ao passado, p.2

A rememoração mistificada do passado cachoeirense também aparece de forma contundente entre cronistas. Geraldo Hasse foi exemplo por relembrar facetas do cotidiano passado ao longo dos anos 80. A alma cachoeirense seria fugidia, às vezes localizando-se num local, às vezes noutro: habitara o estádio Joaquim Vidal até o Guarani parar de jogar; alegrara o hipódromo do Amorim, o cinema Coliseu, a estação ferroviária, até que todos esses espaços deixaram de ser usados. Parte desta alma estaria "alojada entre as pedras irregulares que constituem o calçamento de algumas ruas", outra na praça José Bonifácio, nos sinos da igreja, nas partidas de bocha e bolão dos clubes Náutico e Rio Branco, ou ainda no "ruído surdo dos engenhos de arroz". Se fosse possível inventariar Cachoeira do Sul, a lista seria grande: Bar América, Café Frísia, a *bonbonnière* na esquina da Sete de Setembro com a General Portinho, a Casa das Sombrinhas, Casa Alaggio, Casa Augusto Wilhelm, União dos Moços Católicos, Salão Maidana, Tipographia d'O Commercio, os plátanos do bairro Rio Branco, os pardais que infestavam as ruas próximas ao Engenho Roesch, os paralelepípedos das ruas tradicionais, a ponte do Fandango, o barro que sustentava as olarias, o sino maior da igreja de Santo Antônio, os cavalos no bairro Amorim, os freqüentadores habituais do Bar Petersen, a Casa Matte, as paineiras da rua Major Ouriques.[30] Para Hasse, muitos cachoeirenses sentiam saudades da antiga "Princesa do Jacuí", que deixara de ter circulando o jornal O Commercio ou o trem na zona central da cidade. Muitos haviam se mudado para outras paragens, como ele mesmo havia feito.[31] O retorno à terra natal propiciava ver a própria fisionomia, "no rosto dos parentes, nos olhos dos amigos e também nas envelhecidas casas, árvores, placas e letreiros que ocupam a invernada mais distante de nossa memória". Curtir a cidade não estando nela era a forma de levá-la dentro de si.[32] Escreveu em 1985:

> Sempre que fico um longo período sem rever a minha cidade, passo a ter a sensação de ter virado outra pessoa. É como se eu fosse apenas uma lembrança de mim mesmo, uma sombra, o negativo de uma fotografia cuja cópia em positivo se perdeu. É isso, voltar a Cachoeira é remexer nas gavetas em busca de fotografias. Há gente que não precisa disso. Eu, de vez em quando, preciso ciscar no passado para me ver melhor no presente. Até dói um pouco, mas é saudável. É como livrar-se de uma doença. A gente se sente mais forte. Mais vivo. Menos transitório.[33]

[30] JP, 30/11/1982 Geraldo Hasse. A alma da cidade, p.2 e 7/6/1983 Geraldo Hasse. Inventário de Cachoeira, p.2

[31] JP, 17/1/1984 Geraldo Hasse. E a princesa do Jacuí!, p.2

[32] JP, 24/7/1984 Geraldo Hasse. O último dos moicanos, p.2

A memória da cidade seria, para ele, o maior patrimônio da comunidade, a primeira coisa a se defender, pois "nela repousa sua alma, sua identidade, seu charme". Por isso Cachoeira do Sul deveria assumir seu passado e orientar seu destino, ou então "voltar a fazer parte de Rio Pardo".[34]

Na coluna de artigos, foram publicados escritos de vários leitores em tom nostálgico. Salita Abreu lembrou das bonecas de trapo confeccionadas por "velhinhas da Cachoeira antiga", que moravam na Sete de Setembro "com entrada por um corredor estreito e comprido", e faziam a alegria das meninas da época que as compravam por 200$000 e 500$000 réis, "conforme a roupagem".[35] Carlos Dini, escreveu suas reminiscências sobre as transformações na "Princesa do Jacuí". O primitivo e demorado transporte em balsas no Passo da Seringa contrapunha-se a ponte do Fandango e o progresso do asfalto. Em nome do canal navegável acabou-se com os banhos de praia na "bela ilha encascalhada". A mudança da estação ferroviária desafogou o tráfego da Júlio de Castilhos mas também levou para longe a chegada dos trens Maria-Fumaça e os flertes que rendiam futuros romances. O tradicional Mercado Público cedeu lugar à fonte das águas dançantes. O surto de novas construções fez desaparecer prédios de firmas tradicionais, como o Hotel do Comércio, Alaggio S.A., Hotel América, Foto Breitman. A televisão acabou com o cinema e, conseqüentemente, com o tradicional *footing* nas noites de fim-de-semana.[36]

Carlos Bacchin lembrou dos "grenais" que ocorriam no início dos anos 60, quando o Bar América lotava de torcedores; das missas de domingo pela manhã na igreja Santo Antônio, quando todos rezavam acompanhando a prece do Padre Pessi e depois iam passear na praça José Bonifácio ("As moças comentavam, ansiosas, as últimas novidades: tinham chegado na

[33] JP, 6/6/1985 Geraldo Hasse. Álbum de fotografias, p.2

[34] JP, 20/6/1985 Geraldo Hasse. Memória curta de Cachoeira (I), p.2 e 25/6/1985 Geraldo Hasse. Memória curta de Cachoeira (II), p.2

[35] JP, 13/1/1980 A boneca de Azul. Salita Abreu, p.3

[36] JP, 20/3/1980 Reminiscências transformações na princesa do Jacuí... Carlos Dini, p.4

cidade os rapazes do CPOR e outros oficias do Exército. Ótima oportunidade para um bom casamento"); as sessões no cinema Coliseu quase sempre lotadas; os bailes regados a *cuba-livre* e som da orquestra Cassino de Sevilha; o "Expressinho" ligando Cachoeira do Sul a Porto Alegre; a estrada sem asfalto que fazia o ônibus balançar "mais do que sota-capataz dançando um vaneirão, em dia de fandango no Bonifácio Gomes".[37]

Affonso Kury lembrou que recostava-se nas pilastras do *Chateau d'Eau*, esperando horas a fio os ônibus a gasogênio. "Nada mudou. Essas estátuas de mulheres gregas, semi-despidas, a despejar no lago bicas e jarras d'água, me despertaram, na adolescência, pensamentos eróticos".[38] Paulo Gouveia recordou da "velha cancha do Amorim" transformada em hipódromo, que entrou em decadência e que pretendia-se reativar, "fazendo-o voltar à sua prometida e privilegiada situação".[39] Dalila Fonseca escreveu sobre a praça Honorato. Lembrou com saudades de sua infância, quando ainda menina, debruçava-se sobre o muro da estação ferroviária para ver e ouvir a chegada da Maria-fumaça.[40] Jorge Franco escreveu sobre o futuro do passado de Cachoeira do Sul, cidade "bonita, misteriosa e paradoxal", onde as ruas tinham "seu ar de mistério" e onde enorme massa de pessoas desejavam transformar a realidade, mas o negativismo quase sempre estava "sentado num dos bancos da praça a dizer que aqui nada dá certo".[41]

Entre 1993-94, Augusto César Mandagaran de Lima refletiu sobre a Cachoeira que conhecera na infância, com o Mercado Público, a Fonte das Águas Dançantes, as casas comerciais que se abriam para a calçada através de portas altas e estreitas e que tinham um cheiro característico de mercado como cereais, salames, azeitonas, bacalhau, misturados ao odor de peixe fresco e verduras, e os passeios de domingo, de fatiota de linho branco, gravata de nó duplo e pose para as gurias que passeavam após a missa das 10 h. Sugeriu modificações na cidade, como chafarizes a funcionar permanentemente na praça - "Tudo poderia ser uma homenagem para o nosso passado, a nossa arquitetura perdida e trocada

[37] JP, 3/9/1981 Panorama. Carlos Bacchin, p.4
[38] JP, 29/8/1982 Segundo Caderno. Relembranças. Affonso Kury, p.1
[39] JP, 5/9/1982 Terceiro Caderno. A velha cancha do Amorim. Paulo Gouveia, p.3
[40] JP, 10/10/1982 Segundo Caderno. Minha cidade. Dalila Fonseca, p.7
[41] JP, 27/6/1985 Panorama. Futuro do Passado. Jorge Franco, p.3

pela atual amorfa e despersonalizada" - ou isenção de impostos sobre imóveis considerados de valor histórico.[42] Comparou a sugestão de cobrir os seios das ninfas do *Chateau d'Eau*, dada por alguns tempos depois da inauguração, com a destruição ou modificação das fachadas históricas. Ambas foram feitas em nome do progresso.[43]

Numa crônica, lamentou o desaparecimento dos "valentes caudilhos", "corajosos que transformaram pequenas forjarias nas potentes indústrias do nosso orgulho". O espírito empreendedor que havia feito a Cachoeira de sua infância perdera-se.[44] E noutra oportunidade, relatou a conversa tida numa festa à beira da piscina, onde a nostalgia prendeu a atenção de todos, pois as lembranças eram de uma Cachoeira "próspera, invejada pela vizinhança". Foi falado no Clube Comercial, cujo teto ameaçava ruir pela quantidade de cupins. O assunto voltou-se para os bailes de sábado,

> quando as expectativas dos rapazes que se lançavam na sociedade local era a dos grandes feitos, embora pontilhados dos embaraços naturais que premiam os iniciantes. Ficavam parados à porta do Salão, junto ao degrau da pista. Agrupados, tímidos, com olhares disfarçados para as ocupantes das mesas. Aguardavam um sinal incentivador ou um rasgo de coragem para atravessar a pista e tirar para dançar aquela da escolha ou predileção.
>
> Não era nada fácil um imposição pessoal aos 15 ou 16 anos, quando metidos em "fatiotas" e em ajustados colarinhos para gravatas de "nó duplo" deviam mostrar intimidade com a audácia, a galanteria e mesmo com alguns passos de danças. As mãos eram o primeiro embaraço. Ora estavam nos bolsos, ora gesticulando em apoio a teses intermináveis, ignoradas por todos. Alguns, com estudada afetação brincavam com o isqueiro da moda, enquanto o cigarro queimando na boca lançava fumaça sobre o rosto, em poses "bogartianas" e disfarçadamente procuravam sua Lauren Bacall. A maioria buscava o óbvio: as mais lindas, nem tão tímidas e de olhos profundos, ternos e sonhadores. Esta era a busca de toda uma noite.
>
> Após o Augusto Choaire e a Helaine Meneghello abrirem o baile, estavam todos convidados a desempenhar o papel para o qual haviam sido convocados. A "Cassino Sevilha", os vestidos, os "ateliers de costuras", os alfaiates, os barbeiros e os salões de beleza, haviam sido o alvo das atenções de toda a semana. Faltava só o desempenho na iniciante arte da dança e da conquista, conjugadas a uma boa conversa sobre amenidades ou mesmo aquele prelibado romance.

[42] JP, 23/10/1993 Pequena crônica da cidade. Augusto César Mandagaran de Lima, p.2
[43] JP, 30/10/1993 Nossas ninfas. Augusto César Mandagaran de Lima, p.2
[44] JP, 20/11/1993 Pequena Crônica da cidade. Augusto César Mandagaran de Lima, p.2

Hoje isso não aconteceria, a juventude é mais rápida. Tudo que adquiriu em celeridade perdeu em ternura. Dançava-se boleros, tangos, rumbas, sambas e mesmo valsas. Mas isso não bastava. A procura era pela princesa mais bela e dos mais belos olhos. Eram todos príncipes, pois estavam num dos melhores clubes que aquela juventude já havia pisado. À porta ficavam, até o acaso, a decisão ou o descuido maldoso projetar para a pista. Não tendo como disfarçar, tomavam a direção do alvo. Tudo então podia acontecer. A aproximação a pretendida ignorava, mantendo conversa interminável com a companheira do lado.

Havia ainda o olhar inquisitivo da mãe que sonhara com um Grão Duque D'Áustria para a sua Sissi e não aquele assustado projeto de cavalheiro. O olhar do pai, então. Este sonhara com um Rockefeller neto ou sobrinho e não aquele estudante sem qualquer profissão. Ainda se estivesse fazendo concurso para o Banco do Brasil! Mas ali estando, coisas desagradáveis podiam acontecer. A frente era cortada pelo zeloso e tardio namorado, quando ela, todo sorriso, se erguia e deslizava enlaçada por outro. Ou então a vitória da rapidez pertencia a um aspirante, em seu impecável uniforme, o que fazia luzir os olhos dos guardiões e o cenho dos papais descontraíam como por encanto. Como elas adoravam fardas! Aliás, comentava-se à época, que tenentes, em Cachoeira, não eram transferidos solteiros. Eram a alegria das mamães e o alívio dos papais. Havia, no entanto, os momentos em que tudo dava certo. Ela era linda, sabia eliminar os silêncios constrangedores com a pergunta salvadora: - Que faculdade pretendes cursar? Medicina? Direito? Engenharia? - Não, pretendo Arquitetura. Tudo estava salvo.

O assunto inevitável era a beleza do Clube, recém inaugurado, com suas salas de recepção, de jogos, sua biblioteca e claro, o salão de bailes, com seus caríssimos ornamentos, sancas e luzes indiretas. Rebuscado, mas ainda assim impressionante. O Clube foi construído pela iniciativa de homens dedicados, com largueza de espírito, que acreditavam em suas causas e principalmente nessa terra. Devoção, honestidade e muito trabalho, estes os adjetivos para seus construtores. Éramos todos aprendizes de uma cidadania consciente e responsável. Encontrávamos ali naquelas paredes, naqueles tetos, os exemplos que expressavam a convicção e os anseios de muitos cachoeirenses ilustres. Não precisávamos estudar longe para aprendermos de que argila eram feitos os homens de verdade. Tínhamos em nossa cidade módulos bastante expressivos. Mais do que isso, só era necessário um olhar profundo, terno, meigo, de um roçar de rosto ao som de "*Tender is the Night*", de uma mão que se demorasse mais quando a música terminasse, um prelúdio de promessas que encheriam a noite e atravessariam dias, semanas talvez.

A noite se tornava gloriosa, quando já na madrugada do domingo o restaurante era o indicativo. A dois, entre lógicas "*cubas-libres*", "filés com fritas" eram ordenados, para a reposição do desgaste de tantos embates. Na saída, já à porta do grande hall, aguardando o carro, ela se volta e com a estudada casualidade, que só a certeza permite, pergunta: - Que filme passa no Coliseu? - "Ladrão de Casaca", dizem que é muito bom! A afirmação é sem muita convicção, mas guarda a chama tímida da esperança. - O lugar ao meu lado vai estar vago. Não te atrases para a primeira sessão! O sorriso, menos tímido, é o assentimento. O clarão do amanhecer anunciava o fim da noite, mas aqueles olhos, mais profundos agora, anunciavam o início de muitas outras belas noites, nesse nosso Comercial, ou naquele Coliseu de tantas promessas. Mas isso é assunto para outra conversa.[45]

Outra leitora, Elizabeth Feijó Marcuschi, poucos anos depois, em 1997, lamentou algumas contradições vividas pela cidade: o aspecto de abandono da Escola João Neves, outrora sinônimo de ensino público de qualidade; o fechamento do cinema Coliseu, do qual só restava a fachada; o número de lojas de R$ 1,99.[46]

Na década de 90, as crônicas rememorando Cachoeira do Sul com nostalgia aumentaram de freqüência, principalmente entre articulistas que habitualmente publicavam seus escritos, como o engenheiro Chulipa Möller, o empresário Paulo Sanmartin, os escritores Célia Maria Maciel e Liberato Vieira da Cunha e a professora Vera Beatriz Machado de Freitas, esses dois últimos ligados à família proprietária do jornal, além do mais nostálgico de todos, o médico com pretensões intelectual, Carlos Eduardo Florence, coincidentemente um dos colunistas mais lidos do jornal.



Figuras 10, 11, 12 e 13
Formadores de opinião habituais nas décadas de 80 e 90: Célia Maria Maciel, Liberato Vieira da Cunha, Chulipa Möller e Carlos Eduardo Florence.
Fonte: Jornal do Povo

[45] JP, 15/1/1994 Opinião. Pequena crônica da cidade. Augusto César Mandagaran de Lima, p.2

[46] JP, 28/2/1997 Artigo. Que encantos tem Cachoeira? Elizabeth Feijó Marcuschi, p.2





Figuras 14, 15, 16 e 17
Formadores de opinião habituais nas décadas de 80 e 90: Roni Fortes (chargista), Paulo Sanmartin, Vera Beatriz Machado de Freitas e Helena Vieira da Cunha (colunista social).
Fonte: Jornal do Povo

Para Chulipa Möller, era impossível evitar a comparação da Cachoeira do passado com a do presente.[47] Em 1997, escreveu a crônica ***Bons tempos***, onde enumerou manchetes que estariam resgatando a auto-estima dos cachoeirenses: conquista da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), conclusão do porto, pavimentação da estrada da Ferreira e do aeroporto e perspectiva de duplicação da Marcelo Gama. Todas elas estariam indicando novos ventos a soprar em direção de Cachoeira, "afastando a poeira de pessimismo que insistia em permanecer".[48] O próprio cronista, adepto desportista do basquete, construiu o ginásio de esportes auto-denominado "Chulipão", onde destinou espaço para o "Hall do Esporte", reunindo fotografias e currículos daqueles que construíram a história

[47] JP, 7/8/1997 Chulipa Möller. Amigos velhos, p.2
[48] JP, 15/5/1997 Fórum JP. Chulipa Möller. Bons tempos, p.2

esportiva cachoeirense, que divulgaram o nome da cidade além de suas fronteiras.[49]

Eventualmente, o engenheiro escrevia sobre a vida cultural da cidade, mas sempre do ponto de vista da elite. Em 98, destacou a importância da cultura para o resgate da auto-estima dos cachoeirenses. As dificuldades enfrentadas pelos setores econômicos haviam esvaziado a cultura, restringindo-a ao brilho pessoal e esforço isolado de poucos. A criação da Associação Cachoeirense dos Amigos da Cultura (AMICUS) poderia trazer de volta parte do encanto passado,[50] mesmo tratando-se de entidade que direcionava seus interesses para a chamada alta-cultura ou cultura erudita. Em 2000, ele próprio foi eleito presidente desta associação.[51]

Em algumas crônicas, Paulo Sanmartin destacou o passado glorioso de Cachoeira, tempo em que todos tinham orgulho da cidade, "uma das melhores do Estado". Em sua memória, estavam marcados fatos como: comemorações do centenário de Cachoeira, em 1959; poeira na estrada para Porto Alegre; o Expresso Cachoeirenses que "não chegava nunca"; as "tias" e "primas" que eram visitadas com freqüência.[52] Como empresário, recordou em 2000 dos maiores empregadores de Cachoeira do Sul, lista publicada pelo jornal sete anos antes. Das grandes empresas, genuinamente cachoeirenses, poucas existiam.[53] Essa situação gerou o quadro do êxodo de "conterrâneos que deixam nossa terra nas últimas décadas em busca de trabalho, renda e realização profissional em outras paragens", "muitas vezes pessoas talentosas, que fazem falta à sua comunidade".[54] Era a recíproca duma cidade que, segundo ele, se havia perdido não se sabia exatamente onde, que condenava os que faziam sucesso.[55]

Célia Maria Maciel cavoucava suas memórias recônditas de forma pastoral, romanceada, poética e suave. Via Cachoeira como água de melissa, da qual precisava beber de "quando em vez", pois a água adocicada acalmava

[49] JP, 19/3/1998 Chulipa Möller. Hall do Esporte, p.2
[50] JP, 22/10/1998 Chulipa Möller. A feira, p.2
[51] JP, 24/6/2000 Painel. Missão cumprida, p.4
[52] JP, 22/10/1997 Paulo Sanmartin. Eu também lembro, p.2
[53] JP, 19/4/2000 Paulo Sanmartin. Empresas, p.2
[54] JP, 14/2/2001 Paulo Sanmartin. Êxodo de Cachoeira, p.2
[55] JP, 10/5/1997 Opinião. Ética. Paulo Sanmartin, p.2

o tremor de suas mãos. Em ocasiões em que visitava a cidade, aproveitava para passear pelos lugares que auxiliavam a rememorar seu passado perdido: as escadas da escola João Neves; a casa onde residiu na rua General Osório; a praça onde a mãe observava os termômetros na estação meteorológica diariamente; o apogeu e glória do cinema Coliseu. Para a escritora, o passado era pássaro que podia ser acalmado. "E o terei bonito, a cada vez que voltar à Cachoeira".[56]

Vera Beatriz Machado de Freitas freqüentemente lembrava em seus textos da Cachoeira do passado. Numa de suas primeiras crônicas, publicada ainda em 1966, fez o contra-ponto entre o antigo e o novo. A cidade de sua infância assemelhava-se a "grande família", onde todos se conheciam e colocavam cadeiras nas calçadas à noite para conversar, enquanto as crianças brincavam despreocupadamente. Encantava-se com os peixes coloridos do ***Chateau d'Eau*** e com as tradicionais matinês do cinema Coliseu. Num tom de saudosismo, escreveu: "os anos foram passando, Cachoeira foi crescendo e quase tudo mudou".[57]

Duas décadas depois, reforçou o caráter nostálgico de seus escritos ao resgatar particularidades da cidade, minudências que explicitavam o desejo de reviver seu passado perdido, na bela cidade de outrora. Mesmo passando por dificuldades, Cachoeira era "faceira", "orgulhosa" e "bela", "feiticeira" e "sedutora", mostrava "face morena, enfeitada de rosado insinuante, vestido roupagem luxuosa e atraente", procurava criar "beleza" e "aconchego". Dentre as qualidades cachoeirenses estava o "impenetrável" e "cauteloso" rio Jacuí, "símbolo real da própria cidade", cujas águas deveriam ser melhor aproveitadas, trazer "intenso progresso".[58] Nos anos 90, muitos de seus escritos tenderam para o passado glorioso de Cachoeira ou para a exaltação das peculiaridades locais, dois valores que mitificam o presente. Para ela, não era correto esquecer o passado. Era preciso lembrar os fatos, as pessoas, os pedaços de história que fizeram o "canto" e "encanto" dessa "terra dadivosa e terna".[59]

[56] JP, 10/1/1997 Água de Melissa. Célia Maria Maciel, p.2. Ver ainda JP, 27/7/1980 2° Caderno. Minha mãe doceira. Célia Maria Maciel, p.3, 24/11/1985 2° Caderno. Nasce um fantasma. Célia Maria Maciel, p.11 e 21/7/2000 Crônica. Célia Maria Maciel. Maravilha, p.2

[57] JP, 29/9/1966 Cachoeira da minha ternura. Vera Beatriz Machado de Freitas, p.2

[58] JP, 8/1/1987 Palavra de cachoeirense. A Cachoeira de 86. Vera 8eatriz Machado de Freitas, p.4

[59] JP, 21/5/1994 Ponto de vista. Vera Beatriz Machado de Freitas, p.7, 12/7/1997 Segundo Caderno. Vera Beatriz. A caminho do Uruguai a memória de Cachoeira, p.7 e 18/4/1998 Vera Beatriz. Alguém chega no outono, p.7

Neste sentido, a cidade não poderia ficar sem memória.[60]

Os escritos de Liberato Vieira da Cunha eram menos idílicos e mais críticos. Nem por isso as lembranças mais amargas deixaram de ser consideradas com gosto "de arroz doce com canela em pó".[61] Em 1988, escreveu sobre o *Chateau d'Eau*, alçando-o a símbolo máximo de Cachoeira, comparando-o ao ***Empire State Bulding*** de Nova Iorque, o ***Big Ben*** de Londres e o ***Coliseu*** de Roma. Por ser marcante em sua infância, o monumento cachoeirense remetia o escritor ao tempo da tranqüilidade, tinha "poder calmante", pois enquanto a cidade crescia e multiplicavam-se rostos desconhecidos, o ***Chateau d'Eau*** mantinha-se como representação da cidade pequena de seus tempos de criança, "sede" dos seus sonhos.[62]

Dois outros textos de sua autoria apontam em direção semelhante. Em 96, na crônica intitulada ***Jardins de Abril***, Liberato Vieira da Cunha discorreu sobre o crescimento de Cachoeira em relação a outras cidades. Para ele, era positivo o fato da cidade continuar pitoresca, no "sábio ponto de equilíbrio em que as pessoas conhecem umas às outras e se cumprimentam pelo nome", no "sóbrio limite dentro do qual ainda é possível, aos cavalheiros que se entregam ao hábito civilizado da conversação nas mesas de café, estar em dia com os pequenos escândalos municipais, sejam estes de ordem financeira, política ou romântica", na "sensata fronteira depois da qual existir deixa de ser branda convivência para se transformar numa corrida ao trabalho, ao dinheiro, ao desamor, ao analista de plantão". Os poucos edifícios existentes não chegavam a "roubar a vista do Jacuí" nem ameaçavam a "majestade das torres da Matriz". Enquanto outras cidades cresciam, Cachoeira do Sul continuava com seu "encanto ancestral".[63] Dois anos depois, em 98, escreveu ***A casa desconstruída***, onde apontou o espanto que teve ao ver demolida a casa que vivera sua infância, modificações que turvavam suas memórias, que "roubaram" o menino que nele ainda habitava.[64]

[60] JP, 19/9/1998 Vera Beatriz. Cidade sem memória, p.7

[61] JP, 18/9/1999 Crônica. Carlos Urbim. Doce Cachoeira, p.2

[62] JP, 10/1/1988 2° Caderno. Château d'Eau. Liberato Vieira da Cunha, p.1

[63] JP, 4/5/1996 Opinião. Jardins de Abril. Liberato Vieira da Cunha, p.2

[64] JP, 7/2/1998 Artigo. A casa desconstruída. Liberato Vieira do Cunha, p.2. Em 2000, Liberato Vieira da Cunha lançou o livro *A componhio do solidão*, seleção de 60 crônicas escritas nos anos 90, com lirismo, humor e nostalgia, onde Cachoeira aparece em importante papel. Ver JP, 7/10/2000 Segundo Caderno. A companhia da solidão, p.1

Mostra de como esse espírito nostálgico pairava no imaginário cotidiano dos anos 90, eventualmente alguns cronistas habituais, como Eliseu Torres, Ronaldo Tonet, Telmo Padilha, Luiz Antônio Caminha e Silvestre Silva Santos, apontavam aspectos sobre o passado cachoeirense. Em 1993, os dois primeiros articulistas criticaram esse retorno insistente ao passado. Eliseu Torres escreveu sobre a necessidade de novos diagnósticos das causas que estariam emperrando o progresso de Cachoeira, detendo-a num "insuportável marasmo". Ao invés dos tradicionalmente enunciados ausência de liderança forte, de união ou de diversificação na produção, propôs a suspensão da visão curta, estreita, insuficiente e mesquinha de somente procurar a "grandeza perdida", algo que estreitava os horizontes locais. Segundo ele, os cachoeirenses temiam tudo o que era novo, sofriam com o rompimento da mesmice, detestavam quando algo se movia, porque tudo isso obrigava a levantar o olhar para o alto, para o futuro incerto e não para o passado de glórias.[65] Ronaldo Tonet comparou os fuscas que o então presidente da República, Itamar Franco, insistia em incentivar a produção, com o apoio cachoeirense às promoções que resgatavam o passado perdido, sempre apagando as más lembranças. Sua intenção era criticar a federalização do ensino superior, com a incorporação da FUNVALE pela UFSM, pois apoiava a vinda da ULBRA.[66]

Luiz Antônio Caminha comparou esse sentimento que se havia enraizado na mentalidade local e seria a razão explícita do "fracasso de Cachoeira como comunidade", como o daqueles que comiam galinha e arrotavam peru ou, ainda mais grave, sequer comiam galinha. Para ele, a cidade transpirava arrogância indevida e rançosa, "provavelmente herança gasta de um passado de fausto que um dia viveu" e a mais "concreta e fatal prova da decadência em que mergulhou há muito tempo".[67] Na opinião de Telmo Padilha, a decadência local era fruto da conivência, do apadrinhamento e do "acompadramento" típicos de comunidades menores, onde os "caciques" ou "lideranças" locais monopolizavam ditatorialmente as decisões mais importantes, para conseguir "bons acordos" e "trocas de favores", sufocando aqueles que desejariam o novo. O atraso era fruto desses oportunistas, "geradores" e

[65] JP, 6/2/1993 Eliseu Torres. Calçadão, p.2

[66] JP, 20/10/1993 Ronaldo Tonet Fuscas, p.2

[67] JP, 12/4/1999 Luiz Antônio Caminha. Cachoeira do Sul tem coisas incompreensíveis, p.2

"mantenedores" da incompetência.[68] Citou o exemplo da falta de projetos em infra-estrutura, únicos capazes de alavancar o futuro e "deixar para trás o passado de derrotas e crises".[69] Silvestre Silva Santos chegou a profetizar a Cachoeira do futuro, quando inexistiriam os pessimistas, porque tudo estaria ao alcance das vontades das pessoas.[70]

Dentre os cronistas, o que melhor representa a atitude nostálgica é o médico Carlos Eduardo Florence, com textos que remetem sistematicamente ao passado perdido cachoeirense. Em certo período durante 1993-94, publicou crônicas com títulos sugestivos, inspirados no livro *Cidades invisíveis* de Ítalo Calvino: *A cidade e as calçadas*, *A cidade e as árvores*, *A cidade e a memória*, *A cidade e a depressão*, *A cidade e as migrações*.[71] Analisando algumas de suas publicações, nota-se explicitamente a clara divisão entre passado valorizado e presente/futuro depreciado, principalmente no que se refere aos aspectos urbanos. Como ele mesmo escreveu, Cachoeira haveria de ser a "fênix ressurgindo das cinzas".[72]

Coincidência ou não, o tempo passado que ele prestigia é o das grandes transformações urbanas desencadeadas no fim dos anos 20, quando a parte central da cidade recebeu melhorias para servir de palco à elite. Compara as feições urbanas daquele período com as dos anos 80-90, que julga de aspecto lúgubre e decadente. Quando sugere modificações, pretende que se assemelhem às do passado. Numa de suas crônicas, chegou a evocar a volta do intendente João Neves da Fontoura para que a cidade passasse por novas e profundas transformações.[73]

Num típico olhar de quem esquece as mazelas do passado e remete-se somente aquilo que causa simpatia, Florence limita-se a retratar a

[68] JP, 3/2/1996 Opinião. Conivência e decadência. Telmo Padilha, p.2

[69] JP, 28/5/1997 Fórum JP. Telmo Padilha. Me engana que eu gosto!, p.2

[70] JP, 10/6/1995 Segundo Caderno. Crônicas. Loucuras Futuras. Silvestre Silva Santos, p.4

[71] CALVINO, Ítalo. *As cidades Invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver JP, 27/11/1993 Carlos Eduardo Florence. A cidade e as calçadas, p.2, 8/1/1994 Carlos Eduardo Florence. Opinião. A cidade e as árvores, p.2, 19/3/1994, Carlos Eduardo Florence. A cidade e a memória, p.2, 30/4/1994 Carlos Eduardo Florence. A cidade e a depressão, p.2 e 2/7/1994 Carlos Eduardo Florence. A cidade e as migrações, p.2

[72] JP, 23/9/1999 Carlos Eduardo Florence. Dias melhores virão, p.2

[73] JP, 8/1/1994 Carlos Eduardo Florence. Opinião. A cidade e as árvores, p.2

Cachoeira de outrora com pinceladas homogeneizadas, revelando somente parte da realidade passada e encobrindo a segregação espacial da época. Em 98, afirmou textualmente que a memória era seletiva, "recorda-se do agradável e do tempo que ainda tínhamos esperanças na cidade".[74] As ruas centrais dos anos 20-40, por exemplo, obedeciam traçado geométrico civilizado; as calçadas do centro eram normatizadas, com piso quadriculado em preto e branco, sinônimo de que a cidade "evoluía".[75] A administração pública mandava varrer essas ruas todas as manhãs e as pessoas varriam suas próprias calçadas.[76] No coração da cidade, a praça José Bonifácio ostentava pérgula, alamedas e recantos floridos, dando à cidade ares modernos.[77]

No quesito sonoridade, a cidade da sua infância podia ser lembrada pelo apito dos engenhos ao meio-dia, "acalmando" a cidade; do badalar dos sinos das igrejas, que podia ser "choroso" ou "festivo", mas sempre chamava para a "atemporalidade da vida"; dos tiros de canhões do quartel, avisando sobre os "limites do pensamento"; do trotar das ferraduras dos cavalos que puxavam as carroças dos padeiros cedo da madrugada; do vento "Minuano" assobiando pelas ruas; do trem que separava a cidade, "espantava os espíritos", levava e trazia pessoas e ligava Cachoeira com o mundo; da "encrenca" nas tardes de sábado; dos "boleros" antes das sessões cinematográficas.[78] Para Florence, a Cachoeira de "outros tempos" era importante no cenário estadual. O porto era viável, chegando a ter mais de 30 barcos transportando produtos, e escritores renomados visitavam a cidade, como Érico Veríssimo.[79]

A fisionomia da Cachoeira do passado, valorizada pelo médico-cronista, em muito se diferenciaria dos aspectos do presente, para ele depreciativos. Dos trilhos ferroviários, por exemplo, formou-se corredor ocupado ilegalmente, como "prova de improbidade e descaso com o bem público".[80] A Igreja Matriz que "centralizava a vida de Cachoeira", como

[74] JP, 17/9/1998 Carlos Eduardo Florence. Os sons da cidade, p.2
[75] JP, 23/3/2000 Carlos Eduardo Florence. Asfalto na paisagem, p.2 e 27/11/1993 Carlos Eduardo Florence. A cidade e as calçadas, p.2
[76] JP, 8/2/2001 Carlos Eduardo Florence. Paisagem urbana, p.2
[77] JP, 24/4/1997 Fórum JP. Carlos Eduardo Florence. A praça da cidade, p.2
[78] JP, 17/9/1998 Carlos Eduardo Florence. Os sons da cidade, p.2
[79] JP, 25/3/1999 Carlos Eduardo Florence. Outros tempos, outras pessoas, p.2 e 13/7/2000 Carlos Eduardo Florence. O dia em que Érico Veríssimo visitou Cachoeira, p.2
[80] JP, 8/4/1999 Carlos Eduardo Florence. O caminho dos trens, p.2

"réquiem" da "individualidade" de cada fiel, foi reformada e fez "Cachoeira perder sua identidade".[81] O aumento populacional provocou o crescimento desordenado, fazendo das novas ruas verdadeiro "labirinto de incongruências".[82] Caminhar pela zona central transmudou-se em "aventura surrealista", com buracos, lajotas soltas, paralelepípedos e terra empilhados, lixo acumulado, troncos de árvores cortadas, camelôs, cachorros, papéis no chão, tapumes trancando a passagem, "pivetes" e "ladrões", cadeiras nas calçadas, etc. Segundo Florence, este caos urbano transformou Cachoeira num "lugar sofrível para viver".[83]

Nas ocasiões em que utiliza seus escritos para valorizar a cidade, Florence refere-se a coisas herdadas do tempo em que a cidade provocava orgulho em seus moradores. Resgata a arborização efetuada nos anos 20, "verde" e "sombra" que seriam o "aspecto mais civilizado e de bem-estar" do município: ipês, ciprestes, palmeiras, tipuanas, jacarandás, seringueiras, plátanos, "árvores para qualquer tempo, qualquer afeto, qualquer escolha".[84] Para ele, nada seria mais civilizado do que essa flora diversificada.[85] Também o *Chateau d'Eau* - o "mais importante ícone" da cidade - deveria ser constantemente cuidado, com iluminação e ajardinamento especiais, uma vez que atraía as pessoas quando ligavam-se suas luzes e sua fonte, produzindo "magia" e "emoções". Mantê-lo ligado seria a coisa mais sensata em "qualquer lugar civilizado do mundo".[86]

Outro aspecto de que a comunidade poderia se orgulhar era da cultura, não a popular e multifacetada, decorrente do aumento populacional de subalternos, mas da erudita, fortaleza inexpugnável da tradicional elite cachoeirense. Foi o incentivo desse tipo de manifestação que rendeu-lhe o apelido de "Dr. Cultura" nos meios elitistas. Em 1997, elogiou a inauguração da Casa de Cultura, instalada na antiga residência de Balthazar de Bem, em frente à praça José Bonifácio. Evocou suas reminiscências de infância, quando era fascinado pelas fotografias,

[81] JP, 30/7/1998 Carlos Eduardo Florence. A igreja que eu perdi, p.2
[82] JP, 23/3/2000 Carlos Eduardo Florence. Asfalto na paisagem, p.2
[83] JP, 27/11/1993 Carlos Eduardo Florence. A cidade e as calçadas, p.2, 25/1/2001 Carlos Eduardo Florence. Manual para procurar responsabilidade, p.2 e 8/2/2001 Carlos Eduardo Florence. Paisagem urbana, p.2
[84] JP, 8/1/1994 Opinião. Carlos Eduardo Florence. A cidade e as árvores, p.2
[85] JP, 24/4/1997 Fórum JP. Carlos Eduardo Florence. A praça da cidade, p.2
[86] JP, 29/5/1997 Fórum JP. Carlos Eduardo Florence. O *Chateau d'Eau*, p.2

prédios, ruas, eventos e pessoas da cidade, para enaltecer o local onde seria guardada a história da comunidade, não de toda, mas de parte dela.[87] No ano seguinte, incentivou o Clube de Cinema, iniciativa de pequeno grupo que se propunha manter em funcionamento o Cine Astral, grupo que o cronista chamou de "sonhadores" e "lutadores", de pessoas que acreditavam na existência de tempo para "transbordar cultura e emoção", que ofereciam "dotes culturais e democráticos para a maioria da população".[88]

Na área das letras, Florence teceu comentários favoráveis a Liberato Vieira da Cunha, no lançamento do livro *Um visto poro o interior - Viogens o Cochoeiro e outros mundos*, porque o escritor havia colocado a cidade no mapa cultural e literário brasileiro. Chamou a publicação de "manual de sobrevivência", capaz de recuperar a identidade cachoeirense, de conscientizar a auto-estima local.[89] Ao Jornal do Povo denominou "espelho de Cachoeira, às vezes claro, às vezes embaçado, mas totalmente reflexivo da nossa vida e da nossa cultura". No entender do cronista, a história da cidade se fundia com a do jornal, unindo gerações, "memória e futuro".[90]

Paradoxalmente, em várias ocasiões o cronista tece severas críticas à cidade, posta de maneira generalizada, quando ele mesmo deprecia as coisas presentes ao prestigiar o passado mitificado. Afirma que os cachoeirenses (e aqui inclui todos, sem distinção) não valorizam o que é seu. Segundo ele, a "autofagia social" - que tenta destruir tudo aquilo que faz sucesso, que adora e cultua os fracassados - se tornou implícita na cidade, vista no "pessimismo crônico" e na "falta de criatividade". Assim, Cachoeira seria duas em uma só: a "auto-destrutiva" e aquela que "tenta fazer o seu caminho".[91] Esta atitude depreciativa seria a própria imagem da cidade que "vive, fala e respira depressão", "pessimismo doentio", "mecanismo de auto-destruição patológico" que estaria desintegrando e desanimando toda população.[92]

[87] JP, 17/4/1997 Fórum JP. Carlos Eduardo Florence. A cidade e a Casa de Cultura, p.2
[88] JP, 19/3/1998 Carlos Eduardo Florence. O Titanic e o Astral, p.2
[89] JP, 28/9/1996 Carlos Eduardo Florence. A cidade e o escritor, p.2
[90] JP, 10/7/1997 Carlos Eduardo Florence. Jornal do Povo, p.2
[91] JP, 16/7/1998 Carlos Eduardo Florence. Antropofagia cachoeirense, p.2
[92] JP, 30/4/1994 Opinião. Carlos Eduardo Florence. A cidade e a depressão, p.2

Num mesmo sentido contraditório, Carlos Eduardo Florence critica a mania de grandeza dos cachoeirenses, mas fomenta a volta do passado glorioso. Escreveu sobre o "bonde errado" que a cidade teria pego, continuando sua "longa jornada em busca da insensatez". [93] Cachoeira seria a cidade dos "êxodos" e das "migrações", situação que teria criado dois tipos de cidadãos: os que saíram em busca de oportunidades e os que resistiram.

Existem cidades cuja finalidade se esgota no fato de que ali se vive sem nenhuma forma de identidade cultural que as defina e existem outras que transcendem o modo de vida para uma marca, um orgulho, uma raiz. Isto é cachoeira. Não apenas se nasce aqui. Crias um arquétipo que te marcarás por toda vida. Sempre serás o cachoeirense que se civilizou antes das outras cidades, que sentas na praça, caminhas pela Moron e pela Sete e tem fascinação pelo *Choteou d'Eou*, nem que seja como moldura para fotografias de filhos, de netos, guardadas no afeto e na mente.

Agora todos estes ritos de ir embora, viver em outros lugares e continuar se sentindo e sonhando com as nossas estrelas desenvolveram uma nova forma de cidade. A descentralizada. Nestas margens do Jacuí temos o centro político cultural, o resto: habitacional, comercial, industrial, universitária, de serviços espalhamos por este Brasil afora. E hoje podemos dizer que Porto Alegre é a maior cidade cachoeirense do RS. Não nos esgotamos num mapa urbano com limites definidos. E talvez por sermos planície e pampa os horizontes são infinitos e as estradas também e daí fica tão fácil sair e procurar outros trabalhos e outros sonhos.

Os que saíram de vez em quando voltam, fazem planos para o retorno definitivo e caminham pelas nossas ruas em busca de si mesmos. Os que resistiram carregam e mantêm o espírito da cidade e a sua preservação. E lançam um ultimato com prazos definidos. Ou retornam todos e começamos de novo ou então embrulharemos o *Choteou d'Eou*, as palmeiras, a Matriz, a Prefeitura e acabaremos de vez com inspirações, energias, plenitudes e forças interiores. E daí prá frente fica só a saudade.[94]

A nostalgia dos anos 80-90 não é algo inédito. Compartilha algumas nuances com sentimento parecido dos anos 30-40. Já naquela época, as práticas cotidianas da elite cachoeirense foram impregnadas de uma mentalidade cujo resultado foi um conservadorismo que a imprensa local potencializou intensamente. Tal atitude não era privilégio da elite cachoeirense nem dos jornais locais. Os ideais do romantismo - que procurava suporte nas coisas da natureza - mantinham relação ambígua com o conservadorismo, na medida em que ambos redundavam na mitificação e no reencantamento do mundo moderno, impregnado pelo

[93] JP, 27/5/1999 Carlos Eduardo Florence. O bonde errado, p.2
[94] JP, 2/7/1994 Opinião. A cidade e as migrações. Carlos Eduardo Florence, p.2

racionalismo utilitarista.[95]

O hábito sistemático de opor-se ao novo foi explicitado nas páginas do Jornal do Povo. Em 1931, por exemplo, foi publicada nota intitulada ***Pela moralidade***, onde se anunciava o filme ***Vicio*** e ***beleza***, em exibição no cinema Coliseu. O jornal emitiu sua opinião conservadora, na expectativa de estabelecer os parâmetros da moral e da boa conduta. Afirmou que se tratava de "fita imoral, grosseiramente confeccionada, sem arte alguma, que não deve interessar à população".[96] Esse regramento social impunha alguns procedimentos de praxe na época, como mandar publicar apedidos declarando que nada se devia na praça ou sugerir que as professoras ensinassem "preceitos elementares de conduta" para as crianças respeitarem os jardins públicos.[97]

Ingrediente típico do conservadorismo foi o racismo, evidente nas edições do jornal em períodos diversos. Em 1931, a coluna ***Notas policiais*** descreveu um fratricídio da seguinte maneira: "Depois de ter o referido crioulo, se retirado, ali chegou A., perguntando onde ele achava o negrão...".[98] Posteriormente, o sentimento segregacionista da elite tornou-se moderado, mas nem por isso desapareceu. Em 1945, a coluna ***O público reclama*** noticiava a "maloca" montada por ciganos no Alto dos Loretos. Segundo o texto, as famílias vizinhas aos ciganos acampados procuraram a redação para reclamar providências no sentido de mudar o acampamento dos "beduínos", para outro lugar mais afastado da cidade. O argumento utilizado foi da limpeza: "alegam os reclamantes que a sujeira que se vem verificando naquele local, torna-se impossível

[95] Ver FONSECA, Francisco. *O conservodorismo potronol do gronde imprenso brosileiro*. In: Revista Opinião Pública. Campinas/SP: Unicamp, vol.9, no.2, out/2003, p.73-92 [disponível em http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200004&lng=pt&nrm=isso - acessado em 9/3/2006], ROMANO, Roberto. *Conservodorismo romôntico, origem do totolitorismo*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1997, ___. *Reflexões sobre impostos* e *Roison d'Étot*. In: Revista de Economia Mackenzie, ano 2, n.2, 2003, p. 75-96 [disponível em http://www.mackenzie.com.br/ editoramackenzie/ revistas/economia/eco2n2/reveco2n2_art2. pdf - acessado em 9/ 3/2006] e DUTRA, Eliana de Freitas. *O Nõo Ser e o Ser Outro. Poulo Prodo* e *seu Retroto do Brosil*. In:Revista Estudos Históricos, vol. 14, n. 26, Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC, 2000, p.233-252 [disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/20.pdf - acessado em 9/3/2006]

[96] JP, 26/2/1931 Pela moralidade, p.3

[97] JP, 21/1/1934 Despedida. Olivera Mesquita, p.1 e 17/1/1943 Notas locais, p.4

[98] JP, 15/11/1931 Noticiário. Fratricídio, p.3

transitar-se por perto do abarracamento, tal o mau cheiro que exala".[99]

A nostalgia frutificou desse conservadorismo e permeou durante décadas seguidas a vida da elite cachoeirense. Era, em certa medida, a recíproca da crise do espaço público que se avizinhava com a chegada dos subalternos. A nostalgia apareceu em muitos textos opinativos que abordavam temas relativos à vida cotidiana. Em 1930, por exemplo, A.V. escreveu sobre moços jovens que admiravam velharias e rendiam culto às coisas antigas. Elogiou a atitude de conhecido seu que optou por plantar mudas de arruda e de manjericão em casa, ao invés de roseiras finas, porque era a vegetação preferida de seus avós. Para ele, feliz era o tempo em que se chamava beijo de "bicota" e anel de "mamoria".[100]

Em 1934, Aurélio Lyra escreveu ***Recuerdos...***, lamentando a perda de peculiaridades que Cachoeira deixava para trás, como serenatas, churrascos e carretas "compridas e morosas afinando as rodas lá para os lados do matadouro". Seu medo era que a cidade prosperasse em demasia, mudando o cenário que lhe permitia reviver tempos de outrora.

> **Já ouço falar de avenidas, hotéis novos, clubes, etc.,- escreveu ele - e isso, de certa forma, vem me atormentando. Eu quero rever a Cachoeira que deixei aí. Que haja progresso, mas sem o sacrifício deste quadro que já vai ficando raro por estas alturas da civilização. Eu quero encontrar em Cachoeira tudo o que me prendeu à sua vida: a terra calma, e a gente boa.**[101]

Usando o pseudônimo "X" em 1937, um cronista fomentou esta nostalgia do passado perdido ao desvelar liras à Cachoeira, "graciosa cidade camponesa, banhada por um rio de águas morenas, encaixilhada no verde das coxilhas e das várzeas". O Jacuí, outrora rodeado por "lindas matas que orlavam de um verde escuro suas margens" fora desfigurado pelo "machado destruidor e progressista". A cidade que conhecera na infância, com o "índio, velho tocador de rabeca, a sua palhoça e o grande parreiral", havia sumido. A praça defronte à igreja matriz, que recordava como profusamente arborizada com ipês, cedros, jacarandás, cinamomos e cerejeiras, com "copas dando sombra e frescura à praça", fora substituída pelo cutelo urbanista, de "aspecto civilizado, moderno..." Próximo dela,

[99] JP, 15/11/1945 O público reclama, p.4

[100] JP, 21/12/1930 Velharias. AV, p.1

[101] JP, 5/7/1934 Recuerdos... Aurelio Lyra, p.1

lembrou do teatro municipal, cujas paredes estremeciam com as companhias teatrais e líricas de renome, e que acabou desabando com um grande temporal e foi transferido para o "barracão" próximo do Mercado Público. Na Cachoeira de sua memória, não havia doentes ou mendigos, não se morria "senão de morte natural e de moléstias antigas". As ruas não eras calçadas nem iluminadas, mas a "água não tinha micróbios nem cloratos", "os impostos não arrochavam o povo" e "a vida corria sem tropeços eleitorais". [102] A crônica publicada na semana seguinte resumiu a percepção nostálgica do mesmo autor: "Decididamente, Cachoeira está bonita, está moderna, mas... acabou-se o que era bom!"[103]

Esse sentimento de nostalgia aparecia muitas vezes como oposição à tendência mundial de exaltar os novos tempos como tempos das inovações e do progresso, do desenvolvimento tecnológico e científico, visto prioritariamente na acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos objetivos capazes de transformar a vida social e de conferir-lhe maior significação e alcance no contexto da experiência humana, na maioria das vezes sem o menor senso crítico que tal posição acarretava.[104] A imprensa foi tida como cama de salto capaz de permitir

[102] JP, 24/1/1937 Crônicas. X, p.1

[103] JP, 31/1/1937 Crônicas. X, p.1

[104] Como vozes dissonantes dessa tendência, Walter Benjamin e Theodor Adorno, já alertavam para o fato de que os anseios progressistas redundavam numa confusão entre progresso das técnicas e dos conhecimentos com progresso da humanidade em si. O progresso material, das técnicas emancipacionistas e o dos saberes resultavam em satisfações das necessidades humanas, tornando-se, assim, marcas indeléveis do processo progressivo, mas o progresso moral da humanidade não seguia imediatamente estas conquistas materiais. Este conceito de progresso humano repousava na constituição social global e no sujeito consciente de si mesmo, únicas armas capazes de afastar o desastre total que se avizinhava em fins dos anos 30. O verdadeiro progresso consistiria na guerra contra o triunfo do nazi-fascismo, na resistência ao constante perigo de regressão à barbárie que o totalitarismo representava e na possibilidade de evitar a catástrofe integral. Nesta lógica, se pelo progresso intelectual seria compreensível o discernimento entre o certo e o errado, mas que o desenvolvimento moral não o acompanharia concomitantemente, a inteligência humana, a técnica e as conquistas materiais poderiam ser postas a "serviço das trevas". Ver ADORNO, Theodor. *Progresso*. Tradução de Gabriel Cohn. In: *Revisto Luo Novo*, nº 27, 1992. BENJAMIN, Walter. *A modernidode e os modernos*, tradução de Heindrun Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tania Jatobá, série *Estudos Alemões*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. BENJAMIN, Walter. *Obros Escolhidas I. Mogio e técnico, orte e político. Ensoios sobre literoturo e histório do culturo.* op.cit., 1987. BENJAMIN, Walter. *Obros Escolhidos II*, tradução de Rubens Rodrigues

a concretização desses ideais, no que tange a sua capacidade de insuflar no imaginário social a idéia ilusória e ingênua de progresso ou de nostalgia, de acordo com as circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais da época.[105]

Imbuído do espírito conservador, pano de fundo da nostalgia, o Jornal do Povo criticou o progressismo num editorial de janeiro de 1932, julgando-o como "gigantesca e tortuosa escada do mundo hodierno", colossal embarcação onde "os passageiros se espremem e se atropelam, ansiosos por desembarcarem no porto das utopias". Em outras palavras, multidão atônita caminhando em trajeto tortuoso, num rumo oposto à verdade e à justiça. Para o jornal, os progressistas abandonavam as virtudes da tradição ao despirem-se "das vestes dos preceitos gravados naqueles intangíveis e austeros templários, de onde culminavam e se difundiam os mais puros princípios de sãs virtudes". Além disso, arvoravam-se em "representantes da sensatez coletiva", ostentando perante "os olhos dos bococos e inscientes", a "falsa aparência de dignidade", de forma "hipócrita". As aspirações de desenvolvimento eram "caprichosas" e "egoístas", enveredavam por caminhos "espinhosos" e "intermites", esqueciam os mais fracos, faziam-se surdas "ao clamor das turbas esfarrapadas, alheia a desventura da pobreza", indiferentes à "gratidão dos favores recebidos", irreverentes ao "respeito da velhice e do lar alheios", prepotentes "para com os fracos", desdenhosas "para com os modestamente trajados".[106]

Apesar desta posição conservadora, o jornal eventualmente abria espaços em suas edições, nos anos 30-45, para cartas de leitores exaltando o progresso de Cachoeira e o patriotismo dos munícipes. Cely Adel Guarani de Bem escreveu que o município avançava em "magníficas arrancadas"

Torres Filho de José Carlos Barbosa, 5ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995. BENJAMIN, Walter. *Obros Escolhidos III. Chorles Boudeloire: um lírico no ouge do copitolismo*, tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista, São Paulo: Brasiliense, 1989. BENJAMIN, Walter. *Poris, copitol do século XIX*, In: KOTHE, Flávio (org.), *Wolter Benjomin: sociologio*, São Paulo: Ática, 1985

[105] Interessante a análise de VENEU, Marcos Guedes. *O flôneur e o vertigem, metrópole e subjetividode no obro de Joõo do Rio*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.3, n.6, 1990, p.229-243, que mostra através de contos, reportagens, crônicas e conferências de Paulo Barreto, sob pseudônimo João do Rio, acerca do progresso metropolitano ameaçador.

[106] JP, 21/1/1932 Editorial, p.1

e progredia sob "influxos de um labor inteligente e constante". Como "pedaço mágico de terra", tinha "fertilidade", "beleza" e "opulência", permitindo aos "heróis que a povoam" os "grandes empreendimentos".[107] Para outro leitor, a cidade precisava submeter-se "pacientemente" aos "sacrifícios impostos pelo progresso".[108] O tenente-coronel Francisco Pessoa Cavalcanti registrou suas impressões positivas, destacando os "vales alcantilados e fertilíssimos", o rio Jacuí e o saneamento urbano, exemplos que mostravam, segundo ele, o progresso e a florescência da cidade.[109] Para J.D.L., Cachoeira havia sido gerada no advento do modernismo, não precisaria destruir nada, somente edificar.[110] Bidico Turco chegou a escrever uma oração para abençoar os avanços materiais do município:

Benditas sejas tu, pelas tuas casas, quietas que sorriem num riso claro de bondade; pelas tuas igrejas erguidas que vivem num namoro eterno com o azulamento imaculado do firmamento. Benditas sejas tu, pelas tuas avenidas amplas e ensombradas; pelas tuas fábricas potentes que vomitam anelões azulados de fumaça denunciando o progresso dos teus filhos. Benditas sejas tu, pelas tuas calçadas mudas e pensativas; pelas tuas árvores verdes e bonitas que lembram as copas fartas aonde repousavam da jornada os patriarcas bíblicos. Benditas sejas tu, Cachoeira progressista, pela glória de seres mãe de Virgílio de Abreu, a personificação esplêndida da cultura e da inteligência. Cachoeira, eu me orgulho de ser teu filho, porque a tua história é nimbada por uma auréola luminosa de paz, de ordem e de labor. Recebe, pois, cá de meu carinho e do amor a reverência profunda da minha saudação.[111]

Em 1945, Wilson B. da Silva imprimiu na crônica ***Para ti, Cachoeira do Sul*** lirismo verdadeiramente apaixonado pela cidade. A pequena Cachoeira de outrora havia se transformado. A "aurora do progresso" dissipara as "trevas do esquecimento" em que se encontrava. No lugar das "velhas casas" foram construídos edifícios; indústrias e engenhos floresceram; estradas foram alongadas; surgiram colégios, igrejas, quadras de esporte, linhas aéreas e demais melhoramentos. Conquistas devidas aos "filhos entusiastas", que "tudo fizeram", com sacrifícios e trabalho extasiado. Para ele, isso não bastava: "Precisas ir mais para frente, em busca de novos progressos".[112] No mesmo ano, Fúlvio da Silveira Bastos escreveu

[107] JP, 5/8/1937 Cachoeira, seu progresso e o patriotismo de sua gente. Cely Adel Guarani de Bem, p.1

[108] JP, 12/12/1937 A anunciadora "Voz de Cachoeira", p.6

[109] JP, 8/5/1938 Cachoeira impressões. Tent. Cel. Francisco Pessoa Cavalcanti, p.1

[110] JP, 12/5/1940 Cachoeira! J.D.L., p.3

[111] JP, 20/2/1938 Vida Social. Oração à Cachoeira. Bidico Turco, p.2

[112] JP, 4/2/1945 Para ti, Cachoeira do Sul. Wilson B. da Silva, p.3

de forma semelhante. Sob o título *Curvo-me, reverente...*, destacou os jardins, as praças, a mocidade exuberante, os salões sociais, o colorindo das ruas nos fins de tarde, o intenso movimento no bairro comercial, as fornalhas escaldante nas fábricas e a pujança dos arrozais que desencadeavam vertiginosa onda de progresso e vida.[113]

Paradoxalmente, conservadorismo e exaltação do progresso apresentavam-se como faces da mesma moeda. Ambos traziam consigo em comum a idéia de troca. Por um lado, se ela fora justa, não ocorreria progresso, dada a permanência no mesmo patamar. Por outro, a necessidade em manter a relação de troca desigual para conservar o ***status quo*** dos estabelecidos. Na dinâmica capitalista, estas questões foram colocadas de forma extraordinária. Na apropriação de poucos em detrimento de muitos, residia este princípio, que longe de ser estático, tornou-se extremamente dinâmico. Por esta razão, o conservadorismo e o progresso da época resultaram em tipos semelhantes de dominação social por parte da elite.

A partir do exposto, depreende-se que a nostalgia potencializada pela imprensa cachoeirense, a partir da década de 80, tenha relação direta com as condições sócio-econômicas da cidade. O crescimento em menor medida de Cachoeira, quando comparado a outras cidades, fez com que se perdessem valores considerados fundamentais para a elite local. Contudo, acredito que o ímpeto nostálgico é fruto da perda do espaço público por parte da elite, principalmente a zona central, onde materializaram-se muitos dos ideais urbanos elitistas nos anos 20, época em que os subalternos mantinham-se nos limites espaciais/simbólicos que lhes eram impostos. Conforme o historiador Jacques Le Goff, o futuro aparece, nesta perspectiva, de duas formas: o fim talvez definitivo ou inserido num ciclo cuja morte é seguida de renascimento, visões históricas que se traduzem sob forma de periodização e provocam querelas, em especial a dos "antigos" versus a dos "modernos".[114]

Desta maneira, quem fomenta o olhar nostálgico, acaba criticando o período em que vive, em nome de valores do passado, e critica o progresso, realçando suas marcas mais derradeiras. Mesmo o desejo de

[113] JP, 20/11/1945 Curvo-me, reverente... Fúlvio da Silveira Bastos, p.2

[114] LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990, p.422

progredir reveste-se da condição de resgatar a pujança que se tinha anteriormente. A resposta da elite cachoeirense caminha no sentido de acentuar o apelo mitificado ao passado, visto freqüentemente nas publicações das crônicas, reportagens e editoriais evocando memórias, os tempos áureos ou o passado glorioso, como foi mostrado anteriormente.

Frente a essa situação dos anos 80-90, a resposta da elite cachoeirense foi justamente apegar-se aos feitos passados, como se eles pudessem trazer de volta aquela época, considerada progressista, mesmo que num sentido muito mais de competição com relação a outras cidades do que comparando as épocas passadas. Por isto na Cachoeira do Sul dos dias de hoje é muito presente essa questão da nostalgia, esse apego às glórias de outrora. É nesse sentido que a elite parece acomodar-se, "deitar em berço esplêndido".

Cabe ressaltar que a nostalgia presente no discurso da imprensa é posta de forma generalizada, como se fosse algo de toda comunidade. Embora não discuta aqui a trajetória das pessoas que migraram do campo para a cidade, é natural pensar que elas vieram em busca de melhores condições, pensar quanto a cidade atraía, legítimo canto de sereia que prometia uma vida melhor estruturada, maiores oportunidades de crescimento e ganhos. Mesmo que tais promessas não foram cumpridas, o fluxo migratório campo-cidade não se inverteu, tampouco as pessoas deixaram de fugir do campo. Mas, através da imprensa cachoeirense, não é possível saber o que pensavam esses migrantes, pela simples ausência da fala dos subalternos nos jornais. Estudos apontam a existência de certa nostalgia no campesinato brasileiro, representação idealizada tendo o passado como "estável" frente às incertezas do futuro.[115] A diferença reside na busca daquilo que se "perdeu": para os subalternos, a estabilidade; para a elite cachoeirense; o domínio simbólico do espaço urbano homogeneizado.

Mostra dessa diferença é o fato do jornal ser o porta-voz da chamada crise, mas levar a crer que não passa por privações econômicas dela decorrentes. Remete para fatos aos quais parece estar imune. O artigo *O nosso jornal*,[116] assinado pelo diretor do Jornal do Povo, Eládio Vieira da

[115] GARCIA, Afrânio. *A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro*. In: Sociologias. Porto Alegre: PPG Sociologia/UFRGS, n.10, 2003 p.154-189 [disponível em http://www.scielo. br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200006&lng=pt&nrm=iso - acessado em 20/12/2006]

[116] JP, 28/6/1997 Artigo. Eládio Vieira da Cunha. O nosso jornal, p.2

Cunha, exemplifica essa questão, ao mostrar o jornal numa imagem progressista, diferente da imagem negativa e retrógrada de Cachoeira, comumente evocada nas edições do jornal, tanto nas reportagens quanto nos artigos opinativos. Ele usa abundantemente superlativos - instrumento de amplificação das idéias, defensor dos interesses, vigoroso incentivador de iniciativas, estimulador da cidadania, promotor de desenvolvimento, sétimo maior diário do interior do Estado em número de exemplares e qualidade gráfica e editorial - para marcar as diferenças entre o jornal e a cidade. Em resumo, o JP seria vencedor numa cidade perdedora. Se para o jornal a decadência da região passaria ao largo, a mesma lógica pode ser aplicada aos demais membros da elite local. Desta forma, o mote da nostalgia elitista não reside na perda da liderança econômica do município, mas no fato do espaço público ter sido invadido pelos *outsiders*.

É partindo dessa idéia de nostalgia e idealização do passado pela elite cachoeirense e tomando em conta, entre outros, o episódio descrito logo no início, que penso a cidade de Cachoeira do Sul para este trabalho. De que cidade falam as elites do final do século XX quando se voltam para o passado através das páginas do jornal? O que as reportagens, editoriais e cronistas habituais rememoram? O que caracteriza esta cidade (re)lembrada para despertar tal sentimento de forma generalizada entre a elite cachoeirense? O que se fazia na época e se deixou de fazer posteriormente a ponto de despertar tanta saudade? Considero que essa reconstituição não parte exclusivamente das próprias memórias de quem as escreveu, visto que muitos necessariamente não viveram naquele período, mas estão baseadas em lembranças de quem conta a história local. Essa nostalgia, portanto, não parece ser de toda comunidade cachoeirense, mas de uma elite, leitora e dirigente do jornal, que sonha com seu paraíso perdido e faz de suas memórias as memórias de todos os cachoeirenses.

Para responder essas questões, nesta tese - *Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945* - procuro ver a dinâmica da vida da elite cachoeirense, considerando as transformações da diferenciação social praticada por esse grupo, através de suas práticas cotidianas, no período histórico entre as décadas 30 e 40, buscando compreender como o espaço urbano central da sede do município constituiu-se em campo de

enfrentamento das forças locais, no momento em que abrigou ou excluiu determinados tipos de habitantes. Procuro ver também qual a influência dos fluxos migratórios locais na organização/desorganização desse espaço e de que maneira as práticas urbanas do dia-a-dia da elite cachoeirense foram se reafirmando/modificando em contato com esses "novos bárbaros" ou *outsiders*.

Muito além da praça José Bonifácio porque esse logradouro pode ser considerado, para a época, epicentro onde impunham-se as barreiras sociais entre a elite moradora do centro e os ***outsiders*** que literalmente invadiram o espaço urbano, gerando conflitos como o episódio narrado logo no início desta introdução. A partir da praça, ampliavam-se tais práticas discriminatórias. E para narrar o momento, o Jornal do Povo, veículo porta-voz dos ideais elitistas, reafirmando continuamente, através do texto impresso, aquilo que a parcela da população mais abastada desejava estabelecer como verdadeiro e correto, portanto, como o que deveria ser seguido por todos.

A praça José Bonifácio aparece como símbolo de lugar da elite no período estudado, mas as práticas excludentes impregnavam muitas das relações além dos limites espaciais do logradouro central, perpetuando-se em praticamente toda área urbana, quiçá na suburbana, com intensidades semelhantes. Por esta razão, a análise estende-se para a zona central, saneada no fim dos anos 20, e, em raros momentos, avança até os arredores da cidade, os subúrbios onde vivia a população subalterna.

De certa maneira, tento mostrar o enfrentamento simbólico entre a elite cachoeirense e os subalternos que passaram a ocupar o espaço urbano central nas décadas subseqüentes a 1929-30. Como esse novo quadro sócio-econômico-espacial modificou a paisagem urbana, advindo daí novas relações, urbanidade afetada pelo modo de agir diário. Essas modificações no cotidiano da urbe acentuaram-se nas décadas seguintes. Nos anos 80-90, a transição parece ter-se completado. Os tempos áureos do arroz irrigado e dos investimentos recebidos pelas colônias circunvizinhas, época em que poucos privilegiados viviam na zona urbana central, deram lugar ao perfil econômico baseado na agricultura monocultora, somado a diminuta capacidade de gerar emprego e renda para a massa populacional que passou a habitar a zona urbana, características das cidades localizadas fora dos eixos metropolitanos que acabaram por distanciar-se do empuxo econômico decorrentes das grandes aglomerações informacionais, sociais,

culturais, políticas, econômicas, etc., no fim do século XX. Desta forma, o que ocorreu em Cachoeira do Sul é algo muito parecido ao de outras cidades que mantiveram esse perfil. Como não lembrar de cidades outrora pujantes, como Pelotas e Rio Grande, só para ficar em dois exemplos gaúchos? E o sonho daqueles que migraram para outras regiões, deixando para trás a falta de perspectiva que essas cidades ofereciam? Saudades da terra? Vontade de retorno algum dia? Retorno na velhice?

No período que circunscrevi, as mudanças político-econômicas brasileiras resultaram na transformação paulatina do perfil populacional do município. Até os anos 30, a população cachoeirense era predominantemente rural. Em 1920, por exemplo, o município tinha 53 mil habitantes para uma população urbana estimada em pouco mais de 10 mil, algo em torno de 18%. Nos anos 40, a população urbana da sede tinha simplesmente dobrado de tamanho, passando para 20 mil habitantes, o que representava 24% do total de 83 mil, mesmo que na zona rural ainda vivessem 63 mil pessoas (76%). Todavia, o intenso processo migratório campo-cidade, visto neste interstício, desencadearia os primeiros impactos no seio das relações sociais e no cotidiano da cidade, alternando principalmente a convivência diária entre a elite e os ***outsiders***, abalos que se tornariam muito mais profundos, fulminantes e avassaladores nas décadas seguintes. Mostra disso é o aumento populacional verificado nos anos do pós-guerra. Se até 1950, a população da sede cachoeirense manteve-se próxima dos 25%, 24 mil habitantes para os mais de 95 mil em todo município, no início dos anos 60 a população urbana saltou para 40 mil, 47% dos 84,5 mil habitantes. As décadas seguintes veriam o agravamento do inchaço populacional, com a elevação para 60 mil (64%) habitantes na zona urbana, de um total de 93,3 mil, em 1980, e 70 mil na zona urbana (78%) de um total de 90 mil habitantes, em 1990.[117]

[117] A diminuição de habitantes totais, em 1959, deveu-se a emancipação do distrito de Agudo, de origem alemã. Nos anos 70-90, além das emancipações, muitos cachoeirenses migraram para outras regiões. A mudança do perfil demográfico cachoeirense acompanhou o do Rio Grande do Sul. Em 1950, a porcentagem da população urbana do Estado era de 34,14%; em 1960, 44,B9%; em 1970, 53,33%; em 1980, 67,53%; em 1991, 76,56%; em 2000, 81,65%. Fonte: CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Gronde ólbum de Cochoeiro no Centenório do Independêncio do Brosil*, Cachoeira de Sul: Município de Cachoeira, 1922. Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v.

Nesse contexto, levanto a seguinte tese: no interstício dos anos 30-40, os *outsiders*, ao ocuparem o espaço urbano central de Cachoeira do Sul, desorganizaram a ordem imposta na cidade pela elite, segundo a visão do Jornal do Povo.

Para comprovar essa tese procuro responder aos questionamentos de como o Jornal do Povo construiu uma dada imagem da cidade de Cachoeira do Sul no período focado e das elites que nela habitavam? Como o JP narrou a organização e a desorganização da cidade neste breve período de tempo? De que forma a distinção social, explicitada nas páginas do jornal, foi se refletindo nas práticas cotidianas da elite cachoeirense em contato com os grupos subalternos que aos poucos migravam para a cidade, ao longo do período aqui enfocado, entre os anos 1930 e 1945?

Entendo que os fluxos migratórios internos fortemente impulsionados pelo êxodo rural, responsáveis pelo aumento da população no entorno da sede do município de Cachoeira do Sul, permitiram/influenciaram na desorganização/reorganização do espaço urbano central e essa dinâmica organizacional, por conseguinte, provocou mutações/permanências nas práticas cotidianas da elite cachoeirense.

Como nas primeiras duas décadas do século XX, principalmente nos anos 1925-28, o espaço urbano central da sede de Cachoeira do Sul foi pensado e produzido pela elite agrária, comercial e, em parte, industrial, de descendência principalmente portuguesa, alemã e italiana, sofrendo intervenções profundas, com alterações em seus aspectos infra-estrutural e estético, trabalhei com a hipótese de que nos anos seguintes, 1930-1945, a elite estabelecida buscou, através de práticas cotidianas próprias, cultivar certo "verniz civilizador", na tentativa de marcar diferenças no intuito de manter afastados de seu convívio os migrantes.

Durante essa fase, que coincide com a Era Vargas, a economia da região continuou tendo no campo sua maior fonte de riqueza, principalmente através da lavoura de arroz, pujança que permitiu o desenvolvimento de

11, 1951. Anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro : IBGE, v. 22, 1961. Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 1973. Anuário estatístico do Brasil 19B3. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, 1984. Anuário estatístico do Brasil 19B6. Rio de Janeiro: IBGE, v. 47, 19B7. Anuário estatístico do Brasil 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, 1995. Em 1930 não foi feito censo nacional, por essa razão a inexistência de dados concretos, somente estimativas.

casas comerciais e pequenas indústrias instaladas no município. Todavia, em fins dos anos 20 e início dos 30, os atrativos de maiores ganhos no trabalho industrial e de serviços na zona urbana cachoeirense, bem como a incipiente mecanização do campo e a utilização de novos insumos agrícolas - tudo isso tendo como pano de fundo a própria reorganização das forças econômicas nacionais e internacionais devido ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929 - intensificaram o êxodo rural, desencadeando o inchaço da periferia urbana do município numa ocupação tida por desordenada, processo que acabou subtraindo paulatinamente da elite os espaços públicos da zona central, em contraposição à ocupação da maioria subalterna. De forma residual, esse contexto exigiu mudanças nas práticas cotidianas, num fluxo marcado pelo deslocamento da elite para atividades em espaços privados e dos populares para efetuar a ocupação do vácuo deixado no espaço público. Ao longo do trabalho busco comprovar essas hipóteses.

Entendo como práticas cotidianas tudo aquilo que os indivíduos fazem no espaço urbano em que vivem, que pode ser tanto aberto, como praças e ruas, quanto de uso restrito, como clubes, lojas ou até residências. Cotidianas porque são práticas do dia-a-dia, que se sucedem ou se praticam habitualmente. Assim, envolvem infinidades de questões triviais, como andar, falar, comer e vestir. Excluo destas práticas aquilo que os indivíduos fazem na intimidade, sozinhos ou entre grupo muito restrito de pessoas, normalmente de confiança, como familiares ou amigos íntimos. Isto porque nas práticas cotidianas, os indivíduos se auto-disciplinam mas também agem por vezes de forma incoerente, não uniforme nem estaticamente, onde, ao contrário de padronização e generalização daquilo que fazem usualmente, promovem rupturas que modificam seus padrões de comportamento.[118]

Na intimidade, os indivíduos podem comportar-se de formas diferentes de quando em público, contraditórias muitas vezes, que não interessam-me aqui analisar, a não ser em casos esporádicos que possam reforçar a análise. A linha que divide algumas destas ações corriqueiras da vida particular não é delimitada de forma precisa, exata, fazendo com que

[118] Parto dos princípios apontados por CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994 e ___. *A invenção do cotidiano: 2. morar*, cozinhar. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996, os quais explorarei mais adiante.

essas ações particulares possam ser tornadas públicas em certos momentos. Além disso, as práticas cotidianas dos diversos grupos sociais - sejam eles estabelecidos ou *outsiders* - não podem ser tidas de forma generalizada, em que pese o fato delas permitirem certo reconhecimento e fazerem que, por isso mesmo, os grupos construam sua auto-imagem e procurem ser vistos como tal. Há determinadas práticas observadas para que se produza a sensação de pertencimento, de fazer parte de determinado grupo. Assim, incluo não só ações auto-disciplinadoras que aproximam os indivíduos, que fazem com que entendam-se e vejam-se como grupo, mas também os desacordos existentes internamente, que promovem as rupturas que modificam comportamentos corriqueiros.

Para entender como as práticas cotidianas da elite cachoeirense nos anos 30-45 foram afetadas pela organização, desorganização e reorganização do espaço urbano central, que, por sua vez, tiveram relação visceral com o aumento da população urbana da sede do município, parto do princípio de que o arranjo físico dos espaços urbanos torna-se agente ativo na realização de determinadas práticas. Neste raciocínio, a ordem espacial é concebida como condição para que tais práticas se produzam e que estas são, em certa medida, dependentes de dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço. Tal entendimento não é estanque ou mecanicista, a ponto de se concluir que as formas espaciais podem explicar completamente as maneiras de ser de determinada sociedade ou grupo social. Nem o inverso, que o espaço seja simples reflexo da sociedade. Entendo que o espaço urbano é, ao mesmo tempo, o terreno onde as práticas cotidianas se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido.[119] Assim, num duplo imperativo, as composições do espaço urbano afetam as práticas cotidianas da mesma maneira em que estas afetam a organização física do lugar.

A justificativa para este recorte histórico dá-se pelo entendimento de que as tendências demográficas neste período, e por conseguinte suas relações sócio-políticas-econômicas-culturais, contrastam em aspectos

[119] Esses princípios são explorados detalhadamente por GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 e FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 71-104

importantes com os fenômenos até então vistos. Como divisor de águas, o início dos anos 30 foi profundamente marcado pela crise econômica norte-americana que influenciou praticamente todo mundo ocidental, quiçá mundial, permitindo, inclusive, a ascensão de regimes totalitários como o nazi-fascismo europeu e o populismo getulista no Brasil. Esta reorganização mundial de forças afetou o crescimento demográfico, o ritmo econômico e as transformações urbanas; conseqüentemente, as práticas cotidianas sofreram mudanças profundas e radicais em alguns aspectos; em outros, ganharam nova roupagem. Nas décadas seguintes, foram gestadas algumas das características que se tornariam predominantes no Brasil e no mundo, tais como urbanização e industrialização intensas, com o aparecimento das periferias vistas como problemáticas, do operariado, das políticas públicas, da miséria exposta, da violência urbana, etc. Não que elas inexistissem antes de 1929, mas sua intensidade seria sentida deste período em diante. Essas dicotomias agravaram-se profundamente com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Em termos de tempo histórico, tais relações tiveram forte influência em Cachoeira do Sul, dado o aumento populacional verificado no interstício 1930-1945. Este aumento deu-se pelo êxodo rural, agricultores autônomos ou empregados das lavouras que migraram para a zona urbana, migrações intra-distritais, moradores dos núcleos distritais sob jurisdição de Cachoeira do Sul que se deslocaram para a sede do município, e intra-municipais, habitantes de outros municípios que migraram para Cachoeira. Pensar no contexto deste período remete para mudanças fundamentais nele engendradas: de ambiente muito mais próximo do homogêneo, pasteurizado, livre dos incômodos dos subalternos, ocupado preferencialmente pela elite, principalmente com as reformas urbanas de 1925-28, para ambiente heterogêneo, onde co-existe a multiplicidade de formas espaciais urbanas e de práticas cotidianas que decorrem desta diversidade, imagem e semelhança fisionômica dos ***outsiders***, dos migrantes subalternos que invadiram Cachoeira nas décadas subseqüentes a 30-40.

Se até então a simultaneidade das práticas cotidianas e do próprio espaço urbano cachoeirense ainda era muito delimitada, o que possibilitava definir-se qual espaço ocupava a elite e qual os subalternos, a partir da afluência migratória as imagens do urbano começaram a tornarem-se

díspares, fazendo com que, de certa maneira, a elite passasse a repugnar a convivência com os não-civilizados, revigorando a incapacidade de lidar com o diferente e o estranho. Estudar a simultaneidade das práticas cotidianas e do urbano no intervalo proposto é partir duma perspectiva polifônica, onde a comunicação urbana é vista como conjunto heterogêneo de significados e significantes, que cruzam-se entre si, relacionam-se, sobrepõem-se, isolando-se e contrastando-se ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Compreender a cidade e as relações nela existentes significa colher esses fragmentos, lançando pontes entre eles, caminho possível para encontrar sua pluralidade de significados.[120]

Seguindo esta lógica, estruturei o trabalho em sete capítulos e respectivos sub-capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. Os dois primeiros capítulos são reflexões teóricas sobre o tema e históricas sobre Cachoeira do Sul e sobre a imprensa, a principal das fontes que utilizei ao longo deste trabalho. No terceiro capítulo, procurei analisar a imbricada teia de inter-relações entre os aspectos econômicos, urbanos e migratórios locais. Procurei ver a predominância de alguns aspectos econômicos sobre os fluxos migratórios e como essa corrente campo-cidade, intra-regional ou mesmo inter-estadual, influenciaram na construção, reforma, organização e desorganização do espaço urbano cachoeirense, especificamente sua zona central.

À luz dessas constatações, nos capítulos quatro a sete, procurei ler as práticas cotidianas da elite cachoeirense no período em questão, em especial as rupturas delas decorrentes e que foram significativas para o dia-a-dia dos estabelecidos, em confronto com os ***outsiders***. Estruturas cotidianas que revelam-se no fazer diário, no transitar em público, no passear nas ruas e praças, nas relações de civilidade e convivência, no regramento social, no trato de questões como vida e morte, nos lazeres, divertimentos e distrações, nos esportes ou deleites dos cafés e confeitarias, nos cinemas e teatros, nos clubes e bailes, no carnaval, e no trato com os “indesejáveis”, “subalternos” “incivilizados” e “desordeiros”: mendigos, vagabundos, prostitutas, jogadores, beberrões, menores delinqüentes, presidiários, mendigos, todos aqueles que a elite tratava como resíduo social, espécie de subproduto da invasão da

[120] Sobre a perspectiva polifônica, ver CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica. Ensaios sobre a Antropologia da comunicação urbana*. Tradução Cecilia Prado. São Paulo: Studio Nobel, 1993

subalternidade vista no período.

No conjunto da análise, utilizei como fontes de pesquisa alguns documentos históricos referentes ao município, como livros de Aurélio Porto, Ângela Schuh e Ione Sanmartin Carlos,[121] Tupinambá Pinto de Azevedo, Liberato Vieira da Cunha, Geraldo Mário Rohde e João Carlos Mor;[122] de edições reunindo dados locais, como o Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil, organizado por Benjamin Camozato, o Álbum do Sindicato Arrozeiro, o Relatório da Prefeitura Municipal de Cachoeira, na gestão de Cyro da Cunha Carlos, as duas edições de Cachoeira Histórica e Informativa, de Vitorino Portela e Manoel de Carvalho Portela, Aspectos Gerais de Cachoeira, de Fortunato Pimentel,[123] o Álbum Comemorativo a passagem do primeiro centenário de Cachoeira do Sul, o Guia Geral do Município de Cachoeira do Sul, de José Pacheco de Abreu, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, do IBGE,[124] o Centenário de Cachoeira do Sul e parte da coleção da revista Aquarela, relatos pitorescos, alegres e otimistas do passado cachoeirense, publicados por Humberto Attilio Guidugli;[125] outros livros como a Fundação

[121] PORTO, Aurélio. *Cachoeira. Resumo Histórico*. In: CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*, op.cit, 1922; ___. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS: Martins Livreiros, 1996 [edição original de 1934]; SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991

[122] AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. *Cachoeira do Sul, comarca: 150 anos de história*. Cachoeira do Sul: *Museu Histórico* Municipal de Cachoeira do Sul, 1985; CUNHA, Liberato Vieira da. *Um vista para o interior. Viagens a Cachoeira e meus outros mundos*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1996, ROHDE, Geraldo Mário. Cachoeira do Sul: uma perspectiva ambiental. Canoas: ULBRA, 1998 e MÓR, João Carlos Alves. *A minha Cachoeira*. Porto Alegre: Martins Livreiros, 2001

[123] CAMOZATO, Benjamin. *Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. op.cit., 1922; *Álbum do Sindicato Arrozeiro*, 1935, *Relatório da Prefeitura Municipal de Cachoeira*, relativo ao *exercício de 1939*, *apresentado pelo* Snr. *Cyro da Cunha Carlos, sub-prefeito da sede no exercicio de prefeito*, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940; PORTELA, Vitorino. PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*. Cachoeira: Tipografia Portela, 1ª ed, 1940, 2ª ed., 1943, e PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1941

[124] *Álbum Comemorativo a passagem do primeiro centenário de Cachoeira do Sul*, Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira do Sul, 1959; ABREU, José Pacheco de. *Guia Geral do Município de Cachoeira do Sul*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira do Sul, 1963; FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, vol. XXXIII, 1959

[125] Humberto Attilio Guidugli (pseudônimo Eliseu) publicou *O Centenário de Cachoeira*

do Município de Cachoeira do Sul: documentos históricos, os 100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996, o Cachoeira em Jornal e o Levantamento histórico da industrialização de Cachoeira do Sul,[126] ambos organizados pelo Museu Municipal de Cachoeira do Sul, além de documentos avulsos organizados e cedidos pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul,[127] incluindo algumas leis municipais.

O maior peso da minha pesquisa foi na imprensa local, principalmente no Jornal do Povo, que circula na região de Cachoeira do Sul ininterruptamente desde 29 de junho de 1929. Selecionei 782 fragmentos de notícias, entre reportagens, crônicas, apedidos, etc., no período de 1929 até 1948, para tentar enxergar como o jornal constrói uma imagem de cidade e daqueles que nela habitam ou estão ligados de alguma maneira, mesmo que essa imagem refira-se à parte que lê o jornal e, por conseguinte, forma alguma opinião acerca do narrado, mas que, de alguma forma, por força do poder simbólico que carrega, muitas vezes impregna a visão de toda comunidade, ou mesmo passa a valer como se fosse de todos; mas também, numa retroação, como a comunidade alimenta os acontecimentos narrados no jornal.[128]

Entendo que tal documento, como fonte historiográfica, permite radiografar as práticas cotidianas, principalmente as rupturas ou mudanças nos padrões de comportamento da elite da época. Com a missão diária de forçar a atenção do leitor, "em mergulhar seu enfado na torrente

do Sul em 1959. A revista *Aquorelo* circulou entre o final dos anos S0 até início dos anos 70, um pouco depois do falecimento de Humberto, em 23/2/1971. Parte da coleção da revista encontra-se no Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

[126] *Fundoção do Município de Cochoeiro do Sul: documentos históricos*. Cachoeira do Sul: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 19B7, *100 onos de Concórdio: o histório do Sociedode Rio Bronco, 1896-1996*, Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 1996, *Cochoeiro em jornol – cotálogo*, 19B2 e *Levontomento histórico do industriolizoção de Cochoeiro do Sul*, Cachoeira do Sul: Museu Municipal e Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, 1983

[127] Por exemplo: exposição do Arquivo Histórico Municipal *HCB, 100 onos de histório*; Código de Posturas Municipais, 1BS3; Livro de Atas do Grande Conselho do HCB, 1936-1968; Livro de Atas de Sessões da Câmara Municipal (1830-1864), entre outros.

[128] O banco de dados completo, com todos fragmentos de notícias do Jornal do Povo, entre 1929 e 2001, utilizados neste trabalho, pode ser acessado através do código 1.10, SELBACH, Jeferson F. *Jornol do Povo, Cochoeiro do Sul/RS, 1929-2001 (Bonco de dodos)*. Cachoeira do Sul: Universidade Luterana do Brasil, 2004. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. disponível em http://www.cis.org.br

ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a atualidade", o jornal acaba simplificando e desfigurando a realidade ao mediá-la.[129] Uma leitura atenta dessa fonte, contrapondo-a às outras fontes históricas, permite revelar o processo de doutrinação simbólica que se constrói através de pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis, não de forma arbitrária mas tornados reconhecidos de forma natural.[130] Como documento que enxerga e descreve a micro-história[131] espacial e temporal, o jornal abre possibilidades de revelar em determinados momentos, nos fatos aparentemente irrelevantes, os confrontos de idéias e a própria relação de força existente no entrecruzamento do mundo social. Embora minha finalidade não fosse fazer uma análise comparativa dos discursos produzidos pela imprensa local, trabalhei também com alguns dados organizados e disponibilizados pelo Arquivo Municipal do jornal local O Commercio (1900-1966).

Outro material levantado foi parte do acervo iconográfico do Museu Histórico Municipal e do Arquivo Histórico Municipal, constituído de fotos, mapas, planos urbanos e outras representações gráficas do município. Tais imagens do passado "evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente".[132]

[129] RIOUX, Jean-Pierre. *Entre histório e jornolismo*. In: CHAUVEAU, Agnes. TETÁRT, Philippe. *Questões poro o histório do presente*. Tradução Ika Cohen. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p.120-122.

[130] BOURDIEU, Pierre. *A economio dos trocos lingüísticos: o que folor o que dizer*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Sª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

[131] Ver, sobre a micro-história: BURKE, Peter. *A Escolo dos Annoles (1929-1989). A revolução fronceso do historiogrofio*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

[132] BOURDIEU, Pierre apud LE GOFF, Jacques. *Histório e memório*. op.cit., 1990, p.466. Mapas e planos urbanos foram cedidos pelo Arquivo Histórico. As fotografias foram cedidas tanto pelo Arquivo quanto pelo Museu. Sobre o uso de imagens na história, ver ainda BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Imogem e histório: os fotogrofios escolores no estudo do escolo primório curitibono (1903-1971)*. In: Edição eletrônica do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa/PB: UFPB, 2003, e FLORES, Élio Chaves. *Representoções cômicos do Repúblico no contexto do Getulismo*. In: Revista Brasileira de História. v.21 n.40 São Paulo, 2001 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01BB2001 000100007&lng=es&nrm=iso&tlng=pt – acessado em 27/3/200S]

Além desses documentos históricos, utilizei como fonte de pesquisa dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS), principalmente os referentes aos deslocamentos populacionais e à economia da região de Cachoeira do Sul.

Acima de tudo, parti da concepção de que nenhuma comunidade é uma ilha, sendo necessário fazer emergir algumas de suas conexões, que situações particulares podem mostrar a maneira como os indivíduos produzem seu meio social, entendendo que os sistemas de relações que organizam o mundo social são tão reais quantos os dados materiais. Estudando o caso de Cachoeira do Sul, é possível depreender um pouco desses efeitos que se mostram semelhantes no interior de sociedades bastante afastadas no tempo e no espaço. Assim, Cachoeira do Sul é o recorte espaço-temporal do estudo, mas é, ao mesmo tempo, espaço que retrata, que exemplifica a situação por que passaram muitas outras cidades congêneres, no Rio Grande do Sul, no Brasil e até em outras partes do mundo.

Toda pesquisa é sempre uma construção coletiva daqueles que colaboraram direta ou indiretamente. Para a consubstanciação deste trabalho foi necessário o auxílio de várias pessoas e entidades: a começar pelo meu irmão Carlos Henrique, a quem devo a indicação para trabalhar na ULBRA e o abrigo em Cachoeira do Sul nos primeiros dois anos, junto com sua família, Eliane, Carol e Filipe; a ULBRA que financiou o início desta pesquisa, cedendo a Andressa Bordignon, monitora deveras importante, além das outras que trabalharam comigo de forma voluntária: Carina, Chana, Isabel, Liziane, Renata, Talita; não posso esquecer o Paulo Ricardo, companheiro de pesquisa, nem as moças que fizeram parte do Arquivo Histórico Municipal até meados de 2005, Eliane, Gorete, Lucinha, Loveli, em especial, a entusiasta pela história cachoeirense Ione Sanmartim Carlos, por tirar muito das minhas dúvidas, e as do Museu Histórico Municipal, Mirian e Márcia; a orientação primorosa da Eloísa Capovilla; as conversas com a Rosemary Brum, minha eterna debatedora e co-orientadora, que me animou quando tudo parecia perdido; meus familiares, minha mãe Penalva, meus irmãos Veverton e Graziela, sogros Renualdo e Naura; e minha esposa Paula, que apesar da jovialidade, conseguiu entender as privações materiais e espirituais necessárias para concretizar este trabalho. A você, meu eterno amor...

Parte I

textos e contextos



1. Reflexões e inflexões

1.1. Os descaminhos do cotidiano

Existe uma diferença marcante entre a produção dos espaços urbanos, os discursos que os precedem e o uso ou consumo que o público dá a eles. Supostamente entregues à passividade e à disciplina, essas operações dos usuários assumem o aspecto da indisciplina, uma vez que não aceitam passivamente nem repelem de súbito o que lhes é imposto. Analisar o cotidiano é, como objetivou Michel de Certeau, explicitar as combinatórias de operações que compõem dada cultura, exumando os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde o estatuto de dominados, entendendo-os de forma não passíveis nem dóceis.[1]

O objetivo deste trabalho não foi exatamente pensar as práticas cotidianas da população em geral, como fez Certeau, vendo como essa interage no espaço pensado e construído por um pequeno grupo, mas foi ver, em determinado período de tempo, como a elite da cidade de Cachoeira do Sul construiu o espaço urbano para si, como produziu os discursos que subsidiaram esta construção, como diferenciou-se através do fazer cotidiano nesse espaço urbano e, acima de tudo, como lidou, repugnando ou cedendo, com as interferências de outros usuários no espaço em que predominava. De forma indireta ou mesmo residual, comparei semelhanças e diferenças entre produção da linguagem e do espaço urbano, das práticas cotidianas da elite local e do uso que os subalternos fizeram desse espaço. Isto porque, no momento em que os discursos de repulsa e cedência de determinadas práticas cotidianas, contrárias às esperadas, foram colocados em público, principalmente através do veículo de comunicação que assumiu seu papel de porta-voz da elite, como foi o

[1] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. op.cit., 1994

Jornal do Povo nas décadas que se seguiram ao seu aparecimento, abriu-se a possibilidade de tornar mais claro o embate simbólico, a interação que o usuário subalterno fez do espaço urbano apropriado da elite.

Delimitei como recorte espacial a zona urbana central da sede do município de Cachoeira do Sul. Não se trata de analisar da periferia ao centro, em toda sua complexidade, mas de apontar o espaço que a elite cachoeirense organizou e que foi, de certa forma, apropriado pelo público subalterno, originário das zonas circunvizinhas, essencialmente agrícolas. Circunscrevi para a análise a área central da cidade, compreendida entre o entorno da praça Balthazar de Bem - já denominada em outros tempos como praça do Prestes, da Igreja, da Matriz, da Conceição e Tamandaré - a leste, onde se localizam a Prefeitura e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, e a antiga estação ferroviária do Largo do Colombo, atual praça Honorato de Souza, que limitava a parte baixa da cidade pelos trilhos do trem, a oeste. As delimitações norte-sul variaram em função do desenvolvimento urbanístico, desde poucas quadras até bairros como o elitista Rio Branco ou mesmo o Santo Antônio. A marcação desta fronteira imaginária possibilita a verificação das relações de forças materiais e simbólicas que se digladiaram dentro de seus limites. Pierre Bourdieu sugere fronteira como produto de divisão a que se atribuiu maior ou menor fundamento da realidade, segundo elementos que ela reúne, tenham semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes. A fronteira, como ato jurídico de delimitação, produz diferenciação cultural do mesmo modo que é produto deste ato.[2] No caso de Cachoeira do Sul, a fronteira proposta para esta análise foi limitada por leis que estabeleceram determinados serviços urbanos e que criaram, por isto mesmo, linhas limítrofes materiais e simbólicas.

A escolha desse espaço se dá em razão de que nele foram postos por primeiro os equipamentos urbanos, tais como iluminação e luz elétrica, serviços de água e esgoto, telefone, calçamento e pavimentação, teatro e cinemas, praças arborizadas, ativo comércio, prédios imponentes, estações rodoviária e ferroviária, etc., podendo-se afirmar que tratava-se de local privilegiado, diferente dos demais, enfim, espaço elitista ou moderno. Entendo espaço moderno como local que se constrói

[2] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. op.cit., 2002, especialmente capítulo V, *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*, p.114-115

modificando radicalmente as feições tradicionais, num confronto permanente em que o novo e a novidade substituem o velho e ultrapassado. Neste sentido, tem-se a contínua mudança e transformação das coisas, com velocidade e ritmo avassaladores, fazendo do homem moderno ser perplexo frente a tamanhas e intensas mutações. Estas contínuas transformações são normalmente desencadeadas pela "elite revolucionária", conforme afirmou Marshall Berman ao estudá-las no contexto europeu, que apresenta-se como destruidora daquilo que representa o passado.[3] Em Cachoeira do Sul, João Neves da Fontoura, intendente entre 1925 e 1928, consubstanciou tais ideais modernos, ao promover reformas urbanas radicais na zona central da cidade, identificando este espaço com a noção de progresso de sua época, que via as transformações como processo de desenvolvimento ininterrupto e linear, conceito atualmente estrito por não englobar demais interações e conseqüências desencadeadas por intervenções urbanas modernizadoras como essa.



Figura 18 - Mapa da sede de Cachoeira do Sul, início do século, feito por Joaquim Vidal. No detalhe, a zona baixa ou central, com o Largo do Colombo (estação de trem) à esquerda, a praça do José Bonifácio ao centro e o paço municipal e a igreja (praça Balthazar de Bem) à direita. Fonte: Arquivo Público Municipal de Cachoeira do Sul

[3] BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: o aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, São Paulo: Companhia das Letras, 2002

Nessa lógica, denomino elite os que moravam neste espaço central, os que, guardadas as devidas proporções, tiveram acesso ao que havia de moderno em sua época, como vestuário, automóvel, trem, rádio, jornais, telégrafo, telefone, luz elétrica, cinema, teatro, etc.[4] Essa elite cachoeirense assemelha-se aqueles que Norbert Elias chamou de "estabelecidos", habitantes duma pequena cidade inglesa que cultuavam carisma grupal distintivo, cerrando fileiras e estigmatizando os que não pertenciam ao grupo, os que viviam do "lado de fora", chamados de *outsiders*, pessoas que consideravam de menor valor devido a falta de virtudes humanas superiores. Neste contexto, procurou ver os estigmas que os habitantes tradicionais lançavam sobre os forasteiros, como se constituía a sociodinâmica dessa estigmatização. Ele estudou as múltiplas tensões existentes entre os dois grupos, a natureza de sua interdependência, através de fatos cotidianos, como a sociabilidade que excluía os estrangeiros que não partilhavam dos valores e do modo de vida vigentes, mantidos distantes e afastados dos locais de decisões comunitárias, como clubes, igrejas ou mesmo praças. Essa auto-imagem que o grupo estabelecido fazia de si tornava-se seu diferencial nas relações de poder, precondição para que ocorresse a estigmatização social. A arma para manter a superioridade social era impetrar aos outros a condição ou rótulo de "valor humano inferior".[5]

Tento mostrar como esse estigma, visto por Elias, assemelha-se ao da elite em relação aos "novos bárbaros", na Cachoeira dos anos 30-45. Algo muito próximo à imagem do caboclo indolente e atrasado representado na literatura da época por Jeca Tatu, personagem de

[4] TRUSZ, Alice Dubina. *O papel da publicidade na informação e assimilação cotidianas da modernidade no Porto Alegre dos anos 1920*. In: Revista História Hoje, revista eletrônica de História, v.1, n.3, ANPHU, março, 2004 [disponível em www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n3 - acessado em 10/3/2006], analisando o papel da publicidade comercial na informação e estimulação cotidiana do processo de modernização da sociedade porto-alegrense na década de 1920, mostra como a cidade foi objeto de marcantes transformações de caráter urbanístico e, simultaneamente, operou-se a diversificação da produção industrial, com o lançamento de novos produtos no mercado, principalmente aqueles produzidos a partir da adaptação para uso doméstico de novas fontes energéticas, como a eletricidade. Os anúncios analisados divulgaram e promoveram comercialmente tais produtos, apresentados como índices de civilidade.

[5] ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. op.cit., 2000, p.19

Monteiro Lobato, que expressou muitas das questões centrais presentes no pensamento social brasileiro na década de 1930 em diante.[6] Nesse sentido, é semelhante a diferenciação produzida pela elite cachoeirense em relação aos migrantes oriundos das zonas de colonização ou de outras áreas agrícolas, na medida em que produz uma auto-imagem do moderno em oposição ao atrasado.

Importa ressaltar que nem todos que habitavam a zona central de Cachoeira tinham condições sócio-econômicas-culturais privilegiadas, assim como nem todos que moravam em outras zonas urbanas ou rurais eram subalternos. Fugindo do estigma que tal generalização desencadeia, procurei ver as nuances que têm como palco a zona que delimitei. Por essa causa, a análise debruçou-se, em determinadas ocasiões, para espaços periféricos na razão em que serviam para contrapor algumas das questões aqui discutidas. Além do mais, não reduzo a idéia de elite como classe homogênea, que tem consciência absoluta de grupo e atua mobilizada em determinado sentido. Embora agregue indivíduos em posições semelhantes e que tenham provavelmente atitudes e interesses semelhantes, tal relativismo anularia suas diferenças sociais.[7]

[6] Ver LIMA, Nísia Trindade. *Jeca Tatu e a Representação do Caipira Brasileiro*. In: Anais eletrônicos do XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 27 a 31 de outubro de 1997. [disponível em http://www.anpuh. uepg.br/anpuh/complemento.htm - acessado em 15/10/2005] e RODEGHERO, Carla Simone. *Campo x cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul*, In: *Anos 90. Revista do PPG em História*. Porto Alegre/RS: UFRGS, n.7, julho de 1997, p.148-170, que analisa os posicionamentos sobre campo e cidade, na década de 50, tendo como foco principal a realização das Semanas Ruralistas pela Igreja Católica, no RS, que, segundo ela, tinham como pressuposto a idéia de que a mudança tecnológica garantiria a permanência das populações no campo, preservando aí o espaço de influência da Igreja. Sua análise revela o cruzamento dos discursos que constroem a relação campo-cidade.

[7] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. op.cit., 2002, p.136. Tais processos de diferenciação ocorrem de forma semelhante em todo Brasil. Ver, por exemplo, RENK, Arlene. *Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil*, que trabalha a questão da etnicidade e da identidade étnica, no Oeste Catarinense, a partir de dados levantados em diferentes momentos entre os anos de 1988 e 1997, junto a grupos de raízes camponesas. Ela discute o campesinato, sob o prisma da diferenciação étnica, tomando como ponto de partida o processo de colonização no oeste catarinense. Este significou diferentes itinerários: aos brasileiros representou a expropriação das terras, dos recursos materiais e foi o momento da construção de sua identidade étnica; aos colonos de origem a aquisição das terras em Santa Catarina era uma estratégia de reprodução social camponesa; e VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Territorialidade e*

Procuro entender esse espaço social conforme Pierre Bourdieu, como algo multidimensional construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social e que conferem, ao detentor destas diferenciações, força ou poder neste universo. Desta forma, os sujeitos são definidos pelas suas "posições relativas" neste espaço. Segundo Bourdieu, "cada um deles está acatonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas". E na medida em que estas propriedades são atuantes, o espaço pode ser descrito como um "campo de forças", "conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entram nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes", enfim, "espaço de relações", tão real quanto o material, relações essas regidas por determinado habitus, definido como conhecimento adquirido, haver ou capital que indica a disposição incorporada, quase postural, funcionamento sistemático do corpo socializado, atitude perante os demais.[8]

Parto do princípio de que o arranjo físico do espaço urbano influencia determinadas práticas cotidianas, mas que há dinamicidade nesta relação que desencadeia mudanças no fazer cotidiano e, por conseqüência, na desorganização/reorganização do espaço. Considero, assim, espaço como instância da sociedade, portanto de essência social, conforme definiu Milton Santos. Como instância econômica-cultural-ideológica, o espaço contém e é contido por várias instâncias. Não é formado tão somente por coisas palpáveis, naturais ou construídas, mas engloba a sociedade que atua neste espaço. Por um lado, a paisagem; por outro, o que dá vida a ela. A dinamicidade das mudanças reside nesta imbricação entre as instâncias, na medida em que as mudanças do fazer cotidiano implicam

cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo, que busca caracterizar a presença estrangeira e a configuração de territórios dos grupos mais expressivos, contribuindo para a compreensão da dinâmica urbana em seus componentes socioculturais. Ela pretendeu entender a questão da alteridade na metrópole, a partir das dimensões reais e da compreensão da vivência na cidade, com suas oposições, conflitos e formas de sociabilidade. Ambos textos disponibilizados nos Anais eletrônico do XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, out/1997 [disponível em http:// www. anpuh.uepg.br/anpuh/complemento.htm - acessado em 15/10/2005]

8 BOURDIEU, Pierre. O *poder simbólico*. op.cit., 2002, em especial o capítulo III, *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*, p.61-62 e VI, *Espaço social e gênese das classes*, p. 134-136

em sua permanente alteração.[9]

Paulo César da Costa Gomes entende que determinada ordem espacial pode influenciar sobremodo as práticas, fazendo com que elas dependam, num dado momento, da distribuição espacial. Assim, o espaço urbano é, ao mesmo tempo, o terreno onde as práticas cotidianas se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido. Numa ordem em que as formas espaciais explicam parte das maneiras de ser de determinado grupo social e que estas maneiras de ser, inversamente, afetam a composição do espaço.[10]

Princípio semelhante é explorado por Lucrécia D'Aléssio Ferrara, para quem a imagem urbana, visual e polissensorial, é representação construída cotidianamente, a partir de informações inferidas da vivência de variáveis contextuais consideradas como elementos de informação urbana. "Estas variáveis contextuais urbanas são fontes de informação - explica ela - e moldam comportamentos, ações, valores, usos, hábitos, crenças e expectativas, ou seja, são fatores de uma percepção urbana que se sabe situada, localizada, sem querer insinuar, com isto, qualquer perspectiva determinista ou positivista no processo de percepção ambiental urbana".[11]

Como recorte temporal delimitei o período entre as décadas de 30 e 40. Nos anos que antecedem este período, a zona urbana analisada recebeu enormes melhorias na sua infra-estrutura, melhoramentos materiais que não cessaram no período analisado nem posteriormente. Portanto, os espaços urbanos construídos nos anos anteriores ao analisado permitiram o reforço de determinadas práticas cotidianas elitistas, por conseqüência, excludentes, como passear na praça bem vestido ou mesmo freqüentar confeitarias. Todavia, em fins dos anos 20, o crescimento demográfico urbano fora do comum desencadeou mudanças significativas. O número de habitantes residentes na sede passou de 10 mil em 1920 para 20 mil

9 SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992, p.1-2 e 46

10 GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. op.cit., ___. *Geografia fin de siècle, o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. In: CASTRO, GOMES e CORREA (org.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.13-42, e ___. *O espaço da modernidade*. In: *Terra Livre 5. O espaço em questão*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros; Marco Zero, 1988, p.47-67

11 FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. op.cit., 1993, p.71-104

em 1940, 24 mil em 1950 e 40 mil em 1960. Desta forma, tais práticas cotidianas sofreram interferências externas que as mudaram profundamente, obrigando-as a adaptarem-se ou assumirem novas roupagens. Interessei-me por este contexto de mudanças das práticas cotidianas porque foi desencadeado a partir da chegada desses migrantes pobres que trouxeram consigo novas relações de articulação interurbanas, de natureza completamente diversa das até então conhecidas e cujo ápice encontra-se no período em questão. Nos anos que se seguiram ao pós-guerra, espécie de esfarelamento das práticas cotidianas elitistas no espaço urbano redundou em verdadeiro encastelamento da elite em espaços privados. Com novos atores se apropriando da cena cachoeirense, transubstanciou-se não só o espaço público como as próprias práticas cotidianas. O âmago destas transformações podem ser vistas justamente no intervalo selecionado. Daí a razão da interrupção da análise em meados da década de 40.

Ao aprofundar a análise nas práticas cotidianas da elite cachoeirense, num dado momento histórico (1930/45) e numa delimitação espacial (zona urbana central cachoeirense), não é possível imaginar que tais práticas sejam disciplinadas a ponto de permitir generalização. Assim como o uso que os consumidores subalternos fazem dos espaços produzidos pela elite não é dado de forma passiva ou dócil, há a antidisciplina, para usar a expressão de Certeau, no modo de proceder no seio da própria elite. As maneiras de fazer determinadas práticas cotidianas assumem, nesta lógica, duplo sentido. Por um lado, são regidos por estruturas disciplinadoras, como queria Michel Foucault,[12] que fazem com que os indivíduos, em ambientes sociais próximos, se auto-disciplinem através de determinados dispositivos e procedimentos, "instrumentalidades menores" que são capazes de transformar a multiplicidade humana em sociedade "disciplinar", através da organização dos "detalhes". Por outro lado, alguns destes procedimentos escapam à disciplina sem serem excluídos do campo onde se exercem, levando a concluir que as práticas cotidianas sugeridas por Certeau são vívidas e inquietantes.[13] Certeau

[12] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. op.cit., 1994, trabalha com a idéia de Michel Foucault de estruturas auto-disciplinadoras, mas não se limita a ela. Sugere como contra-ponto, as rupturas cotidianas. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987

[13] Fora do poder panóptico, sobrevivem movimentos contraditórios que compensam-se e combinam-se. Assim, nas práticas urbanas cotidianas, os indivíduos se auto-

distingue as maneiras de fazer as práticas cotidianas, andar, falar, comer ou vestir. "Esses estilos de ação - escreve ele - intervêm num campo que os regula num primeiro nível, mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro".[14] Dito de outra forma, as práticas cotidianas operam em dupla direção: a das regulações ou da auto-disciplina de Foucault e a das distorções ou indisciplina que provocam as rupturas.

Mesmo constatando que muitos espaços participam da geração de micro-poderes onde a ordem disciplinar cotidiana tem lugar, que determinadas formas espaciais ou arquitetônicas servem de mecanismos de disciplinarização do fazer cotidiano elitista, há maior complexidade por trás do caráter meramente produtivista dos espaços, surgidos nos "contra-poderes" que resistem à disciplina. Desta forma, torna-se impossível apreender a complexidade do processo de territorialização de determinado grupo social sem conhecer estas múltiplas interações que fazem do espaço algo não unidimensional, mas um labirinto com complexas redes de ações recíprocas que permitem a apropriação sucessiva de significações diversas, típico da dinâmica multiespectral da modernidade. Ininterrupta migração e rearranjo de valores, formas, funções e significados, celebrados cotidianamente através da permanente organização, desorganização e reorganização do espaço urbano.[15]

Delimitar espacial e temporalmente tal análise é partir da concepção de que nenhuma comunidade é uma ilha, sendo necessário fazer emergir suas conexões. É partir do entendimento que, conforme Roger Chartier, situações particulares, em dado espaço e tempo histórico, são capazes de revelar as maneiras como os indivíduos produzem e reproduzem seu meio social, "por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem".[16] É, também, pensar nos "fenômenos reticulares" apontados por Norbert Elias, no

disciplinam ao mesmo tempo que agem de forma incoerente, fora do padrão normalizado. Desviar-se das regras é promover rupturas que possibilitam modificar os padrões de comportamento.

[14] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. op.cit., 1994, p.92

[15] Ver GOMES, Paulo César da Costa. *O espaço da modernidade*. op.cit., 1988, p.47-67

[16] CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 7, n. 13, 1994, p.101-102

processo de individualização, na interação social inerente aos seres humanos. "É justamente o fato das pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral".[17]

Um estudo de caso permite, ainda segundo Chartier, atingir o essencial, "o esclarecimento das condições que tornam possível a emergência e perpetuam a existência de uma tal forma social". Para tanto, deve distinguir funcionamentos diferentes da mesma forma social; mostrar seus efeitos idênticos no interior das sociedades bastante afastadas no tempo e no espaço; e contrastar as formas e os funcionamentos sociais.[18] Chartier aponta o caminho: "o objeto fundamental de uma história cujo projeto é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos" reside na "tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer". Ele resgata a idéia de Paul Ricoeur, de que os procedimentos explicativos da história seguem ancorados "no modelo de compreensão que, no cotidiano ou na ficção, permite dar conta das decisões e das ações dos indivíduos".[19]

Isto significa dizer que esse trabalho também pode ser inscrito na perspectiva da micro-história já que é só através dela que podemos observar fenômenos ainda não observados. Conforme Giovanni Levi, apesar da delimitação, a micro-história não micro-dimensiona seu objeto de estudo pois pela observação microscópica temos possibilidades de revelar fatores previamente não observados. Para ele, os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala

[17] ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.28-29

[18] CHARTIER, Roger. *Prefácio* do livro de ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigações sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução Pedro Süssekind. [tradução do prefácio André Telles]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.9

[19] CHARTIER, Roger. *A História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. op.cit., 1994, p.103-106

[20] LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novos perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.141

de observação, resultando na possibilidade de utilizar tais resultados para dele extrair generalizações mais amplas, mesmo que as observações iniciais tenham sido realizadas em dimensões relativamente estreitas e mais como experimentos do que como exemplos.[20]

Nesse capítulo pretendo lançar um olhar interrogativo para a cidade e perguntar como era essa Cachoeira do Sul dos anos 30-45? Como era a zona urbana da cidade que chegou a ser considerada uma das principais do Rio Grande do Sul? Para responder a estas perguntas, analiso o contexto histórico da ocupação da Vila Nova de São João da Cachoeira, mostrando que a região não era "terra de ninguém", como afirmado por muitos, mas que foi palco de disputas sanguinolentas entre portugueses e espanhóis, a partir do século XVIII. Procuro ver as implicações políticas e econômicas envoltas ao longo de sua história, sua importância estratégica de ocupação fronteiriça e sua inclusão dentro da perspectiva nacional. Ver as influências das migrações alemãs e italianas ao longo do século XIX, impulsionando a economia de toda região: as casas comerciais, a incipiente industrialização, a agricultura baseada no arroz, os engenhos e tudo o mais que contribuiu para o desenvolvimento urbano da sede do município até fins dos frementes anos 20. Faz-se mister, neste contexto introdutório, abordar também o uso do jornal como fonte metodológica que permite lançar um olhar ao passado, com os devidos filtros, uma vez que é a principal fonte de pesquisa deste trabalho.[21]

1.2. Autoridade da escrita e legitimidade

O uso do jornal, como fonte historiográfica, possibilita revelar, em determinados momentos e nos fatos que publica, os confrontos de idéias e a própria relação de força existente no entrecruzamento do mundo social. Apesar de ter disposição multidimensional da escrita, num estilo lingüístico que prima pela novidade, concisão e inteligibilidade, e *layout* espacial onde as notícias são dispostas numa nítida falta de conexão, num "caos de informações" que impede ao leitor incorporar à sua própria experiência as informações noticiadas,[22] através do jornal é possível

[21] Analisei algumas das questões a seguir em SELBACH, Jeferson. *Maîtres de plaisir [construtores de imagens]*. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2006

[22] Sobre a identidade construída pela imprensa, ver BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.91, e BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III*.

resgatar pequenas pistas que revelam práticas cotidianas, objeto deste estudo.

Como fonte histórica que não se limita a narrar os grandes feitos, o jornal coloca-se no âmbito do deslocamento da produção histórica para o pólo de tensão que privilegia os sujeitos em detrimento às estruturas, como preconiza a Nova História Cultural,[23] levando sempre em consideração a idéia de "indivíduo" e "sociedade" colocada por Norbert Elias, para quem todas as mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. "A história é sempre história de uma sociedade - escreve -, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos".[24]

O historiador Carlo Ginzburg alerta para o fato de que o material narrativo - aqui se inclui o jornal como fonte que narra determinados acontecimentos a partir de certa visão - age durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. Segundo ele, é rudimentar a idéia de que as fontes, "se dignas de fé", oferecem acesso imediato à realidade ou a algum aspecto dela. Como "espelhos deformantes", elas não são janelas escancaradas nem muros intransponíveis. Analisar esta distorção implica num elemento construtivo, que não é incompatível com a prova. Para ele, "a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade". Assim, o jornal é, como parte da realidade passada, sujeito

Chorles Boudeloire: um lírico no ouge do copitolismo, op.cit., 19B9, p.106-107, ALVES F., Aluízio. *A Américo Lotino no Folho e no Clorín - Um Estudo Sobre o Construção do Identidode do Américo Lotino nos Noticiórios dos Jornois o Folho de São Poulo* e o *Clarín de Buenos Aires*. Tese de Doutorado [orientadora Lia Zanotta Machado], Brasília/DF: Universidade de Brasília, 1997 [disponível em http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=19974553001010029P1 - acessado em 25/3/2005] e DANTAS, Antônio Ribeiro. *A representoção do homossexuolidode: o leituro do imprenso escrito*. Dissertação de Mestrado [orientadora Jacira Galvao Gondim Safieh], Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1990 [disponível em http://servicos.capes.gov.br/capesdw/ resumo.html?idtese=1990623001 011004P0 - acessado em 25/3/2005]

[23] Ver BURKE, Peter. *A escolo dos Annoles - 1929-1989. A revolução fronceso do historiogrofio*. op.cit., 1997, BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique (org.) *Possodos recompostos. Compos e conteiros do Histório*. Tradução Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998 e D'ALLESSIO, Márcia Mansor. *Os Annoles no Brosil. Algumos reflexões*. In: Revista Anos 90. Revista do PPG em História. Porto Alegre/RS: UFRGS, n.2, maio de 1994, p.127-142

[24] ELIAS, Norbert. *A sociedode dos indivíduos*. op.cit., 1994, p.45

a contestações. Como fonte que não fala sozinha, se interrogada de maneira apropriada, exige o preenchimento das lacunas. Trabalho para o historiador que se move no âmbito do verossímil, nunca do certo ou completamente verdadeiro, mas que preenche tacitamente tais lacunas com o que lhe parece natural ou óbvio e, conseqüentemente, certo ou verdadeiro.[25]

Analisando a história da leitura, Roger Chartier entende ser necessário levar em conta a existência de técnicas ou de modelos de leitura que organizam as práticas da comunidade e o princípio de organização da diferenciação.[26] Segundo ele, "o objeto fundamental de uma história cujo projeto é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos" reside na "tensão entre as capacidade inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer". Na análise da construção deste "laço social" entre produção e recepção, cabe ao leitor-receptor papel importante. Em princípio, toda história da leitura supõe a liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que lê, o que o livro, ou neste caso o jornal, lhe pretende impor. Todavia, a liberdade leitora jamais é absoluta: "ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas da leitura". Mesmo entendendo que as representações coletivas estruturam esquemas de percepção e de apreciação, a partir dos quais os indivíduos classificam, julgam e agem, a linguagem é investida, conforme define Chartier, de "significações plurais e móveis, construídas nas negociações entre uma preposição e uma recepção, no encontro entre as formas e motivos que lhes dão sua estrutura e as competências ou expectativas dos públicos que dela se apoderam".[27] Assumir tal postura

[25] GINZBURG, Carlo. *Reloções de forço: histório, retórico, provo*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.45 e 57-58. Ver ainda FERRARINI, Sebastião Antônio. *A imprenso e o orcebispo vermelho (1964-1984)*. Dissertação de Mestrado [orientadora Leda Maria Pereira Rodrigues], São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PPG/História, 19B9 [disponível em http://servicos.capes.gov.br/ capesdw/resumo.html?idtese=19899330050100 10P8 - acessado em 25/3/2005]

[26] CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor oo novegodor*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 199B, p.92

[27] CHARTIER, Roger. *A Histório hoje: dúvidos, desofios, propostos*. op.cit., 1994, p.77 e 106

implica numa constatação de que "as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros". Para Chartier, na recepção da leitura, o texto lido ganha sentido com o leitor: muda com ele, ordena-se conforme seu código de percepção.[28]

Já a autoridade da escrita repousa sobre certa adesão, conforme escreveu Michel de Certeau, "acordo espiritual" que confere legitimidade ao exercício do poder. O uso autorizado da palavra reside assim na legitimidade daquele que a pronuncia, neste caso o jornal. Usar o jornal como documento histórico é partir do princípio que ele permite revelar a posição do grupo editor, que pode ser ou não pertencente a elite, no momento que assume-se como seu porta-voz.[29] Por esta razão Certeau afirma: "ler é peregrinar por um sistema imposto".[30] O que não pode é pretender impor-se o discurso daqueles que escrevem e lêem como história de toda sociedade.

Apesar deste cuidado para fugir da generalização, não é possível negar que quando o discurso elitista é veinculado pelo jornal, atinge os o***utsiders*** ou subalternos em maior ou menor grau. Pierre Bourdieu denomina esta relação produtor-receptor como processo de doutrinação simbólica, trabalho de "gota-a-gota simbólico", pois leva tempo para tornar-se evidente e aceitável. As armas são o léxico comum, os eufemismos e os pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis. Ele entende ser necessário analisar a produção e circulação desse discurso, descrevendo de modo preciso seus procedimentos a partir do qual dada visão de mundo é produzida, difundida e inculcada.[31]

Neste sentido é que existem relações que servem como instrumento de dominação, pois são poderes de construção da realidade que tendem a estabelecer certa ordem em seu conhecimento. A cultura dominante, segundo Bourdieu, contribui para a integração da classe dominante, para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, desmobilizando as classe dominadas, e para a legitimação da ordem estabelecida pelas

[28] CHARTIER, Roger. *Próticos Culturois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17
[29] CERTEAU, Michel de. *A culturo no plurol*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas/ SP: Papirus, 1995, Ver prefácio de Luce Giard, p.7, 3B, 126-127 e 157
[30] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiono: 1. ortes de fozer*. op.cit., 1994, p.264
[31] BOURDIEU, Pierre. *Controfogos: tóticos poro enfrentor o invosõo neoliberol*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.42-44

distinções hierárquicas.[32] Neste caso, o uso do jornal como veículo de dominação da linguagem, pensamento e ação ocorre na medida em que a opinião impressa em suas páginas, embora não seja consenso, legitima-se não por ser a única linguagem mas por ser aquela que chega quase com exclusividade aos leitores e pode, consequentemente, generalizar-se para toda comunidade, mesmo a não-leitora.

É o sentido que Bourdieu dá para a competência dominante que opera como capital lingüístico capaz de assegurar "lucro de distinção", desde que sejam continuamente preenchidas as condições necessárias para impor essa competência como a única legítima. Assim, ao se buscar a linguagem como fonte, deve-se tomar como objeto de estudo "a relação capaz de unir sistemas estruturados de diferenças lingüísticas sociologicamente pertinentes e sistemas igualmente estruturados de diferenças sociais". Em outras palavras, procurar ver o que se fala e como se fala, em diferentes contextos sociais. Na perspectiva da imprensa, a aceitabilidade social do que se publica toma o caminho da resposta ou do silêncio do leitor.[33] Por esta razão, a leitura do jornal como fonte permite privilegiar aspectos ou esquemas existentes abaixo da transparência dos fenômenos.[34]

Nessa complexa teia de transmissão de "verdades", o jornal, como veículo produtor e reprodutor da cultura dominante, ensina como pensar, falar e agir em sociedade. Edgar Morin entende que a cultura de massa - na qual o jornal se inclui - orienta, desenvolve e domestica certas virtudes humanas, enquanto inibe e proíbe outras.[35]

[32] Ver BOURDIEU, Pierre. O *poder simbólico*. op.cit., 2002, p.9-15 e ___. *A economio dos trocos lingüísticos: o que folor o que dizer*. op.cit., 199B, especialmente a Introdução de Sérgio Miceli, p.11, e Parte I, p.23-24
[33] BOURDIEU, Pierre. *A economio dos trocos lingüísticos: o que folor o que dizer*. op.cit., 1998, p.37-3B e 41-44
[34] BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminores epistemológicos*. Tradução de Guilherme Teixeira. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999
[35] MORIN, Edgar. *Culturo de mossos no século XX: o espírito do tempo. Volume 1: neurose*. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. Bª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990, p.13-21 e MORIN, Edgar. *Culturo de mossos no século XX: o espirito do tempo. Volume 2: necrose*. Tradução Agenor Soares Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986

Portanto, ler o jornal de ontem com olhos de hoje é fazer a releitura do passado escrito pela casta local sobre ela mesma, sobre seus próprios sonhos e desejos coletivos, materializados ou não, anseios estes que, não raro, tornam-se comuns aos demais integrantes da comunidade. É preciso desencantar esta ordem e realizar a contraleitura, quebrar em pedaços o caleidoscópio que reflete de forma distorcida a imagem de "ordem" da elite.[36] O Jornal do Povo de Cachoeira do Sul é exemplo do que falo.

1.3. Jornal do Povo, para a elite

Peter Burke diz que vivemos numa sociedade do conhecimento, sob a égide da economia da informação, mas que a confiabilidade das comunicações tornadas públicas é questionada. Para ele, as notícias já eram vistas como mercadorias desde o século XVII.[37] O jornalismo ocidental, como atualmente é reconhecido pela sociedade, tem sua gênese no mundo moderno europeu, especificamente na fase mercantilista do capitalismo. Jürgen Habermas situa o aparecimento da imprensa no século XVII, a partir da ampliação das correspondências privadas trocadas entre comerciantes, sistematizadas e divulgadas através de jornais manuscritos produzidos por escritórios locais que possibilitavam este intercâmbio de informação. Foram tais escritórios ou agências noticiosas que providenciaram maior tiragem de exemplares e que ampliaram a divulgação das informações, a contra-gosto dos próprios comerciantes. Habermas explica que os jornais, chamados de "jornais políticos" por noticiarem assuntos públicos de interesse dos comerciantes - tais como guerras, atos parlamentares, colheitas, impostos e comércio internacional - não existiam para os comerciantes, mas, ao contrário, os comerciantes é que existiam para os jornais. Os próprios comerciantes eram conhecidos como "guardiões das novidades" devido à dependência que tinham do noticiário público para seu intercâmbio privado de informações. "A troca de informações - escreve ele - desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias".[38] Nos séculos seguintes, a incipiente imprensa européia tornou-se sistematicamente útil aos governos, fazendo com que muitos jornais informativos noticiassem boletins oficiais.

[36] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social*. In: *Revista Cultura Vozes*, n.5, volume 89, set-out, 1995, p.37

[37] BURKE, Peter. *Uma história do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.152

[38] HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.35

A par destas modificações, passou a ser interesse do público-leitor assuntos que davam o caráter da novidade ao jornal: vida social da corte, festas, solenidades, nomeações, ou cataclismos, ocorrências policiais, além de picuinhas e mexericos urbanos. Segundo Walter Benjamin, a introdução da informação curta e brusca, concorrendo diretamente com o relato comedido das notícias oficiais e dos editoriais políticos, proporcionavam ao jornal o aspecto do sempre-novo mas sempre-igual. Na paginação, inteligentemente variada, residia parte de seu encanto. Desta maneira, as fontes precisavam ser constantemente renovadas, caracterizando os jornais com "peculiar elegância barata".[39]

No Brasil, o desenvolvimento econômico agrário permitiu a elite buscar certo "verniz civilizador", através do refinamento de hábitos, usos e costumes importados da Europa. Eram corriqueiras as viagens ou mesmo o envio dos filhos para estudar no continente europeu, contribuindo para o aprimoramento do "arcabouço cultural" nas principais cidades brasileiras. Além do mais, quando Dom João VI chegou em terras brasileiras, revogou a proibição das atividades editoriais, criando a Imprensa Régia e mandando publicar a Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808. Com a independência, em 1822, surgiram publicações ladeadas por forças políticas que empregaram a imprensa na formação de opinião. Por esta razão muitos políticos ligaram suas carreiras às atividades jornalísticas. Francisco Rüdiger situa o nascimento da imprensa gaúcha no contexto político que desembocaria na Revolução Farroupilha. O primeiro folhetim publicado na capital Porto Alegre em 1827, O Diário de Porto Alegre, foi uma tentativa do Imperador para conter o avanço das idéias de contestação da oligarquia pastoril sul-riograndense. Como resposta, surgiram muitos periódicos oposicionistas, verdadeiros pasquins, com textos de "linguagem extremamente virulenta, não poupando idéias, nem pessoas".[40]

[39] BENJAMIN, Walter. *Paris do Segunda Império. A boêmia*. In: ___. *Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*, op.cit., 1989, p.24

[40] RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.11-30. Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ver ainda

No terceiro quartel do século XIX, após a Revolução Farroupilha, as facções políticas gaúchas assumiram progressivamente a responsabilidade nas redações, tornando os jornais legítimos porta-vozes dos partidos. Exemplos como A Reforma (1869), O Conservador (1879), Diário de Pelotas (1867), O Diário do Rio Grande (1848), O Echo do Sul (1856) e o ícone da imprensa republicana, A Federação (1884), dirigido por Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A mola propulsora para o desenvolvimento da imprensa foi justamente a "complexificação social", dada através da educação pública desencadeada pelos castilhistas. Os textos jornalísticos da imprensa assumiram forte cunho doutrinário, com matérias opinativas sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com adversários. O número de leitores, limitado pela baixa escolaridade e poder aquisitivo, faziam dos jornais veículos de "formação doutrinária da opinião pública". As publicações acabavam dependendo de número mínimo de assinantes para manterem-se em circulação. Sua viabilidade era problema político, não financeiro. As tipografias, empresas que editavam os jornais, concorriam pelos favores oficiais. O Estado exercia o controle através de auxílios e subsídios.[41]

O golpe de Estado, desencadeado por Getúlio Vargas em 1930, modificou a estrutura de sustentação dos jornais brasileiros. A abolição dos partidos políticos obrigou-os à adaptação. Ou adotavam a linha "noticiosa" ou a

FACHADA, Tereza Maria Rolo. *A Gozeto do Rio de Joneiro: subsídios poro o historio do cidode (1880-1821)*. Dissertação de Mestrado [orientadora Célia Freire D'Aquino Fonseca], Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG/História, 1989 [dispanível em http://servicas.capes.gov.br/capesdw/resuma.html?idtese=19891031001017023P8 - acessado em 25/3/2005], onde analisa como o primeiro jornal publicado no Brasil auxiliou na construção da imagem da capital federal.

[41] ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-portidório sul-rio-grondense sob o prisma da imprensa ria-grandina (1868-1895)*. Ria Grande/RS: Editara da FURG, 2002, p.126; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiono do Repúblico. Elite e povo no virodo do século*. 3ª ed. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1995; ISAIA, Artur Cesar. *A imprenso liberol riograndense e o regime eleitorol do império. 1878-1889*. Dissertação de Mestrado [arientador Earle Diniz Moreira], Parto Alegre/RS: Pantifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPG/História, 1988 [disponível em http://servicos.capes. gov.br/capesdw/resumo. html?idtese=19885420050190 05P6 - acessado em 25/3/2005]; JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicoção e militôncio o imprenso operorio no RS 1892-1923*. Dissertação de Mestrado [orientador Sérgio Capareli], Porto Alegre/RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PPG/História, 1990 [disponível em http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=19901420050 19005P6 - acessado em 25/3/2005]

postura "oficialista". Por esta razão, passaram a ser freqüentes declarações de imparcialidade, seguidos do engajamento político, com textos baseados em comentários opinativos. Tais manifestações de neutralidade visavam demonstrar a subtração das conveniências partidárias em prol dos interesses gerais da sociedade.[42] O aparecimento de jornais em Cachoeira do Sul nasceu no contexto da amálgama entre imprensa e política-partidária. Dos extintos que circularam na cidade: Independente (1864), Cachoeirense (1879), O Pharol (1883), Clarim (1886), A Idéia (1889), Liberdade (1890), XV de Novembro (1890), O Federalista (1891), O Governo (1898), O Commercio (1900), Rio Grande (1904), OKU (1905), O Cachoeirense (1915), Avenida (1914) A Palavra (1915), O Parlamentarista (1916), Cachoeira Jornal (1928), A notícia (1928), entre outros.



Figuras 19, 20, 21 e 22
Frontispícios dos jornais A Idéia, O Commercio, Oku e Avenida, alguns dos que circularam em Cachoeira do Sul.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[42] RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendêncios do jornolismo*. op.cit., 1993, p.11-51. Ver ainda: LOPES, Cleide. *A Revolução de 30 e o imprenso poulisto*. Dissertação de Mestrado [orientadora Estefania Knotz C. Fraga], São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PPG/História, 1984 [disponível em http://servicos. capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=19881330050 10010P8 acessado em 25/3/2005]





Figuras 23 e 24
Tipografia de O Commercio, que editou jornal de mesmo nome, em 1922.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

De forma geral, os jornais locais ofereciam poucas matérias redacionais. Publicavam-se anúncios de venda, correspondências recebidas, chegadas e partidas de visitantes ou moradores ilustres, desavenças políticas, participações sociais e outros acontecimentos comunitários. As notícias estaduais ou nacionais eram transcritas de outros periódicos, utilizando-se a técnica da "tesoura", recortando a matéria de interesse, colando-a no papel e encaminhando-a para a oficina tipográfica. A periodicidade semanal ou bi-semanal revelava a própria precariedade econômica do setor, que subsistia basicamente com a benesse da agremiação político-partidária que o sustentasse, com receitas oriundas dos poucos anúncios ou apedidos e dos assinantes ou "subscritores", que recebiam o jornal e só depois pagavam a assinatura. Dos jornais extintos, o que circulou por mais tempo na cidade foi O Commercio, fundado em 1º de janeiro de 1900 por Henrique Möller Filho e apoiado pelo major Virgílio Carvalho de Abreu. Nos cinco primeiros anos, era impresso bilíngüe (português e alemão); circulava semanalmente até 1966, sempre às quartas-feiras.[43] Através do jornal, o major sustentou diversas campanhas políticas para o Partido Republicano Liberal (PRL), do general Flores da Cunha. Por razões desconhecidas, ele fundou em 29 de junho de 1929, junto com Mário Godoy Ilha, o bi-semanário Jornal do Povo.

Desde seu surgimento, o Jornal do Povo adotou a postura "oficialista", com freqüentes declarações de imparcialidade e comentários opinativos revelando o engajamento político. Na revolução de 30, o major Virgílio Carvalho de Abreu solidarizou-se com Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, ao estalar o movimento revolucionário. Cinco anos depois, era presidente do Poder Legislativo Municipal. Seu sócio foi nomeado prefeito por curto espaço de tempo, de 7 de abril a 8 de dezembro de 1947.[44]

[43] Dados extraídos de *Cochoeiro em jornol - cotólogo*, op.cit., 1982. Ver também CARVALHO, Mirela Vieira da Cunha. *Às morgens do Jocui: literoturo e imprenso em Cochoeira do Sul (1879-1930)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre/RS: Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de Letras, 1999, que estudou a imprensa e a literatura em Cachoeira do Sul, durante o período de 1887 a 1930, através de 28 periódicos publicados no período, enfocando a produção literária, com preferência pelo gênero poético.

[44] JP, 4/7/1929 Aparecimento do JP, p.1, 17/10/1935 Cel. Virgilio Abreu, p.1, 9/5/1937 Coronel Virgilio de Abreu, p.1 e SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busco de suo històrio*. op.cit., 1991, p.43-49 e p.177-182. As principais mudanças administrativas do Jornal do Povo, de 1929-1963, foram as seguintes: 1929,

O editorial do primeiro número de 30 de junho de 1929 já trazia as modificações pró-Vargas, afirmando que o aparecimento do novo jornal corresponderia "a aspiração de ocupar um lugar, bem que obscuro, entre os dignos órgãos da imprensa riograndense, que, em geral, se amoldaram às exigências do estado evolucional a que chegou o nosso Estado, manifestado no seu duplo aspecto: político e administrativo". Desejosos de fazer crer que o espírito combativo das paixões partidárias não mais teria voz, que era chegada a hora da "ação construtiva" e da "devotada cooperação política e administrativa", escreveram que o jornal nascia "do povo e para o povo", não sendo, portanto, "jornal de partido". Adotando no nome o verbete "povo", o jornal procurava passar a idéia de conjunto, de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesses, história e tradições comuns, portanto algo que uniria os desiguais da elite, os militantes de diferentes agremiações, nas mesmas páginas impressas. Contrariando seu próprio discurso de independência partidária, o editorial explicitava que seguiria a "corrente liberal", a mesma que o major Virgílio de Abreu levantava no PRL local. [45] Assim, o JP defendeu ideais que se coadunavam com o exigido pelo governo Vargas, que se instalara a partir do golpe de 1930.

Junto ao nome do Jornal do Povo, foi colocada a alcunha de "independente", numa clara pretensão de diferenciar-se dos jornais partidários, como o próprio rival O Commercio. Nos editoriais, freqüentemente vinculava expressões do tipo "ser fiel ao seu programa de se bater em defesa da população cachoeirense", de ser "jornal livre, que tudo desvenda", "que jamais falseou ao seu programa de periódico inteiramente consagrado aos interesses gerais, para o que se fazia mister colocar-se, à margem dos partidos políticos". Apesar da repetição sistemática, reafirmando preceitos de independência e liberdade, com a ditadura getulista houve alinhamento oficial, mostrado em suas próprias páginas: "apressou-se em ir, de pleno agrado, ao encontro do lema desfraldado pelo sr. Getulio Vargas, ao assumir a suprema administração

diretores Virgílio Carvalho de Abreu e Mário Godoy Ilha; 8/5/1937, falecimento do Coronel Virgílio Carvalho de Abreu; 1945, proprietário Manoel de Carvalho Portella & Cia., diretores Manoel de Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha; 23/5/1948, gerente Paulo Salzano Vieira da Cunha; 10/6/1951, falecimento de Manoel de Carvalho Portella; 9/4/1957, falecimento de Liberato Salzano Vieira da Cunha; 1963, diretor Paulo Salzano Vieira da Cunha.

[45] JP, 30/6/1929 Editorial, p.1

do Estado, de mais administração e menos política". Partindo do princípio expresso pelo editorial - "a imprensa não é julgadora: é preparadora dos julgamentos", aquela que separa "do trigo o joio" - o Jornal do Povo disse filiar-se à "confluência da corrente democrática com a corrente getulista".[46] Embora os editores desejassem passar a idéia de que estavam acima das picuinhas político-partidárias, visando somente os interesses da comunidade, algo que o jornal pretendeu construir desde seu aparecimento, estas passagens mostram a que grupos servia.

Nos editoriais de aniversários, era indelével a marca do discurso favorável a Getúlio Vargas. "Nascido para a Revolução de Outubro - escreveram os editores no sexto aniversário - diz-lhe a consciência que a esse movimento de reconstrução política e social prestou o concurso inalterável de sua boa vontade". Era comum declarações explícitas de apoio, com uso de palavras denotando simpatia e proximidade com o grupo no poder. O JP declarava com "satisfação" a cooperação, com seu "modesto concurso", na "grande obra iniciada pelo iminente chefe do governo brasileiro". A idéia que se quer passar é da unidade no discurso da imprensa em geral, o verdadeiro papel seria de "orientadora serena". Sem isso, se estaria marchando a passos largos para a confusão, anarquia e caos.[47]

O privilégio de espaço das reportagens e artigos sobre a publicidade exemplifica o uso político do jornal. Em 1934, o grande número de anúncios, aliado a impossibilidade de rodar mais de duas páginas, obrigou os editores a preterir para o próximo número a publicação regular de matéria paga. Como muitos outros jornais, conquistavam-se assinantes de forma inusitada, distribuindo-se exemplares indistintamente na cidade e região. Quem não devolvesse, passava a ser subscritor. Em caso de inadimplência, ameaçava-se com a publicação dos nomes dos devedores.[48]

Em 1937, a Constituição Federal brasileira legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. À imprensa coube a função de caráter público, instrumento oficial da ideologia do Estado Novo. A nova Lei da Imprensa obrigou os jornais a publicarem "comunicados" do governo, exigiu que

[46] JP, 14/12/1930 Editorial, p.1, 8/1/1931 Poesia. Que é que há. ACB, p.2, 22/1/1931 E foi assim que o Jornal do Povo, p.2 e 30/6/1931 Editorial. Terceiro ano, p.1

[47] JP, 30/6/1935 Editorial. O nosso aniversário, p.1, 7/7/1935 O papel da imprensa. Mucio Scolvola, p.1 e 30/6/1936 O nosso oitavo aniversário, p.1

[48] JP, 1/1/1930 Jornal do povo, p.3 e 29/4/1934 Noticiário. "Jornal do Povo", p.3

todos os artigos opinativos fossem assinados e possibilitou a prisão dos diretores. O artigo 1.222 prescreveu a censura prévia e facultou às autoridades a proibição da circulação dos jornais que fizessem críticas ao regime. Maria Helena Capelato, analisando jornais alinhados ao getulismo, aponta o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como peça fundamental para controle e repressão dos atos e idéias, com amplos poderes sobre os meios de comunicação e organização da propaganda oficial. Segundo ela, Vargas "lançou mão de todos os recursos das novas técnicas de persuasão que estavam sendo usadas em diversos países, especialmente na Alemanha de Goebbels". Criado em 1934, o departamento respondia diretamente ao Ministério da Justiça, colocando assim os meios de comunicação de massa diretamente ligados ao Poder Executivo, modelo inspirado no Ministério de Propaganda da Alemanha nazista. Entretanto, diferente do modelo alemão onde o rádio foi prioritário, os esforços para calar vozes dissonantes no Brasil de Vargas foram realizados de forma semelhante à Itália fascista de Mussolini, através da imprensa periódica.[49]

Mesmo no contexto da "política do silêncio" do Estado Novo, as declarações parciais do Jornal do Povo estavam longe de ser impositivas. Tratava-se de apoio explícito ao regime que sutilmente simpatizava com o fascismo europeu. O próprio jornal elogiara o caráter fascista ainda no início dos anos 30. No artigo *Legionários da revolução*, os redatores valorizam o governo de Mussolini, afirmando que ele teria remodelado "gloriosamente" a Itália, levando a crer tratar-se de atuação esplêndida, deslumbrante ou mesmo magnífica. Além do mais, o apoio do JP ao governo revolucionário de Vargas era posto de forma generalizada, como se os ideais de 30 fossem compartilhados por toda população:

Cachoeira, que foi a primeira a pular na estrada, abrindo caminho a arremetida fulminante contra o principal baluarte da devastação da República, sente-se no dever imprescindível de enfileirar-se entre as forças que montam guarda vigilante à consecução dos objetivos finais da jornada de 3 de outubro. É preciso portanto confessar, desde já, que Cachoeira é partidária ardorosa da constituição eficiente dessa milícia cívica.[50]

[49] CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas/SP: Papirus, 1998, p.69-75. Segundo ela, o DIP tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime e estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. Tal organização funcional revelava um alto grau de centralização. Além disso, os cargos de confiança eram atribuídos diretamente por Getúlio Vargas.

Assim, se o DIP projetava as estratégias de Getúlio Vargas e legitimava o Estado Novo via meios de comunicação, esses ideais getulistas apareciam em Cachoeira pela voz do Jornal do Povo, que os apresentava como algo que estava no sangue da maioria dos cachoeirenses. Esse tipo de linguagem adotada prestavam-se à eliminação das posições contrárias porque justamente apresentavam-se como a fala do todo, não admitindo contestações. Aquilo que Andréa Petry, analisando o papel desempenhado pelo *Correio do Povo* durante o Estado Novo, chamou de "efeito ideológico de uma unidade no discurso".[51] No JP, estes preceitos seriam mantidos décadas a fio, mesmo findo o primeiro período varguista em 45, embora com outras conotações.

A contribuição política do jornal para o governo Vargas era de não direcionar ataques a partidos específicos, a essa ou aquela facção. Sob argumento de que visavam auxiliar na consolidação do prestígio do regime, sustentavam em Cachoeira a estratégia política de Vargas de aglutinar posições ambíguas para manter o poder. Para os editores do JP, a estabilidade não dependia propriamente da vitória deste ou daquele candidato, mas da maneira com que se conduzissem as forças democráticas.[52] Em outras palavras, a construção do discurso único corroborando com o regime autoritário instalado em 1937. Por conta desse apoio explícito a Vargas, foi concedido ao JP o registro no DIP em 1941.[53]

Em termos de linguagem jornalística, foi marcante o abandono gradual do estilo liberal, caracterizado pela retórica pomposa, característica que perdurou no JP pelo menos até o falecimento do major Virgílio Carvalho de Abreu, em maio de 1937, visto sua ligação com o PRL local. Semelhante a imprensa européia fascista, o jornal aos poucos passou a adotar a escrita precisa, séria, direta e energética.

[50] JP, 5/3/1931 Legionários da revolução, p.1
[51] PETRY, Andréa Helena. *O papel desempenhado pelo Correio do Povo durante o Estado Novo* In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur; TRAMONTINI, Marcos Justos (org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.427
[52] JP, 30/6/1937 Mais um passo, p.1
[53] JP, 9/2/1941 Noticiário. Concedido registro no D.I.P ao "Jornal do Povo", p.3

Em outubro de 1944, o jornal foi adquirido por Manoel de Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha, jovens intelectuais ligados ao catolicismo cooptados pelo regime varguista. Segundo Boris Fausto, os dirigentes do Estado Novo procuraram desde cedo atrair setores letrados a seu serviço. Como a Igreja Católica foi uma das bases de sustentação do governo, era natural o apoio ao regime por parte de jovens como Liberato Viera da Cunha, católico fervoroso, membro da União dos Moços Católicos de Cachoeira do Sul, fundador e presidente do Centros de Ação Católica, que fez carreira política no Partido Social Democrático (PSD).[54]

Embora se afirmasse que o JP não era um jornal religioso, sua orientação era verdadeiramente católica, imprimindo no feitio do jornal sua idéia e atitude firme em defesa dos princípios católicos e dos costumes cristãos. Freqüentemente, os editoriais evocavam a proteção divina: "O Jornal do Povo, considerado a importância da missão do jornalismo, ao iniciar mais um ano de trabalho, quer reafirmar à família cachoeirense que vai continuar informando, informando tudo e informando só a verdade, com a ajuda de Deus e a Virgem Medianeira".[55]

O anúncio publicado no JP do porto-alegrense *Jornal do Dia*, que teve como redator-chefe, por determinado período, o próprio Liberato Vieira da Cunha, afirmava textualmente que ajudar um jornal católico significava defender a moralidade dos indivíduos e das famílias. Resgatando as palavras de Pio XII, a imprensa podia trazer paz ou guerra: "Sempre tem conseqüências o que diz o papel impresso. Pela imprensa se pode profetizar o futuro de um povo ou de uma civilização". Por isso não podia faltar nos lares católicos um jornal católico: "Leia, assine e propague o Jornal do Dia", dizia o anúncio.[56]

[54] FAUSTO, 8oris. *Histório conciso do 8rosil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.186-208. Liberato Salzano Viera da Cunha (20/12/1920-7/4/1957) nasceu em Cachoeira da Sul, filho de Antânio Peixata Vieira da Cunha e Angelina Salzano Vieira da Cunha. Casou com Jenny Conceição Figueiredo Vieira da Cunha. Era advogado e professor. Prefeito de Cachoeira (1947-1950), deputado estadual (1950-1954) e Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (1955-1957). Diretor do Jornal do Povo (1944-1957) e redator-chefe do Jornal do Dia (católico). SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busco de suo histório*. op.cit., 1991, p.62-64

[55] JP, 2/7/1950 Editorial. Mais um aniversário, p.2

[56] JP, 17/1/1954 Anúncio, p.1

Como fundador e presidente do Centro de Ação Católica e como membro do PSD, ligado à Liga Eleitoral Católica, Liberato Vieira da Cunha trabalhava para que os postulados católicos fossem incorporados tanto nas leis estaduais quanto na própria comunidade cachoeirense.[57]

A mudança administrativa em 1944 não modificou o sentido político-partidário do jornal; ao contrário, solidificou. Como escreveu a leitora Carina Pessoa: "Nada sofreu o jornal com a mudança de redatores e proprietários. Continuou a sua rota, traçada pelos fundadores, de bem servir ao público cachoeirense, defendendo os interesses municipais, a boa orientação política e administrativa e política geral, dentro dos princípios de lealdade, justiça e tolerância".[58] Os novos editores seriam "dignos continuadores de Virgílio de Abreu".[59] Liberato Vieira da Cunha freqüentemente redigia artigos ardorosos pró-Vargas, preocupando-se em ressaltar a personalidade do presidente:

> E quando fizermos, em Cachoeira do Sul, um comício festejando a anistia ou festejando alguma vitória democrática, não cometamos a injustiça que muitos patrícios nossos estão cometendo: a de levarem, como líderes democráticos, as fotografias de Roosevelt e Stalin, deixando no olvido [esquecido] a de Getúlio Vargas.[60]

Mesmo com o armistício em 45 e a deposição de Vargas, Liberato Vieira da Cunha foi fiel, passando a defender o sucessor Eurico Gaspar Dutra, a quem chamou de "figura ímpar" que teria "larga folha de serviços prestados ao país", alguém que teria a capacidade de ampliar e completar a "política de alta visão do grande Getúlio Vargas", fazendo com que o Brasil consolidasse seu "prestígio entre as grandes potências do mundo".[61] Todos esses superlativos usados nos escritos denotam a vontade do diretor do JP em valorizar não a gestão, mas a figura do presidente, indício do paternalismo que caracterizou o período em questão.

[57] JP, 30/6/1946 "Jornal do Povo". Carina Pessoa, p.17 e 10/1/1947 Política local, p.1

[58] JP, 30/6/1946 "Jornal do Povo". Carina Pessoa, p.17

[59] JP, 30/6/1948 Uma visão retrospectiva. Carina Pessoa, p.10

[60] JP, 19/4/1945 Getúlio Vargas. Liberato S.V. da Cunha, p.2

[61] JP, 22/4/1945 Incoerência. Liberato S.V. da Cunha, p.2 e 4/10/1945 Partido Social Democrático: força política em marcha para a vitória. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2. Sobre a imprensa no período, ver, por exemplo: DUARTE, Celina Rabelo. *Imprensa e redemocratizaçãa na Brasil: um estuda de duos canjunturas, 1945 e 1974-1978*. Dissertação de Mestrado [orientadora Maria Teresa S. R. de Souza] São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PPG/Ciências Sociais, 1987 [disponível em http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=19871233005010000P0 - acessado em 25/3/2005]

O uso político do jornal mostrava-se na forma como narrava acontecimentos político-partidários. A instalação do diretório do PSD, ao qual Liberato Vieira da Cunha pertencia, foi descrito em efusivas loas. A solenidade teria sido "magnífica", revestida de "grande brilhantismo", decorrido sob "intensa vibração cívica". O número de pessoas demonstrariam que o partido contaria com "a maioria do eleitorado cachoeirense".[62]

O sentido populista que caracterizou o governo federal neste período influenciou sobremaneira o Jornal do Povo. O editorial de 1° de julho de 1945 explicita essa conotação popular ao afirmar que viver o jornal era viver "para o povo, sofrer com o povo, desejar com o povo"; como o próprio nome dizia, o JP deveria ser "intérprete exato das aspirações e do pensamento da população", num jornalismo que batalhava pela "verdade", lutava pela "justiça", defendia os "oprimidos", engrandecendo o Brasil; que o jornal lutava pelos "superiores e impessoais interesses da coletividade cachoeirense". O dever de informar tinha de ser feito com "isenção e coragem, divulgando todas as notícias de interesse geral".[63] A necessidade de afirmar e reafirmar sistematicamente essas questões escondia, em seu âmago, a verdadeira ideologia dos seus editores.

Aos adversários políticos, o jornal reservava grandes espaços em suas páginas para denegri-los. Exemplo disso foram os escritos do católico Liberato Vieira da Cunha na tentativa de contribuir para soterrar a ameaça comunista. As páginas do JP foram inundadas com textos repudiando a propaganda pública de idéias que chamou de "russificadoras". O comício público pró-constituinte, organizado na praça José Bonifácio por seguidores do comunista Luiz Carlos Prestes, foi dissolvido, naquilo que Liberato Vieira da Cunha intitulou "vibrante manifestação de brasilidade", discurso que denotava a idéia de que a luta de Prestes era por tornar o Brasil apêndice dos comunistas russos. Na ocasião, populares contrários invadiram o local, pondo termo à reunião. Depois dirigiram-se ao largo da Igreja Matriz, onde Liberato Vieira da Cunha, após fazer oração em público, pronunciou "eloqüente discurso profligando a ação dos emissários de Moscou, que pretendiam implantar no Brasil o credo desagregador da

[62] JP, 26/6/1945 Magníficas as solenidades da instalação do PSD, p.1,

[63] JP, 1/7/1945 Jornal do Povo, p.1 e 29/6/1952 23° aniversário do Jornal do Povo, p.1

Rússia Soviética". O modo que o jornal descreve o momento revela a tendência política adotada. A reportagem ressalta que, após as manifestações, os populares visitaram a redação para darem "vivas ao jornal e aos seus diretores que energicamente vem combatendo aqueles que querem fazer da nossa terra um paraíso de adeptos do credo moscovita". Para Liberato Vieira da Cunha, foi uma formidável manifestação de repúdio ao comunismo e aos que chamou de "lacaios de Stalin", "exploradores do povo". Para ele, foi acontecimento de "puro cristianismo, brasilidade e democracia", que servia de exemplo ao Rio Grande do Sul, ao Brasil e à Rússia. A edição do JP contando os pormenores da manifestação comunista teria tido tamanha procura que ocasionara filas na redação.[64]

A visita do próprio Prestes a Cachoeira, em outubro de 1945, foi descrita como acontecimento memorável, célebre, notável, digno de permanecer na memória coletiva da cidade, não por seu enredo espetacular, mas pelo modo como foi dissolvido. Ao discursar da sacada do Partido Comunista (PC) local, teria sido "estrepitosamente acuado" por vaias e gritos de "Abaixo Prestes", "Morra o Comunismo", "Viva o Brasil". Um momento, para o jornal, "de rara emoção que o repórter teve a felicidade de viver". O título da matéria revela o embate ideológico presente no discurso do jornal: "Luiz Carlos Prestes e seus sequazes fugiram de Cachoeira do Sul como verdadeiros gangsteres, dando tiros para trás".[65]

No ano seguinte, o outro editor, Manoel de Carvalho Portella, escreveu ser preferível entregar os elementos "sangue-sugas" - assim se estaria fazendo justiça - do que defenestrá-los publicamente através do jornal, com palavras de "mata, esfola, dependura, fuzila".[66]

[64] JP, 1/9/1945 Decisivo repúdio ao comunismo, p.1, 21/9/1945 Lição impressionante. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2, 23/9/1945 Edição extraordinária do "Jornal do Povo", p.1, 4/10/1945 Partido Social Democrático: força política em marcha para a vitória. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2. Ver AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de. *Carlos Lacerda e o discurso de oposição na tribuna da imprensa (1953-1955)*. Dissertação de Mestrado [orientador Francisco Falcon], Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, PPG/História, 1988 [disponível em http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese= 1988331003010005P6 - acessado em 25/3/2005]

[65] JP, 7/10/1945 Luiz Carlos Prestes e seus sequazes fugiram de Cachoeira do Sul como verdadeiros gangsteres, dando tiros para trás, p.1

[66] JP, 5/8/1946 Um por dia. Manoel de Carvalho Portella, p.2.

Os ventos democráticos do pós-guerra possibilitaram que a imprensa não mais forçosamente se alinhasse ao governo federal centralizador, permitindo o abandono gradual do jornalismo noticioso e parcial que a caracterizara desde seus primórdios. A destituição de Getúlio Vargas abriu caminho para eleição e não mais nomeação dos prefeitos. Cyro da Cunha Carlos governara o município a maior parte dos anos de guerra, assumindo pela primeira vez em 29 de outubro de 1939 até 17 de novembro de 1945 e de 10 de março de 1946 a 7 de abril de 1947. Neste ínterim, assumiram Alfeu Escobar e Jacinto Dias Filho. Após o último período de Cyro da Cunha Carlos, o prefeito nomeado foi Mário Godoy Ilha até 1947.[67]

Entretanto, muitos jornais do interior perpetuaram o uso político, como o próprio Jornal do Povo. A circulação dos jornais é indício desse uso. A iniciativa de aumentar a periodicidade tinha sido feita em maio de 1939, quando intentava-se passar de bissemanal para diário. As expectativas foram frustradas frente à crise mundial que se avizinhava.[68] Na virada de 1946 para 1947, a circulação passou a ser segundas, quartas, sextas e domingos. Para os editores, a finalidade publicitária do jornal possibilitaria a execução da "mais importante das finalidades da imprensa: a colaboração no desenvolvimento do progresso das cidades, através do noticiário e da defesa dos interesses das suas populações". No ano seguinte, foi anunciado o matutino diário, fazendo crer que o fato seria motivo de orgulho para toda comunidade, embora pequena parcela fosse leitora assídua: "Cachoeira do Sul poderá, doravante, orgulhar-se por possuir o seu diário, acontecimento que irá contribuir, sem dúvida, para elevar mais ainda o conceito e o nível cultural já atingidos pela nossa terra, entre as principais cidades do Rio Grande do Sul".[69] Todavia, o aumento da circulação tinha como finalidade eleger o diretor do JP, Liberato Vieira da Cunha, para prefeito.

Em 1947, Liberato Vieira da Cunha foi eleito prefeito de Cachoeira do Sul pelo PSD, o que, de certa forma, representou a continuidade da política local, visto que o prefeito eleito alinhara-se efusivamente a

---

[67] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história.* op.cit., 1991, p.46

[68] JP, 7/5/1939 O Jornal do Povo passará, em breve, a nova fase, p.1

[69] JP, 15/12/1946 Jornal do Povo, p.8, 1/1/1947 Nova fase. Manoel de Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2, 21/10/1947 Cachoeira já possui o seu jornal diário. Sylvio Dutra de Albuquerque, p.1 e 2/12/1947 Jornal do Povo, p.1

Getúlio Vargas, quando de sua deposição em 1945. Parte da campanha municipal de Liberato Vieira da Cunha foi baseada na xenofobia ao se apresentar em grandes anúncios publicados em seu jornal como "o único candidato cachoeirense".[70] Elegeu-se com expressiva votação, tendo como vice Frederico Gressler.[71]

Após a vitória eleitoral, o JP, ainda sob sua responsabilidade, parou de circular diariamente, com o argumento de que não podia manter durante o dia a sua "máquina-composição pela absoluta falta de força motriz, que não atinge o grau de calor necessário para o derretimento do chumbo".[72] Na verdade, garantida a eleição, não se justificava a circulação diária deficitária.[73] Conseqüentemente, as críticas do jornal foram direcionadas para atos falhos dos cachoeirenses e não para a administração municipal. Exemplo foi a coluna assinada pelo articulista de pseudônimo ***Roseteur***, a flor com espinhos pronunciada de forma afrancesada.[74] Também sob o anonimato do pseudônimo ***Chinês***, o diretor do JP Manoel Carvalho Portella, assinou a coluna ***Pingos nos ii...***, de 1947 até seu falecimento em junho de 1951, quase sempre com críticas aos cachoeirenses, poupando a administração municipal sob responsabilidade do sócio.[75]

---

[70] JP, 15/11/1947 Anúncio. Partido Social Democrático. Para prefeito: o único candidato cachoeirense. Liberato Salzano Vieira da Cunha (3/4 de página), p.1

[71] JP, 20/11/1947 Expressiva vitória do Partido Social Democrático, p.1

[72] JP, 2/12/1947 Jornal do Povo, p.1

[73] JP, 31/8/1950 Diretor: Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.1

[74] JP, 7/1/1948 O que há com tudo isso? Roseteur. A Praça de Santo Antônio, p.4, 11/1/1948 O que há com as calçadas? Roseteur, p.4, 14/1/1948 O que há com os mocinhos? Roseteur, p.4 e 16/1/1948 O que há com a morte? Roseteur, p.6

[75] JP, 21/1/1948 Pingos nos ii... Chinês. E elas se pegaram, p.2, 25/1/1948 Pingos nos ii... Chinês. Precisa-se de uma empregada, p.2, 26/1/1948 Pingos nos ii... Chinês. Carnaval, p.3, 14/3/1948 Pingos nos ii... Chinês. Terreno para presídio, p.2, 12/4/1948 Pingos nos ii... Chinês. Parafuso, p.2, 16/5/1948 Pingos nos ii... Chinês. Ecos da destruição dos aparelhos do Aero, p.2, 21/5/1948 Pingos nos ii... Chinês. Com a brusca caída da temperatura..., p.2, 7/6/1948 Pingos nos ii... Chinês. Saias cumpridas, p.2, 13/6/1948 Pingos nos ii... Chinês. Com os fiscais de menores, p.2, 18/6/1948 Pingos nos ii... Chinês. Com os bondes, p.2, 23/6/1948 Pingos nos ii... Chinês. Começou a fuzilaria, p.2, 31/8/1948 Pingos nos ii... Chinês. Bicicletas de aluguel, p.2, 3/10/1948 Pingos nos ii... Chinês. Baile, p.2, 24/1/1950 Pingos nos ii... Chinês. Bem feito, p.2, 26/1/1950 Pingos nos i... Chinês. Sirene de alarme, p.2, 7/2/1950 Pingos nos ii... Chinês. Carnaval, p.2, 19/3/1950 Pingos nos ii... Chinês. Bixaredo, p.2, 28/3/1950 Pingos nos ii... Chinês. Telefones, p.2, 23/4/1950 Pingos nos ii... Chinês. Destoante, p.2, 7/5/1950 Pingos nos ii... Chinês. Triste espetáculo, p.2, 7/5/1950

Através das páginas do jornal, Liberato Vieira da Cunha alcançou vôos maiores, como a eleição a deputado estadual em 1950, a reeleição em 1954 e o cargo de Secretário Estadual da Educação e Cultura em 1955. Em todas oportunidades, usou das páginas do JP para divulgar suas idéias, procurando sempre demonstrar que havia sido dinâmico gestor municipal. O jornal era o seu cartão de visitas que mostrava a cidade bem administrada, com estradas patroladas, escolas abertas e obras de assistência social cuidando dos menos favorecidos, tudo isto representando motivo para que o "eleitorado consciente de sua terra" votasse nele, pois seria "intransigente defensor dos interesses coletivos". Na primeira eleição a Assembléia Legislativa, foi eleito com mais de 15 mil votos.[76]

A atitude benevolente do JP com a administração municipal perdurou somente até o fim do mandato do vice-prefeito, Frederico Gressler (1950-1951). À visão romanceada e parcial, contrapôs-se um olhar menos ameno, mais crítico e severo, quando foram eleitos Virgilino Jayme Zinn e Henrique Fonseca Ghignatti (1952-1955). Indício da razão dessa mudança de postura foi a publicação das leis, feitas exclusivamente no Jornal do Povo, quando Liberato Vieira da Cunha era prefeito e quando assumiu seu vice, Frederico Gressler. O monopólio durou até o início da administração seguinte. De agosto a novembro de 1952, o prefeito Virgilino Zinn publicou as leis somente no Livro de Registro de Leis da Prefeitura Municipal. Depois, voltou a publicar no JP até maio de 1953, quando as publicações oficiais foram feitas no jornal O Commercio durante dois meses. Após, passou a ser alternado nos dois jornais.

A perda das benesses públicas obrigou o jornal a buscar anunciantes. Em face do partidarismo, a maioria dos jornais do interior tinham número limitado de leitores e, em conseqüência, dispunham de escassos recursos advindos da publicidade. Data desta época as primeiras iniciativas de

Pingos nos ii... Chinês. Correrias e descargas abertas, p.2, 25/6/1950 Pingos nos ii... Chinês. Divórcio, p.2, 4/7/1950 Pingos nos ii... Chinês. Pouca vergonha, p.2, 9/7/1950 Pingos nos ii... Chinês. Trem maluco, p.2 e 31/12/1950 Pingos nos ii... Chinês. Adivinhação, p.2

[76] JP, 31/8/1950 Diretor do JP: Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.1, 7/9/1950 Para Deputado Estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.4, 17/9/1950 Manifesto aos meus conterrâneos. Liberato Salzano Vieira da Cunha, p.2 e 2/10/1950 Hoje a proclamação dos resultados oficiais do pleito neste município, p.1

explicar aos leitores que parte das despesas do JP era paga pelos anunciantes que prestavam duplo serviço, fornecendo informações sobre produtos que o leitor necessitava e pagando parte do jornal. Os anúncios do próprio jornal ressaltavam a necessidade do leitor preferir os produtos dos patrocinadores.[77]

Com o falecimento de Manoel Carvalho Portella em 1951 e a morte num acidente trágico de Liberato Vieira da Cunha em 1957,[78] o Jornal do Povo passou às mãos do irmão Paulo Salzano Vieira da Cunha, gerente desde 1948. A troca acelerou a mudança de jornal político para noticioso, o que exigiu novos investimentos tecnológicos, desenvolvimento do departamento comercial e a guinada para a regionalização das notícias e o envolvimento comunitário, sem por isso abandonar a parcialidade da informação.

Seria a resposta frente ao avanço dos jornais da capital, que ampliavam a concentração e o monopólio da informação, com a modernização da redação e a prevalência da publicidade sobre a política. Conforme Rüdiger, a imprensa porto-alegrense avançando rumo ao interior gaúcho graças ao desenvolvimento dos meios de transporte, das novas técnicas de distribuição dos exemplares e do recolhimento das notícias.[79] Para sobreviver, o Jornal do Povo precisou acelerar o movimento de reorganização, através de grandes investimentos que possibilitariam aumento da circulação e regionalização da notícia. Ao invés de jornalismo político-partidário-religioso, encontraria saída na tirania do departamento comercial. Embora fosse essa a tendência do jornalismo na época, as mudanças administrativas e redacionais foram, de certa forma, postergadas pelo uso que Liberato Vieira da Cunha fez do JP.

Neste contexto ideológico, algo que perpassou e sobreviveu as mudanças administrativas do Jornal do Povo foi o fato dos editores defenderem veemente os ideais da elite. Ao longo de sua história, o jornal seria reconhecido pelo discurso em favor dos interesses de uma minoria,

[77] JP, 18/1/1951 Alguém paga parte deste jornal para você!, p.1, 15/7/1951 A partir do dia 1° de Julho - primeiro do 23° ano de existência do Jornal do Povo - tencionávamos introduzir algumas modificações na apresentação do Jornal, p.1 e 15/9/1953 Bom dia, leitor! Fazer jornal, no interior..., p.1

[78] JP, 10/6/1951 Manoel Carvalho Portella, p.1, 10/4/1957 Tremenda Catástrofe, p.3

[79] RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. op.cit., 1993, p.55-69

moradora do centro urbano. Nos próximos capítulos, pretendo mostrar como essa luta pôde ser vista nos mais diferentes aspectos: instalação dos telefones automáticos, necessidade de maior força motriz, melhoria da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e fluvial, como a plena navegação do rio Jacuí e o porto para escoar a produção dos rizicultores, exigência da intervenção estatal para financiamento da produção de arroz, promoção da *Festo do Arroz*, cujos festejos tiveram caráter eminentemente elitista, como o concurso da escolha da rainha. Em críticas como a falta de espaço na zona central que, devido ao crescimento populacional, resultou na expansão dos subúrbios, exigindo terraplanagem e encascalhamento das ruas, construção de pontilhões para o acesso e infra-estrutura como água, esgoto e luz elétrica. Algo que, na visão do JP, tornaria "muito feio" o município, além de acarretar aumento de impostos. Por isso comumente denunciar a higiene das vilas, assunto tratado como caso de polícia por conta da desordens e conflitos, exigir a remoção de animais que estivessem sendo criados para consumo nos domicílios, imputar aos moradores dos subúrbios a responsabilidade na utilização de terrenos baldios e sangas para depósito de lixo, mesmo que inexistisse a coleta nos subúrbios. Mesmo quando defendia melhorias para os pobres, o jornal o fazia com um fundo elitista. Exemplo foi o aspecto da saúde curativa, com a construção do novo hospital.

Essa interposição aparecia fortemente nas questões urbanas, manutenção do espaço citadino frente ao êxodo dos subalternos, algo que desencadeou reclames sobre os aspectos fisionômicos, como praças e construções, a beleza arquitetônica da zona central. O JP defendeu ardorosamente, nesses quinze anos analisados, a manutenção de serviços como varrição das ruas, iluminação pública e ordenação do espaço. Fez distinção social através da religião, tratando de forma diferente outras congregações, preocupou-se com a estética das duas praças centrais, com as regras de convívio e etiqueta, exigindo elegância dos freqüentadores, valorizou as recepções oferecidas em ambientes privados, o empolamento aristocrático dos eventos sociais, deu sobrevida e perpetuou a diferenciação social através dos relacionamentos afetivos, condenou as desonradas ao fazer campanha em nome da moralidade da sociedade cachoeirense para combater a prática do aborto, exigiu reverência aos mortos, mesmo noticiando os falecimentos de formas distintas, incentivou o banho ao ar livre e os esportes praticados em público, como tênis, vôlei, basquete, o jóquei e a patinação, o lazer em público nos cafés e confeitarias, nos cinemas, teatros e recitais, nos clubes e sociedades, distinguiu claramente os bailes e carnavais, criticou o entretenimento dos subalternos, como os circos e parques de diversões, culpou os ***outsiders*** pela desordem e turbulência, imputou aos moradores suburbanos pechas de toda ordem.

Antes de empreender essa análise, porém, procuro entender os avanços e recuos na ocupação e demarcação do território gaúcho. Campo onde multiplicaram-se rebanhos bovinos em tal abundância que serviu de alavanca no processo de ocupação luso-brasileira da futura Província Cisplatina e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em especial de São João da Cachoeira. Ocupação essa feita através da distribuição de grandes áreas cedidas aos que defendiam a faixa litorânea ou mesmo de pequenos lotes a famílias açorianas para alimentar as tropas. Contexto onde forjou-se o desenvolvimento do charque, produto que colocaria em lados opostos estancieiros e charqueadores, e desencadearia o confronto farroupilha. Ocupação também feita por imigrantes alemães e italianos, que exploraram gêneros alimentícios destinados ao mercado interno, algo que desencadeou profundas mudanças no desenvolvimento econômico do sul do país, em especial para Cachoeira, com a introdução da cultura rizícola, que serviu de base para a emergência da ordem urbano-industrial no município, concentrado na sede, através de investimentos privados e públicos. O marco das transformações urbanas seria alcançado em fins dos anos 20, numa verdadeira revolução que fez da zona central palco do confronto simbólico entre a elite, que buscava diferenciação social através do refinamento dos hábitos praticados no dia-a-dia, e os subalternos, que passaram a ocupar o espaço de forma fremente nos anos 30 em diante.

2. O vir-a-ser cachoeirense: do espaço construído ao espaço habitado

2.1. Das disputas fronteiriças à formação da vila

A ocupação do Rio Grande do Sul – em especial o centro do Estado onde se localiza Cachoeira do Sul – é fruto do desenrolar histórico iniciado a partir do desejo de conquistar um quinhão das riquezas geradas pelas minas andinas de Potosí, através do Rio da Prata, no início da presença espanhola e portuguesa no sul das Américas, no século XVI e seguintes. Os avanços e recuos na ocupação e demarcação territorial fizeram da região austral verdadeira zona de litígio. O caráter fronteiriço que a caracterizaria, de certa forma aberto e extremamente volátil e flexível, resultaria num campo de enfrentamento de forças. Daí as inúmeras batalhas, vorazes pelejas, atrozes combates e sanguinolentas lutas que tiveram como palco as terras ao sul da Serra Geral, o que levou Aurélio Porto a afirmar que Cachoeira nasceu da caserna, sentido adequado ao enfatizar as disputas fronteiriças, mas errôneo ao dar a entender que tratava-se de "terra de ninguém" antes da conquista portuguesa.[1]

---

[1] Afonso Aurélio Porto nasceu em Cachoeira do Sul, em 25/01/1879. Era funcionário público e escrevia romances, poemas, peças teatrais, ensaios e estudos sobre a história gaúcha e cachoeirense (por ex.: *Município de Cachoeira - Histórico*, 1910; *Cachoeira, o território*, 1926; *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, 1934; *O colono alemão: notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul*, 1934; *Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul*, 1936; *Antecedentes históricos do Rio Grande do Sul*, 1937; *História das missões orientais do Uruguai*, 1943). Foi redator do jornal *O Rio Grande*, órgão do Partido Republicano, diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entre outras funções. Por esta aproximação com a política, recebeu o título de Coronel. Faleceu no Rio de Janeiro, em 11/09/1945.

Fabrício Prado ressalta a característica de fronteira múltipla do território meridional, ao mesmo tempo limite e ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre luso-brasileiros, castelhanos, índios e jesuítas, onde autoridades, homens de negócio e contrabandistas confundiam-se nos papéis sociais.[2] A ocupação do território austral foi feita através da distribuição de sesmarias. O conseqüente desenvolvimento de praças de negócio interessava sobremaneira aos negociantes do Rio de Janeiro, que viam a região como possibilidade de abertura de novas oportunidades de lucro.[3]

Com a assinatura do Tratado de Madrid (1750), acordando que Sacramento pertenceria doravante à Espanha e os territórios ocupados pelas missões jesuíticas, até então sob domínio espanhol, passariam à Portugal, Gomes Freire de Andrade foi destacado, em 1752, para pôr marcos que estabelecessem os limites do domínio português, mas foi barrado em Santa Tecla (Bagé/RS). Por esta razão, recuou até as margens do rio Pardo, construindo o forte Jesus Maria José, que entraria para a história oficial como domínio mais ocidental da Coroa Portuguesa na época. A fortificação serviu para derrotar índios missioneiros revoltos, que negavam-se a entregar as terras ocupadas nas missões jesuíticas, período que ficou conhecido como Guerra Guaranítica (1754-1756). Nesta ocasião, foram distribuídas sesmarias aos oficiais nas imediações da bacia do Jacuí. Em 1759, guarda avançada do forte, composta por 110 soldados, foi destacada para o Passo do Fandango (Cachoeira), estabelecendo depósito de armas e munições.[4]

---

[2] PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII*. In: Revista Horizontes Antropológicos. v.9 n.19 Porto Alegre, julho, 2003 [disponível em http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100004&lng=pt&nrm=isso&tlng=pt#volta9 - acessado em 20/4/2006]

[3] OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa*. In: Revista Brasileira de História. v.20 n.39 São Paulo, 2000 [http://www.scielo.br/scielo.php?script =sci_arttext&pid=S0102-01882000000100005&lng=pt&nrm=iso.htm& tlng=pt - acessado em 19/4/2006]

[4] JACQUES, João Cesimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul (1883)*, Porto Alegre: Erus, s/d, p.40-41, PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.5-16; SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.19-20; PORTO, Aurélio. O *trabalho alemão* no *Rio Grande do Sul*. op.cit., 1996, p.9 e MÜLLER, Alba Letícia *et al*. *Aspectos da constituição sócio-cultural do Rio Grande do Sul - Brasil* [disponível em http:// grupomontivideo. Edu.uy/mesa4/Muller%20et% 20al.pdf - acessado em 30/3/2006]

Duas décadas depois, em 1778, o capitão de infantaria do regimento de Estremos, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, passou pela região e ressaltou a quantidade de gados, bestas e cavalos da povoação de São João da Cachoeira. Nas campinas da região, o gado era tanto que não podia-se ferrar nem saber quem era o dono.[5] Foi neste contexto que o povoado subiria na hierarquia administrativa. A gênese e a evolução usual das cidades luso-brasileiras neste período seguiam determinada graduação urbana: de povoado ascendiam à freguesia e posteriormente alcançavam status municipal de Vila.[6] Dez anos antes, em 1769, o governador e comandante militar, José Marcelino de Figueiredo, mandara aldear índios aculturados que haviam sido instalados nas proximidades do Botucaraí ao final da Guerra Guaranítica, nas proximidades do Passo do Fandango, onde ergueram pequena capela no local chamado Aldeia, sob a invocação de São Nicolau. Em 10 de julho de 1779, o povoado de São João da Cachoeira foi elevado à categoria de freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, e o orago da capela foi mudado para Nossa Senhora da Conceição.[7]

Neste período, foi realizada a *Relação de moradores que tem campos e animais nesse Continente*, a pedido do Vice-rei do Brasil. Helen Osório, analisando os dados dessa fonte, mostra o perfil da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira em 1784. Dos 239 registros encontrados, 60 (25,10%) eram da região cachoeirense. Destes, 52 (86,7%) eram considerados somente criadores, proprietários de terras que exclusivamente criavam animais, sem conjugar pecuária e agricultura,

---

[5] BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil - 1778*. In: SANTOS, Corcino M. *O Rio Grande do Sul no século XVIII*. São Paulo: Nacional; Brasília/DF: UNB, 1984, p.181-182

[6] MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, Terra de quem?*, São Paulo: Nobel/ EdUsp, 1991, p.141

[7] AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. *Cachoeira do Sul, comarca: 150 anos de História*. op.cit., 1985, p.9. A campanha para a construção da nova igreja seria lançada somente em 1792, pelo padre Matheus da Silveira e Souza. A pedra fundamental do novo templo foi lançada em 6 de outubro de 1793. A construção levou mais duas décadas para ser terminada e ficou a cargo das irmandades de Nossa Senhora da Conceição, a Padroeira, e do Santissimo Sacramento, em estilo colonial, com duas aprumadas torres, espaçosos consistórios e sacristias, ampla capela-mór e altar de estilo renascentista. Desde essa época, os mortos eram enterrados ao redor da igreja e mesmo dentro do templo, de acordo com suas posses.

perfil que a autora considera exceção na Província. Em relação à distribuição das propriedades por sua extensão, a dimensão média das terras na região cachoeirense era entre 1.090 e 10.891 hectares (38,4%) e acima de 10.891 hectares (61%). Dos 60 proprietários, 36% eram grandes, com 61% das terras; 56,2% eram médios, com 38,4% das terras; e 7,8% eram pequenos, com 0,6% das terras. A extensão média das propriedades era 9.386 hectares, perfil da maioria dos "somente criadores" da região. O tamanho médio dos rebanhos, dos 52 criadores, era de 695 cabeças. Em relação às outras localidades analisadas pela autora (Santo Amaro, Serro Pelado e Encruzilhada), Cachoeira era a que tinha as maiores propriedades. Dado sua condição de distrito fronteiriço e distante de Porto Alegre e Rio Grande, os principais núcleos urbanos da época, era a que melhor representava a imagem típica do Rio Grande do Sul colonial, com grandes propriedades exclusivamente dedicadas à pecuária, que ficariam conhecidas como "estâncias". Diferente das demais regiões, onde, segundo Osório, predominavam menores propriedades e maior existência de produtores que combinavam criação de animais com lavouras.[8]

O domínio português na região era limitado espacialmente pelas vilas, freguesias e povoados dispostos a oeste da linha imaginária acordada em 1777, entre os quais o de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Por ser zona de passagem de contingentes oriundos das guerras de demarcação, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira pôde manter intenso mercado com a capital da Província, Porto Alegre, e com a capital colonial, Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a localização fronteiriça, de certa forma aberta e litigiosa, maldiria os moradores. Em carta enviada em 1808 a Dom Fernando José de Portugal, Manoel Antônio de Magalhães descreveu a região cachoeirense como habitada por homens que, por viverem separados de comunicação, estariam "mais aptos a poderem sair ao campo fazer roubos de gados (a que chamam arreadas), sendo estes homens havidos por desembaraçados, e resolutos campistas,

[8] OSÓRIO, Helen. *"Estancieiros" e "lavradores": Rio Grande do Sul, século XVIII*. In: *Anos 90. Revista do PPG em História*. Porto Alegre/RS: UFRGS, n.4, dezembro de 1995 (p.31-44). A linha de raciocínio estabelecida pela autora é justamente que este conceito de "estancieiro" (criador de gado em grandes extensões de terras), que marca a imagem do Rio Grande do Sul colonial, não é coerente com o perfil agrário da época. Neste caso, Cachoeira era a exceção da região.

dignos de qualquer empresa". Para ele, tratava-se de "pestes", "perturbadores da paz e sossego público". Sugeria tirá-los da zona fronteiriça, "não deixando estabelecidos em fronteiras homens que não sejam conhecidos por quietos, sossegados e sem inclinação a se enriquecerem pelo meio de arreadas". Se isso fosse acatado, alertava para que se tomasse o cuidado de conter os que ficassem de não estender suas posses em "uma, duas e mais fazendas, que entretém com poucos gados, e só com o destino de as poderem vender".[9]

A vinda da família real mudou as relações internacionais portuguesas com relação ao continente latino-americano, como a concentração de forças na área do Prata. Reflexo disto foi a criação pela Provisão Real da vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo em 1809, na qual se incluía a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira. É dessa época o aparecimento das primeiras casas de alvenaria no incipiente núcleo urbano.[10]

O relativo desenvolvimento regional fez com que a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira fosse desmembrada da vila de Rio Pardo em 26 de abril de 1819, passando à denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira.[11] O alvará assinado por Dom João VI, argumentava que os moradores de Cachoeira sofriam incômodos e prejuízos para demandar seus recursos em Rio Pardo, distante dez léguas, "sendo-lhes necessário atravessar dois rios, a maior parte do ano invadeáveis, e deixar

[9] MAGALHÃES, Manoel Antônio de. *Almonock do Vilo de Porto Alegre*. In: FREITAS, Décio. *O copitolismo postoril*. Porto Alegre/RS: Escola Superior de Teologia São Lourenço; Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul, 1981, p. 145

[10] Provisão de 7/1/1809, criando a vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, na qual foi incluida a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira. A afirmação sobre as primeiras casas de alvenaria foram retirados de GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Centenório de Cochoeiro do Sul*, op.cit., 1959. No Anexo I, relação dos proprietários das primeiras casas de alvenaria no núcleo urbano de Cachoeira, no início do século XIX

[11] Ver Resolução Régia de 13/9/1815, criando a freguesia de São Sebastião de Bagé, que é separa da de Cachoeira; Alvará de 26/4/1819, criando uma vila na freguesia da Cachoeira, com a denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira, com os mesmos limites que tinha como freguesia, a qual é desmembrada do município de Rio Pardo. Alvará de 26/8/1819, criando um Juiz de Fora do Cível, Crime e Órfãos para as vilas de Rio Pardo e Cachoeira. Dados em BORGES FORTES, Amyr. WAGNER, João Baptista Santiago. *Histório odministrotivo, judiciório e eclesióstico do Rio Gronde do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963, p.177-181

por muito tempo ao desamparo as suas casas e negócios". O território do novo vilamento foi constituído nos mesmos limites da antiga freguesia.[12] A solenidade de levantamento do pelourinho, "com as insígnias competentes que denotam a Jurisdição Real", em 5 de agosto de 1820, marcou oficialmente a criação da Vila Nova de São João da Cachoeira.[13] Neste mesmo ano, foram finalizadas as obras da capela-mór da igreja, iniciadas em 1793.[14]

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire descreve a incipiente aglomeração urbana da Vila Nova de São João da Cachoeira em abril de 1821: "Esta vila, recém criada, é ainda pequena; a praça pública está indicada por algumas casas esparsas. Entre a vila e o rio, sobre o declive da colina, as miseráveis palhoças separadas umas das outras, cuja reunião toma o nome de Aldeia. Estas choupanas são habitadas por índios". Em seu relato, ressalta a posição estratégica de entreposto comercial da cidade, "primeiro povoado que se encontra na rota das missões e do Paraguai".[15] Outro viajante estrangeiro, Nicolau Dreys, descreveu a região nesta época como "campinas férteis, avivadas de agradáveis habitações e de estâncias onde se criam numerosas manadas de gado". Entretanto,

[12] "Pelo Leste o Arroio 8otucaraí até a sua entrada na Serra Geral, pela qual se divide; pelo Norte até o lugar onde é atravessado pelo Arroio Toropi imediato à picada de São Vicente, que limita a Vila de São Luiz da Leal 8ragança; pelo Oeste o mesmo Arroio Toropi até a sua reunião no Rio de Santa Maria, e até a entrada deste Rio no Uruguai, pelo qual segue a divisa até encontrar o Rio Quarai, que também serve de divisa até a Coxilha de Santa Ana, onde tem origem a sua maior vertente, seguindo a dita coxilha, pela qual se divide; e pelo Sul até encontrar a primeira vertente do Arroio Ponche, e por este abaixo entrando em o Rio Santa Maria, braço principal do Ibicuí, até encontrar a barra do Jaguari, e por este acima servindo-lhe de divisa a sua principal vertente, que nasce ao pé do marco Espanhol estabelecido na extinta Demarcação de Limites, atravessando a Coxilha da dita Demarcação para entrar na que divide águas a Jacuí, e Camaquã, seguindo por esta a primeira vertente do Arroio Piquiri, que serve de divisa entrando no dito Jacuí até a barra do predito Arroio 8otucaraí, que fica servindo de limites a referida nova Vila, e à do Rio Pardo, da qual ficará desde logo desmembrada a sobredita Freguesia com o Território da mesma Vila nela criada, e Seu Termo", In: PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerois de Cochoeiro*. op.cit., 1941, p.7-8

[13] Auto de Criação desta Vila Nova de São João da Cachoeira e levantamento do Pelourinho, 5 de agosto de 1820. Dados fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal

[14] Fonte: IG/001, 1818, 2r. IG/001, 1820, 9r e v. IG/001

[15] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viogem oo Rio Gronde do Sul (1820 -1821)*. 8elo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUsp, 1974, p.338-353.

para ele, o núcleo urbano da vila ainda mostrava-se pouco importante.[16]

Com status municipal, o uso e a distribuição do solo urbano cachoeirense passaram a ser preocupação, assim como a conseqüente organização política, social e administrativa. Como uma típica cidade luso-brasileira, a configuração urbana seguiria o traçado enxadrezado,[17] a partir da estrada que ligava a parte sul de Cachoeira a Rio Pardo e ao Passo da Praia no rio Jacuí, tendo como pontos principais a igreja, a sudeste, e a praça do pelourinho, algumas quadras a noroeste.

2.2. Independência e alterações urbanas

Nos anos subseqüentes à independência do Brasil em 1822, grande parte do território cachoeirense, então quinto município da Província do Rio Grande do Sul, foi desmembrado, perdendo terras para Alegrete, Livramento, Caçapava, São Gabriel, São Sepé e Santa Maria.[18]

Na sede da Vila Nova de São João da Cachoeira, duas alterações significativas marcariam a nova fase urbana: a demarcação da praça do pelourinho, com "quatrocentos palmos de frente a norte", em 1830,[19] e a proibição de enterrar mortos no entorno da igreja e dentro do templo, em 1831.[20] O premente desejo de afastar doença e morte dos olhos da

[16] DREYS, Nicolau. *Notícios descritivos do província do Rio Gronde de Sõo Pedro do Sul (1781-1843)*. 4ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão/ EDIPUCRS, 1990, p.124

[17] MARX, Murillo. *Cidode no Brosil, Terra de quem?* op.cit., 1991

[18] Ver Decreto Regencial s/n., de 25/10/1831, criando as vilas de Alegrete e Caçapava, com territórios pertencentes ao município de Cachoeira; Lei n. 400, de 16/12/1857, criando o município de Santa Maria da 8ôca do Monte, no qual foi incluído parte de Cachoeira; Lei n. 1.029, 29/4/1876, criando o município de São Sepé, com territórios dos municípios de Caçapava e Cachoeira, In: 8ORGES FORTES, Amyr. WAGNER, João 8aptista Santiago. *Histório odministrotivo, judiciório e eclesióstico do Rio Gronde do Sul*. op.cit., 1963, p.177-181

[19] Fonte: Ata da Câmara Municipal, 21/1/1830. CM/OF/A, 002, 28v. Ata da Câmara Municipal, 1/2/1830. CM/OF/A, 002, 38 r. Ata da sessão da Câmara Municipal, 13/5/1848. CM/OF/A, 004, 128 v. Ata da sessão da Câmara Municipal, 15/51848. CM/OF/A, 004, 129 r. Ata da sessão da Câmara Municipal, 23/5/1848. CM/S/SE/RE -006 -160 v. Ata da sessão da Câmara Municipal, 1/8/1848. CM/S/SE/RE, 006, 168 r.

[20] Em 15/4/1831, a Câmara proibiu o enterro nos cemitérios que ficavam no entorno da Igreja e dentro do templo. Decidiu-se também oficiar-se às Irmandades do Sacramento Nossa Senhora Rosário e Almas, para murar o cemitério na Praça da Aldeia. Fontes: IM/EH/AS/RL, 001, 2r.; CM/OF/H, 002, 141r.; CM/OF/A, 002, 143r.; CM/OF/A, 002, 168r e v.; CM/OF, A, 002, 169v.; CM/S/RPL, 002, 11v e 15v. 30/1/1832; CM/S/SE/RE, 002, 73v

comunidade era uma necessidade devido aos contágios, principalmente de cólera e tifo, nos idos do século XIX. Na época, oficiou-se a Irmandade do Sacramento Nossa Senhora Rosário e Almas, para murar o cemitério existente na Praça da Aldeia. Da escolha à construção do novo cemitério da Irmandade do Rosário, levou-se alguns anos (1856-1863). Por esta razão, os sepultamentos no local perduraram por mais duas décadas.[21]

As chamadas "posturas municipais" também marcaram a organização da vida urbana cachoeirense - tamanho dos lotes, alinhamento das construções, traçado e abertura das vias públicas, regras de edificações, normas de higiene, comportamento dos indivíduos e ordem pública. Nesta época, a Assembléia Provincial da Vila de São João da Cachoeira regulava o desenrolar da vida urbana local. As leis especificavam limites urbanos, licença para edificações, largura e nivelamento das ruas, altura do pé-direito das construções, calçamento dos passeios, acúmulo de materiais nas ruas, concessão e alinhamento dos terrenos, planta da cidade e registro dos lotes, denominação das ruas, locais para construção de edifícios públicos e praças. [22]

Nesta estruturação urbana, entre 1828-35, foram construídos o prédio da Câmara, Júri e Cadeia[23] e o Teatro com salão e camarotes para 500 pessoas. O prédio do teatro era refinado, com pinturas no teto e cenário

[21] Fonte: IM/EH/AS/RL, 001, 2r.; CM/OF/H, 002, 141r.; CM/OF/A, 002, 143r.; CM/OF/A, 002, 168r e v.; CM/OF, A, 002, 169v.; CM/S/RPL, 002, 11v e 15v. 30/1/1832; CM/S/SE/RE, 002, 73v 12/8/1852; CM/S/SE/RE, 002 107 v e 108r, 13/8/1853; CM/S/RPL, 002, 21r 22/8/1853; CM/OF/TA, 002, 96r e v. 97r.; CM/S/SE/RE, 002 180v, 19/6/1856; CM/OF/TA, 002, 121v, 122r e v.; CM/S/SE/RE, 002, 201v , 11/6/1857; CM/S/SE, RE, 002 279 r e v., 17/01/1863. Em 17/1/1863, já se observava ser de grande conveniência a mudança do cemitério para local mais distante e elevado para evitar o desenvolvimento de certas enfermidades nos habitantes. Fonte: CM/S/SE-RE, 002, 279 r e v. , 17/01/1863.

[22] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.138-142

[23] Prédio da Câmara, Júri e Cadeia. Fonte: IM/EA/AS/RL, 001, 2r., 1831. Cadeia. Sessão extraordinária de 20 de maio de 1831. CM/OF/A, 002, 144r., 20/5/1831. Sessão do dia 7 de outubro de 1831. CM/OF/A, 002, 160v, 07/10/1831. Sessão do dia 12 de outubro de 1831. CM/OF/A, 002, 163 r., 12/10/1831. Sessão Extraordinária de 5 de junho de 1832. CM/OF/A, 002, 195 r. Cadeia. Manoel Antonio Galvão. Documento avulso da Caixa de Documentos selecionados, 14/5/1833. Câmara e Cadeia. Edital. Documento avulso da Caixa de Documentos selecionados, 1834. Cadeia. José Mariani. Documento avulso da Caixa de Documentos selecionados, 15/01/1834. Cadeia. Edital. Documento avulso da Caixa de Documentos selecionados, 14/5/1835.

requintado. A obra, iniciativa de Joaquim Corrêa de Oliveira e Jozé Joaquim da Graça, contou com apoio pecuniário dos moradores mais abastados.[24]

Pelas imagens depreende-se a pujança dos dois prédios. O teatro tinha fachada ornamentada, inclusive com estátua na parte frontal. O prédio da Câmara, Júri e Cadeia era mais simples, mas nem por isso deixava de se destacar no cenário.



Figura 25 - Prédios do teatro e da Câmara, Júri e Cadeia, construídos entre 1831-33. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Apesar da expectativa da inauguração, a primeira sessão teatral foi malograda, pois um dos atores adoeceu gravemente e somente foi encenada um entremez, pequena cena jocosa em ato único. Na sessão seguinte, foi representada a tragédia romana ***Virgínia***, seguido de ***A Filha teimosa com os livros***. A narrativa documental da época descreve o aristocrático ambiente:

os camarotes ornados só de senhoras, ornadas de grande riqueza, a platéia ocupada pelas autoridades e pelo povo nobre, subiu o pano, deixando ver uma Sala Imperial entapetada, no fundo da qual estava o retrato de Sua Majestade Imperial, debaixo do

[24] GUIDUGLIO, Humberto Atílio. *Teatro*. Revista Aquarela, 1957

precioso Dossel, e sobre um iluminado e rico trono, fazendo a guarda do retrato, os tenentes José Gomes Porto, e Tristão da Cunha e Souza: a um lado estava o alferes Antonio Xavier da Silva com o estandarte rico da Câmara abatido, e os flancos da sala eram ornados pelos atores; apenas se viu esta cena, eis que da platéia o Juiz de paz João Nunes da Silva, rompeu os Vivas à sua Majestade A Imperatriz, à constituição, à Assembléia, aos Brasileiros. Logo depois os atores, acompanhados da orquestra entoaram um hino dedicado ao consórcio da nossa Majestade Imperial, findo o qual um dos atores recitou um elogio assaz elegante à Vossa majestade Imperial, à sua Majestade, a Imperatriz, e à sua digna prole; e depois uma atriz recitou ao mesmo assunto um canto e terminou com os vivas.[25]

Em 1834, Arsène Isabele enxergou crescimento urbano em Cachoeira. Chamou de "linda cidadezinha, recentemente construída, situada sobre uma colina, à margem esquerda do Jacuí". As casas eram brancas por fora, feitas de tijolos e pedras "grés quartzoso argentífero, de grandes grãos, contendo fragmentos volumosos de argila bolar avermelhada". A cobertura era de telhas vermelhas.[26]

A prosperidade urbana cachoeirense, assim como nas demais comunidades sul-brasileiras, foi interrompida durante a década do conflito Farroupilha, que colocou estancieiros e charqueadores em lados opostos. Por um lado, criadores de gado das estâncias dispostas na região fronteiriça tinham fortes ligações com os castelhanos, levando e trazendo suas manadas conforme oscilava o preço nos mercados da carne salgada. Os estancieiros queixavam-se dos pesados impostos cobrados e pretendiam acabar ou reduzir a taxação de gado na fronteira com o mundo platino, estabelecendo livre circulação do rebanho que possuíam em ambos os lados. Por outro lado, produtores do charque, localizados na área lacustre da Província sul-rio-grandense, em cidades como Pelotas e Rio Grande, alimentavam a população pobre e os escravos do Centro-Sul brasileiro, tendo, por esta razão, grandes interesses com a capital imperial, Rio de Janeiro. A livre circulação dos rebanhos nas fronteiras não interessava aos charqueadores, pois diminuía seu poder de ditar preços e condições. Além disso, para ambos os lados, a política do governo federal de cobrir despesas das províncias deficitárias com fundos das superavitárias, como a sul-riograndense, desagradava tanto estancieiros quanto charqueadores. Neste contexto, os estancieiros, no comando de milícias armadas

[25] Fonte: CM/OF/A, 002, 75v 76 r., 1830

[26] ISABELLE, Arsène. *Viagens ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Museu Julio de Castilhos, 1946, p.44-45

particulares, deflagraram o conflito que duraria de 1835 a 1845.[27]

A região de Cachoeira foi palco importante do conflito farrapo, dado sua localização intermediária entre a planície pampeira, onde se localizavam as estâncias e a criação do gado, a oeste, e a zona lacustre, onde eram feitas as charqueadas, a leste. Com ocupação territorial feita eminentemente através de grandes áreas destinadas a pecuária, a região naturalmente tendeu para o apoio aos estancieiros rebelados. Três dias após eclodir o conflito na capital Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, a Guarda Nacional aquartelada em Cachoeira rumou para Rio Pardo, a fim de auxiliar forças revolucionárias contra legalistas que negavam-se a reconhecer o novo governo republicano farrapo. Ao retornarem, foram recebidos festivamente, incluindo a celebração do *Te Deum* na Igreja Matriz. Entretanto, Cachoeira foi assolada por incursões armadas nos anos seguintes, ora por forças legalistas, ora por revolucionários, alternando-se entre governos leais ao Imperador (1836-37, 1840-45) e sob regime republicano farroupilha (1835, 1838-39).[28]

O fim do conflito possibilitou a viagem do Imperador Dom Pedro II ao sul. Em 1846, ele passou por Cachoeira. Dois anos após sua visita, foi dado início à construção da ponte de pedra no Passo Real do rio Botucaraí, a primeira da província de São Pedro do Rio Grande do Sul construída neste estilo, atestando o grau de desenvolvimento da economia local. Na época, era o único acesso entre a fronteira oeste-sudoeste da Província e a região de Porto Alegre, melhorando o trânsito por Cachoeira, de tropas militares, tropeiros e comerciantes. A obra fora cogitada desde 1832, mas ficou somente no projeto por causa do conflito farrapo. O engenheiro responsável pela elaboração da planta foi João Martinho Buff. O custo da

[27] Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [coleção Tudo é História] e FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. op.cit., 2002, p.92-94

[28] Ver SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.26-27, PORTELA, Vitorino. PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórica e Informativa*. op.cit., 1940, p.18-21 e *Álbum Comemorativo o passagem do primeiro centenário de Cachoeira do Sul*. op.cit., 1959. Ver também Atas de Sessões da Câmara da Vila Nova de São João da Cachoeira. Sessão extraordinária de 24 de setembro de 1835. Fonte: CM/OF/A, 003, 149v. Sessão extraordinária de 30 de setembro de 1835. CM/OF/A, 003, 150r. Sessão Extraordinária de 1º de outubro de 1835. CM/OF/A, 003, 150v. Sessão Extraordinária de 3 de outubro de 1835. CM/OF/A, 003, 150v. Sessão de 19 de outubro de 1835. CM/OF/A, 003, 157r

obra atingiu 46:800$000 réis e foi construída pelo empreiteiro Manoel Fialho de Vargas Filho. Já em 1849, a Câmara registrava denúncia de abusos na cobrança da taxa de passagem (pedágio).[29]





Figuras 26 e 27
Ponte de pedra, construída em 1848.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Apesar do conflito farrapo ter atingindo as rendas do município, fazendo decrescer a arrecadação do erário, a sede municipal começou a receber melhorias na segunda metade do século XIX. Em 1850, o mesmo engenheiro da ponte de pedra, João Martinho Buff, elaborou o mapa da zona urbana central. No sentido sudeste-noroeste, eram três ruas principais: Ladeira, Igreja e Passo do Jacuí (ambas atual rua Moron), do Loreto (rua 7 de Setembro, antes rua Direita) e dos Paulistas (rua 15 de Novembro); e duas ruas secundárias: Santo Antônio (rua Saldanha Marinho, outrora rua

[29] Ver SCHUH, Ângela. RITZEL, Mirian. *Princeso do Jocuí*. Cachoeira do Sul: Museu Municipal, s/d, e Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal e JP, 25/12/1983

da Aldeia e rua dos Cachorros) e do Vigário (rua Santa Helena, rua 1º de Março, rua Liberato Salzano Vieira da Cunha). No sentido sudoeste-nordeste eram doze travessas paralelas: São João (rua Félix da Cunha), Corpo da Guarda (rua São José, atual Conde de Porto Alegre), do Amorim (rua Ferminiano, rua Gabriel Leon), Matriz (rua Mons. Armando Teixeira), Tapera (rua Gal. Câmara), dos Soeiros (rua Catalan, rua Gal. Osório), dos Pecados (rua Carombé, rua Ramiro Barcelos), da Lagoa (rua Inhanduy, rua Gal. Portinho), do Ourives (rua Andrade Neves), do Ilha (rua Cantagalo, rua 24 de Maio, rua Sílvio Scopel), Lava-pés (rua 7 de Abril, rua Milan Krás) e do Matadouro (rua Major Ouriques). Pelo levantamento da época, existiam em torno de 500 prédios construídos em aproximadamente 42 quadras.[30]

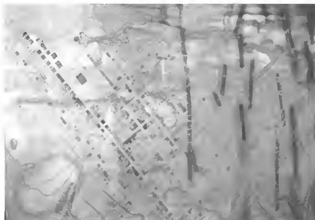


Figura 28 - Planta da cidade da Cachoeira, em 1850, do engenheiro João Martinho Buff. Na parte esquerda superior, a leste, em destaque o Pelourinho, atual praça José Bonifácio. Na parte direita inferior, a oeste, o paço municipal e o rio Jacuí. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[30] Fonte: Mapa de 1850 [original] e GUIDUGLI, Humberto Attílio, *Acontecimentos em Cochoeiro do Sul*, Revista Aquarela, 1957

Datam desta época as primeiras iniciativas de aterrar as sangas, quando a Câmara Municipal determinou que fossem realizadas obras nos valos da Aldeia, da Bica, na estrada que ia até o arroio Amorin, e principalmente nas sangas Micaela e Lava-pés. Em 1851, a Câmara autorizou o nivelamento da praça em frente a igreja, serviço concluído no ano seguinte, permitindo o uso do espaço para feiras livres.[31] Em 1856, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, que fora vice-presidente da Província, descreveu a vila como desprovida de bons edifícios mas com bom comércio e bastante populosa. As ruas eram largas e cortadas em ângulos retos. A igreja era mais espaçosa do que a Catedral de Porto Alegre, tendo cinco altares e duas capelas fundas, além da Capela-Mor e de bons consistórios. Estava em construção o edifício do Império do Espírito Santo próximo da igreja. A população urbana girava em torno de 2,5 mil habitantes nesta época.[32]

Pelo desenvolvimento do município, pela posição estratégica da região e por dispor de terras devolutas, a Vila Nova de São João da Cachoeira abrigaria levas de colonos de origem germânica a partir de 1857. Esse contexto engendrou a elevação de Vila para a categoria de cidade, em 15 de dezembro de 1859, através da lei n. 443.[33]

[31] 12/8/1852; CM/S/SE/RE, 002 107 v e 108r, 13/8/1853; CM/S/RPL, 002, 21r 22/8/1B53; CM/OF/TA, 002, 96r e v. 97r.; CM/S/SE/RE, 002 180v, 19/6/1B56; CM/OF/TA, 002, 121v, 122r e v.; CM/S/SE/RE, 002, 201v , 11/6/1B57; CM/S/SE, RE, 002 279 r e v., 17/01/1863, *e* SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busco de* suo *histório*. op.cit., p.124-127

[32] OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite. *Diório de umo viogem* no *interior do Provincio de Sõo Pedro em 1856* apud SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.37

[33] A Lei n. 443, de 15/12/1859, elevou à categoria de cidade as vilas de São Gabriel, Cachoeira e Bagé. O Ato s/n., de 1B/3/1B72, subdividiu os termos da Província em distritos especiais. O Ato s/n., de 22/4/1B72, retificou a divisão do termo de Cachoeira em distritos especiais. Dados extraidos de BORGES FORTES, Amyr. WAGNER, João 8aptista Santiago. *Histório odministrotivo, judiciório e eclesióstico do Rio Gronde do Sul*. op.cit., 1963, p.177-183. Somente em 1944, o município passou a denominação de Cachoeira do Sul, conforme Decreto-Lei n° 720, de 29 de dezembro. Dados fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

2.3. Os colonos plantam arroz irrigado, colhem fortunas

Diferente da imigração ocorrida no centro do país, que objetivava a consecução de "braços livres" para a cafeicultura em substituição gradativa da mão-de-obra escrava, a colonização na região sul do Brasil teve como objetivo estratégico povoar zonas desocupadas através da fixação de famílias em lotes cedidos pelo governo imperial, numa exploração da suinocultura e agricultura voltada a produção de gêneros destinados ao mercado interno. As áreas de assentamento dos imigrantes localizavam-se a relativa distância dos centros urbanos, na Encosta da Serra ou em suas proximidades, começando por São Leopoldo em 1824 e seguindo em direção oeste. Intentava-se com isso, de certa maneira não romper com a hegemonia política e econômica instituída.[34]

As primeiras migrações oficiais de colonos alemães para a região pertencente ao município de Cachoeira datam da segunda metade do século XIX, embora o cadastro imobiliário já registrasse propriedades urbanas de pessoas com sobrenome teuto: Hölz, Rachfitte, Jüntze, Heintze, Pohlmann, Borowsky, Koch e Wagner.[35] Em 1857, o governo da Província enviou o agrimensor Frederico Guilherme Waedlestäedt para demarcar e medir lotes em terras devolutas na margem esquerda do rio Jacuí - lugar denominado Agudo - e construir galpões para acomodar os primeiros colonos.[36] Os imigrantes provinham da Pomerânea, Silésia,

[34] Ver LANDO, Aldair Marli. 8ARROS, Eliane Cruxêm de. *Copitolismo e colonizoção - os olemões* no *Rio Gronde do* Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: imigroção e* colonizoção. Porto Alegre: Mercado Aberto, 19B0; SEHN, Pedro Selomar. ILHA, Adayr da Silva. *Aspectos históricos do ocupoção e evolução do estruturo fundiório* no *Rio Gronde do* Sul no *período de 1940 o 1996*. In: Revista Economia e Desenvolvimento, n° 12, novembro/2000 [disponível em http://coralx.ufsm.br/eed/e5_%20Artigo%20Pedro. PDF - acessado em 29/7/2006], MULLER, Alba Letícia *et ol*. *Aspectos do constituição sócio-culturol do Rio Gronde do Sul - Brosil*, op.cit., e DALMAZO, Renato Antonio. *As relações de comércio do Rio Gronde do* Sul *- do século XIX o 1930*. Porto Alegre/RS: FEE, 2004 [disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/download/ documentos/documentos_fee_60.pdf - acessado em 16/1/2006]

[35] Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. *100 onos de Concórdio: o histório do Sociedode Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996, p.16

[36] Aurélio Porto afirma que os primeiros 119 colonos foram enganados pois pensavam que iam desembarcar em Rio Pardo, com destino à colônia de Santa Cruz. Ao se aproximarem do porto foram informados que, devido à cheia, deveriam seguir viagem até um passo sobre o Jacuí, chamado Cerro Chato. Ao chegarem neste local, alguns colonos se revoltaram, obrigando a tripulação do vapor a retirá-los à força e deixando-

Saxônia, Bohemia, Província do Reno e ducados de Holstein e de Birkenfeld. Muitos eram ex-soldados da legião alemã chamados Brummer, como o mais importante diretor da colônia, Barão von Kahlden, angariados na Europa para a guerra contra o ditador argentino Dom Juan Manuel Rosas. A colônia foi chamada de Santo Ângelo.[37] O médico alemão Robert Avé Lallemant visitou a região em março de 1858, registrando que "enquanto Rio Pardo retrograda, Cachoeira desenvolve-se cada vez mais". [38] Além dos colonos alemães, a região de Cachoeira fez parte da migração oficial de italianos em 1880, embora também registrasse no município estrangeiros com sobrenome ítalo antes desse período: Calcagno, Ambauer, Brandi, Scordillia, Aldronda, Curto, Montano, Alário.[39] Os primeiros imigrantes desta etnia foram direcionados para a chamada Quarta Colônia, atual Silveira Martins.[40]

Estima-se que, no ano de 1872, a renda ***per capita*** dos municípios gaúchos tenha ficado em 150 mil réis. Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande lideravam, sendo os únicos a ultrapassar a faixa dos 200 mil réis. Os 28 municípios mais importantes economicamente tiveram renda superior a 67 mil contos

---

os ali, sozinhos. Do passo para o lugar do barracão foram transportados em carretas. PORTO, Aurélio. *O trobolho olemõo no Rio Gronde do Sul*. op.cit., 1996, p.169. William Werlang aponta uma segunda versão, escrita por Edwald Bruhm em 1932 para os 75 anos de imigração , tentando amenizar a tragédia. Nela, não teria havido brigas entre a tripulação e os colonos. WERLANG, William. *História da Colônia Sonto Ângelo*. Vol. 1 Santa Maria/RS: Pallotti, 1995, p.4B-49

[37] Dados extraídos de PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerois de Cochoeiro*. op.cit., 1941, p.17-18; OBERACKER Jr., Carlos Henrique. *A colonizoçõo baseodo no regime do pequeno propriedode agricala*. In: HOLANDA, Sérgia Buarque de. *Histária Geral da Civilizoçãa Brosileiro*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3º volume. Reações e Transações. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1982, p.231 e WERLANG, William. *História do Colônio Sonto Ângelo*. op.cit., 1995. O primeiro diretor da colônia foi Floriano Zurowski, de outubro a dezembra de 1857. O segundo foi o Barão von Kahlden, de 19/12/1857 a 1882, passanda a administrador até 1BB5. Com a saída do Barão, assumiu Cicinato Sampaio Ribeiro, até 1889. Paulo Roberto Magnus administrou de 1890 a 1896

[38] AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viogem pelo provincio do Rio Gronde do Sul*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUsp, 1980, p.178-179

[39] Dados fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal. Ver também http://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/ perfil/index.asp, acessado em 20/10/2005

[40] No Anexo II, relação de compradores das terras da Quarta Colônia em 1880. Sobre a colonização italiana na Quarta Colônia, ver ainda MORTARI, Elisangela Carlosso Machado. *Minorios tronsformodoros* [disponivel em http://reposcom.portcom .intercom. org.br/bitstream/1904/1B084/1/R1365-1.pdf - acessado em 16/1/2006]

de réis. Cachoeira ocupava a décima-sétima posição, com renda de 1.562.359,74 réis, para uma população de 11,7 mil habitantes, ou 132,9 mil réis ***per capita***.[41]

A chegada dos imigrantes alemães e posteriormente dos italianos na Quarta Colônia impulsionou a economia da região, principalmente através da suinocultura e das culturas do feijão, milho, cana-de-açúcar, alfafa, amendoim, linho e do arroz, esse que se tornaria posteriormente o principal produto cachoeirense. Os alemães consideravam o arroz indispensável como base da alimentação, junto com o feijão e a carne. Embora fosse considerado cultura secundária, plantando-se o arroz do seco, já em 1878 a zona de colonização alemã de Santo Ângelo, quinto distrito de Cachoeira do Sul, liderava a exportação regional, com 2.050 sacos (102,5 toneladas). Nesta época, sete dos dezesseis engenhos de descascar arroz existentes na metade sul do Estado localizavam-se na região cachoeirense.[42] Na década seguinte, a zona colonial já tinha 825 habitantes e cultivara 4.912.830 braças quadradas.[43] Em 1885, a Câmara Municipal de Cachoeira dividiu a colônia alemã de Santo Ângelo em distritos, entre eles Agudo, Paraíso, Cerro Branco e Dona Francisca.[44]

Muita da força da economia colonial alemã e italiana estava também no comércio dos gêneros alimentícios, produzidos nas propriedades familiares. O incremento da produção disseminou as "vendas", como ficaram conhecidas as casas comerciais que serviam de elo de ligação entre o produtor rural e as grandes casas comerciais das cidades maiores.

---

[41] MONASTERIO, Leonardo M. ZELL, Davi Coswig. *Umo estimotivo de rendo per copito municipol no provincio de Sõo Pedro do Rio Gronde do Sul em 1872*. [disponível em http://ich.ufpel.edu.br/economia/ monasteriozell2004.pdf - acessado em 16/1/2006] e MONASTERIO, Leonardo M. *Copitol sociol e o região sul do Rio Gronde do Sul*. Tese de doutorado [orientador José Gabriel Porcile Meirelle]. Curitiba/PR: Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Econômico, Ciências Sociais Aplicadas, UFP, 2002 [disponível em http://www.unijui.tche.br/~dcre/monasteriotese.pdf - acessado dia 16/1/2006]

[42] BALDUÍNO RAMBO, S. J. *A imigroçõo olemõ*. In: *Enciclopédio Rio-grondense. O Rio Gronde ontigo*. V.1 Canoas/RS: La Salle, 1956, p.99

[43] PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerois de Cochoeiro*. op.cit., 1941, p.17

[44] A Lei n. 1.529, de 4/12/1BB5, elevau à categoria de freguesia a *ex-calânia* de Santa Ângelo. Dados extraídos de BORGES FORTES, Amyr. WAGNER, João Baptista Santiago. *Histório odministrotivo, judiciório e eclesióstico do Rio Gronde do Sul*. op.cit., 1963, p.177-183 e WERLANG, William. *Histório do Colônio Sonto Ângelo*. op.cit., 1995, p.69

Instaladas nas picadas e linhas, esses estabelecimentos compravam toda a produção e a trocavam por produtos manufaturados, como tecidos, louças, ferragens, sal, chapéus, e outros, para serem revendidos aos colonos. Os "bodegueiros" regulavam o transporte, determinavam o preço de compra e venda, adiantavam produtos manufaturados aos colonos para posterior ressarcimento com produtos agrícolas. Aos poucos, os próprios colonos passaram a instalar vendas nas cidades, muitas vezes em sociedade com outros comerciantes, eliminando assim os intermediários, razão pela qual as principais firmas comerciais em Cachoeira do Sul, já no início do século XX, tinham sobrenome de origem alemã e italiana.[45]

A importância da região colonial para o comércio de gêneros alimentícios pode ser medido pela construção do ramal ferroviário, ligando o rio Taquari ao rio Pardo e ao município de Cachoeira, em 1883, e Santa Maria, em 1885. Nesta época, outras ferrovias foram construídas, ligando a capital a Rio Grande, Bagé, Uruguaiana e Itaqui.[46]

Em termos econômicos, o arroz despontaria como base de sustentação do crescimento da região somente com a introdução das primeiras lavouras irrigadas por gravidade, em fins do século XIX e, principalmente no início do XX, com a utilização de irrigação mecanizada. O aumento da produtividade, e conseqüentemente dos lucros, fez com que muitos estancieiros luso-brasileiros diminuíssem seu preconceito com a lavoura rizícola. Segundo Orlando Valverde, exploraram através de parcerias, arrendamentos aos agricultores das colônias de imigração circunvizinhas, que tinham seu sustento na pequena propriedade, ou ainda através de colonos que aceitavam o trabalho temporário assalariado nas incipientes lavouras de arroz.[47]

As primeiras experiências com arroz irrigado por gravidade datam de 1892, quando Gaspar Barreto plantou pequena área na região cachoeirense, auxiliado por Lotário de Vasconcelos, que fazia os serviços

[45] WERLANG, William. *História da Colônia Santa Ângela*. op.cit., 1995

[46] LOVE, Joseph. *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1984, p.102

[47] VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985, p.210

de irrigação. Em 1894, Marcelino Gonçalves da Fonseca represou água do arroio Capanezinho, local onde plantava cerca de dez quadras de arroz. Em 1899, foi a vez de João Jorge Krieger plantar na margem direita do arroio. Em 1887, João Frederico Pohlman instalou o primeiro engenho na sede do município, à rua Sete de Setembro. Tratava-se de uma "engenhoca, uma máquina a vapor para descascar arroz por meio de monjolos". No ano seguinte, Guilherme Franke instalou um engenho hidráulico na rua Ramiro Barcelos. Mais tarde, Eurípides Mostardeiro, Isidoro Neves da Fontoura, Frederico Dexheimer e a firma porto-alegrense João Aydos & Cia ltda., instalaram o Engenho Central no Passo da Praia, fim da atual rua Moron.[48]

A técnica de irrigar lavouras de arroz não foi privilégio de Cachoeira do Sul. Em Taquara e Pelotas, vários agricultores plantaram o arroz irrigado nos anos 1903-05. Estas regiões dispunham de infra-estrutura propícia ao progresso do cultivo do arroz, como as várzeas nas bacias fluviais do Sinos e do Guaíba, que possibilitaram a irrigação, eliminando a ação negativa do clima e garantindo rentabilidade e maiores lucros.[49]

Todavia, o maior incremento ocorreu por conta da irrigação mecanizada por meio de locomóveis, motores a vapor montados sobre rodas, e bombas centrífugas. Os pioneiros da tecnologia de irrigação mecanizada em Cachoeira do Sul foram Jorge Frank e João Jorge Krieger, da firma Frank, Krieger & Cia. Eles utilizaram a técnica pela primeira vez em 1906, plantando nas terras de Fidélis Prates e colhendo 10 mil sacos de arroz, cerca de 500 toneladas.[50]

Assim, numa região cuja economia baseava-se na agricultura, o arroz seria o grande produto cachoeirense. Diferente de outras *commodities* tradicionais, a orizicultura irrigada foi a primeira a surgir em bases capitalistas, usando maior mão-de-obra assalariada, arrendamento de terras, tecnologia e, principalmente, produzindo para o mercado ao invés de limitar-se a exportar o excedente.[51]

[48] Dados extraídos de PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941

[49] BALDUÍNO RAMBO, S. J. *A imigração alemã*. op.cit., 1956, p.99

[50] Dados extraídos de PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.27-28 e *Levantamento Histórico da industrialização de Cachoeira do Sul*. op.cit., 1983

[51] MULLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/RS: Banrisul/Gazeta Mercantil RGS, 1998, p.57-62

As imagens registradas por Achylles Figueiredo, em meados dos anos 20, revelam essa diferença da produção rizícola, principalmente no quesito tecnologia. Destacam-se o uso de trilhadeiras, locomóvel, secadores de arroz e o uso da calha de água:







Figuras 29, 30, 31 e 32
Trilhadeira acionada pelo motor Lanz, trilhando arroz na lavoura Santa Maria, de Neves & Cia. Locomóvel na colheita do arroz na lavoura de Jorge Franke, 1916. Secadores de arroz. Calha de água em lavoura de arroz. Acervo Achylles Figueiredo, anos 20-30.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

O desenvolvimento e a própria modernização da lavoura rizícola somente foi possível graças a forte influência da política protecionista do Governo Federal, elevando substancialmente as tarifas sobre o arroz importado na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. O produto fazia parte dos hábitos alimentares brasileiros e seu consumo fora intensificado pelo processo de urbanização incipiente. Buscava-se a auto-suficiência alimentar do arroz devido ao peso que ele passava a representar na balança comercial de pagamentos. Argemiro Brum enumerou fatores de desenvolvimento da cultura do arroz, entre os quais destacou a alta rentabilidade dada pelo mercado consumidor urbano ascendente e protegido pelas barreiras alfandegárias, a existência de capital e trabalho e as condições naturais favoráveis.[52] Além desses elementos, a região cachoeirense contava com transporte ferroviário desde 1883, o que possibilitava escoar parte da produção quando a via fluvial não permitia.[53]

Neste contexto, o município de Cachoeira pôde despontar como um dos principais a investir na cultura rizícola. Alguns fatores sustentaram a expansão da lavoura orizícola em grande escala: consumo intensificado pelo processo de urbanização em curso no país inteiro; forte política protecionista do Governo Federal; existência de capital disponível entre comerciantes e profissionais liberais, principalmente os provenientes das áreas coloniais; mão-de-obra colonial através de trabalho temporário assalariado; condições geográficas favoráveis; ineditismo em plantar arroz irrigado, de 1892 em diante; e introdução do levante mecânico, por meio de locomóveis, em 1906.

Pouco mais de dez anos depois das primeiras experiências com irrigação através de locomóveis, o número de lavouras de arroz com levante mecânico aumentou sobremaneira, ultrapassando mais de uma centena. Em 1908, eram onze. Em 1911, o *Esboço de Geographia Agricola e Industrial do Municipio de Cachoeira* enumerou 67 lavouras de arroz irrigado.[54] Em 1916, já eram 129. Em 1920, o arroz constituía a principal

[52] BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura (trigo e soja)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988, p.64-65

[53] Em 7/3/1883 começou a funcionar a linha de trem Porto Alegre-Uruguaiana, passando por Cachoeira. Fonte: GUIDUGLI, Humberto Attilio. Revista Aquarela, abril de 1957.

[54] *Esboço de Geographia Agricola e Industrial do Municipio de Cachoeira*, Organizado pela Seção de Estatística, 1911. No Anexo III, relação das lavouras de arroz irrigado em 1911

cultura do município, representando metade do valor da produção geral de todos os cereais. As variedades que predominavam nas plantações eram Carolina, Agulha e Japonês (introduzida em 1918).[55]

O gráfico a seguir mostra a evolução da produção de arroz cachoeirense com irrigação mecanizada, desde sua introdução em 1906 até 1940, em mil toneladas:

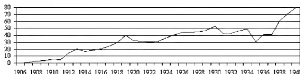


Gráfico 1 - Produção de arroz em Cachoeira do Sul - 1906-1940. Fonte PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1941, p.18-39

Concomitantemente, o aumento da área plantada passou a exigir, nas décadas seguintes, a expansão da rede de transporte rodoviário e a construção de barragens para facilitar a ligação fluvial com o porto de Rio Grande, caminho que permitiria escoar a produção cachoeirense para outros mercados consumidores. A liderança agrícola fez com que o município se outorgasse, posteriormente, o título de Capital Nacional do Arroz.

Neste fértil período, o território cachoeirense dividia-se em oito distritos, além da sede: primeiro, Ferreira, São Lourenço e Três Vendas; segundo, Cordilheira, Irapuá, Piquiri, Capané e Irapuazinho; terceiro, Barro Vermelho, Sanga Funda, Santa Bárbara, Durasnal e Palmas; quarto, Restinga Seca, Estação Jacuí e Pertile; quinto, Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine; sexto, Agudo; sétimo, Cerro Branco e Rincão dos Cabrais; oitavo, Paraíso, Cortado e Rincão da Porta.

Além dos alemães e italianos, árabes e judeus instalaram-se na sede do município no início do século XX, principalmente no ramo comercial e industrial: Bruno Jalfin, como engenheiro da Prefeitura Municipal; Boris

[55] Dados extraídos de PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.27-28

Zilbermann, com tinturaria, construção de edifícios e fábrica de móveis; Natan Breitmann e Ida Breitmann, no Stúdio Aurora; Jorge Kutz, com tinturaria, livraria, agência de loteria estadual e lancheria; Samuel Behar, na loja Primavera; David e Hertes Sklar, na fábrica de móveis A Novidade; Clara Weisfeldt, a primeira médica na cidade; Isaac Saffer, com fabricação de móveis; David Jalfino, com comércio de tecidos; Maurício Krimberg, com comércio de gêneros diversos; além de outros sobrenomes como Maltz, Faermann e Axelrud.[56]

Dessa forma, num processo semelhante ao que ocorria na capital do Estado, o dinamismo da acumulação de capital que serviu de base para a emergência da ordem urbano-industrial em Cachoeira do Sul proveio de setores coloniais e não do complexo da pecuária tradicional.[57] O acúmulo da riqueza na região cachoeirense se daria por conta muito mais dos alemães e italianos e demais migrantes do que propriamente pelos estancieiros de origem luso-brasileira. A força da economia teria por base a cadeia produção-comercialização-industrialização dos gêneros alimentícios das pequenas e médias propriedades familiares: criação de aves, porcos e gado confinado; plantio de vários produtos; casas comerciais de propriedade dos colonos e seus descendentes; pequenas indústrias artesanais. Os luso-brasileiros aceitavam a presença dos imigrantes provenientes da zona colonial na medida em que esses proporcionavam lucros, não só através da arrecadação de impostos mas também pelas sociedades agrícolas contratadas, comerciais ou mesmo industriais.

O pioneirismo da Charqueada do Paredão em Cachoeira é prova disso. Fundada em 1878 por Jorge Claussen, ocupava-se na elaboração de carnes, preparação de línguas em conserva, charque, extrato de carne e graxa refinada. No primeiro ano abateu 9.860 rezes; dez anos depois abateu perto de 50 mil.[58] Outro pioneiro da industrialização local foi Johanes

[56] Dados fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal. Ver também http://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/perfil/index.asp, acessado em 20/10/2005

[57] PESAVENTO, Sandra. *Um novo olhar sobre a cidade: a novo história cultural e as representações do urbano*. In: MAUCH, Cláudia [et al.]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo: Ed. da Universidade, UFRGS, Ed. Ulbra, Ed. Unisinos, 1994, p.137

[58] Dados extraídos de PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. op.cit., 1996, p.218 e *Levantamento Histórico da industrialização de Cachoeira do Sul*. op.cit., 1983

Heinrich Kaspar Gerdau, imigrado da Alemanha em 1860 para a colônia de Santo Ângelo, vindo a fundar uma pequena ferraria em Cachoeira do Sul conhecida como Fundição Jacuí. Em 1901, ele se transferiu para Porto Alegre, onde adquiriu uma fábrica de pregos, origem do grupo siderúrgico Gerdau.[59]

Cenas como as das fotografias a seguir eram comuns nas ruas de Cachoeira: o transporte das mercadoria vindas das colônias e empregados do Paredão da Charqueada que, apesar da origem colonial alemã, utilizava a mão-de-obra de ex-escravos.





Figuras 33 e 34
Empregados do Paredão da Charqueada e transporte das mercadoria.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[59] WERLANG, William. *História da Colônia Santo Ângelo*. op.cit., 1995, p.236. Outra Fundição, criada em 1947 por João Batista Barros e sócios, seria denominada "Jacuí".

A sede do município acabou concentrando parte do lucro gerado pelos excedentes agrícolas de seus territórios, principalmente os da zona colonial, por ser passagem natural para embarcar a produção agrícola, entre elas a de arroz. Além disso, o maior direcionamento dos rendimentos do capital colonial para a sede do município deu-se por conta dos investimentos diretos dos descendentes de alemães e italianos, principalmente através da abertura de casas comerciais, oficinas, moinhos, construção de residências, organização de clubes, etc., acarretando excepcional crescimento da zona urbana. A diversidade de etnias podia ser vista nos sobrenomes de moradores da zona urbana, no centro e na zona alta, no final dos anos 20, como resgata João Carlos Alves Mór, em ***A minha Cachoeira***, seu livro de memórias sobre Cachoeira do Sul.[60] Em instantâneo registrado em 1922 pode-se observar o desenvolvimento de Cachoeira:



Figura 35 - Vista parcial de Cachoeira do Sul em 1922. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

No primeiro quartel do século XX, a indústria e o comércio em franca expansão refletiram positivamente na ampliação da infra-estrutura produtiva. A eletrificação iniciou em janeiro de 1912, com a instalação de motores no Engenho Central, às margens do rio Jacuí. O excedente era fornecido ao município. Em outubro do mesmo ano, a geração de energia elétrica passou a ser feita pela Usina Municipal, localizada na esquina das ruas Moron e Milan Krás, na parte baixa da praça José Bonifácio, que utilizava máquinas a vapor e geradores de corrente

[60] No Anexo IV, relação dos sobrenomes de lavoureiros, industriais, comerciantes e moradores de Cachoeira, da zona urbana, no centro e na zona alta, no final dos anos 20. Fonte: MÓR, João Carlos Alves. *A minha Cachoeira*. op.cit., 2001.

contínua. Em 1914, Carlos Boer passou a fornecer paralelamente energia em usina própria, especificamente para a rua Júlio de Castilhos. Em 1918, o coronel Juan Ganzo Fernandez ganhou concorrência para instalar usina particular, sendo-lhe cedido terreno na margem esquerda do rio Jacuí. Três anos depois, a Companhia Telefônica Rio-Grandense assumiu a concessão, instalando geradores de energia em engenhos de arroz da cidade, "a fim de promover o fornecimento de energia por 24 horas ininterruptas". Em 1924, a concessão e a própria usina foram transferidas para a Companhia Rio-Grandense de Usinas Elétricas.[61]

Na telefonia, a situação não diferiu muito. Em 1908, Emílio Guardiola instalou um centro telefônico nas imediações da igreja matriz.[62] Desde os anos 10, o município contava com ligação entre a sede e os distritos. Em 1914, o intendente Balthazar Patrício de Bem foi autorizado a modificar o contrato com o concessionário, fazendo cessão de toda renda das linhas municipais dos distritos coloniais, mediante obrigação de manter serviço de comunicações ininterruptas. No ano seguinte, o vice-intendente Francisco Fontoura Nogueira da Gama foi autorizado a conceder, por prazo não excedente a vinte anos, sob concorrência pública, para empresa ou indivíduo que se obrigassem a reformar o serviço telefônico local, estabelecendo serviço de comunicações "aperfeiçoado" e "permanente", ramificando-o para todos distritos do município e com a condição de gratuidade do serviço respectivo para todas repartições da administração municipal. Em 1916, assinou contrato com a Companhia Telefônica Rio-Grandense, concedendo subvenção anual de 1:800$000 réis.[63]

Outros setores atestavam o desenvolvimento de Cachoeira: estabelecimentos de crédito como o Banco da Província (1911), o Banco Pelotense (1916), o Banco Nacional do Commercio (1917) e o Banco do Brasil; instrução pública e privada com 125 instituições e mais de cinco mil alunos em todo município; Hospital de Caridade (1910); cine-teatro Coliseu Cachoeirense de Henrique Camassetto; Mercado Público na praça

[61] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.106-111. Fonte citada do Jornal O Commercio, 10/01/1912, p.2 e 23/10/1912, p.1.

[62] GUIDUGLI, Humberto Attilio, *O Centenário de Cachoeira do Sul*, op.cit.,1959

[63] Leis n.36, de 28 de setembro de 1914, n.44, de 24 de setembro de 1915, n.47, de 20 de outubro de 1916. Leis do Conselho Municipal promulgadas em 1916, orçamento para o exercício de 1917. Dados cedidos pelo Arquivo Público Municipal de Cachoeira do Sul.

central; bares, restaurantes, cafés como o Frísia e o Carioca; barbearias, dentistas; banda musical Estrella Cachoeirense do maestro Miguel Iponema; associações comerciais, recreativas, religiosas, esportivas e beneficentes, entre eles a Associação Comercial (1917) que tinha na diretoria nomes como Paulo Rosek, Haguel Botomé, Fábio Leitão, Júlio Castagnino, Augusto Wilhelm, Pedro Breyer, João Pereira Lemes, Ernesto Müller, Reinaldo Roesch, Antônio Ribeiro e Achylles Figueiredo.[64]





Figuras 36 e 37
Casa Bandeira Branca e atelier de modas Helena B. Lauer.
Fonte: CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*, Cachoeira de Sul: Município de Cachoeira, 1922

[64] Além destes, o álbum contém fotos: esculturas de Torquato Ferrari; Escritório Olívio H. Costa (secos e molhados, artigos para confeitaria); Granja Anna Maria, de Carlos Pereira Krieger (criação de porcos Duroc-Jersey e cascos de burro, puros e mestiços, vacas leiteiras, potrilhos e gado Jersey, Suísso e Hollandez); J. Ilha & Cia (armazém de secos e molhados); além dos anúncios de J. Lima & Cia. (fazendas, barraca de

O *Grande Álbum de Cachoeira*, editado em 1922 por Benjamin Camozato, reflete este desenvolvimento. Ele reuniu fotos que procuravam representar a pujança cachoeirense. A cidade tinha importantes casas comerciais, como no ramo de tecidos e fazendas, entre elas a Casa Fialho, A Avenida, Casa da Bandeira Branca e Casa Ideal. A elite ascendente mandava confeccionar as roupas em atelier de moda, como o de Helena B. Lauer, o primeiro a se instalar na cidade, em 1904, na rua Sete de Setembro. Os chapéus eram comprados da Alfaiataria e Chapelaria Santos ou de Álvaro da Cunha. A Casa J. Bidone & Cia ltda. vendia arreios e calçados e a Casa Viúva José Müller & Cia ltda. tinha ferragens. No ramo de livraria, papelaria, miudezas e utensílios domésticos, tinha a Casa Krahe, e a Casa Augusto Wilhelm, além da Typografia O Commercio, que publicava o jornal semanal de mesmo nome.

No ramo industrial, destacavam-se os engenhos de arroz, como o Engenho Brasil de Reinaldo Roesch, com produção diária de 800 sacos das marcas Micado e Oriente, o Engenho Central de Ernesto Pertilli & Filho, com capacidade de dois mil sacos diários, o Engenho Cachoeirense de Felippe Roberto Matte, o de Antônio Cauduro & Cia ltda. e o de E. Stracke & Cia ltda, além da Mernak & Cia. ltda., que fabricava bombas centrífugas e locomóveis a vapor para uso na irrigação das lavouras de arroz, da Fábrica de Máquinas e Fundição de Ferro e Metais de Germano Treptow, e a Trilhadeiras Tigre de Ângelo Bozzetto em Faxinal do Soturno, então 6º distrito de Cachoeira.

Em outras áreas da indústria alimentícia se destacavam a torrefação de café de Manoel Fialho de Vargas, os moinhos de trigo Vidal, as padarias e fábricas de massas alimentícias de Nicolau Salzano, de João Dreyer (Nova), Ritter & Cia. ltda. e de Mário Nostrani (Padaria do Comércio); a Fábrica de Caramelos, de Paulo Breuer e Guilherme Spohr; a Alimentos Fabini, que enlatava a polpa muscular bovina junto com glúten; as cervejarias e fábricas de gasosa e soda, como a Moderna de Pedro Port & Cia., a Leonel Friederich & Cia ltda., a Homrich de Rudolpho Homrich (fundada em 1883, fabricante das marcas Crystal, Preta e Dragão); a Fábrica de Licores

couros); Figueiredo & Neves (gasolina, querosene, peças para automóveis, fazendas, miudezas, secos e molhados); João Minssen (seguros contra fogo). Fonte: CAMOZATO, Benjamin. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. op.cit., 1922. Dados complementares foram retirados do *Levantamento histórico da industrialização de Cachoeira do Sul*, op.cit., 1983

de Júlio Vahle. Nas demais áreas industriais destacavam-se as fábricas de sabão de Arthur Goltz e a de Willy Tesch & Cia., A Industrial Madeireira Wilhem S.A. de Emílio Wilhem, a oficina de carpintaria e marcenaria de Alberto Gappmayer, a fábrica de móveis de Ernesto Hipp & Cia ltda., a Serraria Gauss de Louis Gauss, a Fábrica de móveis-estofados Suzete de Fogliatto Irmão & Cia. ltda., a Fábrica de Beldosas-Mosaico de Fernando Rodrigues, as olarias de Antônio Ferreira Neves, de João Augusto Christoff, e de Chrétien Hoogenstraaten & Cia ltda (Primor), a Fábrica de Louças de Barro de José Herbstrith & Cia. ltda.; os curtumes Scheidt & Beskow, Fontanari Irmãos & Cia., a Fábrica de sacos de aniagem e algodão de Campos, Nunes & Cia., entre outras.





Figuras 38 e 39
Interior da fundição Mernak & Cia. ltda. e depósito do Engenho Brasil, em 1922. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul e CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*, Cachoeira de Sul: Município de Cachoeira, 1922

Foi neste contexto que Cachoeira prosperou economicamente, devido em grande parte ao sistema agropecuário colonial, gerador da expansão do setor exportador gaúcho. A incipiente industrialização do Rio Grande do Sul se consolidaria pela disponibilidade de matérias-primas, como a banha, farinha de trigo, mandioca, vinho e o próprio arroz, oriundos da região colonial. Soma-se o capital acumulado nas atividades comerciais das principais praças e o estímulo dado pelo governo republicano em todo país, desvalorizando a moeda, facilitando o crédito e protegendo as tarifas alfandegárias, o que resultaria no surgimento deste grande número de estabelecimentos industriais.[65]

Essa intensa atividade econômica alterou profundamente o perfil da elite cachoeirense. Aos de origem luso da pecuária tradicional praticada nas grandes estâncias somaram-se os imigrantes da agropecuária colonial e da manufatura; ambos grupos heterogêneos com atividades nas casas comerciais. Embora oriundos de contextos diferentes, teriam em comum o fato de se diferenciar dos demais habitantes não só pelas riquezas adquiridas no período, mas por hábitos e costumes próprios, algo que os caracterizaria como grupo distinto, construindo peculiar personalidade e identidade. Ambos passariam a comungar práticas sociais distintivas semelhantes, fortalecendo-se como grupo. Se não compartilhavam afazeres diários comuns, tinham no fazer cotidiano seu fator de identificação.

Algo de interesse comum a esta elite heterogênea foi a modificação do espaço urbano, principalmente para os que enriqueceram devido ao comércio e a indústria, pois era na cidade que desenvolviam-se tais atividades econômicas, portanto era natural que desejassem melhorar o ambiente em que atuavam. O enriquecimento da elite foi o fator direto que permitiu a construção da infra-estrutura urbana, visto nos equipamentos como água, luz e calçamento e na estética das construções, materializado nos prédios comerciais e residências.

[65] Ver ARAÚJO, Nilton Clóvis Machado de. *Origens e evolução espacial da indústria de alimentos do Rio Grande do Sul*. [disponivel em http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_10_araujo.pdf - acessado em 16/1/2006] e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983

2.4. Metamorfose do espaço habitável

O desenvolvimento agrícola desencadeado pelos imigrantes (1857 e 1875) e a própria elevação da Vila Nova de São João da Cachoeira à categoria de cidade, em 1859, acarretaram significativas melhorias no último quartel do século XIX, intensificando-se as obras de infra-estrutura urbanas, direcionadas prioritariamente para a sede do município cachoeirense. Até a proclamação da República, em 1889, tais melhorias não tinham fundo eminentemente estético, no sentido de provocar significativas rupturas no modo de ver e construir o espaço urbano.

Em 1858, houve a preocupação de denominar oficialmente as ruas. Aos poucos, foi preciso organizar o espaço urbano, de forma condizente com o desenvolvimento do município. O código de posturas de 1862, aprovado pela Lei Provincial n.539, de 30 de abril de 1863, ordenava o arruamento, o passeio e a construção de prédios, com altura mínima de pé direito, simetria nas portas e janelas, além da exigência de cumeeiras e soleiras.[66] Em 1875, a torre da igreja ganhou relógio, adquirido por subscrição iniciada por Polycarpo Pereira da Silva. Um ano antes, fora instalado meridiano na praça em frente.[67]

Na praça do pelourinho, foi dado início à construção do prédio para abrigar o Mercado Público, a partir de 1881. O contrato especificava os materiais que deveriam ser utilizados, como tijolo comuns de superior qualidade, "bem queimados e com o comprimento de trinta centímetros", paredes rebocadas "com argamassa de um volume de cal para dois de areia e caiadas com três mãos de cal", escoamento das águas feito por meio de

[66] Procedimentos organizado as construções urbanas e regulando os comportamentos de ordem pública foram elaborados pela Câmara nos anos 1830, 1832, 1853, 1862 e 1895. Ver SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.138-142. GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Centenário de Cachoeira do Sul*, op.cit., 1959, enumera algumas ruas que mudaram de denominação: a Saldanha Marinho era conhecida por rua da Aldeia e dos Cachorros; a Sete de Setembro era rua Direita e do Loreto; a Moron, era rua da Igreja; a Quinze de Novembro era rua dos Paulistas; a 1° de Março era rua do Vigário; a General Câmara era rua da Tapera; a Conde de Porto Alegre era rua Corpo da Guarda.

[67] Sessão extraordinária, 18/12/1851. Fonte: CM/OF/A, 005 4r. Nivelamento da Praça: Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal, 2/3/1852. CM/OF/A, 005, 7v. Meridiano, 22/10/1874. IM/EA/AS/RL, 001, 8r. Relógio na igreja, 10/9/1875. IM/EA/SA/RL, 001, 8r. Feiras livres na praça, Registro de Posturas da Câmara Municipal, 22/8/1853. CM/S/SE/RPL/002.

calhas, bandeiras de grade de ferro próprias para envidraçar, portas de louro, etc. A obra seria paga pela Câmara Municipal em três prestações: 9:500$000 réis quinze dias após a assinatura do contrato, 7:000$000 réis, após cinco meses, se verificado que a obra estivesse "aproximadamente em metade de sua construção, isto é, coberta com telhado", 6:100$000 réis, ao final dos dez meses, depois de entregue e aceita a obra.[68]





Figuras 40 e 41 - Dois momentos do Mercado Público construído na praça do pelourinho em 1881. Fonte: CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*, Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922, e Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[68] Contrato da Construção de um mercado na praça José Bonifácio, 5/12/1881. Fonte: CM/OF/TA, 007, p. 20r.

Em 1887, solucionou-se definitivamente o problema dos sepultamentos, com a construção do cemitério no Alto dos Loretos, zona alta da cidade, administrado pela municipalidade. Em 1890, a comissão administrativa dos negócios do município solicitou o emprego de presos da cadeia para remoção da ossada humana descoberta devido ao nivelamento da praça da igreja.[69] Em 1892, foi promulgada a primeira ***Lei Orgânica do Município***, quando as atribuições de organização urbana passaram para a Intendência Municipal. Em 1895, as posturas determinavam, entre outras coisas, novos limites urbanos, licença prévia e planta para construir ou reformar, largura mínima de 15 metros e traçado retilíneo para novas ruas, obrigação de muros para residências localizadas nas principais vias, exigência do calçamento com mínimo de 1,8 metro de largura com sarjetas empedradas, etc.[70]

A nova situação política brasileira a partir de 1889, com a proclamação da República, deu novo sentido ao urbano, procurando prover as cidades dos ares modernos, inspirada na Europa, em especial, Paris. As rendas oriundas do setor produtivo, com grande ênfase para o colonial, incluiu os descendentes de alemães, italianos, árabes e judeus entre a elite local. O chamado aburguesamento da cidade de Cachoeira seria promovido neste contexto, influenciado pela ***belle époque*** européia, tendência seguida pelas principais capitais estaduais brasileiras, como Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, além da então capital federal, Rio de Janeiro.[71]

[69] Em 16/3/1887, foi definitivamente resolvida a mudança do cemitério para o Alto dos Loretos. Fonte: IM/EA/AS/RL-001-10r. Ver ainda SCHUH, Ângela. CARLOS, Iane Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.89-95

[70] SCHUH, Ângela. CARLOS, Iane Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.138-142

[71] Entendo aburguesar como dar modos, hábitos ou aspecto elitistas, tanto aos espaços urbanos como às práticas cotidianas. Sobre transformações urbanas no Brasil ver, por exemplo, MAUCH, Cláudia [et al.]. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo: Ed. Da Universidade, UFRGS, Ed. Ulbra, Ed. Unisinos, 1994, SÁ, Cristina [et al.], *Olhar urbano, olhar humano*. São Paulo: IBRASA, 1991, FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (org.). *Seminário de História Urbana*. Salvador/BA: UFBA/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992 e SOLLER, Maria Angélica. MATOS, Maria Izilda (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 2004

A administração de Cachoeira pelo coronel Davi Soares de Barcellos (1893-1904) foi marcada pela abertura e demarcação de ruas, bem como pelo aterramento de sangas, de modo a expandir a ocupação, ganhando novos lotes. A praça da igreja recebeu melhorias a partir de 1896, com a demolição definitiva do adro, posterior calçamento, ajardinamento e muramento.[72]

João Neves da Fontoura, intendente entre os anos 1925-28, criticou em suas memórias a administração de Davi Barcellos, imputando o emperramento da administração pública ao partidarismo vigente na época: "A maioria dos contribuintes se eximia de pagar impostos. Ou os pagava quando queria. As listas de dívidas eram enormes". Para ele, Cachoeira era, nesse tempo, cidade estacionária, "vila triste e desconfortável", com lampiões de querosene pendurados nas esquinas, parecendo "mortiços e bruxuleantes faróis cortando a escuridão das noites, sobretudo as longas e chuvosas noites de inverno, que principiam às cinco da tarde". As comodidades eram coisa de "pessoas abonadas". Tal situação de atraso não seria exceção no Estado.[73] Embora na última década do século XIX e nos primeiros anos do XX, muitas intervenções urbanas tivessem sido concretizadas - quase sempre de maneira esporádicas e limitadas à área central - a crítica de João Neves da Fontoura foi muito mais no sentido de querer exaltar as transformações pela qual a cidade passou nas administrações posteriores, como a de seu pai, coronel Isidoro Neves da Fontoura (1908-1912), e a sua própria, na segunda metade dos anos 20, ambas reformas também centradas essencialmente na zona central, para servir de cenário à elite em ascensão.

[72] Correspondência Recebida. Intendência, 22/8/1896. Fonte: 2ª diretoria nº 1841, PG/CE. Recibo, 30/11/1896. IM/RP/SF/D, 031. Recibo, 1/3/1897. IM/RP/SF/D, 034, nº 236. Recibo, 5/6/1897. Documento avulso, caixa de documentos selecionados, 05/6/1897, nº 684, 61. M/S/SE/RE 011, p.114 r. Documentos avulsos, caixa 18/6/1898, nº 411, 11/11/1898, nº 824, 17/12/1898, nº 834 e 838. IM/RP/SF/D, 044, 6/5/1899. IM/RP/SF/D, 041, nº 3. IM/RP/SF/D, 042, nº 287, 1899. IM/RP/SF/D, 042, nº 399, 1899. IM/RP/SF/D, 042, nº 433, 1899. IM/RP/SF/D, 042, nº 449, 1899. IM/RP/SF/D, 042, nº 449, 1899. IM/RP/SF/D, 042, nº 500, 1899. IM/RP/SF/D, 044, nº 639. IM/RP/SF/D, 045, nº 185.

[73] FONTOURA, João Neves da. *Memórios. 1º volume. Borges de Medeiros e seu tempo*, Porto Alegre/RS: Globo, 1958, p.149-164

O apogeu econômico cachoeirense, bastante visível no início do século XX, oriundo da ascensão econômica colonial baseada principalmente na cultura rizícola, foi prioritariamente destinado à transformação da zona urbana central. Obras de nivelamento e denominação das principais ruas e praças já vinham ocorrendo desde o último quartel do século XIX. Mas nada comparado ao que seria feito nas duas primeiras décadas de 1900. Um dos efeitos mais imediatos foi a construção do prédio destinado ao Hospital de Caridade, próximo do cemitério da Irmandade do Rosário, em 1903-1904. Com Viriato Gonçalves Vianna (1904-1906), a rua Júlio de Castilhos, caminho de acesso aos que chegassem das regiões coloniais circunvizinhas, foi nivelada. Cândido Alves Machado de Freitas (1906-1908) arborizou e empedrou parte de suas calçadas, "a fim de evitar que estas viessem a ser danificadas pela ação das águas pluviais que ali correm, com impetuosidade, por se tratar de um terreno declivoso".[74] Em 1906, foram colocados bancos e construído o quiosque no centro do jardim da praça da igreja, posteriormente colocado em frente ao Teatro Municipal, que ficava ao lado do prédio da Intendência.[75]

Os limites urbanos da sede foram dados pelas sangas, escavações profundas no terreno, produzidas pelas chuvas ou por correntes de água subterrâneas. Estes acidentes geográficos naturais limitaram durante muito tempo a expansão urbana, fazendo com que a ocupação do solo cachoeirense fosse contida pelo próprio curso das sangas. Na zona central existia a sanga da Inês, a sudeste, que acabava diretamente no rio Jacuí, e a sanga da Santa Josepha (também conhecida por Micaela, em sua metade final), a nordeste, que seguia em direção até o arroio Amorim.[76]

Assim como as sangas, durante muitas décadas, a estrada ferroviária limitou o crescimento urbano da zona central a noroeste. Em

[74] Jornal Rio Grande, 28/9/1908, órgão do Partido Republicano em Cachoeira do Sul, p.1 In: SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul*, *Em busco de suo histório*. op.cit., 1991, p.134

[75] Jornal O Commercio, 9/5/1906, p.2,

[76] Uma crença envolvendo as duas sangas centrais (Santa Josepha/Micaela e Inês) foi relatada no jornal O Commercio, em 1918. Da história restou o mito popular de que "quando as sangas se encontrarem, Cachoeira acabará". Jornal O Commercio, de 14/8/1918, das "Crônicas", publicado no JP, 29/6/1979, Sangas, p.2

funcionamento desde 1883, os trilhos corriam no sentido nordeste-sudoeste. A transposição de veículos se dava pela Júlio de Castilhos, rua que ligava o centro ao Alto dos Loretos.

Na administração de coronel Isidoro Neves da Fontoura (1908-1912),[77] a zona central sofreu importantes intervenções.[78] Deram-se início aos trabalhos de iluminação elétrica da cidade e fornecimento de força motriz durante o dia, do incipiente serviço de água e esgoto e de melhoria das estradas e comunicações entre os distritos e a sede. Em 1910, parte da Sete de Setembro, rua central da cidade, recebeu macadamização, camada de brita socada com trator de rolo compressor cilíndrico. Como mostram as fotografias:

[77] O Coronel Isidoro Neves da Fontoura foi Membro do Clube Republicano de Cachoeira (1882) e da Junta Governativa Municipal (1890-1892). Ascendeu como líder local em Cachoeira na crise de hegemonia (1903-07) do Partido Republicano Riograndense (PRR), após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, graças ao apoio do presidente do Estado, Borges de Medeiros. Foi Intendente Municipal no período 1908-1912. No fim do mandato, insurgiu-se contra Borges de Medeiros porque este havia indicado um desafeto de Neves da Fontoura para a composição da chapa republicana para a Assembléia. O Coronel recorreu à fraude eleitoral para obstaculizar a ascensão de inimigos políticos, furando a chapa oficial ao distribuir cédulas eleitorais que suprimiam o nome dos adversários. Acabou sendo punido, obrigado a renunciar e deixar o mandato ao adversário. Este fato local fez com que o então jovem deputado estadual Getúlio Vargas também renunciasse ao cargo na Assembléia, em solidariedade ao amigo João Neves da Fontoura, filho de Isidoro, cf. AXT, Gunter. *O governo Getúlio Vorgos no Rio Gronde do Sul (1928-1930) e o setor finonceiro regionol*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p.2 [disponivel em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/324.pdf - acessado em 30/3/2006] e ___. *A emergêncio do lideronço político de Getúlio Vorgos no Rio Gronde do Sul coronelisto e o seu Governo no Estodo* [disponível em http://www.lasercom.jor.br/ getulio/leitura/Gunter_Axt.pdf - acessado em 30/3/2006]

[78] Na administração de Isidoro Neves da Fontoura começaram os trabalhos de nivelamento, reforma de calhas e colocações de novos cordões e passeios na rua Sete de Setembro, pagando o proprietário a quantia de 15$000 réis por metro de laje colocada, além das obras de macadamização das ruas da cidade, utilizando-se, para tanto, de um trator com compressor cilíndrico, cf. SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busco de suo história*. op.cit., 1991, p.123-138



Figuras 42 e 43
Macadamização e postes de luz na rua Sete de Setembro, no Centro, anos 10-12.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Na mesma época, foi construído o Largo do Colombo, contíguo à estação ferroviária.[79] O instantâneo registra espetacular imagem do local. O calçamento da rua, o alinhamento do meio-fio, os postes de iluminação e as mudas de árvores plantadas nas calçadas, conjunto que materializa o desejo de Cachoeira ter um espaço, ainda que circunscrito, modernizado.



Figura 44 - Largo do Colombo, contíguo à estação ferroviária, anos 10-12. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Neste período, a municipalidade desapropriou grande área na parte nordeste da cidade, próximos da estação férrea, loteando e vendendo os terrenos à elite, principalmente de origem teuta. A proprietária, herdeira do General Gomes Portinho, morava na capital e nunca aproveitara o lote. Chegou a mover ação judicial contra a prefeitura, alegando que sofrera lesão enorme, mas acabou perdendo. A denominação de bairro Rio Branco foi dada pelo próprio coronel Isidoro Neves da Fontoura.[80]

[79] O Ato n.125, de 7/4/1912, nomeou a praça fronteira à estação férrea. Isidoro Neves da Fontoura. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 002, 59r e 60r.

[80] O bairro Rio Branco foi criado pelo Ato n. 125, de 7 de abril de 1912, na gestão de Isidoro Neves da Fontoura. Foi constituído pelo desdobramento da cidade no sentido norte, compreendido entre as ruas 7 de Abril (atual Milan Krás) e 7 de Setembro, linha da Estrada de Ferro e demais terrenos pertencentes aos herdeiros do General Portinho. O Cel. Isidoro Neves da Fontoura denominou as ruas de: Marechal Floriano, continuação da rua Moron, a partir da rua 7 de abril; Comendador Fontoura, continuação da rua 15 de Novembro; Ernesto Alves, rua paralela a Venancio Ayres, a partir da rua 7 de Setembro; Marechal Deodoro, a rua paralela a Ernesto Alvese; e Cristovão Colombo, a praça defronte à Estação Férrea Cachoeira. Ver também FONTOURA, João Neves da. *Memórias. 1º volume. Borges de Medeiros e seu tempo*, op.cit., 1958, p.164-168

Muitas das residências foram construídas em estilo germânico. Podiam ser vistos torres com acentuada inclinação das águas do telhado (***Zeltdach***), sofisticados adornos metálicos de arremate (***Membron***), consoles inspirados na sustentação de balcões ou beirados alsacianos (***Kopfbänder***), reboco externo lembrando enxaimel, decoração nos postigos inspirada na caixilharia bávara, sótão habitável com janelas ou lucarnas no frontão, corte no vértice conforme telhado ***Krüppelwalmdach***, avarandados, arremates de falsas tesouras aparentes, ornamentos metálicos lembrando suportes de cabos telefônicos e elétricos em edificações européias, entre outros. [81]

O prédio do Colégio Barão do Rio Branco, construído na rua Venâncio Aires (atual Presidente Vargas), era exemplar, assim como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, inaugurada em abril de 1934. Erguida em estilo gótico na esquina da Venâncio Aires com a Deoclécio Pereira (atual Isidoro Neves), tinha arcobotantes (escoras), janelas ogivais com trabalho de vidro e forro com inspiração gótica flamejante e torre e torreão.[82] A sede da ***Schützen-Verein Eintrach***, fundada pelos teuto-brasileiros em 1896, foi transferida para o bairro em 1914.[83]

Duas fotografias dos anos 20 mostram o calçamento das ruas do bairro e algumas casas ali construídas. Interessante é que as ruas foram projetadas com largura maior que as do centro, o que permitiu calçadas também mais largas. Além disso, os lotes maiores possibilitaram o recuo das construções, tanto na parte frontal quanto nos lados, diferentes das

[81] Informações do Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. Exposição Residências alemãs em Cachoeira do Sul.

[82] JP, 26/4/1931 Comunidade Evangélica de Cachoeira, p.2 e GUIDUGLI, Humberto Attilio, *Fundação da Igreja Evangélica*, Revista Aquarela, 1957

[83] Jornal O Commercio, 17/4/1912, p.2 In: SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.136 e *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996

portas-janela habituais do centro, cuja fachadas eram limítrofes às ruas. O bairro Fialho (Santo Antônio), predominantemente de descendentes italianos, teve ocupação semelhante. As peculiaridades em termos de arquitetura e disposição das residências nos lotes caracterizariam os moradores do centro antigo e os dos novos bairros adjacentes.





Figuras 45 e 46
No bairro Rio Branco, calçamento das ruas com paralelepípedo e residências, já nos anos 20.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Nas administrações posteriores, muita das intervenções restringiram-se à antiga praça do Pelourinho, rebatizada de praça José Bonifácio meio século antes: construção e remodelação do galpão para abrigar o cinema, pela empresa Figueiró; construção de chalés para abrigar os bares de Luiz Leão, Manoel da Costa Junior, Joaquim Rosa e de Henrique Fey, este último destinado "unicamente às retretas em domingos e dias feriados e que doravante poderá ser utilizado para restaurante e vendas de bebidas". O contratante deveria envidraçar e embelezar o pavilhão da música, na parte baixa, reconstruir e pintar a parte superior destinada à música, reconstruir e conservar os canteiros do jardim, o caramanchão e o terraço. Em contrapartida, teria direito a utilizar a parte alta para serviços de restaurante, "quando a mesma não tiver de ser ocupada pela banda de música que der retretas em dias determinados". A partir de 1917, foram concessionários: Carlos Klüsener, Alberto Trommer e Willy Trommer.[84]



Figura 47 - Praça José Bonifácio, no início do século XX, antes das modificações. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[84] Ato nº 34, de 12/6/1913. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 002, 6B v. Ato nº 135, de 15/B/1912. IM/GI/DA/ADLR, 002, 61v. Contrato que fazem a Intendência Municipal de Cachoeira representada pelo Dr. Balthazar P. de Bem e o sr. Manoel da Costa Junior, como abaixo se declara, 4/8/1914. IM/GI/AB/C, 003, 1v. Contrato que fazem a intendência Municipal de Cachoeira representada pelo Dr. Balthazar de Bem e o sr. Manoel da Costa Junior, como abaixo se declara, 11/B/1914. IM/GI/AB/C, 003, 2r. Contrato que fazem a Intendência de Cachoeira representada pelo Dr. Balthazar P. de Bem e o sr. Francisco

Neste período, assumiram o município: Alfredo Xavier da Cunha (09/1912), Horácio Gonçalves Borges (10/1912), Balthazar Patrício de Bem (1912-1916) e Francisco Fontoura Nogueira da Gama (1916-1920).[85]

O Mercado Público localizado na praça foi reformado na administração de Annibal Lopes Loureiro (1920-1924), pelo arquiteto porto-alegrense José Mariné. Os termos do contrato, assinado em 1921, dispunham que deveria ser feita a caiação do prédio, pintado com cor de cimento as fachadas internas e externa, portas e portões, colocado vidros e bancas, além de construídos sanitários, bebedouro para animais, "dotado de uma coluna com uma torneira de mola e uma caneca de ferro presa com corrente", e fonte pública no centro do Mercado, "provida de duas torneiras de mola, com base para colocação de baldes, uma caneca de ferro com corrente, sifão para escoamento da água ligado ao poço", sendo o escoamento ligado na sarjeta da via pública. [86]

As reformas atingiram também a praça em frente a igreja católica. Os muros que cercavam a praça foram demolidos sob argumento de que eram desnecessários porque vacas e cavalos não mais vagavam pelas ruas da cidade. Parte do material foi aproveitada para murar o reservatório de água da hidráulica municipal, construído nos anos 20 nas imediações do Hospital de Caridade. As modificações foram consideradas de sensível melhoramento do aspecto, por permitir que "os transeuntes, vejam, mesmo de longe, as frentes das casas construídas nas diversas ruas da

de Almeida, como abaixo se declara, 12/8/1914. IM/GI/A8/C, 003, 2 v. Contrato de Arrendamento que faz a Intendência Municipal como cidadão Henrique Fey, do Pavilhão cito à Praça José Bonifácio, 20/12/1915, IM/GI/A8/C, 003, 12 v. Termo de transferência de contrato feito por Henrique Fey a favor de Carlos Klüsener. 23/3/1917. IM/GI/AB/C, 003 p. 24v e 25r. Termo de transferência de contrato feito por Carlos Klüsener a favor de Alberto Trommer, 4/1/1918. IM/GI/A8/C, 003 37 V. Termo de Transferência de Contrato que, perante a Intendência Municipal, faz Alberto Trommer a favor de Willy Trommer como abaixo se declara, 13/9/1920. IM/GI/AB/C, 003, p.62r. Contrato que faz o sr. Joaquim Rosa com a Intendência Municipal, como abaixo declara, 22/12/1919. IM/GI/A8/C, 003 54r -

[85] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história.* op.cit., 1991, p.22-23 e 43

[86] Contrato que fazem a Intendência Municipal de Cachoeira e o Sr. Jose Mariné para a execução de diversos melhoramentos no Mercado Público, 28/7/1921. Fonte: IM/GI/A8/C, 003, p.73v. Termo de transferência de contrato feito por Joaquim Rosa a favor da firma Kern Homrich, como abaixo se declara, 12/1/1922. IM/GI/A8/C, 003, p.77

Figuras 48, 49 e 50
Praça José Bonifácio, no início do século XX, antes das modificações, Bar Cachoeirense e Chalé Ponto Chic ambos construídos na praça José Bonifácio.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul







praça".[87] Com a reforma, rebatizaram a praça de Almirante Tamandaré.[88]





Figuras 51 e 52
Praça Almirante Tamandaré, posterior Balthazar de Bem, murada. Ao fundo vê-se o prédio do Teatro Municipal, destruído nos anos 50 para dar lugar a uma escola. A parte leste não foi murada. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[87] Jornal O Commercio, 19/1/1921, Jardim da Praça Conceição, p.3 e 8/11/1922, Pelos Jardins, suplemento.

[88] A praça em frente a igreja teve várias denominações, oficiais e populares: praça da Matriz, da Igreja ou da Conceição, praça do Prestes (em homenagem ao primeiro morador, João Prestes dos Santos), praça Almirante Tamandaré (de 1921 a 1925) e praça Balthazar de Bem (intendente morto na localidade do Barro Vermelho, em 1924). JP, 4/6/1992 Um Roteiro do passado ao presente, p.7 A praça passou a atual denominação com o decreto nº 196, de 16/3/1925, assinado por João Neves da Fontoura. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 009, 147 V.

O início dos anos 20 foram marcados pela interferência direta dos Estados na saúde da população, através do saneamento urbano e dos serviços de higiene, ocorrendo nas principais cidades do país. Para Gilberto Hochman, com o processo de industrialização e urbanização em curso, foi a resposta para as epidemias de massa que atingiam indistintamente tanto imigrantes do campo - pobres doentes - quanto moradores mais antigos - ricos saudáveis. Era, de certa forma, a concretização do "paradigma da interdependência", cujos efeitos externos das adversidades individuais alcançavam todos membros da comunidade, independente de terem ou não contribuído para o surgimento da doença e sua disseminação, impossibilitando o simples isolamento ou segregação espacial. A gripe espanhola de 1918 - uma "gripe democrática" que tornou-se experiência coletiva singular - teria sido o fator decisivo que desencadeou as demandas do movimento de saneamento.[89]

Madel Terezinha Luz esclarece que, devido principalmente às idéias dos médicos-sanitaristas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, da capital federal Rio de Janeiro, amparados no decreto-lei 3.987/1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública passou a ser responsável por ações de saneamento tanto no meio urbano quanto rural, pela propaganda sanitária, higiene infantil, industrial e profissional, pela supervisão em hospitais públicos, e por separar suspeitos de portar doenças contagiosas da população, requisitanto força policial caso fosse necessário.[90] Entretanto, segundo Beatriz Weber, a intervenção sanitarista no Rio Grande do Sul foi peculiar devido ao ideário positivista assumido pela administração republicana que perpetuou-se no poder até a década de 1930. Sem paralelo no restante do país, os princípios e práticas no Estado não permitiram a organização sanitária tão fundamentada na medicina, ocorrendo diversos conflitos entre perspectivas defendidas pelos médicos e a do governo, especialmente no que se refere à liberdade profissional.[91]

[89] HOCHMAN, Gilberto. *Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p.40-61

[90] LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.95

[91] WEBER, Beatriz Teixeira. *Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre*. In: Revista História das Ciências da Saúde - Manguinhos v.5 n.3 Rio de Janeiro nov/1998-fev/1999 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100003&lng=es&nrm=iso &tlng=pt - acessado em 1/4/2006]

Durante a gestão de Annibal Loureiro foram efetuadas várias reformas sanitaristas. Em sua administração, as pipas d'águas que abasteciam a população, recolhidas diretamente das fontes de água ou compradas em latas de 28 litros pelo valor de 0$100 réis, foram substituídas pela água encanada fornecida pela primeira hidráulica municipal. Até o advento desta obra, em épocas de calor as pipas não eram suficientes para atender a demanda da população que crescia, obrigando muitos pipeiros a racionar a porção vendida, atitude que gerava conflito. Construída na praça Itororó (rua Saldanha Marinho), em frente ao Hospital de Caridade, a hidráulica foi inaugurada em dezembro de 1921.[92] A contratação dos estudos iniciais do projeto foi feita em 1918, na administração de Francisco Fontoura Nogueira da Gama. A Lei nº 78, de 26 de agosto de 1918, autorizou o executivo a despender a importância de 20:000$000 réis, inclusive buscando a verba através de empréstimos bancários, caso necessitasse, a fim de contratar o renomado engenheiro Saturnino de Britto para o estudo completo.[93]

Embora o hospital cachoeirense tenha sido construído no início do século, era muito comum a figura do médico da família que atendia nas residências dos enfermos. Em janeiro de 1918, os médicos Balthazar de Bem, Sílvio Scopel, Alberto Gradim e Milan Krás organizaram tabela de preços dos serviços oferecidos: consulta no consultório, 5$000 réis; visitas a domicílio de dia, 10$000; chamados a noite, depois de estar o médico acomodado, 30$000; chamados para a campanha (condução por conta do cliente), por légua, de dia, 100$000; de noite, por légua, 150$000; injeções hipodérmicas ou musculares, simples, no consultório, 5$000; em domicílio, 10$000; conferências médicas, para cada médico, 50$000 réis.[94] Nesta

[92] GUIDUGLI, Humberto Attílio, *Inouguroçõo do Hidróulico Municipol*, Revista Aquarela, 1957. Alguns pipeiros da época: Aristides, César Ribeiro, Custódio, Horácio, Antônio Ribeiro, Zacarias, Pitan, Bernardino e Adelino. GUIDUGLI, Humberto Attílio. *As pipos do Cachoeira antigo*, Centenário de Cachoeira do Sul, op.cit., 1959

[93] Lei nº 7B, de 26 de agosto de 1918. Fonte: IM/CM/AL/L - 005. Ver ainda ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A cidode como um corpo sõo e belo: o pensomento urbonístico do engenheiro Soturnino de Brito*. In: FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio de Figueiras (arg.) *Seminário de Histária Urbana*. ap.cit., 1992, p.77-81, e ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *O plono de Soturnino de Brito poro Sontos e o construçõo do cidode moderno no Brosil*. In: Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1991, p.55-63

[94] GUIDUGLI, Humberto Attílio, *Preços de outroro!*, Revista Aquarela, 1957

época, foi estimado em 10 mil o número de habitantes, morando em aproximadamente 1,3 mil edificações na zona urbana central de Cachoeira.[95] O hospital servia para as intervenções cirúrgicas mais complexas. Mesmo assim, em meados de 1925, sob a presidência de Ernesto Muller, a Diretoria do hospital aventava sobre a necessidade da construção de novo prédio, sonho concretizado somente nas décadas seguintes.[96]

Ainda que ocorressem conflitos ideológicos na organização sanitária estadual, o fato de Cachoeira ter realizado obras de saneamento e abastecimento hidráulico, quase ao mesmo tempo dos grandes centros urbanos do país, demonstra sua pujança econômica e seu destaque no cenário regional e nacional. Através do Decreto nº 98, de 27 de setembro de 1920, o intendente Annibal Loureiro desapropriou o terreno pertencente a sucessão de Belmira Cândida Pereira, situado à rua D. Luiza, com área total de 4.845 m², pelo valor de 2:000$000 réis.[97] A água era captada para o lado da nascente do rio Jacuí, com primeiro recalque em pré-filtros e segundo recalque num reservatório de cimento, sendo distribuída pelas ruas Saldanha Marinho, Félix da Cunha e Sete de Setembro, com ramais para as travessas Firminiano, Sete de Abril e Venâncio Aires. A quantidade de líquido que podia ser fornecida, em 12 horas de funcionamento das bombas de recalque, atingia 2,17 mil litros. A rede de distribuição ficou dividida em 4 zonas e 16 distritos, com o desenvolvimento total de 20.285 metros de encanamentos. O custo total da obra ficou em 172:314$278 réis.[98]

[95] GUIDUGLI, Humberto Attílio, *Estotísticos do Cochoeiro ontigo*, Revista Aquarela, 1957

[96] Fonte: Hospital de Caridade e Beneficência, Amigo HCB; Exposição do Arquivo Histórico Municipal *HCB, 100 onos de histório*; Código de Posturas Municipais, 1853; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachaeira Histárica e Infarmativa*. ap.cit., 1940; Livra de Atas do Grande Conselho do HCB, 1936-196B (acervo HCB) e Jornal O Commercio, 5/2/1918. Cf. o Livro de Atas de Sessões da Câmara Municipal (1830-1864), em 15/10/1846, o vereador José Pereira da Silva Goulart propôs que a Câmara, em atendimento aa artiga 69 da Lei Imperial de 1/10/1828, pramavesse a criaçãa de um Haspital de Caridade na Vila da Cachoeira, com a denominação de "São João", para criação de expostos (crianças abandonadas), tratamento de doentes necessitados e vacinação, tendo médico ou cirurgião à disposição.

[97] Decreta nº 98, de 27 de setembro de 1920. Fonte: IM/GI/DA/ADLR - 007 - 76v e 77r.

[98] Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 15 de agosto de 1923, referente aos trabalhos da Secretaria no ano de 1922. Fonte: IM/S/SE/Re-025 - pág. XVI e XVII.

As obras da segunda hidráulica foram iniciadas em 20 de setembro de 1923, por Francisco Fontoura Nogueira da Gama, prolongando-se durante aproximadamente 18 meses.[99] Pelo contrato, o vencedor da licitação receberia 11,5% sobre o custo do material e da mão de obra, para administrar a obra.[100] O engenheiro carioca Saturnino de Britto projetou o sistema para captar a água no rio Jacuí, próximo à cachoeira do Fandango, levar até o tratamento e a filtragem, onde tornava-se potável, sendo então direcionada para o ***Chateau d'Eau***, construído em 1924-25, no centro da praça fronteira à igreja. O reservatório recebeu a denominação francesa por conta da influência européia vigente na época. O projeto arquitetônico foi assinado pelo engenheiro Walter Jobim, que cercou a escultura central com estátuas de ninfas, divindades do mar, segurando cântaros que jorravam água. No topo do monumento, colocou a escultura pagã de Netuno, semi-deus dos mares, de frente para a igreja. As esculturas foram esculpidas na oficina de J. Vicente Friedrichs, em Porto Alegre, sob a direção do professor Giuseppe Gaudenzi. "A finalidade do ***Chateau d'Eau*** era de levar a água, por gravidade, ao reservatório R2 e regular ao mesmo tempo a pressão da água nas zonas mais elevadas". Ao redor do monumento, foram plantadas palmeiras imperiais.[101]

Paralelamente, foram construídos 18,5 quilômetros de rede de esgotos nas ruas principais, especificamente na área edificada do centro da cidade. O sistema utilizado foi de separar rede pluvial e tratamento de efluentes, que recolhia os dejetos e enviava-os a tanques de decantação, separando-os em parte seca (lama sólida) e parte líquida, desembocando no arroio Amorin e dali para o rio Jacuí, abaixo e longe do ponto de

[99] O capitão Francisco Fontoura Nogueira da Gama foi intendente entre 1916 e 1920, vice-intendente de Annibal Loureiro entre 1920-1924 e novamente intendente entre 1924 e 1925.

[100] Fonte: Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 15 de agosto de 1923, relativo aos trabalhos da Secretaria, no ano de 1922, IM/S/SE/Re, 025, p. XVII e XVIII.

[101] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.116. Ver ainda: Decreto nº 9B, de 27/9/1920, IM/GI/DA/ADLR, 007, 76v e 77r., Relatório apresentado a A. A. Borges de Medeiros pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 15 de agosto de 1923, referente aos trabalhos da secretaria no ano de 1922. IM/S/SE/Re, 025, p.15-16

captação da hidráulica.[102]





Figuras 53 e 54
Início das obras de instalação da rede de esgoto, vendo-se o intendente, capitão Francisco Fontoura Nogueira da Gama, de sobretudo, com uma picareta na mão, fevereiro de 1924, e *Choteau d'Eau*.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[102] Relatório apresentado a A. A. Borges de Medeiros, por Sérgio Ulrich de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em setembro de 1926, referente aos Serviços de Saneamento do estado executados durante o ano de 1925 e 1926, até maio. IM/S/SE/Re., 025, p.56 a 63; Protocolo de Correspondência, 1924, Bv e 19r. (janeiro a dez); IM/GI/AB/Re, 005 p.15, 1925. JP, 15/12/1959, Inauguração da fonte luminosa, p.1 e 27/12/1959, Fonte luminosa, p.1

Com o andamento das obras, foi aprovado o ***Regulamento Sanitário***, através do decreto municipal n.179, de 1º de julho de 1924, obrigando as ligações domiciliares com a rede. Embora mais de 500 prédios tivessem sido ligados à rede, dois terços dos domicílios continuava a utilizar os serviços da carroça dos cubos, que recolhia os dejetos em recipientes e depositava-os no prédio do Asseio Público, localizado na rua Conde de Porto Alegre esquina Esperanto, distante aproximadamente 1 quilômetro da zona urbanizada. A remoção de "matérias excrementícias através de cubos removíveis" datam de 1909, na gestão de Isidoro Neves da Fontoura. Sua implementação impôs, como medida profilática, o fechamento das latrinas com fossas fixas. O recolhimento dos dejetos através do sistema de cubas, utilizado em residências ainda não ligadas à rede de esgoto, durou até meados dos anos 40.[103]

O marco maior das transformações urbanas seria alcançado na gestão do vice-intendente João Neves da Fontoura (1925-1928).[104] Com projeto de Acylino Carvalho, sub-diretor de Obras Públicas do Estado, 42 quadras da

[103] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busco de suo história*. op.cit., 1991, p.95-9B e 116-117

[104] João Neves da Fontoura descende de João Carneiro da Fontoura, vindo de Portugal em 1737, indo morar em Rio Grande. Seu avô era João Fontoura (bisneto de João Carneiro) um coronel do Exército e proprietário da Fazenda das Palmas, distante 10 milhas (66 quilômetros) da sede do município de Cachoeira, hoje área pertencente a São Sepé. Sua avó descendia de mineiros (Figueiredo Neves). Era filho do coronel Isidoro Neves da Fontoura e Adalgisa Godoy da Fontoura. Nasceu no município em 16/11/1887. Estudou na escola Cândida Fortes, no Ginásio Cachoeirense e, posteriormente, no Colégio dos Jesuítas (ginásio de N. S. da Conceição), em São Leopoldo. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, foi Promotor Público na capital gaúcha durante um ano; prefeito de Cachoeira, de 1925 a 1928; deputado estadual, de 1921 a 1928, e vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul, eleito em 1927. Deputado federal pelo mesmo Estado, de 1928 a 1930 e de 1935 a 1937. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi nomeado embaixador do Brasil em Lisboa, cargo que exerceu desde 1943, tendo resignado a 30 de outubro de 1945. Ministro de Estado das Relações Exteriores, no ano de 1946, chefiou a Delegação do 8rasil à Conferência de Paz, em Paris. Em 1948, foi o chefe da Delegação do 8rasil à IX Conferência Internacional Americana, reunida em Bogotá. Pela segunda vez João Neves da Fontoura foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, empossando-se no cargo em 31 de janeiro de 1951 e exercendo a pasta até 19 de julho de 1953. Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1963. Fonte: SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busco de suo história*. op.cit., 1991, p.54 e 59-62 e http://www.biblio.com.br/ Templates/ biografias/joaonevesda fontoura.htm - acessado em 2/12/2005.

zona central, entre a praça da igreja e a estação ferroviária do Largo do Colombo, receberiam melhorias, como passeios, meio-fios, paralelepípedos nas ruas e até relógio público, montado em colunas de degraus em mármore cor-de-rosa, na confluência das ruas do Loreto (Sete de Setembro) e 24 de Maio (Silvio Scopel).[105]

A condução de João Neves da Fontoura ao cargo de intendente deu-se em circunstâncias excepcionais. Em 1924, o comando da municipalidade estava a cargo de Francisco Fontoura Nogueira e Balthazar Patrício de Bem,[106] companheiros seus de partido. Com a revolução, o vice-intendente acompanhou o corpo expedicionário que pôs-se em movimento em 9 de novembro, contra o 2º Batalhão de Engenharia de Cachoeira, liderado pelo capitão Joaquim do Nascimento Távora, na localidade de Barro Vermelho, vindo a falecer no dia seguinte, aos 47 anos de idade. João Neves da Fontoura homenageou o companheiro de partido falecido, dando seu nome à praça em frente da igreja matriz.[107]

Em janeiro de 1925, o intendente Francisco Nogueira da Gama afastou-se por problemas cardíacos. O Conselho Municipal reuniu-se para

[105] Ver SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cochoeiro do Sul, Em busco de suo história*. op.cit., 1991, p. 97-9B, 116-117 e 146-149

[106] Balthazar Patrício de Bem foi sucessivamente vice-intendente, intendente e diretor de Higiene Municipal, deputado da Assembléia Legislativa e diretor-médico do HCB, além de colaborador dos jornais O Commercio, de Cachoeira do Sul, e A Federação, de Porto Alegre. Sua morte é narrada com ares de heroísmo. Segundo dados oficiais, na revolução de 1924, teria organizado um corpo expedicionário que entrou em combate na localidade de Barro Vermelho. Faleceu no dia 10 de novembro, aos 47 anos de idade, em consequência de ferimento, quando à frente da força militar, pretendia impedir o alastramento da sublevação do 3º 8atalhão de Engenharia, aquartelado em Cachoeira, que havia se revoltado, ameaçando, assim a causa da legalidade. Cf. ata transcrita por Ione Sanmartin Carlos, no Cartório de Registro Civil, "às doze horas, em caminho do Passo São Lourenço, faleceu o Balthazar Patricio de 8em com 47 anos de idade, médico, casado com Dona Marina Mattos de 8em. Causa da morte foi por hemorragia por ferida de arma de fogo penetrante na cavidade peritoneal". Existem divergências na versão do assassinato de Balthazar de Bem, principalmente no que se refere a sua heroicidade de ter tomado frente na força militar em combate no 8airro Vermelho. A versão não-oficial é de que ele teria ido à zona de conflito por sua atividade médica e morrido por motivos banais. Como habitualmente vestia terno branco, postou-se de pé para olhar o campo inimigo, quando foi alvejado por um tiro efetuado por franco-atirador, sem estar em nenhum combate direto.

[107] A praça passou a atual denominação com o decreto n.196, de 16/3/1925. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 009, 147V

conceder-lhe licença e dar posse no cargo de vice a João Neves da Fontoura. Três meses depois, o intendente teve melhora súbita e retornou ao posto, ali ficando por mais três meses. Em agosto, piorou e, desta vez, o vice ficou definitivamente no mandato até fins de 1928.[108]

Quando João Neves da Fontoura assumiu, as obras de água e esgoto em andamento estavam sendo executadas pela empresa administrada por Antônio Soares. O engenheiro responsável era Paulo Felizardo. A deficiência dos empréstimos fizeram com que João Neves da Fontoura recorresse ao governador Borges de Medeiros, que contraiu empréstimo de cerca de US$ 10 milhões, distribuído a vários municípios, cabendo a Cachoeira US$ 970 mil. Ele escreveu em suas memórias: "Principalmente a ele é que tem de atribuir-se a transformação não só na fisionomia de Cachoeira, a qual, de burgo triste e desconfortável, se converteu numa das melhores cidades do Rio Grande". Por essa razão, denominou a praça do reservatório de água (R2) de Borges de Medeiros, inaugurando-a em janeiro de 1927.

No tocante ao asseio público, João Neves colocaria carros motorizados para recolher lixo, instituiria a cobrança de taxas para custeio das despesas e exigiria que cada prédio tivesses seu vasilhame próprio. Em relação ao abastecimento e saneamento, inauguraria a segunda hidráulica levando água para a zona alta da cidade e concluiria a rede principal para tratamento dos efluentes de esgoto sanitário, abrangendo a maior parte da área edificada da zona central, com aproximadamente 535 prédios.[109]

Nas fotografias da inauguração é possível perceber como muitas das obras eram marcadas pela estética, além da função estrutural. No reservatório R2, ao invés de simples caixa de concreto para servir de recipiente da água, os engenheiros projetaram área de lazer na parte superior, com balaústre de madeira, escadaria e parapeito feito de colunas, além dos bancos e canteiros por toda área. O próprio ato inaugural rendia cerimônias que valorizavam os administradores públicos perante a população.

[108] FONTOURA, João Neves da. *Memórios. 1º volume. Borges de Medeiros e seu tempo*, op.cit., 1958, p.250-251/323-339. Na intendência, João Neves da Fontoura abandonou a advocacia. Como apoiou a revolta paulista, em 1932, foi exilado por dois anos.

[109] Ver SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira da Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p. 97-98, 116-117 e 146-149





Figuras 55 e 56 - Inauguração do reservatório R2, em janeiro de 1927, e praça Borges de Medeiros (ou praça da caixa d'água) em 1928. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Na parte baixa da cidade, a praça em frente a igreja matriz, que passou a ser denominada Balthazar de Bem, permaneceu sem grandes modificações estruturais após a inauguração do ***Chateau d'Eau***, em 1925. Entretanto, a escultura de Netuno, a mitológica figura greco-romana que presidiria os mares, colocada no topo do reservatório, de frente para o templo, foi considerada afronta entre pagãos e religiosos, gerando certo descontentamento. A resposta dos católicos foi remodelar completamente a fachada principal da igreja Nossa Senhora da Conceição. A reforma foi iniciada somente em 1927. Em junho de 1929, foi inaugurado o novo altar.[110]

Para completar as obras, foram feitos apelos para que a comunidade doasse verbas: "Urge completar a cúpula das torres, a fim de se poder arriar os andaimes, pedimos o concurso devotado de todos os habitantes, para essa obra de culto religioso e embelezamento da sede do nosso município". Foi sugerido aos moradores das zonas rurais, como colonos ou criadores, o envio do "óbolo para as obras em espécie".[111] Em dezembro, foi inaugurada a estátua votado à Nossa Senhora da Conceição, erigido no frontispício remodelado da igreja, entre as duas torres.[112]

Com a estátua de Nossa Senhora da Conceição posta propositadamente entre as torres da igreja, de frente para o Netuno do ***Chateau d'Eau***, surgiu a idéia-força, presente no imaginário popular, de que o bem e o mal estariam em permanente confronto simbólico, devido à divindade pagã estar afrontando, com seu tridente, o poder cristão, materializada na imagem da padroeira do município. O fato de ambas estátuas estarem de frente uma para a outra, praticamente na mesma altura, serviria para justificar a desaceleração econômica do município e as conseqüentes mazelas sociais, na segunda metade do século XX, espécie de força divina castigando a cidade.[113]

[110] Jornal O Commercio, 21/9/1927, p.1, 13/6/1928, p.3, 24/10/1928, p.1

[111] JP, 4/7/1929 Apelo ao povo da cidade e do município, p.1, 19/9/1929 Inauguração de um monumento, p.1, 15/12/1929 A pedido. Para as obras da matriz, p.2

[112] JP, 19/12/1929, p.1, 26/12/1929, p.3. Ver ainda SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.67-71.

[113] Exploro essa idéia no artigo SELBACH, Jeferson Francisco, SILVEIRA, Paulo Ricardo Tavares. *Tridente divino: progresso e nostalgia se enfrentam* no *Capital do Arroz* In: Revista LOGOS, Canoas/RS: ULBRA, v.14, n.1, jun/2002, p.83-90







Figuras 57, 58 e 59
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, nos anos 1920, antes das modificações da fachada em estilo colonial. Vista interna do altar, em estilo renascentista, antes da remodelação completa. Remodelação da fachada, com a colocação de estátua entre as torres, em 1927-29.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Em 1927, a praça Balthazar de Bem já se achava encanteirada, gramada e com árvores e arbustos, além da canalização de água para o serviço de irrigação e de "abundante iluminação elétrica, distribuída por oito combustores de uma lâmpada e seis de cinco lâmpadas". Foram construídas duas pequenas fontes ornamentais, colocadas "treliças" de ferro por detrás dos bancos que circundavam o largo central dos dois jardins e pequenos postes de ferro galvanizado, unidos entre si com correntes de ferro, para entrelaçar as trepadeiras, além de grandes vasos e bancos de cimento e mudas de ***ligustrum*** para formar pequenas cercas vivas. A rua ao redor da praça foi calçada com paralelepípedos e uma bomba de gasolina foi instalada defronte à igreja.[114] Em poucos anos, a deterioração exigiu reformas, pois reclamava-se que o ***Chateau d'Eau*** destoava "chocantemente" com a praça ajardinada. Na administração seguinte, do intendente José Carlos Barbosa (1928-1930), foi nomeada comissão para promover a remodelação do monumento".[115]

Ainda na gestão João Neves da Fontoura, a mais visível das melhorias urbanas realizadas foi o calçamento das ruas centrais com paralelepípedos fornecidos pelas pedreiras do Estado, transportados para Cachoeira em grandes chatas. A seção de obras da capital Porto Alegre, através do prefeito Otávio Rocha, forneceu técnicos. O engenheiro Acelino Carvalho supervisionou os serviços. Para o intendente cachoeirense, era necessário muita paciência para presidir a transição de pequena cidade atrasada para "o gozo dos melhoramentos com que foi dotada". Com as ligações domiciliares, foram instituídas exigências higiênicas das residências, como quarto de banho, chuveiro e pia de cozinha. Quando a fiscalização começou a notificar os moradores, verdadeira romaria de viúvas e pessoas pobres acorreu ao gabinete de João Neves da Fontoura. Por essa razão, instituiu a política do mandar fazer as obras e receber quando as pessoas pudessem pagar, lançando em dívida ativa, esperando que, com a morte dos proprietários, fosse possível resgatar as dívidas no inventário. O braço direito do intendente era o delegado de polícia, Major Carlos Gama, filho do ex-prefeito Francisco Nogueira da Gama. O secretário do

[114] Jornal O Commercio, 9/11/1927 Praça Balthazar de Bem, p.1, 7/12/1927 Praça Balthazar De Bem, p.1 e 23/3/1927 Bomba de Gasolina, p.4

[115] Jornal O Commercio, 17/10/1929 Memorial ao Ex.mo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, p.1

município era Emiliano Carpes, que assinava colunas no jornal Rio Grande, órgão do partido, do qual João Neves da Fontoura era diretor. A Secretaria de Obras estava a cargo do engenheiro Arno Bernhardt, auxiliado por Joaquim Vidal. Na Contadoria estava Nestor Terra. Na Tesouraria, Diamantino Carvalho, com auxílio de Ângelo Ricardi e João de Araújo Bastos, "um velho propagandista, a quem me coube dar aquele modesto emprego, o único que lhe tocou, depois de uma vida de fidelidade ao Partido, que ele contribuíra para fundar", escreveu João Neves da Fontoura em suas memórias.[116]

As obras tiveram tamanha importância que foram registradas em fotografias, com destaque para a parte principal da rua Sete de Setembro, no trecho em frente a praça José Bonifácio.



Figura 60
Calçamento da rua Sete de setembro, 1927.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[116] FONTOURA, João Neves da. *Memórios. 1º volume. Borges de Medeiros e seu tempo*, op.cit., 1958, p.340



Figura 61 - Calçada da praça José Bonifácio, 1927. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Para uma cidade que queria apresentar-se como moderna aos olhos externos, tornava-se imprescindível o calçamento. Além de melhorar a estética, aproximando sua feição urbana das capitais européias, a intervenção nas ruas de Cachoeira, na segunda metade da década de 20, teve como fator de impulso o crescimento do trânsito de veículos automotores, que atingiam velocidades maiores do que as carroças e, conseqüentemente, levantavam mais poeira.[117]

O primeiro automóvel a circular pelas ruas de Cachoeira data de 1907, de propriedade do rizicultor Eurípedes Mostardeiro. O Daymler, com dois cilindros e 15 cavalos de potência, foi adquirido usado em Buenos Aires e chegou ao município por via fluvial. Sua chegada causou frisson. Com rodas altas e imbricado jogo de alavancas, saiu funcionando do porto no passo da praia, atraindo atenção no trajeto, dada a fumaceira que levantava do escapamento. O segundo automóvel a rodar em Cachoeira foi da marca Umber, de propriedade do mecânico Albino Pohlmann, que

[117] Ainda nos anos 30, os residentes em ruas não calçadas, como na Júlio de Castilhos e travessas e no bairro Rio Branco, reclamavam da poeira, solicitando sua irrigação. Ver JP 19/2/1931 Noticiário. O pó das ruas, p.2

utilizou o veículo como táxi no ano de 1912.[118] A existência de carro de praça em Cachoeira do Sul já nesta época, fez com que a distinção social atingisse o modo de se transportar, pois não eram todos que podiam pagar pelo valor cobrado. Além do mais, circulava desde 1909 a linha de bonde, de Guilherme Döring, entre o porto (zona sul), a estação férrea (noroeste do centro) e a parte alta da cidade.[119]

Em 1919, Rodrigo Martinez colocou em circulação os auto-bondes que faziam praticamente o mesmo trajeto. O preço da passagem era de 0$200 réis, valor correspondente a um exemplar avulso de jornal. As viagens eram feitas a cada meia hora, desde manhã cedo até a hora em que terminavam os espetáculos do cinema. O jornal O Commercio escreveu que tratava-se de importante melhoramento, que resultaria em considerável economia para a população, "que até aqui era obrigado a fazer a pé, quando não se utilizam os carros e automóveis, veículos estes que, pode-se dizer, somente são permitidos aos ricos, tal o seu preço". Na primeira viagem do auto-bonde, constatou-se que o veículo só poderia transportar cerca de 18 a 20 passageiros, por seu motor não ter força suficiente.[120]

Esporadicamente, outros empreendedores passaram a oferecer transporte nos anos 20. Roldão Barcelos da Costa tinha um ônibus com bancos transversais e laterais abertas e fazia o itinerário Praça da Matriz-Alto dos Loretos. Ele também transportava pessoas para o interior do município. Em depoimento oral, sua filha afirmou que "o negócio não dava lucro porque como todo mundo se conhecia em Cachoeira e eram amigos, não pagavam passagem".[121] Em 1925, João Noronha de Bem

[118] GUIDUGLI, Humberto Attilio, *O 1º e o 2º automóveis que circularam nesta cidade*, Revista Aquarela, 1957

[119] Ato nº 83, de 12/10/1909, IM/GI/ DA/ADLR, 002, 53v. O Conselho Municipal, em 17/10/1909, através da Lei nº 22, dispensou a empresa de todos impostos pelo prazo de cinco anos. Lei nº 22, de 17/10/1909. IM/CM/ AL/L, 002, p.87 v. Ato nº 85, de 20/11/1909. IM/GI/DA/ ADLR, 002, 54r

[120] Jornal O Commercio, 8/10/1919, p.2, 22/10/1919, p.3 e 29/10/1919, p.1. A Lei nº 95 e o Ato nº 490, ambos de 12/12/1919, isentaram de pagamento de impostos os auto-bondes. Fonte: IM/CM/AL/L, 007 e IM/GI/DA/ADLR, 007, 30 r.

[121] Depoimento oral fornecido à assessora técnica do Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul, Ione Sanmartin Carlos, no dia 1º de agosto de 2001, às 18h. Nome: Maria Costa Correa. Nascimento: 1913 [filha]. Nome: Gilda da Cunha Costa. Nascimento: 1917 [sobrinha]

disponibilizou dois auto-bondes, "um com os bancos comodamente acolchoados", que conduziam passageiros entre os extremos norte e sul de Cachoeira, entre os cemitérios Municipal e o da Irmandade, ao preço de 1$600 réis a viagem de ida e volta. O jornal noticiou que o "empreendimento tem sido muito bem acolhido pelo nosso público, tendo os bondes boa freqüência de passageiros, notadamente aos domingos e à noite".[122]



Figuras 62 - Ônibus com bancos transversais e laterais.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Em 31 de março de 1924, foi inaugurada a Agência Ford, sendo concessionário Prudêncio Schirmer.[123] Com isso aumentou consideravelmente o número de automóveis em circulação nas ruas cachoeirenses, exigindo toda infra-estrutura de abastecimento de gasolina, até então vendida em galão nas casas comerciais, como a de Guilherme Preussler, na rua David Barcellos.[124] Em 1926, o intendente João Neves da Fontoura instituiu a obrigatoriedade de instalar-se o "sistema de fornecimento de gasolina a varejo por meio de aparelhos

[122] Jornal O Commercio, 2/12/1925 e 7/12/1927, p.4
[123] JP, 31/3/1949 O Transcurso do 25° aniversário de fundação da "Agência Ford" desta cidade, p.1
[124] Jornal O Commercio, 2/6/1920 Bombas de gasolina, p.3

modernos, de segurança e perfeição que melhor correspondam ao interesse público, instalados no sub-solo dos logradouros públicos, sem prejuízo do trânsito de pedestres e do tráfego de veículos".[125] Pelo decreto n.256, de 16 de fevereiro de 1927, as bombas de gasolina só poderiam ser instaladas com distância mínima de "três quadras edificadas, contadas em linha reta, para cada rua".[126] A primeira bomba de gasolina foi inaugurada defronte à Bromberg & Cia, na rua Saldanha Marinho, vendendo a marca Atlantic, em 21 de março de 1927. No dia seguinte, foi inaugurada outra bomba, mas defronte à Igreja Matriz, na praça Balthazar de Bem.[127] Um mês depois, foi inaugurada o terceiro ponto de venda de gasolina, a primeira da bandeira Standard Oil Co. of Brazil, na rua Júlio de Castilhos esquina Juvêncio Soares, tendo como agente João Minssen.[128]



Figuras 63 - Inauguração de bomba de gasolina.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[125] Decreto n. 223, de 25 de janeiro de 1926, art.1°, Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 010, Actos e Resoluções do Intendente, p.99, 100, 101,102 e 103. Ver também decreto n ° 250, de 18 de janeiro de 1927, publicado no Jornal O Commercio, em 19/1/1927, p.2.
[126] Artigo 1° do Decreto n° 256, de 16 de fevereiro de 1927. Fonte: IM/G/DA/ADLR - 010 - 195 r.
[127] Jornal O Commercio, 23/3/1927 Bomba de gasolina, p.4
[128] Jornal O Commercio, 13/4/1927, Bomba de gasolina p.1

O ato de inauguração, realizado às 16 h 30 min do dia 9 de abril de 1927, foi registrado na fotografia dado seu caráter festivo, com assistência de muitos motoristas, representantes da imprensa local, comerciantes e industriais. Foi oferecido na ocasião abundante chope aos presentes. Em julho, o mesmo agente instalou uma segunda bomba da marca, na rua Sete de Setembro.[129]

Outra visibilidade dada pelo intendente João Neves da Fontoura foi no re-ajardinamento das praças centrais. Na praça José Bonifácio, as paineiras foram substituídas por novas mudas, sob o argumento que "mais enchiam as ruas de folhas caídas do que de sombras". O novo Horto Municipal passou a fornecer mudas de flores e de árvores das mais variadas espécies. A responsabilidade estava por conta do engenheiro-agrônomo Guilherme Gaudenzi, cedido pelo município de Porto Alegre.[130] Em 1926, a Intendência abriu concorrência para construção e exploração do teatro-cinema, prédio que duraria poucos anos no local,[131] e para colocação de piso mosaico tipo ***trottoir***, na cor cimento, com desenhos semelhantes aos usados em Porto Alegre, nos passeios.[132]

No mesmo ano, houve remodelação em seus jardins, foi construído o ringue de patinação, "de forma circular, com piso de cimento e circundado por um parapeito de cimento armado, com várias entradas para a pista" e bancos de cimento com assento de madeira, foi aberta a concorrência para a construção de um bar, demolido o chalé Ponto Chic de Luiz Leão, instalado uma bomba de gasolina por João Minssen, derrubadas as "velhas" paineiras, construídas "elegantes balaustradas" e canteiros, plantadas roseiras trepadeiras, instalados postes de ferro fundido e iluminação elétrica, tudo isso para dar "ao conjunto geral da praça um cunho característico de modernismo".[133] Em 1928, foi construída a "elegante"

[129] Acto nº 1194, de 22 de julho de 1927. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 010, p.212

[130] FONTOURA, João Neves da. *Memórios. 1º volume. Borges de Medeiros e seu tempo*, op.cit., 1958, p.245

[131] Acto nº 1.105, 21/9/1926. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 010, p.167

[132] Contrato que faz a Intendência Municipal de Cachoeira com o sr. Guilherme Paulo S. Felizardo, para o fornecimento de mosaicos destinados ao calçamento de passeios da Praça José Bonifácio, 17/6/1926. Fonte: IM/GI/AB/C, 004, p.24 v. Jornal O Commercio, 26/1/1927, Passeio da Praça José Bonifácio, p.2. Jornal O Commercio, 23/2/1927 Praça José Bonifácio, p.1.

[133] Intendência Municipal. Edital de concorrência para a construção e exploração de um bar na praça José Bonifácio, 18/4/1927. Jornal O Commercio, 20/4/1927, p.4 e 27/

pérgula, passeio feito com duas séries de colunas paralelas para suportar as tumbergias e roseiras-trepadeiras. Também o bebedouro de animais foi transferido para a praça São João, no bairro Fialho.[134]

A remodelação da praça José Bonifácio foi fartamente fotografada. Nas imagens a seguir aparecem a testada sudoeste, com a derrubada das paineiras no canteiro central, construção de balaustradas e canteiros e instalação de postes de ferro fundido e bancos de concreto com assento de madeira e da pérgula, construída no lado noroeste.



Figura 64 - Remodelação da praça José Bonifácio, em 1928.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

04/1927, p.4. Jornal O Commercio, 4/5/1927 Ao redor da Praça José Bonifácio, p.4. Acto nº 1.194, de 22/7/1927. Fonte: IM/GI/DA/ADLR, 010, p.212. Jornal O Commercio, 31/8/1927 Edital Intendência Municipal. Concorrência Pública, p.2, 26/10/1927 Ponto Chic, p.4, 9/11/1927 Praça José Bonifácio, p.1, 9/11/1927 Iluminação Pública, p.3 e 30/11/1927 Praça José Bonifácio, p.1. Ver ainda JP, 29/11/1983 Museu faz mostra sobre história do José Bonifácio, p.1

[134] Jornal O Commercio, 7/11/1928 Jardins e praças Públicas, p.2



Figura 65 - Pérgula da praça José Bonifácio, em 1928.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Ainda na remodelação estética, João Neves da Fontoura mandou instalar, em novembro de 1927, na parte central e no bairro Rio Branco, 228 postes de iluminação Nova Lux, fabricados em ferro fundido pela General Eletric norte-americana. Os postes tinham globo opalino de 30 centímetros de diâmetro e variavam de uma, três ou cinco lâmpadas, numa intensidade luminosa de 33.185 velas. Até as melhorias, o centro da cidade tinha luminosidade de 19.195 velas, concentradas em poucas ruas centrais. O custo da obra foi de 116.748$598 réis, média de 297$828 réis por lâmpada instalada. Os locais que receberam maior quantidade de postes foram, respectivamente: praça José Bonifácio (49); rua Sete de Setembro (43); praça Balthazar de Bem (37); rua Saldanha Marinho (36); rua Moron (16); rua Venâncio Aires (13) e praça Borges de Medeiros (10). Os demais logradouros receberam menos de 8 postes: Firminiano, General Câmara, General Osório, Ramiro Barcellos, General Portinho, Major Ourique, 24 de maio, 7 de Abril, Deoclécio Pereira, Largo Colombo, Andrade Neves e Ernesto Alves.[135]

[135] Jornal *O Commercio*, 9/11/1927 Iluminação Pública, p.3

O aspecto estético da arquitetura e do espaço urbano da zona central, em fins dos anos 20, aproximaram Cachoeira dos centros mais desenvolvidos do Estado e do país. A fotografia noturna materializa o desejo da elite civilizar a área urbana, aproximando-a do que havia de mais moderno em termos de infra-estrutura para o uso da cidade à noite: a iluminação. No lado esquerdo e no canteiro central predominavam os postes com um globo. No lado direito, da praça José Bonifácio, foram colocados postes de um e cinco globos, iluminando os bancos de concreto dispostos na calçada de extraordinária largura. A predominância da luz na zona central revela para quem fora feito tais melhorias. Se o centro ficou bem iluminado, as demais áreas da cidade continuaram às escuras.



Figura 66 - Rua Sete de Setembro, tendo à direita a praça José Bonifácio, em tomada noturna, no final dos anos 20. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Já a fotografia diurna registra o visual que aproximou a cidade deste modernismo progressista. O calçamento de pedra na rua era impecável; nas calçadas, o piso quadriculado destacava-se; o meio-fio retilíneo dava mostras da padronização e organização desejáveis; a arborização cuidadosamente disposta quebrava a frieza das pedras; os prédios, mesmos os mais antigos, auxiliavam na harmonia do ambiente.


Figuras 67 - Rua Sete de Setembro, tendo à direita a praça José Bonifácio, em tomada diurna, no final dos anos 20. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Se a relativa pujança econômica do primeiro quartel do século XX, advinda da cultura rizícola, propiciou a modificação do espaço urbano central do município, paulatinamente, os novos-ricos buscariam sua diferenciação social através do refinamento dos hábitos praticados no dia-a-dia. Ironicamente, esse ambiente moderno, construído como palco para a encenação da elite cachoeirense, serviria de arena do confronto simbólico entre a elite e os subalternos que, nos anos 30-40, passaram a ocupá-lo de forma fremente.

2.5. Refinamento de hábitos: a prática cotidiana da elite cachoeirense

Como visto, mesmo antes da grande intervenção urbana de 1925-28, a zona central cachoeirense passara por modificações pontuais – macadamização das ruas, colocação de postes de luz, ajardinamento e bancos na praça. Na medida em que o ambiente urbano modernizava-se, a elite moradora do centro procurava sua diferenciação social através de determinadas alterações nas práticas cotidianas, na tentativa de mostrar

que eram possuidoras do tão desejado verniz civilizador.

Em solenidades públicas que promoviam, eram comuns festejos que lembrassem a distinção entre os estabelecidos e os ***outsiders***. Exemplo foi o carnaval, apropriado pela elite desde 1900, data do início dos festejos na cidade. Na época, a diversão ocorria principalmente na praça José Bonifácio, através de desfiles de charretes floridas e blocos como o dos Pirilampos e Os Diabos. Da mesma forma que nos demais dias do ano, limites simbólicos dividiam as comemorações carnavalescas na praça, mantendo elite e subalternos separados. Outro evento segregacionista foi a Batalha das Flores, que consistia no desfile de carros organizados na avenida das Paineiras, trecho da rua Sete de Setembro que ladeava a praça José Bonifácio, onde moças e rapazes da elite, empunhando cestos com pétalas de flores, divertiam-se jogando-as uns contra os outros. Na revista ***Aquarela***, Humberto Guidugli enumerou algumas das famílias que participavam dessa diversão: Isidoro Neves da Fontoura, Balthazar de Bem, Horácio Gonçalves Borges, Antunes de Araújo, Franklin Ferreira, Luiz Pinheiro, Arlindo Leal, Virgílio de Abreu, David Soares de Barcelos, Augusto Priebe, Jaques Bidone, Frederico Ortiz, Zimmer, Fialho, Rodolfo Mota, Francisco Nogueira da Gama, Francisco Timóteo da Cunha e Nicolau Rooss Homrich.[136] As fotografias de 1913 revelam o empolamento do evento, com a ornamentação das carroças.


Figuras 68 e 69
Festa das Flores, em novembro de 1913. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[136] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Centenório de Cochoeira do Sul*, op.cit., 1959

Nesse contexto de diferenciação social, era comum as moças da elite selecionarem futuros pretendentes a partir do status social, não permitindo aproximação ou contato dos que não possuíssem posição elevada. Exemplo disso foi o caso publicado na Revista *Aquarela*, reportando-se a época. Na ocasião, um visitante chamou a atenção do belo sexo, por intermédio do qual ia infiltrando-se nos ambientes elitizados. Sempre com o nome em foco, aparecia principalmente na praça José Bonifácio, onde, "metido em seus trajes bem talhados, encantava o mundo feminino". Decorreram semanas até descobrir-se tratar de embusteiro, quando passou a ser ignorado pelas mesmas donzelas que tanto encantou.[137]

Muitas moças da elite namoravam visando unicamente desbancar a rival, demonstrando que por detrás do véu aristocrata, fervilhavam os ânimos mais apaixonados.[138] Os rapazes não deixavam por menos. Aos sábados de madrugada, grupos percorriam as casas das pretendentes para fazer serenatas. Por várias vezes, os pais delas terminavam a homenagem despejando "água que não se bebe" sobre os cantadores. Numa ocasião, atrevido rapaz segurou à força senhorita da alta elite que fazia seu *footing* na praça José Bonifácio, beijando-a prolongadamente. O ato causou indignação e tumulto entre os freqüentadores. Em outra, senhor de idade avançada, porém riquíssimo, namorava linda moça de 19 anos, sem aprovação da família que chegou a trancá-la em casa, num quarto escuro. A comunidade protestou e levou o caso ao conhecimento das autoridades. Manifestações pró e contra foram feitas. Mais tarde ambos se casaram. A solenidade foi realizada debaixo de extraordinária aclamação, tendo sido despejado nas pessoas presentes "grande vidro do mais fino extrato de Paris".[139]

Se algumas diferenças sociais podiam causar alvoroço ou constrangimento, era na delicada questão da divisão racial que mostrava-se a verdadeira fronteira da lógica civilizacional. Como bem atestam os episódios do *Tira* o *chapéu* ocorrido na praça José Bonifácio - onde os ânimos se

[137] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Verso e reverso da vida*, Revista Aquarela, novembro de 1957, n.2

[138] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Cenas da vida da antiga Cachoeira*, Revista Aquarela, dezembro de 1963. n.14

[139] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Moça beijada*. Revista Aquarela, dezembro de 1963, n.14, e *O destino é quem decide*. Revista Aquarela, abril de 1964, n.16

conturbaram porque mulheres negras e pobres, vestindo fino chapéu, avançaram no espaço da elite branca - ou num outro que envolveu cançonetista negro que veio fazer espetáculo na cidade e, após a apresentação, procurou o melhor hotel de Cachoeira, sendo negado-lhe hospedagem dada sua etnia.[140]

Nos eventos sociais promovidos em espaços restritos, exigia-se comportamento adequado. Nos bailes, reuniam-se elementos da fina sociedade. As matronas, em seus lugares estratégicos, dirigiam as moças com o olhar, ora carrancudo ora suave, corrigindo eventuais falhas, repreendendo modos, enquanto a orquestra recebia ordens para repetir a mesma música a fim das danças tornarem ao seu verdadeiro andamento.[141] Nos salões dos quartéis do Exército, antes da Revolução de 30, promoviam-se festas e horas de arte, comparecendo famílias da sociedade, cavalheiros, artistas amadores e musicistas.[142]

Mas foi na formação de associações que mais refletiram-se tentativas sistemáticas de construção de identidades próprias de cada grupo social, mesmo considerando-os pertencentes à elite cachoeirense. No espaço de trinta anos, vários clubes foram fundados em Cachoeira: Sociedade Atiradores Concórdia (fundado como ***Schützen-Verein Eintrach***, em 1896); ***Società Italiana Principe Umberto*** (1913), Tiro de Guerra n.254 (1916), Sociedade União Cachoeirense (1920), Clube Comercial (1924) e Sociedade Israelita Cachoeirense (1926).[143]

As agremiações cachoeirenses que podiam ser consideradas eminentemente aristocráticas eram, primeiramente, o Clube Comercial e, residualmente, a Sociedade Atiradores Concórdia. Aceitava-se os teuto-brasileiros nessa categoria muito mais por sua importância econômica

[140] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Negou hospedagem*. Revista Aquarela, outubro de 1957

[141] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *O Centenário de Cachoeira do Sul*, op.cit., 1959

[142] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Belos tempos*, Revista Aquarela, dezembro de 1968. n.27

[143] Dados fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal. Ver também http://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/ perfil/index.asp, acessado em 20/10/2005, Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996. A *Schützen-Verein Eintrach*, mudou de nome durante a I Guerra Mundial, para Sociedade Atiradores Concórdia. Em 1939, suprimiu Atiradores, ficando Sociedade Concórdia. Na Segunda Guerra Mundial, em 1943, para Sociedade Rio Branco.

em Cachoeira. O processo de admissão ao quadro de sócios do Concórdia dificultava o ingresso de todos aqueles que não tivessem descendência germânica. A solicitação dava-se através de pedido escrito à Diretoria, que colocava o nome em exposição pública durante quatro semanas. Para o candidato ser aceito, tinha de obter a maioria dos votos dos demais, através de escrutínio secreto.[144] No Clube Comercial, a casta tinha razão de ser por agregar membros do alto comércio ou indústria locais, de origem luso ou não. A sociedade italiana aparecia em segundo plano devido a menor presença dos ítalo-brasileiros na cidade. Da mesma forma, o Grêmio Náutico Tamandaré (1936) agregou praticantes do remo que já tinham ligações com outros clubes. Somente após a Segunda Guerra Mundial, quando os remadores incorporaram o patrimônio dos italianos, é que o Náutico passou a promover eventos sociais de maior destaque, sendo alçado à nata da sociedade cachoeirense.[145]

Na busca pela diferenciação, os esportes assumiram papel preponderante, na medida em que possibilitaram materializar a racionalidade do corpo saudável, tão em voga no período.[146] Entre a elite cachoeirense, o tênis teve grande preferência pois, além do aspecto físico, permitia a "convivência em ambiente de elevada expressão social".[147] Antes da construção da primeira quadra da Sociedade Atiradores Concórdia em 1920, as partidas eram jogadas na cancha particular de Emílio Barz, localizada na esquina das ruas Saldanha Marinho e Milan Krás (centro), ou numa cancha improvisada nas imediações da rua Júlio de Castilhos, esquina com Juvêncio Soares (entre o centro e a zona alta da cidade). Em 1922, adeptos fundaram o Tênis Clube Cachoeira, posteriormente

[144] Ver *100 anas de Cancárdia: a histária da Saciedade Ria Branca, 1896-1996*, ap.cit., 1996, p.52

[145] Ver Jarnal O Cammercia, 9/7/1913 Festa Inaugural Italiana Príncipe Umberta. Diversas Natas, p.1, SCHUH, Ângela. CARLOS, lane Sanmartin. *Cachaeira da Sul*, *Em busca de sua histária*. ap.cit., 1991, p. 155-173 e *100 anas de Cancárdia: a histária da Saciedade Ria Branca, 1896-1996*, ap.cit., 1996. Na Anexa V, a relaçãa naminal das fundadares e presidentes da Clube Camercial, e das fundadares, das madrinhas na batisma das barcas e tripulaçãa da Grêmia Náutica Tamandaré

[146] SILVA, Ana Márcia. *Elementas para campreender a madernidade da carpa numa saciedade racianal*. In: Cadernas CEDES v.19 n.48 Campinas, agasta. 1999 [dispanível em http://www.sciela.br/sciela.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100002&lng=pt&nrm=isa&tlng=pt - acessada em 20/3/2006]

[147] PORTELA, Vitarina; PORTELA, Manael de Carvalha. *Cachaeira Histárica e Infarmativa*. ap.cit., 1943, p.326

transformado em departamento da Sociedade Atiradores Concórdia. No ano seguinte, surgiu uma segunda agremiação, o Rio Branco Tênis Clube, fundado por torcedores do Cachoeira Futebol Clube. A procura pelo esporte trouxe a necessidade de construção de novas quadras. Em fins dos anos 20, foi construída a quadra de tênis na parte dos fundos da praça Borges de Medeiros.[148]

Em menor grau, o ciclismo contou com adeptos desde fins do século XIX, chegando a ser fundado um clube em 1896. Entre os aficionados, constavam nomes das famílias Batista, Fetter, Guardiola, Guidugli, Homrich, Lang, Leusin, Lübke, Muller, Pohlman, Riccardi, Sabseverino, Schaurich, Treptov, Wolff, Xavier e Zimmer.[149] No mundo ocidental, o ciclismo virou atração quando os fabricantes conseguiram alçá-lo à condição de símbolo máximos da liberdade individual, dado sua grande mobilidade, algo equivalente a voar e capaz de livrar o indivíduo da preguiça e depressão.[150] A primeira prova ciclística foi realizada somente em 1934, na Volta da Charqueada.[151] Junto com o ciclismo, a corrida atlética conquistou muitos adeptos. O Clube Ginástico organizou o Campeonato do Passo em 1903, que consistia em percorrer a pé, em grupos de quatro integrantes, os dezesseis quilômetros da Volta da Charqueada. Participaram da corrida Arnoldo Neujahr, Emílio Matte, Francisco Schroeder, Osvaldo Rother, Henrique Lauer, Otávio Simões, Ricardo Voigt Filho e Adolfo Schumacher.[152]

Entre os alemães da Sociedade Atiradores Concórdia, o tiro e a ginástica foram as principais das modalidades esportivas. O tiro ao alvo foi a razão da denominação inicial: ***Schützen-Verein Eintracht***. Na Primeira Guerra Mundial, o Tiro de Guerra se apropriou das estandes de tiro e confiscou as armas dos alemães. Com o término do conflito bélico, o esporte não conseguiu reviver seus adeptos. A organização da Sociedade de Ginástica, o ***Turnverein***, é posterior, data de 1908. As modalidades praticadas eram

[148] Dadas extraídas de *100 anas de Cancárdia: a histária da Saciedade Ria Branca, 1896-1996*, ap.cit., 1996, p.95-97

[149] Segunda GUIDUGLI, Humberta Attilia. *Centenária de Cachaeira da Sul*, ap.cit., 1959

[150] JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *Canstruinda a cidade maderna: a introduçãa das espartes na vida urbana da Ria de Janeira*, 1998 [dispanível em http://www.cpdac.fgv.br/revista/arq/257.pdf - acessada em 20/3/2006]

[151] JP, 28/1/1934 Vida despartiva. Ciclisma, p.2

[152] Segunda GUIDUGLI, Humberta Attilia. *Centenária de Cachaeira da Sul*, ap.cit., 1959

exercícios de barra, paralelas, cavalos e argola, ginástica sueca, marchas e evoluções rítmicas, salto em altura e distância, arremesso de bola, disco e dardo, e corridas de 100 m e 400 m. Com a Segunda Guerra Mundial, a ginástica e o atletismo deixaram de lado seu caráter competitivo, sendo incorporados ao Atlético Rio Branco, que priorizava esportes coletivos em detrimento ao praticado individualmente, como o basquete e o vôlei. Além do tiro e da ginástica, destacava-se entre os de origem germânica o bolão, praticado inicialmente em canchas de terra batida, improvisadas ao lado de pequenas casas comerciais germânicas, servindo de atrativo para a freguesia.[153]

A prática do esporte estendeu-se em pouco tempo aos subalternos. Aqueles que não faziam parte da alta sociedade cachoeirense, acabaram por aderir ao futebol, que rapidamente rompeu círculos aristocráticos para ganhar as ruas e tornar-se entretenimento popular de largo alcance. Segundo Gilmar Mascarenhas de Jesus, a prática futebolísitca introduziu-se na vida urbana brasileira justamente no momento em que se vivia a conjuntura de acirramento das tensões raciais, ainda mais no Rio Grande do Sul, onde o afluxo de imigrantes europeus foi particularmente maciço, fazendo com que a situação do negro ganhasse contornos dramáticos, terreno fértil para a ideologia anti-negro.[154] O futebol foi trazido para Cachoeira pelos ingleses que assumiram o estabelecimento industrial Charqueada do Paredão, em fins do século XIX. Nas décadas de 10-20, surgiram os primeiros clubes, Cachoeira Futebol Clube e Sport Clube Cachoeirense (transformado em Guarany Futebol Clube). Os jogos ocorriam em campos fora da zona urbana central: bairro Fialho (Santo Antônio), Coxilha do Fogo (Soares), Vila Tibiriçá (zona do meretrício), Vila Militar, Castagnino, Chácara dos Portinho, Mauá, Tabajara, Alto dos Loretos ou mesmo entre o centro e a zona alta, na rua Júlio de Castilhos. A exceção era o campo próximo dos engenhos de arroz, mesmo assim, fora da visão da elite.[155]

[153] Dados extraídos de *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996, p.39-47 e 79-80

[154] JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *O futebol da canela preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre*. In: Revista Anos 90, Porto Alegre/RS: UFRGS/PPG História, n.11, julho, 1999 [p.144-160]

[155] JP, 22/12/2005, Entrevista com Sérgio Engel. *Futebol dos anos dourados na zona norte* [disponível em http://www.jornaldopovo.com.br/default.php?arquivo=_materia.php&intIdEdicao=898&intIdConteudo=5792 4 - acessado em 22/3/2006]

Na busca pelo corpo saudável, ganhou força o hábito de banhar-se publicamente, nada novo nem local. Na Europa, a partir da metade do século XVIII, o banho de mar e nas estâncias termais viraram moda entre a elite ao mudar radicalmente sua concepção, de ameaçador para algo terapêutico, capaz de curar as moléstias, sendo prescritos por médicos e higienistas. A nova ordem era fortificar e repor a energia que a vida urbana exauria.[156]

Pela grande distância do litoral, a elite cachoeirense adotou a moda dos banhos terapêuticos no próprio rio. Desde o século XIX, famílias usavam o rio para recreação. Muitas chegavam a passar a temporada acampadas, principalmente próximo da cachoeira. Além das ninfas que se banhavam quase diariamente, idosos com reumatismo procuravam as águas do Jacuí. Suas margens eram consideradas local pitoresco e aprazível, com árvores copadas fornecendo sombra perfeita para os piqueniques. Organizavam-se bailes ao som de violas, violões, acordeonas e instrumentos de sopro regidos pelos musicistas locais. Os pescadores forneciam piavas e dourados para os veranistas intercalarem com os churrascos. Os adultos aproveitavam a queda da água sentados em pedras retilíneas, enquanto as crianças brincavam nas piscinas naturais, sob olhares maternos. Os olhos masculinos ficavam atentos nas mulheres que se banhavam vestidas de longos camisões.

Nos anos 1910-20, o veraneio nas margens do rio diminuiu, dando lugar à temporada de praia. Uma das causas teria sido porque uma jovem da alta sociedade acidentou-se na cascata em 1912, escorregando nas pedras e sendo levada pelas corredeiras.[157] Todavia, a razão mais concreta foi a construção de vários trechos ferroviários em todo Estado, em fins do século XIX e início do XX, melhorando consideravelmente o acesso ao litoral, permitindo que parte da elite se deslocasse para as praias. Da estação de Cachoeira era possível ir de trem até Santo Amaro (atual Amarópolis), seguir de vapor até Porto Alegre e de lá rumar para o litoral norte, principalmente para praias como Cidreira e Tramandaí. Outra possibilidade era seguir para Cacequi e de lá embarcar para Bagé, Rio

[156] CORBIN, Alain. O *território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.81

[157] JP, 24/1/1935 Praia de Banhos. Seutonio, p.1 e 27/1/1935 Praia de banho. Seutonio II, p.1

Grande e Cassino, balneário pioneiro do sul do Brasil, estruturado em 1890. Inspirado nos balneários europeus, Cassino tornou-se espaço de lazer das elites gaúchas. O hotel Cassino, administrado pela Companhia Estrada de Ferro Rio Grande-Costa do Mar, dispunha de 136 quartos, grandes salões de concertos, baile, bilhar, tiro ao alvo, ciclismo, atletismo, hipismo, camarotes na praia e barracas para banhistas. Era comum hóspedes divertirem-se com passeios na praia, serenatas, concertos musicais e mesmo bailes organizados no verão.[158]

Afora os espaços eminentemente públicos, os requintados ambientes privados ganharam notoriedade com a pujança econômica e as reformas urbanas dos anos 1910-20. No contexto desse crescimento e prestígio social e político, os estabelecidos recebiam em suas residências ilustres visitantes, como o poeta Olavo Bilac em 1916, ocasião entre tantas onde podiam mostrar refinamento, conforme mostra a fotografia da época. Recitais e concertos ocorriam em espaços variados, como no Clube Comercial, na Sociedade Atiradores Concórdia ou mesmo em salões particulares. As peças teatrais foram encenadas no prédio ao lado da intendência somente até 1911, quando passaram para o galpão do cine-teatro da praça José Bonifácio. Antes disso, o prédio de 1831 havia passado por reformas, mas a parte frontal acabou desabando em fevereiro de 1906. Dois anos depois, a intendência efetuou alguns reparos. O prédio acabou sendo doado para o Estado instalar o Colégio Elementar e o Fórum, em 1913-14.[159] Havia também os cafés, reduto quase exclusivo aos do

[158] BARCELLOS, João. *Cossino histório e ombientes: o educoção e o suo preservoção*. In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Fundação Universidade de Rio Grande, s/d [disponivel em http:// www.sf.dfis.furg.br/mea/remea/congress/artigos/comunicacao14.pdf - acessado em 20/3/2006]

[159] Fonte: CM/OF/A, 002, 75v 76 r. CM/OF/A, 002, 75v 76 r, IM/RD/SF/D, 042, n.312, IM/RD/SF/D, 043, n.841, IM/RD/SF/D, 043, n.B26, IM/RD/SF/D, 043, n.B3B, IM/RD/SF/D, 043, n.B6B, IM/RD/SF/D, 043, n.1091, IM/RD/SF/D, 043, n.93B, IM/RD/SF/D, 043, n.1086, IM/RD/SF/D - 043 - nº 1150, 1830. IM/D/S/SE/CR, 009. IM/S/SE/CR, 009, 23/2/1908. IM/GI/A8/C, 001, 58 r e v, 28/3/1908, Livro de Lançamento de Contratos celebrados com a Intendência Municipal, 1902 a 1914. IM/GI/AB/RE, 007, p.5, 1913. IM/GI/AB/RE, 007, p.43, 1913. Jornal Rio Grande, 24/B/1913 Doação do Teatro Municipal, p.2. e IM/GI/AB/Re, 002, p.20, Relatório apresentado pelo Intendente Capitão Francisco Fontoura Nogueira da Gama ao Conselho Municipal em sessão ordinária de 20 de setembro de 1917. Dados fornecidos pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. Ver também GUIDUGLIO, Humberto Atílio. *Teotro*. Revista Aquarela, 1957

sexo masculino, como o Carioca. Além de servirem a tradicional bebida, atraíam assíduos freqüentadores por causa dos jogos como carteado e roleta. O instantâneo batido nos anos 20 revela a predominância dos homens, embora no lado esquerdo, quase despercebida, esteja sentado uma mulher. Outra opção era o Bar Cachoeirense, localizado na praça, que usava o espaço público para pôr suas mesas e cadeiras.





Figuras 70 e 71 - Cena interna do Café Carioca e 8ar Cachoeirense, na avenida das Paineiras, centro da cidade. Fonte: CAMO2ATO, 8enjamin. *Gronde ólbum de Cochoeiro no Centenório do Independêncio do Brosil*. Cachoeira: Município de Cachoeira, 1922 e Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul



Figura 72 - Olavo Bilac em reunião na residência de João Neves da Fontoura, anos 20. Fonte: CAMOZATO, Benjamin. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira: Município de Cachoeira, 1922

O surgimento dos cinemas é desta época. Embora tenham sido pensados para as massas, misturaram estabelecidos e *outsiders*. As primeiras salas de Cachoeira datam dos anos 10, quando Pedro Fortunato Batista Alegri e Vitório Livi abriram o Cinema Parque, funcionando ao ar livre num terreno da zona central. Em 1911, os irmãos Pohlmann assumiram e transferiram o negócio para a praça José Bonifácio, batizando-o de Cinema Familiar. O novo galpão recebeu cobertura de lona, palco, camarotes e

cadeiras modernas. Em 1912, Felipe Moser juntou-se a Renoardo Pohlmann, vendendo as instalações para a empresa Figueiró. Em 1913, o novo proprietário passou a ser Manoel Costa Junior, que batizou o estabelecimento de Coliseu Cachoeirense após reformar a fachada e o palco e instalar dez ventiladores turbinados importados da Argentina. Neste mesmo ano, Carlos Keil pôs em funcionamento, por curto período de tempo, sala de projeção na esquina das ruas Sete de Setembro e Major Ouriques.[160]

No início da década de 20, Henrique Comassetto, da firma Comassetto & Carvalho Ltda., adquiriu o Coliseu Cachoeirense, transformando-o oficialmente em cine-teatro. Em 1926, a intendência exigiu a construção de novas instalações em substituição ao "velho barracão" da praça José Bonifácio. Como forma de pressionar, abriu nova concorrência para exploração do cinema. Comassetto venceu mas não cumpriu o contratado. Entre os anos 1927-28, dois outros cinemas funcionaram em Cachoeira, mas logo fecharam suas portas. O primeiro deles, de propriedade de Arthur Freitas e João Antonio Fortes, foi instalado no salão do Clube União Familiar, no Alto dos Loretos, e vinha suprir o público da zona alta da cidade. Estreou em 10 de outubro de 1927, com o filme ***O Rio Envenenado***, drama policial em seis atos, atraindo "numerosa assistência de espectadores".[161] Apesar de ser entretenimento destinado ao grande público, o cinema cachoeirense não conseguiu manter-se somente com a venda de ingressos aos moradores da periferia. Com exceção dos trabalhadores dos engenhos de arroz, não existia na cidade grande massa de operários, como nas capitais. Em menos de um mês, Heitor Gomes Martins, Viera da Cunha e Costa Junior adquiriram a aparelhagem e mudaram para o centro da cidade, em terreno na esquina das ruas Saldanha Marinho com Andrade Neves, numa tentativa de aproximar-se do público elitista. Por ser ao ar livre, algo incômodo para quem podia pagar ingressos de maior valor, também teve vida efêmera.[162]

[160] Jornal Rio Grande, 28/9/1913 Melhoramentos no Coliseu, p.2. Dado fornecido pelo Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.
[161] Jornal O Commercio, 10/8/1927 Cine União, p.4 e 31/10/1927 Cine União, p.1
[162] Jornal O Commercio, 23/1/1927 Cinema ao ar Livre, p.1 e 11/1/1928 Cine Brasil, p.1

A característica de distinção social, predominante entre as elites de Cachoeira, começaram a sofrer profundas modificações nos anos que se seguiram a 1930, devido ao considerável aumento do fluxo de migrantes que, pouco-a-pouco, deixariam de respeitar os limites simbólicos impostos na ocupação do espaço central, gerando protestos por parte da elite e modificações em suas práticas cotidianas. Para compreensão desse processo, analiso no próximo capítulo os aspectos econômicos e urbanos de Cachoeira, sem perder de vista sua inserção no contexto externo.

3. A economia e a chegada dos novos bárbaros

3.1. Abundância e crise

Porque as pessoas migram? O ditado em latim ***Ubi bene ibi patria*** (Onde estás bem, aí está tua pátria) resume a questão do deslocamento populacional de forma contundente. Herbert Klein estabelece como impulso inicial da imigração a constatação da impossibilidade de sobrevivência nos meios tradicionais nas comunidades de origem. Para ele, a condição econômica constitui fator de expulsão mais importante, sendo essencial entender as mudanças responsáveis pelo agravamento da situação crítica que afeta a capacidade potencial que os dispostos a migrar têm de enfrentar. Nos grandes deslocamentos populacionais ocidentais nos séculos XVIII, XIX e XX importaria, predominantemente, o acesso à terra e ao alimento, a variação da produtividade e o desequilíbrio populacional, crescimento do número de membros da família não acompanhada ***pari passu*** pela produtividade da terra.[1]

A evolução populacional européia, conforme Neide Patarra, deu-se em três etapas distintas. A primeira, com alto crescimento potencial, na fase pré-industrial, onde as taxas de natalidade e de mortalidade permanecem altas. A segunda, com crescimento transitório, acompanhando o processo de industrialização de meados do século XVIII, onde a taxa de mortalidade teve declínio sem contrapartida inicial da diminuição da natalidade. A mortalidade decresceu lenta e

[1] KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13-31

progressivamente, provocada por melhorias médico-sanitárias, como vacinação, saneamento e alimentação. Em contrapartida, a natalidade, que até então assegurava pequeno crescimento populacional, manteve-se alta, gerando desequilíbrio populacional e colocando em marcha grande número de pessoas, principalmente para as Américas, que atraíam o excedente populacional europeu dada as oportunidades aventadas em termos de abertura de fronteiras e ocupação territorial para a própria manutenção das colônias. Nesta fase, que se prolongou até meados do século XX, deram-se os ajustes específicos ao modo de vida urbano-industrial. Na terceira etapa, houve declínio incipiente, quando a taxa de natalidade caiu a ponto de tornar-se menor que a de mortalidade, ocasionando declínio da população e, posteriormente, seu envelhecimento.[2]

O contexto populacional da América Latina concentrou sobremaneira as etapas da chamada transição demográfica vista na Europa. Thomas Merrick ressalta para o fato que a região passou de 110 milhões para 450 milhões de habitantes em pouco mais de um século, crescimento ocorrido prioritariamente nas zonas urbanas.[3] Até o primeiro quartel do século XX, a expansão econômica produzida pelas exportações estimulou o crescimento de cidades portuárias ou administrativas, mas a maior parte da população latino-americana ainda encontrava-se no campo. A economia de exportação gerou prosperidade, mas somente para a elite que promoveu melhorias urbanas a fim de sobreviver às doenças. A América Latina continuou sendo predominantemente rural até fins dos anos 20, com somente 17% da população residindo em cidades com mais de 20 mil habitantes.[4]

[2] PATARRA, Neide. *Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. op.cit., 1984, p.249-268. Entende-se *transição demográfica* como as transformações populacionais que operam ao mesmo tempo que as transformações globais (econômicas, sociais, políticas, culturais) e que conduzem uma sociedade a outro modo de vida.

[3] MERRICK, Thomas W. *La población de América Latina, 1930-1990*. In: BETHELL, Leslie (ed). *História de América Latina. Economia y sociedad desde 1930*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1993, p.165-215

[4] BETHELL, Leslie (ed). *História de América Latina. Economia y sociedad desde 1930*. op.cit., 1993, p.165

A partir da década de 30, o mundo ocidental começou a sofrer profundas modificações que resultaram na Segunda Guerra Mundial, conflito bélico que marcaria os rumos da civilização humana. A América Latina sentiu os reflexos dessas mudanças através das modificações estruturais políticas, populacionais, econômicas e urbanas. No Brasil, o autoritarismo dos coronéis se transmudaria em populismo, a economia de exportação primária e importação de bens manufaturados da Primeira República sofreria significativas mudanças com a incorporação paulatina de novas tecnologias, obrigando verdadeiras multidões a deixarem o campo rumo às cidades, provocando intensa desorganização no modo de viver de todos. No qüinqüênio 1930-35, a população brasileira foi estimada em 40 milhões. No Rio Grande do Sul eram 2,1 milhões, 180 mil somente na capital Porto Alegre. O município de Cachoeira do Sul contava com aproximadamente 84 mil habitantes, 20 mil na zona urbana e vilas e 64 mil na zona rural (76,2%), proporção próxima à gaúcha e à brasileira. O perfil rural mostrava-se pelos 94% de municípios brasileiros com menos de 75 mil habitantes.[5]

Desta maneira, a reorganização mundial das forças sócio-político-econômicas, a incipiente mecanização do campo, o aceno de melhores condições de vida na cidade e a expectativa de emprego proporcionada pela industrialização nos decênios seguintes, puseram em marcha milhões de pessoas, resultando na necessidade de ampliação das fronteiras agrícolas para áreas pouco povoadas ou na migração para centros urbanos maiores, fazendo com que a população das cidades aumentasse exponencialmente, gerando necessidades de melhorias nos serviços urbanos e, conseqüentemente, transformando as relações sociais. Nas décadas que se seguiram a 1930, o perfil demográfico se transformaria gradativamente, com a prevalência do urbano sobre o rural. De quarta parte de moradores urbanos passou à metade nos anos 50-60, tendência

[5] Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. Anuário estatístico do Brasil 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948. Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE,v. 3, 1937. Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939. Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941. Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947. Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947

agravada nas décadas seguintes.[6] O processo de urbanização decorrente dessas mudanças econômicas-demográficas mundiais marcaram a sociedade brasileira, por conseqüência a gaúcha e a cachoeirense.

O carro-chefe que marca a mudança populacional brasileira, de predominantemente rural para predominantemente urbana, foi o processo de industrialização iniciado em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, mas consolidado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Num primeiro momento, a industrialização deu-se como forma de substituir as importações, a partir da formação e ampliação do mercado interno. Esta etapa estendeu-se até meados dos anos 50, quando a industrialização passou a fase da internacionalização do mercado e aprofundamento do caráter monopólico da economia.[7]

No período em questão, estabeleceram-se as condições necessárias para a adoção do modelo econômico de desenvolvimento capitalista com forte participação estatal. Tanto no cenário nacional quanto no internacional, o Estado passou a definir diretrizes de investimento, financiar o desenvolvimento de áreas de interesse público e mesmo assumir total responsabilidade em alguns setores estratégicos, originando os monopólios estatais. Subsidiada politicamente pelo golpe militar de 30, a industrialização brasileira cresceu em ritmo acelerado, atraindo cada vez mais migrantes para as cidades, dando origem ao nascimento de grupos sociais antagônicos: a burguesia ou elite industrial e o proletariado urbanos, além dos intermediários ligados às atividades periféricas da economia agrícola exportadora, como comércio, transporte e bancos.[8]

[6] Fonte: CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Gronde ólbum de Cochoeiro no Centenório do Independêncio do Brosil*, op.cit., 1922. Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. Anuário estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. Anuário estatistico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951. Anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

[7] Esta divisão é dada por LOPES, Juarez Rubens B. *Redistribuição regionol-urbono do populoção brosileiro*. In: Estudos CEBRAP 20, s/d. apud PATARRA, Neide. *Dinômico populacional e urbanizaçãa no Brasil: a período pós-30*. In: FAUSTO, Baris. *Histária Gerol do Civilizoçõo Brosileiro*. op.cit., 1984, p.254-255

[8] Ver BENETTI, Viviana. *A corrente desenvolvimentisto e o projeto político no Rio Gronde do Sul: 1950/1962*. Dissertação de Mestrado [orientador Marcos Justo Tramontini], Sãa Leopoldo/RS: UNISINOS/PPG-Histária, 2002 [disponivel em http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_unisinos_viviana_benetti.PDF - acessado em 14/1/2006]

A industrialização do Rio Grande do Sul ocorreu de forma peculiar, voltada essencialmente aos mercados locais, atendendo consumidores através de diversificada produção. De certa forma, o dinamismo das exportações agrícolas do Estado – também diversificada devido ao fornecimento de gêneros alimentícios e matérias-primas provenientes das zonas de colonização, exportadas para o centro do país - ditavam o volume industrial produzido para o mercado regional. No cerne da industrialização gaúcha estavam as manufaturas artesanais, de caráter doméstico ou mesmo comercial. Foram essas manufaturas, de origem colonial em sua maioria, que transformaram-se em pequenos e médios estabelecimentos febris. Da mesma forma, o mercado de trabalho no Estado proveio essencialmente da expansão demográfica da zona colonial, em atividades manufatureiras operadas por pequenos proprietários, familiares e eventuais empregados. Todavia, ao lado desses empreendimentos menores, crescia a quantidade de estabelecimentos ocupando maior número de operários assalariados, com processos de trabalho definidos pela ampla utilização da maquinaria.[9]

Cachoeira do Sul foi beneficiada pelo contexto econômico dos anos 30-45, tendo crescimento industrial elevado, impulsionada que fora por abastecer o mercado interno, em grande parte regional. O parque industrial do município, no segunda metade dos anos 30, já contava com substantivo número de fábricas, principalmente na produção de gêneros alimentícios. Em 1937, dados oficiais apontam 160 fábricas ou oficinas com capital de 3.200:000$000 réis e produção no valor de 9.200:000$000 réis, empregando 500 operários e consumindo 446 HP de força motriz. Em 1938, o número de fábricas aumentou para 238, empregando 942 operários, utilizando força motriz de 1,3 mil HP e produzindo 29.000:000$000 réis. A tabela a seguir mostra os principais produtos fabricados no município e os respectivos produtores, em 1937:

[9] Ver HERRLEIN Jr., Ronaldo. *Desenvolvimento industriol e mercodo de trobolho no Rio Gronde do Sul: 1920-1950*. In: Revista de Saciolagia e Palitica. n.14 Curitiba jun. 2000 [disponivel em www.scielo.br/scielo.php?s cript=sci_arttext&pid=S0104-447B2000000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt - acessado em 16/1/2006], PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: o economio & o poder nos onos 30*. op.cit., 19B3 e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Histório do indústrio sul-rio-grondense*. Guaíba/RS: Riocell, 19B5

Produto	Principais firmas produtoras
Artefatos de couro	Fontanari, Irmão & Cia e mais 15 produtores menores: Evaldo Bender, Emílio Rohde, Arthur Plautz, Celeste Cassol, Teófilo Rohde, Eduino Ruppenthal, Lindolfo Friedrichs e Ervino Hörbe, entre outros.
Aguardente	Hugo Sório, Reinoldo Wachholtz, Vergilino Moreira, Carlos Milbradt, Alexandre Rosato e Roberto Woll.
Banha e Manteiga	Schiefelbein & Prade e mais 50 produtores menores: Orlindo Martini Filho, Emilio Friedrich, José Burmann, Arthur Hintz, José Frantz, Alexandre Cantarelli, Ernesto Procknow, Adolfo Pfuffer, Tancredo Strassburguer e Emílio Stieler, entre outros.
Bebidas	João Carlos Schroeder e outros 39 produtores menores: Slvio Scopel, Zanconi & Giacomeli, Vergilino Morais, Luiz Sob, Teodoro Raddatz, Otto Kirsch, Germano Lüdtke, Bernardo Bartz, Augusto Wachholtz, Francisco Bevilaqua, João Schroeder, Arnoldo Halberstadt, Leopoldo Heller, Bernardo Ehrhardt, Arnoldo Petzhold e Francisco Simon, entre outros.
Café	Ivo Beck & Cia., Artur Tesch, Vasconcelos & Cia., Emílio Nagel Filho, Norberto Wolf, Alfredo Leipniz e outros 5 produtores menores
Calçados e Tamancos	Fontanari, Irmão & Cia., Sperb, Kaempf & Cia. e mais 14 produtores menores: Juvêncio Cardoso & Silva, José Kilian, Albano Stumpf, Margarida Scherer, Wantuil de Araújo, Emílio Ludwig, João Taglapetra, Emílio Schönfelde, Ervino Hoerbe, Teófilo Streck e Eva Bittencourt, entre outros.
Conservas	Osmar Bidone e mais 6 produtores menores
Fumo	De Franceschi & Cia
Jóias	Alfredo Diefenbach e mais 4 produtores menores
Móveis	Wilhem & Rohde, David Sklar e mais 20 produtores menores: David Sklar, Otto Strasburguer, Ricardo Lüdtke, João Frederico Bock, José Hipp, Barchet & Cassol, Luz Emilio Fenner e Carlos Sthal, entre outros.
Máquinas agrícolas	Carlos Kerber (bombas centrífugas, trilhadeiras, secadores, caldeiras) e Mernak & Cia. (locomóveis, caldeiras a vapor, bombas centrífugas, descascadores, brunidores e prensas hidráulicas)
Perfumarias	Artur A. Goltz (sabonetes)
Vinagre	Valdemar Lau
Outros	Ladrilhos (3), artefatos de tecidos (7), bijuterias (2), inseticidas (1), chapéus para senhoras (4), caramelos (1), velas (1), fogos de artifício (1), artefatos de ferro (4), tintas (1) e artefatos de papel (1)

Tabela 1 - Movimento industrial do município de Cachoeira, em 1937. Fonte: PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., p.101-103

A principal atividade industrial na zona urbana ligava-se às lavouras de arroz, principal produto cachoeirense. Destacavam-se, o Grande Engenho Central, de propriedade de Matte, Gaspary & Cia até 1937, quando foi vendido para a Brasil Arroz Ltda, de Porto Alegre; o Engenho Brasil, de Reinaldo Roesch & Cia, inaugurado em 1921, movido a força motriz de um locomóvel Lanz de 115 cavalos, podendo descascar 800 sacos de arroz por dia; o Engenho Cachoeirense, de Willy Tesch, destruído em incêndio em fevereiro de 1948; o São João, de João Garibaldi Santos e João Radünz, na rua da Aldeia; o Bacchin Lewis & Cia Ltda., inaugurado em novembro de 1943 por Odino, Gentil e Euclides Bacchin, Álvaro Lewis e João Batista Barros, na rua Otto Mernak (além de beneficiarem trigo e arroz, fabricavam rações e calcário); e o engenho de Irmãos Trevisan S.A., instalado no final dos anos 40, na avenida Brasil.[10]

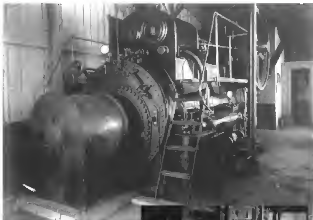
As fotografias registram a atividade industrial do período, como os prédios relativamente novos e o uso do maquinário, utilizados principalmente no beneficiamento do arroz. Nos anos 30, o Grande Engenho Central utilizava o motor Lanz, de 100 HP.





Figuras 73 e 74
Destilaria Cachoeira Ltda. Grande Engenho Central.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[10] *Levantamento Histórico da industrialização de Cachoeira do Sul*. op.cit., 1983



Figuras 75 e 76
Motor Lanz, de 100 HP e parte interna do Engenho Central, anos 30.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Com exceção dos engenhos, a zona central da cidade abrigava poucas indústrias, que localizavam-se principalmente na avenida Brasil, na parte alta da cidade, e na Júlio de Castilhos, rua que ligava a parte baixa da cidade com a parte alta. Tal divisão industrial era reflexo da ocupação urbana. Da parte alta da cidade até as proximidades da parte baixa, incluindo aí o loteamento Santo Antônio, os moradores eram predominantemente oriundos das zonas coloniais, do município ou de outras partes do Estado. De forma natural, a diversificação industrial, vista principalmente em pequenos empreendimentos, ocorreu no entorno dessa região.

Nas ruas centrais da parte baixa da zona urbana cachoeirense concentrava-se o comércio. Na Sete de Setembro, Saldanha Marinho, Moron e XV de Novembro e mesmo na Júlio de Castilhos, que ligava as zonas baixa e alta, localizavam-se agência de automóveis, alfaiatarias, armazéns de frutas, bancas de jornais e revistas, barbearias, bares, bazar, bombas de gasolina, cafeterias, engraxaterias, escritórios, estúdios de fotografia, farmácias, ferragens, ferrarias, funerária, hotéis, joalherias, livrarias, loja de rádios e "frigidaires", lojas de calçado, de fazendas e tecidos, de gêneros diversos, lotéricas, oficinas de máquinas de costura, oficinas mecânicas, padarias, pensões, restaurantes, sapatarias, selarias, tinturarias, tipografias, vidraçaria, entre outros ramos.[11]

Nas fotografias a seguir aparecem dois estabelecimentos que ficavam em frente a praça José Bonifácio: a Casa Filho, que vendia tecidos, fazendas e miudezas em geral; e o açougue de Ernesto Krieguer, que aparece de chapéu na imagem. Este estabelecimento mudou-se para o compartimento n.5 do Mercado Público em abril de 1930, tendo sido remodelado de acordo com as exigências da Seção de Higiene Municipal, com a colocação de ladrilhos de mosaico e azulejos da altura de 2 metros.



Figuras 77 e 78 - Casa Fialho e açougue de Ernesto Krieguer, ambos em frente a praça José Bonifácio.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[11] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórica e Informativa*. op.cit., 1940, p.159-161

Os profissionais liberais instalados no município igualmente atestava seu desenvolvimento: dezessete médicos, com especialidades diversas, como cirurgias, parteiros, doenças de crianças, de olhos, ouvidos, nariz, garganta, de pele, tuberculose, moléstia de senhoras; treze dentistas, entre cirurgiões e práticos licenciados, com especialidades em pontes, dentaduras, extração de nervos e dentes com anestesia; quatro parteiras; quatro engenheiros e construtores; doze advogados em causas criminais, civis, comerciais.[12]

A pujança da economia local mostrava-se nas seis agências de bancos, todas localizadas na zona baixa: Banco do Brasil, Banco Nacional do Comércio, Banco do Rio Grande do Sul, Banco da Província do Rio Grande do Sul, Banco Agrícola Mercantil e Banco Pfaifer. As fotografias a seguir mostram a fachada dos edifício do Banco Pelotense, posteriormente sede do Banco do Rio Grande do Sul, e do Banco Agrícola Mercantil, ambos erguidos em esquinas do final da rua Sete de Setembro, próximo da Estação Ferroviária, no Largo do Colombo.



Figura 79 - Edifício do Banco Agrícola Mercantil.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[12] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*. op.cit., 1940, p.152 e 266-274. Nos Anexos VI, a relação nominal de profissionais liberais cachoeirenses em 1940.



Figura 80 - Edifício do Banco Pelotense, posteriormente sede do Banco do Rio Grande do Sul. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

A crescente industrialização e a relativa pujança econômica, vistas a partir de 30, aumentaram a necessidade de prover o município com infra-estrutura compatível, como rodovias, telefonia e energização elétrica. No caso da força motriz gaúcha, a situação de abastecimento foi precária até o ***Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul***, concebido pelo governo estadual de forma pioneira em 1945. Até então, a geração de energia no Estado se dava prioritariamente pela queima do carvão (85%) e hidráulica (15%), num verdadeiro "mosaico de usinas" devido as mais de 130 empresas que operavam (12,88% do total no Brasil) no início dos anos 30.[13]

Gunter Axt, num estudo sobre a formação da empresa pública no setor elétrico gaúcho, ressalta para o fato de que até a implantação do Estado Novo, em 1937, a política do governo estadual para com o setor elétrico foi ambígua, uma vez que sustentava discurso intervencionista e sensível

[13] MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. op.cit., p.119-121

à utilização dos potenciais hídricos, ao mesmo tempo que não apoiava os municípios, maiores operadores públicos na época, não tinha nenhum tipo de plano de investimentos no setor e chegava a obstruir, mediante a negação de incentivos, projetos para construção de centrais hidrelétricas pela iniciativa privada nacional.[14] Em Cachoeira, foi construída às margens do rio, no final dos anos 30, a Usina Nova na Chácara Carvalho. Devido ao racionamento imposto pela escassez de óleo diesel durante a guerra, ela utilizava motor a gás e lenha como combustível.[15]

Na telefonia, a precariedade foi semelhante. O sistema não mudou praticamente nada desde os primeiros telefones instalados na primeira década do século. Em 1938, o Jornal do Povo anunciava a assinatura de contrato entre a concessionária e a municipalidade para instalação de serviço telefônico automático. Mesmo com a pretensão, as críticas foram ferrenhas, chegando a afirmar-se que a utilização de telefone em Cachoeira era só em casos extremos: "Só se lança mão dele quando não há, mesmo, outro jeito. Está se tornando parecido com aquelas bombas de incêndio colocadas nos grandes prédios e de que só se lança mão em caso de fogo".[16] Apesar disso, acreditava-se que, em 1940, a Companhia Telefônica Riograndense em muito contribuía para o "crescente desenvolvimento do progresso do município". Neste ano, a cidade possuía 340 telefones instalados, entre sede e distritos. A linha ligando Cachoeira a Restinga Seca era de cobre tipo standard; entre Cachoeira e Caçapava e São Sepé as linhas eram ligadas em circuito duplo.[17]

---

[14] AXT, Gunter. *A formoção do empreso público no setor elétrico goúcho*. In: Revista Anos 90. Revista do PPG em História. Porto Alegre/RS: UFRGS, n.4, dezembro de 1995, p.77-86

[15] JP, 25/12/1932 Noticiário. Pagamento efetuado pela Prefeitura, p.3. Ver ainda CORRÊA, Maria Letícia. *O setor de energio elétrico e o constituição do Estodo no 8rosil: o Conselho Nocionol de Águos e Energio Elétrico (1939-1954)*. Tese de Doutorado [orientadora Sônia Regina de Mendonça], Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, PPG-História, 2003 [disponivel em http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20033463100301000 5P6 - acessado em 25/3/2005]. Neste trabalho a autora analisou as diferentes alternativas para a promoção do desenvolvimento do setor de energia elétrica, face à etapa da industrialização brasileira daquele momento, como parte de uma discussão mais ampla acerca dos rumos e da consolidação do capitalismo no Brasil.

[16] JP, 8/9/1938 Noticiário. Telefones automáticos para a nossa cidade, p.3 e 12/3/1939 A companhia telefônica em Cachoeira do Sul, p.4

[17] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cochoeiro Histórico e Informotivo*. op.cit., 1940, p.126

As maiores preocupações não estavam na necessidade de maior força motriz ou na precariedade dos serviços telefônicos, mas na melhoria das precárias redes de tráfego rodoviário, ferroviário e fluvial. Em termos de rodovias, a quase totalidade das estradas em solo cachoeirense eram de terra. A construção e conservação de estradas ligando a sede aos distritos do interior ou a municípios circunvizinhos, incluindo aí pontilhões, bueiros e muros de arrimo, foram preocupação presente em várias administrações. Freqüentemente, o Jornal do Povo publicava a coluna ***Noticias do interior do município***, trazendo principalmente o estado das estradas, que tornavam-se intransitáveis após o período de chuvas. O transporte de passageiros e cargas pelo interior era verdadeira "aventura".[18] As obras de conservação limitavam-se aos meses mais quentes e secos.

O item "Estradas, pontes e pontilhões" ocupa boa parte do ***Relotório do Intendêncio de 1930***. O consenso da edilidade era de que melhorias nas estradas, ligando a sede aos distritos, trariam aumento da riqueza municipal, visto que seria possível escoar a produção da zona de colonização alemã e italiana. Para tanto, foi adquirida a máquina niveladora Adams-Caterpillar. Somado aos serviços de mão-de-obra, a intendência gastou um total de 28:727$152 réis, sendo 6.616$750 réis com a conservação das estradas, 4.457$500 réis com despesas alfandegárias da máquina niveladora, 3.169$902 réis com materiais e 14:483$000 réis com seis meses de conservação da estrada Cachoeira-Jacuí, visto que no segundo semestre a conservação desta estrada passou para responsabilidade do governo estadual. Desta forma, o gasto total, entre mão-de-obra e outras despesas, foi de 131:027$152 réis. No ano de 1929, para o 4º, 5º, 6º, 7º e 8º distritos, foram contratados 3.410 funcionários, por seis dias semanais, com gastos salariais na ordem de 102:300$000 réis, conforme tabela a seguir:[19]

---

[18] JP, 30/6/1929 Notícias do interior do municipio. As estradas do inverno, p.6 e 15/12/1932 Noticiário. A Ponte sobre o arroio Nicolau, p.5

[19] *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos 8orboso, em sessöo ordinório de 20 de setembro de 1930*. Cachoeira: Officinas graphicas d'O Commercio, 1930, p.27-38

Distritos	n. de operários	n. de dias de serviço	Salários pagos (réis)
4º	410	2.514	12:300$000
5º	900	5.400	27:000$000
6º	1.036	6.216	31:080$000
7º	292	1.752	8:760$000
8º	772	4.632	23:160$000
Totais	3.410	20.514	102:300$000

Tabela 2 - Gastos com melhorias nas estradas do interior, em 1929. Fonte: ***Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessão ordinório de 20 de setembro de 1930.*** **op.cit., 1930, p.27-38**

Os trabalhos eram organizados por capatazes e fiscalizados pelos sub-intendentes de cada distrito, além do engenheiro da seção de obras. A mão-de-obra utilizada na conservação das estradas das chamadas zonas agrícolas era composta, em sua maioria, pelos próprios moradores das localidades. A fórmula utilizada permitia que o contribuinte optasse em pagar o valor estabelecido ou trabalhasse no serviço durante seis dias.

O preço cobrado inicialmente pela municipalidade era de 30$000 réis por propriedade, independente do seu tamanho. Isso gerava distorção de pagamento entre grandes e pequenas propriedades. Em 1929, a intendência tentou modificar esse desequilíbrio. Nas zonas coloniais, aumentou o valor para 42$000 réis e limitou o pagamento em trabalho para quatro dias. A diferença, 14$000 réis, deveria ser paga em dinheiro, para cobrir gastos nas estradas principais, nas pontes, bueiros e pontilhões. Para os chamados distritos pastoris, a contribuição aumentou para 100$000 réis para estâncias com mais de duas quadras de sesmarias.[20]

Pelo cálculo, um estancieiro que possuísse 50 quadras pagava 100$000, enquanto 25 contribuintes que possuíssem até duas quadras de sesmarias cada um, pagariam um total de 250$000. A alteração gerou poucas modificações em termos de arrecadação, visto que as propriedades nesses distritos tinham poucas sub-divisões, redundando em prejuízos para a

[20] Sesmaria é, originariamente, o lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo. No Brasil, essa antiga medida agrária é ainda hoje usada no Rio Grande do Sul, para áreas de campo de criação. Uma légua de sesmaria de campo tem 3.000 braças, ou 6.600 metros.

municipalidade que se via obrigada a gastar mais com o melhoramento das estradas onde predominavam as grandes propriedades, diferente das propriedades coloniais, onde o predomínio era de pequenas propriedades que, conseqüentemente, arrecadavam mais contribuições. Conforme o demonstrativo da receita, foram arrecadados 122:772$000 réis na rubrica "conservação de estradas", um prejuízo de 8:255$152 réis no ano de 1929. Nos seis meses seguintes, de 1º de janeiro a 30 de agosto de 1930, a receita aumentou para 145:023$000 réis e as despesas para 165:943$867 réis, gerando prejuízo de 20:920$867 réis.

A maior parte dos pontilhões, pequenas pontes com vãos menores a uma dezena de metros, era construído em madeira de lei com parte em alvenaria, normalmente a sustentação. O custo desse tipo de obra era relativamente baixo, quando comparado a pontes maiores que exigiam melhores estruturas. Para exemplificar, a reconstrução de sete pontilhões na estrada de Restinga a Dona Francisca (4º distrito) consumiu 5:093$800 réis, ou 727$685 réis para cada uma delas; um pontilhão de quatro metros, na localidade de Várzea do Meio (2º distrito), custou 1:500$000 réis, semelhante a de outro pontilhão construído na estrada do Vale Vêneto, sobre o Arroio Só (5º distrito). Já as pontes maiores custavam bem mais. A ponte metálica construída em Faxinal do Soturno (5º distrito) consumiu 553:087$102 réis; a reconstrução da ponte do Piquiri (2º distrito), 18:800$000 réis.

Em vista dos valores elevados para construção de pontes, muitos passos eram transpostos por barcas rebocadas por lanchas a vapor, gasolina ou ainda por meio de cabos de aço, denominados "vai-vem". Os serviços eram arrendados a terceiros. Os passos de maior movimento de Cachoeira eram o do Porto da cidade, Seringa e São Lourenço, todos no rio Jacuí. Conforme explicações do relatório, os passos sem obrigação de pagamento se davam por conta do pouco movimento. A tabela seguir enumera os passos existentes, os respectivos arrendatários e o valor do arrendamento anual:

Passos	Arrendatários	Arrendamento anual (réis)
Porto da cidade	João Alves Oliveira	1.000$000
Seringa	H. Jacob Mallmann	200$000
São Lourenço	Ricardo M. Lopes	2:666$666
Cerro Chato	Leopoldo Hentschke	1.000$000
Saint-Clair	Beltrão M. Lima	633$333
Porto Magno	Roberto Pfüller	200$000
Dona Francisca	Benjamin Segabinazzi	2:250$000
Passo do Jacuí	José Carlos Machado	-
Passo do Macaco	Arthur Geiss	100$000
Imigrantes	Arthur Röpke	125$000
Faxinal do Soturno	João Pasetto	500$000
Passo do Mello	Paulo Bortoluzzi	150$000
Vacacaí-Mirim	Serafim P. de Castro	-
	Total	8:824$999

Tabela 3 - Passos, arrendatários e valor do arrendado anualmente, em 1929. Fonte: *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessõo ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit, 1930

O *Relatária apresentada aa Canselha Municipal pela intendente Jasé Carlas Barbasa*, de setembro de 1930, é farto nas fotografias das estradas do interior, principalmente com as pontes de madeira, decerto por serem elas o item mais custoso na ligação das vias. Também destacam-se os passos.



Figuras 81 e 82
Ponte sobre o Trombudo.
Passo do Cerro Chato, em 1930.
Fonte: *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessõo ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930



Figuras 83 e 84
Ponte sobre o Arroio da Divisa.
Ponte sobre o arroio Prochnow, em 1930.
Fonte: *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessõo ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930

A inauguração de obras no interior do município rendia eventos festivos, com discurso de políticos e autoridades locais.[21] Isso explica em parte a utilização de materiais com vida útil menor, opção que perdurou por décadas. Nas duas fotografias a seguir é possível ver a festividade que englobava uma inauguração.

[21] JP, 1/5/1930 Discurso na inauguração de ponte, p.2





Figuras 85 e 86 - Aspectos da inauguração das pontes do Sitio e do arroio dos Dottos, em Vale Vêneto, em 1930. Fonte: *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessão ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930

Quase dez anos depois, nos relatórios de 1938 e 1939, aparecem gastos com serviço de remoção de terra, abertura de valetas e abaulamento do leito das estradas, além dos reparos e construções de pontes, bueiros e pontilhões. Mesmo com a aquisição da escavadora Gradebuilder para remover terra e dois caminhões Chevrolet para o serviço de encascalhamento e transporte de pessoal, foram gastos em obras, no exercício de 1939, em torno de um quinto das despesas totais do município, perfazendo 675:348$100 réis, nos aproximadamente 600 quilômetros de estradas existentes no interior cachoeirense, algo que se justificava porque proporcionava circulação das riquezas entre as colônias e a sede. Ao mesmo tempo, permitia a vinda cada vez maior dos subalternos que literalmente invadiriam a Princesa do Jacuí a partir nos anos 30.[22]

A situação das rodovias cachoeirenses não diferia das demais do Estado. Desde 1938, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) tinha como missão executar o Plano Rodoviário Estadual, que, até 1943 absorveu 22% das receitas tributárias do Rio Grande do Sul, colocando o Estado na segunda posição do sistema de estradas no Brasil. Até então, as estradas de rodagens gaúchas eram verdadeiramente "antigos caminhos para carroças e cavalos, que, muito precariamente, eram usados por caminhões". Nesta época, o Rio Grande do Sul possuía 4.760 km de estradas, dos quais apenas 193 km eram de "trânsito garantido".[23]

Reflexo desse contexto era a distância horária média para viajar. Entre a sede de Cachoeira a outros municípios levava-se: 8 h 30 min para Porto Alegre; 5 h 30 min para Júlio de Castilhos; 7 h para Encruzilhada; 14 h para Passo Fundo; 8 h para Cruz Alta; 2 h 30 min para Candelária; 2 h 50 min para Rio Pardo; 7 h para Soledade; 3 h 30 min para Caçapava; 12 h para Pelotas; 3 h 30 min para Santa Maria; 3 h para Santa Cruz; 3 h para São Sepé e 12 h para Bagé.[24]

---

[22] Ver *Relotório opresentodo oo Exmo. Sr. Coronel Oswoldo Cordeiro de Forios, D.D. Interventor Federol, pelo Prefeito Municipol de Cochoeiro, Sr. Reinoldo Roesch, e correspondente ò suo odministroção duronte o exercicio de 1938*. Prefeitura Municipal de Cachoeira/RS: Impresso nas oficinas gráficas do Jornal do Povo, 1939, p.11-13 e *Relotório do Prefeituro Municipol de Cochoeiro, relotivo oo exercício de 1939, opresentodo pelo Snr. Cyro do Cunho Corlos, sub-prefeito do sede no exercicio de prefeito*. op.cit., 1940, p.87-89

[23] MÜLLER, Carlos Alves. *A histório econômico do Rio Gronde do Sul*. op.cit., 1998, p.160

[24] PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerois de Cochoeiro*. op.cit., 1941, p.114

A necessidade de rodovias contrapunha-se pela precariedade das estradas de ferro, construídas no Rio Grande do Sul no final do século XIX, e pelo valor superior no frete via trem com relação ao transporte fluvial. Mesmo com a depreciação das ferrovias e a falta de aprimoramento tecnológico, como a substituição das "Marias-Fumaça" por novas locomotivas a vapor ou diesel-elétricas, o transporte ferroviário era bastante utilizado. O movimento da estação de Cachoeira, em 1940, foi de 2.837:705$800 réis, valor superior aos 2.182:250$000 réis arrecadados em impostos e taxas municipais no mesmo ano. Além dela, existiam as estações de Ferreira, Estiva e Restinga Seca, esta última já próximo da zona de colonização alemã. Passavam diariamente e diuturnamente trens por Cachoeira, de Porto Alegre em direção a Santa Maria e vice-versa, nos horários das 2 h 47 min, 9 h 57 min, 13 h 17 min, 14 h 3 min e 23 h 22.[25]

Embora existindo linhas férreas, os rizicultores sonharam, durante várias décadas, com a plena navegação do rio Jacuí e com um porto moderno que escoasse sua produção. Por seu perfil essencialmente agrícola, tais anseios cachoeirenses eram postos como sendo de toda comunidade. Reduzir o valor das tarifas da estrada de ferro aos preços dos fretes da navegação fluvial era "velha aspiração do comércio e da indústria cachoeirense", um "dos mais palpitantes problemas" locais, como definiu o Jornal do Povo, ao noticiar a resolução de tais dificuldades em abril de 1933.[26]

Além da discrepância entre os valor tarifários do transporte ferroviário e fluvial e a época das vazante, quando o rio apresentava seu menor volume de água e ocasionava a paralisação de grande parte do escoamento da produção rizícola local, os produtores tinham de lutar contra medidas que julgavam infundadas, como o monopólio na navegação fluvial do Jacuí, instituído em 1934 pelo Sindicato de Navegação Fluvial de Porto Alegre, assim noticiada: "Essa associação de classe ao invés de vir em auxílio de todos e principalmente dos mais fracos, fim e objetivo de todas as instituições dessa natureza, veio dar um golpe de morte, nestes últimos, pois conseguiu do Governo do Estado o privilégio da navegação

[25] PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.124, PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórica e Informativa*. op.cit., 1940, p.152-154

[26] JP, 23/4/1933 Noticiário. Solucionado um problema de vital interesse para a indústria arrozeira deste município, p.3

fluvial no Rio Grande". Para o JP, o sindicato havia imposto cláusulas "verdadeiramente proibitivas" em seus estatutos, impedindo a inscrição dos pequenos barcos, que ficaram impossibilitados de navegar. No auge da crise, 58 barcos ficaram amarrados no porto de Cachoeira. Para combater os privilégios exclusivos dos porto-alegrenses, formou-se a Sociedade Cooperativa Cachoeirense de Navegação Fluvial.[27] Em 1940, operavam no rio Jacuí as companhias de navegação Becker, Mallmann, Cachoeira, Soberba e Moderna.[28]

Dois instantâneos registram os extremos a que se sujeitava quem dependia da navegação fluvial. O assoreamento do rio, já nos anos 10, contrapunha-se às enchentes periódicas, como a de maio de 1941, a mais intensa delas.



Figura 87 - Assoreamento do rio Jacuí, nos anos 10
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[27] JP, 25/3/1934 Uma grave crise no seio da Navegação fluvial cachoeirense, p.4, 29/3/1934 Sem solução ainda, a crise que atravessa a Navegação fluvial Cachoeirense, p.3 e 12/4/1934 S. Cooperativa Cachoeirense de Navegação Fluvial, p.2

[28] PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.113-114 e 124



Figura 88 - Porto, quando da enchente de maio de 1941
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

O contexto de urbanização e industrialização brasileiros, visto a partir dos anos 30, desencadeou condições propícias para que o Brasil abandonasse seu perfil essencialmente agrícola. Todavia, na consolidação do processo industrial, o setor agrícola continuou recebendo incentivos e proteções governamentais, transformando a economia brasileira em agrário-industrial.[29]

Em Cachoeira, o arroz sempre constituíra a principal cultura do município, representando metade do valor da produção geral de todos os cereais durante o período e tendo grande peso posteriormente. As variedades predominantes na lavoura arrozeira eram Carolina, Agulha e Japonês. Em 1931, o Blue Rose substituiu o Agulha, por ter melhor preço, maior rendimento e pequena quebra; sua desvantagem era o plantio tardio e a exigência de maior fertilidade da terra. A baixa na produção em 1931 deu-se pela maior quantidade de grãos quebrados. A produção foi de 5,3 inteiros para cada 1 quebrado, no início dos anos 20, para 1,5 grão inteiro

[29] BENETTI, Viviana. *A corrente desenvolvimentista e o projeto político no Rio Grande do Sul: 1950/1962*. op.cit., 2002

para 1 quebrado, dez anos depois. Outra queda foi verificada em 1935; de 48,6 mil toneladas para 30,5 mil (37,2%). A razão foi a praga do arroz vermelho. Em estudo realizado naquele ano, o engenheiro agrícola Bonifácio Bernardes previu "futuro pouco promissor" para a lavoura arrozeira, devido a falta de amparo técnico oficial, com estações experimentais de arroz, "verdadeiros" técnicos para fazer aclimação e estudo, para que o agricultor tivesse sementes puras e selecionadas, além de ensino de técnicas adequadas.[30]

O gráfico a seguir mostra a evolução da produção nacional do arroz em casca, entre 1920 e 1940, em mil toneladas:

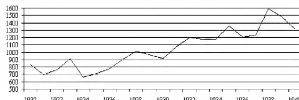


Gráfico 2 - Quantidade da produção nacional de arroz em casca 1920-1940. Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1950 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, IBGE, 1990

[30] Dados extraídos de PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.18-39. O arroz vermelho trazia prejuízos e tornava as terras impróprias para a cultura do arroz; ocorria por conta das sementes de baixa qualidade. A porcentagem do arroz vermelho era de no máximo 2 a 3 %; acima disso o produto deixava de ser considerado como semente. O arroz deste tipo amadurecia mais rápido. Uma semente produzia touceira de 20 a 30 hastes, cada haste uma espiga de 130 grãos em média. O amadurecimento se dá da ponta pa o pé da espiga. A debulha dos grãos se dava com a menor agitação e à medida que amadurecia. Quando o pé da espiga estivesse maduro, metade dos grãos caíam na lavoura, na colheita e no transporte. O restante era debulhado. Os que caíam germinavam na safra seguinte. Mais rústico e mais precoce e menos exigentes de fertilidade e água, matavam os pés das variedades cultivadas ao seu lado. Em três anos, a terra tinha de ser abandonada.

Em decorrência da crise mundial de 1929, muitos rizicultores passaram a exigir intervenção imediata e pronta do Estado, atuando diretamente no financiamento da produção. Eles reivindicavam um instituto que defendesse os interesses da lavoura arrozeira. Isto porque os altos e baixos típicos da monocultura provocavam instabilidade no mercado, necessitando de "assistência benévola do poder público", nas palavras do próprio editorial do Jornal do Povo, em mensagem ao Ministro da Agricultura, Assis Brasil.[31] A União Central de Rizicultores, associação que poderia unir os interesses a ponto de tornar os rizicultores mais fortes para pleitear subsídios ou crédito agrícola para o principal ramo cachoeirense, só foi fundada no final da década, em 1939, quando da deflagração da guerra na Europa, coincidentemente quando a produção local apresentou seus primeiros sinais de queda acentuada.

Foi a associação quem abraçou a idéia de promover a Festa do Arroz. A primeira vez em que cogitou-se fazer a exposição para aproximar exportadores e plantadores foi em 1933. Isto porque, além das questões de promoção do nacionalismo, a alta do preço do arroz em 1931-32 animara os negócios. As transações efetuadas alcançavam somas há muito não vistas. Havia semanas em que eram negociados 45 mil sacos do produto descascado. Partindo da idéia que outras regiões gaúchas tinham suas feiras para comemorar o término da safra, como Caxias do Sul com a uva, a festa para o arroz tornava-se ótima oportunidade para propagar a "principal fonte de riqueza e de vida" cachoeirense.[32] O poeta Lisboa Estrazulas questionou: "E não traria grandes vantagens para todos os outros ramos de negócio, estagnados, a afluência anual de forasteiros à pérola do Jacuí?"[33]

Combatida a praga do arroz vermelho e substituída a variedade na metade final da década de 30, a produção cachoeirense voltou a crescer. Em 1938, a produção mundial foi estimada em 91,4 milhões de toneladas. O Brasil ocupava a nona posição, com 1,53 milhão de toneladas. São Paulo liderava com 516 mil, seguido do Rio Grande do Sul com 270 mil e Minas Gerais com 258 mil. Neste contexto, a produção do município de Cachoeira

[31] JP, 8/6/1930 Editorial. A lavoura de arroz, p.1, 1/1/1931 Mensagem ao dr. Assis Brasil (ministro da agricultura), p.1 e 9/4/1931 A situação da lavoura do arroz, p.2

[32] JP, 5/7/1931 Editorial. A realidade cachoeirense, p.1, 17/9/1931 Noticiário. A alta do preço do arroz, p.3 e 4/9/1932 Noticiário. O Mercado de arroz, p.2

[33] JP, 19/3/1933 A festa do arroz. Lisboa Estrazulas, p.2

foi de 68 mil toneladas, um quarto (25%) da gaúcha. Das exportações de arroz no Estado, no ano de 1939, 70% era do tipo Japonês (0$057 réis o quilo) e 28% do Blue Rose (0$070 réis o quilo). O restante era das variedades Agulha, Cangica, Pardo e Quirela. A estimativa, no final dos anos 30, era de que 25 mil pessoas trabalhavam nas lavouras de arroz cachoeirenses, sendo 15 mil efetivos. Um número considerável frente aos 83 mil habitantes do município, 20 mil na zona urbana e 63 mil nas zonas agrícolas. A capacidade de beneficiamento (descasque) dos engenhos cachoeirenses era de 9 mil sacos, em torno de 450 toneladas, em 24 horas, o que exigiria aproximadamente 157 dias ininterruptos para processar a produção total, razão pela qual exportava-se parte da colheita rizícola ***in natura***, com perda de valor agregado (26$000 réis por tonelada em relação ao Blue Rose). O valor do frete entre Cachoeira e Porto Alegre era 1$700 réis o saco, via ferrovia, e entre 1$000 a 1$400 réis via fluvial. Até a capital federal, Rio de Janeiro, o valor do frete, taxas e impostos elevava a saca de arroz em quase 50%, descontentando muitos produtores.[34]

Com a intensificação do conflito bélico europeu, o preço dos produtos agropecuários brasileiros tiveram relativa estabilização. No início dos anos 40, a valorização da produção praticamente esgotou os excedentes gaúchos. O arroz teve forte incremento nos volumes produzidos, passando de 222,4 mil toneladas em 1937 para 392,7 mil toneladas em 1942 e 628,2 mil toneladas em 1946.[35]

Foi na conjuntura da deflagração da guerra que Cachoeira do Sul organizou sua primeira Festa do Arroz. O evento ocorreu entre os dias 9 e 16 de março de 1941. Um ano antes havia ocorrido o I Congresso dos Rizicultores do Rio Grande do Sul, evento organizado pela União Central dos Rizicultores, entidade representativa dos lavoureiros. Dentre as

[34] Dados extraídos de PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.18-39. Segundo MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. op.cit., 1998, p.115, a economia rizícola passou por um novo ciclo de expansão iniciado em 1933, com o valor dos embarques dobrando entre 1935-36. Ao mesmo tempo, o charque apresentava queda no valor. Em Cachoeira do Sul, o estabelecimento *Charqueada do Paredão* fechou no início dos anos 30.

[35] Dados extraídos do Departamento Estadual de Estatística, conforme Relatório da Diretoria do Banco do Rio Grande do Sul, correspondentes aos anos de 1938-47, apud MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. op.cit., 1998, p.132

solicitações ao poder público (federal, estadual e municipal), destacaram-se: fixação do preço mínimo para assegurar ao produtor lucro razoável; aquisição por preço compensador do estoque de arroz; exclusão do arroz no tabelamento oficial; fornecimento de crédito agrícola, redução dos juros, dilatação dos prazos de pagamento e facilitação de empréstimos; isenção de taxas e impostos; redução do preço dos fretes; assistência técnica; entre outras. Nas sugestões de interesse geral dos rizicultores, destacava-se a mecanização progressiva da lavoura. Naquele ano, a safra teve produtividade média de 2,9 mil quilos por hectare, numa área plantada em torno de 22 mil hectares.[36]

Os festejos da I Festa do Arroz tiveram início com a programação oficial acertada entre o interventor federal, Cel. Cordeiro de Farias, e o prefeito municipal, Cyro da Cunha Carlos. O Jornal do Povo anunciou que "o Interventor Oficial atendendo ao apelo que lhe dirigiu o Prefeito, em nome da Comissão Central, permanecerá em Cachoeira durante o período de festas, participando, pessoalmente, de todas as cerimônias".[37]

Deixando transparecer o caráter elitista da festa, o jornal dirigiu "veemente apelo" para que as senhoritas comparecessem em trajes camponeses. Algo notório para uma sociedade urbana que procurava afastar-se, nos demais dias do ano, do estereótipo rural. Através da máscara campestre, a elite justificaria seu interesse e participação no evento.[38] Lia-se na reportagem que "a ostentação de trajes típicos do campo daria ao ambiente da festa uma nota bizarra e interessante, numa reunião em que se procura realçar a glória da lavoura".[39]

Na onda nacionalista que assolava a Europa e se refletia no Brasil, apelou-se para que a comunidade em geral hasteasse em frente às residências e estabelecimentos comerciais a bandeira nacional e que iluminasse e ornamentasse as fachadas, principalmente na Sete de Setembro e Júlio de Castilhos, as duas principais ruas da cidade por onde passaria o cortejo.

[36] Resumo das conclusões aprovadas pelo Congresso dos Rizicultores do Rio Grande do Sul, realizado na cidade de Cachoeira do Sul, em 7 e 8 de março de 1940. In: PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.41-44

[37] JP, 9/3/1941 Festa do Arroz, p.6

[38] Ver CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990

[39] JP, 13/3/1941 Festa do Arroz do Rio Grande do Sul. Festa campestre. Apelo às senhoritas cachoeirenses, p.4

Desfilaram carros alegóricos das empresas Alaggio & Cia e Mernack & Cia, assim como da Associação do Comércio e Indústria de Cachoeira e do Club União Familiar, ambos confeccionadas pelos cenógrafos porto-alegrenses Américo Azevedo e Luiz Borba e não por agricultores, a quem, afinal, o evento dizia representar.[40] O JP considerou vitoriosa a realização da festa, imputando elogiosamente a iniciativa ao grupo de cachoeirenses "empreendedores" e "dinâmicos". Esta atitude procurava mostrar falsa unanimidade entre população e poderes públicos.[41]

O articulista do jornal, Braz Camilo, ironizou a questão de forma simples: "Come-se arroz, bebe-se arroz, dorme-se arroz, compra-se arroz, vende-se arroz, enfim, só dá arroz na caixa. Para que não digam que eu não sou patriota, já decretei lá em casa, seis dias de arroz. Quer isto dizer que de hoje ao próximo sábado, nenhum outro alimento grosseiro maculará o lustre alvinitante das brunidas panelas que ornam a minha farta cozinha".[42] A festa era o principal assunto da cidade que a imprensa, obviamente, explorava.

Na programação oficial constaram: partida de futebol entre Brasil de Cachoeira versus Internacional de Santa Maria e entre os porto-alegrenses Internacional versus Rio Branco, retretas, concurso de vitrines, espetáculo de teatro, recepção solene para o interventor federal no Estado, inauguração de monólito comemorativo, missa e cerimônias religiosas, homenagens diversas, discursos, brindes, distribuição de medalhas, coroação das eleitas, bailes para convidados de honra nos clubes Comercial e Concórdia, congresso rizícola, circuito automobilístico, visitas oficiais e desfile de carros.[43]

A visão elitista também impregnou o concurso da escolha da rainha da I Festa do Arroz. A coroação de Luci Ribeiro, com as princesas Emérita Carvalho Bernardes, Ruth Neves de Oliveira e Leda Duarte, todas elas filhas da elite cachoeirense, foi registrada em fotografia, assim como a parada militar evocando o nacionalismo do momento. Era possível ver nas faixas slogans que exaltavam a nação, como palavras do tipo

[40] JP, 9/3/1941 Noticiário. Visitas, p.5

[41] JP, 16/3/1941 Festa do Arroz, p.1

[42] JP, 9/3/1941 Braz Camilo, p.1 e 16/3/1941 Braz Camilo, p.1

[43] PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Cachoeira*. op.cit., 1941, p.49-52, e SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartim. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p.189-200

"grandeza" e "nobreza" para se referir ao acontecimento.





Figuras 89 e 90 - Avani Cordeiro de Farias, esposa do Interventor, coroando a rainha da I Festa do Arroz, Luci Ribeiro, e desfile em 1941. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Apesar do propagado sucesso, a segunda edição sairia somente 28 anos depois, em 1968. Neste meio tempo, foi realizada uma das edições da Festa do Trigo em Cachoeira, em 1956. Parte do motivo desse longo intervalo foi imputado ao fato dos festejos terem dado vazão a impulsos de desperdício de arroz por todos participantes, como jogar grãos uns nos outros e depois pisotear. A grande enchente que atingiu o Estado, poucos meses após a realização da festa, teria provocado no imaginário popular a idéia de castigo divino, razão pela qual não se promoveu festejos antes de fins dos anos 60. Em momento posterior, essa idéia de força divina castigando a cidade serviu para justificar o menor crescimento econômico em relação a outros centros.

O fim dos conflitos na Europa delineou novo perfil de divisão regional do trabalho no Brasil, concentrando no entorno das capitais estaduais a maioria das indústrias e, conseqüentemente, atraindo mão-de-obra dos municípios do interior, essencialmente agrícolas. Isoladas no centro do Estado, as indústrias cachoeirenses não conseguiriam alavancar seu próprio desenvolvimento por causas endógenas, como as sistemáticas crises na lavoura do arroz, e exógenas, como a precariedade em termos de infra-estrutura cujos investimentos essenciais foram monopolizados pelas áreas metropolitanas.

Esses investimentos públicos em obras de infra-estrutura, como as estradas de rodagem e os serviços de fornecimento de energia e de telefonia, foram realizados prioritariamente nas regiões metropolitanas, no Rio Grande do Sul foi em Porto Alegre e Caxias do Sul, em detrimento aos municípios do interior do Estado, agravando o quadro de concentração de mão-de-obra e industrialização. Conseqüentemente, a economia cachoeirense acabou limitada em seu perfil agrícola original, calcada principalmente na lavoura rizícola, cultura que apresentaria sinais de queda já na década de 50.

Segundo Cláudio Accurso, a estagnação ocorreu devido ao esgotamento da base física, com mais de três quartos da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Contribuiu para esse quadro o aumento dos custos de produção a taxas superiores aos do aumento da produtividade. No caso do arroz, a irrigação artificial e a necessidade de adubação face ao desgaste das terras foram os responsáveis pelo maior custo sem melhor produtividade na mesma proporção, implicando a longo prazo numa inviabilidade econômica. Além disso, o valor dos equipamentos agrícolas

necessários à mecanização da lavoura arrozeira não acompanhou o valor da saca de arroz. Para agravar, a política de crédito agrícola subsidiado para as lavouras de exportação ou substitutivas de importações no início dos anos 50, como a de arroz e trigo, não foi suficiente para bancar o aumento dos custo de produção e a diminuição de produtividade nas décadas seguintes. Esta teria sido a razão fundamental do agravamento do quadro da lavoura de arroz no Estado.[44]

A criação do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), órgão regulador da produção no Estado, é fruto deste contexto. Seu surgimento deu-se a partir do Sindicato Arrozeiro, representante dos produtores. Constituído por força da Lei Estadual n.533, de 31/12/1948, tinha como objetivo desenvolver atividades ligadas ao arroz, desde a seleção e o preparo das sementes até estudos em laboratório que determinassem o grau de fertilidade da terra, a qualidade da água, a identificação de pragas que atacavam a gramínea, a correção do solo, a fim de proporcionar maior rendimento e qualidade na produção.[45]

O município de Cachoeira do Sul sentiu os reflexos da mudança de perfil econômico quando a mecanização do campo entrou em ritmo frenético, expulsando do campo grande parte do contingente populacional, trabalhadores considerados desqualificados para as exigências das cidades. Parte dos migrantes engrossaria as fileiras da marcha rumo à ocupação do interior do Brasil, em curso desde fim dos anos 20, famílias que partiam em busca de novas áreas plantáveis, como Uruguaiana, oeste catarinense e paranaense, até ocuparem o centro-oeste e parte do norte brasileiros.[46] Outra parte dos migrantes seriam inicialmente atraídos pelas

[44] ACCURSO, Cláudio [et al]. *Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. In: Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico, n.16, Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1965, p.31-89 apud MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. op.cit, 1998, p.171-175

[45] Fonte: ABREU, José Pacheco de. *Guia Geral do Município de Cachoeira do Sul*. op.cit., 1963, p.55-64

[46] Sobre essas migrações, ver, por exemplo, DIAS, Hugo Pina. *Imigração rural no município de Uruguaiana a partir da modernização da agricultura - caso das vilas de São Marcos e Barragem Sanchuri*. In: Revista Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia de Uruguaiana, v. 4, n. 1, p. 27-33, jan./dez. 1997 [disponível em http://revistas.campus2. br/fzva/vol%204/05-4.pdf - acessado em 16/1/2006], GAZOLLA, Marcio. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de mestrado [orientador Sergio Schneider]. Porto Alegre/RS: PPG Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2004 [disponível em http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/mestr adopgdr/mpgdr_gazolla_n045.pdf - acessado em 16/1/2006] e BAVARESCO, Paulo Ricardo. *Ciclos econômicos regionais. Modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*. Chapecó/SC: Argos, 2005

ofertas de emprego nas indústrias locais. Quando também elas passaram a não comportar a mão-de-obra, o fluxo migratório direcionou-se para zonas metropolitanas, como Porto Alegre e cidades circunvizinhas. O quadro agravou-se no momento em que as indústrias locais diminuíram seu ritmo produtivo, muitas cessando por completo suas atividades, face à concorrência das indústrias localizadas nas áreas metropolitanas, que podiam produzir com menores custos devido ao acesso à infra-estrutura, como rodovias, energia elétrica e telecomunicação.



Figura 91 - Mecanização da lavoura de arroz de João Anceto de Moraes, em 1955.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul



Figura 92 - Mecanização da lavoura de arroz de João Anceto de Moraes, em 1955.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

A resposta frente à crise foram leis municipais concedendo vantagens fiscais para incentivar indústrias novas a se estabelecerem no município, prática comum no fim dos anos 40 e início dos 50. Por exemplo, as leis municipais n.33, de 30/11/1948, e n.39, de 14/5/1949, concederam isenção de emolumentos referentes à licença para construção do engenho de arroz de propriedade de Frederico Carlos Fritz e do prédio da Fundição Barros Ltda., que também foi isentada de imposto predial durante dois anos e do imposto de Indústrias e Profissões e de Licença, através das leis municipais n.42, de 17/5/1949, e n.204, de 28/12/1951.[47] O modelo de industrialização que acabou sobrevivendo foi o ladeado ou direcionado para a agricultura, calcado quase exclusivamente na produção arrozeira.

De forma geral e sistemática, o período subseqüente a 30-45 foi marcado por essa concentração espacial e industrial em torno das áreas metropolitanas, principalmente das capitais estaduais nas mais diversas

[47] Lei Municipal n.33, de 30/11/194B, n.39, de 14/5/1949, n.42, de 17/5/1949, n.204, de 28/12/1951. Ver ainda Lei Municipal n.206, de 28/12/1951, n.254, de 22/10/1952, n.255, de 22/10/1952, n.770, de 13/8/1959, n.918, de 29/11/1961 e n.946, de 10/7/1962, anunciada em ABREU, Jasé Pacheca de. *Guia Geral da Municípia de Cochoeiro do Sul*. op.cit., 1963, p.66,

regiões brasileiras. Convergência industrial que seria responsável pelo aumento do fluxo migratório intra-municipais. Durante as décadas seguintes, as migrações internas forneceram a mão-de-obra necessária para as indústrias, num típico modelo de desenvolvimento econômico espacialmente densificado nas metrópoles. Residualmente, tal fluxo debilitou determinadas regiões, inviabilizando as pequenas fábricas locais, através da penetração de produtos fabris das zonas industriais concentradas nas capitais metropolitanas, principalmente as da região Centro-Sul.

A economia cachoeirense acabaria intensificando o processo de migração e urbanização já em curso, conjuntura econômica responsável pelos grandes deslocamentos populacionais nas décadas subseqüentes, fenômeno ocorrido não só no município mas em todo país, onde o caráter de população rural seria substituído pelo predomínio da população urbana. No cenário de divisão do trabalho industrial do pós-guerra, Cachoeira do Sul assumiria definitivamente seu perfil agrícola, razão pela qual declinou seu prestígio econômico em relação aos demais municípios industrializados do Estado.

O deslocamento da população de cidades como Cachoeira contribuíram para a explosão demográfica na capital e em seu entorno, como Canoas, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo, naquilo que ficaria conhecido como Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).[48]

[48] Sobre as transformações ocorridas em Novo Hamburgo, cidade de origem germânica próxima a Porto Alegre, ver minha dissertação de mestrado: SELBACH, Jeferson Francisco. *Novo Homburgo 1927-1997: os espoços de sociobilidode no gongorro do modernidode*. [orientadora Sandra Jatahy Pesavento], Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PROPUR, 1999 e adaptação: SELBACH, Jeferson Francisco. *Pegodos urbonos: Novo Homburgo como polco do flôneur*. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2006. Ver também, BATISTA, Sheille Soares de Freitas. *Buscondo o cidode e construindo viveres relações entre campo e cidade*. Dissertação de Mestrada [orientadora Heloisa Helena P. Cardoso], Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, PPG-História, 2003 [disponível em http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2003_mest_ufu _sheile_soares_de_freitas_batista.pdf - acessado em 12/10/2005], que discutiu as tensões que se estabeleceram na vida de pessoas saídas do meio rural para a cidade de Uberlândia, analisando as vivências, incorporações, lutas, valores e experiências que se formulam ao longo da trajetória desses migrantes, vendo as tramas da disputa social por pertencimento à cidade e os territórios que foram sendo construídos pela população pobre local.

3.2. Os novos bárbaros estão chegando!

Em que medida o ritmo das mudanças econômicas e populacionais, que afetaram Cachoeira do Sul nas décadas de 30 e 40, influenciaram as modificações do espaço urbano cachoeirense, não só suas alterações físicas mas os discursos que as acompanharam? De que forma o Jornal do Povo constitui-se no "espelho deformante" que narrou o urbano cachoeirense de forma distorcida, sob a visão da elite local?[49]

O núcleo urbano inicial, surgido no fim do século XVIII, não passava de poucas quadras circunvizinhas ao templo católico e a praça do pelourinho. No século seguinte, sua forma era praticamente idêntica; aumentara longitudinalmente de tamanho, resultado da vinda para a cidade dos descendentes de imigrantes alemães e italianos, muitos dos quais instalados na zona alta da cidade ou nos bairros Rio Branco e Santo Antônio, mas também de negros alforriados em 1888 e demais subalternos, nas cercanias do centro, como na vila Barcelos.

A pujança agrícola advinda das regiões coloniais, em especial as lavouras de arroz irrigado nos anos 1900-1920, possibilitou consideráveis melhorias no espaço urbano. Entretanto, tais intervenções não foram pensadas para o aumento populacional em curso, principalmente de subalternos provenientes do campo. Junto com as modificações urbanas viria a sobrecarga dos serviços e da própria infra-estrutura, resposta que o poder público tardou em dar. No contexto da ocupação desordenada, os subalternos pouco-a-pouco assentavam-se nas vilas, pesando cada vez mais no orçamento municipal, incorrendo na desproporção paulatina entre montante arrecadado e despesas com manutenções diversas, fazendo aumentar o peso da dívida do município, rolada desde seus primeiros amorfoseamentos, esgoelando as possibilidades da administração pública.

As reformas concretizadas em fins dos anos 20 fizeram com que Cachoeira iniciasse a década de 30 com uma fisionomia diferente, progressista para os padrões da época, algo como se industrialização e urbanização completassem a interligação com os fluxos irresistíveis da modernidade.[50]

[49] Ver GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. op.cit., 2002

[50] PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Urbes industrializadas: o modernismo e a paulicéia como ícone da brasilidade*. In: Revista Brasileira de História. v.21 n.42 São Paulo 2001 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300009&lng=es&nrm=iso&tlng=pt - acessado em 12/10/2005]

Assim como em diversas cidades brasileiras, as feições renovadas na Primeira República limitavam-se às áreas centrais, espaço prioritariamente elitista. Sem mola propulsora interna, o progresso materializava-se na forma simbólica dessas transformações urbanas.[51]

Tais reformas lançaram as bases do urbanismo moderno "à moda" da periferia, com obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, mas com a exclusão da população subalterna desse processo, numa verdadeira segregação territorial, o que resultaria, após os anos 30, num rearranjo fortemente caracterizado pela desigualdade regional.[52]

Ao mesmo tempo, o movimento sanitarista das primeiras décadas legou ao período varguista estrutura administrativa com amplos poderes de intervenção sobre a população, transformando a saúde em bem coletivo, evidenciando os problemas da dependência mútua e ampliando o senso de responsabilidade ou consciência social.[53] A adoção de medidas preventivas e próprio desenvolvimento econômico seriam chaves para a mudança no padrão epidemiológico brasileiro.[54]

Em Cachoeira, as obras de saneamento e abastecimento de água da década de 20 foram feitas somente em pouco mais de 40 quadras do centro. Contudo, foi considerada pela imprensa local como "modelo digno de imitar-se", face ao aparelhamento de serviços como água, esgotos e calçamento e a "perfeição com que foram executadas essas obras".[55]

[51] MORSE, Richard M. *As cidades "periféricas" como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina*. In: Revista Estudos Históricos, v.8, n.16, Rio de Janeiro, 19995, p.205-225 [disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/174.pdf - acessado em 13/1/2006]

[52] MARICATO, Ermínia. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado. metrópoles brasileiras*. In: Revista São Paulo em Perspectiva. v.14 n.4 São Paulo out./dez. 2000 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt - acessado em 12/10/2005]

[53] HOCHMAN, Gilberto. *Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)*. op.cit., 1993, p.40-61

[54] PRATA, Pedro Reginaldo. *A transição epidemiológica no Brasil*. In: Cadernos de Saúde Pública. v.8, n.2, Rio de Janeiro abr./jun, 1992 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000200008 - acessado em 10/3/2006]

[55] JP, 18/7/1929 A Cachoeira atual, p.1

Apesar do saneamento, a saúde pública da área central sentia os efeitos do processo de "ruralização" em curso, com a fixação na periferia urbana de pessoas advindas das áreas rurais, trazendo consigo hábitos do campo e adaptando-os para a cidade,[56] demonstrando como rural e urbano caracterizavam-se por pólos opostos do mesmo ***continuum***.[57]

Os dados estatísticos da saúde pública, divulgados em princípios da década de 30 no ***Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa***, apontam crescimento populacional na ordem de 1,5 mil pessoas/ano (2.008 nascimentos para 531 óbitos), para o ano de 1929 em todos os oito distritos do município. No 1º distrito, que abrangia a zona central, o índice ficou em torno de 296 pessoas/ano (575 nascimentos para 279 óbitos). A diferença entre esses dois índices (48,52% de óbitos no 1º distrito e 26,53% para o município em geral) são resultados da própria situação insalubre da área urbana, visto que, dos 531 óbitos totais, 481 ocorreram em residências, somente 50 fora de casa; semelhante situação ocorria entre os nascidos, em sua maioria através de parteiras que realizavam o serviço nas casas das próprias famílias.[58]

[56] De acordo com FERRAZ, Sônia Terra. *Pertinência da adoção da filosofia de cidades saudáveis no Brasil*. [disponível em http://www.redeamericas.org.br/br/Site/doc/pertinencia.html - acessado em 1/10/2004], "ruralização" significa a permanência de hábitos rurais entre aqueles que migram para o meio urbano. Segundo ela, a combinação de urbanização com pobreza leva a uma acumulação de problemas nas cidades, delineando um perfil epidemiológico particular no qual as doenças próprias do subdesenvolvimento convivem com um padrão epidemiológico de países desenvolvidos tais como altos índices de violência, stress, câncer, consumo de drogas e poluição ambiental.

[57] COGGIOLA, Osvaldo. *Buenos Aires, Cidade, Política, Cultura*. In: Revista Brasileira de História. v.17 n.34 São Paulo 1997 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0102-01881997000200005&lng=pt&nrm=iso - acessado em 12/10/2005]. Ver também CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. *Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais*. In: Revista São Paulo em Perspectiva. v.17 n.3-4 São Paulo jul/dez 2003 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300012 - acessado em 12/10/2005], que discutem processos socioespaciais em curso em municípios do Estado de São Paulo, tais como a conurbação, metropolização e a expansão da ocupação urbana em áreas oficialmente definidas como rurais, para mostrar a fragilidade da dicotomia urbano-rural.

[58] *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.17 e JP, 13/4/1930 À margem do relatório. Saúde publica, p.1. Dos 2.008 nascimentos, 214 (10,65%) eram filhos ilegítimos.

Tais números, entretanto, mostram enormes melhorias em termos de saúde pública, quando comparados aos dois primeiros decênios. Os dados comparativos de 1919 e 1929 corroboram com esse quadro. O número de óbitos em 1919, somente na cidade, foi de 353, contra 279 em 1929, fazendo a mortalidade diminuir de 33,2 por mil/habitantes para 15,5. As maiores ***causas mortis***, em 1919, foram: tuberculose (30), entero-colite (26) meningite (21), gastro-enterite (14), câncer (13), broncopneumonia (13), febre tifóide (12), gripe epidêmica (11) e produzidas por causas exteriores (11). Dez anos depois, em 1929, os cachoeirenses morreram de: tuberculose (28), afecções produzidas por causas exteriores (20), doenças mal definidas (17), gastro-enterite (15), sincope (11), arteriosclerose (11), miocardite (10), meningite (10), atrepsia (10) e pneumonia (9). O maior número de mortos em ambos não teve declaração de causa, ocorreram sem assistência médica: 103 em 1919 e 33 em 1929. O número de falecimentos entre crianças até 2 anos de idade também decresceu de 158 (44,75% de 353), em 1919, para 82 (29,64% de 279).[59] Alguns anos depois, em 1937, o ***Boletim Demográfico Sanitário*** apontou 1.660 nascimentos contra 576 falecimentos, 135 destes de crianças entre 0 e 1 ano, número considerado baixo na época, mas que ainda refletia a precária condição urbana de Cachoeira.[60]

A tabela com dados extraídos do relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, mostra as doenças que acometeram os cachoeirenses:

[59] *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.10-13. Em 1936, as principais causa de óbitos no Rio Grande do Sul foram: total 4.834; Tuberculose do aparelho respiratório 19,13%; Diarréia e enterite (abaixo de 2 anos) 12,26%; Doenças do aparelho circulatório 9,45%; Doenças do aparelho respiratório, exceto tuberculose 8,70% ;Causas não especificadas ou mal definidas 8,52%; doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos 5,44%; Doenças do aparelho urinário e do aparelho genital 5,13%; Doenças do aparelho digestivo 4,79%; Câncer e outros tumores malignos 4,46%; Morte violenta ou acidental 2,42%. Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937

[60] JP, 29/4/1937 Delegacia de Saúde. Boletim demógrafo sanitário, p.3

Moléstias / Anos:	1919	1929
GERAL. Febre tifóide, Febre paratípica, Septicemia, Tétano, Tuberculose, Gripe epidêmica, Raquitismo, Difteria e crupe, Sífilis, Disenteria, Sarampo, Diabetes, Câncer e outros tumores	78	62
SISTEMA NERVOSO. Embolia cerebral, Congestão cerebral, Convulsões das crianças, Meningite, Hemorragia cerebral, Paralisia, Eclampsia (não puerperal), Apoplexia cerebral e outros	36	22
SISTEMA CIRCULATÓRIO. Hemorragia, Angina do peito, Sincope, Insuficiência aórtica, cardíaca, mitral, cardio-renal, Arteriosclerose, Miocardite, Endocardite e outros	28	49
SISTEMA RESPIRATÓRIO. Bronquite, Broncopneumonia, Pneumonia, Edema do pulmão e outros.	19	24
SISTEMA DIGESTIVO. Enterite, Gastro-enterite, Entero-colite, Colite, Peritonite, Atrofia intestinal, Atrepsia, Hepatite, Apendicite e outros.	66	41
GENITO-URINÁRIO. Nefrite, Uremia, Mal de Brigth e Pielite	3	9
EST-PUERPURAL. Hemorragia por placenta prévia, Eclampsia puerperal e Infecção puerperal	1	2
Moléstias da velhice	2	-
Causas exteriores	11	20
Sem declaração de causa	103	33
Mal definidas	6	17
TOTAL GERAL	353	279

Tabela 4 - Comparativo de mortes na cidade de Cachoeira do Sul, em 1919 e 1929, discriminadas por moléstia. Fonte: *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessõo ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930

Mesmo com a diferença entre nascimentos e falecimentos ser menor na sede de Cachoeira do Sul, o crescimento populacional dava-se pelas migrações que modificavam a fisionomia da cidade e sobrecarregavam os serviços urbanos. Nesta reorganização e ampliação da infra-estrutura, o fluxo migratório acentuado potencializou o olhar crítico sobre o crescimento. A falta de espaço na zona central, delimitado pelas sangas, aliado ao crescimento populacional, resultou na expansão dos subúrbios, dado pela divisão de chácaras e terrenos de maior extensão em lotes menores com vendas em prestações mensais. As incipientes aglomerações urbanas exigiam que a prefeitura fizesse nessas novas áreas terraplanagem e encascalhamento das ruas, além da construção de pontilhões para o acesso, mas a escassez de recursos dificultava dotá-las de infra-estrutura

como água, esgoto e luz elétrica.[61] Esse modelo de desenvolvimento acarretaria nas décadas subseqüentes o chamado contra-desenvolvimento social, responsável por formas perversas de miséria, constituindo-se em enclaves rurais no mundo urbano, com modos de sobreviver desumanos.[62]

Duas imagens registradas na época mostram o cenário desse crescimento desestruturado. A pinguela ligando o bairro Santo Antônio ao centro da cidade é marca do período. Na década seguinte, crescia a noroeste do centro a vila Marina.





Figuras 93 e 94
Pinguela ligando o centro da cidade ao bairro Santo Antônio, em meados dos anos 40. Vila Marina, subúrbio a noroeste do centro, em 1953.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[61] JP, 11/10/1931 Noticiário. Zonas Sub-urbanas, p.3, 3/5/1934 Noticiário. Uma medida inadiável, p.3 e 17/12/1942 Notas locais, p.4

Como veículo ideológico da elite, o Jornal do Povo responsabilizava a prefeitura pelos efeitos de crescimento suburbano. Segundo editorial de 1932, tornara "muito feio" o município. A razão imputada teria sido o aumento de impostos das construções prediais.[63] Em 1938, foi anunciada a venda de uma chácara, localizada na zona urbana, com mais de um hectare de terra, com "finíssimo arvoredo, chalet tipo bangalow, com 7 peças", e instalações elétrica e sanitária, ao preço de 22.000$000 réis.[64] O anúncio demonstra que a zona urbana era entremeada por espaços tipicamente rurais, característica local que perdurou nas décadas seguintes.

Exemplo da dificuldade de trânsito entre periferia e centro, devido às sangas, foi a vila Barcelos, primeiro subúrbio cachoeirense. Até meados da década de 50, a única forma de transitar dela a zona central era através da rua Andrade Neves. As primeiras leis editadas para conectá-la através de outras ruas datam de 1953.[65] Também, somente nesta época que foi estendida até o local linha de ônibus e dado início à ampliação da rede hidráulica.[66]

Em tempos de chuva muitas das sangas transbordavam, causando enormes prejuízos, cobrindo de lama ruas e calçadas. Nas vilas e bairros da periferia, a falta de canalizações da água pluvial, sem valetas e entrecortada por sangas, abriam verdadeiros sulcos nas ruas. A ampliação

[62] MARTINS, José de Souza. O *futuro do Sociologio Rurol* e *suo contribuição poro o quolidode de vido rurol*. In: Revista Estudos Avançados, v.15, n.43, São Paulo, set-dez, 2001 [disponível em http://www.scielo.br /scielo.php?pid=S0103-40142001000300004&script=sci_arttext&tlng=en - acessado em 15/1/2006].

[63] JP, 18/12/1932 Editorial. Orientação Urbanista, p.1

[64] JP, 20/1/1938 Imóveis à venda. Chácaras, p.1

[65] A Lei Municipal n.306, de 30/5/1953, autorizou a permuta de terreno necessário à ligação da Estrada do Passo Novo com a Vila Barcelos. Publicada no jornal O Commercio, 3/6/1953, p.4. A Lei Municipal n.343, de 27/10/1953, abriu crédito especial de Cr$ 1.500,00 para a construção de uma pinguela sobre a Sanga das Pedras ligando a Vila Barcelos com a chamada Rua do Carvão. Publicada no jornal O Commercio, 4/11/1953, p.4

[66] Contrato de concessão para a exploração exclusiva do serviço de transporte coletivo de passageiros em auto-ônibus no perímetro urbano da cidade, que fazem a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul e João Carlos Schmidt, de acordo com o Edital de concorrência pública n.5, de 13/8/1947. A ampliação da linha se deu através de requerimento protocolado sob n.512, em 23/2/1951. Jornal O Commercio, 14/7/1954 Ampliação da rede hidráulica, p.1

da população suburbana e a falta de infra-estrutura correspondente fariam com que hábitos deletérios dos moradores fossem mantidos. Muitas das sangas, canalizadas ou não, eram utilizadas como depósitos de lixo doméstico. Como conseqüência, provocavam entupimento no escoamento da água, agravado nos dias de chuvas torrenciais. No discurso do jornal nota-se a imputação da responsabilidade aos moradores, que deveriam proceder de maneira diferente, e não a falta das mínimas condições.

Entremente ao discurso carregado da imprensa cachoeirense, relacionando a chegada dos ***outsiders*** com problemas urbanos, o fluxo de construção e ampliação dos subúrbios também podia ser visto como indício de progresso, mas somente no momento em que a modernização progressista da elite atingia os moradores pobres das cercanias da cidade. Em 1946, um leitor escreveu no JP que era possível notar Cachoeira progredindo em todos seus recantos. Na zona suburbana, as "ruazinhas pedregosas, enjoadas e tortas" tinham ganho novo aspecto com o emparelhamento e o arruamento.[67]

Em que pese a construção de todo o complexo sanitário nos anos 20, a questão sanitária e o abastecimento de água tornavam-se relevantes dada a febre tifóide e outras epidemias comuns na primeira metade do século XX.[68] Contudo, o acesso à água para quem morava fora da zona central dava-se exclusivamente por poços de baixa profundidade, o que implicava na escassez em muitas épocas do ano e mesmo na contaminação por conta da proximidade dos dejetos de esgoto.

A ampliação da rede para além do centro somente foi feita quando o Estado pôs em prática o Plano Estadual de Estadualização dos Serviços de Água e Esgoto, durante o governo Valter Jobim (1947-1951), na pretensão de assumir os serviços nos municípios.[69] Em 1949, a rede foi prolongada até o fim da avenida Brasil, na zona alta.[70] O percentual de prédios servidos por água encanada era crítico. Mais da metade, 55%,

[67] JP, 30/6/1946 Cachoeira progride. Cachoeirense, p.15

[68] Ver LUZ, Madel Terezinha. *A soúde e os instituições médicos no Brosil*, In: GUIMARÃES, Reinaldo (org.). *Soúde e medicino no Brosil: contribuição poro um debote*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.157-174

[69] JP, 8/1/1952 Água para os bairros, p.2

[70] A Lei Municipal n.68, de 19/7/1949, autorizou uma contribuição do Estado, para completar o prolongamento da rede de água até o término da Avenida Brasil. Fonte: JP, 19/7/1949, p.3

não tinha ligação. Via de regra, os prédios abastecidos com água pública não eram casas de moradia, mas estabelecimentos comerciais e industriais. Como não existiam verbas específicas para ampliar a rede, proliferou o uso de bicas públicas na periferia.[71] O esgoto teve semelhante trajetória. Não havia nos subúrbios sistema cloacal nem pluvial, somente a exigência de fossas sépticas, fazendo com que, na maioria das vezes, os resíduos residenciais corressem a céu aberto.

O péssimo estado de higiene das vilas era tratado, sistematicamente, como caso de polícia. Em janeiro de 1930, o Jornal do Povo noticiou a denúncia da seção de higiene para que o intendente tomasse providência e mandasse desocupar todos os casebres e chalés de determinada rua na periferia da cidade, sob a justificativa que, além do péssimo estado de higiene, estaria oferecendo sério perigo à saúde dos seus habitantes, pessoas pobres. Por trás da denúncia estava o fato de freqüentemente ocorrerem no local desordens e conflitos.[72]

No final deste mesmo ano e em outras oportunidades nos anos seguintes, fiscais da seção de higiene municipal percorriam toda cidade, visitando pátios e quintais para verificar o estado de limpeza e determinar as medidas necessárias, como remoção de lixo e de animais que estivessem sendo criados para consumo nos domicílios.[73] A irregularidade na coleta do lixo dos subúrbios - feita pelas carroças dos cubos - incentivava os moradores a fazer dos terrenos baldios ou das sangas seus depósitos.[74] Era comum animais mortos putrificarem nas vias públicas até o cheiro insuportável fazer os próprios moradores enterrá-los.[75] Este contexto demonstra o quanto o poder público local fazia-se portador dos ideais da elite moradora da área central, que exigia padrões de limpeza semelhantes ao do centro sem contra-partida.

[71] JP, 29/6/1952 Revelação impressionante: 55% do prédio da cidade não são servidos pela rede de água, p.1 e 3/4/1952 Instalação de bicas públicas nas zonas urbanas não servidas pela rede de água, p.1

[72] JP, 19/1/1930 Seção de higiene, p.3

[73] 21/12/1930 Noticiário. Visitas domiciliares, p.3, 28/3/1937 Noticiário. Visitas domiciliares, p.3

[74] *Relatório do Prefeituro Municipol de Cochoeiro, relotivo oo exercício de 1939, opresentodo pelo Snr. Cyro do Cunho Corlos, sub-prefeito do sede no exercício de prefeito.* op.cit., 1940, p.86

[75] JP, 13/9/1951 Um por dia. Protesto de proprietários a rua 7 de Setembro sobre o serviço de recolhimento de lixo, p.1

A escassez de gasolina nos anos de guerra agravou a situação da higiene pública. Com os veículos automotores estacionados, a circulação de veículos de tração animal aumentou consideravelmente, proliferando a quantidade de insetos no meio urbano.[76] O comércio informal também sofreu revés com medidas higiênicas desde os anos 30. A venda de gelados, sorvetes e refrescos passou a ser permitida somente nas casas que tivessem maquinário adequado. Foi proibida a venda de pastéis, doces ou biscoitos em balaios, cestas ou outros recipientes que não estivessem de acordo com o regulamento.[77] As medidas atingiram carrocinhas frutas e legumes e os terrenos das zonas urbanas e suburbanas em que se cultivavam gêneros alimentícios.[78]

Na mesma medida em que agravavam-se os problemas higiênicos, de saneamento e abastecimento de água, aumentava a preocupação com o aspecto curativo, através da construção de novo hospital que pudesse abrigar os enfermos. Até então, era comum o oferecimento de préstimos em saúde através de anúncios publicados no jornal, destacando as qualificações do profissional: "Dr. Milan Krás. Médico, operador e parteiro, ex-assistente das clínicas de Berlim e Viena"; "Dr. David F. de Barcellos. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com prática dos Hospitais de Paris"; "Sophia Schimidt. Parteira diplomada".[79] Os anúncios publicados no jornal visavam atingir o público leitor, que era quem podia pagar pela saúde.

Para o enfermos sem condições econômicas, anualmente a municipalidade repassava subvenções ao hospital para que fossem atendidos gratuitamente. Em 1929, a verba foi de 16:000$000 réis. Entretanto, esses recursos não eram exclusivos aos pobres. Dos 419 hospitalizados neste ano, 152 fizeram operações cirúrgicas, sendo 116 de "1ª classe" e 36 "praticadas em doentes pobres". A desproporção reflete o tratamento segregacionista do período. Enquanto a elite contava com saúde de maior complexidade, pagos com recursos da própria comunidade através dos repasses do poder público, aos subalternos eram aviadas receitas médicas, 4.360 somente em 1929. Assim, intervenções complexas limitavam-se

[76] JP, 13/5/1943 Noticiário. Fiscalização de pátios e quintais, p.3

[77] JP, 9/10/1932 Noticiário. Higiene Municipal, p.3

[78] JP, 25/3/1934 Quitandeiros. João da rua, p.1

[79] JP, 22/12/1932 Anúncio, p.1, 25/12/1932 Anúncio, p.11, 17/9/1932 Anúncio, p.3 e 5/9/1929 Noticiário. Intervenção cirúrgica, p.3

aos que pudessem pagar, enquanto curava-se os doentes pobres com medicamentos.[80]

O crescente êxodo dos subalternos desencadeou reclames sobre a infra-estrutura hospitalar. Através do Jornal do Povo, justificavam-se as péssimas condições do hospital da cidade, que estariam piores do que as dos distritos. Com poucas acomodações disponíveis, falta de laboratórios e indispensável aparelhamento cirúrgico, dizia-se que o estabelecimento não preenchia suas finalidades, "estando muito aquém do que exige uma cidade adiantada e próspera como a nossa".[81]

Mesmo que, de tempos em tempos o hospital recebesse melhorias, como a aquisição de camas hospitalares automáticas em 1932, que permitiam mudar a posição do doente sem tocar nele,[82] não fazia frente ao aumento dos atendimentos, principalmente dos subalternos. Em 1936 foram internadas no hospital 595 pessoas para 303 operações de alta cirurgia, 215 intervenções menores, 2.005 curativos e 3.015 injeções diversas, "tendo sido aviadas 96 receitas para pensionistas e 3.126 para os pobres".[83]

Também foram regulamentadas as profissões da área da saúde, como médico, dentista, farmacêutico, parteiro e enfermeiro, e o comércio de medicamentos, passando a ser autorizado exclusivamente em farmácias e drogarias.[84] Assim como várias outras cidades no país, Cachoeira do Sul iniciava seu processo de medicalização social através da substituição de chás e ervas caseiras por remédios industrializados.[85]

Tanto na construção dos grandes blocos hospitalares quanto nas reformas subseqüentes, a comunidade era chamada a contribuir periodicamente.

[80] *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.15

[81] JP, 16/7/1936 Cachoeira vai ter um hospital, p.1 e 6/12/1934 Hospital de caridade, p.1

[82] JP, 28/8/1932 Noticiário. Hospital de Caridade, p.3

[83] JP, 14/1/1937 Hospital de caridade, p.1

[84] JP, 9/1/1938 Noticiário. Delegacia de Saúde, p.3

[85] Ver, neste contexto, TEMPORÃO, José Gomes. *A propaganda de medicamentos e o mito da saúde*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.68. Para ele, no processo de estruturação da indústria farmacêutica no Brasil, a função educativa através da publicidade e propaganda, ajudou a construir um consumidor de medicamento, através dos anúncios alienantes e biologicistas, numa estrutura determinada pela falsa consciência urbana sobre saúde, medicina e terapêutica.

Para a construção do novo prédio, a elite organizou um ***garden-party***. A festa ao ar livre nos jardins das praças constituía-se na outra ponta do problema da saúde, permitindo a elite pousar de benemérita frente aos empobrecidos.

Nesse contexto foi lançada a campanha em prol da construção do hospital modelo, "condizente com as necessidades da população cachoeirense". Em 1936, Luiz Diefenbach doou um terreno no Bairro Rio Branco, a fim de Cachoeira do Sul ter "um hospital à altura de suas condições de cidade culta e progressista". Mas o local escolhido foi a praça Itororó, em frente ao prédio já existente, em terreno doado pela municipalidade.[86]

A sessão da Assembléia Geral de 11 de dezembro de 1936, onde foi eleito o primeiro grande conselho do hospital, constituiu como membros Arnoldo Fürstenau, Achylles Figueiredo, Alvino Dickow, Attilio Mainieri, Camilo Ache, Edwino Schneider, Erwino Wilhelm, Frederico Gressler, Ivo Becker, Julio Castagnino, João Minssen, Maximiliano De Franceschi e Filhos, Nicolau Salzano, Orlando Carlos, Reinaldo Roesch, Theobaldo Burmeister, Cyro da Cunha Carlos e Ernesto Strohschoen. Em 16 de dezembro de 1937, foi lavrado contrato com a firma Schuetz Matheis, de Santa Cruz, para construção do novo edifício. Os auxílios recebidos eram os mais diversos: oferta de sacos de arroz por proprietários de empresas arrozeiras, promoção de chás de caridade e doações pessoais. A Companhia Rio-Grandense de Usinas Elétricas converteu a dívida que o hospital tinha em doação.[87] A pedra fundamental foi lançada em 9 de janeiro de 1938.[88] Em 4 de dezembro do mesmo ano, foi festejado o levantamento da cumeeira do Hospital de Caridade e Beneficência (HCB). Em 19 de maio de 1940, Monsenhor Armando Teixeira, vigário da Paróquia, celebrou a missa e Orlando da Cunha Carlos fez o discurso inaugural.[89]

[86] JP, 18/1/1931 Garden-party em benefício do hospital de caridade, p.1, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira. Foi um sonho, nada mais. O. M., p.1, 16/7/1936 Cachoeira vai ter um hospital, p.1. Ver também Decreto-Lei nº 2, de 3/7/1940, através do qual a prefeitura fez doação do terreno que abrangia a antiga praça Itororó, limitado pela rua 7 de Setembro, Felix da Cunha, Saldanha Marinho e travessa Tuiuti. Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

[87] Fonte: Hospital de Caridade e Beneficência, Amigo HCB, e Exposição do Arquivo Histórico Municipal *HCB, 100 anos de história*

[88] JP 13/1/1938 O lançamento da pedra fundamental do Hospital de Caridade, p.1 e jornal O Commercio, 12/1/1938, p.1-4

[89] Fonte: Hospital de Caridade e Beneficência, Amigo HCB, e Exposição do Arquivo Histórico Municipal *HCB, 100 anos de história*

Apesar da contribuição da comunidade em geral, na inauguração destacou-se o esforço do seleto grupo de "abnegados" cachoeirenses, entre eles Edwino Schneider, "pela fé inabalável que sempre manteve no bom resultado desse grandioso empreendimento, e pelo seu dinâmico trabalho, na execução do mesmo". Os demais contribuintes ganharam destaque de forma genérica: do "humilde operário" ao "mais rico habitante do município".[90] Era a forma natural de computar as conquistas a poucos quando muitos auxiliaram em sua consubstanciação.

Para o término da obra, para Cachoeira poder contar "com um dos mais modernos e completos hospitais do país", era necessário que a comunidade continuasse acorrendo em auxílio. A reportagem do JP destacava a falta de recursos para ser ultimada a construção e serem pagos os compromissos assumidos pela Diretoria. Muitas pessoas que haviam subscritos parcelas de doações em prazos determinado não cumpriram com suas obrigações, ocasionando sérios embaraços aos realizadores da "grandiosa obra". A diretoria viu-se obrigada a contrair empréstimos e assumir os encargos.[91]

A inauguração das novas instalações, limpas e dentro das mais "modernas exigências da higiene", suscitou dúvidas quanto ao atendimento da população carente. O hospital garantiu que manteria a terceira classe para os pobres, gratuitamente, e que a qualidade dos serviços seria a mesma. Em reportagem, os responsáveis esclareceram: "Não se pode confundir luxo com higiene. Pode, pois, estar tranqüila a classe pobre de Cachoeira. Dentro em breve, poderá receber assistência gratuita, em hospital dotado do que há de mais moderno em matéria de higiene e conforto".[92] Em tese, os deserdados não mais passariam pelas provações a que estavam acostumados, visto que o atendimento até então era prioritariamente destinado aos que podiam pagar.

A construção do novo edifício do hospital foi considerado símbolo do dinamismo e da "capacidade realizadora" cachoeirense, algo que destacaria o município entre os demais do Estado e do país.[93] As imagens dos dois prédios ajudam a entender toda essa euforia da época. O antigo

[90] JP, 11/1/1940 Hospital de Caridade, p.2
[91] JP 25/7/1940 Hospital de Caridade, p.1. Ver também jornal O Commercio, 22/5/1940, p.1
[92] JP, 13/4/1939 Hospital de Caridade. Um esclarecimento necessário, p.1
[93] JP, 14/4/1940 O que nos falta, p.1

prédio - destinado ao isolamento dos portadores de moléstias infecciosas - era minúsculo frente ao novo, com quatro andares.



Figura 95
Fachada do antigo hospital, em fotografia atual
Fonte: Hospital de Caridade e Beneficência, Amigo HCB



Figuras 96
Fachada do novo prédio do Hospital de Caridade, construído na praça Itororó, em fotografia dos anos 60.
Fonte: Exposição do Arquivo Histórico Municipal *HCB, 100 anos de História*

Iniciado o funcionamento no novo prédio, o problema a ser atacado era da desproporção entre o montante arrecadado e as despesas com manutenção que aumentaram gradativamente à medida que mais doentes pobres acorriam à casa de saúde. O cronista Braz Camilo alertou para o fato de que muitos doentes que podiam pagar diárias, acabavam ficando

em suas casas, ou em hotéis e pensões.[94] Essa atitude ajudava a desequilibrar o orçamento. Além disso, a infra-estrutura exemplar atraia doentes pobres de municípios vizinhos, pesando ainda mais no desequilíbrio financeiro e exigindo novas ampliações, postergadas face à escassez provocada pela guerra. A comunidade auxiliava na medida do possível e do necessário, mas tendo o assistencialismo - doar eventualmente aos pobres e não diminuir a pobreza através de mecanismos eficazes - como idéia subjacente. Para adquirir a ambulância motorizada em 1941, senhoras da sociedade organizaram um espetáculo cinematográfico no Cine-Teatro Coliseu. No intervalo da sessão ***Não se amam por encomenda***, com Anabela e Robert Young, foram sorteados prêmios.[95]

Assim, se a construção do novo prédio do Hospital de Caridade deveria garantir boas condições hospitalares para várias décadas, seriam consideradas novamente precárias em pouco tempo porque o "modelar hospital", dada sua estrutura exemplar, atraia doentes de outros municípios, tornando-se pequeno para abrigar a todos. Nesse primeiro qüinqüênio, a maioria dos hospitais do Estado localizavam-se no interior, mas tinham limitado número de leitos. Em 1945, o Rio Grande do Sul tinha 389 estabelecimentos hospitalares, 87% (345) deles no interior, com 12 mil (69%) leitos. Desta forma, o hospital cachoeirense tornava-se referência para a região, atraindo mais e mais pessoas, resultando na necessidade de sua ampliação. Eventualmente, o Estado auxiliava. Em 1946, doou 300 mil cruzeiros para terminar as obras da ala esquerda do edifício.[96]

O município viu agravar a crise hospitalar nos anos subseqüentes, exigindo que o poder público municipal repassasse cada vez mais verbas ao hospital, por conta da assistência prestada aos pobres, sempre consideradas aquém do necessário dado o êxodo rural em curso. Para fazer frente ao perfil epidemiológico decorrente da rápida urbanização, o poder público responderia com a ampliação sistemática dos serviços hospitalares,

[94] JP, 13/7/1941 Braz Camilo, p.1
[95] JP, 25/9/1941 Noticiário. Cachoeira terá uma ambulância automóvel, p.3
[96] Fonte: A.E.B. 24 Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Tabela extraida de: Anuário estatístico do Brasil 1948. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, 1949. Ver JP, 20/6/1946 O governo do Estado doou 300 mil cruzeiros para o Hospital de Caridade de Cachoeira do Sul, p.1

processo que ficaria conhecido como "medicalização social" ao alinhar campanhismo e curativismo com centralização e concentração do poder institucional. A Era Vargas marcaria os programas e serviços de auxílios e de atenção médica durante a décadas subseqüentes, devido às práticas clientelistas típicas do regime populista.[97]

Da mesma forma que o hospital, os cemitérios passaram a grande preocupação devido ao aumento populacional. Até os anos 50, a prefeitura autorizava arrendamentos perpétuos de túmulo no Cemitério Municipal, na zona alta. Várias leis municipais foram editadas nesse sentido.[98] As autorizações foram suspensas quando o número de defuntos pobres enterrados na zona urbana aumentou de tal maneira que o espaço dos cemitérios não comportaria mais ninguém. A solução foi deixar o corpo decompor-se por certo período e depois utilizar a mesma cova para outro caixão.

Ainda no período de 30-45, era mais comum a participação da comunidade na morte dos indivíduos, embora não houvesse grandes preocupações comunitárias com relação aos defuntos, dado o número de habitantes ser relativamente pequeno.[99] A diferença nos atos fúnebres atingia os grupos sociais com a mesma intensidade que na vida cotidiana. Enquanto a elite era enterrada com pompas - nos anúncios fúnebres da época se colocava, na relação das covas, o nome das pessoas que enviaram os buquês - os subalternos seguiam para sua última morada na carroça fúnebre da municipalidade, vulgarmente conhecida por "Maria Creola".[100]

[97] LUZ, Madel, *Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de transição democrática - anos 80*, In: Physis, Revista de Saúde Coletiva; Rio de Janeiro: UERJ, 1991 e LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. op.cit., 1982
[98] Ver Lei Municipal n.60, de 14/7/1949, n.79, de 20/10/1949, n.81, de 25/10/1949, n.89, de 29/11/1949, n.108 e n.109, de 25/5/1950, n.118 e n.119, de 4/6/1950, n.120 e n.121, de 4/6/1950, n.126 e n.127, de 20/6/1950, n.129, de 20/6/1950. Toda essas leis foram publicadas no Jornal do Povo. A última das leis concedendo carneira perpétua foi a de n.780, em 18/9/1959, publicada no jornal O Commercio, em 30/9/1959, p.7
[99] Ver ELIAS, Norbert. *A solidão dos moriubundos. Envelhecer e morrer*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.23-36
[100] JP, 3/11/1929 Reclamações, p.3, 6/5/1934 Relação das covas dos bouques, p.3 e 6/12/1942 Noticiário. Campanha em prol do enterro de pobres, p.5

3.3. O entrincheiramento da elite frente à invasão bárbara

No interstício dos anos 30-45, a elite preocupou-se especialmente em manter as conquistas frente à invasão dos ***outsiders***, que traziam consigo hábitos rurais não condizentes com a urbanidade tão desejada. O Jornal do Povo foi o porta-voz desses anseios, ao exigir sistematicamente a manutenção dos espaços públicos.

A insalubridade da água e a própria falta do precioso líquido nas torneiras cachoeirenses motivava, de tempos em tempos, reclames da elite através do jornal. Nos anos 30, noticiava-se o fornecimento de água suja e barrenta. As más condições da água geravam complicações gastro-intestinais nos consumidores. O Delegado de Saúde em 1934, Henrique Barros, justificou na época que para limpar os filtros da hidráulica era preciso cortar o abastecimento por vários dias, "o que viria trazer uma série de complicações para a população".[101] O editorial do JP de julho de 1931 trazia que Cachoeira estava "rouca de gritar" pelas águas que corriam debaixo de seus pés, "mas o seu grande recurso tem sido só desapertar para a esquerda, ficando cada vez mais em dívida com a prefeitura".[102]

Existiam, no início da década de 30, 954 domicílio ligados à rede de água, de um total de 1.562, mas apenas 346 possuíam hidrômetro. De acordo com o relatório do intendente, essa era a principal causa do aumento desproporcional do consumo de água, comparando-se a três anos antes, em mais de 50%, aumento esse não acompanhado pelo montante arrecadado, pouco mais da metade, 24,8%. As despesas com os serviços de água, no ano de 1929, somaram 150:705$758 réis, divididas em pagamento de funcionários administrativos (18:582$788 réis), operários (22:217$750 réis), energia elétrica (95:059$020 réis) e lubrificantes e sulfato de alumínio (14:846$200 réis). Além disso, em torno de 25% do total de lançamentos anuais era valores não pagos por usuários, inscritos na dívida ativa.[103] Por conta disso, a prefeitura mandou

[101] JP, 29/11/1931 Noticiário. Com a Hidráulica Municipal, p.3, 21/12/1934 A água da Hidráulica Municipal, p.1, 8/12/1935 A água da hidráulica Municipal, p.3 e 6/12/1931 Noticiário, p.3. A Lei Municipal n.° 68, de 19/7/1949, autorizou contribuição ao Estado, para completar o prolongamento da rede de água até o término da Avenida Brasil.

[102] JP, 26/7/1931 Editorial, p.1

[103] *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessão ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.27-29

cortar, em 1931, o fornecimento de água de diversos prédios que estavam em atraso no pagamento das taxas de saneamento.[104] A tabela com dados extraídos do relatório mostra a diferença entre o consumo, lançamento, arrecadação e dívida ativa:

Especificação / anos	1926	1927	1928	1929
Consumo de água (m³)	348.331	475.477	512.905	529.171
Lançamento (réis)	286:560$000	297:845$200	307:593$225	345:210$230
Arrecadação (réis)	225:935$105	218:907$300	238:647$000	281:642$805
Divida ativa dos consumidores (réis)	60:624$895	78:937$900	68:946$225	63:568$000

Tabela 5 - Consumo de água encanada e valor arrecadado com o serviço, nos anos 1926-1930. *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borbosa, em sessão ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930

Já em fins de 30 o jornal apontava a necessidade de construção de outro depósito de decantamento da água, pois os existentes não estariam sendo suficientes.[105] O problema do abastecimento hidráulico cachoeirense agravava-se em face do aumento populacional na área urbana. O peso da dívida municipal, contraída nos anos 20 quando da construção da primeira e segunda hidráulica, nas administrações de Annibal Loureiro e João Neves da Fontoura, postergaram a solução dessa questão para os anos 50, quando os serviços de abastecimento passara definitivamente para o Estado, através do órgão Serviços Industriais do Estado (SIE), ligado ao Departamento de Saneamento da Secretaria de Obras Públicas do Estado.[106]

Paralelamente aos problemas de abastecimento de água, o aumento do número de construções sobrecarregou o sistema de esgotos. Desde os anos 20, sua ampliação foi paulatina, concentrada nas ruas de maior fluxo. As reclamações que aparecem na imprensa, contudo, restringem-se às áreas urbanizadas do centro ou em suas proximidades. Em épocas de calor intenso, o cheiro era insuportável. Já com fortes chuvas, os

[104] JP, 6/12/1931 Noticiário, p.3

[105] JP, 6/1/1938 Problemas da cidade, p.1

[106] JP, 5/12/1954 Falta de água na cidade, p.1 e 14/12/1954 Já foi restabelecido o fornecimento de água à cidade, p.1. Ver ainda ARAGÃO, Walter Morales. *Formos do Ação Político Administrotivo do Estodo Copitolisto: o soneomento urbono no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado [orientadora Eva Machado Barbosa Samios], Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PROPUR, 2000

bueiros entupidos alagavam, fazendo emergir detritos das "águas servidas" que invadiam passeios e residências.[107]

A cobrança dos serviços de esgoto na zona central data dos anos 30, quando o município passou a exigir pagamento mesmo daqueles domicílios não ligados à rede, conforme disposto no ***Regulamento dos Serviços de Hygiene*** e ***Assistência Pública***, promulgado em 1926. Era uma forma de exercer pressão para que todos se adequassem às exigências estabelecidas de instalações sanitárias. Os prédios não dotados dessas melhorias, quando desabitados, não poderia ser novamente ocupados sem que fosse providenciado o serviço.[108] No ano de 1929, foram feitas 153 vistorias em prédios, com 21 desinfecções e 5 intimações para limpeza.[109]

Os serviços de asseio público no centro, que consistia na coleta diária dos cubos por carroça puxada à tração animal, sobreviveram até o Estado assumir os serviços de água e esgoto. Para o articulista Jota de Lima, da coluna ***Fatos em foco***, o processo de recolhimento dos detritos em carroças transitando nas vias públicas não coadunava com a "movimentada metrópole de vida trepidante". A passagem dos cubos causava "ânsia de vômito" e "falta de apetite". Era algo vergonhoso para Cachoeira possuir serviços dessa espécie, "humilhante" e "nauseoso", "degradante" tanto para sua população quanto para os forasteiros. Era "vexatório" para os que recolhiam e para as famílias que usavam o serviço.[110]

Na zona central, terrenos baldios passaram a ser motivo de preocupação, pelo capinzal que crescia e porque muitos moradores simplesmente depositavam lixo nesses locais, trazendo conseqüências desagradáveis para a vizinhança.[111] No recolhimento do lixo eram empregadas duas carroças. A grande distância entre a coleta e o depósito impossibilitavam que elas atendessem com pontualidade toda o perímetro urbano,

[107] JP, 12/12/1950 Qual é a sua reclamação? Um esgoto furado, p.4 e 4/9/1952 Um açude na rua Júlio de Castilhos, p.1
[108] *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.29
[109] *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.15
[110] JP, 29/10/1953 Fatos em foco. Jota de Lima, p.2. Embora a Lei Municipal n.287 tenha extinto o serviço de asseio público em 28/11/1952, os serviços cessaram somente em 1/1/1954. Fonte: JP, 4/12/1952, p.3
[111] JP, 23/12/1934 Noticiário. Com a higiene, p.5

ocasionando críticas da imprensa: "Assim, há ruas onde o lixo só é retirado de quando em quando e, outras, onde não é retirado nunca, revelando no tour que mesmo nos pontos centrais esse serviço é feito com a irregularidade que já se tornou praxe".[112] Em 1938, a edilidade substituiu as carroças do lixo por um caminhão com carroceria apropriada, adquirido na Agência Chevrolet,[113] mas a substituição foi somente para a área saneada.

Mesmo no Mercado Público, em plena praça José Bonifácio, formavam-se verdadeiras montanhas dos resíduos ali comercializados, por causa do recolhimento ser semanal. Em algumas ocasiões, o lixo acabava misturando-se com o esgoto cloacal. Tais situações ameaçava o título que Cachoeira do Sul tanto se orgulhava: de cidade limpa e bem saneada.[114]

Na preocupação com a higiene urbana, a varrição das ruas foi aspecto indispensável. O edital da Prefeitura Municipal de 29 de dezembro de 1930 delimitava a área central como aquela que deveria ser varrida:

> Varrer diariamente as ruas Saldanha Marinho, 7 de Setembro e Moron e respectivas travessas calçadas, largo Colombo, bairro Rio Branco e praças Baltazar de Bem e José Bonifácio. Conservar estas ruas em perfeito estado de limpeza, capinando as ervas daninhas todas as vezes que isso se tornar necessário. Varrer duas vezes por mês as ruas Júlio de Castilhos, 15 de novembro e 1º de marco, e respectivas travessas.[115]

O vencedor da concorrência foi Manoel da Fontoura Xavier, que assinou contrato pelo prazo de três anos para fazer o serviço de remoção do lixo e matérias fecais da zona urbana da cidade.[116]

A falta de iluminação pública foi outro dos problemas urbanos que afligiu a elite cachoeirense, beneficiária dos serviços. A potência instalada em

[112] JP, 2/12/1934 Limpeza Pública, p.1
[113] *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, D.D. Interventor Federal, pelo Prefeito Municipal de Cachoeira, Sr. Reinoldo Roesch, e correspondente à sua administração durante o exercício de 1938*. op.cit., 1939, p.12
[114] JP, 4/2/1951 Efes & Erres. Izar de Santandré. Lixo, p.3 e 5/12/1956 Escutando & Comentando, p.2
[115] JP, 29/12/1930 Edital Prefeitura Municipal. Concorrência pública. Limpeza de ruas, p.1. Ver também JP, 26/12/1929 Limpeza das ruas, p.3
[116] JP, 26/2/1931 Noticiário. Remoção do lixo, p.3

1929 era de 640 HP, servindo tanto para iluminação pública quanto para suprir residências, casas comerciais e indústrias. Somente a despesa com iluminação das ruas da cidade atingiu a cifra de 37:122$840 réis, em torno de 96% do valor pago pela municipalidade à Companhia Rio Grandense de Usinas Elétricas. A diferença, 1:517$180 réis (4%), foi para pagar as contas dos prédios públicos do município. Além disso, foram gastos 18:644$017 réis em materiais para concerto ou extensão da rede e 2:860$949 réis com o pagamento do encarregado por acender e apagar as luzes, totalizando 60:144$986 réis, ou 3,36% dos 1.786:343$018 réis arrecadados em receitas ordinárias no período.[117]

Por motivos de economia, durante muito tempo as luzes dos postes foram apagadas após as 3 h da madrugada, atitude que, para o JP, "favorecia a ação dos gatunos que, nos últimos dias, protegidos por ela, infestaram a cidade".[118] Nesta época, a concessionária sistematicamente negava-se a ampliar a rede elétrica e instalar novos postes, mesmo com os moradores pagando pelo serviço.[119] Em fins de 1934, o horário de escuridão aumentou, devido ao desligamento da iluminação à 1 h da madrugada. O jornal noticiou da seguinte forma: "Os cidadãos, (e não precisam ser retardatários para andarem aquela hora na rua em época de verão) que são surpreendidos fora de casa depois da uma hora são obrigados a saírem riscando fósforos pelas esquinas para darem com suas moradas".[120] Nos anos 38-39, a rede de cabos de chumbos foi substituída por cabos arados, visto que o sistema até então utilizado freqüentemente apresentava defeitos e gerava sobrecarga de energia.[121]

Em 1939, foi anunciada iluminação em tempo integral, mas durou somente até 1942, quando os blecautes passaram a ser constante sob justificativa da guerra, precaução contra possíveis ataques aéreos inimigos. Começava

[117] *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barbosa, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.38-39

[118] JP, 28/7/1929 Iluminação publica, p.3

[119] JP, 27/11/1930 Noticiário. Iluminação publica, p.3

[120] JP, 13/12/1934 Noticiário. Iluminação pública, p.3

[121] *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, D.D. Interventor Federal, pelo Prefeito Municipal de Cachoeira, Sr. Reinaldo Roesch, e correspondente à sua administração durante o exercicio de 1938*. op.cit., 1939, p.12 e *Relatório da Prefeitura Municipal de Cachoeira, relativo ao exercício de 1939, apresentado pelo Snr. Cyro da Cunha Carlos, sub-prefeito da sede no exercício de prefeito*. op.cit., 1940, p.86

com o sinal de alarme aéreo pelas sirenes, seguido do badalar de sinos e apitos. Logo a seguir, a cidade mergulhada na mais completa escuridão, durante aproximadamente 40 min, quando novo sinal fazia a cidade voltar ao seu estado habitual. O articulista Braz Camilo ironizou a situação: "O que me chateou foi esse exercício de defesa passiva. Há dias que vinha me preparando, e, quando chegou a ocasião, também não vi níquel. Escuridão completa. Se isso é blecaute, há tempo que estou nocaute".[122]

Para quem morava nas vilas e mesmo próximo das principais artérias, essa falta de luz era a regra. Como nessas zonas os moradores eram, em sua maioria, empregados do comércio e da indústria, a escuridão das ruas ameaçava o ir-e-vir diário.[123]

A questão dos custos administrativos que o município tinha que carregar servia para justificar a falta de ampliação da infra-estrutura urbana. Das reclamações mais correntes, expressas nas páginas da imprensa, despontava o peso da dívida do município, face às obras de melhoramento realizadas nas administrações passadas. Em editorial intitulado *A dor dos melhoramentos*, em agosto de 1931, o Jornal do Povo escreveu que o peso da dívida seria tamanho a ponto de espremer "todos os líquidos, choráveis, e, por isso, apresenta agora o aspecto de uma laranja chupada".[124] A cidade estaria em "estado de abatimento e de opressão", com "ar morno, parado e pesado" a envolver.[125]

O município de Cachoeira estava envolto num dilema: se pagava as prestações de juros e amortizações com a pontualidade exigida pelos contratos, ficava reduzida à situação do "saco vazio, não podendo parar em pé"; se não pagasse com pontualidade, não conseguiria restaurar a

[122] JP, 6/4/1939 Noticiário, p.3, 22/10/1942 Cachoeira teve, ante-ontem, o seu primeiro exercício de "black-out", p.2 e 22/10/1942 Braz Camilo, p.1

[123] Em 1954, a usina local foi encampada pelo Governo do Estado. Entretanto, não cessou o racionamento em residências, comércio e indústrias, nem mesmo com a integração ao sistema elétrico estadual, em 1961. A questão da luz era freqüente nas páginas dos jornais. A fisionomia da cidade às escuras representava aspectos lúgubres. Reclamava-se por causa dos bicos de luz quebrados ou queimados e pela falta de lâmpadas nos postes das mais diversas zonas da cidade. Segundo o JP, havia contenda entre prefeitura e a *Companhia Estadual de Energia Elétrica* (CEEE), para saber quem era responsável pela reposição e concerto.

[124] JP, 9/8/1931 Editorial. A dor dos melhoramentos, p.1

[125] JP, 7/4/1932 O aspecto econômico-financeiro de Cachoeira, p.1

saúde e as finanças.[126] Setembrino Melo escreveu que a enorme despesa de conservação das monumentais obras de calçamento, água e esgotos haviam matado Cachoeira e que novos gastos só se "as gentis damas da nossa alta e culta sociedade, de picareta em punho, saíssem para as praças e ruas, a tratar do seu aformosamento".[127]

No balanço contábil referente ao exercício de 1929, as receitas do município somaram 4.140:343$018 réis, incluindo nesse valor o empréstimo feito no Banco do Rio Grande do Sul, na importância de 2.000:000$000 réis, quase 50% do valor da arrecadação anual. As despesas no mesmo período foram de 2.879:370$466 réis, afora o pagamento dos juros da dívida, na ordem de 1.261:616$936 réis. A dívida total do município beirava a casa dos 9.983:871$960 réis, equivalente a cinco anos de arrecadação, assim distribuídos:[128]

	TÍTULOS	DÉBITO (réis)	CRÉDITO (réis)
1	Empréstimo de 1900 para a construção do Teatro Municipal, 68 apólices de 1:000$000 réis cada uma		68:000$000
2	Empréstimo de 1922 par aquisição de terrenos para as obras dos quartéis do Exército Nacional, 36 apólices de 1:000$000 réis cada uma		36:000$000
3	Empréstimo externo contraído com os banqueiros J.G. White and Company, Incorporated, de Nova Iorque, para os serviços de remodelação da cidade e o resgate de empréstimos		7.893:999$960
4	Empréstimo feito com o Banco do Rio Grande do Sul, para o resgate da dívida e outros serviços municipais		1.985:872$000
5	Empréstimo feito com a Caixa Cooperativa Santa Cruzense, para as obras de saneamento da cidade		1.360:000$000
	Importância emprestada para a Intendência Municipal de Porto Alegre e que deve ser descontado do total dos empréstimos	1.360:000$000	
	Saldo líquido do débito do empréstimo da Intendência	9.983:871$960	
		11.343:871$960	11.343:871$960
	Balanço		9.983:871$960

Tabela 6 - Balanço Geral dos Empréstimos Municipais em 28 de fevereiro de 1930. Fonte: *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente José Carlos Barboso*, em sessão ordinária de 20 de setembro de 1930. Cachoeira: Officinas graphicas d'O Commercio, 1930, p.40 e 55

[126] JP, 13/10/1932 Nova Mentalidade - Novos Moldes II, p.1

[127] JP, 2/6/1935 Administração de Cachoeira. Setembrino Melo, p.1

[128] *Relotório opresentodo oo Conselho Municipol pelo intendente José Corlos Borboso, em sessão ordinório de 20 de setembro de 1930*. op.cit., 1930, p.40 e 55

Em 1938, o peso das dívidas ainda era tamanho que obrigou o prefeito Reinaldo Roesch a solicitar suspensão do pagamento de juros e amortizações dos empréstimos pelo período de quatro anos ao Interventor Federal no Estado, General Daltro Filho. A receita orçada foi de 1.800:100$000 réis para uma despesa orçada em 2.697:797$500 réis ou, caso fosse aceito a moratória, 1.898:801$700 réis. Outra medida adotada foi o controle fiscal e a reorganização do órgão arrecadador. Desta forma, a arrecadação municipal no exercício de 1938 foi recorde, 2.372:662$150 réis. As despesas, excluído os serviços de juros e amortizações dos empréstimos, também subiram para 2.197:788$550 réis.[129] No ano seguinte, a receita total arrecadada foi de 2.823:002$000 réis para uma despesa de 2.675:390$300 réis, excluídas as dotações orçamentárias de 874:631$000 réis para pagamento dos juros das dívidas externa (595:178$600 réis) e interna (279:452$400 réis).[130]

A par das dívidas, o crescimento desmedido da cidade ressuscitou o discurso de ordenação do espaço urbano.[131] Até a primeira metade do século XX, as posturas municipais delineavam o rumo que a cidade deveria seguir. O *Código de Posturas Urbanos do Município* fora decretado e promulgado através da Lei n.222, de 19/9/1926. Através da Lei n.302, de 2/1/1929, o intendente José Carlos Barbosa o reformou parcialmente.[132]

Para muitos da elite, a evolução urbana frenética do município nos anos 30 não poderia ser feito sem harmonia. Aurélio Lyra escreveu no jornal em 1934 que era preciso separar as zonas comerciais e residenciais, controlando as novas edificações nos locais mais adequados. A praça deveria ser o centro de diversões, com cafés, cinema e alamedas

[129] *Relotório opresentodo oo Exmo. Sr. Coronel Dswoldo Cordeiro de Forios, D.D. Interventor Federol, pelo Prefeito Municipol de Cochoeiro, Sr. Reinoldo Roesch, e correspondente ò suo odministroçõo duronte o exercício de 1938*. op.cit., 1939, p.1-10

[130] *Relotório do Prefeituro Municipol de Cochoeiro, relotivo oo exercício de 1939, opresentodo pelo Snr. Cyro do Cunho Corlos, sub-prefeito do sede no exercício de prefeito*. op.cit., 1940, p.5-10

[131] Ver AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Uma Idéia de Metrópole no Século XIX*. In: Revista Brasileira de História. v.18 n.35 São Paulo 1998 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0102-01881998000100007&lng=es&nrm=iso - acessado em 16/1/2006]

[132] Lei n.222, de 19/9/1926 e Lei n.302, de 2/1/1929

preparadas para "conduzir os pedestres ou automobilistas que acorressem, na hora habitual das diversões, até a porta principal de um edifício de fachada bem iluminada, com sirenes tocando, rodeados de grupos que palestram, criaria assim o núcleo de diversões da cidade". Os hotéis deveriam instalar-se no Rio Branco, não só pelo charme do bairro, mas pela tranqüilidade, calçamento, arborização: "aí se acha o lugar que está desejando a pessoa que acabou de trabalhar ou divertir-se, na zona central da cidade, para repousar, para receber uma visita, para viver". Para tanto, sugeria que a municipalidade tomasse a iniciativa e desapropriasse os lotes que fossem necessários, mesmo que a época fosse de contenção de gastos e as dívidas abocanhassem parte das receitas municipais.[133]

O problema da falta de ordenamento perdurou nas décadas seguintes, produzindo edificações muitas vezes sem a menor orientação, situação que engendrou o desejo de aplicação do plano diretor, sob a justificativa que somente "dentro de uma previsão de urbanismo uma cidade pode se desenvolver segundo a melhor harmonia e de acordo com as maiores facilidades".[134] Em 1948, chegou a ser cogitada a elaboração do plano diretor,[135] iniciativa não levada adiante antes da criação oficial do Conselho Municipal do Plano de Urbanismo (CMPU), em 28 de maio de 1957.[136] O zoneamento da cidade seria somente na década de 60, tardiamente para fazer frente ao inchaço populacional visto de forma fremente nos anos 55-60,[137] quando o número de habitantes na zona urbana da sede passou de 23.286, num total de 96.633 nas zonas sub-urbana, rural e nos distritos, em 1945-50, para mais de 39 mil no qüinqüênio 1955-60.[138]

[133] JP, 21/6/1934 A cidade. Aurélio Lyra, p.1

[134] JP, 1/1/1939 O urbanismo em Cachoeira do Sul, p.12 e 21/1/1943 Notas locais, p.4

[135] JP, 8/2/1948 Em elaboração o "Plano Diretor da Cidade", p.1 e 20/5/1952 Posturas. Lauro Schirmer, p.2

[136] A Lei Municipal n.602, de 28/5/1957, criou o Conselho Municipal do Plano de Urbanismo C.M.P.U. Fonte: JP, 1/6/1957, p.2

[137] A Lei Municipal n.1059, de 17/8/1964, criou o Plano Diretor da cidade de Cachoeira do Sul. Fonte: JP, 20/8/1964, p.3 e S. A Lei Municipal n.1084, de 19/11/1964, criou a Comissão de História para regular a nomenclatura de ruas e logradouros públicos. Fonte: JP, 22/11/1964, p.7. Ver também JP, 25/10/1964 Plano diretor. João Minssen, p.6

[138] JP, 12/12/1950 96.633 habitantes é o que acusa o resultado final do Censo de 1950 com referência ao Município de Cachoeira, p.1, 6/1/1954 2.338 registros de nascimentos nesta cidade em 1953 - número de óbitos: 539, p.4, 18/3/1955 Cachoeira conta 100.730 habitantes, p.1, 29/11/1960 Cachoeira do Sul cresceu em 70%, p.1, 14/3/1961 Cachoeira deixou de ser o terceiro município do R.G.S, p.1 e 17/8/1961 Decrescem os nascimentos neste município, p.3. As emancipações dos distritos de Faxinal do Soturno (Dona Francisca), Restinga Seca e Agudo, ocorridas no ano de 1958, suprimiram do cálculo demográfico 38.198 habitantes, fazendo com que o município de Cachoeira do Sul deixasse de ser o terceiro mais populoso do Estado, com 84.512 habitantes.

Na questão da ordenação propriamente dita, destacava-se o aspecto estético das construções de residências e casas comerciais. Na virada dos anos 20 a 30, a questão do crescimento urbano cachoeirense estava sendo debatida com bastante alvoroço. Casas velhas, de fisionomia esdrúxulas e fora do alinhamento eram chamadas de pardieiro, afronta à beleza urbana local.[139]

Para um leitor, era doloroso ver na cidade "casas velhíssimas", "enfeiando" as ruas, causando "má impressão" aos visitantes. A fama de Cachoeira, segundo ele, era de uma das mais belas cidades do interior gaúcho, embora a existência de velhas edificações destoassem o visual. Se a praça Baltazar de Bem tinha belos jardins, havia casas seculares em seu redor para enfear; o próprio edifício do Fórum, na testada oeste da praça, parecia mais um pardieiro e não o local da justiça. Em seu entendimento, melhorias poderiam, inclusive, fazer com que muitas pessoas se mudassem para Cachoeira, se não fosse pelo aspecto precário de várias edificações centrais: "muita gente se mudaria para cá se houvesse edifícios em condições de serem habitados e não se visse mais casas em ruínas, o que daria novo aspecto a cidade, diferente do que se nota em todas as ruas".[140] O aspecto de habitações no entorno da praça Balthazar de Bem foi criticado também por outro leitor. No seu entender, três casas abandonadas, "uma delas sem janelas, onde a ratazana passeia impunemente e em cujos fundos demora toda a sorte de imundícies", geravam triste contraste com a "encantadora" praça.[141]

O decréscimo do número de edificações passou a ser preocupação discutida através da imprensa como forma de pressionar o poder público a subvencionar a reformulação estética tão desejada na arquitetura local. A reportagem publicada no Jornal do Povo, em 21 de julho de 1929, deu a entender que o número de novas construções na zona urbana havia

[139] JP, 11/7/1929 Pardieiro, p.1 e 13/10/1929 Alinhamento predial, p.2

[140] JP, 14/5/1931 Pela cidade. AV, p.1

[141] JP, 11/2/1932 Pela Urbs. Contrastes. Petrônio, p.1

diminuído em razão do alto valor das taxas de construção cobradas pela prefeitura.[142] Em outra reportagem, publicada na semana seguinte, em 4 de agosto, o jornal defendeu a redução dos impostos e taxas que recaiam sobre prédios urbanos, atitude que poderia incrementar e estimular novas edificações: "naturalmente que, menos onerados, os construtores, ao invés de irem fazer seus prédios nos arrabaldes, procurariam os terrenos centrais, que, infelizmente, nos sobejam dando a cidade uma aparência triste e feia, de longos muros que se seguem a longos muros". Entretanto, o próprio jornal alertou para os construtores levianos, que conseguiam do município isenções e regalias mas construíam ao "bel prazer, com prejuízo aos interesses coletivos", que faziam o contrário do contratado, que apresentavam "plantas orçadas em grandes somas" mas construíam "simples galpões anti-estéticos".[143]

Para um leitor que escreveu em fins de 1929, a evolução cachoeirense fora diferente de outras localidades. A iniciativa pública precedera a iniciativa privada. Se nos demais centros, o poder público iniciava obras apenas quando havia progresso econômico privado, que exigiria o desenvolvimento de infra-estrutura urbana, em Cachoeira, deu-se o contrário. Por esta razão o choque entre a cidade "civilizada" no espaço público mas "amorfa" nas construções privadas. Segundo ele, "Cachoeira, engana ao que chega, dá-lhe a idéia de um centro de trabalho ativo e intenso, mas, na verdade, os nossos capitalistas só sabem plantar arroz e, por isso, os que poderiam ser aproveitados à frente de um grande estabelecimento fabril, se estiolam, vegetando eternamente à sombra dos balcões". O município assemelhava-se a "moça rica sem dinheiro" que qualquer "velha endinheirada põe no barro".[144]

Para o jornal, o maior responsável por esse estado de coisas era a própria administração municipal. O aspecto de ruínas ostentado por muitas habitações, algumas inclusive incendiadas, gerava a impressão de decadência para a cidade.[145]

Neste contexto, os loteamentos davam mostra de que a cidade crescia também em tamanho. Se a vila Barcelos fora local escolhido para moradia

[142] JP, 21/7/1929 Por que decresce a edificação urbana?, p.1
[143] JP, 4/8/1929 Edificação urbana, p.1
[144] JP, 8/9/1929 A iniciativa particular. S., p.1
[145] JP, 1B/2/1932 A nossa cidade, p.1

de operários e pessoas pobres, que não podiam pagar os alugueis elevados das casas do centro, o loteamento denominado Soares, localizado nas proximidades do Rio Branco, estação ferroviária e rua Júlio de Castilhos, tinha os lotes "mais futurosos da cidade". O anúncio publicado em 1933 explorava essa vantagem. Segundo o vendedor do loteamento, Ari Pilar Soares, o prolongamento da rua 1° de Março ligaria a Soares com o Rio Branco, valorizando ainda mais os terrenos daquela zona.[146]

Nas construções da zona central, anúncios de grandes investimentos privados eram comemorados pela imprensa: o do grande hotel, com "vasto salão para refeições" e 60 quartos com "todos os requisitos necessários"; o da reforma de antigo hotel, "dotando-o de todas as instalações modernas, para o maior conforto de seus hóspedes"; o do belo edifício em estilo moderno; o da nova construção no Rio Branco.[147] O aristocrático bairro, ocupado principalmente pela elite de origem teuta, era considerado a parte mais linda da cidade, dada às novas e imponentes edificações. A proibição de construir prédios abaixo de determinado valor, o traçado largo e retilíneo das ruas, a farta arborização, a iluminação, os encanamentos de água e esgoto, faziam do bairro modelo para os demais munícipes, ponto preferido para passeio dos habitantes de outras partes da cidade.[148]

Muitos anúncios de venda de imóveis passaram a se adequar às novas exigências, como a colocação da expressão "requintes de higiene" no corpo do texto.[149] Imagens de construções modernas, como as da fotografia

[146] JP, 15/5/1930 Vila Barcelos, p.2 e 14/12/1933 Anúncio. Os terrenos da "Vila Soares".p.3 Nas décadas seguintes, os lotes seguiriam sendo vendidos no bairro pela família Soares. Ver, por exemplo, a Lei Municipal n.277, de 17/11/1952, que autorizou o cancelamento de Fabrício Pillar Soares, como "vendedor de terrenos", e a devolução da importância indevidamente cobrada pelo município. Fonte: Livro de Registro de Leis da Prefeitura Municipal, 1952; a Lei Municipal n.324, de 21/7/1953, que autorizou a aquisição de um imóvel de Fabrício Pillar Soares, no bairro Juvêncio Soares, destinado a construção de uma praça. Fonte: JP, 23/7/1953, p.4; e a Lei Municipal n.340, de 27/10/1953, que concedeu isenção de impostos ao casal Ari Pillar Soares, mediante doação de faixa de terras necessárias ao prolongamento da Travessa Domiciana. Fonte: JP, 1/11/1953, p. 2
[147] JP, 6/10/1929 Um grande hotel nesta cidade, p.3, 31/10/1929 Moderno hotel, p.3, 22/1/1933 Noticiário. Novo Prédio, p.3 e 3/11/1929 Nova construção, p.3,
[148] JP, 14/11/1929 Do meu canto. Justa pretensão, p.1
[149] JP, 7/6/1931 Anúncios econômicos, p.3 e 17/9/1931 Anúncios econômicos, p.4

a seguir, demonstram esse desejo da elite pela mudança fisionômica da área urbana.





Figuras 97 e 98 - Residências do bairro Rio Branco e prédio da Agência Ford. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Com a diminuição dos impostos municipais para construção, ainda na administração de Aldomiro Franco (1932-1937), aumentou o número de novas edificações.[150] Os reflexos da iniciativa foram descritos no jornal: "O movimento construtivo é intenso. Edifícios novos e de estilo moderno erguem-se a cada passo, como a mostrar que a cidade, por seus filhos, busca, na renovação dos prédios, ostentar uma eterna mocidade".[151] Mesmo assim, problema que tornou-se grave foi de residências para alugar. Muitos dos que chegavam para instalar-se em Cachoeira, encontravam dificuldade em termos de moradia. A febre das construções tinha limitado-se a residências para moradias dos próprios proprietários e não como fonte de renda. A justificativa alegada era que a renda auferida no aluguel do imóvel não cobriam os altos custos da construção, agravado pela incidência do imposto predial e taxas de água e esgoto, cobertas pelo locatário.[152]

Em 1938, o prefeito Reinaldo Roesch (1938-1939) baixou novo decreto isentando do pagamento de décimas urbanas, por até 10 anos, prédios que fossem construídos com dois ou mais andares. O número de licenças solicitas para construção subiu de 132, em 1937, para 173, em 1938.[153] No ano seguinte, o número de licenças baixou para 127, sendo 46 para prédios de alvenaria, 47 para prédios de madeira, 26 para reformas em geral, 5 para reparos e 3 para demolições. A justificativa para a diminuição do número de obras foi devido ao baixo valor do arroz, principal fonte de renda do município.[154]

O número de edificações em Cachoeira teve outro aumento no início da década de 40. Se no período de junho de 1938 a junho de 1939, totalizou 206, no período seguinte, de junho de 1939 a junho de 1940, aumentou para 295. Os prédios existentes na cidade somavam 3.723, praticamente o triplo do verificado em meados dos anos 10, embora grande parte desse crescimento ter verificado-se nas vilas que surgiam na cidade e ampliavam

[150] JP, 22/10/1933 O movimento construtivo nesta cidade, p.1
[151] JP, 30/3/1939 Caveira de burro, p.1
[152] JP, 25/11/1937 Problemas da cidade. Casas de aluguel, p.1
[153] *Relotório opresentodo oo Exmo. Sr. Coronel Oswoldo Cordeiro de Forios, D.D. Interventor Federol, pelo Prefeito Municipol de Cochoeiro, Sr. Reinoldo Roesch, e correspondente ò suo odministroção duronte o exercício de 1938.* op.cit., 1939, p.12
[154] *Relotório do Prefeituro Municipol de Cochoeiro, relotivo oo exercício de 1939, apresentodo pela Snr. Cyro da Cunha Carlas, sub-prefeita do sede na exercícia de prefeito.* op.cit., 1940, p.86-87

a malha urbana.[155] Mesmo assim, o problema das casas destinadas a aluguel não foi resolvido. Se o preço dos imóveis para venda estava baixa, o mesmo não ocorria com os imóveis destinados para locação, considerados "estratosféricos".[156]

Em janeiro de 1941, o engenheiro Nelson Aveline escreveu no Jornal do Povo sua opinião a respeito das construções prediais. Para ele, o progresso da cidade era avaliado pelo número de construções em andamento: "Há momentos em que as construções prediais assumem aspectos de verdadeiros surtos de progresso, representados pelo movimento das novas construções que surgem por todos os cantos, enriquecendo o patrimônio urbano, fechando os espaços baldios nas quadras e embelezando as ruas". Por trás desses surtos progressistas estaria a expansão econômica local que, em época de carência, fazia com que as cidades estacionassem, "retardando seu desenvolvimento normal, à espera das épocas de prosperidade".[157]

O aspecto estético da arquitetura predial crescia em importância em épocas festivas, como na I Festa do Arroz, quando a prefeitura pediu aos proprietários de imóveis que caiassem as fachadas para causar "aspecto agradável" aos visitantes.[158] Era considerada moderna aquelas residências particulares que tivessem divisão interna adequada aos novos tempos, com peças maiores e melhor distribuídas, luz direta nos quartos e que atendesse aos preceitos de higiene.[159]

Nos anos do pós-guerra, a concepção estética brasileira passou a ter o mote das construções norte-americanas, vista principalmente através do desejo de erguerem-se edifícios com vários andares. A comunidade em geral e a imprensa em especial tentaram aproximar Cachoeira do Sul do modelo *downtown*, com arranha-céus *yankees*. Um exemplo foi o

[155] JP, 18/8/1940 Cachoeira progride!, p.1
[156] JP 28/4/1940 Braz Camilo. Casa para alugar, aqui, é um caso sério, p.1
[157] JP, 9/1/1941 À margem das construções prediais. Eng. Nelson Aveline, p.1
[158] JP, 20/2/1941 Anúncio: Prefeitura Municipal de Cachoeira, p.1
[159] JP, 8/10/1944 Diversas. Moderna casa de apartamentos, p.5. Ver ainda VALADARES, Jorge de Campos. *Qualidade do espaço e habitação humana*. In: Revista Ciências, Saúde Coletiva, v.5, n.1, Rio de Janeiro, 2000 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100008 - acessado em 15/1/2006, que discorre sobre a evolução da habitação humana como tarefa de construir, habitar e compreender o mundo.

edifício do Clube Comercial, cogitado desde 1944. Sua pedra angular foi lançada em julho de 1948, na esquina das ruas Sete de Setembro com General Portinho. Na ocasião, o JP publicou esboço da planta de construção, visando atrair mais pessoas para as festas em prol de seu erguimento.[160]

Justificando a nova tendência de destruir antigas residências particulares para construir nos lotes novos os imponentes prédios, o diretor-articulista do JP, Manoel Carvalho Portella, vulgo *Chinês*, ironizou, em 1947, a simples reforma das fachadas ao invés da substituição completa: "na cidade de *Caxoeira*, na *Conchinchina*, os velhos prédios que depõem contra a estética urbanística, podem ser reformados, ainda que estes pardieiros estejam localizados bem no coração da supradita cidade. Essas coisas são injustificáveis, em todo o caso, isso é lá com eles".[161]

A construção de prédios maiores, materializando as transformações arquitetônicas tão desejadas na zona central, ocorreria somente na década de 50 e principalmente com edifícios públicos: Fórum, Correios e Telégrafos, Exatoria Estadual, Rodoviária e pavilhão na escola João Neves da Fontoura. Cogitou-se, inclusive, a construção da Biblioteca Pública no lugar do prédio do Mercado Público, no centro da Praça José Bonifácio.[162] Os clubes sociais acompanharam essa tendência, ampliando suas instalações. Assim como o Clube Comercial, a Sociedade Rio Branco construiu sua nova sede, agregando restaurante, salão de bailes, pista de bolão e cancha coberta.[163]

As novas construções despertaram manifestação de religiosos, para quem caberia às igrejas "o primeiro lugar em matéria de gosto artístico nas

[160] JP, 27/7/1944 Noticiário. Construção de novo edifício para o Clube Comercial, p.3 e 30/6/1948 O grande e imponente edifício do Clube Comercial, p.10
[161] JP, 16/10/1947 Pingos nos ii... Chinês, p.2
[162] JP, 30/7/1950 Uma lacuna inadiável de Cachoeira do Sul. Pe. Abílio Sponchiado, p.2, 7/11/1950 Entrega do novo edifício do Fórum, p.1, 15/11/1950 Serão inaugurados hoje os novos edifícios do Fórum, Exatoria Estadual e Pavilhão da E. João Neves da Fontoura, p.1, Jornal O Commercio, 8/11/1950, Fórum, p.1, JP, 4/12/1954 Em construção as dependências da futura Rodoviária, p.1, 1/11/1955 Inaugurada a nova Rodoviária, p.1
[163] JP, 1/7/1951 A nova imponente sede da Sociedade Rio Branco será a concretização de uma esperança por muitos acalentada, p.3. Ver também *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996

construções".[164] Essa idéia esteve subjacente em todo processo de mudança da arquitetura local.

Desde o final dos anos 20, o prédio da Igreja Matriz passava por reformas sistemáticas, pois era tido como obra de embelezamento para todo município, razão pela qual comumente solicitava-se o "concurso devotado de todos os habitantes". A reforma de 1928-29 atingiu a cúpula das torres e a colocação de uma estátua de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, erigida no frontispício remodelado da igreja, sobre o corpo avançado da fachada. Através de apedido publicado no jornal, a paróquia apelou para que os cachoeirenses contribuíssem conforme suas possibilidades:

Pedimos aos moradores de fora, da campanha, que nos enviem, sempre que puderem, um óbolo para as obras, sendo que os que não dispuserem de dinheiro podem fazer os seus donativos em espécie. Isto facilitará o auxílio dos colonos que aqui fazem negocio e também dos pequenos lavradores ou criadores deste grande e rico município.[165]

Em janeiro de 1930, a comissão de remodelação da Igreja Matriz resolveu organizar festas mensais em beneficio das obras em andamento, patrocinadas por senhoras da elite cachoeirense.[166]

Através de cartas publicadas no jornal, fiéis discorriam sobre a necessidade do restauro arquitetônico. Paulo de Hipona escreveu que a Matriz constituía "nota dissonante" no "dinamismo progressista" da cidade. Era necessário, segundo ele, reformar o interior e completar as obras no exterior, para que a igreja acompanhasse o progresso do município.[167] Outro fiel, Patrício Albuquerque, escreveu que o templo católico não estava mais à altura do desenvolvimento da povoação, sendo necessário a mesma "unção religiosa" dos antepassados, "erigindo, no mesmo local", "a Matriz digna de Cachoeira dos nossos dias".[168]

[164] JP, 1/4/1952 Cachoeira e suas igrejas. Frei Solitário, p.2

[165] JP, 4/7/1929 Apelo ao povo da cidade e do município, p.1, 19/9/1929 Inauguração de um monumento, p.1 e 15/12/1929 Apedido. Para as obras da matriz, p.2

[166] JP, 5/1/1930 Obras da matriz, p.3

[167] JP, 4/10/1936 A nossa velha matriz. Paulo de Hipona, p.1

[168] JP, 26/9/1937 Cachoeira e a sua nova Igreja Matriz. Patricio Albuquerque, p.1

Além das obras da Matriz, a igreja católica havia erguido, tempos antes, no Alto dos Loretos, zona alta da cidade, a capela São José, entre 1913-1915.[169] O prédio passou por grandes reformas no início da década de 40.[170] Mais próximo do centro, no Santo Antônio, foram construídos na década de 30 a igreja e o convento dos ppredemptoristas, com projetos assinados pelo arquiteto José Lutzemberg. Grande parte das doações destas duas igrejas veio da comunidade italiana.[171]

[169] Sobre a fundação da igreja São José, ver: Jornal O Commercio, 10/9/1913 Capela de São José, p.2, 25/8/1915 Capella de São José, p.2, 13/10/1915 Capella de São José, p.2, 3/11/1915 8alancete de despesas e receitas da Capella de São José, p.3, 22/12/1915 Pequena Loteria em beneficio da Capella de São José, p.2, 8/3/1916 Festa de São José, p.2, 22/3/1916, Culto Catholico, p.2, 5/4/1916, Donativos ultimamente feitos à Capella de São José, p.3, 24/5/1916 Erecção da Via Sacra, p.2 e 8ênção da Capella. Livro Tombo da Paróquia Nossa Sra. da Conceição da Cachoeira, 24/2/1915, p.6v. No Anexo VII, a relação nominal dos doadores para a construção da igreja São José, em 1915

[170] Jornal O Commercio, 17/8/1938 Ampliação e Reforma da Igreja de São José, p.1, 21/2/1940 Ampliação e Reforma da Igreja de São José, p.4, 6/4/1938 Igreja de São José, p.2, 28/2/1940 Igreja de São José, p.4, 27/3/1940 Obras da Igreja de São José, p.3, 6/3/1940 Pró-ampliação e reforma da Igreja de São José, p.1, 24/4/1940 Pró-ampliação e reforma de um templo, p.1, 8/5/1940 Mais contribuições em prol da Igreja de São José, p.1, 15/5/1940 Igreja de São José, p.1, 5/6/1940 Pró obras da Igreja de São José, p.2, 26/6/1940 Em prol do levantamento da Cumieira da Igreja de São José, p.1, 24/7/1940 Legionários de São José, p.1, 31/7/1940 Em prol da Igreja de São José, p.1, 14/8/1940 Para melhoramentos da Igreja de São José, p.2, 4/9/1940 Legionários de São José, p.2, 18/9/1940 Legionários de São José, p.1, 5/2/1941 Remodelação e ampliação da Igreja São José, p.1, 9/7/1941 Igreja de São José, p.2 ,23/7/1941 Imagem de São José, p.1, 12/11/1941 Igreja de São José, p.3. Dados da exposição "Fundação da Capela de São José", Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. No Anexo VIII, relação nominal dos doadores para reformas na igreja São José, entre 1938 e 1941.

[171] Sobre a igreja Santo Antônio, ver: JP, 28/1/1934 A Igreja de Santo Antônio, p.1, 7/6/1936 Festival em honra de Santo Antonio, p.3, 11/6/1936 Festa de Santo Antonio, p.3, 21/6/1936 Igreja de S. Antonio, p.2, 10/9/1936, A nossa igreja de Santo Antonio, p.2, 27/9/1936, Vitrais para a Igreja de Santo Antônio, p.4, 14/2/1937 Catecismo, p.2, 28/2/1937, Piso da Nova Igreja, p.2, 4/3/1937 Dia do Mosaico pró Igreja de Santo Antônio, p.2 e 21/3/1937 Programa da Semana Santa, p.2 e Jornal O Commercio, 27/3/1940 A Igreja de Santo Antonio. Um púlpito oferecido à Igreja de Santo Antonio, p.1. Jornal O Commercio, 10/4/1940, Púlpito à Igreja de Santo Antonio, p.3. Dados da exposição "Fundação da Capela de São José", Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. No anexo IX, relação nominal dos doadores do púlpito para a igreja de Santo Antonio, em 1940





Figuras 99 e 100
Plantas originais da igreja católica Santo Antônio, assinadas pelo arquiteto José Lutzemberg em 1926. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Na vila Barcelos, habitada pelos mais pobres, a capela de Santa Terezinha foi erguida em 1940, tendo os moradores doado o terreno e administrado a construção, que ficou sob responsabilidade de Baptista Carvalho.[172]

No aspecto de manter a ordem estabelecida pela elite, as praças eram importantes trincheiras, visto serem consideradas espaços de sociabilidade por excelência. Por esta razão, na manutenção do espaço urbano, a elite cachoeirense não descuidou delas. A atenção dos moradores estava focada nas duas praças centrais: Balthazar de Bem e José Bonifácio.

Na primeira delas ficava o ***Chateau d'Eau***, que viria a tornar-se símbolo de Cachoeira, verdadeiro cartão-postal da cidade. Em 1933, foram construídos passeios em concreto, "a fim de evitar as erosões produzidas no terreno pelas águas pluviais, o que ocasionava uma despesa avultada de conservação contínua", terminadas a instalação da nova rede de iluminação pública subterrânea, com "elegantes" e "modernos" postes de ferro.[173]

Em 1935, pequeno busto foi construído em homenagem ao centenário de Antônio Vicente da Fontoura. Anos antes, em 1929, já havia sido construído memorial a Getúlio Vargas. Ambas homenagens tinham função didática, eram convites à imaginação do passante, na medida em que atiçavam seletivamente a lembrança.[174]

Na praça José Bonifácio, a grande preocupação da edilidade foi com a vegetação que crescia nos canteiros. Para a elite cachoeirense, as flores tinham de ter cuidado especial pois eram, afinal, "o prazer e a alegria da vida", como escreveu um leitor no Jornal do Povo em 1933. Havia necessidade de afastar as vacas que procuravam a praça à noite para pastar por entre os canteiros floridos, "comendo com um grande apetite animalesco a folhagem e os mais tenros rebentos das roseiras, dos

---

[172] JP 10/7/1940 Capella de Santa Therezinha, p.1, 10/7/1940 Balancete da receita e despeza das obras de construcção da Capella de Santa Theresinha na Villa Barcellos. Doações, p.2, Jornal O Commercio, 11/9/1940 Capella de Sta. Therezinha, p.4, 18/9/1940 Capella de S. Therezinha, p.1 e 16/10/1940 Capella de Santa Therezinha, p.4. No Anexo X, a relação nominal dos doadores para a construção da capela de Santa Terezinha, na vila Barcelos, em 1940

[173] JP, 15/1/1933 Noticiário. "*Choteou d'Eou*", p.3

[174] JP, 17/10/1929 Memorial ao Ex.mo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, p.1 e 22/9/1935 Busto existente na Praça Dr. Balthazar de Bem, p.1

jasmineiros, das azaléas, etc."[175] Para os articulistas habituais do jornal, as praças deveriam ser cuidadas pelas próprias famílias que dela faziam uso.[176]

Essa preocupação estética com a José Bonifácio desencadeou a polêmica, que perpassou praticamente as décadas de 20-30, envolvendo a demolição do chamado "velho barracão" e construção de novo prédio para abrigar o cinema Coliseu Cachoeirense. Ainda na gestão de João Neves da Fontoura, foi aberta concorrência para exploração do cinema, prevendo a construção de um novo prédio,[177] mas permaneceu "no plano aéreo e irreal dos projetos e das hipóteses". O vencedor foi Henrique Comassetto, proprietário do Coliseu desde 1921. Com o término do contrato, a empresa Comassetto & Carvalho Ltda., reavivou a idéia da construção do novo cinema, a fim de renovar a concessão. Caso contrário, a prefeitura demoliria o "velho barracão" da praça. Por esta razão, em meados de 1931, foi feito novo anúncio. Dois anos depois, em outubro de 1933, em resposta ao ofício enviado pelo administrador do Coliseu Cachoeirense, o Conselho Consultivo do município abriu concorrência para construção do novo cinema na praça José Bonifácio, no mesmo lugar do antigo prédio. Para o Jornal do Povo, o barracão de tábuas e zinco destoava e imprimia "flagrante contraste" na "harmonia e no bom gosto dos melhoramentos levados a efeito durante o período da administração João Neves".[178]

Pelo edital de concorrência pública, publicado em março de 1934, o novo teatro-cinema deveria ser construído na praça José Bonifácio, com 30,5 metros de frente e 60 metros de fundo, num total de 1,83 mil m².[179] Embora a firma Comassetto & Carvalho tivesse ganho a concorrência, postergou a construção até fins de 1937. Em fevereiro de 1938, o novo

[175] JP, 25/6/1933 As nossas praças públicas, p.1

[176] JP, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira . Foi um sonho, nada mais O.M., p.1

[177] No Ato nº 1105, de 21/9/1926, João Neves da Fontoura determinou ao Secretario do Município que abrisse concorrência para a construção e exploração de um Teatro Cinema nos terrenos situados na Praça José Bonifácio, pertencentes à Municipalidade. Fonte: IM/GI/DA/ADLR-010, 1926, p.167

[178] JP, 30/6/1931 Noticiário. Novo teatro, p.7, 15/10/1933 Noticiário. Uma velha aspiração que, parece, vai se tornar realidade, p.3, 1/1/1934 Cachoeira terá, ainda este ano, um novo cinema, p.3 e 22/2/1934 Noticiário. Um novo cinema, p.3

[179] JP, 4/3/1934 Edital. Concorrência para a construção de um Teatro-Cinema, p.4, 17/6/1934 Projeto da Construção do Cine Teatro, p.3 e 3/5/1936, Ainda o Novo teatro, p.3

prédio, construído na rua Sete de Setembro ao invés de na praça, foi inaugurado com a exibição do filme ***Cidade do Pecado***, com Jeanette Mc. Donald e Clark Gable.[180]





Figuras 101 e 102
Cine-teatro Coliseu Cachoeirense, construído na praça José Bonifácio, no ano de 1911, e posteriormente transferido para a rua Sete de Setembro, em estilo art decó, já deteriorado, nos anos 90.
Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

No início da década de 40, foram construídos na praça José Bonifácio o coreto para a Banda Musical do maestro Horn, as canchas para basquete e voleibol, "possivelmente das melhores do Estado", e o novo quiosque-bar, explorado por Alberto Tromer, com "belíssimo aspecto pela exigência

[180] JP, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira. Foi um sonho, nada mais, p.1, JP, 17/10/1937 Que nome deverá ser dado ao novo cinema?, p.5, 12/12/1937 Ainda não foi escolhido o nome para o novo cinema, p.1 e 17/2/1938 Cachoeira terá hoje em diante, um dos melhores Cine-teatros do Estado, p.2

de suas linhas, o que equivale dizer que muito contribuirá para o embelezamento do mais central e mais bonito logradouro público da cidade". Neste conturbado período, o antigo cinema foi substituído pela seção recreativa para crianças, com diversos aparelhos infantis, o café A Carioca foi remodelado e o terreno ao redor do Mercado foi aplainado com cascalho e terra, para servir de estacionamento.[181]

Todas essas questões dizem respeito ao próprio crescimento urbano em curso e são imagens que metaforizam positivamente a modernidade, "como fruto e casa de chegada do progresso", estabelecendo pontes entre o moderno e o urbano.[182]

Como escreveu um articulista do Jornal do Povo, em fins de 1930, "hoje, Cachoeira é outra, está mudada, nova e com outra gente". Ou o olhar do visitante que viu a "beleza estética da cidade, aparelhada, como as principais cidades do mundo de tudo que é necessário ao conforto, à salubridade, ao aperfeiçoamento físico e moral de um povo".[183] Para o poeta cachoeirense Lisboa Estrazulas, a cidade tinha "movimento urbano", "bons automóveis, cafés, restaurantes chiques, boa luz, bom calçamento".[184] Para outro leitor, Cachoeira era "alegre como um salão de baile e acolhedora como um jardim". A impressão, ao vê-la, era de que havia chegado-se a grande cidade. Era como os "maridos que se orgulham, intimamente, de que as suas mulheres sejam elegantes e cobiçadas, enquanto, de público, se lastimam das despesas que elas lhes acarretam".[185]

Tentei até aqui elucidar os elementos que caracterizaram os processos de formação econômico-urbana de Cachoeira, em especial sua sede. Procurei entender a dinâmica da construção desse espaço central; como aumentaram os reclames dado o êxodo populacional de subalternos, ora em curso. A partir desta radiografia urbana, de sua constituição e conformação, procuro remontar daqui pra frente o cotidiano cachoeirense, reconstituindo-o historicamente, tentando ver a cidade como resultado das relações de poder entre os sujeitos da história,[186] entre estabelecidos e *outsiders*.

Nestes últimos capítulos, persigo as rupturas ou mudanças nos padrões de comportamento vistas nas práticas cotidianas da elite local, no período em questão. Procuro entender os fluxos e refluxos originados pela dinâmica das modificações urbanas, especialmente no que se refere às práticas cotidianas da elite cachoeirense. Procuro mostrar que, com a colisão entre grupos heterogêneos, este ambiente coletivo que propiciava práticas cotidianas que buscavam apresentar o "verniz civilizador" tão desejado pela elite local, ambiente que significava segurança familiar, dado seu pequeno círculo social, passou a sofrer modificações profundas e avassaladoras.

[181] Jornal O Commercio, 6/3/1940 Construído um coreto para a Banda Musical, p.1 e 14/8/1940 Embelezamento da Praça José Bonifácio, p.1. JP, 5/7/1942 Reabertura do café "A Carioca", p.5, 13/12/1942 Vida desportiva. Canchas para basquete e voleibol, p.2, 4/2/1943 Inaugurado o Estádio de Basquet-ball, p.2, JP, 7/2/1943 Edital de Concorrência Pública para a construção e exploração de um quiosque e bar na Praça José Bonifácio, p.3 e 14/3/1943 Noticiário. Será iniciada dentro de breve tempo a construção do quiosque bar da Praça José Bonifácio, p.3. Termo de abertura de proposta para construção de um Quiosque à Praça José Bonifácio, 16/2/1943. Fonte: PM/D, 003, p.B

[182] SCHPUN, Monica Raisa. *Luzes e sombros do cidode (São Poulo no obro de Mório de Androde)*. In: Revista Brasileira de História. v.23 n.46 São Paulo, 2003 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt - acessado em 12/10/2005]

[183] JP, 23/11/1930 Recordações. De tudo me recordo com saudades... AV, p.1 e 19/1/1930 O Rio Grande visto por um yankee, p.1

[184] JP, 16/7/1931 Sol – engenheiro-mór. Lisboa Estrazulas, p.1

[185] JP, 6/8/1931 Cachoeira, cidade-coxilha, p.1

[186] SCHAAF, Mariza, GOUVÊA, Regina. *Significodos do urbonizoçõo: troços e fontes do historiodor*. In: SÁ, Cristina [et al.], *Olhor urbono, olhor humono*. op.cit., 1991, p.57

Parte II

práticas cotidianas com verniz civilizador



4. Civilidade e convivência

4.1. Regramento de conduta como fortalecimento e diferenciação da elite

A convivência da elite com os subalternos no espaço urbano cachoeirense mostrava-se de forma peculiar no regramento social imposto simbolicamente pela e para a nata da sociedade cachoeirense dos anos 30-45. Conforme Norbert Elias, o "processo civilizador" do comportamento dá-se na busca de unidade de determinado grupo social. Seguir ou não as regras adotadas é o que permite pertencer ou não ao grupo. As regras formam a auto-imagem que permitem estabelecer as diferenças dos de dentro e dos de fora, dos de cima e dos de baixo. Para Elias, "o fato de uma dada classe em uma fase ou outra do desenvolvimento social formar o centro de um processo e, desta forma, fornecer modelos para outras classes, e de que estes modelos sejam difundidos e aceitos por elas já pressupõe uma situação social e uma estrutura especial de sociedade como um todo, em virtude da qual a um círculo é cometida a função de criar modelos e a outro de difundi-los e assimilá-los". Ele mostra em detalhes algumas destas mudanças na integração social que detonaram as mudanças de comportamento, tais como usar garfo e faca, assoar o nariz, escarrar, etc.[1]

Assim, a razão da elite estabelecer determinadas regras de comportamento ou etiqueta ocorre pela vontade de diferenciar-se da plebe. Só assim, assenta e mantém certo distanciamento. Por outro lado, é muito forte a vontade popular de aproximar-se cada vez mais desta

---

[1] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador volume 1: uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.124

elite, o que o faz por meio da assimilação das regras de comportamento. É o perpétuo movimento de estabelecer regras para distanciar e assimilar regras para pertencer. Na medida em que determinadas regras de comportamento são assimiladas, outras regras são criadas para restabelecer e impor novamente as diferenças sociais. Todavia, este processo civilizador não segue movimento mecanicista nem autômato. Pode que as regras não sejam assimiladas por completo, por questões econômicas e culturais, ou assimiladas de forma distorcida, adaptadas, permitindo à elite reafirmá-las, resgatando o aspecto tradicional das regras ou mudando sua roupagem, reconfigurando-as. Pode ainda que as regras de comportamento impostas sejam repelidas de súbito, repudiadas inteiramente, como forma a estabelecer identidade grupal dos que não fazem do grupo que busca diferenciação social.

Nos anos 30-40, as regras da fina flor da sociedade cachoeirense eram influenciadas e identificavam-se, em certa medida, com o cosmopolitismo porto-alegrense e o da capital federal, Rio de Janeiro. Estes, por sua vez, também frutos da ***belle époque*** européia, em especial a parisiense.[2] A ***Crônica da moda***, escrita por B.L. em 1939, assinala bem essa questão ao registrar que Cachoeira, "graças ao seu desenvolvimento", progredia em termos de moda feminina: "o belo sexo da elite cachoeirense acompanha a moda dos grandes centros". O texto lembrava que o chapéu completava os trajes chiques da época, tornando-se indispensável em qualquer ocasião. De tamanho pequeno se fosse à noite ou com o vestido "*soirée*" e de aba média com "***tailleur***".[3] A nota ***Gesto gentil***, publicada em 1931, expõe condição idêntica. O Bureau Pelotense de Informações ofertou, na época, a senhorita Nair Corrêa, rainha cachoeirense da Primavera, com uma "***Petite Renarde***", enfeite feminino para toaletes, "o ***chic*** da moda".[4] O uso de expressões francesas em ambos textos denota a forte influência européia

[2] Ver PAULILO, André Luiz. *Os artífices da metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque*. In: Revista Educação e Sociedade. Vol.25 n.87 Campinas/SP: CEDES, Maio/Ago 2004 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000 200010 - acessado em 13/03/2006]

[3] JP, 26/3/1939 Crônica da moda. B.L., p.2

[4] JP, 15/10/1931 Noticiário. Gesto gentil, p.3

As reformas urbanas, tidas como a "regeneração da cidade", tinham semelhante gênese e comungavam com ideais parecidos, legando prodigiosas novidades para a elite, na medida em que construíram ou melhoraram significativamente o espaço público da zona central. Calçamento de ruas e passeios, ajardinamento das praças, iluminação pública e aterramento de esgoto, isso tudo significou mudanças no fazer e proceder no urbano.

As regras de civilidade em Cachoeira foram forjadas neste contexto. Em 1935, por exemplo, a coluna ***Vida Social*** publicou periodicamente regras de etiqueta, de como sorrir, passar pelas portas, dar gorjetas, usar maquiagem, portar-se no teatro, nos cafés ou em jantares dançantes, montar a cavalo, receber convidados, comer e palitar os dentes, discursar ou fazer brindes à mesa, pagar honorários, usar o telefone, aspectos das cartas, como escrevê-las e perfurá-las, qual tipo de papel e caligrafia a usar, etc.[5] Tais regras deveriam ser observadas nos encontros desta elite, principalmente os festivos. Em 1929, o chique da cidade era a Confeitaria Central, na rua Sete de Setembro. O anúncio publicitário destacava a elegância do estabelecimento: "V.S. quer passar algumas horas distraído, ouvindo boa música num lugar confortável e chique? Vá todos os dias na Confeitaria Central. Rua Sete de Setembro n.141".[6] Nesta época era comum festejar o Dia da Flor, quando senhoras da "melhor sociedade" vendiam flores por todos os recantos da cidade, em benefício de alguma obra assistencial, como a remodelação da Igreja Matriz.[7]

Desde os anos 20, a recepção oferecida em ambientes privados estava em voga. A festa íntima realizada na residência de Balthazar de Bem, em 1922, já dava mostras do quanto esses encontros seriam importantes para a elite cachoeirense. O fato da festa ter sido registrada em fotografias demonstra a estirpe dos convidados. O vestuário do "belo sexo" é outro indício forte de como a elite local estava em plena sintonia com o que havia de mais chique na moda européia.

[5] JP, Coluna Vida Social, p.2, edições das seguintes datas: 1/8/1935, 8/8/1935, 11/8/1935, 15/8/1935, 22/8/1935, 25/8/1935, 29/8/1935, 8/9/1935, 12/8/1935, 19/9/1935, 22/9/1935, 3/10/1935, 10/10/1935, 13/10/1935, 17/10/1935, 24/11/1935, 28/11/1935, 5/12/1935 e 8/12/1935

[6] JP, 22/8/1929 Anúncio, p.3

[7] JP, 7/7/1929 Noticiário: o dia da flor, p.2


Figura 103 - Instantâneo da festa íntima na residência de Balthazar de Bem, pose do belo sexo, em 1922. CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande álbum de Cachoeira no Centenário do Independência do Brasil*, op.cit., 1922

Nas chamadas "reuniões íntimas" eram servidos "gelados" e "doces finos", ao som de jazz, como o Melodia de Ouro, dirigido pelo maestro Henrique Horn, que fazia "sucesso de arromba", ou o Treme-Terra, sob a direção de Darci Schaurich e Darci Carvalho. O que havia de "*chic* em Cachoeira" comparecia. Os jantares eram considerados "opíparos" (esplêndidos), compostos de finos "acepipes" (petiscos). E mesmo que os aniversários não tivessem organização prévia, o grande número de pessoas que aparecia para felicitar o aniversariante já permitia fazer-se de improviso animadíssimo "sarau dançante" que prolongava-se "até altas horas da noite entre as mais expansivas demonstrações de alegria". Em muitas festas, os amigos "assaltavam" a residência do aniversariante que oferecia, logo em seguida, "fina mesa de chá" no clube ou sociedade. [8]

Esse empolamento aristocrático nos eventos sociais foi, inclusive, uma das formas encontradas para dar sobrevida e perpetuar a diferenciação

[8] JP, 2/2/1933 O lado cor-de-rosa da vida, p.2, 21/5/1933 Vida social. Aniversário festejado, p.2, 16/3/1933 Vida Social. Aniversário festejado, p.2, 22/6/1933 Vida Social. Aniversários festejados, p.2 e 24/12/1936, Vida Social. Recepção, p.2

social, atitude considerada necessária e mesmo desejada pela elite local frente à desorganização provocada pelo intenso fluxo de subalternos chegados na zona urbana. Nos anos subseqüentes à guerra, as confraternizações sociais da elite não seriam descritas de maneira diferente. Em 1945, o colunista Ruy Porto relatou a festa de quinze anos de Mafalda Schneider, filha de Edwino e Corina Cunha Schneider. A recepção dos convidados na entrada, os salões engalanados, a mocidade de "rara beleza" nos sofás, gabinetes, copas, "grupos alegres de senhoritas e rapazes" aguardando o início do baile, a banda de jazz. Sob acordes de valsa, o pai deu início aos festejos, dançando com a aniversariante. Para o comentarista social, ele irradiava alegria e orgulho por ver "coroado de êxito todos os seus esforços entregando agora à sociedade cachoeirense mais um fino ornamento". Esta concepção denota o quanto aquele momento deveria ser sublime para a jovem, mas que também ela era coisificada, tratada como objeto de propriedade do pai, que a adornava a seu modo, entregando-a para a sociedade e, posteriormente, para o marido.[9]

Como passaporte para o pertencimento à minoria cachoeirense, essas regras de civilidade necessitavam ser observadas também nos relacionamentos afetivos, nas ligações sentimentais de gênero, entre homens e mulheres. A começar pela separação social, fruto dum segregacionismo racial implícito. Em 1929, por exemplo, um homem negro e bem vestido chamava a atenção de senhoritas brancas. De certa maneira, o jornal incita os homens a insurgirem-se contra o que denomina "atentado". Em nota publicada, informa sobre "rumores" de que os homens não compreendam a "nobreza de certos sentimentos". Prevê ainda que o "D. Juan" termine "a beleza de seu romance" na cadeia. De forma natural, conclui que a sociedade era assim mesmo, não admitia "almas brancas, a não ser em corpos brancos".[10]

Nessa sociedade exclusivista, onde os cavalheiros trajavam branco, as damas deveriam ser tratadas com galhardia e os hóspedes com acolhimento.[11] Atitudes cotidianas motivavam debates. O articulista E.R. criticou aquilo que designou de "demonstração de incivilidade" quando

[9] JP, 30/12/1945 Inesquecível festa social. Ruy Porto, p.2
[10] JP, 28/7/1929 Um homem negro, p.1
[11] JP, 8/11/1931 Noticiário. Confeitaria Central, p.3 e 22/6/1933 Bilhetes urbanos. A Zizi. Marinha Noronha, p.1

homens ocupavam o passeio para fazer palestras, obrigando senhoras e senhoritas a fazer a volta ou mesmo descer da calçada. Segundo ele, a não ser que fosse adotada a praxe das capitais, de se andar pelo lado direito, indistintamente, as "boas maneiras" asseguravam o lado da parede ao "belo sexo".[12] Braz Camilo polemizou sobre a melhor forma de saudação e despedida pessoais, que variavam conforme a situação. Chamou de pastrana a senhorita que despediu-se com um "passe bem", recebendo, como resposta para tal atitude desavergonhada, um "e vice-versa".[13]

A pretensa elegância e gentileza que os homens deveriam ter com o sexo feminino escondia, em seu âmago, relações de profunda desigualdade. É o sentido que Pierre Bourdieu dá para a história das mulheres, vista como a história de uma relação de dominação, entre mulheres (dominados) e o olhar histórico (dominantes) que, de certa forma, alicerça a dominação masculina. Para ele, "a relação de dominação exerce-se essencialmente através da violência simbólica, através da imposição de princípios de visão e divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres e, em particular, ao corpo feminino". Desta maneira, a violência simbólica, campo da relação de dominação, reside na perspectiva de como enxergar a mulher e o corpo feminino, em sua fragilidade, no trabalho afeito às coisas leves, como o doméstico.[14] Uma história feminina em que os direitos

[12] JP, 14/4/193B Luz! Mais luz! E.R., p.1

[13] JP, 14/4/1940 Braz Camilo, p.1

[14] Segundo Bourdieu, o fundamento da dominação masculina é que ela se reproduz a partir da incorporação da legitimidade do princípio da dominação nas percepções femininas. Ver BOURDIEU, Pierre. *Observoções sobre o histório dos mulheres*. In: DUBY, G., PERROT, Michelle. *As mulheres e o histório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p.57-59; BOURDIEU, Pierre. *A dominoção mosculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999 e CHARTIER, Roger. *Pierre Bourdieu e o histório. Debote com José Sérgio Leite Lopes*. In: Revista *Topoi*, Rio de Janeiro: PPG História Social/UFRJ, mar. 2002, pp. 139-1B2 [disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi4a5.pdf - acessado em 17/3/2006]. Ver ainda VELOSO, Renato. *Relações de gênero: notas introdutórios*. In: Enfoques On-line. Revista eletrônica dos alunos do programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ PPGSA, v.1, n.1, dez/2002. [disponível em http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/pdfs/julho2003.pdf - acessado em 17/3/2006], GALSTER, Ingrid. *Cinqüento onos depois de O segundo sexo, o quontos ondo o feminismo no Fronço? Umo entrevisto com Michelle Perrot*. In: Revista Estudos Femininos. Vol. 11, n.2, Florianópolis/SC, jul-dez, 2003. [disponível em htpp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0104-026X2003000200010 - acessado em 1B/4/2005]

de igualdade foram forjados numa lenta e prolongada enunciação.[15]

Na imprensa cachoeirense, o papel feminino no relacionamento era posto de maneira pontual. A mulher solteira que sustentasse a casa era considerada grande "abacaxi", pois o pretenso noivo, como futura "cabeça do casal", teria de assumir a responsabilidade pela família da esposa.[16] As jovens tidas por feias e que descuidavam das aparências, dificilmente arranjariam casamento, visto que na apresentação visual residia a atração dos rapazes.[17] Era bastante comum homens publicarem anúncios procurando moças para casamento. O cronista Juvenal relatou o desfecho duma destas situações. O cidadão, após anunciar suas pretensões, recebeu correspondência nos seguintes termos:

Cachoeira, 4.9.36. Sr. Cupido. Consoante seu anúncio no Jornal do Povo e julgando-me em condições de satisfazer os requisitos exigidos pelo mesmo, pretendo casar-me, apresento-me dando o seguinte perfil e dados: residência própria, com garagem, atualmente nesta cidade; fortuna em dinheiro e jóias, para mais de oitocentos contos de réis (800:000$000); moça, airosa (modéstia à parte), cor clara, cabelos e olhos negros, sinalsinho preto acima da covinha da face, regular cultura espiritual e física. Quanto à 1ª qualidade, a de ser bela, só vendo pra crer; e a respeito da 2ª qualidade, a de ser estúpida, isto não resta a menor dúvida, porque, apesar de bem jovem, sou viúva, em segunda núpcias, e aqui estou para lhe fazer uma contra-proposta de casamento. Para consumação do ato, basta que o anunciante preencha os seguintes requisitos: que além de jovem, esbelto, belo, cor clara, cabelos e olhos castanhos, tenha cultura espiritual e física; quanto á espiritual não exijo que seja muito aprimorada, porque, como diz o ditado: "quanto mais burro, mais peixe", que além dos 800:000$000 mensais, deva possuir um bom auto, afim de que a vida afetiva e efetiva do lar, tenha o seu prolongamento ao ar livre. Como não exibiu fotografia, pode o proponente aparecer em carne e osso e contratar com o original, no Alto dos Loretos, travessa da Avenida Brasil, casa térrea, uma porta e duas janelas na frente, três janelas e jardim de amor perfeito ao lado. Jeannette

[15] Ver BRUM, Rosemary Fritsch. *Umo cidodes que se conto. Imigrontes itolionos e norrotivos no espoço sociol do cidode de Porto Alegre (1920-1937)*. Tese de Doutorado [orientadora Nuncia Santoro Constantino], Porto Alegre/RS: Pontifícia Universidade Católica/RS, PPG-História, 2003, onde objetivou o olhar perspectivo, o estranhamento do estrangeiro; e BRUM, Rosemary Fritsch. *Mulheres imigrontes: o lento enuncioção dos direitos*. In: SELBACH, Jeferson (org.). *Mulheres: histório e direitos*. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2005, p.33-46, onde aprofunda a análise das italianas chegadas nas primeiras décadas do século XX, em Porto Alegre, e sua condição histórica de exercício dos direitos que acompanham a condição democrática.

[16] JP, 3/4/1938 Bilhetes urbanos. E.R., p.1

[17] JP, 24/3/193B É obséquio tirar o chapéu E.R., p.1

O perfil da mulher que respondeu ao anúncio é de alguém pertencente a círculos sociais distintos, com bens particulares, apesar de jovem, medianamente culta mas bem apessoada. E de personalidade forte, a ponto de fazer contra-proposta, impondo alguns pré-requisitos, como beleza física e boas condições sócio-econômicas. Como cupido, o cronista narrou a resposta do pretenso noivo, que desconsiderava a oferta, afirmando que o "negócio" não poderia concretizar-se, sob o argumento de que "seu delicado paladar repele, instintivamente, manjares que já foram servidos e tocados por defuntos". O fato da pretendente ser viúva traria a ele outra desvantagem. Como nunca casara, teria de enfrentar "adversária extremamente experiente nas pugnas matrimoniais". Para terminar, sugeriu a ela que procurasse as agências Prudêncio Schirmer ou Werlang, a fim de obter o tão desejado automóvel para pôr em sua garagem vazia.[18]

Mostra da profunda desigualdade estabelecida simbolicamente entre as comunhões afetivas era a idéia de que, para os casados, a vida conjugal matava a paixão. O anúncio do estúdio fotográfico Aurora, em 1933, retrata parte desta questão ao tentar vender seus serviços. A melhor recordação do casamento seria o retrato.[19] De forma semelhante, Braz Camilo apontou em crônica escrita em 1941, o arrefecimento do casamento, a perda de energia e entusiasmo dos enlaçados. Num certo baile, em ambiente de grande animação, com todos querendo "penetrar nos umbrais do ano novo dançando", a moça triste e solitária não despregava os olhos de certo homem. O amigo deste, notando o fato, comentou com ele que o gesto pedia apresentação, ouvindo como resposta: "Não pede, é minha mulher".[20] Nos processos judiciais envolvendo litígios conjugais prevalecia essa discriminação. Em 1931, o juiz da Comarca, Dionisio Marques, julgou improcedente a ação de desquite proposta por Miguelina de Moraes Lima contra seu marido Ataliba Chaves de Lima, procedendo a reconvenção oposta por este, para decretar o desquite e mandar que a criação e educação dos filhos do casal ficasse a cargo do marido.[21]

[18] JP, 10/9/1936 Instantâneo. "Endereço errado" Juvenal, p.1
[19] JP, 22/1/1933 Anuncio econômico. Noivos!, p.3
[20] JP, 1/1/1941 Braz Camilo. O Baile, p.1
[21] JP, 10/12/1931 Noticiário. Desquite Decretado, p.3

Essa prevalência masculina podia ser encoberta, em certa medida, por nuances específicas, como o romantismo atribuído a geração dos homens nas décadas de 20-40. O papel masculino, nesse sentido, aproximava-se da melancolia e saudosismo pela amada, amor muitas vezes não correspondido. Em momentos como esse, em que o coração derretia-se no mais desconsolador dos prantos, em que a garganta apertava, afirmava-se que o sujeito podia optar em tomar estricnina para envenenar-se, comprar uma vitrola para ouvir música deprimentes ou escalar o amigo para discorrer em lástimas.[22] Assim como em outras cidades brasileiras, era comum as serenatas dos "vagabundos líricos", "poetas anônimos da rua", que erravam na noite com violão em punho, entoando "descantes amorosos para dulcinéias desdenhosas".[23]

Todavia, para além do confronto de atribuições sociais nessas relações de gêneros, o papel feminino da mulher cachoeirense até os anos 40 ultrapassa o estereótipo da fragilidade, meiguice e simpatia feminina, em contraposição ao imbatível, indócil, rude ou mesmo melancólico do macho. No seio do universo feminino residiam conflitantes relações sociais, nada implícitas.[24] Nas décadas de 30-40, quando o município balizava a região através da administração de seus vários distritos, a cachoeirense era notícia no jornal num duplo aspecto: pertencente à elite, onde descreviam-se seus refinamentos, ou subalterna, onde os defeitos morais eram explorados.[25]

As que participassem dos concursos de beleza eram consideradas pela imprensa como senhoritas de "fina educação, de traquejo social, dotadas de elegância".[26] A miss cachoeirense de 1930, Alzira Torres, foi descrita como "linda e meiga", que fez-se "queridíssima de todas as suas companheiras de torneio", dos quais tornou-se "dedicada e adorável amiguinha". Como orgulho da elite, portanto de toda comunidade na visão do Jornal do Povo, destacava-se a inserção no mundo social da "tão nobre e encantadora miss", "bela expressão das altas qualidades

[22] JP, 15/8/1929 *Spleen*, p.1
[23] JP, 18/8/1929 Na vida intensa da cidade. Dentro da noite, p.3
[24] Ver CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e violência simbólica*. In: DUBY, G. PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. op.cit., 1995, p.37-44
[25] Desenvolvi essa idéia em SELBACH, Jeferson. *Mulheres cachoeirenses: elite e subalternas se diferenciam*. In: ___ (org.). *Mulheres: história e direitos*. op.cit., 2005, p.5-32

espirituais da alma feminina riograndense".[27] Antes da partida para o concurso regional, fez "concorridíssimo bota-fora" em sua homenagem, sendo-lhe oferecidos inúmeros ramalhetes na ocasião, gestos que procuravam reforçar a idéia de que tratavam-se de pessoas civilizadas e especiais.[28]

Esta visão elitista impregnava outros concursos, como o da escolha da rainha da I Festa do Arroz, realizado em 1941 e a Festa do Trigo de 1956, onde todas candidatas tinham que ser filhas de plantadores ou de proprietários de moinho; ou ainda como em épocas carnavalescas, quando a escolha da rainha do carnaval recaía entre associadas dos clubes tradicionais: Clube do Comércio, Rio Branco, Grêmio Náutico e Clube União Familiar.[29]

As descrições da época refletem o simbolismo de que se revestia a cerimônia. No carnaval de 1932 do Clube Comercial, a rainha Maria Antonieta de Carvalho foi conduzida com suas aias ao trono armado no fundo do salão do baile.[30] A pompa perdurou nos anos seguintes. Em 1952, Ila Lara fez um *tour*, levando "folia desde a mais fina e aristocrática sociedade, até ao mais humilde salão", como Cordão de Ouro e Filhos do Morro,[31] ato que desejava mostrar a inexistência de diferenças sociais sob o reinado do Momo.

Entretanto, os espaços de animação carnavalesca eram espacialmente bem delimitados. A elite festejava nos clubes enquanto os demais acompanhavam blocos populares nas ruas. O desequilíbrio social mostrava-se na organização da festa. Os simplórios desfiles nas ruas não eram páreos para a decoração e os trajes refinados nos clubes. Como veículo de comunicação da e para a elite, o jornal apontava as diferenças. Nos clubes, a folia era animada; nas ruas, o desfile não tinha sucesso. Muitos cronistas usavam do sarcasmo para estigmatizar as folionas subalternas. Em 1948, o diretor do JP, Manoel de Carvalho Portella, assinando a coluna *Pingos nos ii...* com o pseudônimo de Chinês, ironizou as carnavalescas:

[26] JP, 17/4/1930 Concurso de beleza, p.1
[27] JP, 25/5/1930 Concurso de beleza, p.2
[28] JP, 8/5/1930 Noticiário. O embarque de miss Cachoeira, p.3
[29] SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p. 189-200
[30] JP, 11/2/1932 Carnaval. Os bailes realizados estiveram brilhantes., p.2,
[31] JP, 2/3/1952 Carnaval nas Sociedades locais, p.4

Estamos nas vésperas de carnaval. Vocês não observaram uma coisa? Os jornais diariamente aparecem cheios de anúncios com os seguintes dizeres: 'precisa-se de uma empregada - Tratar rua tal n.° tal'. Gente boba mesmo. Então não sabem que as 'morenas' querem é rosetar...[32]

A ironia reflete as marcas infames imputadas às mulheres subalternas pelas famílias da elite cachoeirense da época, que as tratavam com menosprezo e desconsideração a ponto de afirmar que, mesmo em eventos populares como o carnaval, elas não deviam descuidar dos empregadores. Ao mesmo tempo, colocava-as em posição de despudoradas, ao utilizar o termo "rosetar", que significa divertir-se à larga com pessoa do sexo oposto. Agravado pelo fato do juízo de valores vir do próprio diretor do jornal, demonstrando de quem a imprensa cachoeirense, em especial o Jornal do Povo, era porta-voz.[33]

De forma quase unânime, as qualidade morais daquelas que concorriam a miss ou rainha contavam pontos nos júris, compostos por pessoas que pudessem refletir o desejado perfil social elitista de seu tempo. Mesmo as rainhas dos carnavais dos clubes e sociedades, escolhida entre aquelas mais animadas, não podiam ser despudoradas. Outro aspecto era a própria beleza, vista na época principalmente pela cor do cabelo, dos olhos e o tom da tez. Estes três quesitos demarcavam o território do estigma do corpo feminino. Numa época em que as vestes da elite escondiam a maior parte do corpo, ter pele, cabelos e coróides naturalmente da cor desejada, além da chamada educação civilizada, podia garantir destaque e possibilitar virar modelo para as demais, razão pela qual o concurso de miss era tão concorrido e educava-se desde cedo para ele, através dos concursos de beleza infantil.[34]

Muitas textos opinativos do jornal nesta época, escritos em sua maioria por homens, demarcavam o modelo de mulher em voga, frágil por natureza e que, por isso mesmo, deveria colocar-se atrás do homem, pondo em segundo plano seus interesses pessoais. Em 1933, Marlus defendeu de forma irônica o nudismo feminino pois fortalecia a saúde do corpo. Só para as mulheres porque elas seriam fracas por excelência, "um murro bem dado pode achatá-las", escreveu textualmente. As da

[32] JP, 19/2/1953 Carnaval animado nos clubes mas ausente na rua, p.3
[33] JP, 25/1/1948 Pingos nos ii... Chinês. Precisa-se de uma empregada, p.2
[34] JP, 17/4/1930 Concurso de beleza, p.1, 25/5/1930 Concurso de beleza, p.2 e 14/7/1932 Noticiário. Concurso de Beleza Infantil, p.3

elite carregavam o estigma da futilidade, como gastar todo tempo que dispunham para andarem bem vestidas, visto que a escolha do figurino demandava várias horas, desde a compra da fazenda e aviamentos até as horas e horas gastas nas modistas ou no toalete. Se andassem nuas, aproveitariam melhor o tempo cuidando dos maridos, pais, irmãos ou dos filhos, que usavam as roupas "sempre em petição de miséria". A iniciativa faria, inclusive, com que as despesas do lar diminuíssem consideravelmente.[35] Para corroborar com este ponto de vista masculino, o Jornal do Povo reproduziu carta publicada originalmente no Correio do Sul, de Bagé/RS, assinada por Romeu Bomba, intitulada *Eterno feminino*. Para ele, "rímel, rouge, crayon, cutex, pós de arroz e Magic, e perfumes, e mais outras baboseiras" serviam para as mulheres enganarem os homens. Tudo isso trazia o infortúnio para o lar, agravado pela carestia dos anos 30.[36]

De certa forma, os textos antecipam o sentimento de perda de prioridade que os homens veriam agravado nas décadas seguintes. A imagem de desperdício e futilidade femininas foi a resposta masculina para a ampliação do espaço econômico-social pelas mulheres. Um destes espaços ocupados era o próprio "guiar automóveis", reduto tipicamente masculino. O cronista Juvenal inventou a lei autorizando somente mulheres balzaquianas a dirigir, pela razão que "só depois dos 30 é que a mulher pode gozar, em toda plenitude, de sua liberdade de locomoção".[37] Outro espaço masculino, invadido pelas mulheres, foi a política. O voto feminino foi tido como "contra-senso", visto que homens e mulheres juntos eram concebidos somente em eventos de menor importância, como banquetes, bailes e piqueniques. A atração feminina poderia acarretar em flerte eleitoral, algo "imoral" e que poderia acarretar as "piores conseqüências", verdadeiro "desastre social".[38]

Já o mundo feminino subalterno era retratado principalmente em suas questões vexatórias. Não podiam ser consideradas decentes as mentirosas,

[35] JP, 11/5/1933 Porque sou pelo nudismo das mulheres. Marlus, p.1 e 25/6/1933 Geladeira, p.1
[36] JP, 17/5/1934 Eterno feminino. Romeu Bomba, p.1
[37] JP, 3/12/1936 Instantâneos. Juvenal. Proibição, p.1
[38] JP, 18/10/1931 O voto feminino, p.1 e 30/3/1933 Edital de qualificação. Cartório eleitoral da 9ª zona, Cachoeira, p.3. No Anexo XI, relação nominal das eleitoras de Cachoeira, cartório eleitoral da 9ª zona, em 1933, com número do título.

fofoqueiras, aventureiras, vulgares, que mandavam fazer vestidos e não pagavam a costureira. Moças de família não promoviam reuniões de homens nem faziam escândalos em público, como brigas a tapas, dentadas e puxões de cabelo ou falar impropérios.[39]

A imoralidade, que valia tanto para as da elite quanto para as subalternas, era freqüentemente combatida nas páginas do jornal. A crônica *Meias curtas*, assinada por C. em 1933, polemiza acerca da "audácia" de algumas mulheres em usar meias soquetes, que chegavam apenas à altura do tornozelo e deixavam a mostra a "epiderme das perna femininas". O autor defende seu uso, argumentando ironicamente que haveria de chegar o tempo em que a moda faria as mulheres não usarem meias, sequer as curtas.[40]

Amores não correspondidos poderiam levar as moças atentarem contra a própria vida, algo comum na medida em que publicamente entendia-se que as adversidades eram reparáveis mas intimamente a comunidade fechada condenava as "desonradas".[41] Nos anos 30-40, eram freqüentes os casamentos na delegacia. O autor da desonra podia escolher entre ser trancafiado pelo crime de "defloramento" - de ter roubado a honra da moça sob promessas de casamento, antes do enlace definitivo - ou assumir o casamento. Nesse caso, o delegado ficava responsável por fazer os arranjos necessários, como ultimar os papéis para o casório. Realizaram-se no ano de 1933 nada menos que 54 casamentos nestes moldes.[42]

Podia que o autor do crime oferecesse algo para a desvirginada desistir do processo, como dinheiro ou objetos de seu interesse, ou mandasse publicar no jornal apedido declarando "a bem da verdade e por ser de alta justiça, que a senhorita é uma moça honesta e virtuosa, nada se podendo dizer que afete a sua honra".[43] Embora não decisivo, o

[39] JP, 17/4/1930 Suposições, p.1, 31/7/1938 Ocorrências policiais, p.3 e 21/1/1948 Pingos nos ii... Chinês, p.2
[40] JP, 23/3/1933 Meias curtas. Crônica Social. C., p.1
[41] JP, 10/10/1929 Quis morrer, p.3
[42] JP, 23/8/1931 Os delitos repugnantes, p.2, 11/5/1933 Noticiário. Concessão de habeas-corpus, p.3, 14/1/1934 Seção livre. Declaração necessária, p.3, 18/1/1934 Noticiário. Casamentos na polícia, p.3, 12/8/1934 Vida forense. Crime de estupro, p.3, 9/9/1934 Noticiário. Crime de defloramento, p.3 e 15/5/1938 Ocorrências Policiais. Queixa e casamento, p.3
[43] JP, 1/5/1930 Polícia, p.3 e 1/10/1931 Seção livre. Declaração, p.2

rompimento do hímen representava prova importante da consumação do ato carnal. Para Boris Fausto, a sociedade simbolizava a honra feminina na membrana vaginal, distinguindo as mulheres puras e impuras. Como seu maior capital, cabia às mulheres manter intacto o "selo". Os homens temiam expor-se ao ridículo casando com moças chamadas popularmente de "furadas".[44]

As desonradas podiam optar pela via criminosa, como abortar, motivadas por variadas razões: vaidade, dificuldades da vida ou para encobrir os "desvios da vida honesta". Já em 1929, o Jornal do Povo desencadeou campanha em nome da moralidade da sociedade cachoeirense para combater a prática do aborto, que matava o "fruto da união pecaminosa", "ato que a moral condena, a sociedade reprova e a que a lei pune severamente".[45] A forma como a questão era tratada, na imprensa ou no meio social requintado, refletia o estado de espírito da época. O filho indesejado significava desviar-se da vida digna, honesta, desviar-se dos preceitos religiosos, portanto, condenada a morrer em estado de pecado, ter reprovação divina e privação definitiva da comunhão com Deus. Para as subalternas, a exigência de seguir tais preceitos não chegava a ser rigorosa. Mas para as moças da elite, que viviam num ambiente onde os atos eram determinados por regras simbólicas muito mais perversas, deixar de segui-los era atentar contra a moral e os bons costumes, podendo ser, inclusive, excluídas do convívio social.

Tais atitudes refletem a postura machista da época mas também possibilitam o entendimento de que o padrão elitista tão desejado não era seguido à risca por todas mulheres. Quebrar os votos de castidade significava mais do que se deixar encantar pelas promessas do amado; era a própria revolução sexual em curso, que se intensificaria com o término da guerra, através do uso de antibióticos para controlar doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis, da integração da mulher no mercado de trabalho, das políticas de planejamento familiar, com o uso da pílula em resposta à explosão populacional.

[44] FAUSTO, Bóris. *Crimes e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984. O crime aparece no Código Penal de 1890 (art. 267) como "defloramento" e no Código Penal de 1940, como "sedução" (art. 217).

[45] JP, 19/9/1929 Abortos criminosos, p.2 e 29/7/1934 Noticiário. Infanticídio, p.3

De certa forma, eram tentativas de romper com a força da tradição moral religiosa que aprisionava tanto homens quanto mulheres, embora os varões acabassem não valorizando as normas de forma tão contumaz, sem muita obstinação e afinco. Mesmo numa época em que os bígamos eram presos e julgados, comumente homens casados em outras cidades passavam-se por solteiros e namoravam mulheres cachoeirenses.[46]

Essa moral religiosa sustentava sua legitimidade nas estatísticas, principalmente da quantidade de fiéis e do número de espaços religiosos. Os números do IBGE, referentes a década de 20, mostram que 93,5% do total de templos no Brasil eram católicos. Entre catedrais, matrizes, basílicas, igrejas, capelas, oratórios e santuários, havia um total de 11.271. Minas Gerais era o Estado com maior número (2.496), seguido de São Paulo (1.731), Rio Grande do Sul (937), Bahia (927) e Pernambuco (664). Em relação aos adeptos, somente no ano de 1933 foram batizados no catolicismo 1.159.470 fiéis. Até a década de 40, a média de batizados no Brasil ficou em torno de 1,4 milhões/ano, número representativo para uma população estimada em 41 milhões.[47]

Em Cachoeira, o catolicismo influenciava a vida de boa parte das pessoas, a elite em especial. Nossa Senhora da Conceição foi escolhida como padroeira da cidade. Sua estátua foi posta no frontispício da Igreja Matriz. Eram freqüentes os apelos para obras e reformas dos templos católicos.[48] Acontecimentos religiosos atraíam milhares de fiéis, como a chegada do coração do padre Roque Gonçalves.[49] O Jornal do Povo propagava os ideais do catolicismo, ainda mais sob direção de Liberato Salano Vieira da Cunha. Como escreveu a leitora Carina Pessoa: "sem ser um jornal religioso, a sua orientação é verdadeiramente católica, imprimindo no feitio do jornal

[46] JP, 24/6/1934 Noticiário. Vida forense. Crime de bigamia, p.3 e 22/4/1934 Declaração. Rubem Leitão Schutz, p.5

[47] Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. Tabelas: Culto Católico em 1933, Culto Protestante em 1922, Movimento religioso no culto Católico em 1933. Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Anuário estatístico do Brasil 1941/45. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946. Tabela Média anual dos batizados no culto católico romano, segundo as unidades da federação em 1943.

[48] JP, 4/7/1929 Apelo ao povo da cidade e do município, p.1, 19/9/1929 Inauguração de um monumento, p.1, 15/12/1929 A pedido. Para as obras da matriz, p.2 e 20/6/1935 Lenda de Cachoeira. Lisboa Estrazulas, p.1

[49] JP, 25/2/1940 Constitui em grande acontecimento religioso a chegada a Cachoeira do coração do padre Roque Gonçalves, p.1

a sua idéia, a sua atitude firme, de defesa dos princípios da nossa Igreja Católica e dos nossos costumes cristãos".[50]

Apesar da maioria dos cachoeirenses declararem-se católicos, outras religiões ou seitas encontraram terreno fértil na cidade para desenvolver suas atividades. No Brasil, as 734 sedes de igrejas evangélicas recenseadas nos anos 20 representavam pouco mais de 6,5% das católicas. Os protestantes concentravam-se principalmente em São Paulo (155), Rio Grande do Sul (109), Rio de Janeiro (75), Minas Gerais (75) e Bahia (59). O censo de 1939 dividiu as congregações em católicas e acatólicas. Respectivamente: 3.376 e 343 no Brasil, e 310 e 88 no Rio Grande do Sul. O número de templos acatólicos apontado neste recenseamento aumentou consideravelmente, subindo para 1.626 (1.228 protestantes e 398 outros), no Brasil, e 373 (299 protestantes e 74 outros) no Rio Grande do Sul. Na metade da década, o número de pessoas que se declararam protestantes foi de 167.457 no Brasil e 30.663 (18,31%) no Rio Grande do Sul (atrás apenas de Santa Catarina com 32.606).[51]

O tratamento da imprensa cachoeirense às outras congregações religiosas diferiu daquele dispensado ao catolicismo. Assim como para os negros, loucos e prostitutas, os "mandigueiros", "macumbeiros", "pais-de-santo" ou "médiuns" eram estigmatizados pelo senso comum e pelos saberes propalados pelas elites brasileiras, envolvendo, em uma só trama, sujeitos que tinham em comum a pobreza, a exclusão e a desqualificação, que representavam o inverso da "alva segurança nômica propalada pela religião institucionalizada e pelos saberes oficiais".[52] Num misto de aceitação e repulsa, estava em xeque a capacidade de convencimento de algo não palpável: a fé.

[50] JP, 30/6/1946 "Jornal do Povo". Carina Pessoa, p.17. ver também JP, 9/4/1957 Cachoeira do Sul veste luto. Altamir Ceratti, p.2

[51] Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. Tabela: Culto Protestante em 1922. Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939. Tabela distribuição e natureza das congregações religiosa arroladas em 1936 e Classificação dos edifícios em 1936. Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939. Tabela Culto protestante em 1935. Igrejas, pessoas filiadas e movimento religioso, segundo as Unidades Federadas.

[52] ISAIA, Artur César. *Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de umbanda no Brasil da primeira metade do século XX*. In: Revista Anos 90, Porto Alegre/RS: UFRGS/PPG História, n.11, julho, 1999

Nos anos 30, a visita de cartomantes era comumente noticiada através de anúncios no JP – "Madame Helba. Cartomante internacional. Hospedada no Hotel Rosa recebe visita dos interessados e atende chamados á casa de famílias. Faz estudos grafológicos sobre a vida política, comercial e particular. Poucos dias nesta localidade." – ou em pequenas notas: "Uma quiromante famosa. Já de há dias que nesta cidade está a famosa quiromante européia Madame Kitty, podendo ser procurada no Hotel do Comércio".[53]

Notícias contrárias ganhavam maior destaque, como a da mulher numa localidade do interior cachoeirense, publicada em 1931. Por ela ter sido "atuada" por "espírito mau", em plena estação local, levou "sopapos" do "pai santo" que a acompanhava e que ordenou: "Espírito malvado, deixa em paz esta matéria que não te pertence".[54] Os que diziam curar as doenças do corpo e do espírito por meio de "mandingas" e "orações", ganhavam a alcunha de "vigaristas", sendo normalmente presos pela polícia. Num destes casos, dentre o considerável número daqueles que procuravam o curandeiro, achavam-se pessoas conhecidas do meio social.[55]

Muitos fiéis católicos buscavam os mesmos benefícios espirituais, mas em espaços legitimados, como no túmulo da escrava Josefa, erguido em 1928 pelo devoto Francisco Bifano, após ter passado 16 anos angariando fundos. Embora não reconhecida como santa, católicos fervorosos ajoelhavam-se para pedir fortuna, ventura, saúde, paz ou mesmo fé. De forma elogiosa, o jornal defendia o "povo anônimo" que orava perante o túmulo da escrava Josefa, subindo "ao céu o balbucio fervoroso das preces, queixas e pedidos, suplicas e lamentações".[56]

Além dos relacionamentos sociais e afetivos, as regras de civilidade, que serviam como condição de identificação para o pertencimento à minoria cachoeirense, abrangiam, no contexto da fé, a vida pós-morte.

[53] JP, 30/4/1933 Anuncio: Madame Helba. Cartomante internacional, p.2 e 24/5/1934 Noticiário. Uma quiromante famosa, p.3

[54] JP, 24/9/1931 Notícias do interior do Município. Estação Pertile. Espíritas e macumbeiros, p.4

[55] JP, 4/6/1933 Prisão de um vigarista, p.3

[56] JP, 8/8/1929 Na vida intensa da cidade. Misticismo, p.1

4.2. Até que a morte os separe

A desigualdade social, impressa nas relações cotidianas dos vivos, mostrava sua forma derradeira nas alamedas dos cemitérios. Exemplo marcante era o dia 2 de novembro, data especialmente destinada a reverenciar os mortos, como se eles tivessem autorização para retornar da pátria espiritual e visitar aqueles que deixaram para trás. As regras simbólicas exigiam reverenciar com dignidade os antepassados, não só ir ao sepulcro para acender velas, orar e chorar copiosamente, mas fazer silêncio em torno dos mortos, falar com voz abafada para não perturbar a paz dos que se foram. Para Norbert Elias, essa é uma das formas de distanciar os vivos dos mortos. "São os vivos que exigem reverência pelos mortos, e têm suas razões. - escreveu ele - Essas incluem seu medo da morte e dos mortos; mas muitas vezes também servem como meio de aumentar o poder dos vivos".[57]

Na cachoeira dos anos 1920-40, o dia consagrado aos ancestrais fora sempre concorrido. A visitação em massa servia para santificar os que partiram. O movimento de veículos intensificava-se grandemente, a ponto da inspetoria de tráfego freqüentemente estabelecer medidas para não ocorrer acidentes.[58] Em 1936, o Jornal do Povo denunciou que o dia de finados mais parecia encontro dedicando aos vivos. A rua central do Cemitério Municipal transformara-se em praça pública, onde "grupos de ***dandys***, de mãos nos bolsos e chapéus empurrados para a nuca, faziam despreocupadamente o ***footing***, atirando olhares indiferentes para as inscrições nos túmulos". Alguns se agrupavam nas sepulturas, "papagueavam entre gargalhadas". As moças, sentadas nos degraus dos mausoléus, observavam os rapazes caminhar no mormaço. Podiam ser vistos "namorados de barracas armadas" entre sorrisos, cochichos e olhares de "peixe morto". Algumas senhoras orando ajoelhadas ao pé das sepulturas lembrava que aquilo não era um ***garden-party*** e que devia-se dar respeito à memória daqueles cujos restos ali repousavam. Mas o passeio despreocupado continuava e o namoro não sofria interrupção. "Naquele Finados, o amor reinou sobre a morte", sentenciou o jornal.[59]

Neste clima de fomento do respeito às coisas sagradas, a forma de narrar a relação vida e morte também marcava a diferenciação social. Para

[57] ELIAS, Norbert. *A solidão dos moriubundos. Envelhecer e morrer*. op.cit., 2001, p.40
[58] JP, 3/11/1929 Dia de Finados, p.3
[59] JP, 5/11/1936 Instantâneos. Finados, p.1

quem fosse da elite cachoeirense, as notícias relativas aos falecidos eram verdadeiros necrológios, recheados de elogios. Para dignificar os defuntos nobres, os redatores do jornal não poupavam expressões encomiásticas.

Numa necrologia de 1930, o sujeito com temperamento impetuoso e severo foi tido como alguém que "escondia um rigoroso sentimento de justiça para todas as suas ações e um grande e boníssimo coração", que, caso errasse, "procurava logo corrigir o erro, não consentindo que, por sua culpa, resultasse qualquer prejuízo as partes".[60] Senhora conhecida na cidade foi descrita como portadora de "gênio bondoso" e "apreciáveis virtudes", além de ser "esposa amantíssima e mãe extremosa", que "exemplarmente, fez o bem indistintamente durante toda sua vida".[61] Em outra nota, o ardoroso federalista foi chamado de "homem laborioso e progressista, dotado de uma lúcida inteligência natural", que possuía "apreciável qualidades de caráter e coração".[62] Em nota de falecimento publicada em 1935, Leandro Barbosa, de tradicional família cachoeirense, foi dado como "estimado e conceituado cidadão", que soubera "prolongar os conceitos em que eram tidos os seus progenitores".[63] No mesmo ano, Ottilia Preussler, esposa do comerciante Germano Preussler, foi considerada virtuosa e "boa mãe", com afabilidade e "bondade no coração".[64]

Mesmo nos anos 40, a morte de pessoas da elite produzia notícias laudatórias. Em novembro de 1943, o afogamento de Iolanda Ramondini Santos, "distinta" senhorita da sociedade cachoeirense, foi considerado lastimável.

Elemento de grande destaque em Cachoeira, onde desfrutava de inúmeras simpatias e ralações sociais, sua morte foi motivo do mais intenso pesar. Contava a desventura jovem apenas 18 anos de idade e pertencia a uma das mais conhecidas e relacionadas famílias de Cachoeira. Sua atuação nos meios sociais desta cidade a fizeram imensamente conhecida e estimada no extenso círculo de suas relações. Possuidora de elevados dotes e de um fino trato, suas atividades na vida social cachoeirense criaram-lhe um lugar de alto relevo em nosso meio, onde era um dos

[60] JP, 25/12/1930 Necrologia, p.3
[61] JP, 1/1/1931 Necrologia, p.5,
[62] JP, 11/1/1931 Necrologia, p.1
[63] JP, 23/6/1935 Leandro Barbosa, p.2
[64] JP, 14/4/1935 Noticiário. D. Ottilia Preussler, p.3

mais finos ornamentos. As reuniões de cunho festivo emprestava o encanto de sua bela voz, e nos empreendimentos de caráter beneficente, Iolanda tinha um lugar de destaque pela dedicação com que se votava a essas atividades. Cachoeira sentiu de um modo particularmente profundo morte dessa distinta jovem e por ocasião de seus funerais testemunhou vivamente esses sentimentos.[65]

Em narrativa semelhante, a morte de Miguel Scheidt, que conquistou grande destaque nos meios rizícolas locais, também "ecoou dolorosamente em Cachoeira". Assim que espalhou-se a constristadora notícia, grande número de pessoas acorreram à casa mortuária para "prestar as derradeiras homenagens ao extinto", bem como "apresentar condolências à família enlutada".[66]

Em se tratando de desconhecidos, as notas de falecimento eram menos pomposas, como a de Januário Moreira, 29 anos, "solteiro, cor mista", que faleceu subitamente, vítima de apoplexia cerebral, ou a da "preta Maria Cândida", encontrada morta em conseqüência do frio.[67] Esse desleixo informativo com os subalternos fazia parte do contexto da imprensa, uma vez que o jornal era produto da e para a elite. Nada mais natural que vinculasse a morte daqueles que pertenciam a ela de forma elogiosa. Além do mais, a brevidade das notas de falecimento dos desconhecidos demonstra a pouca importância que eles tinham no seio desta sociedade excludente.

Os ***outsiders*** ganhavam maior espaço editorial na medida em que faziam algo inédito, como atentar contra a própria vida. Em fins dos anos 20 e início dos 30, a quantidade de suicídios foi considerada tamanha a ponto de ser chamada de epidemia. Aqueles que tirassem sua própria vida não recebiam missa pois os padres estavam impedidos de fazê-la pelos rituais canônicos da época. Todavia, isso não impedia que muitos se matassem, principalmente jovens moças desventuradas.

Em fins de 1929, o Jornal do Povo anunciou que não mais noticiaria os casos registrados, argumentando que "para que a descrição de um ou outro caso não possa, por suas circunstâncias dramáticas, arrastar, sob

[65] JP, 25/11/1943 Trágico desaparecimento de uma jovem, p.2
[66] JP, 2/7/1944 Miguel Scheidt, p.2
[67] JP, 5/7/1931 Noticiário. Morte subita, p.3 e 9/7/1931 Morreu de frio, p.3

qualquer contrariedade banal, algum espírito fraco e impressionável a prática de um ato transloucado, enchendo de dor e de luto as pessoas que lhe são caras".[68] Estranhamente, a regra valeu somente para casos ocorridos entre famílias tradicionais, para aqueles conhecidos na sociedade cachoeirense. São escassas as notícias sobre suicidas de avantajada condição social. Não que inexistissem. Muito mais em respeito aos que conviviam socialmente com editores e redatores. Mesmo na questão do atentado contra a própria vida, impregnavam-se os valores de legitimação social da elite, embora de forma contrária a usual, pela ausência da anunciação.

Os motivos dos suicidas eram os mais variados: desonra, amores mal correspondidos, oposição de familiares contra casamento, etc. O meio mais utilizado era a ingestão de veneno, normalmente aquele que estivesse ao alcance, como cianureto e arsênico, produtos vendidos livremente nos armazéns locais.[69]

Assim como nos obituários, os suicídios de cachoeirenses desconhecidos eram retratados sem grandes pompas. Normalmente, eram postas somente as iniciais do nome ou utilizada a expressão "de tal" após o primeiro nome, de certa forma um desdém com relação a estirpe do sujeito. O "pardo Honorato de tal" discutiu com sua mulher, saiu para a rua e embriagou-se até morrer. A serviçal G.M., 15 anos, "de cor mista", suicidou-se porque seu amante resolvera ir no baile solteiro. M.M.S., 22 anos, "de cor preta", tirou a vida porque foi "desprezada pelo homem que amava". Ambos ingeriram fortes doses de cianureto.[70] São constantes nessas descrições a caracterização da cor da pele: "pardo" por tratar-se de pessoas mulata, "mista" pela descendência diversa e "preta" por ser negra.

Poucas vezes o Jornal do Povo descrevia detalhadamente os atos transloucados. Fez isso quando tratava-se de bela jovem de 19 anos, que entrou num restaurante localizado na Sete de Setembro, principal artéria

[68] JP, 24/10/1929 Noticiário. A epidemia dos suicídios, p.3
[69] JP, 20/10/1929 A epidemia de suicídios, p.2, 1/1/1930 Suicídio, p.3, 3/4/1930 Suicídio, p.3, 3/9/1931 Noticiário. Tentativa de suicídio, p.3, 2/10/1932 Noticiário. Suicídio, p.3, 21/12/1934 Noticiário. Suicídio, p.3, 21/3/1935 Noticiário. Suicídio, p.3
[70] JP, 27/11/1930 Noticiário. Suicídio, p.3, 27/4/1931 Noticiário. Suicídio, p.3 e 9/7/1931 Noticiário. Honorato quis morrer, p.3

da cidade, no anoitecer de uma segunda-feira de 1931, e pediu uma garrafa de gasosa. Sem que o garçom percebesse, ela adicionou cianureto e ingeriu a mistura em seguida. Disse ao garçom que era a última gasosa que bebia e lhe entregou algumas cartas que continham o motivo do ato: a jovem apaixonara-se por um rapaz que não retribui-lhe o amor. "Perdidas as esperanças para conquistá-lo e não podendo viver sem meu eleito, tomei a firme resolução de me suicidar", teria escrito a jovem.[71]

Mesmo anunciando que seguia a orientação de não fazer publicidade desses acontecimentos, eventualmente o jornal noticiava casos de suicídio. Em 1939, deu destaque a três atentados ocorridos num período de poucos dias, sob alegação de que o delegado de polícia, através do jornal, solicitava às casas comerciais que restringissem a venda dos venenos comumente utilizados,[72] como se fosse possível antever a vontade dos compradores em se matar. Em 1942, noticiou dois casos, citando o nome de ambos suicidas. No primeiro, um rapaz andou por várias casas comerciais procurando comprar uma corda. "Não muito - pediu ele - três metros, apenas para me enforcar". Ninguém levou-o à sério, até encontrarem seu corpo balançando num galpão. No segundo, outro rapaz despedira-se calmamente dos amigos, entrou no bar, pediu aperitivo e água tônica, adicionou cianureto, solicitou ainda lápis a uma das pessoas que se achavam perto e misturou o veneno. Após, ingeriu e debruçou-se sobre a mesa. Posteriormente descobriram que não estava dormindo, mas morto.[73]

Desta forma, os acontecimentos diários imbricavam-se tanto na vida quanto na morte, no trânsito da rua e no caminhar nas calçadas, nas regras de civilidade e convivência, no conservadorismo dos relacionamentos, entre homens e mulheres, na moral religiosa, nos amores não correspondidos e nos filhos indesejados. Nesta dinâmica que limitava os espaços de atuação, colocando cada um no seu devido lugar, de acordo com sua condição social, as práticas cotidianas excludentes coligiam aspectos diversos, como o lazer diário ou o próprio ambiente hostil que afetava o dia-a-dia da elite cachoeirense, por mais que lutasse para manter longe esses espectros.

[71] JP, 9/4/1931 Noticiário. Suicídio impressionante, p.3
[72] JP, 26/2/1939 Noticiário. Suicídios, p.3
[73] JP, 29/11/1942 Duas pessoas suicidaram-se, p.5

5. Deleite: gozo íntimo, prazer pleno

5.1. Lazer ao ar livre: entretenimento em público

No entretenimento da elite cachoeirense, em suas atividades de lazer dos anos 30-45, residia a tentativa de manutenção de tradições e valores tipicamente burgueses. Isto revelava-se no modo como os membros da fina flor local ocupavam seus momentos de ociosidade: festas sociais ou bailes, diversões noturnas como o cinema, eventos culturais como teatro ou concertos musicais, distrações que podia mudar conforme o período do ano - carnaval, festas são-joaninas e reveillon -, conforme os locais - piqueniques em balneários, banhos no rio Jacuí - ou dar-se no dia-a-dia - cafés, confeitarias, hipódromo, em esportes como natação ou tênis.

O lazer da elite cachoeirense, na primeira metade do século XX, não foi produto exclusivo da urbanização e da industrialização, até porque o ritmo de crescimento da Princesa do Jacuí não podia ser comparado ao frenesi das cidades maiores, como Porto Alegre ou São Paulo, onde a produção em série e a maquinaria romperam abruptamente com o modo de vida cotidiano - não tanto da elite, mas em especial, dos subalternos, embora as mediações entre os diferentes grupos sociais tenham produzido efeitos comuns a ambos - descolando o trabalho do tempo natural, controlado artificialmente o trabalho, subordinando-o a lógica e racionalidade próprias.

Em Cachoeira, a dinâmica industrial não apartou completamente os espaços produtivos das sociabilidades decorrentes das relações trabalhistas. Suas pequenas dimensões urbanas aproximavam trabalho e vida cotidiana. Embora caminhasse em mediano ritmo de industrialização,

permitia com que as pessoas compartilhassem relações diárias mais intensamente. Além disso, o lazer - que nesse sentido deveria ser a antítese das rotinas - tornava-se complemento das atividades diárias.

Como visto por Norbert Elias, o entretenimento implicava igualmente em determinado controle e auto-controle social, auxiliando na formação de comportamentos, normas e condutas sociais, ainda mais tratando-se de minoria prestigiada. As escolhas do tempo livre formariam pólos de tensões no seio da sociedade, semelhante ao trânsito e a sociabilidade. O autocontrole dos impulsos desenvolveria a "segunda natureza" dos indivíduos, compondo o processo civilizador dos costumes, com práticas cotidianas que buscavam o verniz civilizador.[1]

Por ser área eminentemente elitista, ainda não invadida maciçamente pelos *outsiders*, a zona urbana central de Cachoeira possibilitava maior freqüência dos momentos de diversão em público dos estabelecidos da alta sociedade, reafirmando a estanque divisão imposta pelas fronteiras simbólicas.

A mais pública dessas diversões era o banho ao ar livre. A moda dos banhos de mar em Cidreira e Tramandaí ou no balneário Cassino durou até fins de 1929, quando a crise econômica mundial imputou limites para os gastos com superficialidades, como as longas viagens ao litoral. Por conta disso, após duas décadas de ostracismo, os banhos no Jacuí voltaram a moda entre a alta sociedade nos verões da décadas de 30. O ambiente era o porto, na ponta sudeste do núcleo central. O trajeto era curto. Seguia-se pela rua da Igreja, descendo na rua da Ladeira até o Passo do Jacuí (ambas atualmente denominadas rua Moron). Os banhistas utilizavam a ilha existente defronte o porto. Segunda opção eram as pedras na cachoeira do Fandango, algumas centenas de metros acima.

[1] ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1985. Ver ainda MIRANDA, Célio Roberto Turino de. *No trilho de Macunaíma. Ensaio para uma política pública do lazer*. Dissertação de Mestrado, [orientador Marcos Tognon], Campinas/SP: PPG História, Universidade Estadual de Campinas, 2004 [disponível em http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000316330 - acessado em 20/3/2006], que procurou as influência do lazer e do chamado "tempo livre" na formação das identidades e comportamentos sociais; e MAFFEI Jr., João. *Valores, lazer e recreação na sociedade contemporânea*. Dissertação de Mestrado [orientadora Elaine Ferreira], Florianópolis/SC: PPG Engenharia de Produção, UFSC, 2004 [disponível em http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/16710.pdf - acessado em 20/3/2006]

Ambas alternativas desapareceram com a construção da barragem em 1957. Costumava-se ir normalmente nos finais de tarde, a partir das 18 horas até o anoitecer.

Com o aumento da freqüência de famílias tradicionais, novas regras de civilidade passaram a ser exigidas, principalmente com relação ao vestuário. Os trajes de banho dos moradores da periferia foram considerados inadequados para os padrões moralistas da época. A imprensa passou a exigir fiscalização rígida das autoridades policiais, de modo a proibir a permanência de quem não usasse vestuário "próprio" e "decente". Para reforçar o pedido, noticiava atitudes de banhistas atrevidos, que estariam atirando-se na água completamente despidos.[2] No verão de 1933, Clemente Cunha, da Capatazia do Porto, atendeu o apelo, proibindo terminantemente os banhos no rio sem roupas convenientes. Quem transgredisse a norma seria conduzido para a Cadeia Civil pela Patrulha do Esquadrão Provisório.[3]

Em 1935, o Jornal do Povo abriu espaço para divulgar o concurso do maiô mais elegante. Os leitores podiam recortar os cupons, responder a pergunta "Qual o *maillot* mais elegante do balneário Jacuí? O da senhorita...", e enviá-los à redação. O júri era composto pelo advogado Ari Pilar, pelo capitão Oliveira Mesquita e pelas senhoritas Jací Camargo Carlos e Georgina Galvão.[4] Até pequeno debate moralista foi ensaiado nas páginas do jornal. L. escreveu sobre a necessidade de aparecerem novos modelos, com maior graça e harmonia. P. redargüiu, pondo em dúvida o que admirar: a beleza do traje, a graça e a delicadeza do conjunto ou a cor que as faces revelavam quando a moças retiravam o roupão e jogavam-se na água?[5] Para Seutonio, debaixo dos maiôs escondia-se a "beleza plástica" dos "lindos corpos de ninfas" do "belo sexo", numa demonstração de "progresso" e "civilidade".[6]

[2] JP, 24/1/1932 Noticiário. Banhos no Rio Jacuí, p.3 e 7/1/1943 Notas locais, p.4
[3] JP, 14/12/1933 Anúncio. Capatazia do Porto. Aviso. Clemente Cunha. Capataz do Porto, p.1
[4] JP, 24/1/1935. Cupons. "Qual o "maillot" mais elegante do balneário Jacuí, p.1 e 24/1/1935 Noticiário. O mais belo "maillot" do balneário Jacuí, p.3
[5] JP, 27/1/1935 O mais belo "maillot" L., p.1 e 3/2/1935 Banhos e banhistas. P., p.2
[6] JP, 24/1/1935 Praia de Banhos. Seutonio, p.1

A questão do vestuário inadequado e do próprio debate desencadeado pelo concurso de maiôs foi a materialização do confronto simbólico entre valores morais de pudicícia e castidade, herdados da tradição cristã, e os anseios do helenismo moderno, que tinham no nu e no sensualismo sua possível liberdade. A moral e bons costumes exigidos pelo catolicismo conservador colidiam frontalmente com a idéia-força buscada no banho ao ar livre, em ambiente natural, considerado salutar na medida em que reaproximava homens e mulheres urbanos à natureza, ao puro e à simplicidade primitiva, tornando a vida mais saudável. Buscar as coisas que a natureza oferecia não significava admitir a origem do naturalismo. A moral religiosa impedia o afloramento da nova imagem formada a partir da antiga Grécia, do "mundo pagão, naturalmente sensualizado, sublimemente estético e filosoficamente hedonista", que propunha comportamento mais licencioso e identificado com a "forma esteticamente deleitante de existência", em detrimento dos valores tradicionais. Verdadeira "revisão moral em nome da beleza" das "formas humanas, trazidas à tona em nome uma nova imitação dos gregos".[7]

Essa busca pelo natural ganhava destaque nos textos opinativos publicados no jornal. Oliveira Mesquita, na crônica *Viva a praia*, escrita em 1935, imputou à "doçura incomparável da vida ao ar livre" o que chamou do "milagre" que teria transformado a "vida pacata" e "burguesa" da "provinciana" Cachoeira, a ponto de fazer com que os elementos "mais representativos no meio social" fossem tomar banho na praia do Jacuí. Atribuindo adjetivos progressistas aos membros da sociedade - requintados, elegantes e modernizados - procurou mostrar que estar em contato com a natureza significava fugir da "humana hipocrisia" e dos "falsos preconceitos". Diametralmente oposto a moral religiosa, buscou na divindade argumentos para subsidiar esse retorno ao natural. Estar em contato com a natureza era estar em contato com Deus: "Eu entendo que a natureza é a obra mais perfeita de Deus. - escreveu ele - E por amor a Deus é que eu adoro a natureza. Deus que quer saúde nos corpos e alegria nas almas!" Para justificar os banhos de rio, resgatou os ideais *mens sana in corpore sano* (mente saudável em corpo saudável, ou, em

[7] MACÁRIO, Paula Gomes. *Neo-Gregos da Belle Époque brasileira*. Dissertação de Mestrado [orientador Luiz Carlos da Silva Dantas. Campinas/SP: PPG Teoria e História Literária/ Universidade Estadual de Campinas, 2005 [disponível em http://libdigi.unicamp.br/ document/?code=vtls000362460 - acessado em 20/3/2006]

suas próprias palavras: "num corpo enfermo somente uma alma enferma pode habitar"). Em casa só ficariam idosos e doentes. E para quem não tinha condução própria ou não podia pagar auto de praça, recomendou ir caminhando, exercício que traria "benefícios para a respiração" e produziria maior "fluxo de idéias".[8]

O fluxo da elite reavivaria a praia, transformando-a no tão sonhado balneário cachoeirense. Para garantir a segurança dos banhistas, aumentou as exigências de obras de infra-estrutura no local, tais como rampas de acesso para veículos, bóias acima dos trechos rasos e até bancos e abrigos.[9]

Apesar das melhorias feitas no balneário, a elite pouco-a-pouco abandonou os banhos no porto e na cachoeira do Fandango como lazer público, indo procurar locais mais afastados e restritos, onde não precisasse conviver com os subalternos. Capão Grande é exemplo dessa procura por exclusividade, já no início dos anos 40. Localizado nas margens do Jacuí, mas distante vários quilômetros da zona urbana, serviu inicialmente como local de piqueniques; posteriormente foi transformado em condomínio fechado.[10] Além disso, nos anos 50, a construção de melhores estradas de rodagem estaduais diminuiu o tempo de viagem até o litoral atlântico, passando a ser opção preferencial para quem dispusesse de recursos, e a construção de eclusas ao longo do Jacuí tirou muito de sua atratividade, tornando-o barrento e caudaloso.

No contexto de lazer ao ar livre dos anos 1930-40, os esportes praticados em público também estiveram em alta entre a fina sociedade cachoeirense. Como parte integrante do processo de mercantilização burguesa, o desportismo foi elevado à condição de fator de regeneração sócio-cultural.[11] Os próprios banhos em locais públicos possibilitaram a ascensão do esporte aquático, em especial a natação. As notícias do Jornal do Povo de 1933-35 dão conta que boa parte dos que buscavam as margens do rio Jacuí praticavam o nado, considerado como "o melhor

[8] JP, 24/1/1935 Viva a praia. Oliveira Mesquita, p.1. Ver também, JP, 24/1/1935 Praia de Banhos. Seutonio, p.1

[9] JP, 24/1/1935 Noticiário. Praia balneária, p.3

[10] JP, 1/1/1941 Um desconhecido perece afogado no rio Jacuí, p.2, 4/1/1940 A polícia precisa controlar os balneários do Jacuí, p.1 e 16/1/1941 Noticiário. Um "pic-nic" no Capão Grande, p.3

[11] JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro*, op.cit., 1998

meio do indivíduo criar forças novas e vitalizadoras, enriquecendo de ar os pulmões e enrijecendo os músculos, numa ginástica elegante e preciosa".[12] Não faltaram reclames por conta da "natural falta de conforto existente nas ribanceiras do rio" e exigência de melhorias por parte do poder público municipal, para tornar o local apropriado à prática desportiva.[13] Outro esporte que teve grande aceitação em Cachoeira foi o remo, através do Grêmio Náutico Tamandaré, fundado em 1936.[14]

O tênis foi o esporte preferido pela elite, jogado desde o início do século. As fotografias das quadras da praça Borges de Medeiros dão a idéia dessa aristocracia no esporte. Enquanto os adultos divertiam-se jogando, as crianças ocupavam o espaço ao lado das quadras ou brincavam no jardim construído em cima do reservatório de água, com canteiros floridos, bancos e balaústre.



Figuras 104 e 105 – Quadra de tênis e espaço de descanso, ambos construídos na praça Borges de Medeiros. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[12] JP, 24/1/1935 Viva a praia. Oliveira Mesquita, p.1

[13] JP, 17/12/1933 Noticiário. Praia balnear, p.5

[14] JP, 18/2/2006 GNT completa 70 anos [disponível em http://www.jornaldopovo.com.br/default.php?arquivo=_materia.php&intIdEdicao=948&intIdConteudo=59917 - acessado em 23/3/2006]

Na década de 30, o Jornal do Povo noticiava o "benéfico" e "notável" desenvolvimento do "aristocrático" e "chic" esporte, que além de "elegante" era "salutar" e "agradável".[15] Em 1934, a inauguração de novas quadras na Sociedade Rio Branco foi descrita da seguinte forma: "os cavalheiros, devidamente uniformizados com chapéu de pano branco, camisa com gola aberta e listrada de azul e branco, calças e sapatos brancos, misturavam-se às senhoras, com suas saias igualmente brancas, em partidas muito disputadas".[16] O auge do tênis cachoeirense foi nos anos 40.[17] Muitos desportistas participaram de campeonatos estaduais e nacionais, sagrando-se campeões em alguns desses eventos. Ernesto Petersen ganhou os certames estaduais de 1941, 1943 e 1946, e o vice-campeonato brasileiro em 1947. No ano seguinte, disputou na Europa a Copa Devis.[18]

O vôlei e o basquete também foram bastante apreciados. Nos anos 30, eram freqüentes as disputas entre os times de basquete do Atlético Concórdia e o Riachuelo, formado por oficiais da Guarnição Federal. Na década seguinte, surgiu a equipe do Atlético Flamengo, do Colégio Roque Gonçalves. Com a reforma da praça José Bonifácio em 1942-43, quando foi construída a cancha poliesportiva,[19] as partidas de basquete passaram a ser disputadas nas noites de sábados e domingos entre rubro-negros e rio-branquenses, mais conhecidos por "alemães", dada a origem do clube. A torcida do Atlético Flamengo ocupava a maior parte das arquibancadas, deixando pequeno espaço à direita da quadra para os rivais.[20]

Ainda em relação ao lazer desportivo, o jóquei-clube foi espaço freqüentado pela alta sociedade, principalmente os homens por causa das apostas nos cavalos. O auge do turfe local foi nas décadas de 30-40. As canchas cachoeirenses ficavam no Alto do Amorin mas o restaurante do clube localizava-se na área central, na Sete de Setembro n.1145,

[15] JP, 1/6/1933 Tênis F.F., p.1 e 22/6/1933 Tênis trei fimaças, p.1

[16] Dados extraídos de *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996, p.98

[17] JP, 18/7/1943 Notas tenistas, p.2. No Anexo XII, adeptos do tênis nos anos 1920-40

[18] Dados extraídos de *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996, p.96-102

[19] JP, 13/12/1942 Vida desportiva. Canchas para basquete e voleibol, p.2 e 4/2/1943 Inaugurado o Estádio de Basquet-ball, p.2

[20] Dados extraídos de *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996, p.128-132

tendo como gerente Hans Kulitz. As festas de abertura de temporada eram bastante disputadas.[21]

Para as mulheres, o elegante era patinar. Data de 27 dezembro de 1932 a inauguração do "Cachoeira Rink Club", embora a pista tenha ficado fechada para reformas até nova inauguração, em 7 de janeiro de 1933. Os ingressos custavam 0$500 réis para o "belo sexo" e 1$000 réis para o "sexo forte". A hora de patinação tinha o preço de 1$500 réis, indistintamente.[22] O cronista Oliveira Mesquita descreveu o local da seguinte forma: "Todas as noites o Rink Cachoeirense fica repleto de assistentes e patinadores, tornando-se um ponto chique forçado para o encontro do que de belo existe no mundo feminino desta terra".[23]

5.2. Ociosidade, alienação, elevação de espírito

Afora os banhos e os diversos esportes ao ar livre, o lazer em público da elite cachoeirense podia dar-se em espaços comerciais distintos, como cafés, reduto preferencialmente dos homens, e confeitarias, destinadas às famílias. Para muitas das cidades brasileiras na época, que seguiam o modelo europeu de urbanidade e tinham como imã a vida nos bulevares parisienses, era imprescindível possuir cafeterias para intelectuais, literatos, jornalistas, homens de negócio, fofoqueiros de plantão, e confeitarias para as famílias distintas.[24]

---

[21] JP, 9/10/1932 Vida Espartiva. Hípica. "Festa da Primavera", p.2, 15/3/1934 Anuncia. Restaurante da Jackey-club, p.4, 29/11/1934 Vida despartiva. Hipica Jakey-club as carridas de daminga, p.2 e 11/8/1940 8raz Camila. Carreiras na cancha da Amarim, p.1

[22] JP, 29/12/1932 Naticiária. Cachaeira Rink Club, p.3 e 8/1/1933 Naticiária. Cachaeira Rink Club, p.3

[23] JP, 13/4/1933 Nátulas. Oliveira Mesquita, p.1

[24] Sabre cafés e canfeitarias, ver PINTO, Maria Inez Machada 8arges. *Cultura de massas e representaçães femininas na paulicèia das anas* 20. In: Rev. bras. Hist. v.19 n.38 Sãa Paula, 1999 [dispanível em http:// www.sciela.br/sciela.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200007&lng=pt&nrm=isa&tl-ng=pt - acessada em 23/3/2006]; EWALD, Ariane [et al.] *Crânicas Falhetinescas: subjetividade, madernidade e circulaçãa da natícia*. In: Semináriа Histária e Imprensa, IFCH/UERJ, jun. 2003. [dispanível em http:// www.cac.fiacruz.br/psi/pdf /artiga-cranicaspdf.pdf. - acessado em 23/3/2006]; SIQUEIRA, Denise da Casta Oliveira. *Jaãa do Ria, Repárter da Pabreza na Cidade* In: Em Questãa, Parta Alegre, v. 10, n.1, p.81-93, jan./jun, 2004 [dispanível em http://www6.ufrgs.br/emquestaa/dac/EmQuestaaV10_N1_2004_art05.pdf - acessada em 23/3/2006]; VENÂNCIO, Gisele. *Presentes de papel: cultura escrita e saciabilidade na carrespandência de Oliveira Vianna*. In: *Estudas Histáricas, Ria de Janeira, n. 28, 2001* [dispanível em http://www.cpdac.fgv.br/revista/ arq/308.pdf - acessada em 23/3/2006]; HOFF, Maurícia; HOFF, Mariane Zanchetta. *Café e Cafeterias: Turisma Cultural* [dispanível em http://www.pg.cdr.unc.br/revistavirtual/numeraonze/Caf%C3%A9%20e%20 Cafeterias.pdf. - acessada em 23/3/2006]

Na Cachoeira dos anos 30, era de bom tom passar o ***dolce far niente***, ouvindo "boa música" distraidamente na elegante Confeitaria Central, ainda mais depois que o proprietário, Olívio Costa, reformou e ampliou o salão em 1931.[25] Os cavalheiros podiam optar entre os cafés Frísia, Paulista ou ainda o Carioca, localizado na praça José Bonifácio, que anunciava no jornal afirmando ser uma "casa de primeira ordem" que vendia café torrado e moído "à vista do freguês". Nos fundos do estabelecimento, havia carteado e roleta.[26] O cronista Oliveira Mesquita escreveu sobre a grande freqüência dos cafés, "sempre cheios de gente a parolar alegremente". O editorial do Jornal do Povo deu destaque para aqueles que viviam com as "mãos na cava do colete", ao "som das vitrolas" dos cafés, jogando no bicho e resistindo "galhardamente, à ação deflacionista das ***tournées*** artísticas músico-literárias".[27] A fotografia mostra o predomínio masculino entre os freqüentadores do Café Paulista, nos anos 20.



Figura 106 - Cena interna da Café Paulista, nas anas 20. Fante: Museu Histárica Municipal de Cachaeira da Sul

---

[25] JP, 22/8/1929 Anúncia Canfeitaria Central, p.3 e 5/11/1931 Naticiária. Canfeitaria Central, p.3

[26] JP, 17/9/1931 Anúncia. Café Cariaca, p.3

[27] JP, 9/8/1931 Editarial. A dar das melhoramentas, p.1, 13/4/1933 Nótulas. Oliveira Mesquita, p.1 e 24/11/1935 Cama se partar nas cafés, p.2

Em julho de 1942, o Café Carioca passou por reformas conforme exigências da higiene sanitária. Entretanto, o prédio pegou fogo alguns meses depois e o estabelecimento nunca mais foi reaberto.[28] A preferência do público recaiu para o "luxuoso" Café Frísia, de propriedade de Ivo Becker. Suas instalações eram modelares para a época: paredes artisticamente decoradas, com pinturas relativas ao produto servido, e grande balcão oval, para os que preferiam tomar o café mais rapidamente. Servia em média 3,9 mil xícaras diariamente. Apesar dos cafés continuarem sendo reduto dos fazendeiros, industrialistas, políticos, funcionários públicos e demais representantes do sexo forte, eventualmente podiam ser vistas "distintas damas" e "belas e graciosas senhoritas" conversando nas "elegantes mesinhas".[29]

O Café Frísia foi considerado espaço de sociabilidade ímpar, onde tratavam-se assuntos pessoais e relativo à vida cotidiana cachoeirense, enquanto se apreciava o cafezinho; a Bolsa local, devido aos negócios que ali se fechavam; a "*petit trianon*", o panteão da cidade. Se a imprensa queria farejar reportagens ou mesmo auscultar a opinião da elite sobre determinado assunto, dirigia-se para o estabelecimento. Lá saiam "cobras e lagartos".[30] Esses mexericos urbanos é que proporcionavam ao jornal o aspecto da novidade. Faziam parte da gênese da própria atividade jornalística européia.[31] Na enquete realizada em fevereiro de 1945, sobre a situação de Getúlio Vargas na presidência, foram ouvidos vários freqüentadores: Carlos Paranhos de Araújo, ex-deputado classista e representante da lavoura e pecuária, Antônio Ramos, diretor comercial da Sociedade de Criadores e Inventores, Carlos Möller, do jornal O Commercio, Fernandes Barbosa, poeta, Evaldo Quadrado, funcionário do Banco do Brasil, os advogados Mário Ilha, Francisco Pinos Lobato e Aristides Moreira, os comerciário Miguel Dutra e Agripino Nunes, o

[28] JP, 5/7/1942 Reabertura do café "A Carioca", p.5. GUIDUGLI, Humberto Atílio. *Café Carioca*. Revista Aquarela, n.8, set. 1957

[29] JP, 11/11/1945 Sociedade Café, p.5

[30] Interessante a análise de BURKE, Peter. *A cidade pré-industrial como centro de informação e comunicação*. In: Revista Estudos Históricos, v.8, n.16, Rio de Janeiro, 1995, p.193-203, que mostra como as cidades dispõe de locais próprios para a difusão da informação e comunicação.

[31] BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidos III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. op.cit., 1989, p.24

acadêmico Edyr Lima, o prefeito Ciro da Cunha Carlos, José Joaquim de Carvalho, presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Cachoeirense Rizícola Ltda., o médico Lauro Rangel e o político Floriano Neves da Fontoura, entre outros.[32]

A fama do Café Frísia era tamanha que, em julho de 1946, uma comissão composta por "elementos de destaque" procurou o Jornal do Povo para reclamar contra o aumento do cafezinho, de Cr$ 0,30 para Cr$ 0,40, movimento que ficou conhecido como "greve pacífica". Os reclamantes argumentavam que, além de mais caro que as demais casas congêneres, as xícaras de cafezinho do Frísia serviam metade do estabelecido oficialmente. A casa concorrente, Ao papito, servia o dobro de café por Cr$ 0,30, fazendo com que o do Frísia custasse, nessa lógica, Cr$ 0,80. Os proprietários contra-argumentaram, justificando que, para continuarem servindo o café com qualidade, necessitavam repassar o aumento do atacado para o varejo. O jornal explorou o fato em tom irônico e espalhafatoso, afirmando entregar o caso ao julgamento popular, num jornalismo tipicamente sensacionalista, que acabava por promover comercialmente o produto objeto do debate, algo tornado usual no JP posteriormente. Quem quisesse, poderia participar da pesquisa, depositando sua opinião na urna instalada no próprio Frísia. Os que colocassem nome e endereço ganhariam gratuitamente 10 cafezinhos.[33]

O resultado apurado no plebiscito apontou divisão entre os consumidores, embora tenha vencido o menor preço com a mesma qualidade: 168 votos para café bom a Cr$ 0,30; 130 votos para café bom a Cr$ 0,40 e 18 votos para café ruim a Cr$ 0,30. Inicialmente, o proprietário ignorou o resultado, fazendo com que os "grevistas" continuassem não freqüentando o estabelecimento. Chegaram a fixar cartazes com o seguintes dizeres: "A

[32] JP, 27/2/1945 Auscultando a opinião pública cachoeirense sobre o agitado monumento político Nacional, p.4. Segundo GUIDUGLI, Humberto Atílio. *Casa dos Escravos*. Revista Aquarela, n.7, dez. 1958, o local do Café Frísia servia, em 1885, como alojamento para os escravos que seriam comercializados.

[33] JP, 2/7/1946 Greve pacífica contra o "Café Frísia", p.1, 4/7/1946 A pedido. Entregue ao julgamento popular o caso do aumento do cafezinho Frísia para 0,40, p.4 e 4/7/1946 Continua a greve contra a alta do Café Frísia, p.1. De acordo com cálculo estatístico da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul [www.fee.tche.br - acessado em 23/3/2006], o valor do cafezinho de Cr$ 0,40 corresponderia atualmente a R$ 0,41

vontade do povo foi desrespeitada. Não tome café aqui. Não entre neste café".[34] Na semana seguinte, o cafezinho voltou a ser vendido ao preço de Cr$ 0,30. No comunicado publicado no jornal, os proprietários justificaram a redução considerando que o cafezinho vendido no balcão era "eficiente veículo de propaganda", sendo possível, desta forma, o sub-faturamento.[35] A concorrência aproveitou a ocasião para anunciar que venderia a xícara do cafezinho Ao papito ao preço que os freqüentadores quisessem pagar. [36]

O valor do cafezinho podia parecer insignificante no contexto das despesas dos indivíduos. Entretanto, nos centavos gastos diariamente residia o fundamento da seleção entre os espaços público e privado. E mesmo sendo de uso comum a todos, a exigência implícita do consumo nos cafés e confeitarias servia para selecionar os freqüentadores.

Como lazer cotidiano dos moradores da zona urbana central de Cachoeira, o cinema seguia lógica semelhante, com a diferença de que os valores do ingresso possibilitaram acesso de maior número de subalternos misturando-se com a elite. Depois de vários empreendedores tentarem manter salas de cinema nos anos 10-20, o Coliseu Cachoeirense seguiu sozinho no mercado na praça José Bonifácio, exibindo filmes como *A lei dos fortes*, com Thomas Meigan, *Amor* e *natureza*, impróprio para senhoritas e menores por mostrar o amor em todos os termos e em todos os animais, ou *Ben-hur*, que lotou a platéia por quatro noites consecutivas.[37]

A imagem do cinema lotado, em 1922, demonstra a atração que esse entretenimento tinha. Como atividade para as massas, colocava no mesmo espaço elite e subalternos, embora também a posição dos lugares determinasse a classe social que pertencia o espectador.

[34] JP, 9/7/1946 Continua a greve contra o "Café Frísia", p.1
[35] JP, 14/7/1946 Cafezinho "Frísia" voltou a CR$ 0,30, p.1
[36] JP, 6/11/1946 O café Baependi e a casa "Ao papito" venderão cafezinho, a partir de hoje, pelo preço que os freqüentadores quiserem pagar, p.1
[37] JP, 8/8/1929 Domingo outro filme digno do nosso culto publico, p.2, 12/9/1929 Amanhã no Coliseu. Única exibição, p.3 e 19/7/1931 Teatros e cinemas. Ben-hur, p.3



Figura 107 - Cine-teatro Coliseu, na praça José Bonifácio, em 1922. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Em agosto de 1931, estreou o cinema falado, com a exibição do filme *O presídio*. O público foi tamanho que muitos voltaram dos guichês da bilheteria sem ingressos.[38] O Jornal do Povo foi todo elogios: "Estamos, pois, de parabéns, por termos alcançado mais esse sucesso no progresso da nossa Cachoeira, pelo que muito ficamos a dever ao esforço, boa vontade e dedicação dos estimados proprietários do Coliseu"; "Decididamente, estamos com sorte, e Cachoeira se poderá ufanar de ter assistido às melhores exibições do Estado".[39]

De certa forma, o cinema foi um dos primeiros entretenimentos mundiais direcionados às massas, que permitiu o convívio indistintamente entre as diversas classes, embora nas grandes cidades existissem cinemas luxuosos e freqüentados pela elite nas zonas centrais e os com valor de ingresso menor para atrair os subalternos nas periferias. Além disso, a diversão cinematográfica era mais visível, diferente dos café e confeitarias, onde o prazer residia na própria sociabilidade: diálogos, música ou no ambiente *fines*. Frente à tela cinematográfica, a experiência

[38] JP, 6/8/1931 Teatros e cinemas. Coliseu cachoeirense, p.3
[39] JP, 9/8/1931 Maus costumes, p.1 e 20/9/1931 Maus costumes,p.2

do sujeito atingia seu ápice. Nesse sentido, a crônica de M., ***Em louvor ao cinema***, publicada no Jornal do Povo em 1933, é emblemática: o cinema satisfaria "o espírito sempre ávido de coisas novas e interessantes"; permitiria "apreciar tudo o que de grande, belo e maravilhoso existe ou se desenrola no mundo da arte e da ciência, dos nossos tempos"; dilataria os conhecimentos, enriqueceria a inteligência; encheria os olhos de alegria, com cenas emocionantes que mostravam "o lado real da vida e também o mentiroso das coisas"; e mais importante, na opinião do cronista, "o cinema emancipou o mundo".[40]

Esta perspectiva de que o cinema poderia propiciar a emancipação dos espectadores foi nevrálgica para a Europa nos anos 30-40. O fascismo demonstrou ao mundo o poder da imagem cinematográfica. Através de imenso aparto midiático, o Terceiro Reich exerceria enorme fascínio sobre as massas, substituindo a crítica pela publicidade e propaganda, vinculadas principalmente pelo cinema. Segundo Willi Bolle, foi Walter Benjamin quem expôs essas mazelas em seu artigo ***Teorias do fascismo alemão***, mostrando que os recursos técnicos – entre eles o cinema –, apropriados pelas destrutivas forças nazistas, não promoveram justiça social ou econômica. Pelo contrário, a técnica tornou-se antiemancipatória. Na tentativa de encobrir contradições sociais, desviar conflitos e compensar as reivindicações não atendidas pela criação de ilusões, o fascismo utilizaria os filmes para domesticar as massas. No fazer do dia-a-dia residia a alienação. Com o olhar fixo nas telas, o sujeito assumiria o papel do herói para exaurir a vontade de se rebelar. Numa atitude de receptividade e apatia, o espetáculo imagético hipnotizaria o espectador, suprimindo-lhe a participação ativa, a experimentação do mundo real e a própria capacidade de analisar criticamente o mundo em redor.[41]

A importância do cinema no Brasil desta época, pode ser visto na medida em que Getúlio Vargas assumia o nacional-socialismo como ideais a

[40] JP, 26/1/1933 Em louvor ao cinema *M.*, p.1

[41] BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. op.cit, 1994, p.209-238 e BENJAMIN, Walter. *Teorias do fascismo alemão. Sobre a coletânea Guerra e Guerreiros, editada por Ernst Jünger*. In: ___. *Obras Escolhidas I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. op.cit., p.61-72

perseguir. Durante o regime, o cinema fez parte de amplo projeto político-pedagógico propagandista. A criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, em 1934, mostra como a política autoritária européia influenciou o Brasil. As produções cinematográficas nacionais foram beneficiadas no período, tornando os diretores verdadeiros bastião do governo revolucionário, ideólogos do nacionalismo brasileiro. Todavia, enquanto na Europa nazi-fascista o controle estatal era completo – produção, distribuição, exibição de filmes nacionais e barreiras contra estrangeiros - no caso brasileiro, não foram tomadas medidas tão radicais. Desde cedo Vargas adotara a "política da boa vizinhança", permitindo que tanto produções norte-americanas quanto alemãs ou italianas fossem exibidas nas salas de cinema brasileiras.[42]

Mesmo assim, filmes considerados inadequados eram censurados sob justificativas pífias. Cúmplice do regime, como a maior parte da imprensa brasileira, o Jornal do Povo reproduzia os argumentos usados pela censura. Em nota publicada no dia 29 de março de 1934, repreendeu os filmes exibidos pelo Coliseu Cachoeirense, afirmando que "embora o enredo de algumas fitas possuam um fundo moral elas se desenrolam, muitas vezes, num entrecho trágico, emocionante e nevrotício, mesmo porque a maioria dos filmes são adaptações de obras literárias modernas onde piram um excessivo cerebralismo, capaz de perturbações psíquicas de certa ordem aos espectadores".[43]

Até o Brasil declarar guerra contra o Eixo, películas nazistas dividiam espaço com norte-americanas, principalmente nas salas do sul do país, como o Coliseu Cachoeirense. Em 1934, o filme de propaganda nazista ***A Alemanha Desperta*** atraiu grande massa popular, ocupando totalmente as cadeiras.[44] Na mesma temporada, ***Mocidade Heróica*** causou frisson, recebendo inclusive crítica favorável pela imprensa cachoeirense: "As cenas deste filme põem-nos em contato com o prolongo da luta,

[42] Ver ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *O cinema brasileiro no Estado Novo: diálogo com a Itália, Alemanha e URSS*. In: Revista de Sociologia e Política, Universidade Federal do Paraná, n.12, jun.1999 [disponivel em http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/23801207.pdf - acessado em 23/3/2006]

[43] JP, 29/3/1934 Promotoria Pública. Censura cinematográfica, p.3

[44] JP, 22/2/1934 Impressões de um filme, p.1

finalmente, vitorioso de Adolf Hitler mostra-nos o mocidade alemã entusiasmada por um alto e inabalável ideal, traçado pelo próprio *Führer*. Eles sabem lutar pela liberdade da pátria, sabem morrer no auge da juventude, na canção sagrada nos lábios e um sorriso satisfeito nos olhos".[45] Em cartaz também filmes norte-americanos, como *Viúvos de Hovono*, *Aí vem o Morinho*, *Sinfonio inocobodo* e *Cleópotro*.[46]

No contexto desta importância que o lazer cinematográfico assumiu nos anos 30, reacendeu o debate local em torno das exigências de novas instalações. Através das páginas dos jornais, as promessas eram reafirmadas de tempos em tempos. Em 1933, o Conselho Constitutivo Municipal abriu concorrência para construção do novo cine-teatro, mais "amplo, moderno e confortável", conforme convinha à cidade. Henrique Comassetto, mais uma vez, anunciou a contratação de engenheiro para participar da disputa.[47] O articulista O.M. definiu a situação de maneira sagaz, na crônica *Ditodor de Cochoeiro. Foi um sonho, nodo mois*: "Cerquei o Comassetto de todas as garantias e, num 'upa' levantou-se o novo prédio, amplo, elegante, dotado de todos os requisitos para uma casa do gênero".[48] O novo prédio foi construído somente em 1937-38, em estilo *ort déco* na rua Sete de Setembro. Sua inauguração foi comemorada: ao invés de "cadeiras incômodas" e "quebradas", "pulgas" ou "goteiras", o novo prédio que revelava "gosto fino" e "delicado".[49]

O novo ambiente exigiu, em contra-partida, que as regras de civilidade da elite fossem cumpridas à risca. Na opinião expressa pelo próprio Jornal do Povo, era preciso que a população se colocasse à altura do novo cinema, adotando praxes comuns nas grandes cidades: tirar o chapéu enquanto

[45] JP, 14/6/1934 Teatros e cinemas. Mocidade heróica, p.2 e 21/6/1934 Anúncio. Mocidade heróica, p.2

[46] JP, 7/4/1935 Cinema. M., p.1

[47] JP, 30/6/1931 Noticiário. Novo teatro, p.7, 15/10/1933 Noticiário. Uma velha aspiração que, parece, vai se tornar realidade, p.3, 1/1/1934 Cachoeira terá, ainda este ano, um novo cinema, p.3, 22/2/1934 Noticiário. Um novo cinema, p.3 e 4/3/1934 Edital. Concorrência para a construção de um teatro-cinema, p.4

[48] JP, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira. Foi um sonho, nada mais. A construção do teatro cachoeirense, O.M., p.1

[49] JP, 17/2/1938 Cachoeira terá hoje em diante, um dos melhores Cine-teatros do Estado, p.2

assistia sessões cinematográficas, principalmente entre as mulheres, dado o tamanho e altura da indumentária; barrar a entrada dos subalternos que se apresentassem embriagados ou sem asseio, que não observassem os "preceitos da decência"; não fumasse nem comesse amendoins torrados, ou ainda não reservasse lugares.[50] Para o cronista E.R., não era crível nem lógico que aqueles que chegavam cedo ao cinema, fossem preteridos na escolha da poltrona, por conta dos que ficavam refestelados em casa ou faziam *footing* na praça. "Todos os cidadãos são iguais perante a lei e portanto todos os espectadores tem os mesmos direitos e quem chega cedo tem direito à compensação pela longa espera", escreveu ele.[51]

Tais exigências da elite nem sempre eram cumpridas automaticamente pelos subalternos. A solução, muitas vezes, residia no emprego da autoridade policial. Em 1941, por exemplo, a Delegacia de Polícia publicou aviso informando que retiraria do cinema todo espectador que se portasse de modo inconveniente, perturbando a sessão e faltando com o respeito às famílias.[52]

A partir da entrada do Brasil na guerra, a americanização tomou conta do mercado cinematográfico brasileiro, principalmente na distribuição dos filmes para os cinemas de todo país. Da mesma forma como o nazi-fascismo, Hollywood foi posta a serviço da máquina de guerra, com produções que explicitavam o caráter libertador que os norte-americanos desejavam mostrar. Além disso, com a maioria dos filmes estrangeiros entrando no país procedendo dos EUA, ao uso propagandístico dos filmes somou-se a finalidade lucrativa. As distribuidoras estrangeiras elevaram o valor cobrado pela locação das fitas bem antes do término do conflito bélico, atitude que afetou principalmente os custos dos cinemas do interior. Enquanto nas capitais as fitas rodavam primeiro nos cinemas centrais, com ingressos a preços maiores, e depois eram distribuídas nos arrabaldes a preços populares, cidades como Cachoeira, com um único cinema, acabavam sendo prejudicadas. Os valores contratuais superavam

[50] JP, 20/2/1938 É obséquio tirar o chapéu, p.3 e 3/4/1938 Noticiário. Será policiado o cinema local, p.3

[51] JP, 17/4/1938 É proibido reservar lugares. E.R., p.1

[52] JP, 15/6/1941 Noticiário. Abusos no cinema, p.5

Cr$ 2.000,00 por filme. No caso de produções de sucesso, as distribuidoras exigiam ainda comissão na bilheteria. Em 1944, o Coliseu cobrava entre Cr$ 3,00 a Cr$ 4,00, sendo necessários mais de 500 espectadores por sessão para cobrir as despesas.[53]

Em questão de entretenimento urbano, o cinema aguçou a divisão entre cultura da elite e cultura das massas. Lazeres como teatros e recitais - mesmo aproximando-se do cinema na medida em que público e privado interagiam dentro de certas fronteiras simbólicas - foram tidos como divertimentos preferencialmente da alta sociedade.[54] Uma reportagem de 1933 explicita essa divisão ao opinar que, em relação à "velha arte dramática", "o gosto das elites acha-se bastante estragado pela tumultuada invasão das manufaturas cinematográficas, com as quais os ***yankees*** alagaram a nascente civilização brasileira".[55] Nesses dois tipos de distração, a seleção dos freqüentadores dava-se pelo ambiente reservado, pelo gosto apurado, pelo prazer requintado que excluía os subalternos incapazes de impressionar-se com tais experiências. Entre os anos 20 e os anos 40, Cachoeira esteve no mapa das grandes companhias teatrais, como a de Jaime Costa (1930), Ribeiro-Cancela (1941) e Procópio Ferreira (1943).[56]

Já os recitais e concertos ocorriam em espaços variados, como no Clube Comercial, na Sociedade Atiradores Concórdia ou mesmo em salões particulares. Os textos jornalísticos marcavam de forma ímpar a quem destinavam-se tais eventos artísticos. Termos como "culto povo cachoeirense", "sociedade culta", "alta cultura da nossa sociedade" ou "fina sociedade" delimitavam os freqüentadores. O recital de piano de Noemy Rosa Teixeira "deliciara a fina flor" cachoeirense; Cachoeira teve o "prazer de ouvir" o concerto de Raul Laranjeira no "confortável" e

[53] JP, 27/1/1944 A programação do cine-teatro Coliseu, p.3

[54] Ver a análise de SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estótico no metrópole. Sõo Poulo, sociedode e culturo nos frementes onos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, sobre o impacto das tecnologias mecânicas nos processos de lazer urbano.

[55] JP, 16/2/1933 Uma alta expressão artistica, p.1

[56] JP, 3/11/1929 Teatro, p.2, 7/11/1929 Teatros e cinemas, p.2, 12/6/1930 Noticiário. Companhia Jaime Costa, p.2, 5/1/1941 Artes e artistas. Campanha Ribeiro-Cancela, p.2 e 23/9/1943 Artes e artistas. Companhia de comédias Procópio Ferreira, p.3

"elegante" salão do Clube Comercial; a "assistência seleta" aplaudiu de forma "vibrante" a pianista Odete Faria.[57] O interesse neste tipo de espetáculo era tamanho a ponto de existir uma escola de música, que revelou muitas jovens provenientes de distintas famílias.[58] Nos anos 40, a Gruta do Leite, localizada no andar térreo do edifício Oscar Wild, na rua Sete de Setembro, realizava operetas. A orquestra tinha onze componentes e atraía todas as noite grande número de "cavalheiros, senhoras e senhoritas".[59]

Exceção para eventos teatrais, eram as peças ou espetáculos considerados sem valor cultural, em que predominavam recursos cediços e graças vulgares. Os circos e parques de diversões, armados nas praças da periferia, foram alçados ao mesmo patamar, como lazeres eminentemente populares. A imprensa tratava esses eventos de maneira diferenciada, alternando entre a simples publicação da notícia sem nenhuma pompa, normalmente em pequena nota publicada na coluna ***Noticiário***, ou com críticas mordazes. Os freqüentadores também eram denominados de maneira diferente da chamada "sociedade culta", dos estabelecidos que iam a recitais e concertos. Ao circo comparecia "verdadeira multidão de pessoas apreciadoras desse gênero de espetáculos", o "público" não regateava aplausos aos artistas, as "acomodações" ficavam completamente tomadas, o espetáculo agradou ao "numeroso público que acorreu àquela noite à popular casa de diversões".[60]

[57] JP, 15/8/1929 Teatros e cinemas. Recital de piano, p.3, 19/9/1929 Teatro e cinemas, p.3, 31/5/1931 Notas de arte. Concerto de Raul Laranjeira, p.2, 28/1/1932 Recital de Piano. Odete Faria, p.1, 1/9/1932 Noticiário. Noite Brasileira, p.3 e 9/3/1933 Noticiário. Teatros e cinemas, p.3

[58] JP, 23/7/1931 Maria Moritz, p.2 e 15/10/1931 Festas e Diversões. Escola de Música, p.2. Ver, neste contexto, NOGUEIRA, Isabel Porto (org.). *Histório iconogrófico do Conservotório de Músico do Ufpel*. Porto Alegre/RS: Palotti, 2005

[59] GUIDUGLIO, Humberto Atilio. *Concertos-operetos*. Revista Aquarela, n.7, dez.1958

[60] JP, 15/5/1930 Noticiário. Circo Riograndense, p.3, 26/1/1933 Noticiário. Circo Palermo, p.3, 1/10/1933 Noticiário. Circo Alegria, p.5, 7/1/1937 Noticiário. Grande parque de diversões Bertani, p.3, 30/11/1939 Um fracasso em Cachoeira do Sul do homem que "anda mancando e canta chorando", p.1, 28/11/1940 Noticiário. Circo-teatro Palácio, p.3, 12/1/1941 Parque-teatro Internacional, p.3 e 4/5/1941 O recital de Ubirajara Moreira, p.2

5.3. Diversão reservada só nos bailes e eventos sociais

As diversões mais reservadas da alta sociedade ocorriam nos clubes e sociedades, acessíveis somente para seleto público, cujo pertencimento passava necessariamente pela estirpe pessoal. Nessa ascendência do sujeito residia a possibilidade dele fazer parte ou não da elite. Os clubes e sociedades caracterizavam-se como "espaços de representação da elite urbana", espaços de sociabilidade e de lazer, de "ver e ser visto" e da própria representação política. Além da manutenção da sociabilidade, tinham o encargo na educação moral da elite, dada através da imposição de regras de conduta e convivência sociais, vistas nos estatutos e no exemplo dos próprios sócios.[61]

Como nos recitais e concertos, a imprensa anunciava os eventos sociais do Comercial e do Concórdia com termos elogiosos. Os acontecimentos eram "de alta sociabilidade e clara distinção", reunindo o que existia de "mais representativo" em Cachoeira. Os sócios pertenciam ao "mundo elegante de Cachoeira". Eventos tradicionalmente populares, como a festa são-joanina e o carnaval, ganhavam ares pomposos quando organizados pela elite. O São João de 1931, no Clube Comercial, foi tido como o dos "mais expressivos índices de agrado e brilhantismo". A decoração foi criada "sob um rigoroso critério de bom gosto e arte", aliados a "sobriedade de linhas" e "graça do colorido". A diferenciação social incorporava as novas tecnologias da época, como o "jogo de luzes". Aumentou o número de componentes no conjunto orquestral e ao repertório foram acrescidas músicas recebidas dos centros mais avançados do país, Rio de Janeiro e São Paulo. As danças tiveram início pontualmente às 21 h 30 min, obedecendo a roteiro cuidadosamente elaborado. Pequenos cartazes indicaram as marcas dançadas de acordo com o programa. O traje servia para barrar indesejáveis. Assim como o preço dos ingressos, o alto valor gasto com as roupas exclusivas selecionava os

[61] RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850/1930*. Tese de Doutorado [orientador René Gertz], Porto Alegre: UFRGS/PPG História, 2v., 2000, mostrou como os clubes sociais de São Leopoldo/RS, em especial o a Sociedade Orpheu, podiam se apresentar como espaços de representação da elite urbana de origem alemã e teuto-brasileira, como espaços de sociabilidade e de lazer, de "ver e ser visto" e da representação política.

freqüentadores.[62]

Esse evento dava mostras da grandiosidade que os associados do Clube Comercial queriam aparentar. Durante toda década de 30, oportunizou momentos ímpares de distinção social. Em 1933, foi desdobrado em duas noites. A exigência era traje mandado confeccionar em pelúcia, somente o casaco para cavalheiros, mas completo para senhoras e senhoritas.[63] No ano seguinte, o traje exigido foi de passeio, mas aguardava-se "noitada deslumbrante", por tratar-se das "criaturas mais finas" das altas rodas sociais cachoeirenses e por ser verdadeiro acontecimento ***"charment"***.[64]

Além dos bailes de São João, outro evento popular apropriado pela elite foi o carnaval. Data de 1900 o início dos festejos na cidade, quando a diversão ocorria principalmente na praça José Bonifácio, através de desfiles de charretes floridas e blocos.[65] Na década de 20-30, os ambientes fechados e exclusivos passaram à preferência da alta sociedade, tendo em vista as crescentes dificuldades em manter afastados os populares. De forma semelhante aos demais bailes, o carnaval ganhou ares aristocráticos quando feito pela alta sociedade. Nos clubes e sociedades, a elite cachoeirense organizava blocos próprios, dançava, declamava "versos jocosos, de acordo com a época carnavalesca", bebia cerveja gelada e licores, além dos doces servidos à vontade. A orquestra, puxada por exímio gaiteiro, fazia a "delícia do assalto". Na "festa batuta", o "mundo social cachoeirense" comparecia "no esplendor máximo de sua alegria e de sua beleza".[66] Na era do rádio, cantava-se as marchinhas carnavalescas ditadas pela capital federal, Rio de Janeiro. Em 1934, o concurso carioca premiou o samba Linda Lourinha, levando-o para todo país.[67] Assim como as rádios e os jornais, as canções do carnaval eram usadas para legitimar o governo federal.

[62] JP, 14/6/1931 Festas e diversões. O baile de São João, p.3
[63] JP, 22/6/1933 Festas e diversões. Club Comercial, p.2
[64] 17/6/1934 Festa e diversões. Club Comercial. Baile de São João, p.2, 21/6/1934 Festa e divisões. Club Comercial, p.2 e 24/6/1934 Festas e diversões. Club comercial, p.2
[65] GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Centenário de Cachoeira do Sul*, op.cit., 1959
[66] JP, 11/2/1932 Carnaval. Os bailes realizados estiveram brilhantes, p.2 e 19/2/1933 Festa e diversões. Bloco carnavalesco, p.2
[67] JP, 8/2/1934 Pródromos do carnaval. Bloco dos Bens Unidos, p.3

A plebe divertia-se na praça José Bonifácio, que acabou virando ponto de atração dos que queriam jogar confetes, serpentinas e lança-perfumes, mas não tinham livre-acesso aos clubes e sociedades. Diferente dos salões, o carnaval de rua era tratado de forma depreciativa. Para o jornal, os festejos eram "sem nenhum entusiasmo". No carnaval de 1932, em oposição aos "brilhantes" festejos dos clubes, os divertimentos ao ar livre "correram friamente e sem entusiasmo, apesar da grande massa popular". No desfile dos blocos, poucos automóveis com alguns fantasiados. No ano seguinte, a chuva torrencial impediu animação nos dois primeiros dias.[68] O carnaval de rua de 1939 foi considerado pelo Jornal do Povo como de "muita gente e pouca animação". O Rei Momo tivera "recepção fria por parte dos foliões cachoeirenses".[69] Da mesma forma os de 1940-41. Apesar da "grande concorrência", não demonstravam "a menor animação" quando comparados aos festejos realizados nas sociedades locais. Somente os cordões e blocos se faziam notar: *Filhos do Trobolho*, *Floresta Aurora*, *O nome vem depois* e *Caruru*.[70]

O lamento do esvaziamento do carnaval de rua, levado a cabo através da imprensa nacional desde meados dos anos 20, traz subjacente o sentimento nostálgico por parte da elite, que perdera, em todo país, a prerrogativa de festejar o reinado de Momo em espaços abertos, obrigando-se a ir para os salões. O tratamento depreciativo atesta a democratização do carnaval nos espaços públicos centrais, cada vez mais apropriados pelos subalternos.[71]

O estado policialesco, instaurado com a Revolução de 30, agravou em parte o declínio do carnaval de rua. Para pacificar os foliões "de baixo", Vargas impôs uma série de normatizações carnavalescas. Nos carnavais de rua, batalhas de confetes e banhos com fantasia, ensaios ou bailes públicos, passeatas de blocos, cordões, ranchos ou qualquer outro tipo

[68] JP, 12/2/1931 Carnaval, p.2 e 11/2/1932 Carnaval. Os bailes realizados estiveram brilhantes, p.2

[69] JP, 23/2/1939 O carnaval de Cachoeira na Praça José Bonifácio, p.2

[70] JP, 14/1/1940 O Comercial iniciou ontem, oficialmente, o carnaval, p.2 e 27/2/1941 Carnaval. Carnaval de rua, p.2

[71] Cf. SCHPUN, Monica Raisa. *Luzes e sombros do cidode (Sõo Poulo no obro de Mório de Androde)*. op.cit., 2003

de agrupamento, só poderiam realizar-se mediante autorização prévia da delegacia especial de costumes e depois de pagos os emolumentos previstos em lei. O poder constituído desautorizava qualquer canção sem que a respectiva letra tivesse sido previamente analisada e proibia o uso de fantasias atentórias à moral ou parecidas com uniformes adotados pelas classes armadas. O uso da máscara somente era permitido nos dias de festa e os mascarados estariam sujeitos à fiscalização policial. Grupos carnavalescos de que fizessem parte indivíduos maltrapilhos, empunhando latas, fragmentos de madeira ou outros objeto, seriam dissolvidos e seus componentes levados à delegacia.[72]

Por estas razões, o texto jornalístico da época é marcado pela depreciação e pela segurança. Quando a imprensa local noticiava o carnaval de rua, era comum informar que a ordem social mantinha-se em limites aceitáveis. Numa festa considerada, por excelência, do inverso, a inversão não poderia ser completa.[73] Para não ultrapassar os limites aceitáveis, conter a massa popular e evitar confusão, era possível e exigido o controle policial sobre os subalternos. Exército e Brigada faziam o patrulhamento preventivo. Durante os três dias consagrados à pandega e à alegria, deveria reinar sempre a "mais perfeita" e "mais completa ordem", não ocorrer "nenhum acidente de monta".[74]

[72] Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Sob o móscoro do nocionolismo. Autoritorismo e onti-semitismo no Ero Vorgos (1930-1945)*. In: Estudios Interdisciplinarios de America Latina Y El Caribe. Facultad de Humanidades Lester y Sally Entin Escuela de Historia Instituto de Historia y Cultura de América Latina. School of History, Universidad de Tel Aviv, Ramat Aviv, vl.1, n.1, Enero/Junio, 1990 [disponível em http:// www.tau.ac.il/eial/I_1/carneiro.htm#note55 - acessado em 29/3/2006]

[73] Sobre a inversão no período do carnaval, ver FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Olhor Periférico: Informoçõo, Linguogem, Percepçõo Ambientol*, op.cit., 1993, p.210, BALANDIER, Georges. *O Poder em Ceno*. Tradução de Luiz Caldas de Moura, Brasília/DF: Universidade de Brasília, 1982, que entende o carnaval como tempo de se liberar pela imitação e pelo divertimento, se abrir aos ataques e às críticas por meio de transposições toleráveis e se entregar parodicamente ao movimento a fim de com ele aumentar sua ordem. Por esta razão, a festa do inverso se opõe às demonstrações políticas de civismo e às ritualizações religiosas; e DA MATTA, Roberto. *Cornovois, molondros e heróis. Poro umo sociologio do dilemo brosileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

[74] JP, 2/3/1933 Os festejos carnavalescos. Como foi comemorando em Cachoeira a fugaz passagem dos dias consagrados a Momo, p.2

Durante os anos de guerra, a apatia do carnaval de rua contrapunha-se ao esplendor dos clubes. Enquanto nas ruas a diversão definhava, o Clube Comercial atraíam inúmeros foliões. Em 1941, o clube promoveu quatro bailes que encerravam ao amanhecer. Neste ano, o salão foi decorado pelo escultor Torquato Ferrari e a festa foi animada por jazz. Em 1944, o carnaval foi comemorado exclusivamente nos salões das sociedades locais.[75]

Nos anos 30-45, outros dois bailes, eminentemente aristocráticos, foram destaque nos meios sociais locais. A Festa da Primavera de 1931, promovida pelo Comercial, contou com senhoritas que eram "tudo que havia de gentil na sociedade cachoeirense", que trajavam-se "elegantemente", representando flores. Nas mesas, ofereciam-se flores, doces e finos licores.[76] O de 1933 foi realizado em duas noites, logo após a sessão cinematográfica. Sua proximidade aumentava o "entusiasmo do mundo elegante" cachoeirense, gerava "intensa expectativa social nas altas rodas", por tratar-se do "mais fino" e "elegante da estação".[77] O segundo baile fremente era o reveillon. Embora muitas sociedades promovessem alguma festividade na virada do ano, o do Clube Comercial recebia as descrições mais favoráveis, ressaltando-se sempre a "numerosíssima afluência de associados", os "memoráveis bailes", o "grande êxito", o "maior brilhantismo", entre outros adjetivos.[78]

Na mesma medida em que valorizava eventos sociais da elite, o Jornal do Povo ridicularizava os dos *outsiders*, como notícias de desordens e conflitos nos bailes dos subúrbios.[79] Mas era na depreciação da linguagem dos subalternos que residia o maior desdém. A elaboração do convite *sui generis*, mandado publicar em abril de 1934 por Silvio Faria Correa, exemplifica esse desprezo:

[75] JP, 27/2/1941 Carnaval. Os bailes nos Clubes, p.2 e 24/2/1944 O rei da folia imperou nos salões, p.2

[76] 17/9/1931 Festas e Diversões. Festa da Primavera, p.3

[77] JP, 10/9/1933 Club Comercial. Festa da Primavera, p.2 e 17/B/1933 A primavera aí vem... O. M., p.2

[78] JP, 9/12/1934 Natal e ano Novo. Os dois grandes bailes do clube Comercial, p.1, 3/1/1937 A noitada de 31 no comercial, p.2, 25/12/1940 Festas e Diversões. O "Reveillon" de fim de ano no Clube Comercial, p.2, 4/1/1942 Festas e Diversões. Os bailes de fim de ano nas sociedades, p.2 e 29/12/1940 Festas e Diversões. Sociedade Concórdia, p.2

[79] JP, 13/9/1934 Noticiário. Desordens e conflito em um baile na Vila Barcelos, p.3

Tendo arrumado um arrasta pé de arranca pé de picigueiro com raiz e tudo pro dia de São João, cunvidemo uns portadô desse pra festa cum a famia e os parente. Chamamo as atenção dos supricante pro regulamento da festa, cuim todos adjetivos qualificativos do mesmo.

Regulamento:

1° - dentro da sala é pruibido dá tiro de revórve calibre 44, purque pode assustá as moça.

2° - não pode tá reunido mais de treis véia no salão pra evitá que saia frége, pra modi as falação da vida aieia;

3° - não si aguenta cachorro na sala, imbora di istimação, prá não largá purga nem bicho de pé;

4° - a moça que negá o estrivo pro moço que fô tirá ela tem que dá espricação pro mestre da sala sobre os motivo do cunsiguinte;

5° - não se pódi pisá em calo di gente véia;

6° - o mestre da sala podi mandá pará a gaita quando entendê;

7° - não se aguenta tosá cola de matuto dus convidado;

B° - uns covidado tem direito a bala e rosquinha de ovo, porém, de galinha. Café cum leite é considerado extraordinário. U que quizé tem que paga;

9° - sujeito fumando não pode toma mate com as moças. Cum as véia pode oma inté relinchá;

10° - quem cuspi no chão tem que espaiá cum o pé o guspe. Não se admite guspida de guascaço "tipo pato";

11° - u cunvidado que provocá baderna sai da sala e não entra mais inquanto não isfriá a maceta;

12° - u indivídu que se metê a querê apagá lampião da sala, cum tiro o cum facão, é expurço;

§ único: - sendo véio e tendo fia bunita nu baile pode vortá pra sala dispois de se acomodá;

13° - véia que tivé falando dos outro não tem direito a rosquinha de ovo.

14° - uns direito cumprem esse ao pé da letra o pur bem o a pau em caso de percisão;

N.B. - tem potreto seguro pros cavalo, girau prus arreio e maniadô prus cunvidado.[80]

Dessa forma, a figura do caipira - habitante do interior, do campo ou da roça, sujeito atrasado, de pouca instrução, de convívio e modos rústicos e canhestros, de fala imbricada e estereotipada, indolente em suas interpretações, no centro do país o caboclo, no sul os migrantes oriundos das zonas de colonização ou de outras áreas agrícolas - foi utilizada para

[80] JP, 26/4/1934 Convite, p.4

produzir a auto-imagem da moderna elite em oposição aos subalternos. A década de 30 foi rica no debate em torno da identidade nacional, com ênfase na mudança social e na modernização. Na literatura nacional, Jeca-Tatu, de Monteiro Lobato, personificou essa imagem.[81]

Em Cachoeira, a organização do baile caipira no Clube Comercial, em julho de 1939, é conseqüência deste contexto.[82] Os bailes da roça, promovido nos anos 1932-35 pela Sociedade Atiradores Concórdia, tiveram sentido inverso, na medida em que procuravam dignificar as origens agrárias dos teuto-brasileiros.[83]

Muitos dos eventos sociais dos clubes e sociedades tiveram explícitas conotações políticas. Em outubro de 1931, foi comemorada a passagem do primeiro aniversário da revolução de Vargas. A elite promoveu "suntuoso baile" no Clube Comercial, com muito "luxo" e "elegância" ao som dos grupos "Alegria" e "Bambas". Conforme a narração do jornal, a sociedade cachoeirense gozou "horas de encantos" e sentiu a "sublimidade de um ambiente absolutamente distinto".[84] Já o "povo" participou do popular quermesse na praça José Bonifácio, onde foram vendidas flores e objetos doados, com renda em benefícios à obra da igreja.[85] Essa conotação caridosa acompanhava muitas das festas organizadas pela elite. A renda auferida no baile da primavera de 1939 – copa, tômbola e demais jogos de azar – foi revertida para o hospital. Eram comuns festas especificamente para beneficiar alguma obra comunitária.[86]

[81] LIMA, Nisia Trindade. *Jeca Tatu e a Representaçãa da Caipira Brasileira*. ap.cit., 1997
[82] JP, 6/7/1939 O baile caipira da Camercial mexeu cam a cidade, p.1
[83] *100 anas de Cancàrdia: a histária da Saciedade Ria Branca, 1896-1996*, ap.cit., 1996, p.187
[84] JP, 15/10/1931 Festas e Diversões. Suntuasa baile, p.2
[85] JP, 25/10/1931 Camemaraçãa da 1° aniversària da vitária da Revaluçãa de Outubra. Quermesse, p.2
[86] JP, 22/10/1939 A grande festa da Primavera da Clube Camercial, p.2, 10/7/1932 *Naticiária*. Festa em benefício da Hospital de Caridade, p.3 e 18/12/1932 Festas e Diversões. Calcha de Retalhas, p.2

O uso de eventos sociais com finalidades políticas também esteve presente na Sociedade Atiradores Concórdia. Comumente, o clube de origem germânica utilizava os encontros dos associados para tais fins. Em 1934, por exemplo, foram convidados todos os alemães e teuto-brasileiros residentes na cidade. O festejo começou com vivas para o Brasil e Getúlio Vargas, seguido da execução do hino nacional pela orquestra e da declamação do hino fascista alemão por Iris Dicklhuber, que foi "muito aplaudida". Arthur Decker fez o discurso oficial, tecendo elogios a Adolf Hitler, o "*Führer* do povo alemão e reconstrutor na Nova Germânia". Suas palavras eram cobertas por "prolongada salva de palmas".[87]

A eclosão do conflito bélico na Europa, em 1939, fez com que a palavra "Atiradores" fosse suprimida, ficando somente Sociedade Concórdia, na tentativa de antecipar possíveis represálias, como em 1917, quando a sociedade sofreu intervenção do Tiro de Guerra, os encontros foram suspensos, os estatutos e o próprio nome foram traduzidos para a língua portuguesa e as armas usadas no tiro ao alvo foram apreendidas. Todavia, a simples alteração da denominação não foi suficiente para convencer as autoridades de que os associados tinham perdido o encanto pelo nazismo. Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, a sociedade ficou fechada entre os meses de fevereiro e abril. A sede e alguns monumentos foram depredados. Eurico Nestor Wilhelm foi substituído no cargo de presidente por João Garibaldi dos Santos, designado pelo delegado de polícia. A partir da Assembléia Geral realizada no início de 1943, a sociedade passou a sofrer ingerência direta do Clube Comercial. Mostra disso foi a realização da reunião na sede comercialina e o surgimento do conselho fiscal com função de opinar, propor medidas e exigir informações da diretoria. O prefeito municipal, o juiz de direito da comarca e o comandante da guarnição militar foram designados sócios honorários. O juiz Alfeu Escobar ocupou a presidência nos primeiros três meses, designando o comerciante João de Oliveira Santa Fé para substituí-lo. Por conveniência, a denominação da sociedade mudou para Rio Branco, a mesma do bairro onde estava instalada a sede. Essa mudança foi uma tentativa de abrasileirar a sociedade, desvinculando sua imagem com tendências nazi-

[87] JP, 6/5/1934 Calânia alemã. Uma festa na saciedade Cancàrdia, p.2

fascistas. Com a intervenção, diminuiu a freqüência dos associados. Em abril de 1943, a moção de fusão com o Aeroclube de Cachoeirense foi abortada por falta de quorum. Com o término do conflito europeu, em maio de 1945, a sociedade voltou a ter autonomia e presidente com sobrenome alemão: Osmar Tesch. Mesmo assim, o clima nacionalista do pós-guerra definitivamente enterrou os objetivos iniciais da antiga *Schützen-Verein Eintracht*, de servir de ponto de reunião dos que falavam o idioma alemão e de cultuar valores e tradições germânicas.[88]

Desta forma, os clubes e sociedades, a mais reservada das diversões da alta sociedade, acessíveis somente para pessoas seletas, serviam para fazer política, a mais pública das atividades humanas. A mesma tentativa de manter tradições e valores burgueses estava presente na ocupação dos demais momentos ociosos da elite cachoeirense - festas sociais, bailes, cinema, teatro, concertos musicais, carnaval, São João, reveillon, piqueniques, banhos de rio, cafés, confeitarias, hipódromo, natação e tênis - embora implicitamente, de forma tácita e alegórica. Semelhante aos acontecimentos diários - trânsito, rua, calçadas, regras de civilidade, conservadorismo, moral religiosa, amores - os lazeres cotidianos colocavam cada um em seu devido lugar, de acordo com as condições sociais.

[88] JP, 2/4/1942 Noticiário. Reaberta a Sociedade Concórdia, p.3. SCHUH, Ângela. CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. op.cit., 1991, p. 157 e *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, op.cit., 1996, p.66 e 207

6.Transitando no espaço público

6.1. Praças ajardinadas: lócus da sociabilidade

O centro da vivência pública é a cidade, em especial a rua, local onde as coisas acontecem. Nela, a personalidade coletiva revela-se através de usos, hábitos e valores dos mais variados indivíduos, nos sinais gritantes da vida pessoal desmedida e da vida pública esvaziada, expresso nas coisas cotidianas. Na rua, mostra-se a diversidade de civilidade, polidez, urbanidade e cortesia dos estranhos que nela se encontram. A colisão cada vez maior de grupos sociais heterogêneos no ambiente coletivo potencializou a alteração do agir, fazendo do individualismo o novo estilo de vida em público. Para Richard Sennet, esse quadro foi a resposta para a vida fora da segurança da família e do pequeno círculo de convivência de outrora.[1]

Até os anos 30, o espaço urbano central da sede de Cachoeira do Sul era preferencialmente elitista, o que não excluía a presença dos subalternos. Pelo contrário, os membros dos grupos sociais sabiam dos limites simbólicos que lhes eram impostos. O aumento populacional, visto no crescente fluxo de migrantes, desequilibraria esses limites.

No trânsito do espaço público, as praças cachoeirenses tornaram-se importante espaço da sociabilidade local por abrigar a mais diversas atividades, como os atos patrióticos durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1942, o *Jornal do Povo* incitou seus leitores a participar do protesto contra o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães. Na

[1] SENNET, Richard. *O declínio do homem público, as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988

narrativa do jornal, vários oradores, "escolhidos entre os elementos de maiores destaque intelectual de Cachoeira", iriam esclarecer o público através de palavras "vibrantes de fé em nossos destinos" e profligariam com "veemência e elevação de espírito, os atos desnacionalizados daqueles súditos no eixo que, residindo ao Brasil, se esquecem dos seus deveres de lealdade para com o nosso país e se entregam às atividades contrárias aos mais altos interesses nacionais". Autoridades civis, militares, eclesiásticas, docentes e discentes, o "povo em geral", de Cachoeira e dos distritos, todos foram convidados a prestigiar a manifestação cívica. Para o jornal, a atenção dispensada às palavras dos oradores seria "uma forma de cada cidadão cumprir com o seu inalienável dever de se por a par dos graves acontecimentos que estão se desenrolando em torno do nosso país".[2] O uso destas expressões revelava o patriotismo nacionalista do momento.

Três anos depois, em junho de 1944, com o desembarque das tropas anglo-americanas na Normandia, costa litorânea da França ocupada pelos nazistas, foi a vez da praça Balthazar de Bem servir de palco para que a massa popular se reunisse para aplaudir os oradores do comício cívico. O comércio e as repartições encerraram o expediente às 15 horas. Alunos dos principais estabelecimentos de ensino da cidade compareceram ao evento. O juiz municipal, Constantino Rodrigues de Freitas, abriu a série de discursos no microfone da Voz do Povo, seguido do promotor público, José Oscar da Costa Cabral, e do então líder estudantil, Liberato Salzano Vieira da Cunha. Em seguida, o préstito puxado pela Banda Municipal, acompanhado de políticos, autoridades militares, alunos, desportistas e "grande massa popular", atravessou a zona urbana central em direção oeste, até o Largo Colombo, retornando até a praça José Bonifácio, onde novos discursos foram proferidos por Floriano Neves da Fontoura, Aristides Moreira e Orlando Carlos. Para o *JP*, "todos os oradores, que foram vivamente aclamados, exaltaram o valor dos povos das Nações Unidas, em luta contra o inimigo comum da civilização".[3]

As praças também serviam de palco para confrontos implícitos, muitas vezes obscurecidos pelo verniz civilizador presente nos discursos da

[2] JP, 12/3/1942 Grande manifestação cívica nesta cidade, p.2

[3] JP, 8/6/1944 Grande regozijo popular em Cachoeira pela invasão da Europa, p.2.

imprensa. O *Jornal do Povo* contribuiu para a construção desta visão elitista, na medida em que destacava eventos tidos por "civilizados" e abria espaços para reclamações dos aspectos ditos "desagradáveis" das praças. No início dos anos 30, cobriu as comemorações do 107º aniversário da colonização alemã no Estado. Na ocasião, o préstimo saiu da Sociedade Concórdia, acompanhado por banda de música, para a praça José Bonifácio, onde populares e políticos aguardavam. Era comum registrar eventos deste tipo em instantâneos fotográficos e oradores proferirem loas em termos encomiásticos, elogiosos, aos homenageados.[4]

Em várias outras ocasiões a elite procurava aproximar-se do natural, com visão romântica da beleza da natureza, na busca de sua essência intocada, um romantismo na contramão da modernidade - como definiram Michel Löwy e Robert Sayre - uma vez que reage contra o racionalismo moderno através do reencantamento do mundo.[5]

Freqüentemente, a imprensa noticiava ***garden-party***, que ocorriam nas praças em benefício de obras de caridade, com teatro ao ar livre, tendas para venda de gelados, doces, frios, bebidas, rifas, banda musical e jazz, escolha da senhorinha mais bela e simpática, iluminação, ornamentação característica e várias surpresas patrocinadas por elementos de destaque da sociedade, cujos nomes eram publicados no jornal.[6] Esses encontros eram reservados somente àqueles que pudessem pagar os convites. Em 1942, o Cock-Tail Clube realizou encontro nesses moldes na praça Borges de Medeiros. O traje feminino exigido para a ocasião foi a de chita, tecido de algodão estampado a cores, tendo sido premiada aquela que compareceu com o vestido mais original. A copa ficou a serviço de

[4] JP, 26/7/1931 Noticiário. 107ª aniversário da colonização alemã no Rio Grande do Sul, p.3

[5] LÖWY, Michel. SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia - o romantismo na contramão da modernidade*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. PHILIPPOV, Renata. *Edgar Allan poe e Charles Baudelaire: trajetórias e maturidade estética e poética*. Orientação Maria Cecília Queiroz de Moraes Pinto. São Paulo: USP/PPG Língua e Literatura Francesa, 2004 [disponível em http://www.teses. usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-18072005-113116/publico/Tese_-_Renata_Philippov1.pdf - acessado em 8/3/2006], explora essa visão dos autores, explicando que haveria três formas principais de se buscar o reencantamento do mundo: o caminho da religião, a exaltação da noite e a recriação do mito.

[6] JP, 14/12/1933 Pró-charistas, p.2

Valdemar Duarte, que serviu comes e bebes no recinto do jardim, e a orquestra do maestro Henrique Horn abrilhantou a reunião.[7] Outro exemplo da tentativa de aproximação ao natural era o dia da flor, onde senhoras e senhoritas da "melhor sociedade" espalhavam-se por todos os recantos da cidade, vendendo flores, em benefício de obras assistenciais ou remodelação das igrejas.[8]

Nesta ótica romântica elitista, os jardins públicos constituíam-se em seu lócus principal. Os jardins públicos deveriam dar a sensação de ordem e respeito, mesmo em meio ao urbano impactado pelo processo de desorganização já avançado nos anos 40. A coluna ***Notas locais***, de 17 de janeiro de 1943, refletiu essa visão ao criticar o desleixo com que as flores e folhagens das praças estavam sendo tratados. O texto culpava implicitamente os subalternos, os novos freqüentadores que deveriam saber como se comportar sem precisar de avisos como "Não pisem na grama" ou "As flores também têm alma". A solução sugerida foi de incutir neles "os preceitos elementares de conduta".[9] Dias antes, o mesmo espaço editorial foi utilizado para protestar contra menores que caçavam pardais na praça José Bonifácio, com bodoques ou mesmo pedradas. O jornal entendia que para a ordem reinar era necessário que manifestações de "vadiagem" e "mau gosto" como essas terminassem. Também chamou a atenção para a desarmonia provocada pelo alto falante instalado na praça, que irradiava "som estridente e irritante como o afiar das unhas", "roncos de fera mortalmente ferida".[10] As notas reforçam o aspecto natural que se queria imprimir ao espaço.

O muro que cercou a praça durante muitas décadas fazia parte desta busca da naturalidade pelo cuidado com a estética. Numa comunidade vinculada aos hábitos campeiros, onde era natural criar cavalos e vacas na periferia da zona urbana, os animais soltos constituíram-se num dos grandes problemas a ser enfrentado pela elite para continuar com seu espaço público sadio. No primeiro quartel do século XX, tais dificuldades eram tangenciadas devido ao baixo número de subalternos freqüentando

[7] JP, 22/1/1942 Festas e Diversões. Garden Party na praça Borges de Medeiros, p.2
[8] JP, 7/7/1929 Noticiário: o dia da flor, p.2
[9] JP, 17/1/1943 Notas locais, p.4
[10] JP, 3/1/1943 Notas locais, p.4

os espaços tipicamente elitistas, como a zona central da cidade. Não chegava a ser calamidade pública, até porque cada um sabia seu lugar e, de certa maneira, o controle social ainda era grande. Os animais que vagavam soltos eram, em sua maioria, cavalos e vacas pertencentes a moradores da periferia, que os usavam para puxar carroças e para tirar leite. O máximo que estes animais faziam era estragar os jardins das residências do centro. As duas praças centrais tinham sido muradas por causa deles. Na maioria das vezes eles eram recolhidos e devolvidos aos que comprovassem ser proprietários.[11]

Contudo, a intensificação da vinda de subalternos à cidade, a partir de 30, trouxe certa turbulência. O problema de animais vagando foi se agravando pouco-a-pouco, principalmente nas épocas primaveris, quando as flores desabrochavam e o aspecto elitista mostrava-se inconteste. Na visão romântica do editorial do ***JP*** de 1933, elas não podiam ser descuidadas, pois eram o "prazer" e a "alegria da vida". Os animais, que tentavam "aspirar o aroma das flores" e quedavam-se "extasiados à sua vista", regalando-se, "à farta e pacatamente, comendo com um grande apetite animalesco a folhagem e os mais tenros rebentos das roseiras, dos jasmineiros, das azaléas, etc.", deveriam ser mantidos afastados.[12]

Em dezembro de 1933, atendendo ao abaixo-assinado dos moradores, o delegado de polícia, Cecílio Menezes, proibiu que proprietários deixassem soltos cavalos e vacas na Vila Soares, sendo aplicada multa aos infratores.[13] No restante da zona urbana, a prefeitura limitava-se a repetir avisos solicitando aos proprietários dos animais que os mantivessem presos. Por conta disso, os moradores reclamavam pelo jornal, que podia publicar pequenas notas na coluna ***Noticiário***[14] ou deixar o tema para o sarcasmo de articulistas anônimos:

[11] JP, 17/10/1929 Animais soltos, p.3, 3/11/1929 Noticiário. Animais soltos,p.3, 12/12/1929 Animais soltos, p.3, 21/12/1930 Noticiário. Animal encontrado, p.3
[12] JP, 25/6/1933 As nossas praças públicas, p.1
[13] JP, 24/12/1933 Noticiário. Animais soltos, p.5
[14] JP, 17/5/1934 Noticiário. Animais soltos, p.3 e 3/3/1935 Noticiário. Animais soltos, p.3

As vacas e terneiros, que à noite, e, às vezes de dia, perambulam, livremente, como se fossem gente, pelas ruas do bairro aristocrata. Não resta dúvida. A queixa é justa e ela aí vai direitinha aos zelosos fiscais da municipalidade, que, por certo, delicadamente, conseguirão demover aqueles animais do abuso de andarem 'enfeitando' de esterco as delicadas lajes do Rio Branco.[15]

O aumento populacional urbano, intensificado no entre-guerras, também desencadeou aquele que se tornaria o maior dos problemas em termos de zoonose: os animais domésticos, principalmente os cachorros. A partir dos anos 30, a questão passou a ser tratada pela imprensa como caso de saúde pública. A razão fundamental para tanto empenho foi a proliferação sem precedentes de cães, ocorrida por conta da fixação de migrantes vindos do meio rural, que traziam consigo hábitos próprios, como ter a companhia de "guapecas". O crescimento exagerado da prole dava-se porque antes os cães estavam separados uns dos outros por grandes extensões de terras, confinados nas propriedades rurais. A concentração populacional na zona urbana resultou na conseqüente concentração do número de animais num espaço limitado, facilitando assim o acasalamento canino. Além disso, na zona rural o cão tinha função de guarda. Na zona urbana, tornava-se muitas vezes inútil porque, numa comunidade ainda pequena, de certa forma segura, não se justificava o sustento diário do animal doméstico.

Neste contexto, de forma exagerada para chamar a atenção ao fato, Cachoeira foi considerada a "capital incontestada do mundo canino" já em 1929. A resposta foi a exigência de um posto anti-rábico, órgão responsável pela matança de cães sem dono, que andavam livremente pelas ruas da cidade. Com sua instalação, a imprensa passou a exigir ações sistemáticas: "Vagueiam eles às dezenas nas ruas da cidade. São de todos os pelos, raças e tamanhos, numa imensa variação que vai do familiar peludo ao vira-lata legitimo. É necessário a metódica matança desses animais causadores de tantos males, e por muitas causas que não só a transmissão do vírus rábico". Falando indiretamente aos subalternos, considerados responsáveis pela proliferação canina, o *Jornol do Povo* alertava para a necessidade de açaimar e prender os cães, mantendo-os em "boa higiene" e "isolados da coletividade", evitando assim maiores contágios. Os únicos que deveriam sobreviver eram os "animais

[15] JP, 30/5/1935 O "Ditador" em apuros. O.M, p.1

verdadeiramente notáveis pelas suas qualidades e estimáveis pelo valor", conforme definiu o próprio jornal.[16]

No início da década de 30 e nos anos posteriores, notícias davam conta da necessidade premente de eliminar-se os cães vadios. Para isso, a prefeitura usava bolas de veneno ou, quando circos instalavam-se na cidade, recolhia os cães para alimentar os leões. As despesas com tratamento dos que fossem mordidos por "cachorros loucos" também corriam por conta do poder público, que transferia os doentes para o Instituto Pasteur, na capital Porto Alegre. Em julho de 1935, foram registrados em torno de dez casos de pessoas mordidas por cães hidrófobos.[17]

Nos anos 40, o problema das matilhas de cães vagando soltos nas ruas ou mesmo dos cachorros presos nas residências desencadeou um segundo reclame: a perturbação do sossego público, principalmente durantes as madrugadas. O articulista Braz Camilo ironizou a situação, afirmando que o cachorro do vizinho sabia a hora exata em que ele se recolhia, latindo, a partir daí, noite adentro.[18] Matias Pascoal, em artigo escrito em 1943, chamou Cachoeira de "paraíso canino", visto que nas "horas mortas da noite" ouvia "cães e cadelas, soltos, na rua, a ladrar", atrapalhando o sono dos que trabalhavam o dia inteiro. Segundo ele, a rua Sete de Setembro havia transformado-se num verdadeiro *"for west"*, com cães latindo, correndo, uivando, mordendo, numa "algazarra infernal".[19] Além disso, muitas vezes a cachorrada invadia propriedades, danificando hortas e jardins em busca de comida.[20] Em editorial de 1945, o jornal reforçou a ironia da situação problemática. A expressão "vida de cachorro" teria perdido seu significado em Cachoeira do Sul, diante da quantidade de cães perambulando calmamente pelas ruas, praças e jardins da cidade, "deitando-se comodamente nos passeios públicos e aferrando-se valentemente as pernas de quem possa ousar perturba-lhes o repouso", ou ainda revirando e esparramando os lixos.[21]

[16] JP, 27/10/1929 Medidas preventivas, p.1

[17] JP, 7/12/1933 Noticiário. Cães hidrófobos, p.3, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira. Foi um sonho, nada mais, p.1 e 18/7/1935 Noticiário. Mordidos por cães hidrófobos, p.3

[18] JP, 14/4/1940 Braz Camilo, p.1

[19] JP, 24/1/1943 Paraíso canino. Matias Pascoal, p.1

[20] JP, 26/2/1942 Noticiário. Cães vadios, p.3

[21] JP, 23/1/1945 Estas e Outras, p.3

Mesmo iniciativas de se acabar com os cães vadios, como a distribuição de "bolas" pela prefeitura, podiam gerar contendas. Uma porque a pessoa encarregada do serviço acabava jogando o veneno nos pátios das residências, matando animais presos. Outra porque muitos cães mortos putrificavam na própria via pública, durante dias.[22]

Essa simbiose entre urbano e rural, vista de forma peculiar na questão canina, teve outros reflexos. Por exemplo, a queima de casca de arroz pela antiga usina elétrica produzia fuligem que cobria habitações, jardins e pátios, "poeira negra que achando portas e janelas penetra nas casas estragando e empoeirando tudo".[23] A barraca de couro próximo ao centro fazia exalar mau cheiro. Ou ainda padarias, que mantinham estrebarias em seus pátios, produziam cheiro insuportável das cavalariças e atraíam moscas e mosquitos, "cujo inevitável contato com as massas alimentícias poderá produzir casos graves de moléstias infecciosas", conforme alertou o jornal.[24]

6.2. *Trottoir* do passante

Na Cachoeira da primeira metade do século XX, a rua era espaço do ver e ser visto. Nela praticava-se o footing, encontravam-se os conhecidos, estabeleciam-se e fortificavam-se muitas das relações sociais. Também nela, revelava-se o caráter perverso da coletividade. O ***Código de Posturas*** de 1926 determinava algumas destas regras de civilidade, como a proibição de queimar fogos de buscapés, soltar bombas ou foguetes, dar salvas com "roqueiras" ou instrumentos similares e tiros com armas de fogo, atirar pedras com bodoques ou fundas, soltar pandorgas ou "cometas", riscar as paredes das casas ou muros e cortar galhos das árvores plantadas nas ruas ou praças para seu "aformoseamento" (art. 158). Os contraventores estariam sujeitos a multa, apreensão dos objetos e até pena de "prisão correcional". Em caso de menores de idade, os responsáveis responderiam pelos danos causados e pelas penalidades (art. 159).[25]

[22] JP, 20/6/1943 Noticiário. Distribuição de "bolas" aos cães vadios, p.3
[23] JP, 23/6/1930 Noticiário. Uma reclamação, p.3
[24] JP, 17/4/1932 Noticiário. Com a higiene, p.3, 13/12/1936 Uma reclamação justa, p.3
[25] A Lei n.302, de 2/1/1929, alterou alguns artigos do Código de Posturas Urbanas de Cachoeira do Sul, promulgado pela Lei n.222, de 19/9/1926

Tais proibições não impediam reclamações contra "petizes" jogando futebol em plena rua, danificando as vidraças das casas e prejudicando o trânsito, nem soltando pandorgas que enrolavam-se nos fios e provocavam curtos-circuitos na rede de energia.[26] Fogos de artifício também freqüentavam a coluna dos reclames. Muitas vezes, o foguetório não tinha o intuito de festejar mas de provocar susto entre as famílias que passeavam.[27] Outra reclamação era no sentido dos caminhões, que traziam arroz para os engenhos, respeitarem o toque de silêncio, evitando descargas abertas e buzinações durante a madrugada.[28]

Nas calçadas, a questão da civilidade mostrava-se de forma derradeira. Numa cidade onde a maioria dos prédios foi construída sem recuo, a calçada tornou-se linha divisória entre espaço público e privado. Como exemplo, a falta de varanda frontal criou o hábito de colocar cadeiras nas calçadas das residências, principalmente em noites quentes. Outro era o de parar para conversar em pequenos grupos, trancando a passagem dos transeuntes. Alguns proprietários de estabelecimentos chegavam a colar cartazes pedindo que não se fizesse ponto de palestra em frente às vitrinas, para não atrapalhar as vendas.[29] O problema de espaço de passagem era agravado pela estreiteza na largura dos passeios públicos, construídos sem perspectiva futura de ampliação, visto que foram projetados para os poucos transeuntes do século XIX.

Nos anos 20-30, a movimentação de pessoas e veículos estava concentrada nas proximidades da praça José Bonifácio, no trecho envolvendo as ruas Andrade Neves e Sete de Setembro. O congestionamento dava-se pela quantidade de pessoas aglomeradas nos canteiros e calçadas da artéria principal. Os motoristas trafegavam em diminuta velocidade, não em respeito aos pedestres, mas para verem e serem vistos. A elite realizava o footing, passeio à pé para espairecer, principalmente nas noites de calor, quando as famílias sentavam-se nos bancos da avenida e as crianças

[26] JP, 15/11/1936 Os moradores da rua 15 reclamam, p.3, 22/10/1942 Noticiário. Reclamações, p.3
[27] JP, 3/11/1929 Reclamações, p.3 e 1/6/1944 Noticiário. Abuso com fogos de artifício, p.3
[28] JP, 3/4/1930 Justa reclamação, p.1
[29] JP, 14/4/1938 Calçadas e Cadeiras. Braz Camilo, p.2 e 14/4/1938 Luz! Mais luz! E.R., p.1

brincavam na rua. Como as principais ruas do centro da cidade foram projetadas e abertas no tempo das carroças, em que era inimaginável intenso fluxo de veículos, ainda mais automotores, as reclamações sobre possíveis desastres envolvendo carros e pedestres passaram a fazer parte do cotidiano cachoeirense na mesma medida em que aumentou o número de automóveis circulando.[30]

O instantâneo do fim dos anos 20 mostra esse quadro de trânsito intenso de automóveis na rua principal, a Sete de Setembro. No horário das 12 h 23 min, em torno de dez veículos seguem no sentido bairro-centro. Vários pedestres aguardam oportunidade para atravessarem a rua. A inércia do guarda de trânsito é indício da prevalência do automóvel sobre os passantes.



Figura 108 - Trânsito intenso na rua Sete de Setembro, fim dos anos 20. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

[30] JP, 15/8/1929 Sugerindo, p.1

Em 1931, leitor do *Jornal do Povo* escreveu alertando para o fato de que o crescimento urbano implicava na necessidade de noções de tráfego para a população: "Não com todas as exigências do ***circulez-monsieur***, de Paris - ressaltou ele -, mas sobre a maneira de se andar nas ruas, para evitar os acidentes de veículos". Era comum crianças brincarem livremente nas ruas, pulando corda ou jogando peteca, "calma e descuidadamente como se estivessem em um pátio fechado e como se não houvesse na rua trânsito de veículos".[31] Havia também o basbaque, sujeito que ficava atônito, bestificado, postado na passagem dos transeuntes, contemplando algo que lhe parecesse grandioso, prejudicando o trânsito e sendo alvo da chacota alheia. Muitos dos que vinham de localidades menores eram tidos por basbaques que hipnotizavam-se pela agitação e ritmo frenético da urbe cachoeirense.[32]

Em matéria de trânsito, a maior problemática de Cachoeira foi reflexo do embate urbano versus rural, envolvendo automóveis, carroças e caminhões. As vias públicas locais serviram de passagem de grande parte dos produtos agrícolas, dos hortifrutigranjeiros puxado a cavalo ao arroz transportado em caminhões. Em 23 de abril de 1934, o prefeito Aldomiro Franco publicou o Decreto n.49, proibindo trânsito de carretas nas principais ruas da cidade, alegando grandes despesas com serviço de calçamento e melhoramento das ruas devido aos estragos provocados pelo excesso de peso. Os infratores ficaram sujeitos a multas de 20$000 a 200$000 réis, além da obrigação de reparar danos causados. Em sua administração, transferiu para o bairro Fialho (Santo Antônio) o bebedouro público utilizado pelos animais dos carroceiros.[33]

Administrações anteriores já haviam promovido ordenações neste sentido. Através do decreto n.268, de 16 de janeiro de 1928, o intendente Carlos Leal Nogueira da Gama estabeleceu certas regras: veículos não poderiam parar a menos de cinco metros dos cruzamentos de ruas (art. 1º); não poderiam descer algumas das quadras das ruas 24 de maio e 7 de Setembro (art. 2º); não poderiam subir a rua Saldanha Marinho, no trecho entre a rua Venâncio Aires e o trilho da via férrea (art. 3º); não poderiam fazer a

[31] JP, 13/9/1931 Tráfego e descuido, p.1
[32] JP, 7/4/1938 Luz e Basbaques. E.R., p.1
[33] JP, 13/10/1929 Obras municipais, p.2 e Decreto n.49, de 23 de abril de 1934, proibindo o trânsito de carretas na cidade. Fonte: JP, 26/4/1934, p.1

volta contornando o relógio público instalado defronte a Praça José Bonifácio (art. 4º).[34]

Todavia, era forte o apego pelo veículo particular e revelava-se na percepção apurada de intelectuais, como o poeta Lisboa Estrazulas, que escreveu em homenagem ao automóvel, intitulada ***Baratinha sem gosto***:

Pobre baratinha.
Morreu a minha baratinha azul-marinho, aquela mesmo que passava pela casa de Você.
Aquela mesmo que eu desejei um dia fosse estraçalhada pelo Chevrolet seis cilindros que Você guiava.
Quanta saudade em meu coração.
Quantas recordações!
Rendo a ti, minha baratinha amiga, o meu preito de saudade, companheira fiel de dois anos de convívio diário.
Não mais a tua chapa - 292 - trará na minha passagem palpites aos jogadores do "bicho".
Não mais o creoulinho da Casa J. Lima virá trazer-me o palpite do sonho promissor com a baratinha.
Não mais a tua buzina alegre e estridente anunciará a Você a minha volta ao lar, depois das longas e fatigantes jornadas.
Não mais me servirás de pouso na várzea do Botucaraí ou no tenebroso Santa Bárbara, nas noites gélidas de inverno.
Adeus, minha habitação ambulante!
Não me chamarão mais o "moço da baratinha".
Não te pedirão mais os amigos para os passeios aos domingos e para excursões ao Amorim.
Não servirás mais de cama ao Azuil para a sesta, a hora do cafezinho no Comercial, depois do almoço.
Não serás mais enfeitada pelo Ghignatti com cascas de laranja e latas de lixo.
É triste, é doloroso, tudo isto./ Mas, no teu suicídio, há uma coisa com que eu não pude ainda me conformar.
Com o teu acentuado espírito de mulher.
Há mulheres belas, cheias de mocidade, graça e encantos que, havendo no mundo tantos homens inteligentes, fortes, bonitos e sadios, se entregam, de alma, corpo e coração, a um homem horrível, doente, reumático, asmático, pobre, feio, esquelético e burro, por um fenômeno de atração irresistível e inexplicável.
Tu foste assim, minha baratinha.
Com tanto automóvel bonito e de luxo na praça e na cidade: o do Caburet, o do Kunert, o do Caloca Barros e outros, campeões de estética e beleza de linhas, procuraste morrer estraçalhada por um miserável calhambeque.
Depois não querem acreditar no destino.[35]

[34] Decreto nº 268, de 16 de janeiro de 1928, publicado no Jornal *O Commercio*, em 18 de janeiro de 1928, p.1.

[35] JP, 17/12/1931 Baratinha sem gosto. Lisboa Estrazulas, p.1

Em que pese esta paixão ao veículo particular, a imprensa freqüentemente denunciava os pecados dos motoristas. Em 1929, a coluna dos reclames do *Jornal do Povo* considerou que o chofer do carro n.10, guiando na velocidade em torno de 10 km/h, queria "bater recordes de velocidade", "desabalando" pelas ruas da cidade "em carreira vertiginosa".[36] No ano seguinte, o noticiário destacava o fato de que o excesso de velocidade no centro da cidade provocava pequenos acidentes e solicitava providências da inspetoria de veículos.[37] O articulista Petrônio questionou o hábito de motoristas usarem a frente das residências como garagens de seus automóveis, mesmo nas ruas de maior movimento, como a Sete de Setembro: "à mingua de melhor garagens, os proprietários chegam a deixar todas as noites e mesmo durante o dia, até dois automóveis, defronte de suas casas". Era a solução encontrada para residências construídas no tempo em que veículos particulares não faziam parte do cotidiano urbano. Mas o hábito, segundo ele, prejudicava aqueles que usavam o automóvel para vir ao centro da cidade e não encontravam vagas disponíveis para estacionar.[38] Em edital publicado em março de 1933, a prefeitura alertava para a exigência de somente adultos e portadores de caderneta conduzirem veículos.[39]

Afora as exigências, as ruas continuaram revelando desfaçatez daqueles que postavam-se ao volante, sendo pistas de corridas para alguns motoristas. Por esta razão, os desastres continuaram acontecendo com freqüência. Muitos dos "cinesíforos" não respeitavam a pouca sinalização, não buzinavam nos cruzamentos e andavam na contra-mão com a descarga aberta. [40] Além disso, em 1937 a Diretoria do Tráfego, responsável local pelas orientações e fiscalização, proibiu os motoristas de andar com faróis dos carros acessos à noite nas ruas iluminadas. A intensidade produzida oferecia riscos ao tráfego, na medida em que podia ofuscar transeuntes e outros choferes.[41]

[36] JP, 1/8/1929 Quis bater o recorde, p.2

[37] JP, 27/11/1930 Noticiário. Velocidade excessiva, p.3

[38] JP, 24/1/1932 Pela Urbs. Garagens no meio da rua. Petrônio, p.1

[39] JP, 12/3/1933 Edital. Sub-prefeitura, p.2

[40] JP, 30/5/1935 O "Ditador" em apuros O. M, p.1 e 8/12/1940 Noticiário. Um esmoleiro foi de encontro a um automóvel, p.5

[41] JP, 20/6/1937 Noticiário. É preciso apagar os faróis dos motociclistas, p.3

Não obstante as críticas do jornal, comparando a outros Estados, a situação gaúcha era privilegiada. Dados do IBGE dos anos 1937-38 mostram que o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito no Rio Grande do Sul foi baixo. Em 1938, ocorreram em todo Brasil 16.951 acidentes no trânsito, 73% envolvendo homens, num total de 1.083 mortes (6,38%). As capitais com maior número foram: Niterói/RJ (5.723), Rio de Janeiro/DF (3.658), São Luiz/MA (2.015), Belo Horizonte/MG (1.322), São Paulo/SP (913), Recife/PE (842), Curitiba/PR (560), Porto Alegre/RS (555) e Vitória/ES (551). O quadro muda significativamente quando considerados somente os acidentes envolvendo mortes: São Paulo/SP (416), Rio de Janeiro/DF (382), Salvador/BA (96), Niterói/RJ (44), Recife/PE (31), Aracaju/SE (17) e Porto Alegre/RS (15).[42] Neste ano, os seguros de automóveis atingiram a cifra de 361.093$000 réis, sendo pagos 4.497$000 réis de sinistros, entre companhias nacionais e estrangeiras.[43]

A falta de regramento sistemático e padronizado durou até entrar em vigor, em todo Brasil, o *Código Nacional de Trânsito*, em 30 de abril de 1941, criado através do Decreto-lei n.2.994, promulgado três meses antes. Seus 147 artigos versavam sobre questões como mão de direção, velocidade, sinais, equipamentos, estacionamento, licenças, matrículas, multas e apreensões. Entre as regulamentações, passou a ser obrigatório o motorista adotar a direita como mão da direção e ultrapassagem pela esquerda, dar preferência a cortejos, bombeiros, ambulâncias e polícia. A velocidade máxima permitida passou a ser, para caminhões, de 30 km/h na cidade e 50 km/h na zona rural; para ônibus, de 30 km/h na cidade, 50 km/h nas grandes avenidas e 60 km/h na zona rural; para carros de passeio, de 40 km/h na cidade, 60 km/h nas grandes avenidas e 80 km/h na zona rural. Ficava proibido fazer competições ou andar com velocidade muito reduzida para não atrapalhar o trânsito. Todos veículos deveriam ter equipamentos obrigatórios como sistema de freios independentes, espelho retrovisor, buzina, limpadores de pára-brisas, faróis dianteiros, sinaleiras traseiras e pára-choques. A carteira de habilitação passou a ser expedida somente para quem fosse maior de 18 anos, soubesse ler e apresentasse folha corrida limpa. As multas variavam de 10$000 a 500$000 réis e seriam cobradas em dobro no caso de

[42] Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939

[43] Fonte: Tabela extraída de: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941

reincidência. Em caso de embriaguez, imprudência ou acidentes de trânsito envolvendo mortos ou feridos, poderia ser apreendido tanto o veículo quanto a carteira do motorista.[44]

A quantidade de veículos automotores cresceu extraordinariamente em todo Brasil, principalmente nas cidades mais desenvolvidas. A frota nacional de automóveis em 1927 era pouco menos de 90 mil, número que praticamente não se alterou até 1946. Somente o término da guerra na Europa propiciaria a aquisição de veículos particulares, fazendo com que o número pulasse para 500 mil automóveis em circulação no país em fins da década de 50.[45] Nas inspetoria de todo país, em 1937, trabalhavam 2.308 servidores, entre inspetores, comandantes, sub-inspetores, sub-comandantes, fiscais, chefes de turmas, guardas e pessoal administrativo, 1.723 deles (74,65%) lotados nos três principais Estados. São Paulo era o que tinha maior número, 798, sendo 707 somente de guardas, seguido pelo Rio de Janeiro/DF, 486 no total e 439 guardas, e Rio Grande do Sul, 228 total e 194 guardas.[46]

Cachoeira do Sul seguiu a tendência brasileira. A Agência Ford, do concessionário Prudêncio Schirmer, estava instalada na cidade desde 1924.[47] O término da guerra marcou o início da fase de ouro nas vendas de automóveis, não só particulares. O poder público também passou a adquirir novos veículos. Em 1948, a prefeitura municipal abriu crédito para a aquisição de algumas unidades. Só a unidade local da Companhia Rio-grandense de Usinas Elétricas tinha seis veículos nesta época.[48] A firma Allaggio demonstrou essa pujança com o desfile de 36 veículos

[44] PORTELA, Vitorino. PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*. Cachoeira: Tipografia Portela, 1940 (1ª ed.), 1943 (2ª ed.), p.167

[45] Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990

[46] Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941

[47] JP, 31/3/1949 O Transcurso do 25° aniversário de fundação da "Agência Ford" desta cidade, p.1

[48] A Lei Municipal n.7, de 19/6/1948, abriu crédito especial para a aquisição de unidades automotoras. Fonte: JP, 20/6/1948, p.4. A Lei Municipal n.47, de 7/6/1949, concedeu isenção do imposto de licença dos seis veículos, pertencentes à Cia. Rio-grandense de Usinas Elétricas, nesta cidade. Fonte: JP, 7/6/1949, p.1

Studebacker em caravana, nas principais ruas da cidade, vindos diretamente de São Paulo.[49]

Em julho de 1949, a Seção de Trânsito da Delegacia de Polícia local chamou os proprietários para emplacarem nada menos que 43 veículos. Eram eles: Alfredo Geraldo Penna, Antônio Marques Ribeiro, Ari Cechela, Ariosto Oscar Cunha, Armindo Goltz, Arnoldo Ricardo Schmidt, Arthur Guilherme Wrasse, Arthur Schmidt, Augusto Júlio Mernak, Balduino Wilhelm, Bertholdo Sauereressig, Carlos Fonseca Ghignatti, Carlos Müller Sobrinho, Cláudio Oscar Wild, David Unfer, Edwino Germano Rohde, Euclides Domingos Bacchin, Florêncio Lidio Corrêa, Gabriel Ferreira de Moraes, Herbert Port, Irmão Engel, João De Franceschi, José Félix Garcia, José Ferreira, José Joaquim de Carvalho, José Peixoto de Melo, Joubert Masseron Giacobbo, Júlio Nunes, Lourenço Edmundo Pohl, Luiz Maximiliano Cerentini, Luiz Vieira da Cunha, Miguel Carvalho Bernardes, Osmar Germano Gehrke, Reinaldo Feldmann, Reinaldo Roberto Dill, Reinaldo Roesch S/A (2), Roberto Mauss, Rubem Schlesner, Saboaria Progresso ltda., Schu & Cia. ltda., Sílvio Luchesi, Virgilino Jaime Zinn e Wili Goltz.[50]

No contexto da circulação, o crescimento urbano fez aumentar a exigência de melhorias no transporte público, para servir de elo de ligação entre as vilas e o centro da cidade. Em todo país, a frota de ônibus cresceria exponencialmente.[51] Nos anos 30, circulavam em torno de 2 mil coletivos. No auge da guerra, esse número aumentou para 6.773. Após 1946 os números superaram 25 mil em pouco tempo.[52]

[49] JP, 16/6/1948 Frota Studebacker, p.1
[50] JP, 14/7/1949 Aviso aos srs. proprietários de autos particulares que se acham sem placas, p.3
[51] Ver PACHECO, Regina. *Mudança tecnológica, transformações urbanas e institucionais: do bonde ao ônibus*. In: FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio (org.) *Seminário de História Urbana*. Salvador/BA: UFBA, ANPUR, 1992, p.205-213, que mostra a trajetória do transporte coletivo decorrente da intensa urbanização dos anos 30-40.
[52] Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Assessoria de Planejamento Econômico e Estatístico. Tabela extraida de Anuário estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v.50, 1990

Nas décadas seguintes ao aparecimento dos primeiros auto-bondes em Cachoeira, em 1919, o número de empresas explorando os serviços cresceu. Em meados de 1928, a firma J. Budiansky & Cia colocou dois auto-bondes no trajeto entre os extremos norte e sul de Cachoeira, entre os cemitérios Municipal e o da Irmandade, fazendo viagens regulares a cada dez minutos.[53] Dois anos depois, em 1930, José König passou a transportar passageiros por 0$400 réis ida e volta, valor considerado "baratíssimo", entre a praça Balthazar de Bem e a avenida Brasil. Na mesma época, Martim Comassetto fazia o mesmo trajeto com dois auto-bondes. Em 31, ele inaugurou uma linha saindo do Café Carioca, passando pelas ruas Sete de Setembro, Conde de Porto Alegre, indo até o Alto do Amorim, passando pelo Prado, até os trilhos do desvio da Charqueada, ao preço de 1$000 réis para adultos e 0$500 réis para crianças, diariamente às 14 h 30 min, 18 h e 19 h 30 min.[54]

Em março de 1934, a prefeitura concedeu, por cinco anos, direitos exclusivos para Theodoro Costa explorar o serviço de transporte de passageiros em auto-ônibus de Cachoeira. O contrato obrigava-o a manter em atividade quatro veículos "em bom estado de conservação e limpeza, de modo a oferecer todo o conforto possível às pessoas que se utilizarem desses carros". O contrato seria rescindido caso aparecesse outros interessados com número igual ou superior de carros, oferecendo melhores vantagens aos passageiros, "em preço, comodidade e regularidade do serviço".[55]

Durante a concessão da empresa Costa, seguidas reclamações do serviço chegavam na redação do *Jornal do Povo*, principalmente pela falta de horário, "coisa que nunca houve", e ao tempo de espera pelo ônibus. Em 1943, agregaram-se reclamações sobre a má-vontade de choferes e condutores no atendimento aos passageiros. Se o usuário estivesse distante poucos metros do local da parada, já era motivo para o ônibus "passar de largo". Caso corresse para alcançá-lo, os motoristas aceleravam "propositadamente sua marcha". Raramente buzinavam nas esquinas, atitude recomendada na época. A vontade de desembarcar não era tarefa

[53] Jornal *O Commercio*, 20/6/1928, p.1, 27/6/1928 e 25/7/1928, p.4
[54] Jornal *O Commercio*, 20/8/1930, p.1 e 21/8/1930, p.3 e JP, 26/11/1931, p.3 e 29/11/1931, p.3
[55] Livro de Contratos n º 1, 16v e 17r.

fácil: "o passageiro aperta no botão, mas a campainha ou sinal luminoso não funciona. Por isso, terá que descer na outra esquina. E ainda está sujeito a apanhar do cobrador, se reclamar". Como os sinais quase sempre não funcionavam, somente aos gritos é que se conseguia, algumas vezes, fazê-los parar. Os motoristas davam a impressão que haviam sido "escolhidos a dedo pela sua falta de educação e má vontade para com os passageiros". Eles corriam, mas não para andar no horário, que variava conforme a vontade do "chauffeuer". O tempo de espera na parada passava de meia hora. Quando aparecia ônibus, vinha lotado. O proprietário da empresa, Teodoro Costa, detinha concessão em outra cidade. Em Cachoeira, cuidava "somente em receber os lucros, possivelmente gordos". Enquanto isso, os ônibus estavam se delinqüindo, "caindo aos pedaços, verdadeiras carangueijolas que são ao mesmo tempo um atentado contra o bom gosto e um perigo constante para os passageiros". A falta de combustível e o encarecimento do material de reposição, provocado pela guerra, ocasionou escassez de ônibus, falta de horário e desconforto, o que levou Theodoro Costa a repassar para Lourenço Anversa a concessão dos serviços de transporte público cachoeirense. A notícia de novo ônibus em 1945, confortável e luxuoso para 33 passageiros, foi recebida com júbilo.[56]

Em julho de 1947, a prefeitura declarou utilidade pública para os serviços de transporte coletivo urbanos, abrindo nova concorrência no mês seguinte. Pelo edital, a concessionária deveria oferecer serviços que atendessem plenamente as necessidades da população, mantendo em tráfego o número de veículos que se fizessem necessários e "sempre dentro das mais estritas condições de segurança, conforto e asseio". Na apreciação e julgamento das propostas seriam consideradas como relevantes as melhores condições oferecidas de comodidades, segurança, estética e asseio dos veículos, bem como o preço das passagens e eficiência dos serviços e, principalmente, o prazo de início com maior número de veículos. Em setembro, foram abertas as propostas de Arlindo Gentil Ravanello e de João Carlos Schmidt, da empresa Marabá, que

[56] JP, 13/6/1943 Com a Empresa de ônibus, p.3, 23/12/1943 Com a empresa Costa, p.2, 30/3/1944, Com o serviço de ônibus, p.2, 5/7/1945 Diversas. Novo ônibus para a cidade, p.3 e 24/3/1946, Linha de ônibus para a "descida do Amorim", p.3

acabou garantindo em dezembro a concessão por cinco anos.[57]

Para o *Jornal do Povo*, a nova empresa não trouxe grandes melhorias. O diretor Manoel de Carvalho Portella chegou a escrever, em 1948, que era um crime manter em tráfego os "dois velhíssimos ônibus", "verdadeira afronta à pessoa física do passageiro e um ornamento pouco agradável para andar aí pela rua perdendo os pedaços e na iminência de se desmanchar de uma hora para outra".[58]

O articulista Bitencourt da Silva denunciou a super-lotação que tornava a viagem de ônibus verdadeiro martírio. Parando em vários esquinas, chegava a levar quase 40 minutos da zona baixa até a zona alta. Outro aspecto que apontou foi a conservação dos veículos. Em pleno inverno, as janelas dos ônibus estavam sem vidro, os molamentos dos bancos apresentavam péssimo estado e os motores enguiçavam nos momentos mais precisos. Esse caos no serviço de ônibus não condizia com o aspecto progressista que se queria imprimir em Cachoeira. [59]

Além do transporte coletivo interno, Cachoeira do Sul desde cedo tivera número razoável de linhas intermunicipais. No fim dos anos 30, 14 empresas exploravam as rotas a sul e norte da sede, todas elas com ônibus Chevrolet Gigante, de 85 HP, 23 assentos, na cor marrom claro. Para sul, transpondo o rio Jacuí, operavam as empresas Gonçalves (para a localidade de Mário Gonçalves), Cruzeiro (Encruzilhada), Cruzeiro do Sul (Santaninha), Brasil (Cerro do Irapuá), Corrêa (São Sepé), Farroupilha e Fronteira (ambas para Caçapava). A empresa Gonçalves, de Mário Gonçalves da Silva, saía todas quintas-feiras de Cachoeira, às 4 h 45 min. Seu itinerário era: Sanga das Pedras, Sebastião Peixoto, Mário L. de Oliveira, Antônio de Oliveira, Alcino Machado de Oliveira e Mário

[57] Fonte: Decreto-lei nº 62, de 11/7/1947. Ver JP, 13/7/1947, Transporte Coletivo, p.2, Edital de concorrência pública nº 5 para a concessão do serviço de transporte coletivo de passageiros em auto-ônibus, Termo de Abertura de propostas para concessão do Serviço de transporte coletivo de passageiros, em auto-ônibus, no perímetro urbano da cidade. Fonte: PM/D, 003, p.40, 12/09/1947, e Contrato de concessão para a exploração exclusiva do serviço de transporte coletivo de passageiros em auto-ônibus no perímetro urbano da cidade, que fazem a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul e João Carlos Schmidt, de acordo com o Edital de concorrência pública n º 5, de 13/8/1947.

[58] JP, 4/7/1948 É um crime manter em tráfego o ônibus Manoel de Carvalho Portella, p.3

[59] JP, 22/6/1950 Deficiente o nosso serviço de ônibus. Bitencourt da Silva, p.2

Gonçalves. A passagem mais cara custava 20$000 réis. A Cruzeiro, de Octaviano Silveira, fazia a linha Encruzilhada, toda quarta-feira, às 7 h, voltando na segunda, às 6 h, pelo valor de 30$000 réis. Passava por Capané, Sanga das Pedras, Dr, Oscar, Filinho, Aurélio Borges, Piquiri-Naldo, Coxilha Grande, Passo da China e Pinheiro. A Cruzeiro do Sul, de Albrandino José de Moraes, ia até Santaninha todas quintas-feiras, às 7 h 30 min, pelo valor de 30$000 réis. Voltava somente nas segundas às 6 h. Seu trajeto era: Passo da Seringa, Luiz Figueiró, Lélo Garcia, Taquara, Irapuazinho, Serrinha, João D. da Silva, Água Doce e Santaninha. A Brasil, de Crispim Brasil, saía aos sábados, 8 h, com volta às segundas, 8 h, fazendo o mesmo trajeto que a Cruzeiro do Sul, até Irapuazinho, de onde seguia para o Cerro do Irapuá, pelo valor de 25$000 réis. A empresa Corrêa, de Arthur Corrêa da Silva, ia até São Sepé, nas segundas e quintas-feiras, às 8 h, voltando nas terças e sextas-feiras, mesmo horário. Em seu trajeto: Ferreira, São Lourenço, Luiz Trindade, Santa Bárbara, Apulio-Osório, Vva. Cota, Luiz Curto e Augusto Móri. Valor, 35$000 réis. A Farroupilha, de João A. Lima, saía diariamente de Cachoeira às 7 h 30 min, passava por São Lourenço, Sanga Funda, Sotero Almeida, Barro Vermelho, Oavid Trindade, Palmas, Janguinho, Pedro Lima e Jorge E. Zemôr, chegando em Caçapava às 11 h 40 min. O valor máximo da passagem era de 35$000 réis. A empresa Fronteira, de Júlio de Castilhos Gervásio, explorava a mesma rota, cobrando o mesmo valor, com saídas nas segundas e quintas, às 8 h, e retorno nas terças e sextas, mesmo horário.[60]

Para norte, na região colonial, operavam as empresas Candelária (para a localidade de mesmo nome), Sobradinho (até a Colônia de Segredo), Serro Branco (Cerro Branco), Boêmia (Agudo e Boêmia), Sempre Avante (Rincão da Porta), Cortado e São João (ambas até Cortado). A empresa Candelária, de Filter, Irmãos & Cia., fazia a linha por 25$000 réis, com saídas nas segundas e quartas, às 7 h, e retorno nos mesmos dias, às 15 h. Passava pela Ponte da Pedra, Várzea Botucaraí, Arthur Richter, Pinheiro e Granja Rhode. A empresa Sobradinho, de Kenner & Cia., transportava passageiros até Arroio do Tigre, passando por Passo do Moura, Ferraria Jardim, Armando Betat, Enforcados, Três Vendas, Guilherme Deicke, Serro Branco, Serraria Scheidt, Várzea Grande, Sobradinho, Arroio do Tigre,

[60] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*, 1ª ed., Cachoeira: Tipografia Portela, 1940, p.168-181

Vila São Paulo e chegando a Colônia Segredo, por 28$000 réis, todas terças e sextas, às 9 h, voltando segundas e quintas, às 7 h. João Armindo Pohl, da Serro Branco, era outra empresa que desviava na localidade de Três Vendas, para seguir até Serro Branco, mas por Pedro Fontoura, Sanga Funda, Capão do Veado, Lely Lauro, Guilherme Oeick, Manoel de Oliveira, Ramal de Candelária e Carlos Streick, pelo valor de 12$000 réis. Ele vinha para Cachoeira diariamente às 7 h e retornava para Serro Branco às 15 h 30 min. A empresa Boêmia, de José Frantz, fazia trajeto parecido, só que em Três Vendas desviava para José Carlos, Barriga, Contenda, Rincão da Porta, Rincão do Pinhal, Pinhal, Serro Chato, Vila do Agudo, Porto do Agudo, Picada do Rio e Boêmia, pelo valor máximo de 20$000 réis, todas terças e sábados, às 13 h 30 min, com retorno segundas e sextas, às 7 h. A Sempre Avante, de Max Francisco Guilherme Mucker, saí de Rincão da Porta até Cachoeira, terças, quartas e sextas, às 6 h, voltando no mesmo dia, às 16. Passava por Contenda, Mangueirinha, Barriga, José Carlos, Três Vendas, Enforcados, Armando Betat, Ferraria Jardim e Passou do Moura. A maior passagem custava 8$000. As empresas Cortado, de João Gentil de Arrial, e São João, de João Miguel Sanmartim, saíam da localidade de Cortado, respectivamente, às segundas, às 6 h 30 min no verão e 8 h no inverno, e quartas, às 9 h, voltando nas terças, às 9 h no verão e 10 h no inverno, e quintas, às 9 h. O valor da passagem para ambas era 9$000 réis. O itinerário era: Cortado, Jacob Lovato, Taboão, Miguel Fontoura, Armando Betat, Ferraria Jardim, Passou do Moura e Cachoeira.[61] Por conta desta organização intermunicipal, para as demais localidades do Estado, como Porto Alegre, Santa Maria ou Rio Pardo, era necessário pegar o trem ou ir de avião.

Nas décadas subseqüentes, a evolução do transporte público automotor somado a melhoria das estradas de rodagem acabaram refletindo no modo de viajar. No pós-guerra, o impulso maior na região foi a construção da barragem-ponte do Fandango sobre o Jacuí e a melhoria gradual de várias estradas de rodagem, principalmente a BR-290 (Argentina-Uruguaiana-Porto Alegre). Por conta dessas melhorias, aumentou sobremaneira o número de linhas intermunicipais saindo ou passando por Cachoeira.

[61] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*, 1ª ed., Cachoeira: Tipografia Portela, 1940, p.168-181

Foi nesse contexto de melhorias rodoviárias que o trem perdeu paulatinamente espaço e preferência do público. A tendência nacional em utilizar estradas de rodagem fez com que as vias férreas fossem sendo depreciadas gradativamente. As novas formas de locomoção modernas, como o próprio automóvel e o caminhão, confrontavam com o trem, considerado ultrapassado, vagaroso e antiquado. O próprio fluxo de trens agravou a situação. A oferta de horários não mudou após os anos 30. Em 1940, havia dois horários diários, tanto para Santa Maria, com o diurno alternando entre 9h 57min e 14h 30min e o noturno das 23h 22min, quanto para Porto Alegre, com o diurno às 13 h 17 min e o noturno às 2h 47min. Em 1963, os horários mudaram para 9h 10 min e 22h 30min, para Porto Alegre, e 13h 24min e 2h 30min, para Santa Maria. Em ambos, aos sábados não corria o noturno Porto Alegre-Santa Maria e aos domingos não corria o noturno Santa Maria-Porto Alegre.[62]

Para agravar, muitos cachoeirenses se incomodavam com a passagem da linha ferroviária dentro da zona urbana. Eram históricos os atropelamentos, em sua maioria, de degradados, como "o preto Adão Hipólito Ouriques, de sessenta anos presumíveis, de idade" que teve a perna fraturada em 1935, a "Petronilha Fé Silveira, de cor preta, de mais ou menos 55 anos de idade", que teve o crânio fraturado em 1944, tendo sido encontrado junto ao local do incidente um frasco de cachaça, "presumindo-se que a embriagues foi a causa do desastre", e o "Ferro Velho", ancião que endireitava barbatanas de guarda-chuvas, atropelado em 1947, entre outros tantos.[63]

Aqueles com melhores condições econômicas incomodavam-se devido aos abalroamentos entre veículos que cruzavam as passagens de nível e a composição dos trens.[64]

[62] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*, 1ª ed., Cachoeira: Tipografia Portela, 1940, p.154 e ABREU, José Pacheco de. *Guia Geral do Município de Cachoeira do Sul*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira do Sul, 1963, p.16

[63] JP, 10/11/1938 Noticiário. O tráfego na rua Júlio de Castilhos, p.3, 8/6/1944 Noticiário. Morreu nas rodas de uma locomotiva, p.3, 6/10/1947 Pingos nos ii... Chinês. Ferro Velho, p.2, 5/5/1953 O ancião surdo foi jogado longe ao cruzar os trilhos, p.1, 20/12/1964 Ancião morto por trem na passagem dos trilhos à Rua Júlio de Castilhos. p.3 e 7/10/1965 Fatos & Comentários. Acidente. p.1

[64] JP, 23/4/1947 Cuidado com os trens, p.4 e 28/7/1957 Escutando & Comentando. Altamir Ceratti, p.8





Figuras 109 e 110 - Estação ferroviária na zona central da cidade, anos 20-30. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Eram constantes as reclamações sobre o impedimento do trânsito pelos comboios ferroviários que cortavam a rua Júlio de Castilhos, às vezes trancando a passagem entre as zonas alta e baixa, por mais vários minutos. Para o diretor do *JP*, Manoel Carvalho Portella, era insustentável a atitude de certos maquinistas. "Os malvados gostam mesmo de ver a bicha formada e de escutar o buzinar de automóveis. Fazem de propósito e criminosamente, pois andam para lá e para cá com os trens e quando a cauda dos mesmos vai querendo desimpedir a passagem eles param ou dão marcha ré".[65] A solução da contenda só foi resolvida no início dos anos 70, quando a linha ferroviária recebeu novo traçado, por fora dos limites da área urbana central, através da vila Oliveira, e foi construída nova estação.[66]

6.3. Nas ondas dos céus

Em termos de circulação, outra prova de status econômico de Cachoeira do Sul foi a ponte aérea Cachoeira do Sul-Porto Alegre. A primeira empresa que cogitou operar na linha foi a Viação Aérea Rio-grandense (Varig), em 1931, com vôos ligando as cidades de Porto Alegre, Santa Maria e Santa Cruz do Sul. Estava incluída nesta linha Cachoeira do Sul, mas a prefeitura não respondeu ao ofício da empresa, solicitando informações para a

[65] JP, 9/7/1950 Pingos nos ii... Chinês. Trem maluco, p.2. Ver ainda JP, 10/11/1938 Noticiário. O tráfego na rua Júlio de Castilhos, p.3 e 17/9/1961 Volta-se a tratar do problema de localização da Gare Ferroviária. p.1

[66] JP, 18/2/1971 Cachoeira terá a maior estação ferroviária do interior do RGS, p.1, 24/5/1973 Andreazza inaugura variante e nova estação de passageiros da RFFSA, p.1, 17/11/1974 Figueras conta o quente. Saul Torres, p.1 e 22/12/1974 Compra da área da RFFSA é nova vitória de Pedro Germano, p.1. A Lei Municipal n.1.652, de 19/2/1974, autorizou o Poder Executivo a adquirir por compra uma faixa de terras de propriedade da Rede Ferroviária Federal. S. A. A Lei Municipal n.1.675, de 7/2/1974, autorizou o Poder Executivo a adquirir uma área de terrenos da Rede Ferroviária Federal S/A, compreendendo o antigo recinto da Estação Ferroviária local, trecho entre a rua Júlio de Castilhos e a Rua Isidoro Neves da Fontoura, com todas as benfeitorias nela existentes inclusive prédios de alvenaria, muros, cercas, etc. Ver ainda MELLO, Luiz Fernando da Silva. *O espoço do imoginório e o imoginório do espoço: o ferrovio em Sonto Morio, RS*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PROPUR: Dissertação de Mestrado [orientadora Sandra Jatahy Pesavento], 2002, onde analisa a formação da cultura do espaço social santa-mariense como centro ferroviário, correlacionando políticas de transporte ferroviário, produção do espaço social e imaginário social.

escolha do campo de pouso, ficando assim excluída do serviço.[67] Foi somente em outubro de 1938 que o Estado, por intermédio da prefeitura, adquiriu área no Passo da Areia, pertencente a Inácio Felix de Loreto, para construção da pista de decolagem e aterrissagem.[68]

O término da guerra trouxe a expansão do transporte aéreo em todo mundo. Muitos dos aviões usados no conflito bélico foram adaptados para vôos domésticos. Em janeiro de 1945, a Varig instalou uma agência na cidade, fazendo vôos regulares entre Porto Alegre, São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana. Cachoeira era ponto de parada facultativo, nas terças e sextas-feiras. A escala oficial ocorreu no ano seguinte, com aviões modelo Eléctra, de nove passageiros. O *Jornal do Povo* escreveu matéria elogiando a iniciativa: "Esses modernos e seguros aparelhos, estão equipados do mais completo aparelhamento, que facilitará suas viagens, mesmo em dias de chuva ou de pouca visibilidade, com a maior segurança e conforto".[69]

Em 1947, a S.A. Viação Aérea Gaúcha (Savag) aterrissou o Lodestar que faria a linha Porto Alegre, Cachoeira, Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo, Bagé e Pelotas. Neste ano, a Varig voava às terças e quintas. Anos depois, entraram em operação os aviões Douglas C-47 de 28 passageiros. No auge da aviação doméstica, as duas empresas chegaram a oferecer vôos com escala na cidade de forma concomitante, às segundas, quartas e sextas-feiras. No aeroporto local passavam em média 700 passageiros semanalmente.[70] Entretanto, o estado de abandono do aeroporto, com pista de pouso precária e táxis atolando na estrada de acesso em dias chuvosos, e a melhoria do transporte rodoviário fizeram com que os vôos desaparecessem em pouco tempo. Em que pese o fato do poder público municipal ter concedido incentivos e ampliado a pista

[67] JP, 8/3/1931 Noticiário. Viação aérea, p.3,

[68] JP, 9/10/1938 Aeroclube Cachoeirense, p.5

[69] JP 16/1/1945 Viajaremos de Cachoeira do Sul a Porto Alegre pelos ares, p.4 e 31/7/1946 Os aviões da Varig passarão, em breve, a escalar oficialmente nesta cidade, p.1

[70] JP, 13/1/1947 A visita do primeiro avião da S.A. Viação Aérea Gaúcha a Cachoeira do Sul, p.4, 22/1/1947 Varig anuncia. Horário de verão, p.3, 26/1/1950 A Varig amplia o tráfego aéreo entre Cachoeira e Porto Alegre, p.1, 2/7/1950 Anúncio Varig, p.19, 25/9/1951 S.A.V.A.G. Sociedade Anônima Viação Aérea Gaúcha, p.1, 25/11/1951 Péssimo Cartão de Apresentação da Cidade o Aeroporto Local, p.1 e 20/3/1952 Avião toda semana, menos às terças-feiras, p.1

de pouso, a construção de estradas ligando as cidades do interior à Porto Alegre tornou a rota área cachoeirense anti-econômica.[71]



Figura 111 - Aviões no aeroporto, anos 40-50. Fonte: Museu Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Outros aviões que circulavam nos céus cachoeirenses foram os particulares, normalmente monomotores de pequeno porte utilizados na agricultura. Em junho de 1940, foi cogitado fundar o aeroclube local, a exemplo do que vinha ocorrendo em todo Brasil. Em abril de 1941, foi realizada a primeira assembléia "composta dos elementos representativos da sociedade local", para deliberar sobre o assunto. Assinaram a ata como sócios remidos o prefeito Ciro da Cunha Carlos, João G. Santos, T. C. Burmeister, Reinaldo Roesch, Ivo Becker & Cia., Edwino Schneider, Orlando da Cunha Carlos, Nicolau Salzano e Aquiles L. Figueiredo. A

[71] JP, 27/10/1953 Reparação da estrada do aeroporto local, p.1 e 2/7/1955 Bom dia, leitor!, p.1. A Lei Municipal n.551, de 1/8/1956, concedeu isenção de impostos à Sociedade Anônima Empresa de Viação Riograndense (VARIG). Fonte: JP, 7/8/1956, p. 4. As lei municipais n.535, de 17/4/1956, n.553, de 12/10/1956, e n.563, de 28/11/1956, autorizaram aquisições e permutas de imóveis do município para ampliação da pista de pouso do aeroporto local. Fonte: JP, 13/10/1956, p.4 e JP. 30/11/1956. p.4. Por elas, o prefeito Arnoldo Paulo Fürstenau ficou autorizado a despender a quantia de Cr$ 200.000,00. De acordo com cálculo estatístico da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul [www.fee.tche.br - acessado em 6/1/2006], esse valor corresponderia atualmente a R$ 56.329,80

diretoria ficou assim constituída: presidente, João G. Santos, vice-presidente, T. C. Burmeister, primeiro-secretário, Floriano Neves da Fontoura, segundo-secretário, Diamantino Carvalho da Fontoura; primeiro-tesoureiro, Arthur Rodolfo Rossarola e segundo-tesoureiro, Mário Pardo Cabeda. Menos de dois anos depois de fundado, foram iniciados os trabalhos de construção dos hangares, concluídos em julho de 43, data em que começou o curso de pilotagem. O custo da obra foi de Cr$ 50.132,60. Em 1945, os aviões cachoeirenses chegavam a voar, em média, 7 hora por dia.[72]

Em maio de 1948, um tufão destruiu o hangar do aeroclube, inutilizando completamente seis aeronaves. No mês seguinte, o festival montado no cinema Coliseu angariou fundos para a reconstrução. Como o prefeito municipal e diretor do *Jornal do Povo* na época, Liberato Salzano Viera da Cunha, era aficionado pela aviação, lia-se na reportagem do jornal que a iniciativa do aeroclube local merecia toda colaboração da população cachoeirense, "pois visa unicamente o reerguimento material de sua escola de aviação civil, escola essa que tem dado e continua moços capacitados a pilotar as aeronaves brasileiras para desenvolver o nosso comércio, promover um maior intercâmbio de fraternidade nos estados e países vizinhos, preparando-se ao mesmo tempo para defender a pátria em qualquer emergência".[73] O auxílio também chegou de fora. A Diretoria de Aeronáutica Civil doou dois aviões Paulistinha.[74]

Aproveitando a re-inauguração dos hangares, o *JP* promoveu enquete para a escolha dos nomes de batismo das duas novas aeronaves, não sem antes sugerir General Gomes Portinho, herói cachoeirense, e 24 de Abril, data significativa para o aeroclube. Lançou também edição especial, com várias páginas ilustradas. A inauguração dos novos hangares, em 24 de abril de 1949, foi festiva, com "cuidadoso e magnífico programa de

[72] JP, 13/6/1940 Cogita-se a fundação do Aeroclube desta cidade, p.1, 24/4/1941 Fundado o Aeroclube Cachoeirense, p.1, 17/1/1943 Aeroclube de Cachoeira, p.3, 25/4/1943 Empossada a nova diretoria do Aeroclube local, p.2 e 14/1/1945 Aero-clube de Cachoeira do Sul legítimo motivo de orgulho cívico para a cidade, p.6

[73] JP, 16/5/1948 Manchete: Destruído por um violento tufão o Hangar, p.2, 16/5/1948 Pingos nos ii Chinês. Ecos da destruição dos aparelhos do Aero, p.2 e 2/6/1948 Realiza-se hoje à noite, no Cine-teatro Coliseu, o festival Pró-Aero Clube, p.1

[74] JP, 20/2/1949 Mais uma Unidade para o Aeroclube de Cachoeira, p.1

festas" que durou três dias. Teve chegada do Cônsul Geral do Uruguai e Delegado Geral da Aeronáutica Civil do Uruguai no Estado, Miguel Veieyte; recepção a aviadores uruguaios e mineiros; missa campal com bênção nos dois aviões novos; baile no Clube Comercial; vôos acrobáticos e de turismo. As aeronaves foram batizadas de Princesa do Jacuí e Gal. José Gomes Portinho.[75]

Poucos meses depois, foi empossada a nova diretoria, composta em sua maioria por membros reeleitos: Teobaldo Burmeister (presidente), Nilson Figueiredo (primeiro vice), Assis Severo (segundo vice), Edyr Lima (secretário), Italo Patta (secretário executivo), Osmar Tesch (tesoureiro). No Conselho Fiscal ficaram Índio de Bem, Antônio de Santis Fontoura e Carlos Kerber. No Conselho Técnico: Saul Freitas Felix, Luiz Costa Sobrinho e Augusto Francisco König. Na diretoria social: Mario Schirmer. As autoridades também foram lembradas: Tet. Brigadeiro Armando Trompowski de Almeida (Ministro de Aeronáutica), Walter Jobim (Governador do Estado), César Grillo (Diretor Geral da DAC), Eugenio Seiffert (Chefe da Divisão Aero Desportiva da DAC), Roberto Pimentel (Chefe da Divisão de Operações da DAC), Joaquim Pedro Salgado Filho (Presidente da Companhia Nacional de Aviação) e o próprio Liberato Salzano Vieira da Cunha (prefeito municipal).[76]

Na listagem dos aspectos de comunicação cachoeirense após os anos 30, a instalação de duas estações de rádio representou importante conquista. Embora tratando-se de área da comunicação, as rádios possibilitariam ampliar a circulação das idéias e entender a cidade em relação aos processos de comunicação subjacentes e sua vinculação à trama urbana.[77]

Em 1930, eram poucas as estações no Brasil inteiro. Os Estados que mais tinham era São Paulo, com 10 na capital e 14 no interior, e o Distrito Federal, no Rio de Janeiro, com 12. O Rio Grande do Sul tinha duas: a Gaúcha (PRC-2) de Porto Alegre e a Difusora Rádio Cultura (PRH-4) de

[75] JP, 10/4/1949 A Inauguração do novo hangar do Aeroclube de Cachoeira do Sul, p.1 e 3/5/1949 Inauguração do Novo hangar do Aeroclube, p.1

[76] JP, 26/6/1949 Empossada a Nova Diretoria do Aeroclube de Cachoeira do Sul, p.6

[77] Ver CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidodes e cidodõos imoginodos pelos meios de comunicoção*. In: Revista Opinião Pública, v.B n.1 Campinas, maio, 2002 [disponivel em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100003&lng=pt&nrm=iso - acessado em 12/10/2005]

Pelotas.[78] Com a instauração do governo Vargas, o número de estações de rádio subiu vertiginosamente. Em 1937, já somavam 59, sendo 55 particulares, 13 no Distrito Federal, 25 nas capitais e 21 no interior. No Rio Grande do Sul, em 1935, foram colocadas no ar as rádios Farroupilha (PRH-2) e a Difusora Porto-alegrense (PRF-9), ambas na capital. O total transmitido naquele ano foi de 44.479 horas, 20.103 de transmissões de discos, 11.432 de música, 6.248 de propaganda comercial, 1.427 de notícias jornalísticas, além de outros como cursos, representações, humor, conferências, palestras, solenidades, transmissões para crianças e assuntos médico-sanitários.[79]

As estações possíveis de sintonizar em Cachoeira do Sul eram a Farroupilha e a Difusora. Em 1937, chegou a ser improvisada uma estação transmissora apelidada de Rádio Club Cachoeirense. Além disso, a Casa Elétrica montou na praça José Bonifácio possantes alto-falantes, iniciativa chamada de "a voz do poste". No ano seguinte, foi tentada a compra da sub-estação da Difusora Porto-alegrense por um grupo de cachoeirenses, batizada antecipadamente de Princesa do Jacuí.[80] Apesar da vontade, a região ganharia sua estação local somente na segunda metade da década de 40, período de grande crescimento do número de rádios no país, passando de 60 para 223. Adotando o nome da própria cidade, a rádio Cachoeira do Sul (ZYF-4) foi inaugurada em setembro de 1946. Segundo o *Jornal do Povo*, a nova transmissora lançaria aos céus "a incoercível atividade, o idealismo pujante e a fé inabalável do povo cachoeirense", seria a "voz maior e mais alta, a sintetizar as vozes todas do homem e da vida cachoeirense".[81] A estação funcionava 15 horas diárias na época, desde as 8 h da manhã, algo notável para um avanço que motivara "pilhérias" e "gargalhadas" na cidade, tal a descrença que fosse possível seu sustento.[82] A partir daí, cresceria mais ainda o número de estações em

[78] Fonte: Anuário estatistico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

[79] Fonte: Anuário estatistico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937 e Anuário estatístico do Brasil, 1938. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939.

[80] JP, 7/7/1935 Pelo rádio. F, p.3 e 20/9/1936 Noticiário, p.3

[81] JP, 22/4/1945 Cachoeira possuirá uma estação de rádio, p.1, 16/7/1946 A 7 de Setembro será inaugurada a Rádio Cachoeira do Sul, p.2 e 2B/9/194B A Z.Y.F.4 pertence à história da cidade, à sua vida e ao seu coração, p.2

[82] JP, 18/3/1952 2YF-4 em Abril. Uma série sensacional de programas, p.4 e 28/9/1950 Uma grande data cachoeirense. Bitencourt da Silva, p.2

todo país, principalmente nas cidades do interior.[83]

Todas essas relações demonstram o quanto o cotidiano cachoeirense era atravessado por fluxos e refluxos muitas vezes contraditórios entre si. Para uma sociedade até então habituada aos lugares privilegiados na sociedade, a vinda dos subalternos produzia seus reflexos. O espaço urbano, outrora espaço preferencialmente elitista, acabaria tendo de abrigar outros freqüentadores que não os já estabelecidos. Os *outsiders* chegavam e traziam consigo novos hábitos e valores que acabavam por reconfigurar muito das relações sociais.

Essas práticas cotidianas excludentes revelavam-se de maneira atroz, desumana e impiedosa quando as hostilidades afetavam o dia-a-dia da elite cachoeirense: nos espectros do jogo em antros como carteado e salão de sinuca, da prostituição, da delinqüência, do vandalismo e gangues, dos conflitos, da criminalidade, da falta policiamento da cidade, dos furtos, invasão de propriedades e depredações materiais, dos gatunos e amigos do alheio, das ocorrências como duelos ou ingresso de indesejáveis, da fuga de presos, da miséria, dos desordeiros e vagabundos, da vadiagem e mendicância, de menores sem ocupação que perambulavam pelas ruas da cidade, de crianças enjeitadas, de esmoleiros e mendigos, das drogas lícitas e ilícitas, do abuso do álcool ou do espancamento de mulheres.

[83] Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1954. Rio de Janeiro: IBGE, v.15, 1954. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1958. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, 1959

7. A classe perigosa deve ser contida

7.1. Influência nefasta dos *outsiders*

O confronto entre estabelecidos e *outsiders* ficou evidente no interstício entre o *crash* norte-americano de 1929 e o término da Segunda Guerra Mundial em 1945. A mudança do perfil demográfico provocada pelo êxodo rural afetaria mortalmente o pequeno círculo social cachoeirense, até então sinônimo de segurança pessoal e coletiva. O mar de rosas da elite desmanchou-se frente às conturbações subalternas, provocadas pelos personagens ou acontecimentos obscuros que feriam o verniz civilizador tão desejado pelos moradores do centro urbano

Na visão das elites citadinas, os deserdados do sistema e os problemas que traziam tinham de ser afastados, mantidos fora do cotidiano da sociedade. Eles representavam a outra face da moeda que desejava-se encobrir. Eram a faceta da insegurança, do crime, da barbárie, da perdição ameaçadora. Como visto por Sandra Pesavento, era a cidade dos que se encontravam na contramão da ordem, dos excluídos e marginalizados, dos pobres, dos bêbados e das prostitutas, dos vadios e vagabundos, personagens comuns, do dia-a-dia, que não tinham rosto nem voz, que só apareciam nos registros policiais ou nos noticiários depreciativos dos periódicos, quando quebravam a rotina da vida urbana da elite.[1]

[1] Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugores molditos: o cidode do "outro" no Sul brosileiro (Porto Alegre, possogem do século XIX oo século XX)*. In: Revista Brasileira de História. vol.19 n.37 São Paulo Set/1999 [disponivel em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=pt& nrm=iso&tlng=pt - acessado em 12/10/2005]

Essa inquietação com relação à pobreza urbana foi a substituta natural do medo que as elites tinham diante dos escravos até o século XIX. Maria Patto ressalta para o fato de que esta disseminação da representação social negativa, de cunho racista, colocando os integrantes das classes subalternas em situação de inferioridade, fez parte da ideologia nascida no primeiro período republicano brasileiro. O crescente número de órgãos públicos de controle sanitário conferiu maior autoridade à medicina, passando a desempenhar fundamental papel na disciplinarização da vida urbana. Embora menos sutil do que as questões sanitárias disciplinadora dos médicos, onde as obras de infra-estrutura serviram para manter longe possíveis epidemias oriundos da crescente urbanização, o uso da força e da violência policial serviu igualmente para conter o crescente "caos urbano".[2]

Como na medicina sanitarista, a higienização social do crime encontrou guarida no cientificismo, atitude segundo a qual a ciência daria a conhecer as coisas como são, resolveria todos os reais problemas da humanidade e seria suficiente para satisfazer todas as necessidades legítimas da inteligência humana, onde os métodos científicos deveriam ser estendidos, sem exceção, a todos os domínios da vida humana. Olívia Cunha ressalta para os termos utilizados na época para definir e justificar as necessidades de repressão da criminalidade: higiene ou profilaxia social, purificação das coletividades e da nação, "livrando-as do vírus nefasto de agentes de toda a espécie, que pretendem a subversão da ordem pública".[3] Tais conceitos raciais foram transpostos para a questão social de maneira ímpar.

O último quartel do século XIX e as primeiras décadas do XX foram fartas nesse sentido, permitindo o surgimento de modelos explicativos para justificar "cientificamente" práticas discriminatórias e racistas, como o da "eugenia" que visava o "melhoramento da raça humana" através da

[2] PATTO, Maria Helena Souza. *Estoda, ciêncio e politica na Primeira Repúblico: a desquolificoçõo dos pobres*. In: Estudos Avançados. vol.13. n.35. São Paulo. Jan/abril, 1999. [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017 - acessado em 31/3/2006]

[3] CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Os dominios do experiêncio, do ciêncio e do lei: os monuois do Policio Civil do Distrito Federol, 1930-1942*. In: *Estudos Históricos, Rio de Joneiro, vol. 12, n. 22, 1998 [disponível em* http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/24B.pdf - acessado em 1/4/2006]

seleção hereditária,[4] ou a da "criminologia", que objetivava mostrar que os delinqüentes tinham disposições inatas para o crime.[5] A teoria do "criminoso nato" ou da "patologia criminal" foi criticada desde cedo. No Brasil, a recepção das teorias criminológicas européias seria eclética e conciliadora. Segundo Marcos Alvarez, censurando exageros de ambas as partes, o crime e o criminoso eram pensados como problemas complexos demais para serem observados de um ponto de vista único. Deveriam ser estudados tanto os aspectos biológicos quanto o meio social.[6]

No Rio Grande do Sul, essa abertura conceitual foi ainda mais forte, dado o ideário positivista assumido pela administração republicana gaúcha, que se perpetuou no poder até a década de 1930. Como nas questões sanitárias - não tão fundamentadas na medicina, dando margem à conflitos entre princípios e práticas a serem adotadas pelo governo gaúcho - na higienização social do crime o debate apresentou variações.[7] O médico-legista Sebastião Leão, por exemplo, apresentou amplo relatório sobre o sistema carcerário gaúcho em 1897, procurando dar mostras da diversidade nas personalidades dos encarcerados e dos motivos que levaram a praticar os crimes. Sua conclusão foi que "não é o atavismo, mas o meio social que faz o criminoso".[8]

Na diluição das variações conceituais, o objetivo por trás tanto da teoria do "criminoso nato" quanto do "meio social" era controlar socialmente o crime e o criminoso. Como ressalta Marcos Alvarez, para quem a criminologia no Brasil foi tentativa de estabelecer determinada política

[4] Para MACIEL, Maria Eunice de S. *A eugenio no Brosil*. In: Revista Anos 90, Porto Alegre/RS: PPG/História da UFRGS, n.11, jul/1999, p.121-143, a proposta da eugenia ganhou vulto no Brasil porque seus pressupostos forneceram explicação para a situação de "atraso" e indicaram o caminho para a superação, através da "melhoria da raça".

[5] Ver ADORNO, Sérgio. *Rocismo, criminolidode violento e justiço penol: réus broncos e negros em perspectivo comporotivo*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1996 [disponível em http://www.cpdoc. fgv.br /revista/arq/196.pdf - acessado em 31/3/2006]

[6] ALVAREZ, Marcos César. *A criminologio no Brosil ou como trotor desiguolmente os desiguois*. In: Dados v.45 n.4 Rio de Janeiro 2002 [disponivel em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid =S0011-52582002000400005&lng=pt&nrm=isso - acessado em 1/4/2006]

[7] WEBER, Beatriz Teixeira. *Positivismo e ciêncio médico no Rio Gronde do Sul: o Foculdode de Medicina de Parta Alegre*. op.cit. 1999

[8] LEÃO, Sebastião. *Relotório do dr. Sebostiõo Leõo, Médico Legisto*. 1897

"científica" de combate à criminalidade e representou a possibilidade de compreender as transformações pelas quais passava a sociedade, de implementar estratégias específicas de controle social necessários à contenção da criminalidade local e de estabelecer formas diferenciadas de tratamento jurídico-penal para determinados segmentos da população.[9]

Esse debate marcou a intelectualidade até meados dos anos 30, quando iniciou o processo de institucionalização dos problemas sociais em todo país. Desde o fim da década de 20, estudos norte-americanos apontavam para o preconceito social e cultural que comprometia a neutralidade dos julgamentos e a universalidade na aplicação das leis penais. Todavia, Sérgio Adorno alerta para o fato de que o peso dessas teorias na cultura política brasileira pode ser avaliado pela sobrevivência, tanto no senso comum como na mentalidade dos governantes e autoridades encarregadas de formular e implementar políticas públicas penais, de alguns de seus pressupostos, sobretudo aqueles que sustentavam maior "potencial criminógeno" entre negros do que entre brancos, ou entre os subalternos e a elite.[10]

Neste contexto, a atitude social discriminatória, fruto das teorias criminalísticas e eugenistas, perpetuou-se na prática cotidiana cachoeirense durante os anos 30-40, principalmente porque ambas redundavam na continuidade da exclusão dos subalternos através das suas re-significações.

Através da imprensa, a influência nefasta dos subalternos sentia-se desde a sutileza dos pequenos atos considerados incivilizados até crimes hediondos. Sutil como nos reclames contra o comportamento de "certos cidadãos" que punham os pés enlameados nos bancos da praça José Bonifácio: "Ora, é claro que se após vier alguém ocupar o banco, encontrá-lo-á cheio de terra, e se esse alguém andar vestido de branco, já se sabe de que modo ele se levantará dali".[11] Os "certos cidadãos" a que se refere a nota eram moradores dos subúrbios, que andavam normalmente

[9] ALVAREZ, Marcos César. *A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais*. op.cit., 2002

[10] ADORNO, Sérgio. *Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa*. op.cit., 1996 cita Sellin (1928)

[11] JP, 21/4/1935 Noticiário. Uma reclamação justa, p.3

com os sapatos sujos por falta de calçamento, e contrapunham-se ao branco dos vestidos das mulheres da elite. Bárbaros como o infanticídio praticado pela "mulher desnaturada" que após dar a luz a criança, "fruto de uma união pecaminosa", degolou-a com faca.[12]

No decurso das décadas de 1930-40, comumente as notícias e artigos opinativos publicadas nos jornais desvalorizavam os de "baixo". Duas reclamações contra tiros de revólver disparados à noite, publicadas no decurso de dez anos (1929 e 1938), utilizaram adjetivos semelhantes para culpar os autores anônimos, deixando transparecer a crença de que a falta de serviço e a mendicância eram sinônimos de vagabundagem e preguiça. Tratavam-se de indivíduos "desocupados" e "desordeiros" que viviam de "esbórnias".[13] Outras duas notícias, publicadas em 1929 e 1931, utilizam vocabulário em tom moralista para denunciar o furto de flores em jardins públicos e residências ou mesmo de galinhas, espigas de milho e frutas diversas. A população "ordeira" teve seu ritmo de "ordem e tranqüilidade" quebrados por agrupamento de "indesejáveis" que danificou plantações, invadiu propriedades e arrombou cercas. O Jornal do Povo chegou a repreender os leitores, afirmando que era "dever da população" evitar que isso continuasse ocorrendo.[14]

A admoestação em caráter disciplinar foi utilizada na mesma época para analisar a situação do jovem larápio, funcionário da Viação Férrea: "é incompreensível que um jovem, no começo da vida, com uma carreira relativamente brilhante nos serviços da estrada, jogue fora seu passado, seduzido por meia dúzia de pares de sapato". Incompreensível, no entendimento do redator, não só porque seguidamente os funcionários restituíam objetos perdidos ou esquecidos, mas principalmente porque tratava-se de alguém que tinha emprego fixo, que trabalhava, não era portanto nenhum vadio. A advertência não teve o intuito de alcançar o comparsa do ferroviário. Por ser ele "negro, alheio aos serviços da estrada", um errante sem ocupação, a atitude era, de certo modo, esperada.[15]

[12] JP, 29/7/1934 Noticiário. Infanticídio, p.3

[13] JP, 5/9/1929 Noticiário. Falta de policiamento, p.3 e 17/3/1938 Noticiário. Tiros de revólver à noite, p.3

[14] JP, 24/10/1929 Furto nos jardins públicos, p.3 e 18/1/1931 Furtos, invasão de propriedades, etc., p.4

[15] JP, 18/1/1931 Os furtos na estação dessa cidade, p.4

Essa discriminação racial aparece de forma contundente num relato de furto de relógio, ocorrido em 1941. O homem, de "cor preta, baixo, com uma cicatriz no rosto", foi até a joalheria Schenkel, na rua Sete de Setembro, para comprar relógios de pulso para revender. A esposa do proprietário do estabelecimento atendeu o "indivíduo", que escolheu quatro relógios de pulso. Quando a atendente entregou os pacotes, o pretenso comprador pediu que lhe mostrasse ainda um óculos. Ela foi indagar ao seu marido o valor; quando voltou, o "meliante" tinha sumido com os relógios.[16] A descrição da fisionomia desse criminoso - "preto", "baixo", com "cicatriz no rosto" - e o tom ingênuo que envolve a história - a atendente empacota a mercadoria, entrega ao sujeito que lhe distrai e foge em seguida - são nítidos resquícios da influência criminológica que imputava o caráter maldoso aos traços do indivíduo e a sua conduta.

O tom moralista-religioso convinha perfeitamente para narrar os chamados crimes passionais, delitos causados por alguma espécie de envolvimento afetivo. Para indicar a má índole, o caráter ordinário ou modo incorreto de ser dos subalternos, eram utilizados termos de pouco apreço, que acabavam entrando no léxico cotidiano e passavam despercebidos ao leitor comum. Em 1931, o indivíduo utilizou da racha de lenha para espancar "brutalmente sua amasiada", mostrando que apesar dela ter apanhado, tratava-se de mulher que vivia de forma dissoluta, desregrada, devassa.[17]

O jornal explorava essa "vida fácil", na tentativa de mostrar como não deveria ser o proceder feminino. E expunha os envolvidos com a publicação dos seus nomes. Exemplos dessa condição eram freqüentes, como o caso do cabo da guarda municipal, Ernesto Fontoura, que dirigiu-se ao Alto dos Loretos, onde esperava encontrar "certa mulher, com quem mantinha relações", e, ao chegar na casa, surpreendeu-a na companhia de outro homem, de nome Ariovaldo Machado.[18] Ou da desavença ocorrida na "célebre" avenida Cavalheiro, subúrbios da cidade, na "espelunca" de João Parafuso, alcunha de João Vieira, entre o "pardo Alcides de tal", que esfaqueou a mulher de nome Percilia Nunes, "solteira, de 26 anos de idade", por motivo fútil, durante um baile. O agressor foi posto em

[16] JP, 9/1/1941 Noticiário. Furto de relógio, p.3

[17] JP, 14/5/1931 Noticiário. Brutal espancamento, p.3

[18] JP, 25/5/1933 Noticiário. Conflito e ferimento, p.3

liberdade no dia seguinte a sua prisão.[19]

Entre os crimes passionais, eram comum notícias de "defloramento",[20] com base no artigo 267 do Código Penal de 1890, considerado a existência de "cópula" com mulher virgem, menor de idade, entre 16 e 21 anos, com o "deflorador" tendo empregado sedução, engano ou fraude. A pena variava entre um a quatro anos de prisão. O código de 1940 atenuou o delito, passando o termo para "sedução" (art. 217). Permaneceu a questão da virgindade, do se aproveitar da "inexperiência" ou "justificável confiança da vítima", mas diminuiu a idade para entre 14 e 18 anos, com ou sem ruptura himenal, incorporando os novos conceitos legais de que a falta da membrana vaginal não era característica decisiva para comprovar o crime. A lei procurou manter a integridade sexual da mulher, principalmente com relação a sua virtude moral, embora a perícia médico-legal fizesse o exame de corpo delito para fornecer indícios imprescindíveis de modo a balizar o processo. A graduação se dava na seguinte maneira: atentado ao pudor, caso não ocorresse cópula carnal, sedução através do rompimento do hímen, estupro quando a mulher não havia consentido, ou ainda falso testemunho, quando não ficava provado o crime, e de vítima a mulher passava a ré.[21]

A virtude moral, questão-chave nos procedimentos jurídicos, atingia a discussão pública levada pela imprensa. O Jornal do Povo publicou, em 1931, carta de esclarecimento sobre defloramento ocorrido, onde explicitamente condenam-se as atitudes da mãe da menor ofendida.

[19] JP, 19/7/1931 Noticiário. Na avenida Cavalheiro, p.3

[20] JP, 1/5/1930 Polícia, p.3, 23/8/1931 Os delitos repugnantes, p.2, 1/10/1931 Seção livre. Declaração, p.2, 11/5/1933 Noticiário. Concessão de habeas-corpus, p.3, 14/1/1934 Seção livre. Declaração necessária, p.3, 18/1/1934 Noticiário. Casamentos na polícia, p.3, 12/8/1934 Vida forense. Crime de estupro, p.3, 9/9/1934 Noticiário. Crime de defloramento, p.3 e 15/5/1938 Ocorrências Policiais. Queixa e casamento, p.3

[21] SCREMIN, João Valério. *A influência do medicino-legal em processos crimes de defloramento no cidade de Piracicaba e região (1900-1930)*. In: Revista Histórica on-line. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, mar/2006 [disponível em http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia03 /texto03.pdf - acessado em 3/4/2006]. A conjunção carnal com menores de idade ou mentalmente alienadas era considerado "uso de violência". Retirar mulher honesta do seu lar, através da sedução ou mesmo empregando violência, era considerado crime de rapto. As esposas não poderiam acusar o marido de usar a violência para conjunção carnal, visto que entendia-se ser direito marital consumar o ato sexual.

Segundo o autor da carta, a progenitora costumava realizar reuniões dançantes aos sábados, em sua residência, recebendo rapazes que cortejavam suas filhas. Era público e notório que a menor, de nome Alice, passeava nessas ocasiões com a companhia masculina. O autor procurou avisar dos "maus resultados que adviriam de tão imprudente procedimento". Posteriormente, a moça foi deflorada e a mãe ingressou em juízo, acordando indenização de 1:500$000 réis, decisão tida por injusta pelo réu. O fruto da relação acabou nascendo em Santa Maria, de onde também foi trazida certa prostituta, "conhecida horizontal dos cabarés", para se passar por genitora do bebê.[22]

O tom sensacionalista que o JP narrava os crimes passionais motivou certo leitor a tecer comentários reprovadores. Em carta enviada à redação em 1933, denunciou a exploração das tragédias oriundas desses delitos, atitude que abria "cancha larga ao saracoteio dos comentários romanescos". Culpou o redator João Abreu, que usava da "vocação desportiva" para o "vezo de dar tom de tragédia aos comentários com que borda os sangrentos crimes passionais".[23]

No quesito das virtudes, os dois códigos penais, de 1890 e de 1940, tratavam de forma diferente as mulheres desonradas, de "vida pública", consideradas prostitutas. Exemplo marcante é o fato do crime de adultério excluir casos em que os maridos fossem flagrados em comunhão carnal com prostitutas. O mesmo não ocorria quando a esposa flagrada com o amante fosse assassinada pelo marido. Não era considerado crime por tratar-se de "defesa da honra". A criminalização da sexualidade atingia somente a plebe não-proletarizada, visto que a moral burguesa definia os desvios dos subalternos como delitos a serem expurgados da sociedade. Nem na intimidade erótica os de baixo estavam livres dos eficazes e onipresentes olhos médico-policiais. Em nome da ciência e da lei, procurava-se disciplinar tudo e todos, colocando-os em permanente suspeita.[24]

[22] JP, 6/9/1931 Os crimes repugnantes. Carta de esclarecimento. Defloramento de uma menor, p.3

[23] JP, 11/6/1933 Crimes passionais. Cartas avulsas, p.2

[24] MAZZIEIRO, João Batista. *Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920*. In: Revista Brasileira de História. v.18 n.35 São Paulo, 1998 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100012&lng=pt&nrm=iso&tln g=pt - acessado em 1/4/2006]

A exigência de transferir os prostíbulos mais "baixos" para os subúrbios fez parte da higienização social cachoeirense. No início dos anos 30, o baixo meretrício localizava-se nas imediações da zona central, na rua Riachuelo, Aldeia, a poucas quadras a nordeste da igreja. Duas casas disputavam a preferência dos freqüentadores, preferencialmente marinheiros e praças da guarnição federal. Uma delas, conhecida como "Jacaré", foi a primeira a receber as "enérgicas providências das autoridades locais", resultando na diminuição da freguesia. A outra era denominada pelo metafórico adjetivo "Buraco Quente", analogia figurada que lembrava os objetivos do local. Essa casa ganhou notoriedade na imprensa pelas violentas brigas, principalmente entre marinheiros que viviam em constantes rixas entre si, mas que uniam-se "fraternalmente" contra os intrusos. Na mesma medida em que a Aldeia era considerada a zona perigosa de Cachoeira, a casa "Buraco Quente" era a ameaça da Aldeia.[25]

As contendas não davam-se exclusivamente entre clientes. Numa atitude preconceituosa, a imprensa descreve as prostitutas como mulheres "endiabradas", endemoniadas, que tinham procedimentos vis e provocavam desordens de toda monta. Em 1936, a reportagem do JP relata a briga entre uma prostituta e um homem, deixando subtendido a quem cabia o papel de vítima. A matéria caracteriza logo de início a meretriz chamada-a de Virgínia "de tal", termo tipicamente empregado para expressar profundo desdém e denegrir os subalternos cujos sobrenomes desconhecia ou preferia não publicar. Nesta caracterização, a messalina é alçada à condição de rainha do ***"bas-fonds"*** cachoeirense, da zona licenciosa habitada pela escória social, pela ralé da cidade, alguém capaz de substituir a "celebrizada" Maria Espingarda. Em seguida, a reportagem recorda seu passado depravado, afirmando que rara era a vez em que alguém não registrava queixa na delegacia contra ela. Por fim, descreve a cena numa perspectiva sectária. Saturnino "de tal" estava tocando violino no botequim de João Jorge da Silva, vulgo Barão, quando a agressora chegou acompanhada por outras duas mulheres, Olivia Alves da Silva e Maria Farias. Em certo momento, Virgínia pediu ao violinista que lhe pagasse um copo de vinho, mas quando foi atendida a "endiabrada

[25] JP, 19/10/1933 A aldeia em polvorosa. Grave conflito, p.2, 10/5/1934 Noticiário. Grande distúrbio na Aldeia, p.3 e 30/6/1938 O "Buraco Quente", teatro de mais uma cena de sangue, p.10

jogou copo, vinho e tudo no chão", pedindo que lhe pagasse outro. Saturnino se "escusou", afirmando não ser "pato". Eis que a prostituta agarra o violino e quebra-o na cabeça do homem que lhe negara outro copo de vinho, dando-lhe, por fim, uma bofetada.[26]

A preocupação maior com a zona do baixo meretrício centrava-se na osmose resultante do cruzamento dos trajetos, feitos cotidianamente, pelos freqüentadores dos prostíbulos. O incômodo era porque os "de baixo" adentravam na área central remodelada para os cidadãos ditos civilizados, educados e bem vestidos, que seguiam as regras de civilidade e urbanidade com compostura digna. O trajeto herético dos que saíam da zona burlava a lógica elitista de impor muralhas entre a "boa" e a "má" sociedade. Eram os indivíduos "desocupados" e "desordeiros", "indesejáveis" que danificavam o patrimônio particular e público, que quebravam o ritmo de "ordem e tranqüilidade" tão desejado pela elite citadina, moradora da zona saneada.

Como aponta Fabio Bezerra de Sousa, horda selvagem, movida a bebidas alcoólicas, que saía dos lupanares fazendo blague, assaltando real e simbolicamente a cidade higienizada, adentrando nela sem pedir licença, quebrando a lógica e a hierarquia dos espaços que as elites tentavam instituir com as reformas no centro. Saíam da zona, lócus das "práticas despudoradas", e cruzavam as fronteiras das sóbrias e civilizadas ruas centrais ou áreas habitadas pela elite, "levando consigo marcas da libertinagem e vícios que nos lupanares adquiriam". Perturbavam o "tranqüilo sono de cidadãos morigerados", punham em risco a "decantada moral da sociedade", que tinha lugares próprios para ser reproduzida. A imprensa serviu de porta-voz para denunciar esse "despautério que misturava promiscuidade com decência", freqüentemente reivindicando a ação da polícia para manter os bons costumes ou reclamando da própria inoperância policial. Eram tensões que marcavam as relações sociais na cartografia urbana.[27]

---

[26] JP, 23/7/1936 Noticiário. Desordem, p.3

[27] BEZERRA DE SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos. *Cotidiano popular e tensões nos prostíbulos (Campina Grande - 1930-1945)*. *In*: Revista História Hoje, revista eletrônica de História, v.1, n.3, ANPHU, março, 2004 [disponível em http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n3/cotidiano.htm - acessado em 10/1/2006]

O crescimento urbano empurrou pouco-a-pouco as novas casas de tolerância para a vila Carvalho, em direção às carreiras de cavalos. Mesmo que o baixo meretrício cachoeirense tenha sido de certa forma afastado dos olhos da elite, não era o único local a oferecer prazer. No início da década de 30, muitas casas localizavam-se dentro dos limites do núcleo urbano principal. Os "de cima" igualmente freqüentavam bordéis, mas denominavam esses locais de "pensões", embora existisse a diferenciação entre prostíbulos e pensões familiares.

O anúncio da ***Pensão Nova*** de Joana Grehs, publicado no guia ***Cachoeira Histórica*** e ***Informativa*** de 1940, mostra a tentativa de diferenciar prostíbulos e pensões familiares, ressaltando a questão da ordem, disciplina e higiene:

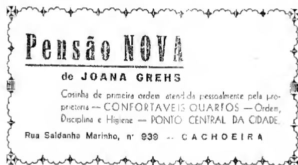


Figura 112 - Anúncio da *Pensão Nova* de Joana Grehs. Fonte: PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórica e Informativa*. op.cit., 1940

O público era selecionado a partir de preços maiores cobrados pelas prostitutas. A elite aceitava a prostituição como o mal necessário que servia para manter unidos os laços familiares. Mas para a prática sexual tranqüila era necessário segurança. Chegou-se a cogitar na transferência de toda prostituição para local próprio, longe do centro. Não para a zona do baixo meretrício na Aldeia, tendo em vista os freqüentes conflitos sangrentos que lá ocorriam. Assim como em outros quesitos, a devassidão exigia distinta segregação social em guetos próprios.

A polícia também vigiava as pensões, mas intervenções ocorriam somente em caso de conflitos considerados graves. Como tratavam-se de freqüentadores em melhor posição social, as notícias do jornal não exploravam detalhadamente os fatos. Limitavam-se a mostrar as prostitutas como culpadas pelos males decorridos da atividade sexual. Esse contexto obrigava-as a submeterem-se às vontades dos freqüentadores, pois preferiam relevar e continuar trabalhando, ao invés de serem banidas do mercado. O caso da cafetina da Pensão Royal, na rua 24 de Maio, exemplifica essa situação. Envolvida em conflitos no ano de 1933, foi intimada a deixar seu negócio no prazo de seis dias, sob pena de ser expulsa do município.[28] Outro exemplo é o de Conceição Peres, presa em 1934 por instalar casa de meretrício no prédio Sotéa, na rua Saldanha Marinho, centro da cidade. No depoimento, disse ter sido "aconselhada por terceiros", sendo posta em liberdade dias depois.[29] É bem possível que a sugestão tenha partido de pessoas conhecidas na comunidade, resultando, em contra-partida, na sua soltura.

7.2. Canalhada ébria de vinho, tonta de fumaça

Assim como na prostituição, outras ocorrências policiais motivavam advertências disciplinadoras vinculadas através da imprensa. Conforme Beatriz Marocco, esse tipo de censura apresentava em comum o "olhar normalizador do exame", maneira parcial de observar e apresentar a realidade, comumente dominada pela intenção prévia de "enfocar certos indivíduos" e tornar seus comportamentos "virtualmente perigosos e transparentes para salientá-los entre a população em geral". Para narrar os acontecimentos dos subalternos, o repórter dispensava a fala dos envolvidos, não identificava-os pelo nome para confundi-los com o grupo social ao qual faziam parte (ou que lhes era imputado fazer parte), realizando assim um trabalho superficial de coleta de informações, nas mais das vezes de forma alheia. Distanciava-se da verdade ao procurar informações mais do caráter dos envolvidos, através dos vizinhos, do que investigar os fatos. Interessava muito mais "incluir" quem não se comportasse como devia e "visibilizar" os espaços emblemáticos em que estes indivíduos poderiam ser encontrados, amplificando o tomo de

[28] JP, 5/10/1933 Noticiário grave conflito numa casa de prostituição, p.3

[29] JP, 4/1/1934 Noticiário. Pela polícia, p.3

ameaça que os subalternos representavam para a elite citadina.[30]

É neste contexto que o moralismo simulado da elite abundava nas páginas do Jornal do Povo, através da aversão às desavenças, aos crimes em menor ou maior grau, aos furtos, ao alcoolismo ou ao vício da jogatina. Em todos esses casos, procedia-se a diferenciação explícita entre elite e subalternos, vista exatamente na forma de narrar. A responsabilidade imputada aos que pertenciam aos altos círculos sociais dava-se de maneira branda, afabilidade característica que demonstrava aceitação social.

Em 1931, a notícia do enjeitado traduz essa justificação de crimes praticados pelos de melhor condição social. A narrativa induz o leitor a compreender as razões que levaram a mãe a abandonar a criança na porta de uma casa. Primeiro porque coloca a iniciativa como "moda" que estaria "pegando". Depois porque descreve a situação de maneira cortês: "uma forte pancada na porta da entrada despertou as pessoas da residência. Indo verificar o que ocorria, encontraram no corredor da entrada da casa, deitado sobre um travesseiro, uma linda criança do sexo masculino, envolta em roupas finas. Num papel de embrulho, escrito com boa letra e correção, eram feitas diversas recomendações quanto a alimentação da criança, pedindo-se que a registrassem com o nome de Jesus". O fato do bilhete ter sido escrito com caligrafia e gramática corretas demonstra que não se tratava de uma mãe qualquer, era alguém

[30] MAROCCO, Beatriz. *Prostitutos, jogodores, pobres, delinquentes* e *vogobundos nos discursos jornolísticos Porto Alegre - século XIX*. In: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte/MG. set/2003 [disponível em http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4412/1/NP2MAROCCO.pdf - acessado em 5/4/2006]. Ver também RIBEIRO, Santuza Cambraia Naves. *Modéstio ò porte, meus senhores, eu sou do vilo! A cidode frogmentodo de Noel Roso*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. B, n. 16, 1995, p. 251-26B. [disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/177.pdf - acessado em 5/4/2006], MORETZSOHN, Sylvia. *Imprenso* e *criminologio: O popel do jornolismo nos políticos de exclusõo sociol* [disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf - acessado em 7/4/2006] e GORITA, Marcos Alan. *Notícios do crime, relotos de inseguronço*. Os *discursos do violêncio no cidode do Rio de Joneiro (1995-2000)*. Dissertação de Mestrado [Orientador Michel Misse], Rio de Janeiro: IFCS/PPG Sociologia e Antropologia/UFRJ, 2003 [disponível em http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/MarcosAlan. pdf - acessado em 5/4/2006]

que sabia ler e escrever, algo não tão comum na época. Por fim, o desfecho do caso é feliz: "o casal, que não tem filhos, ficou com a criança para criá-la e educá-la".[31]

Na jogatina, eventualmente havia reclames dos males que atingiam tanto elite quanto subalternos. Numa crônica escrita em 1931, o leitor denuncia a ocorrência de jogo nos clubes da alta sociedade e nos antros. Em ambos, "a burguesia e a canalhada vive ébria de vinho, tonta de fumaça". Ele adjetiva o hábito com características religiosas e orgânicas. Os homens "sem escrúpulos", "refinados jogadores profissionais", estariam maculando e corrompendo a sociedade, desrespeitando a lei, arrastando a juventude "sonhadora" e "inexperiente" para o "pano verde", atraída que era pelo "barulho das fichas", deslumbrada ante a "policromia das cartas do baralho", que se deixava conduzir pela "mão criminosa dos exploradores", através do "abismo tenebroso do jogo", a "lepra do corpo" e o "verme do cadáver", "cancro incurável" que comia a honra e o dinheiro do indivíduo, atirando-o no "lodo de todas as depravações".[32]

Todavia, esse tipo de opinião era exceção. Entre a elite, o jogo era aceito por fazer parte da vida social. Na organização dos bailes beneficentes em prol de alguma entidade comunitária, a obtenção de renda dava-se através de passatempos como a tômbola, espécie de loto em que era preciso completar o cartão para ganhar e cujos prêmios eram dados em objetos e não em dinheiro.[33] Nos cafés, predominava o carteado. Em plena praça José Bonifácio, o Café Carioca tinha mesas para jogar cartas e roleta como a jaburu, onde figuras de bichos substituíam os números.[34] Muitos desses estabelecimentos, como o Café Paulista, também disponibilizavam a carambola, semelhante ao bilhar francês, jogado em mesa revestida de feltro verde, sem caçapas, com uma bola vermelha e duas brancas. Um dos mais famosos locais era o Café Raio X, na Sete de Setembro, de propriedade do major Bertoldo Moser.[35] Em fins dos anos 30, a preferência passou ao *snooker* inglês, jogado com oito bolas sobre

[31] JP, 30/4/1931 *Naticiária*. Mais um enjeitada, p.3
[32] JP, 25/1/1931 O *jaga*, O. p.1
[33] JP, 22/10/1939 A grande festa da Primavera da Clube Camercial, p.2
[34] GUIDUGLI, Humberta Atília. *Café Cariaca*. Revista Aquarela, n.8, set. 1957
[35] GUIDUGLI, Humberta Atília. *Bilhar* e *Assalta à mãa armada*. Revista Aquarela, n.7, dez. 1958

mesa de seis caçapas.[36] Eventualmente chegavam a Cachoeira variedades de passatempos para o entretenimento da elite, como correntes de prosperidade ou felicidade.[37]

O organizador da revista Aquarela, Humberto Atílio Guidugli, relata pitoresco fato, ocorrido como conseqüência do jogo. Em certa época, vários homens passaram a registrar queixas na delegacia, alegando terem sido vítimas de assaltantes mascarados. Após inúmeras diligências sem sucesso, o delegado desconfiou que os saques eram imaginários e as supostas vítimas eram apostadores malsucedidos. Mandou publicar aviso informando que prenderia quem desse parte dos encapuzados. Nunca mais alguém cogitou sobre os assaltos.[38]

Dentre as possibilidades de ganhos através de apostas, o jogo do bicho foi o mais difundido e aceito por todos, transitando num universo dualista, entre "vício" e "jogo inocente". Na visão antropológica de Roberto Da Matta, apostar nos bichos significaria colocar às avessas o sentido da modernização em curso, "resistir" ao processo civilizatório dado pela via econômica modernizante, não conformando-se com os padrões derivados da experiência européia, tomados como universais e exemplares. A proliferação mítico-imaginária do jogo do bicho seria "trans-moderna", na medida em que "canibalizaria" os valores, crenças e axiomas básicos do sistema, como o enriquecimento individual não pelo trabalho (desvalorizado na sociedade escravocrata) e a própria relação com a natureza através dos bichos. Desmistificar o capitalismo selvagem para restituir, em seu lugar, o capitalismo "dos" selvagens.[39] Por esta razão sua rápida popularização.

[36] JP, 14/8/1938 *Naticiária*. Um salãa de snaaker, p.3
[37] JP, 11/8/1935 Cadeia da felicidade, p.1
[38] GUIDUGLI, Humberta Attilia. *Centenária de Cachaeira da Sul*, ap.cit., 1959
[39] GEIGER, Amir. *Resenha da livra de* DA MATTA, Roberta e SOÁREZ, Elena. *Águias, Burras e Borboletos: Um Estuda Antrapalágica da Jago do Bicha*. In: Revista Mana v.7 n.2 Rio de Janeira aut. 2001 [dispanível em http://www.sciela.br/sciela.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001 000200011&lng=pt&nrm=issa - acessada em 6/4/2006]. Ver ainda DA MATTA, Raberta. *Individualidade e liminaridade: cansiderações sabre os ritos de possogem e o madernidade*. In: Revista Mana v.6 n.1 Rio de Janeiro abr/ 2000 [dispanível em http://www.sciela.br/sciela.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000 00100001&lng=pt&nrm=issa - acessada em 6/4/2006] e CAVALCANTI, Maria Laura Viveiras de Castra. *Os sentidas na espetácula*. In: Revista de Antropalagia. v.45 n.1 São Paulo 2002 [dispanível em http://www.scielo.br/scielo.php

O duplo universo - jogo inofensivo mas condenável - fica implícito na imprensa. Em editorial de 1931, o Jornal do Povo destacou o interesse local pelas apostas: "joga-se prodigiosamente no bicho".[40] No mesmo ano, Lisboa Estrazulas poetizou a loteria:

Onze e meia da manhã.
Os Bancos cerrando as portas.
Algumas casas de comércio também.
Relógios marcando dez e meia.
Empregados se dirigindo aos "pirões" e outros ainda em plena atividade.
As malas do correio perderam o trem.
Muitos viajantes também.
Uns protestam.
Outros acham uma beleza o novo horário.
As cozinheiras é que não acham.
E alegam: que o leiteiro só trás o leite, pelo horário moderno, às oito horas; que o padeiro só trás o pão às sete.
Os dorminhocos dão em grito.
Grond Confusion.
Os vendedores de "bicho" avisam o pessoal que o joguinho hoje, amanhã, etc. até 31 de março, passa a fechar ao meio dia.
Desvantagens.
E os amantes de "fezinha" protestam.
É uma maçada!
Mas eu não acho.
Há, logicamente, a lei das compensações.
Se o joguinho tem de ser feito mais cedo, em compensação, uma hora mais cedo já se sabe o "bicho" e a centena que saiu...[41]

A culpabilidade seria invocada quando subalternos envolviam-se com o jogo, transmudando-se para hábito muito mais visto pela ótica do vício, do defeito grave, da inclinação para o mal, do desregramento habitual, em que o jogador tinha conduta censurável e condenável, portanto era costume prejudicial que deveria ser combatido. Eventuais contendas entre indivíduos reles, geradas a partir do envolvimento no jogo do bicho, assumiam tom irônico quando narradas pela imprensa, dada a aceitação natural da elite pelas apostas. Num episódio, o grupo de menores caçoou

?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000100002&lng=pt&nrm=isso - acessado em 6/4/2006]

[40] JP, 9/8/1931 Editorial. A dor dos melhoramentos, p.1

[41] JP, 8/10/1931 Grand Confusion. Horário novo. Lisboa Estrazulas, p.1

de um dos integrantes porque ele estava recolhendo talões do jogo: "Em dado momento, porém, João Ramiro Brito, que vinha suportando tudo pacientemente, resolveu reagir, virando bicho".[42]

De maneira geral, na jogatina eram atribuídas maiores responsabilidades aos ***outsiders***, normalmente associados a atitudes que acabavam em graves conflitos criminais, a lugares que predispunham ao crime e à violência desmedidos, como os "antros", lugar de perdição, corrupção, vícios, típicos da malandragem.[43] A crítica com relação ao jogo do osso ou tava - de origem gaúcha, que consistia em se atirar ao ar a tava, osso do jarrete da rês vacum que tem um lado chato e outro redondo, vencendo aquele que fizesse tombar a parte chata, sinônimo de sorte, para baixo - exemplifica essa diferença de aceitação/repugna social. Sobressai nas queixas a questão do prejuízo à força de trabalho. Os que se divertiam com o passatempo eram considerados "indivíduos sem ocupação lícita", que recusavam trabalho "honrado" que demandassem "esforços", não contribuíam ao bem comum; prejudicavam o "trabalho normal das empresas agrícolas" e desviavam os trabalhadores honestos para o vício. O caráter maléfico é visto na descrição generalista desses indivíduos: "vivem agrupados nas portas das vendas, chapéu na nuca, revólver na cintura, esperando a ocasião propícia de ganharem alguns mil réis, muitas vezes às custas da ingenuidade dos incautos". Além disso, a amálgama entre jogo e bebida justificaria sua extinção. No abuso da bebida residia o pretexto para "provocar um fervo".[44]

Mesmo em eventos populares, onde a aposta equivalia a mera diversão e entretenimento, a repulsa ao jogo irrompe drasticamente, como mal a ser extirpado da sociedade. Em 1943, o funcionamento do parque Marajá, na praça São João, despertou reclames por parte do "respeitável público", para quem as diversões travestiam-se de "ponto de reunião" do "povinho miúdo", que jogava de forma imprudente e ingênua nos "jaburus", "7

[42] JP, 24/12/1936 Um conflito entre menores. Por causa do "bicho", um deles virou a bicho, p.5

[43] Ver, por exemplo, a descrição de Porto Alegre, em PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A cidade maldita*. In: SOUZA, Célia Ferraz de. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p.25-38

[44] JP, 13/10/1929 O jogo do osso, p.3 e 17/10/1929 Jogo de osso, p.3

baianos" e outros jogos que serviam para subtrair os "magros níqueis, produto muitas vezes, quem sabe, de dias e dias de trabalho". As reclamações através do jornal escondem a disputa pelo espaço, tendo como argumento a questão da moral e dos bons costumes. O redator apela para ditos populares - "dizem que o castigo do viciado é o próprio vício" - e ressalta a necessidade preventiva de não deixar os "imprevidentes" enveredarem pela senda da perdição. Sua conclusão é de que o local tornou-se "autêntica zona conflagrada", "ajuntamento de homens e mulheres", interditada às famílias.[45]

Semelhantes questões que envolviam a narrativa da jogatina estavam presentes no caso do alcoolismo. Para a elite, beber era entrosar-se socialmente. Para os subalternos, ingerir álcool era vício repugnante. A forma como aparece na imprensa reflete essa situação discriminatória, a começar pelas próprias palavras utilizadas: "bebida" e "álcool". Dependendo dos atores, o ato de beber podia ser narrado de forma virtuosa ou prejudicial; bebendo na coluna social ou embriagando-se nas crônicas policiais.

A aceitação social da bebida diluía-se no cotidiano da elite. Desde o anúncio do café - "Amplo e confortável salão. Bebidas, café e doces" - até crônicas irônicas - "o homem, coitado, anexar a sua parca alimentação, peixe, presunto, ***geteaux***, queijos estrangeiros e beber seu vinhozinho de boa marca no almoço e no jantar" - passando por eventos corriqueiros, como os ***gorden-porty*** em benefício de alguma obra comunitária, onde tendas vendiam "gelados e doces, frios e bebidas, rifas, etc.", ou a "cerveja gelada" e os "finos licores" servidos nos bailes.[46] Defesa semelhante para o lança-perfume, cloreto de etila perfumado, vendido em recipientes de vidro ou metal. A substância era mantida sob pressão para ser lançada em jato. Sua inalação produzia êxtase e alegria. Em 1937, o governo federal proibiu o uso.[47] Numa crônica de 1938, o

[45] JP, 22/8/1943 O público reclama contra o Parque Marajá, p.2

[46] JP, 17/9/1931 Anúncio. Café Carioca, p.3 e 11/5/1933 Porque sou pelo nudismo das mulheres. Marlus, p.1, 14/12/1933 Pró-charistas, p.2, 19/2/1933 Festa e diversões. Bloco carnavalesco, p.2 e 17/9/1931 Festas e Diversões. Festa da Primavera, p.3

[47] Ver COUTINHO, Eduardo Granja. *Um culto pogão no imprenso carioca*. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Comunicação e Cultura das Minorias [disponível em http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/18083/1/R1345-1.pdf - acessado em 7/4/2006]

cachoeirense E.R. fala em contemporizar a situação: "Seria aconselhável que esta proibição se tornasse efetiva desde já, para que os srs. fornecedores e vendedores, fizessem a devida redução na aquisição do novo ***stock***, evitando-se, assim, que à última hora, apelassem para a possibilidade de prejuízos, forçando o relaxamento da proibição, em detrimento dos benefícios que ela teria ao nosso organismo".[48]

De forma inversa, a elite repugnava sistematicamente o vício da embriaguez entre os subalternos. O uso do álcool era associado com brigas, confusões, desordem e, conseqüentemente, prisão. Três notícias dos anos 30 exemplificam essa relação. Em 1931, alguns indivíduos, "já meio alcoolizados", pediram a certo senhor que "cedesse as filhas para fazerem um baile". Diante da negativa, acabou sendo agredido a bofetadas, junto com sua esposa.[49] Num piquenique realizado em 1933, ocorreram desordens "motivadas pelo estado quase completo de embriaguez a que chegaram muitos dos presentes e as quais culminaram com o bárbaro espancamento de uma mulher".[50] Em 1938, o casal Arlindo Chaves e Jurema da Silva resolveram fazer uma "festança", mas perderam a "linha" e "entraram demais pela bebida", obrigando a polícia a intervir e prendê-los, fazendo-os aguardar a "cura" no xadrez.[51] O sentido depreciativo podia aparecer em outros momentos, de formas distintas, na notícia da prisão de contrabandista de aguardente ou mesmo nos detalhes de acidentes fatais: "próximo à Vila Barcelos, subúrbios desta cidade, a locomotiva colheu em suas rodas uma mulher que veio a falecer pouco depois. Trata-se de Petronilha Fé Silveira, de cor preta, de mais ou menos 55 anos de idade. Próximo à vítima, que teve crânio fraturado, foi encontrado um frasco de cachaça presumindo-se que a embriaguez foi a causa do desastre".[52]

[48] JP, 12/2/1931 Carnaval, p.2 e 10/3/1938 O Lança-perfume. E.R., p.1

[49] JP, 4/10/1931 Notícias do Interior do Município. Desordem e Bofetadas, p.4

[50] JP, 16/3/1933 Noticiário. Desordens e prisões, p.3

[51] JP, 13/1/1938 Ocorrências policiais. Foram terminar na cadeia, p.3

[52] JP, 25/4/1935 Noticiário Apreensão de contrabando de aguardente e morte de um dos contrabandistas, p.3 e 8/6/1944 Noticiário. Morreu nas rodas de uma locomotiva, p.3

7.3. Chame a polícia!

Os resquícios dos pressupostos discriminatórios da criminalidade inata e do atavismo social - vistos nas narrativas dos diversos crimes, furtos, alcoolismo, jogatina e prostituição – atingiram também os subalternos menores de idade, a chamada "infância pobre", tanto no senso comum quanto nas políticas públicas. Analisando os modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil, James Wadsworth destaca a incongruência do discurso sobre "família" do início do século XX, que excluiu os subalternos, justificando assim intervenções do Estado no mundo familiar dos menos favorecidos, para proteger-se das ameaças que representavam para a "família brasileira".[53] Segundo Salete Oliveira, esse paradoxo surgiu com a República, em 1889, que associou a menoridade ao conceito de marginalidade em situações de delito, vendo o abandono infanto-juvenil como prenúncio do risco ao crime, tratando-o como caso de polícia. A promulgação do Código de Menores em 1927 consolidou a prática de prevenção ligada ao ideário de periculosidade, passando da simples repressão para o afastamento dos focos de contágio, resquício do atavismo, retirando as crianças das ruas para se submeterem a medidas preventivas e corretivas, sob responsabilidade de instituições públicas. Por esta razão, a preocupação paulatina com políticas sociais primitivas no tratamento dos menores delinqüentes.[54]

A mentalidade predominante nos anos 30-40, de que o abandono moral e material dos menores subalternos era caminho natural para a criminalidade, podia ser observada no modo de falar da imprensa cachoeirense. A começar pela idéia de que o ambiente predominava sobre o caráter do indivíduo. Em 1929, a coluna Telescópio chamou atenção para o fato de que as pensões - verdadeiros antros onde só ia gente de "baixa categoria" - estavam sendo freqüentadas por menores que lá iam para beber. A mocidade, "esperanças da Pátria", "sentinelas avançadas",

[53] WADSWORTH, James E. *Moncorvo Filho e o problemo do infôncio: modelos institucionois e ideológicos do ossistêncio ò infôncio no Brosil*. In: Revista Brasileira de História. v.19 n.37 São Paulo. set/1999 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100006&lng=pt&nrm=isso - acessado em 7/4/2006]

[54] OLIVEIRA, Salete Magda de. *A morol reformodoro e o prisão de mentolidodes: odolescentes sob o discurso penolizodor*. In: São Paulo Perspectiva. vol.13 n.4. São Paulo. out/dez/1999 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400008 - acessado em 7/4/2006]

acotovelava-se com "malandros renitentes", pervertendo-se por "contágio".[55] Um desses locais de "perdição de menores" era o recreio Thaufik, onde "criminosamente" exploravam-se menores, "despertando-lhes o gosto pelo jogo e pela bebida".[56]

Como se imitassem os exemplos dos adultos delinqüentes, os menores envolviam-se em brigas e praticavam molecagens. Comumente publicavam-se notícias denunciando conflitos entre jovens. A descrição era extremamente semelhante a dos maiores de idade, incluindo conotações sobre trabalho: "sem ocupação", "perturbando o serviço dos que trabalham", "desrespeitando a família".[57] Por analogia, o jornal imputava à periculosidade infanto-juvenil caráter semelhante aos animais vadios que perambulavam nas ruas centrais: "moleques de todos os tamanhos que infestam a cidade, fazendo toda sorte de depredações".[58]

As conseqüências a que estavam sujeitos os menores também não diferia muito das dos adultos infratores. A situação de perigo levava à prática das detenções sistemáticas, colocando os menores muitas vezes nas mesmas acomodações que os presos maiores de idade.[59] Essa exigência da privação de liberdade era inclusive dada como solução para o problema. Em meados de 1935, O.M. sugeriu ironicamente que se desmanchasse o barracão do cinema Coliseu, aproveitando o madeiramento para erguer uma oficina de arte e ofício que serviria para encerrar todos os "menores vagabundos" de Cachoeira.[60] No final do mesmo ano, o delegado de polícia, Cecílio Menezes, prendeu diversos menores que perambulavam nas ruas após as 22 h 30 min.[61] Atitude semelhante tinha sido adotada dois anos antes, coincidentemente na mesma época natalina. Menores pegos perambulando à noite foram recolhidos à cadeia, saindo somente depois de pagarem a carceragem.[62]

[55] JP, 30/6/1929 Telescópio Menores, p.1

[56] JP, 25/1/1931 Perdição de menores. O recreio Thaufik e similares, p.1

[57] JP, 17/11/1929 Conflito entre menores, p.3 e 15/11/1931 Grave conflito entre cinco jovens, dos quais três saem feridos, p.2

[58] JP, 28/1/1938 Noticiário. Depredações, p.3

[59] SPOSA, Karyna B. *Pedogogio do medo: odolescentes infrotores e os propostos de redução da idode penol* [disponível em http://www.ilanud.org.br/artigo.pdf. - acessado em 7/4/2006]

[60] JP, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira. Foi um sonho, nada mais O.M., p.1

[61] JP, 22/12/1935 Noticiário. Menores vagabundos, p.5

[62] JP, 24/12/1933 Noticiário. Vadiagem, p.5

Soluções alternativas chegaram a ser cogitadas nesta época, como o escotismo, organização de origem inglesa que visava educar o comportamento infanto-juvenil, baseado em valores éticos, comunitários, de responsabilidade civil e aprimoramento da personalidade individual através de práticas coletivas, ligadas principalmente à natureza.[63] Duas cartas do sub-chefe do quartel dos escoteiros cachoeirenses, João Perroci, publicadas no JP em 1936, ressaltam as pretensas possibilidades redentoras que a prática do escotismo podia propiciar aos "meninos desamparados que se criam na vagabundagem das ruas, aprendendo desde pouca idade, todos os vícios que mais tarde os levarão para a ruína".[64] Numa delas, lastima a atitude de menores subalternos que "dirigiram palavras obscenas", "arremessando pedras" em escoteiros que recém tinham recebido a "benção sagrada" e jurado "obediência e fidelidade, ante o Altar da Pátria".[65] Essa atitude de revolta era fruto do embate simbólico existente entre elite e subalternos, desde a menoridade.

Nos anos 40, os menores ainda eram tidos como problema a ser resolvido, principalmente pela polícia. As reclamações eram diversas, desde pequenas molecagens como perturbar o sossego público com algazarras e pisotear os canteiros e jardins das praças até quebrar vidros de veículos ou roubar pequenos objetos, como sinaleiras, lâmpadas e distintivos, tirando ventis e distorcer parafusos. Muitos passaram a visitar as residências abastadas, batendo de porta em porta para pedir alimentos e agasalhos, ou simplesmente pegando as mercadorias que padeiros, leiteiros e verdureiros deixavam de manhã cedo. O jornal não cessava de exigir medidas energéticas, levar "ao conhecimento das autoridades municipais" para solicitar "providências cabíveis".[66]

[63] Interessante, neste contexto, o artigo de ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Educação escolar e higienização da infância*. In: Cadernos CEDES v.23 n.59 Campinas abr. 2003 [disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100004&lng=es&nrm=iso - acessado em 7/4/2006], analisando o modelo de educação sanitária formulado no interior da ampla campanha de regeneração física, intelectual e moral na São Paulo dos anos 20.

[64] JP, 5/11/1936 Escoteiro. João Perroci, sub-chefe secretário do Quartel, p.1

[65] JP, 3/12/1936 É de lastimar. João Petrucci, sub-chefe secretário do Quartel, p.4

[66] JP, 24/11/1940 Noticiário. Roubo e depredações nos automóveis que estacionam nas mediações da Praça José Bonifácio, p.5, 15/12/1940 Depredações em automóveis, p.5, 16/9/1943 Noticiário. Menores vadios, p.3 e 21/11/1943 Queixas e reclamações. Menores delinqüentes. S.A.M., p.2

Em 1941, o delegado Muniz Reis atendeu os reclames, chamados também de "justa reclamação", que solicitavam "providências para a repressão" das molecagens. Ele intimou os menores infratores a comparecer na delegacia, "fazendo-lhes preleções sobre a maneira de como se devem portar na rua e avisando-os das penalidades a que estariam sujeitos se continuassem na prática dessas molecagens".[67] Neste mesmo ano, foi inaugurada a primeira escola destinada especialmente para a "infância pobre", no Alto dos Loretos. O prédio do Grupo Escolar Cândida Fortes Brandão foi construído para abrigar 150 alunos. Em menos de um ano, atingiu a quantia de 400 alunos, situação que resultou na suspensão da distribuição da sopa escolar.[68] Outra iniciativa partiu das senhoras da alta sociedade cachoeirense. Foi o Natal da criança pobre, realizado dias depois do término oficial da comemoração natalina, em 1º de janeiro de 1941, no Estádio Municipal, com distribuição de presentes, doces, picolés e sanduíches, para que as crianças pudessem agüentar o "longo" e "interessante" programa de festejos.[69]

O tom das notícias imputava a delinqüência especificamente aos meninos, porque as menores de idade abandonadas acabavam, desde cedo, entrando para a prostituição, ocupação que, de certa forma, tiravam-nas das ruas.

7.4. Estado policiesco para manter os "de baixo" afastados da elite

Todas essas questões envolvendo tanto a delinqüência infanto-juvenil quanto a adulta – atos incivilizados, mendicância como sinônimo de vagabundagem, discriminação racial, crimes passionais, mulheres de vida fácil, defloramentos, virtudes que absolviam, prostituição, zona baixa e pensões, jogatina, alcoolismo – tinham a ver com o Estado policialesco, instaurado para conter os "de baixo", mantê-los afastados do dia-a-dia do círculo social da elite. Na análise de Michel Foucault, policiar diria respeito à bem governar. Além de fiscalizar, inspecionar e tomar medidas preventivas contra as enfermidades urbanas, a segurança pública incluiria a manutenção da ordem vigente. Reprimir e eliminar os perigos urbanos

[67] JP, 11/5/1941 Noticiário. A molecagem da rua Júlio de Castilhos, p.5

[68] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informativo*. op.cit., 1943, p.320

[69] JP, 1/1/1941 Natal da criança pobre, p.11

seriam atribuições dos órgãos de segurança. A melhor forma de realizar essa repressão e eliminação dava-se pela demonstração da força.[70]

As características predominantes da polícia brasileira nos anos 30-45 são oriundas da organização administrativa judiciária-policial do século XIX. Segundo Maria Bonelli, a estruturação hierárquica para a função de polícia judicial e investigativa de cunho civil data de 1841, com a centralização política do Império, onde foram criadas as funções de "chefe de polícia", "delegado de polícia" e "subdelegado". O objetivo maior foi limitar o poder das oligarquias regionais através da maior presença da autoridade central, sujeita ao controle do imperador. Desse objetivo nasceu sua primeira característica: a politização da polícia ou o uso político do aparato policial, dada a vulnerabilidade política do cargo. A segunda função predominante foi a repressão de cunho social, visto na tentativa de manter a ordem entre estabelecidos e o*utsiders*, entre a elite que possuía mandato moral e os subalternos - negros libertos e mestiços que pouco-a-pouco direcionavam-se para as áreas urbanas predominantemente elitistas - verdadeiros alvos da ação policial. Em que pese iniciativas esporádicas de especialização policial dentro da perspectiva científica criminal, no início do século XX, na tentativa de profissionalizar o uso político da estrutura policial, e o próprio direcionamento do poder policial para os políticos regionais, a revolução de 30 intensificou as distinções de caráter clientelístico e perseguição política, de uso abusivo da força e da partidarização. A começar pela criação da Secretaria de Segurança e Justiça em dezembro de 1930, concentrando o poder policial no governo federal. O auge da politização e repressão centralizada foi o período ditatorial instaurado com o Estado Novo, em 1937.[71]

---

[70] FOUCAULT, Michel. *Microfísico do poder*, 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988 e ___. *Vigior e punir: noscimento do prisõo*. op.cit., 1987. Ver também RAGO, Luzia Margareth. *As morcos do pontero: Michel Foucoult no historiogrofio brosileiro contemporânea*. In: Revista Anos 90. Porto Alegre/RS: PPG História UFRGS, n.1, mai/1993, p.121-143

[71] Segundo BONELLI, Maria da Glória. *Os delegodos de polício entre o profissionolismo e o politico no Brosil, 1842-2000*. [disponível em http://www.uoregon.edu/~caguirre/bonelli_2.pdf - acessado em 4/4/2006], na década de 1910, teve início o processo de especialização do aparato da policia civil, com o desenvolvimento de técnicas de investigação e identificação criminal - como a datiloscopia, o retrato falado, o uso da fotografia e a perícia - o registro civil da população além da emissão dos passaportes, os serviços médico-legais, a inspeção e fiscalização de veículos, a

Em Cachoeira, a ebulição do período aparece nas páginas da imprensa. Entre 1929-37, são freqüentes as notícias opinativas sobre o aumento da criminalidade, principalmente na zona urbana central. De início, o Jornal do Povo atribuiu muito da insegurança à extinção da guarda municipal, quando os serviços de policiamento passaram para a responsabilidade de destacamentos da Brigada Militar, entre 1928 e 1934. Em vários momentos, fez-se o desarmamento da população subalterna, sob a justificativa que era preciso diminuir a criminalidade ou mesmo os acidentes com armas de fogo. Somente poderia andar armado quem tivesse licença da autoridade competente e nos casos previstos em lei, como autoridades civis e militares quando em objeto de serviço. Mostra desse desarmamento seletivo eram os espaços onde ocorriam, como as "carreiras", assim chamadas as corridas de cavalos localizadas nos subúrbios.[72]

As notícias das ocorrências delituosas mostravam certo exagero. A "ação dos gatunos" ou "atividades dos amigos do alheio" desenvolviam-se em ritmo "febril", "numa alarmante seqüência de arrombamentos e furtos".[73] Um "avultado" roubo levou a crer que Cachoeira havia sido "invadida" por "bando de criminosos".[74] Os "gatunos" aproveitavam-se da ingenuidade dos "pacatos" cidadãos, principalmente no verão, quando muitos deixavam as janelas das casas abertas.[75] A tônica se mostra na manchete: "Os gatunos reabriram a temporada".[76]

Em 1934, o esquadrão da Brigada Militar foi recolhido ao quartel de Santa Maria, ficando o policiamento a cargo da polícia civil, com três investigadores, e da chamada guarda noturna, com cinco guardas. Para o

---

fiscalização e censura das diversões públicas, e a assistência policial para os acidentados nas ruas, os desabrigados e desocupados. Embora a polícia ganhasse maior definição, seguia sem a crucial autonomia, centralizada e nomeada pelo governo, sujeita à demissão, à prática das remoções e das transferências por razões externas aos da prestação do serviço policial, características que permaneceram durante o período getulista.

[72] JP, 28/7/1929 Policiamento da cidade, p.3, 28/7/1929 Segurança pública, p.1, 15/8/1929 Conflitos e ferimentos, p.2, 1/6/1930 Noticiário,p.3, 21/8/1932 Noticiário. Policiamento da Cidade, p.3, 28/8/1932 Noticiário. Desarmamento, p.3 e 10/5/1934 Noticiário. Acidente por arma de fogo, p.3

[73] JP, 5/2/1933 Noticiário. Ação dos gatunos, p.3

[74] JP, 9/5/1933 Um avultado roubo no Restaurante Comercial, p.3

[75] JP, 25/1/1934 Noticiário. Os gatunos em ação, p.3

[76] JP, 28/3/1937 Os gatunos reabriram a temporada, p.3

Jornal do Povo, foi verdadeira calamidade: "Fica assim, Cachoeira, cidade populosa e de perímetro urbano grande, à mercê da ação dos gatunos e desordeiros, diante da impotência da polícia, em face da falta de elementos, para combate decisivo".[77] No ano seguinte, elogiava a diminuição da chamada "curva da criminalidade", graças ao "zelo administrativo" do delegado de polícia.[78]

Indício da intensificação do estado policial a partir de 1930 foi a explosão de litigiosidade. Analisando o orçamento judiciário no Rio Grande do Sul no período, Günter Axt mostra como o número de processos aumentou acima das médias anteriores. Na década de 1940, foram registrados no Tribunal de Justiça do Estado média de 1.562 processos anuais, aumento de quase 60% em relação à média da década anterior, que havia sido de 700/ano, na década de 20, e 927/ano, na década de 30, média puxada para cima em função dos últimos quatro anos que registraram forte aumento no volume processual. O incremento da atividade econômica, o aumento do número de habitantes e as transformações havidas no direito processual civil e criminal teriam contribuído para a mudança do quadro litigioso, alteração que não refletiu em aumento substancial do orçamento judiciário.[79]

A criminalidade cachoeirense mostrava-se nos índices. Mais de 70 processos criminais estavam em andamento em 1932.[80] No período de junho de 1936 a fevereiro de 1938, sob incumbência do juiz Erasto Roxo de Araújo Correa, o movimento forense local foi intenso: 71 sentenças cíveis, 83 sentenças criminais e 207 sentenças relativas a órfãos. Os números alçavam a comarca a uma das de maior movimento do Estado.[81]

[77] JP, 15/4/1934 A cidade sem policiamento. Um guarda noturno agredido, p.2

[78] JP, 12/12/1935 Editorial. A criminalidade em Cachoeira, p.1

[79] AXT, Gunter. *Interpretações sobre o história do orçamento judiciário no Rio Gronde do Sul (1874-1990)* [disponível em http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/10-Gunter_Axt.pdf - acessado em 4/4/2006]. Segundo dados do IBGE, entre 1907 e 1912, a média processual no Brasil ficou em torno de 7,2 mil processos, incluindo varas cívis, órfãos e ausentes, provedoria e resíduos, feitos da fazenda municipal e da saúde pública, comerciais e criminais. Fonte: Tabela III, número de processos julgados pelos Juizes de Direito (1907 a 1911-1912) Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

[80] JP, 22/5/1932 A criminalidade em Cachoeira, p.1

[81] JP, 6/4/1938 A Comarca de Cachoeira é, indiscutivelmente, uma das comarcas de mais movimento do Estado, p.3

Em relação ao crime, as estatísticas de 1943 mostram quadro peculiar: 31 furtos (3º lugar do Estado) mas nenhum roubo; 14 crimes de sedução (4º lugar), 8 estupros e 4 raptos.[82] Dois anos depois, em 1945, o quadro da litigiosidade apontava diversidade: 55 lesões corporais leves; 10 lesões corporais graves; 2 estelionatos; 4 danos; 13 furtos; 3 furtos qualificados; 1 acidente com arma de fogo; 3 portes ilegais de arma de fogo; 2 homicídios; 2 rixas; 30 seduções; 10 suicídios; 5 estupros; 2 raptos consensuais; 2 apropriações indébitas; 2 ameaças; 1 receptação; 2 maus tratos; 2 violações de domicílios; 7 mortes por acidente; 1 calúnia; 1 esbulho possessório; 5 desacatos à autoridade; 1 resistência à prisão; 13 acidentes no trabalho; 5 acidentes no tráfego; 4 mortes por afogamento; 2 tentativas de homicídio; 2 adulterações de documentos; 2 injúrias e 1 posse sexual mediante fraude.[83]

Conseqüência do Estado policial, o encarceramento surgiu com objetivo de domesticar os corpos. Para Foucault, as casas de correção teriam como finalidade regenerar os detentos, acabar com sua decadência moral, não tanto pelo clausura, mas por tirá-los de circulação, da vista da população ordeira. Além disso, o preso serviria de exemplo para os demais e o cárcere desenraizaria o sujeito, fazendo ele esquecer a família e a comunidade.[84]

Do início do século XX até os anos 30-40, o número de detentos e casas de correção no Brasil aumentou sobremaneira. O número de condenados em 1907 totalizava 3.734, aumento de 15,5% (580) com relação ao ano anterior. Os Estados com maior número de presos eram São Paulo (632), Pernambuco (566) e Rio Grande do Sul (490).[85] Em 1922, metade das 1.287 cadeias do país estavam em São Paulo (212), Minas Gerais (178), Bahia (139), Ceará (75) e Rio Grande do Sul (71).[86]

[82] AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. *Cochoeiro do Sul, comorco: 150 onos de Histório.* op.cit., 1985, p.51

[83] JP, 30/6/1946 Delegacia de polícia de Cachoeira do Sul, p.3-4

[84] FOUCAULT, Michel. *Vigior e punir: noscimento do prisão.* op.cit., 1987. Ver ainda BRUNI, José Carlos. *Foucoult: o silêncio dos sujeitos.* In: Revista Tempo Social. São Paulo: Sociologia/USP, 1989, p.199-207

[85] Fonte: Tabela I, Movimento carcerário, segundo as Unidades Políticas. 2. Número de condenados 1907. Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936

[86] Fonte: Tabela Repressão I, Movimento carcerário, segundo as Unidades Políticas1. Prisões existentes 1922. Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936

Nos quarto ano da revolução de 30, o número de condenados presos subiu para 6.212, sendo 98,4% na justiça comum (6.113) e 93,5% (5.808) homens. São Paulo liderava com 1.103 apenados, seguido de Minas Gerais (966), Pernambuco (885), Distrito Federal (683) e Rio Grande do Sul (411).[87] As infrações cometidas classificavam-se, pela ordem, em: homicídio ou tentativa (3.832), roubo (645), furto (391), violência carnal (279), lesões corporais (238), latrocínio (79), entre outras (748). No Rio Grande do Sul, o quadro mudavam um pouco. A maioria estava presa por homicídio ou tentativa (313), violência carnal (30), roubo (24), latrocínio (20) e furto (6), entre outras (18). Ninguém estava preso por lesão corporal, mas a violência carnal assumia a segunda posição e os latrocidas representavam 25,6% de todos detentos do país.[88]

Na segunda metade dos anos 30, o movimento carcerário seguiu tendência de crescimento. O aumento do número de cadeias, de 1.287 em 1922 para 1.457 em 1936, foi menor quando comparado ao de ocorrências e detentos. São Paulo ainda liderava na quantidade de prisões (249), seguido de Minas Gerais (214), Bahia (150), Rio Grande do Sul (85), Pernambuco (83) e Ceará (76).[89] Em 1937, o número de crimes em todo país atingiu a marca de 13.008.[90] No ano seguinte, ocorreram em Porto Alegre 1.939 crimes, sendo 813 furtos, 423 lesões corporais, 213 violências carnais, 116 roubos, 28 homicídios, 14 estelionatos, 11 tentativas de homicídios e 321 não especificados.[91] No início dos anos 40, triplicou a quantidade de crimes verificada em todo país, chegando a 42.772. Somente em Porto Alegre, ocorreram 3.992 crimes: 236 homicídios (aumento de 842% com relação a 1938), 1.145 lesões corporais (270% a mais), 902 violências carnais, 490 furtos (diminuição de 40%), 85 roubos, 30 tentativas de homicídios, 28 estelionatos, 7 falsificações de moeda e 1.069 não especificados.[92]

[87] Fonte: Tabela I, Movimento carcerário, segundo as Unidades Federadas. Número de condenados existentes em 30 de junho de 1934. Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937

[88] Fonte: Tabela I, Movimento carcerário, segundo as Unidades Federadas. Número de condenados existentes em 30 de junho de 1934; c) Agrupamento seguido de infrações. Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937

[89] Fonte: Tabela I, Movimento carcerário, segundo as Unidades Federadas. Prisões existentes 1936. Anuário estatistico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 1937

[90] Fonte: Tabela Crimes e contravenções. IV delinqüência verificada nas capitais 1937. Anuário estatístico do Brasil 193B. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, 1939

[91] Fonte: Tabela Crimes e contravenções. IV delinquência verificada nos municipios das capitais 193B. discriminação dos delitos, segundo a natureza. Sistema Regional e Seção de Sistematização, da Secretaria Geral do IBGE. Anuário estatistico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941

Para a imprensa, as prisões tinham significado especial, ao serem capazes de mostrar que o governo tinha competência, pois mantinha secionado os perigos da sociedade, mesmo que a população carcerária não fosse a grande responsável pela maioria dos crimes.[93]

O discurso da imprensa cachoeirense auxiliava na legitimação do encarceramento dos subalternos, inclusive com descrições detalhadas do ***modus operandis*** da polícia que buscavam certo perfil dos criminosos. A notícia publicada em 1930, relatando a chegada de indivíduo de "cara discutível", retrata esta situação. No "afã de precaver a cidade contra o ingresso de indesejáveis", a polícia local destacou na ocasião dois guardas para vigiarem a estação ferroviária, porta natural de entrada e saída da cidade. A idéia era policiar o desembarque de passageiros de "procedência suspeita". Na ocasião descrita, o indivíduo foi seguido até rondar determinada pensão. Como os guardas estavam de sobreaviso, efetuaram a prisão e levaram o suspeito para ser interrogado na delegacia. O caso foi desvendado depois da intimação da prostituta que estava escondida na pensão. Tratava-se de "proxeneta", cafetão que vinha explorando com "cinismo revoltante" a "infeliz mulher". Quando ela não obtinha o dinheiro exigido, era maltratada e espancada pelo "repugnante explorador".[94]

O tamanho da cidade e sua própria localização afastadas dos demais centros urbanos - acessível somente por trem ou estradas de terra - consolidava o estado de vigilância montado pela polícia. Os larápios vindos de fora tinham dificuldades em praticar crimes, visto as dificuldades da

[92] Fonte: Tabelas Situação cultural delinqüência e suicidios. II. crimes verificados, segundo as unidades da federação 1942. Repressão I reclusos nas penitenciárias do país 1943. Movimento e características individuais. Motivos determinantes da condenação. Sistema Regional e Serviço de Inquéritos, da Secretaria Geral do IBGE. Anuário estatistico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946

[93] SEQUEIRA, Vânia Conselheiro. *Porque o carcereiro nõo deixo os portos do prisão obertos?* In: Revista Interações. São Paulo: Universidade de São Marcos, n.1B, v.IX, jul-dez/2004, p.61-74 [disponível em http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/354/35401804.pdf - acessado em 10/4/2006]

[94] JP, 4/5/1930 O ingresso de indesejáveis,p.3

fuga. A revista Aquarela relata um destes exemplos, ocorridos em 1922. Diversas pessoas jogavam nos fundos do Café Paulista, quando um dos apostadores, que havia perdido muito dinheiro no jogo, de arma em punho, anunciou o assaltou ao proprietário Manoel Costa Júnior. Após passar "a mão na gaita", fugiu pela frente do estabelecimento. Em pouco tempo, a polícia descobriu que ele encontrava-se hospedado no Hotel Central, indo até lá. Arrombada a porta do quarto, houve intensa troca de tiro, até que a polícia conseguiu prender o meliante debaixo da cama.[95]

Freqüentemente, o Jornal do Povo publicava com ênfase o recolhimento de subalternos ao xadrez. Em 1933, elogiou o delegado por ter prendido cerca de 30 indivíduos, entre "desordeiros", "vagabundos" e "ladrões contumazes", colocando-os em atividades comunitárias - "ocupação de real proveito para a coletividade" - como limpar ruas e reparar estradas do interior.[96]

Nesta época era comum congregações religiosas tentarem "salvar" os "perdidos", através de iniciativas que buscavam reformar os encarcerados, dando-lhes "assistência moral". Em 1933, a Igreja Metodista organizou a comemoração do "Dia das Mães" na cadeia, com distribuição de brindes e "conforto moral". Para o articulista Ravengar, os discursos proferidos na ocasião marcaram nova etapa de progresso aos encarcerados, principalmente o feito pelo Promotor Público: "Quem o ouviu, como eu, acompanhando o efeito produzido na fisionomia de cada detento, pode, certamente, aquilatar do valor da cerimônia e ficou convencido de que, quanto menos, o Capitão Oliveira Mesquita conseguiu dos presos esse resultado grandemente educador: levá-los à reflexão, levantar-lhes as vistas para o bem".[97]

Com objetivo semelhante, as irmãs da ordem católica de Nossa Senhora das Lágrimas realizaram, em 1935, festa em comemoração da ressurreição cristã na Páscoa, no "recinto lúgubre do cárcere". O evento foi descrito pelo monsenhor Wilmar Falcão Jalbarino de forma a exaltar as possibilidade de redenção:

[95] GUIDUGLI, Humberto Atílio. *Assolto ó mõo ormodo*. Revista Aquarela, n.7, dez/1958
[96] JP, 12/3/1933 Noticiário. Pela polícia, p.3
[97] JP, 18/5/1933 Pelo encarcerado. Ravengar, p.2

Em regozijo pelo dia mais feliz dos miserandos encarcerados que, pela primeira vez na vida tiveram a felicidade inaudita de receberem por intermédio da Sagrada Comunhão, o Senhor do Universo, esse mesmo Redentor que por amor as criaturas sacrificou-se em Holocausto para redimir as culpas da humanidade, para poderem, assim, num determinado dia, gozarem de uma das inúmeras moradas que, após a terrenal, está reservada a todos aqueles que souberem observar, estritamente, as suas santas leis. E é por tudo isso que os humildes encarcerados dessa progressiva e moderna cidade, de coração palpitante, prenhe de encantamento e a transbordar de gratidão, num nobre gesto de reconhecimento sincero, comovidos ao extremo, agradecem com alma vibrante a caridade que certas almas lhes prodigalizaram.[98]

Apesar das tentativas de salvação através da moral religiosa, a cidade viu crescer o número de detentos, sem infra-estrutura correspondente. O cronista O.M. ironizou a falta de veículo apropriado para a condução de presos. Sonhou com a aquisição duma "viúva alegre".[99] Em 1939, o Jornal do Povo denunciou a falta de estrutura da cadeia civil, principalmente com relação à super-lotação: "Encontram-se ali para mais de 30 presos. Como se sabe, o presídio cachoeirense não pode conservar-se longo tempo com tão avultado número de presos".[100] Nos anos seguintes, intensificaram as notícias de fugas de presos, como a do motorista Sabino Machado Pedroso, "de cor preta, solteiro, de 28 anos de idade", que respondia processo por crime de furto.[101]

Embora tenha aumentado o número de crimes e mesmo a população carcerária, com a entrada do Brasil na guerra, muito das críticas relativas a segurança foram amainadas. As agressividades internas voltaram-se para fora e a própria questão da exigência de melhorias sociais diluíram-se frente ao "inimigo externo". Assim como os desfiles triunfais usados pelo nazismo na Europa para desviar o foco das atenções internas, as manifestações cívicas por todo Brasil serviram para enaltecer virtudes nacionalistas, generalizando os brasileiros numa vala comum, como se não existissem graves conflitos sociais internos. No Rio Grande do Sul, em especial Cachoeira, as manifestações nacionalistas precisaram ser justificadas de maneira singular, tendo em vista o grande número de descendentes de alemães e italianos. Isso pôde ser visto no comício de

[98] JP, 5/5/1935 Uma festa religiosa na cadeia Civil. Mons. Wilmar Falcão Jalbarino, p.1
[99] JP, 26/5/1935 Ditador de Cachoeira. Foi um sonho, nada mais. O.M., p.1
[100] JP, 6/4/1939 A cadeia civil desta cidade está superlotada, p.3
[101] JP, 29/8/1940 Dois presos evadiram-se da cadeia civil desta cidade, p.3 e 24/2/1944 Noticiário. Evasão de preso da cadeia civil, p.3

março de 1942, onde o Jornal do Povo contemporizou a influência nazi-fascista entre as comunidades ítalo-germânicas, ressaltando suas contribuições.[102]

Paralelamente, as iniciativas de defesa no período belicoso serviam para aproximar o clima do front, criando áurea de medo e união entre a população. Exemplos como a organização de comissão anti-aérea, exercício de blecaute, construção de abrigos e trincheiras, ou até aspectos considerados sobrenaturais, como a criança cachoeirense que nasceu com um "V" na fronte, sinal que simbolizaria a vitória dos aliados contra o eixo.[103] O primeiro exercício de blecaute em Cachoeira ocorreu às 20 h 30 min do dia 20 de outubro de 1942, quando foi dado o sinal para o escurecimento total da zona urbana e suburbana, através de sirenes, sinos das igrejas e apitos das fábricas.[104] O articulista Braz Camilo ironizou o exercício, comparando-o a qualquer outra noite na cidade: "Há dias que vinha me preparando, e, quando chegou a ocasião, também não vi níquel. Escuridão completa. Se isso é blecaute, há tempo que estou nocaute..."[105]

7.5. Tipos urbanos: a invenção da subalternidade miserável

Aos subalternos incivilizados e desordeiros, mendigos, vagabundos, pardos e negros, prostitutas das zonas e pensões, mulheres defloradas ou desvirtuadas, jogadores contumazes, alcoólatras e beberrões, menores delinqüentes, apenados e encarcerados evadidos, enfim, a toda espécie de rafa, aqueles que a elite refugava do convívio social, somava-se os tipos miseráveis ou diferentes, que perambulavam pelas ruas de Cachoeira.

Esses personagens urbanos eram comuns desde fins do século passado. Numa visão alegre e otimista do passado cachoeirense, em várias edições da revista Aquarela, Humberto Guidugli relembrou alguns desses tipos esdrúxulos que dividiam espaço com a elite cachoeirense, antes das transformações urbanas dos anos 20. Um deles era Jacinto Bastos, "preto

[102] JP, 19/3/1942 O comício de Cachoeira, p.1
[103] JP, 4/10/1942 Reuniu-se, ontem, a Comissão de defesa passiva de Cachoeira, p.2, 10/9/1942 Nasceu com um V na fronte, p.3 e 11/10/1942 No dia 20, terá lugar o primeiro exercício de "black-out"em Cachoeira, p.2
[104] JP, 22/10/1942 Cachoeira teve, anteontem, o seu primeiro exercício de "black-out", p.2

como a noite mais escura", baixo, manco, mais de 60 anos, fisionomia tétrica, principalmente quando ria, e defeituoso nas costas. Tinha sido escravo de uma família cachoeirense. Quando caminhava, gesticulava e gingava espantosamente, enquanto emitia sons cavernosos, dando a impressão de verdadeiro urso, motivo do seu apelido "Jacinto Urso". Na calada da noite, subia nos telhados das casas e soltava gritos estridentes e em seguida sumia, deixando todos amedrontados. Por conta dessas brincadeiras, às vezes fazia "descanso reparador" atrás das grades do "xilindró".[106]

Outro era o "Negro Osório", profissão ferreiro, que "bebia tanto que seu rosto preto ficava lustroso e mais aveludado". ***Bon vivant***, apesar do pouco crédito nos armazéns, freqüentemente abandonava o emprego e ia passear em outras cidades durante meses. Ao voltar, apresentava-se como bacharel, vestindo-se sempre a rigor. Numa ocasião, entrou num clube fardado de capitão. Sentou-se à mesa e pediu conhaque, iniciando palestra divertida que chamou atenção de todos. Um dos que faziam parte da conversa era coronel do exército que achava-se em trajes civis e conhecia o sujeito. Começou a puxar assunto militar, "rindo com diplomacia das aperturas das respostas dadas pelo ***Ludendorf*** africano". Terminada a cena, deu voz de prisão, fazendo com que o falso "capitão" fugisse pela janela.[107]

Na edição do Centenário de Cachoeira do Sul, Braz Camilo recordou do Bonifácio, maltrapilho que vivia na praça central e freqüentemente falava sozinho ou perguntava exaltado: "quem manda aqui, hein vagabundo?", respondendo na mesma entonação: "Sou eu, o galo velho". Se dizia parente de João Neves da Fontoura, a quem chamava de "sem-vergonha". Não afastava-se das circunvizinhanças da praça. Era assíduo freqüentador dos botecos. A gurizada, escondida, chamava-o de "lombo-sujo" ou outros apelidos escarnecedores, que deixavam-no embravecido. Morreu numa noite de frio, num dos bancos da praça.[108]

[105] JP, 22/10/1942 Braz Camilo. Blecaute, p.1
[106] GUIDUGLI, Humberto Atílio. *Jacinto urso*. Revista Aquarela, n.8, mar/1959
[107] GUIDUGLI, Humberto Atílio. *Assalto à mão armada*. Revista Aquarela, n.7, dez/1958
[108] CAMILO, Braz. *Tipos velhos* In: GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Centenário de Cachoeira do Sul*, op.cit., 1959, p.15

Como complemento do saneamento e das transformações urbanas da zona central, efetuadas no primeiro quartel do século XX, foi preciso retirar de cena aqueles que não combinavam com a nova paisagem desejada pela elite. Logo nas primeiras edições em 1929, o Jornal do Povo abriu espaço para noticiar os miseráveis urbanos, quase sempre com adjetivos pejorativos e detalhes fisionômicos, na tentativa de traçar o caráter dos desvalidos e exigir solução das autoridades. Assim como em outras notícias impugnando os indesejáveis, o jornal iniciava com a descrição irônica do sujeito, procurando dar tom valorativo da sua ação, mas tentando mostrar justamente o contrário, com intenção depreciativa e sarcástica. Exemplo da situação foi a notícia do homem, "de cor preta", que dormia ao relento – "tranqüilamente, sem ser incomodado" – na calçada fronteiriça da usina elétrica, em plena praça José Bonifácio: "Cerca das 22 h, o grande boêmio se recolhe ao seu 'aposento', sobraçando alguns trapos velhos que lhe servem de travesseiro e coberta. Deita-se e ali amanhece, completamente sossegado, satisfeito e feliz, rindo-se às vezes dos que passam tiritando de frio, mesmo encapotados, nestas noites invernosas". Por fim, o jornal apelava para a conotação caridosa – "O infeliz homem não encontrou até hoje quem o abrigasse" – implicitamente exigindo a solução: "Aí está um caso que bem merece uma providencia das almas bem formadas".[109]

Nessa mesma época, o JP publicou a prosa de S., intitulada *Tipos de rua*. Começava exaltando os miseráveis – "Ó que seja vagabundo!" – para, em seguida, ligar sua ociosidade à filosofia "fácil" e "barata", inspirada pela "intimidade" com a "branquinha", designação popular da cachaça, sinalizando o alcoolismo do sujeito. No transcorrer do texto, a questão da bebida é retomada. O errante vaga sem rumo pela cidade, noite e dia. Os pontos de seu itinerário eram as "vendas", onde procurava "inspiração engarrafada". Tal atitude afrontava os preceitos morais do trabalho: "todos os demais bípedes não passam de perversos vagabundos que enchem a terra com o exemplo humilhante do trabalho. Poderá haver coisa pior, mais degradante, do que trabalhar?" Ironicamente, o prosista ressalta a inversão dos princípios que regiam o desocupado: "Vagabundo, deve, portanto, ser aquele que trabalha, que foge a regra divina da bem-aventurança paradisíaca, pois que o mundo deve ser, depois do

[109] JP, 14/7/1929 Noticiário: Um homem que dorme ao relento, p.1

batismo, a mesma e luminosa mansão edénica a quem nem faltam as mesmas Evas com a suas macas". Semelhante inversão de valores ocorria quando os passantes achincalhavam sua vã filosofia, quando conversava sozinho "com seus botões" e mostrava "conhecimento profundo da miséria humana". Eles não sabiam apreciar a "beleza de suas idéias", a "grandeza de seus pensamentos". Anatematizava, excomungava, execrava e condenava na mesma medida que os curiosos desdenhavam-lhe. A caracterização física e o temperamento também serviam para traçar o perfil do errante. Numa pequena mostra do embate entre moral cristã e capitalismo, a barba representava "pretensões nazarenas", pois crescia "como selva bravia onde o machado e a foice não entram".[110]

A retirada dos subalternos da área saneada e urbanizada do centro é vista pela imprensa, porta-voz da elite, como necessidade premente. Para o JP, exemplos como de José Maria da Silva, esmoleiro, tido por leproso que andava a cavalo mendigando pelas ruas centrais da cidade, deveriam ser solucionados urgentemente, pois tratavam-se de casos de higiene pública. O polêmico caso teria despertado a opinião pública, ou, em outras palavras, a opinião daqueles que concordavam com as colocações do jornal. Várias pessoas teriam elogiado a denúncia, algumas indicando outros enfermos que também estariam "atentando contra a saúde pública". O caso encerrou quando os funcionários da Higiene Municipal procuraram o dito leproso, verificando que não sofria de mal algum. A perda dos dedos, possível sinal da doença contagiosa, teria sido motivada por acidente de trabalho.[111]

Alguns articulistas exploravam o lado trágico da vida errante, numa tentativa de justificar a atitude dos necessitados e despertar a filantropia. Coincidentemente, utilizavam iniciais para poder eximirem-se das críticas por defender os que esmolavam. O.M., em crônica intitulada *Nótulas*, publicada em 1933, apelou para a piedade que deveria ter-se frente ao "doloroso quadro" oferecido pelo aleijado Manoel dos Santos aos que passavam na Sete de Setembro, principal artéria da cidade, no trecho entre o Hotel América e a Casa Allaggio. A narrativa traz à lembrança drama quase lírico, onde os sentimentos íntimos são explicitados através

[110] JP, 11/8/1929 Na vida intensa da cidade. Tipos de rua. S., p.4

[111] JP, 25/8/1929 Um caso. Esmoleiro José Maria da Silva, p.3, 5/9/1929 Esmoleiro leproso, p.1 e 8/9/1929 Noticiário. Um esmoleiro leproso, p.3

da compaixão: "O infeliz é posto ali na calçada pela manhã e somente retirado á noite. Vive de esmolas que lha dão. Comer, nem sempre come. As moscas varejeiras são a sua única companhia. As vezes, um cão, igualmente desgraçado, mas talvez possuindo coração melhor do que os humanos, fica horas inteiras ao seu lado, como uma mancha de sombra junto a outra sombra..." Por fim, vale-se do conselho cristão - "amai-vos uns aos outros" - para tentar despertar a complacência alheia. Entretanto, na solução que aponta, subjaz a finalidade de retirar de cena o indigente, levando-o para longe das vistas dos transeuntes.[112]

O desfecho do caso foi tratado de forma sarcástica pelo jornal. Mafalda Schneider, então com 4 anos de idade, presenteou o estropiado com uma cadeira de rodas, acessório que lhe permitiu continuar mendigando no local. Embora o jornal tenha elogiado a iniciativa - "todos os dias ao passar pelo coitado enchia-se de pesar ao vê-lo tão infeliz, sem poder andar, sem quase poder mexer-se, chumbado o dia inteiro aquelas duras pedras da calçada, na dolorosa expectativa de ganhar tostões para matar a fome" - indiretamente menosprezou o presente, afirmando que o "pobre Manoel dos Santos" ganhara seu "trono".[113]

Em outra oportunidade, o mesmo articulista escreveu *A tragédia da vida*, onde discorreu sobre Aparício, tuberculoso que pedia esmolas de porta em porta. Da mesma forma, narrou a cena tétrica, em que o "infeliz rapaz" padecia de sofrimento, sentado num dos bancos da praça José Bonifácio. A descrição novamente evoca o lirismo dramático: "Lívido, escarrando sangue, o desditoso parecia ver chegado o seu instante final, o instante feliz e abençoado em que a morte o viesse buscar pondo um fecho derradeiro nos seus padecimentos". Mas, assim como dois anos antes, a narrativa esconde o objetivo maior do autor, de atentar para o possível contágio da doença: "atraídas por aquele espetáculo de dor e de miséria, achavam-se várias crianças que, desconhecendo o perigo do contágio do terrível *morbus*, contemplavam o infeliz, dirigindo-lhe perguntas sobre perguntas... Destino triste o de certas criaturas! Isto não é sonho... é realidade pura, meus senhores!".[114]

[112] JP, 30/4/1933 Nótulas. O.M., p.1
[113] JP, 28/12/1933 O pobre Manoel dos Santos ganhou um trono, p.2
[114] JP, 9/6/1935 A tragédia da vida. O.M., p.1

Esse sentimento fraterno para com os desvalidos eventualmente desencadeava ações por parte da elite, muito mais numa perspectiva de mostrar-se caridosa frente aos demais membros da sociedade do que imbuída de índole generosa, embora a imprensa quisesse demonstrar a presteza do ágape cristão. Para muitas senhoras burguesas, a caridade possibilitava a salvação dos pecados mundanos. Na falta do que fazer, doavam parte do seu tempo para auxiliar pobres e enfermos. A organização do "Dia do mendigo", em junho de 1931, é exemplar nesse sentido por colocar a iniciativa como sendo a "verdadeira caridade", na medida em que socorria, na estação "hibernal", os "verdadeiros pobres e necessitados", "velhos e crianças" que não podiam trabalhar e não dispunham de recursos para adquirir agasalhos, passando "dias e noites enregelados", sofrendo as "conseqüências de suas enfermidades". A pretensa generosidade cai por terra quando, em outra página do jornal ou mesmo na edição seguinte, são listados os nomes dos que doaram algo para os festejos.[115]

No cotidiano, a situação de mendicância situava-se no plano dos problemas a serem solucionados. Assim como no caso da chamada "infância pobre", que associou a menoridade ao conceito de marginalidade em situações de delito e o abandono infanto-juvenil como prenúncio do crime, a vadiagem também era pensada como caso de polícia. Em 1934, em matéria sobre o "problema da mendicância" em Cachoeira, o jornal alerta para o aumento "contínuo" e "alarmante" do número de pedintes, mesmo a cidade não tendo instituição oficial de amparo à pobreza desvalida. Raro era o sábado - "dia conveniado para se fazer caridade" - que não se formasse verdadeiro "cortejo de pedintes" percorrendo as principais ruas da cidade, muitos desses menores de idade, crianças que, pelo fato de esmolarem, "por incumbência de seus pais", acabariam formando caráter em ambiente "nocivo ao desenvolvimento de suas faculdades morais", tornando-se "inúteis" e "prejudiciais" para a sociedade.[116]

Nos anos 30, era comum os indigentes considerados "alienados" serem retirados de circulação e enviados para o hospício São Pedro, em Porto Alegre.[117] Aqueles que eram tidos por meros vadios, também podiam ter

[115] JP, 18/6/1931 Dia do mendigo, p.1, 18/6/1931 Noticiário. O dia do mendigo, p.3 e 25/6/1931 Noticiário. O dia do mendigo, p.3
[116] JP, 18/1/1934 O problema da mendicância em Cachoeira, p.1
[117] JP, 28/4/1935 Noticiário. Alienados, p.2

sua liberdade cerceada, mas em cárcere comum, junto com bandidos, assaltantes e ladrões. Em 1938, o delegado de polícia, capitão Waldomiro Carvalho Bernardes, declarou "guerra à vagabundolândia".[118]

Na mesma época, de forma embrionária, começaram a aparecer algumas soluções alternativas para acabar com o chamado "triste espetáculo da mendicância", como a construção de residências próprias para os mendigos.[119] Essa mudança de atitude deu-se nacionalmente, em parte como resposta pelo aumento populacional causado pelo incipiente êxodo rural e pela própria época de guerra, que se avizinhava na Europa, e que acabou por provocar carestia de gêneros alimentícios principalmente entre os subalternos. Segundo Cezar Honorato, além dessas razões estruturais, a expressiva mudança com relação ao cuidado com os miseráveis fez parte da própria essência do Estado Novo, que primou pela reforma administrativa, estatizando muito das relações sociais, fazendo com que o poder público passasse a corrigir, acomodar ou reprimir tais demandas. Embora o governo federal tenha lançado mão inicialmente do discurso humanista cristão e alguns técnicos tenham sido oriundos da militância católica, o varguismo estabeleceu a assistência social como profissão, para atuar de forma neutra, científica e apolítica, não tratando-se, portanto, de trabalho caritativo nem missionário. Ao incorporar grande parcelas da população na condição de subalternidade, Getúlio Vargas consolidava a imagem de "pai dos pobres".[120]

No início da década de 40, a imprensa cachoeirense engajou-se nessa nova concepção, através da maior abertura editorial para justificar o auxílio dos desvalidos. Se ser mendigo era negócio em várias cidade, em Cachoeira o pobre era mesmo pobre ou "honestamente pobre", pois verdadeiramente levava uma vida de cão.[121]

Nesse contexto de provar a inocência dos subalternos, o Jornal do Povo publicou, em julho de 1941, longa descrição dos tipos populares ou "figuras vulgares" cachoeirenses. Perambulavam pelas ruas centrais a "filósofa"

[118] JP, 12/5/1938 Ocorrências policiais. Guerra à vagabundolândia, p.3

[119] JP, 15/5/1938 Noticiário. Está em vias de ser resolvido o problema da mendicância na cidade, p.3

[120] HONORATO, Cezar, *Estado Novo e cidadania: a assistência social em discussão*. In: Revista Anos 90, Porto Alegre/RS: PPG História UFRGS, n.8, dez/1997, p.14-29

[121] JP, 17/12/1939 Em Cachoeira, hoje em dia, nem ser mendigo é negócio, p.6

Virgilina, os bizarros Pedro Lord e Lindor, que discursavam alternando sanidade e normalidade. O texto relembra antigos moribundos: Rita dos Cachos; o "preto" Miguel do Balaio, que só saía à noite; Tio Estevão, que transitava diariamente pelas ruas cantando para "afugentar as tristezas" e acabou servindo de inspiração teatral para Companhia Ribeiro Cancela; Capitão Zuavo, "crioulo velho" veterano da Guerra do Paraguai, que costumava passear pelas ruas, ostentando imponente farda, repetindo que "Caçapava morre seca e não se entrega!"; Cangica, que ficava violento quando alguém chacoteava-lhe; João Rabequinha, "índio velho" que, aos sábados, percorria as ruas da cidade tocando rabeca acompanhado por bando de cachorros, e aos domingos, fazia visitas, levando uvas do seu parreiral; ou mesmo Bonifácio, vagabundo difamado porque, quando embriagado, tornava público particularidades da vida íntima das famílias tradicionais, descrevendo pormenores dos incidentes e desfiando imenso "rosário de desaforos" e "podres". Numa visão distorcida, o jornal colocou esses personagens como aqueles que "contribuíram para fazer desaparecer a monotonia das ruas" de Cachoeira, esquecendo do tratamento dado anos antes.[122]

Na esteira da preocupação social com os desvalidos, o governo federal fundou a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Inicialmente, órgão destinava-se a amparar as famílias dos pracinhas que lutavam na Itália, mas rapidamente foi transformada na "grande agência de atendimento às necessidades dos miseráveis e desvalidos".[123] A sucursal cachoeirense

[122] JP, 27/7/1941 Os tipos populares de Cachoeira, p.3

[123] HONORATO, Cezar, *Estado Novo e cidadania: o assistência social em discussão*. op.cit., 1997, p.26. Segundo ele, o *New Deal* do presidente norte-americano Roosevelt foi a grande inspiração para a América Latina, em especial para o Brasil, como forma de enfrentamento da crise de 1929. até então, a participação do Estado brasileiro no atendimento às demandas sociais, particularmente aos excluídos, variava de pouca, como na educação, a nenhuma, como na saúde, habitação, alimentação, emprego e assistência social. De certo modo, a emergência da pacificação social foi uma resposta conservadora para os problemas oriundos do processo de urbanização e curso, na medida em que distribuía "migalhas sociais" e fazia com que trabalhadores e não-trabalhadores acreditassem no caráter democrático e igualitário do capitalismo (dupla alienação). Mesmo longe do pleno reconhecimento do direito à plena cidadania, as mudanças do Estado Novo, no que se refere ao enfrentamento da miserabilidade e das demandas sociais, passaram a fazer parte da realidade política brasileira como um todo, desde então.

foi fundada em 11 de novembro de 1942, sob a presidência de Eni Barreto Carlos e staff constituído por membros oriundos da Associação do Comércio e Indústria de Cachoeira: Ivo Becker (secretário), João Carlos Xavier (tesoureiro), Jaime Machado, Araci Machado Alves, Moisés Lima e Carlos Müller Sobrinho (vogais).[124] Para o jornal, a iniciativa representava alçar Cachoeira ao patamar de cidade "adiantada",[125] mais por retirar os indigentes das ruas centrais do que qualquer outra coisa, atitude reforçada com a posterior organização da Secretaria de Assistência (SCAN), resposta municipal para o aumento da mendicância.

As críticas foram direcionadas para o fato de que muitos dos subalternos fichados na repartição acabavam mendigando nas ruas após receberem auxílio. Em março de 1944, o jornal publicou matéria intitulada ***A Esquina das Almas Perdidas***, denunciando "pardieiro" existente na esquina das ruas Quinze de Novembro com General Osório, em pleno centro da cidade, onde estariam vivendo 9 mulheres, 13 crianças e 4 homens, em completa miserabilidade, "dormindo no chão, tendo como coberta a luz das estrelas, que se escoa através dos buracos de um teto prestes a desabar, e donde as tábuas do forro, executando equilibrísticas ginásticas, se balançam como verdadeiras espadas de Demócles". Segundo a reportagem, somente um dos moradores tinha emprego. As crianças é que "salvavam" a situação, pechinchando pelas ruas da cidade. A SCAN atendia um dos moradores, repassando-lhe em torno de "cinco cruzeiros semanalmente", quantia insuficiente para comprar pão e leite diariamente para os 26 indigentes.[126]

[124] PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórico e Informotivo.* op.cit., 1943, p.314

[125] JP, 10/1/1943 Notas locais, p.4

[126] JP, 19/3/1944 A esquina das almas perdidas, p.6 e 22/1/1947 Diversas. Uma esmola por amor de Deus..., p.3. De acordo com cálculo da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul [www.fee.tche.br - acessado em 12/4/2006], Cr$ 5,00 em janeiro de 1945 corresponderiam atualmente a R$ 6,13

Parte final



Considerações finais

Defendi, até aqui, a tese de que nos anos 1930-45, os o***utsiders***, ao ocuparem o espaço urbano central de Cachoeira do Sul, em especial o espaço compreendido no entorno da praça José Bonifácio, desorganizaram a ordem imposta na cidade pela elite, segundo a visão do Jornal do Povo. Objetivei mostrar como o JP construiu uma dada imagem da cidade de Cachoeira do Sul no período focado e das elites que nela habitavam e como esse veículo de comunicação narrou a organização e a desorganização da cidade neste breve período de tempo. Nessa trajetória destaquei como a elite local construiu esse espaço urbano para si, principalmente na metade final da década de 20 como diferenciou-se, através do fazer cotidiano e como lidou com as interferências dos o***utsiders***. Verifiquei, assim, de que forma a distinção social foi se refletindo nas práticas cotidianas da elite cachoeirense em contato com os grupos subalternos que pouco-a-pouco migravam para a cidade, ao longo dos anos 1930-45. Procurei, desse modo, entender as práticas cotidianas da elite local e a apropriação que os subalternos fizeram desse espaço porque isso possibilitou levantar parte do véu que encobria o embate simbólico existente nessas relações, tornando mais claro perceber a sociodinâmica da estigmatização que a elite lançou sobre os migrantes subalternos ou o***utsiders***.

Partindo da idéia de nostalgia e idealização do passado pela elite cachoeirense nos anos 80-90, fui em busca da cidade que as elites falavam quando se voltavam para o passado através das páginas do jornal, do ambiente rememorado pelas reportagens, editoriais e pelos cronistas habituais, do que caracterizava a cidade de Cachoeira do Sul (re)lembrada para despertar tal sentimento de forma generalizada entre a elite cachoeirense, do que se fazia na época e deixou-se de fazer posteriormente, a ponto de despertar tanta saudade.

Para entender essas questões, analisei inicialmente as duas primeiras décadas do surgimento do Jornal do Povo, as implicações político-partidárias deste porta-voz da elite cachoeirense que, ao adotar a postura "oficialista" durante o período Vargas, reproduziu para a sociedade local a ideologia própria do momento histórico em questão, como os discursos em favor dos interesses da minoria moradora do centro urbano, em detrimento aos subalternos que invadiam a cidade, com críticas sistemáticas, discurso esse visto nos mais diferentes aspectos.

Em seguida, analisei a ocupação luso-brasileira do território gaúcho, em especial o cachoeirense, feita através das sesmarias doadas aos que defendiam o território com armas em punho ou mesmo de pequenos lotes a famílias açorianas para alimentar as tropas. Também a ocupação posterior dos imigrantes alemães e italianos, dentre outras etnias, que exploraram gêneros alimentícios destinados ao mercado interno, algo que desencadeou profundas mudanças no desenvolvimento econômico do sul do país. Foram eles que desenvolveram a cultura rizícola na região, possibilitando a emergência da ordem urbano-industrial no município, concentrado na sede, através de investimentos privados e públicos. A transformação urbana em fins dos anos 20, possibilitada pela pujança agrícola, desencadeou verdadeira revolução que fez da zona central palco do confronto simbólico entre aqueles que pertenciam a elite, que buscavam diferenciação social através do refinamento dos hábitos praticados no dia-a-dia, e os subalternos, que passaram a ocupar o espaço de forma fremente nos anos 30 em diante.

Seguindo esse raciocínio, analisei os aspectos econômicos envoltos na Cachoeira das décadas de 30-40, momento em que o perfil demográfico se transformou gradativamente, com a prevalência do urbano sobre o rural, potencializado pelo processo de industrialização em curso, iniciado em fins do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, mas consolidado durante o Estado Novo e nos anos subseqüentes. Industrialização essa voltada essencialmente aos mercados locais, atendendo consumidores através de diversificada produção, que cresceu em ritmo acelerado, atraindo cada vez mais migrantes para as cidades. Foi nesse contexto que Cachoeira do Sul acabou beneficiada, tendo crescimento econômico elevado, impulsionada que fora por abastecer o mercado interno, em grande parte regional, e viu muitas fábricas, principalmente na produção de gêneros alimentícios, em especial o arroz,

instalarem-se em seus limites. A industrialização gerou impacto na ampliação do comércio e serviços, além de desencadear necessidades em termos de infra-estrutura.

O ritmo dessas mudanças econômicas e populacionais afetaram Cachoeira do Sul nas décadas seguintes e influenciaram sobremaneira as modificações do espaço urbano cachoeirense. Com as reformas concretizadas em fins dos anos 20, Cachoeira se tornaria sinônimo de cidade progressista para os padrões da época, como se industrialização e urbanização completassem a idéia de modernidade nesse tempo. Entretanto, tais reformas excluíram a população subalterna do processo, segregando-os territorialmente, incorrendo na desigualdade espacial.

Tendo como porta-voz o Jornal do Povo, a elite local exigiu telefones, força motriz, rodovias, ferrovias, navegação plena no rio Jacuí e porto para escoar a produção dos rizicultores, intervenção estatal para financiamento da produção de arroz; promoveu a *Festa do Arroz*, cujos festejos tiveram caráter eminentemente elitista, como o concurso da escolha da rainha; criticou o crescimento populacional e a conseqüente falta de espaço para abrigar os migrantes subalternos, resultando na expansão dos subúrbios, algo que teria enfeado o município e feito aumentar impostos; viu-se obrigada a ampliar os serviços de saúde curativa, com a ampliação do hospital para abrigar doentes pobres, e preventiva, tratada como caso de polícia por envolver desordens e conflitos; lutou pela manutenção do espaço urbano central frente a invasão dos "bárbaros", com reclames sobre os aspectos fisionômicos das praças e arquitetura predial; defendeu a varrição das ruas, iluminação pública e ordenação do espaço.

Auxiliando na consolidação da infra-estrutura citadina central, os editores do Jornal do Povo defenderem veementemente ideais elitistas, também em seus aspectos cotidianos: na forma diferenciada em tratar as congregações religiosas; nas regras de convívio e etiqueta ao exigir elegância dos freqüentadores do espaço público, em especial das praças; na valorização das recepções oferecidas em ambientes privados; no empolamento aristocrático dos eventos sociais; na sobrevida e perpetuação da diferenciação social através dos relacionamentos afetivos; nas campanhas em nome da moralidade, condenando atos desonrosos; na exigência de reverência aos mortos; na distinção da forma de noticiar

falecimentos. Nessa valoração das atividades cotidianas elitistas, o jornal incentivou banhos ao ar livre e esportes praticados em público, lazer nos cafés e confeitarias, cinemas, teatros e recitais, clubes e sociedades, bailes e carnavais. Ao mesmo tempo, criticou o entretenimento dos subalternos, como circos e parques de diversões, culpando-os pela desordem e turbulência.

Foi narrando os o*utsiders* que o Jornal do Povo mostrou sua face mais elitista. Imputou aos deserdados os problemas que tinham de ser mantidos fora do cotidiano da sociedade dita civilizada, pois representavam insegurança, crime, barbárie e perdição, portanto ameaçavam. Os subalternos não tiveram rosto ou voz na imprensa. Foram notícia ao quebrarem a rotina da vida urbana da elite. Apareceram no jornal de forma desvalorizada. A prostituição incomodava pela proximidade dos prostíbulos e pensões com a área sanada. A mendicância foi vista como sinônimo de vagabundagem. Condenou-se os atos incivilizados na mesma medida em que se praticou a discriminação racial. Ocorrências policiais motivaram advertências disciplinadoras vinculadas através da imprensa. O moralismo simulado da elite abundou nas páginas do JP através da aversão às desavenças, aos crimes em menor ou maior grau, aos furtos, ao alcoolismo ou ao vício da jogatina. Esses pressupostos discriminatórios atingiram indistintamente a "infância pobre", pois viu-se no abandono moral e material dos menores subalternos o caminho natural para a criminalidade. O Estado policialesco foi instaurado para conter os "de baixo", mantê-los afastados do dia-a-dia do círculo social da elite. Mesmo os tipos miseráveis ou diferentes, que perambulavam pelas ruas de Cachoeira, sofreram desse desdém. Eles não combinavam com a paisagem desejada pela elite. Portanto, foram defenestrados pelo Jornal do Povo, com adjetivos pejorativos e detalhes fisionômicos, na tentativa de traçar o caráter dos desvalidos e exigir solução das autoridades.

Foi desta forma que tentei mostrar o impacto dos o*utsiders* na ocupação do espaço urbano central cachoeirense, incorrendo, segundo o Jornal do Povo, na desorganização da ordem imposta pela elite local. Entendo que essa "invasão bárbara" foi tão avassaladora para a elite que esse período permaneceu na memória das gerações seguintes.

Nos anos 1980-90, a nostalgia que acabou potencializada em Cachoeira do Sul – através de crônicas, charges, reportagens e demais matérias publicadas no jornal – fora posto como algo generalizado para toda coletividade e não somente de determinada parcela da população, como era de fato.

Como mostrei no Prólogo, através da análise textual do JP, a nostalgia dos anos 80-90 não cessa de remeter-se a uma suposta crise econômica local, no sentido de perda da posição cachoeirense em relação às demais cidade do Estado, crescimento menor que o esperado e que causaria, como conseqüência, certa frustração entre os da elite, senão aqueles estabelecidos dos anos 30-45, mas ainda assim uma elite local, seja ela cultural ou informacional.

Entendo que o impulso maior da nostalgia, potencializada através da imprensa, não seja diretamente a chamada crise econômica e hierárquica de Cachoeira. Ponho em dúvida o fato dos formadores de opinião insistirem em buscar o passado perdido por quererem maior crescimento econômico, a volta dos tempos áureos, conseqüência dum altruísmo, desprendimento, abnegação, filantropia, amor ao próximo, nem porque o retorno da abastança econômica permitiria justiça social, melhorando a vida dos moradores da periferia para amansá-los, para que não provoquem a violência que tanto amedronta a elite. Uma em razão do individualismo moderno; outra porque o crescimento econômico atrairia migrantes para a região, provocando inchaço populacional, desencadeando problemas urbanos como a violência.

Na minha opinião, no recôndito desse sentimento nostálgico está a perda do espaço público, ocupado preferencialmente pela elite, espaço outrora pasteurizado, livre dos incômodos dos subalternos. O que incomoda esses nostálgicos é a diversidade urbana, imagem não-homogênea que distancia-se da cidade dos anos 20, imagem que tomou forma mais aproximada da fisionomia dos o*utsiders*, dos migrantes subalternos que invadiram Cachoeira nas décadas subseqüentes a 1930, imagem da cidade com problemas comuns a outras tantas médias e grandes aglomerações. Os questionamentos desses nostálgicos dos anos 80-90 apontam para esse urbano perdido no passado. Foi em razão disso que procurei entender a

diluição do espaço público nos anos subseqüentes a 30-45, quando tais imagens do urbano começaram a tornarem-se díspares e, conseqüentemente, a elite repugnou a convivência com os não-civilizados.

De uma forma geral, é a incapacidade que muitos têm de lidar com o diferente, o estranho, aquele que não age conforme o esperado, conforme a chamada maneira "civilizada". Muito dessa incapacidade de lidar com imagens díspares, conflitantes e paradoxais pode ter razão no isolamento geográfico com relação a outros centros urbanos, devido ao pouco fluxo de passagem de pessoas estrangeiras. Assim, os nostálgicos de Cachoeira do Sul teriam reduzida a capacidade de aceitar a diversidade, num típico conservadorismo retrógrado, que impede maiores liberdades de movimento, arejar as mentalidades, oxigenar atitudes e opiniões. Diferente dos grandes centros urbanizados, das metrópoles que possibilitam aos indivíduos serem libertos para agir, embora dentro de certos limites e restrições.

Neste sentido, o Jornal do Povo sintetiza o espírito dos nostálgicos cachoeirenses, através da incapacidade de lidar com pensamentos contrários aos seus, num discurso que se diz democrático, mas que esconde a unicidade de opinião, numa realidade diária de jornalismo sensacionalista e mexeriqueiro, que alimenta exaustivamente picuinhas pessoais.

Como porta-voz da elite, o jornal reproduz o chamado olhar historicizante, na medida em que enxerga o passado de maneira distorcida, que reproduz em suas páginas concepções que dão a idéia de retorno mitificado a um certo passado, dito de glórias, mas que na verdade escondem sentimentos excludentes, visto exaltar um momento em que cada um sabia seu lugar na sociedade e respeitava certos limites simbólicos. Aqui reside a diferença de olhar o passado. Tentei dar um salto em direção ao passado para entendê-lo com relação ao presente. Por essa razão revelar a perspectiva histórica da elite, que enxerga no passado somente uma tentativa de retorno do tempo em que dominava o espaço público.

Me apropio aqui da análise do historiador Jacques Le Goff sobre a memória coletiva e sua relação com a história, quando diz que é possível entender o quanto no resgate do passado da comunidade confrontam-se versões diferentes, algumas mais impositivas, outras mais recessivas, todas lutando pelo poder de enunciação da verdade histórica, pela própria

sobrevivência e promoção da sua identidade. Segundo ele, entender o passado não é somente algo que se conquista diariamente, mas algo que serve como instrumento e objeto de poder. Nesse sentido, a prioridade daqueles que se debruçam sobre a história deve ser lutar pela democratização da memória social, com objetividade científica.[1] Em outras palavras, trabalhar de forma que esta [re]memorização sirva para libertar e não para tornar a comunidade ainda mais servil.

[1] LE GOFF, Jacques. *História e memória*. op.cit, 1990

Anexos

I. Proprietários das primeiras casas de alvenaria no núcleo urbano de Cachoeira, no início do século XIX

Antônio Gomes Pereira, Benjamin Grearez, Cristiano Fioravante, Domingo José da Rosa, Francisca Laurinda da Cunha, Francisco Zenkner, Henrique Keil, Franklin da Silva Ferreira, Herminia Godoy Ilha, Jaques Bidone, João Nascimento da Silva, João T. Pohlmann, José Martins Beltrão Júnior, Juvêncio Inácio Soares, Max Lubke, Miguel Dias de Moura, Pedro Gaspary e Rita Joaquina de Alencastro.

Fonte: GUIDUGLI, Humberto Attilio. *Centenário de Cachoeira do Sul*, 1959

II. Relação de compradores das terras da Quarta Colônia em 1880

Antônio Bandiera, Antônio Caprioli, Antônio Motter, Bortolo Marzutti, Bortolo Sichel, Constancio Pavanatto, Francisco Furlan, Francisco Wollmann Júnior, Henrique Ceschini, Henrique Lorenzatti, Jacob Tonellotto, Jacob Unfer Junior, João Arcari, João Fardin, João Luchese, João Pradella, João Sartori, Lourenço Caprioli, Moderat Biscaglia, Nicolau Furlan, Paschoal Zafanello, Patrício Unfer, Pedro Cimando, Pedro Negri, Poliferino Fuzer e Victorio Chiste.

Fonte: NEUMANN, Pedro Selvino. ***O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção.*** Tese de Doutorado [orientador Carlos Loch], Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina. PPG-Engenharia de Produção, 2003 [disponível em http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4824. pdf, acessado em 3/1/2006].

III. Relação das lavouras de arroz irrigado em 1911

Alberto Klatte, André Kochenborger, Arlindo Leal, Baptista, Oliveira & Cia., Barros & Filho, Benjamin Peixoto, Carlos Gehrke, Carlos Grahl, Carlos Karsburg, Carlos Pötter, Carlos Pötter & Filho, Carlos Raadatz, Danzmann & Lara, Dutra & Rocha, E. Mostardeiro, Eduardo Streck, Emílio Mückler, Ernesto Pertille, Fernando Borowsky, Fidelis Prates, Freytag & Cia., Germano Böck I, Germano Böck II, Germano Seehaber, Gustavo Bülow & Cia., H. Cesquini & Cia., H. Friedrich, J. Fortes & Cia., J. Weber & Filho, J.M. Carvalho Bernardes, Jacob Scheidt, João Hatschbach, João Sthal, Jorge Franke, José Maria de Almeida, Karsburg & Braatz, Leitão, Franke & Cia., Libindo Quoos, Loureiro & Cia., Luiz Finger, Luiz Köhler, Luiz Massierer, Manoel José de Moraes, Manoel José de Morais, Max Lubke, Schaurich & Cia., Mostardeiro & Cia., Müller, Diefenbach & Wilhelm, Neves & Torres, Nunes & Preussler, Pedro Kruge, Pötter & Ferreira, Preussler & Pötter, Preussler & Schultz, Reinaldo Drews, Reys & Irmãos Moraes, Ricardo Müller, Roberto Danzmann, Silva & Gama, Stumpf & Rohde, Vargas & Lara, Vicente Pigatto, Virgilio Carvalho & Filho, Virgílio Carvalho & Irmão, Wollmann & Cia. e Xavier & Moura

Fonte: *Esboço de Geographia Agricola* e *Industrial do Municipio de Cachoeira*, Organizado pela Seção de Estatística, 1911

IV. Sobrenomes de lavoureiros, industriais, comerciantes e moradores de Cachoeira, da zona urbana, no centro e na zona alta, no final dos anos 20

Ache, Allagio, Alves, Bacchin, Barbosa, Barcelos, Bartmann, Barz, Batomé, Bauer, Beskow, Bidone, Böck, Bopp, Borowsky, Braatz, Braum, Breitmann, Breyer, Bülow, Burmeister, Calderaro, Camassetto, Carvalho da Fonseca, Castagnino, Cauduro, Cazarotto, Cesquini, Coelho Leal, Costa, Cruz Lima, Cunha, Cunha Carlos, Cury, Cutz, Danzmann, Dauzacher, De Franceschi, Decker, Dickow, Diefenbach, Drews, Eggers, Engel, Fabini, Falkenbach, Feldmann, Ferreira, Fialho, Figueiredo, Finger, Fischer, Flasch, Fontoura, Franke, Freytag, Friederich, Friedrich, Galiza, Gama de Bem, Gappmayer, Gaspary, Gazzaneo, Gehrke, Ghignatti, Goltz, Grahl, Gregory, Hatschbach, Hausen, Heinen, Homrich, Ilha, Jungbluth, Kämpf, Karsburg, Kern, Klatte, Kochenborger, Köhler, Krahe, Krieger, Kruge, Lara, Lauer, Lemos, Libonatti, Lima, Linn, Lisboa, Livi, Lopes, Lubke, Lucas, Luz de Carvalho, Massierer, Matte, Meneghello, Mernak, Minssen, Möller, Moraes, Motta, Moura, Mückler, Müller, Neves da Fontoura, Nogueira da Gama, Oliveira, Paschoal, Patta, Pereira da Silva, Pertille, Pertilli, Pigatto, Pohlmann, Port, Pötter, Preussler, Quambusch, Quoos, Raadatz, Ramos Chaves, Rangel, Ribeiro, Riccardi, Ritter, Rodrigues, Roesch, Rohde, Rosek, Rother, Rudolph, Sampaio, Santos, Saueressig, Scarparo, Schaurich, Scheidt, Schenkel, Schneider, Schott, Schroeder, Schultz, Schwab, Scopel, Seehaber, Seibel, Sesti, Simões, Skolaude, Smidt, Soares, Sperb, Sthal, Stracke, Strassburger, Streck, Stringhini, Stumpf, Tesch, Tischler, Traunfellner, Trommer, Valli, Valli, Vicco, Vieira, Weber, Werlang, Wiebbeling, Wilhelm, Willig, Wolff, Wollmann, Zanetti e Zilberman.

Fonte: MÓR, João Carlos Alves. ***A minha Cachoeira.*** Porto Alegre: Martins Livreiros, 2001

V. Relação nominal dos fundadores e presidentes do Clube Comercial, dos fundadores, das madrinhas no batismo dos barcos e tripulação do Grêmio Náutico Tamandaré

Fundadores do Clube Comercial: José Carlos Barbosa, Manoel Fialho de Vargas, Aracy Machado Alves, Nelson da Fonseca Vieira, José Gomes de Oliveira, Octacílio Ribas, Pedro Pinheiro, Mário Ilha, Waldemir Gama, Francisco Cintra, Jacinto Dias, Aldomiro Franco e João Minssen.

Presidentes do Clube Comercial, até 1945: José Carlos Barbosa, Aracy Machado Alves, Mário Godoy Ilha, Cyro da Cunha Carlos, Reinaldo Roesch, Ary Pillar Soares, Vicente Oscar Valli, Aristides Moreira, Pedro Emílio Breyer, Orlando da Cunha Carlos, Carlos Fonseca Ghignatti, João Santos, Rodrigo Martinez Filho e Fabrício Pillar Soares.

Fundadores do Grêmio Náutico Tamandaré: Adail Machado de Oliveira, Mário Ghignatti, Manoel Abreu, Decalssê Bastos, Mena Meirelles, Dante Machado de Oliveira, Rodolfo Gonçalves, Edgar Amaro, Jayme Porto e Sebastião Alario.

Madrinhas no batismo dos barcos, em 21/11/1937, do Grêmio Náutico Tamandaré: Ione Maria Becker (filha de Ivo Becker), Odyr Franco (filha de Aldomiro Franco) e Yone Roesch (filha de Reinaldo Roesch). Como madrinha do estandarte da associação, foi escolhida Irene Ilha (filha de Mário Ilha). A tripulação foi constituída por: Armindo Gerhardt, Sylvio Silva, Otelo Zinn, Victor Gremmich e Sigefredo Carvalho Ferreira.

Fonte: Jornal *O Commercio*, 9/7/1913 Festa Inaugural Italiana Príncipe Umberto. Diversas Notas, p.1, SCHUH, Ângela & CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira do Sul, Em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, p. 155-173 e *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 1996.

VI. Relação nominal de profissionais liberais cachoeirenses em 1940

Médicos: A. M. Albuquerque, Ângelo Carlos, Artur Decker, Emanuel Pedrosa, Ervin Wolfenbüttel, Erwin Hirtz, Guimarães Fernandes, Henrique Barros, Honorato de Souza Santos, Irineu Vasconcelos, J. Kovacs, José Félix Garcia, Milan Krás, Nelson Rocha, Rubem de Azevedo Costa e Menegotti, Sílvio Scopel e Tito Osório Torres.

Dentistas: Aluízio Becker, Carlos Noll, Carlos Pereira Krieger, Ernesto Matte, Ervino Leusin, Fernando Hügel, Guilherme Preuss, João Brandt, José M. de Fretas, Manoel Barcelos Gomes, Mário Barbosa, Pedro Paulo Fernandes Barbosa e Rodolfo Osvaldo Scheffel.

Parteiras: Ana Luiza Reichert, Alma Becke, Maria Basso e Verônica Preussler.

Engenheiros e construtores: A. A. Simões Pires Jr., Dahne, Conceição & Cia., Julio Rieth e R. Jagnow Filho.

Advogados: Antônio José Ribeiro da Silva, Ari Pilar Soares, Aristides Moreira, David Barcelos Neto, Fabrício Pilar Soares, Glicério Alves Vespasiano Pinheiro, Jaime Machado, José Lobato Figueiró, Mario Godoi Iha, Orlando Carlos, S. German e Sílvio Dutra de Albuquerque,

Fonte: PORTELA, Vitorino; PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira Histórica e Informativa*. Cachoeira: Tipografia Portela, 1940, p.152 e 266-274.

VII. Relação nominal dos doadores para a construção da igreja São José, em 1915

Alvaro Xavier da Cunha, Ambrosino Cidade, Ambrosino Porto Monteiro, Anathaniel Gomes Lisboa, Antonio Manoel de Lima, Arnoldo Fischer Sobrinho, Arnoldo Tischler, Avelino Cavalheiro, Clarinda Dias Lopes, Clotilde Fonseca, Cyro C. Carlos, Dinarte Magalhães, Dioclecio Benvenuti, Emilio Pohlmann, Francisco Bifano, Francisco R. Pereira, Gasparina Oliveira de Loreto, Graciolina Alves, Hermínia F Porto, Iracema Lara, Irtilia Vieira, João Antônio Möller, João Correia, João L Pinheiro, Joaquim F. Siqueira, José Herbstrith, José Oliveira, Julio Lindner, Juvenal Simões, Leopoldina Herbstrith, Leopoldo Souza, Luiza Nouals Machado, Manoel Prates, Marciano Bonifácio e Silva, Marfizia Amelia Pinheiro, Maria Aldina de Azambuja Figueiró, Maria Antonieta G.de Castro, Maria Arminda Motta Barreto, Maria Barreto Costa, Maria Candida Fialho de Castro, Maria Gabriela Barreto, Maria Piedade Leão, Miguel Ribeiro Freire, Miloca Albino, Octavio Simões, Orico B. Benvenuti, Ottília Almeida, Pedro Cunha, Pedro Gaspary, Pedro P. Fortes, Perminia Barreto, Roberto Danzmann, Roberto Pohlmann e Thereza Araújo.

Fonte: Jornal O Commércio, 17/2/1915 Offertas para a Capella de São José, p.3 e 5/5/1915 Capella de São José, p.3

VII. Relação nominal dos doadores para reformas na igreja São José, entre 1938 e 1941

Nas reformas subseqüentes, constam: Acelino Marques Cunda, Achylles Figueiredo, Adalberto Sacarello Ferreira, Adelina Lindmeyer Barreto, Afonso Doebber, Albina Fontoura, Alvarino Cunha, Amalia B. Rosa, Antero Sarmento, Antonio Bordignon, Antonio Cauduro, Antonio Larger, Aracy Alves, Arthur Moreira, Belizarda Jardim, Berta de Abreu Lima, Celina Gonçalves, Charbel Kemmel, Dinah Néri, Donatila Ilha Martins, Eduardina Quites Camboim, Einaldo Ernino, Eugenio Simões, Feliciano da Rosa, Fernando Nunes de Souza, Fioravanti Trevisan, Frontino Cunha, Georgina Antunes, Guilhermina Becker, Henrique Müller de Barros, Herminia Vieira da Cunha, Ignacia Amelia Oliveira, Ilza Lehmann Vasconcellos, Imerio Ceratti, Isoar Moreira, Jacob Casarotto, João Dinarte dos Santos, João Fontanari, João Francisco da Silveira Santos, João Thomaz Scott, José Curi, José Garibaldi E. Simões, José Trajano da Rosa, Julia Pessolano Pereira, Juvencio Soares, Lourival Andrade Leite, Luiz Botari, Luiz Scortegagna, Mafalda Cunha Schneider, Maria Isaltina Rebello, Maria Leonor Souza, Maria Pereira, Mathias Velho, Miloca Tischler, Notaridia Felix Salzano, Odemira Oliveira da Fontoura, Odino Bachin & Cia., Olimpia Borges Costa, Pedro Paulo Fernandes Barbosa, Prenda Freitas Araújo, Querida Pereira, Rosa Fogliatto, Ruth Py Bello, Salvador Figueiredo de Brum, Severino Fuentefria, Silvia Gama de Bem, Sinhá Herbstrith, Thereza

da Rosa Springler, Virginia Cunha, Virginia Py Sarmento e Waldemar Cunha.

Fonte: Jornal O Commercio, 17/8/1938 Ampliação e Reforma da Igreja de São José, p.1, 21/2/1940 Ampliação e Reforma da Igreja de São José, p.4, 6/4/1938 Igreja de São José, p.2, 28/2/1940 Igreja de São José, p.4, 27/3/1940 Obras da Igreja de São José, p.3, 6/3/1940 Pró-ampliação e reforma da Igreja de São José, p.1, 24/4/1940 Pró-ampliação e reforma de um templo, p.1, 8/5/1940 Mais contribuições em prol da Igreja de São José, p.1, 15/5/1940 Igreja de São José, p.1, 5/6/1940 Pró obras da Igreja de São José, p.2, 26/6/1940 Em prol do levantamento da Cumieira da Igreja de São José, p.1, 24/7/1940 Legionários de São José, p.1, 31/7/1940 Em prol da Igreja de São José, p.1, 14/8/1940 Para melhoramentos da Igreja de São José, p.2, 4/9/1940 Legionários de São José, p.2, 18/9/1940 Legionários de São José, p.1, 5/2/1941 Remodelação e ampliação da Igreja São José, p.1, 9/7/1941 Igreja de São José, p.2 ,23/7/1941 Imagem de São José, p.1, 12/11/1941 Igreja de São José, p.3. Dados da exposição "Fundação da Capela de São José", Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

IX. Relação nominal dos doadores do púlpito para a igreja de Santo Antonio, em 1940

De 100$000 réis: Antonio Cauduro, Antonio Penna, Attilio Mainieri, Catharina Polito, Firma Trevisan, Henrique Comassetto, Irmãos Franceschi, João Fontanari, Maria Libonatti, Maximiliano De Franceschi, Nicolau Alaggio, Pedro Paulo Penna e Rosa Maria Calderaro,

De 50$000 réis: Augusto Rosa, Ignez Bonugli, Nicolau Salzano, Odino Bachin & Cia. e Raphael Dini,

De 30$000 réis: Aristides Germani Filhos e Marietta Ceschini;

De 20$000 réis: Caetano Vidal, Darcy Paschoal, José Salerno, Lilinha P. Pezzi, Maria Caronello Alaggio, Pasqual Gazzaneo, Santa Costa, Thereza Sorio, Vicentina Sorio e Vva. Raphael Cetrato;

De 10$000 réis: A Alaggio, Braz Patta, Aldo Penna, Arthur Meneghello, Catharina De Franceschi, Dorvalino Fontanari, Etelvina Biffano, Herminia Carro Thomaz, Imerio Ceratti, Irine Livi, Alvarino Paschoal, Lia Livi Ilha, Luiza Alaggio Albuquerque, Marrone, Luiz Casarotto, Miguel Faccin,

Norberto Penna, Pedro Stringuini, Raphael Naro, Theodoro Piccoli e Vva. Assunpta Guidugli,

De 5$000 réis: Adelia Costa Serafim Riccardi, Albino De Santio, Amelio Riccardi, Angela M. Riccardi, Angelino Riccardi, Caetano Patta, Celeste Cantarelli, E. Gabriel, Elvira Pedreschi Elesbão, Ferrucio Livi, Hugo Stringuini, Ida Livi, João Darrol, José Bonugli, Aveno, Maria Fogliatto, Pedro Bordignon, Raul Comassetto e Rosa Fogliatto;

De 2$000 réis: José Ferrarri e Luiz Casarotto Sobrinho;

Fonte: Jornal O Commercio, 10/4/1940, Púlpito à Igreja de Santo Antonio, p.3. Dados da exposição "Fundação da Capela de São José", Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

X. Relação nominal dos doadores para a construção da capela de Santa Terezinha, na vila Barcelos, em 1940

Aracy Alves, Aristides Moreira, Diamantino Carvalho, Herbert Port, Leão Silveira, Nicolau Allaggio, Odemira Fontoura, Sinhá Herbstrith e Theobaldo Bumeister.

Fonte: JP 10/7/1940 Capella de Santa Therezinha, p.1, 10/7/1940 Balancete da receita e despeza das obras de construcção da Capella de Santa Theresinha na Villa Barcellos. Doações, p.2, Jornal O Commercio, 11/9/1940 Capella de Sta. Therezinha, p.4, 18/9/1940 Capella de S. Therezinha, p.1 e 16/10/1940 Capella de Santa Therezinha, p.4

XI. Relação nominal das eleitoras de Cachoeira, cartório eleitoral da 9ª zona, em 1933, com número do título

3420 - Rosa Grigoletto Trevisan, 3421 - Laurinda Ilha Diaz, 3424 - Vicencia Pedroso Pinheiro, 3425 - Maria Antônia C. Bernardes, 3427 - Margarida Gomes Bastos, 3432 - Luiza G. Schaurich Wilhelm, 3433 - Albina Gomes de Lima, 3435 - Izaltina Souza Oliveira, 3437 - Natale Olindo Unfer, 3440 - Lidia Fontoura Teixeira, 3442 - Lucy Tromer Krieger, 3443 - Rosa Barbosa Cavalheiro, 3444 - Fancisca de A. Lau, 3446 - Heloisa Rosa Cavalheiro, 3447 - Maria C. Campos Bastos, 3448 - Dora Moura Martins, 3453 - Herminia Porto da Fontoura, 3455 - Ranchel Pivetta Cantarelli, 3465 - Liticia Mozer, 3481 - Angela Bernardes, 3482 - Ana Maria D'anunciação, 3483 - Clementina P. Brandes, 3484 - Clarinda D'Araujo Porto, 3485 - Ema Camilo, 3482 -

Luiza R. Werberich Ehle, 3493 - Luiza Stilla, 3514 - Natalia Simões de Bem, 3517 - Clarinda dos Santos Silva, 3526 - Carolina Ferreira da Cunha, 3528 - Ana Filomena Friedrich, 3530 - Selma Elise Knack Rother, 3536 - Dora Carvalho de Abreu, 3540 - Virginia de Lima Beresford, 3541 - Zilda dos Santos Celestino, 3544 - Judith dos Santos Gonçalves, 3554 - Octacilia Moura Voigt, 3555 - Geniy C. Pagano, 3556 - Elisabetha M. Tonelotto, 3557 - Antonia Thomaz da Silva Card., 3558 - Verginia da Silva Garcia, 3562 - Pulciana Felix Vieira, 3569 - Luiza Roos Teixeira, 3571 - Ottilia Zinn Fischer, 3572 - Ozelina Pertile Bopp, 3573 - Olinda Fontoura Motta, 3580 - Mercedes Carvalho de A. Leitão, 3587 - Maria de Araújo Santos, 3599 - Genezia Fernandes Corrêa, 3601 - Belmira L. Fontoura, 3603 - Mercedes Neves de Oliveira, 3604 - Julieta Carvalho, 3608 - Josepha dos Santos, 3511 - Maria da C.C. Luchese, 3612 - Heloisa Leal Gama de Bem, 3614 - Gabriella Xavier da Fontoura, 3625 - Nina Xavier Gaspary, 3639 - Olga Fontoura Motta, 3650 - Marietta Viela Santos, 3653 - Maria José S. Neves, 3660 - Helenita D'ávila Mahfuz, 3662 - Hermas Gonçalves, 3663 - Laura B. N. Fontoura, 3668 - Juventina Baptista, 3670 - Erna Maria Schultz, 3675 - Maria Carvalho e 3679 - Inocencia Fontoura Borges

Fonte: JP 30/3/1933 Edital de qualificação. Cartório eleitoral da 9ª zona, Cachoeira, p.3

XII. Adeptos do tênis nos anos 1920-40

Carlos Noll, Danilo Wilhelm, Dolly Tesch, Edwino Rohde, Edwino Schneider, Elfriede Würdemann, Emílio Barz, Ernesto Petersen, Ernesto Strohschoen, Helma Zimmer, Hermínia Simon Muller (Nenê Muller), Júlio Petersen, Júlio Simon, Konrad Zimmer, Luiza Muller, Luiza Petersen, Lycério Ilha, Omar Bergmann, Osmar Tesch, Reinaldo Treptow e Rudolph Homrich.

Fonte: *100 anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*, Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 1996, p.96-102